Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas

vol. II

A diversidade das formas das lutas no campo

Bernardo Mançano Fernandes,
Leonilde Servolo de Medeiros e Maria Ignez Paulilo (Orgs.)

A coletânea Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas da História Social do Campesinato oferece compreensão mais ampla do mundo cultural, político, econômico e social em que o camponês produz e se reproduz. Neste segundo volume, quinze artigos mostram como as lutas camponesas nas diferentes regiões do Brasil se transformam em espaços de resistência e de luta contra a desterritorialização.

Abordando conflitos desde a expulsão dos posseiros da Reserva Indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul, em maio de 1978, até o começo do século XXI, estes trabalhos partem de variada inspiração teórica e se valem de amplo contexto empírico concreto e dados etnográficos. Ampliando os horizontes possíveis para a análise, recuperaram e atualizaram leituras de algumas das formas de resistência e de recriação do campesinato.

Discutem-se aqui questões como as implicações e a continuidade das desigualdades de gênero e a repressão sexual, a reforma agrária de mercado, as formas de organizações criadas no processo de luta, assim como as complexas redes e articulações existentes nos acampamentos e em outros espaços de resistência. Também há temas pouco comuns, como a transformação de ex-moradores de rua em camponeses, e novas perspectivas de casos bastante conhecidos, caso da luta pela terra em Eldorado dos Carajás. Ao final, em uma perspectiva geográfica, surgem os mapas dos conflitos que marcam o campo brasileiro.

As análises mostram como a partir da capacidade de mobilização e organização do campesinato retoma-se o debate sobre a questão fundiária; a preservação ambiental e a sobrevivência das populações “tradicionais”. As formas e os espaços das diversidades são tratados com base em estudos sobre ocupações de terra e acampamentos, valorizando o papel das redes de relações de parentesco, solidariedade e conflitualidade, por meio das quais os sujeitos em movimento constroem suas organizações.

Em seu conjunto, os textos aqui reunidos revelam a complexidade da questão agrária e do campesinato nacional. Mostram como os camponeses, estes novos sujeitos sociais, constroem seu futuro, rompem com as separações entre campo e cidade e buscam o direito de viver na terra mesmo tendo de enfrentar processos expropriatórios, políticas de criminalização e estratégias de controle político.

Ampliando os horizontes possíveis para a análise, os artigos aqui reunidos recuperam e atualizam leituras de algumas das formas de resistência e de recriação do campesinato, de maio de 1978 até o começo do século XXI. Revelam a complexidade da questão agrária e mostram como os camponeses enfrentam processos expropriatórios, políticas de criminalização e estratégias de controle político.

Coleção História Social do Campesinato no Brasil

Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas – vol. II – Fernandes, Medeiros e Paulilo (Orgs.)

NEAD

UNESP

Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas

BERNARDO MANÇANO FERNANDES
LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS
MARIA IGNEZ PAULILO
(Orgs.)

Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas

A diversidade das formas das lutas no campo

volume 2

editora
unesp

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

L991
v.2

Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo/Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
369p. – (História social do campesinato brasileiro)

ISBN 978-85-7139-969-3 (Editora UNESP)
ISBN 978-85-60548-54-5 (NEAD)

1. Camponeses – Brasil – História. 2. Camponeses – Brasil – Condições sociais. 3. Trabalhadores rurais – Sindicatos – Brasil – História. 4. Camponeses – Brasil – Atividades políticas. 5. Brasil – Condições rurais. 6. Posse da terra – Brasil. 7. Movimentos sociais rurais – Brasil – História. I. Fernandes, Bernardo Mançano. II. Medeiros, Leonilde Servolo de. III. Paulilo, Maria Ignez Silveira. IV. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. V. Série.

09-4543. CDD: 305.5633
CDU: 316.343

Editora afiliada:

Sumário

Apresentação à coleção

Por uma recorrente visão linear e evolutiva dos processos históricos, as formas de vida social tendem a ser pensadas se sucedendo no tempo. Em cada etapa consecutiva, apenas são exaltados seus principais protagonistas, isto é, os protagonistas diretos de suas contradições principais. Os demais atores sociais seriam, em conclusão, os que, por alguma razão, se atrasaram para sair de cena. O campesinato foi freqüentemente visto dessa forma, como um resíduo. No caso particular do Brasil, a esta concepção se acrescenta outra que, tendo como modelo as formas camponesas européias medievais, aqui não reconhece a presença histórica do campesinato. A sociedade brasileira seria então configurada pela polarizada relação senhor–escravo e, posteriormente, capital–trabalho.

Ora, nos atuais embates no campo de construção de projetos concorrentes de reordenação social, a condição camponesa vem sendo socialmente reconhecida como uma forma eficaz e legítima de se apropriar de recursos produtivos.

O que entendemos por campesinato?

São diversas as possibilidades de definição conceitual do termo. Cada disciplina tende a acentuar perspectivas específicas e a destacar um ou outro de seus aspectos constitutivos. Da mesma forma, são diversos os contextos históricos nos quais o campesinato está presente nas sociedades. Todavia, há reconhecimento de princípios mínimos que permitem aos que investem, tanto no campo acadêmico quanto no político, dialogar em torno de reflexões capazes de demonstrar a presença da forma ou condição camponesa, sob a variedade de possibilidades de objetivação ou de situações sociais.

Em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados

em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. Trata-se do investimento organizativo da condição de existência desses trabalhadores e de seu patrimônio material, produtivo e sociocultural, variável segundo sua capacidade produtiva (composição e tamanho da família, ciclo de vida do grupo doméstico, relação entre composição de unidade de produção e unidade de consumo). Por esses termos, a forma de alocação dos trabalhadores também incorpora referências de gestão produtiva, segundo valores sociais reconhecidos como orientadores das alternativas de reprodução familiar, condição da qual decorrem modos de gerir a herança, a sucessão, a socialização dos filhos, a construção de diferenciados projetos de inserção das gerações.

O campesinato emerge associadamente ao processo de seu reconhecimento político, ora negativo, ora positivo. Por tais circunstâncias, a questão política, constituída para o reconhecimento social, enquadrou tal segmento de produtores sob a perspectiva de sua capacidade adaptativa a diferentes formas econômicas dominantes, ora pensadas pela permanência, ora por seu imediato ou gradual desaparecimento. Como em muitos outros casos de enquadramento social e político, uma categoria de auto-identificação, portanto contextual, produto de investimentos de grupos específicos, desloca-se, sob empréstimo e (re)semantização, para os campos político e acadêmico e, nesses universos sociais, sob o caráter de signo de comportamentos especialmente hétero-atribuídos ou sob o caráter de conceito, apresenta-se como generalizável.

Vários autores, retratando a coexistência do campesinato em formações socioeconômicas diversas, já destacaram que o reconhecimento dessa nominação, atribuída para efeitos de investimentos políticos ou para reconhecimento de características comuns, só pode ser compreendido como conceito, cujos significados definem princípios gerais abstratos, motivo pelo qual podem iluminar a compreensão de tantos casos particulares. Para que a forma camponesa seja reconhecida, não basta considerar a especificidade da organização interna à unidade de produção e à família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados. Todavia, essa distinção é analiticamente fundamental para diferenciar os modos de existência dos camponeses dos de outros trabalhadores (urbanos e rurais), que não operam produtivamente sob tais princípios. Percebendo-se por essa distinção de modos de existência, muitos deles se encontram mobilizados politicamente para lutar pela objetivação daquela condição de vida e produção (camponesa).

Em quaisquer das alternativas, impõe-se a compreensão mais ampla do mundo cultural, político, econômico e social em que o camponês produz e se reproduz. Da coexistência com outros agentes sociais, o camponês se

constitui como categoria política, reconhecendo-se pela possibilidade de referência identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns ou, mediante a luta, tornados comuns e projetivos. A esse respeito, a construção da história social do campesinato, como de outras categorias socioeconômicas, deve romper com a primazia do econômico e privilegiar os aspectos ligados à cultura. Ao incorporar as múltiplas dimensões da prática dos agentes, destacamos o papel da experiência na compreensão e explicitação política das contradições do processo histórico. Essas contradições revelam conflitos entre normas e regras que referenciam modos distintos de viver, em plano local ou ocupacional, colocando em questão os meios que institucionalizam formas de dominação da sociedade inclusiva. Tais postulados serão demonstrados nos diversos artigos desta coletânea, voltada para registros da história social do campesinato brasileiro.

A prática faz aparecer uma infinidade de possibilidades e arranjos, vividos até mesmo por um mesmo grupo. Quanto mais se avança na pesquisa e no reconhecimento da organização política dos que objetivam a condição camponesa, mais se consolidam a importância e a amplitude do número de agricultores, coletores, extrativistas, ribeirinhos e tantos outros, nessa posição social ou que investem para essa conquista.

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açaizeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária.

No caso da formação da sociedade brasileira, formas camponesas coexistem com outros modos de produzir, que mantêm relações de interdependência, fundamentais à reprodução social nas condições hierárquicas dominantes. Assim, a título de exemplo, ao lado ou no interior das grandes fazendas de produção de cana-de-açúcar, algodão e café, havia a incorporação de formas de imobilização de força de trabalho ou de atração de trabalho livre e relativamente autônomo, fundamentadas na imposição técnica do uso de trabalho basicamente manual e de trabalhadores familiares, isto é, membros da família do trabalhador alocado como responsável pela equipe. Esses fundamentais agentes camponeses agricultores apareciam sob designação de colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e até sitiantes, termos que não podem ser compreendidos sem a articulação

com a grande produção agroindustrial e pastoril. Se recuarmos um pouco no tempo, veremos que, ao lado de donatários e sesmeiros, apareciam os foreiros, os posseiros ou – designando a condição de coadjuvante menos valorizada nesse sistema de posições hierárquicas – os intrusos ou invasores, os posseiros criminosos etc. Os textos da história geral do Brasil, nos capítulos que exaltam os feitos dos agentes envolvidos nos reconhecidos movimentos de entradas e bandeiras, trazem à tona a formação de pequenos povoados de agricultores relativamente autárquicos. Posteriormente, tais agentes produtivos serão celebrados pelo papel no abastecimento dos tropeiros que deslocavam metais e pedras preciosas, mas também outros produtos passíveis de exportação e de abastecimento da população das cidades ou das vilas portuárias.

Desse modo, o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais.

Para escrever sobre essa história é preciso, portanto, antes de tudo, refletir sobre a impositiva produção dessa "amnésia social" ou dessa perspectiva unidimensional e essencializada, que apaga a presença do campesinato e oculta ou minimiza os movimentos sociais dos camponeses brasileiros, consagrando – com tradição inventada – a noção do caráter cordato e pacífico do homem do campo. Ou fazendo emergir a construção de uma caricatura esgarçada do pobre coitado, isolado em grande solidão e distanciamento da cultura oficial, analfabeto, mal-alimentado. Ora, tais traços aviltantes, para olhares que os tomassem como expressivos da condição de vida e não do sujeito social, revelavam as bases da exploração e da submissão em que viviam, seja como agentes fundamentais ou complementares do processo produtivo da atividade agroindustrial e exportadora.

Estimulados a coexistirem internamente, ao lado ou ao largo da grande produção, os agentes constituídos na condição camponesa não tinham reconhecidas suas formas de apropriação dos recursos produtivos. Assim sendo, são recorrentemente questionados e obrigados a se deslocar para se reconstituir, sob as mesmas condições, em áreas novamente periféricas. Da mesma forma, em outras circunstâncias, são submetidos a regras de coexistência consentidas e por vezes imediatamente questionadas, dada a exacerbação das posições hierarquizadas ou das desigualdades inerentes às condições de coexistência.

A presença dos camponeses é, pois, postulada pela ambigüidade e desqualificação, quando os recursos por eles apropriados se tornavam objeto de cobiça. Entendemos, no entanto, que, sob processos relativamente

equivalentes, esses agentes elaboraram, como traço comum de sua presença social, projetos de existência fundamentados em regras legítimas e legais, princípios fundamentais para a construção de um éthos e de regras éticas, orientadores de seu modo de existência e coexistência. Sob tais circunstâncias, a constituição da condição camponesa torna o agente que lhe corresponde o portador de uma percepção de justiça, entendida aqui não como uma abstração teórica sobre o direito aos recursos produtivos, e sim como uma experiência baseada em modos de coexistência: sob formas de comunidade camponesa; na labuta diária pela sobrevivência; na relação com a natureza; e nas práticas costumeiras para a manutenção e a reprodução de um modo de vida compatível com a ordem social, institucionalizada por aqueles que se colocam socialmente como seus opressores.

Levando em consideração o conjunto de fatores que vimos destacando, podemos caracterizar alguns elementos constitutivos de certa tradição do campesinato brasileiro, isto é, como expressão da existência permitida sob determinadas constrições e provisoriedades e sob certos modos de negociação política. Essa negociação não exclui resistências, imposições contratuais, legais ou consuetudinárias, ou questionamentos jurídicos, que revelam e reafirmam a capacidade de adaptação às condições da produção econômica dominante. Menos do que um campesinato de constituição tradicional, no sentido da profundidade temporal da construção de um patrimônio material e familiar, vemos se institucionalizar, como elemento distintivo, um patrimônio cultural inscrito nas estratégias do aprendizado da mobilidade social e espacial. Estratégias que visam, entre outros objetivos, à busca do acesso aos recursos produtivos para a reprodução familiar e a exploração de alternativas, oferecidas pelas experiências particulares ou oficiais de incorporação de áreas improdutivas ou fracamente integradas aos mercados.

Os camponeses instauraram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo. Eles investiram na legitimidade desses mecanismos de acesso e apropriação, pela demonstração do valor de modos de vida decorrentes da forma de existência em vida familiar, vicinal e comunitária. A produção estrito senso se encontra, assim, articulada aos valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um "nós" que se contrapõe ou se reafirma por projetos comuns de existência e coexistência sociais. O modo de vida, assim estilizado para valorizar formas de apropriação, redistribuição e consumo de bens materiais e sociais, se apresenta, de fato, como um valor de referência, moralidade que se contrapõe aos modos de exploração e de desqualificação, que também foram sendo reproduzidos no decorrer da existência da posição camponesa na sociedade brasileira.

As formas exacerbadas de existência sob desigualdades socioeconômicas se expressam, sobretudo, na exploração da força de trabalho coletiva dos membros da família e na submissão aos intermediários da comercialização, que se associam a outros agentes dominantes para produzir um endividamento antecipado e expropriador. Essas formas de subordinação, que põem em questão as possibilidades de reprodução da condição camponesa, contrapõem-se à avaliação de perenizadas experiências positivas de construção da condição camponesa. Um exemplo de experiências positivas é a institucionalizada pelos sitiantes, dotados de autonomia para se agregarem por vida coletiva em bairros rurais.

No contexto de lutas sociais, os trabalhadores foram construindo um sistema de crenças partilhadas e inscritas em seu cotidiano de lutas pela sobrevivência e reprodução social. Essas lutas são orientadas pela definição do acesso aos recursos produtivos, de forma legal e autônoma, como fator fundamental para sua constituição como agente produtivo imediato, isto é, contraposto ao cativo ou subjugado no interior das fazendas e, por tal razão, dispondo de relativa autonomia. Nos termos dessa tradição, a liberdade é um valor para expandir uma potencialidade, ou seja, capacidade para projetar o futuro para os filhos e para socialmente se valorizar como portador de dignidade social. Na construção da formação social brasileira, o modo de existir reconhecido pela forma camponesa, menos que um peso da tradição da estabilidade e de longas genealogias, como ocorre, por exemplo, em formações sociais européias, é uma idéia-valor, orientadora de condutas e de modos de agregação familiar ou grupal. Na qualidade de valor, é um legado transmitido entre gerações, reatualizado e contextualizado a cada nova geração que investe nessa adesão política.

O peso desse legado, quando não compreendido, leva aos estranhamentos muito comuns em relação à persistência da luta pelo acesso aos recursos produtivos e mesmo em relação ao deslocamento de trabalhadores definidos como urbanos, que engrossam movimentos de sua conquista. As possibilidades de existência que a condição camponesa permite vão se contrapor, em parte por equivalência comparativa, às condições de exploração de trabalhadores da indústria, do comércio e de serviços. Esses traços, sempre presentes porque realimentados como um legado de memórias familiares e coletivas, vão atribuir sentido às constantes mobilidades de trabalhadores. Os deslocamentos justificam-se pela busca de espaços onde haja oportunidade de pôr em prática modos de produzir e de existência, desde que fundamentados pela gestão autônoma dos fatores produtivos, das condições e produtos do trabalho e da orientação produtiva.

Levando em conta tais elementos, definidos como constitutivos de uma tradição e alargando a compreensão da diversidade de situações, reafirmamos a presença do campesinato como constitutiva de toda a história do Brasil. Tais produtores estiveram vinculados à exploração colonial,

integrando-se a mercados locais ou a distância; reafirmaram-se como posição desejada no decorrer da transição do trabalho escravo para o trabalho livre; abasteceram os processos de agroindustrialização de produtos destinados à exportação; e, entre outras tantas situações, por mais de um século, vêm ocupando a Amazônia. Atualmente, apresentam-se como um dos principais atores da cena política, constituída para tornar possível a construção de sociedade erguida sobre bases mais igualitárias, capazes, então, de fundamentar os princípios democráticos de coexistência social e política.

Portanto, as negociações em torno das alternativas de ocupação do espaço físico e social marcaram e impregnaram a proposição de modos de vida orientados por valores cuja elaboração tornou possível a legitimidade da coexistência política e cultural. Modos de vida que também reafirmam o direito à luta pela autonomia, emblematizada pela célebre referência à vida na *fartura*. Ora, tudo isso, relembramos, fora construído no contexto de imposição de formas de dominação objetivadas com base na grande produção. Por esse motivo, a vida segundo a lógica expropriatória objetivada na grande propriedade foi concebida como destruidora da dignidade social. A honra estava (assim e inclusive) pautada pela defesa do acesso à alimentação, todavia em condições socialmente concebidas como adequadas à reprodução saudável do trabalhador e dos membros de sua família.

Dessa forma, no Brasil, os produtores agregados pela forma de organização camponesa estão presentes como atores sociais que participaram e participam da construção da sociedade nacional. Esse reconhecimento não se funda tão-somente em uma dimensão politizada de defesa dessa visibilidade social. Ele também se explica pelos princípios de constituição das formas hegemônicas de organização da produção social. Destacaremos três dimensões desse protagonismo. Em primeiro lugar, o campesinato representa um pólo de uma das mais importantes contradições do capital no Brasil, que consiste em sua incapacidade de se "libertar" da propriedade fundiária. O significado que a propriedade da terra tem até hoje, como um elemento que ao mesmo tempo torna viável e fragiliza a reprodução do capital, gera uma polarização (de classe) entre o proprietário concentrador de terras (terras improdutivas) e aquele que não tem terras suficientes. Desse fato decorrem duas conseqüências principais. Por um lado, essa contradição não é residual na sociedade brasileira, constituindo-se um dos pilares de sua estrutura social; por outro, a principal luta dos camponeses é pela construção de seu patrimônio, condição *sine qua non* de sua existência. Essa luta foi e continua sendo muito forte em diversos momentos e sob as mais variadas formas. Ela tem um caráter eminentemente político e corresponde ao que se costuma chamar o "movimento camponês".

Assim, a luta pela terra e pelo acesso a outros recursos produtivos não assume apenas a dimensão mais visível das lutas camponesas. Ela se processa igualmente em um nível menos perceptível, por outras formas de resistência

que dizem respeito às estratégias implementadas pelos camponeses para trabalhar, mesmo em condições tão adversas, e assegurar a reprodução da família. Essa dimensão tem, de fato, menor reconhecimento pela sociedade e mesmo na academia. Ao se afirmar historicamente essa dimensão, é importante ressaltar a capacidade dos camponeses de formular um projeto de vida, de resistir às circunstâncias nas quais estão inseridos e de construir uma forma de integração à sociedade. Essas são práticas que têm um caráter inovador ou que revelam grande capacidade de adaptação e de conquistas de espaços sociais que lhes são historicamente inacessíveis. Consideramos necessário registrar e reconhecer as vitórias, por mais invisíveis que sejam.

Por último, há uma terceira dimensão, também pouco reconhecida, até mesmo entre os acadêmicos, que consiste na valorização da forma de produzir do camponês. Esta se traduz pela adoção de práticas produtivas (diversificação, intensificação etc.), formas de uso da terra, relações com os recursos naturais etc. Formam-se, assim, os contornos de um saber específico que se produz e se reproduz contextualmente. É claro que o campesinato não se esgota na dimensão de um *métier* profissional, nem a ela corresponde um modelo imutável, incapaz de assimilar mudanças, mas é imprescindível para que se possa compreender seu lugar nas sociedades modernas. Sua competência, na melhor das hipóteses, é um trunfo para o desenvolvimento "de uma outra agricultura" ou para a perseguição da sustentabilidade ambiental e social como valor. E, na pior das hipóteses (para não idealizar a realidade), um potencial que poderia ser estimulado na mesma direção. Não é sem conseqüência que sua existência seja hoje tão exaltada como um dos pilares da luta pela reconstituição dos inerentes princípios de reprodução da natureza, tão subsumidos que estiveram e continuam estando a uma racionalidade técnica, em certos casos exagerada pela crença em uma artificialização dos recursos naturais reproduzidos em laboratórios e empresas industriais. Ora, os princípios de constituição e expansão do capitalismo desconhecem e desqualificam essa competência. Do ponto de vista político, a negação dessa dimensão, tanto à direita (que defende a grande propriedade como a única forma moderna ou modernizável) quanto à esquerda (que terminou enfatizando apenas a dimensão política da luta pela terra), tem como conseqüência a negação do camponês como agricultor. As políticas agrícolas chamadas "compensatórias" só reforçam a visão discriminadora.

Em conclusão, reiteramos, por um lado, a universalidade da presença do campesinato, que abarca os diversos espaços e os diferenciados tempos. E também, por outro, a variedade de existências contextuais, visto que essa variedade só indica a valorizada adaptabilidade dos agentes e dos princípios abrangentes de constituição da forma camponesa. Portanto, mesmo que corresponda à revalorização de uma tradição (patrimônio de valores institucionalizados nas memórias e na projeção social), a reprodução do campesinato nas sociedades contemporâneas é um fato social do mundo

moderno, e não resquício do passado. Por essa perspectiva, ultrapassa-se a velha e surrada concepção unilinear da inexorável decomposição do campesinato. Como os processos históricos têm demonstrado, ela não é tendência geral ou lei inevitável. Em vez dessa concepção, que, reafirmando a substituição das classes fundamentais, augura (e até vaticina) o fim do campesinato, escolhemos pensar e registrar as múltiplas alternativas, resultado de conquistas e resistências de atores sociais que se referenciam a um modo de produzir e viver coexistente com um mundo moderno. Entrementes, é nesse mesmo mundo, cujos analistas vêm acenando (e, por que não, também vaticinando) com o desemprego em massa como princípio de constituição econômica, em que a diversidade cultural é reafirmada para fazer frente a uma vangloriada homogeneização política e cultural, que os camponeses se reorganizam em luta. Por essa conduta clamam exatamente pela manutenção da autonomia relativa, condição que o controle dos fatores de produção e da gestão do trabalho pode oferecer.

Conselho Editorial

Prefácio

Apresentamos aos leitores – especialmente aos militantes camponeses, aos interessados e aos estudiosos da questão camponesa no Brasil – uma obra que é o resultado de um fantástico esforço intelectual e coletivo. A elaboração da História Social do Campesinato no Brasil envolveu grande número de estudiosos e pesquisadores dos mais variados pontos do país, num esforço conjunto, planejado e articulado, que resulta agora na publicação de dez volumes retratando parte da história, resistências, lutas, expressões, diversidades, utopias, teorias explicativas, enfim, as várias faces e a trajetória histórica do campesinato brasileiro.

A idéia de organizar uma História Social do Campesinato no Brasil aflorou no fim de 2003, durante os estudos e os debates para a elaboração de estratégias de desenvolvimento do campesinato no Brasil que vinham sendo realizados desde meados desse ano por iniciativa do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), com envolvimento, em seguida, da Via Campesina Brasil, composta, além de pelo próprio MPA, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pela Pastoral da Juventude Rural (PJR), pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab).

Essa idéia foi ganhando corpo quando se envolveram, primeiro, o pesquisador Horácio Martins de Carvalho e os pesquisadores Delma Pessanha Neves, Márcia Maria Menendes Motta e Carlos Walter Porto-Gonçalvez, que decidiram, em reunião nas dependências da Universidade Federal Fluminense (UFF), no início de 2004, com dirigentes da Via Campesina, lançar o desafio a outros tantos que se dedicam ao tema no Brasil. O resultado foi o engajamento de grande número de pesquisadores, todos contribuindo de maneira voluntária.

Foram consultadas cerca de duas centenas de pesquisadores, professores e técnicos para verificar se a pretensão de elaborar uma História Social do

Campesinato no Brasil tinha sentido e pertinência. A idéia foi generosamente aceita, um Conselho Editorial foi constituído, muitas reuniões foram realizadas, os textos foram redigidos e o resultado é a publicação destes dez volumes da Coleção História Social do Campesinato no Brasil.

Nesta Coleção apresentamos diversas leituras sobre a história social do campesinato no Brasil. Nossa preocupação com os estudos sobre o campesinato se explica pelo fato de, na última década, ter havido um avanço dos trabalhos que promoveram os métodos do ajuste estrutural do campo às políticas neoliberais. Nessa perspectiva, a realidade do campo foi parcializada de acordo com os interesses das políticas das agências multilaterais que passaram a financiar fortemente a pesquisa para o desenvolvimento da agricultura.

Esses interesses pautaram, em grande medida, as pesquisas das universidades e determinaram os métodos e as metodologias de pesquisa com base em um referencial teórico de consenso para o desenvolvimento da agricultura capitalista. Desse ponto de vista, o campesinato tornou-se um objeto que necessita se adequar ao ajuste estrutural para que uma pequena parte possa sobreviver ao intenso processo de exploração e expropriação do capitalismo.

Poucos foram os grupos de pesquisa que mantiveram uma conduta autônoma e crítica a essa visão de mundo em que o capitalismo é compreendido como totalidade e fim de todas as coisas. Nesse princípio de século, o conhecimento é ainda mais relevante como condição de resistência, interpretação e explicação dos processos socioterritoriais. Portanto, controlá-lo, determiná-lo, limitá-lo, ajustá-lo e regulá-lo são condições de dominação.

Para criar um espaço em que se possa pensar o campesinato na história a partir de sua diversidade de experiências e lutas, a Via Campesina estendeu o convite a pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Quase uma centena de cientistas responderam positivamente à nossa proposta de criar uma coleção sobre a história do campesinato brasileiro. Igualmente importante foi a resposta positiva da maior parte dos estudiosos convidada para publicar seus artigos, contribuindo com uma leitura do campesinato como sujeito histórico.

O campesinato é um dos principais protagonistas da história da humanidade. Todavia, por numerosas vezes, em diversas situações, foram empreendidos esforços para apagá-lo da história. Esses apagamentos ocorrem de tempos em tempos e de duas maneiras: pela execução de políticas para expropriá-lo de seus territórios e pela formulação de teorias para excluí-lo da história, atribuindo-lhe outros nomes a fim de regular sua rebeldia.

Por tudo isso, ao publicar esta importante obra, em nosso entender, de fôlego e profundidade, queremos fazer quatro singelos convites.

Convite à Leitura

Esta obra merece ser lida pela riqueza de informações, pela abrangência com que aborda o tema e pela importância da história social do campesinato para compreender o Brasil.

Convite ao Estudo

Além da mera leitura, é uma obra que deve ser estudada. É preciso que sobre ela nos debrucemos e reflitamos para conhecer esse tema em profundidade, quer em escolas, seminários, grupos de estudo, quer individualmente. Esta Coleção é um desafio, pois retrata uma realidade que, aqueles que estiverem comprometidos em entender o Brasil para transformá-lo, precisam conhecer profundamente.

Convite à Pesquisa

Esta obra, composta de dez volumes, é fruto e resultado de muita disciplinada e dedicada pesquisa. É, portanto, desafio a mais investigações e a que outros mais se dediquem a esses temas. Embora uma obra vasta, com certeza mais abre do que encerra perspectivas de novos estudos, sob novos ângulos, sobre aspectos insuficientemente abordados, sobre realidades e histórias não visibilizadas, com enfoques diferenciados. Há muito que desentranhar da rica e variada história social do campesinato brasileiro, e os autores desta obra sentir-se-ão imensamente realizados se muitas, rigorosas, profundas e novas pesquisas surgirem estimuladas por essa sua importante iniciativa.

Convite ao Debate

Esta não é uma obra de doutrina. E mesmo as doutrinas devem ser expostas ao debate e ao contraditório. Quanto mais uma obra sobre a história. Convidamos ao debate dos textos, mas, além disso, ao debate sobre o sujeito social do qual a Coleção se ocupa: o campesinato e sua trajetória ao longo da história do Brasil. E que esse não seja um debate estéril ou esterilizante que se perde nos meandros da polêmica pela polêmica, mas que gere ações na sociedade, nas academias, nos centros de pesquisas e nas políticas de Estado em relação aos camponeses e ao mundo que os circunda e no qual se fazem sujeitos históricos.

A Via Campesina do Brasil reconhece e agradece profundamente o trabalho árduo e voluntário dos membros do Conselho Editorial e de todos os envolvidos no projeto. Sem o desprendimento e o zelo desses professores, sem essa esperança renovada a cada dia pelas mais distintas formas e motivos, sem a acuidade acadêmica, o cuidado político e a generosidade

de todos os envolvidos não teríamos alcançado os resultados previstos. De modo especial nosso reconhecimento ao professor Horácio Martins de Carvalho.

Agradecemos também ao Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ao promover estudos e pesquisas sobre o universo rural brasileiro o Nead viabilizou, com a Editora da UNESP, a publicação desta Coleção.

A Via Campesina experimenta a satisfação do dever cumprido por ter participado desta importante iniciativa, desejando que se reproduza, se multiplique e gere frutos de consciência, organização e lutas nas bases camponesas em todo o território nacional.

Via Campesina do Brasil
agosto de 2008.

Introdução
A diversidade das formas das lutas no campo

As lutas camponesas são sinais da resistência do campesinato contra a desterritorialização. Compreendendo o território como espaço de realização da vida em suas diferentes dimensões (econômicas, sociais, culturais, políticas etc.), entende-se melhor não só a existência de diferentes formas que o campesinato assume, como também a diversidade de lutas verificadas no campo, com o sentido de garantir a existência dessa categoria social num contexto em que ocorre intenso processo de expropriação. Para resistir a esse processo, o campesinato procura se reterritorializar de diversas formas, que se modificam, avançam ou refluem conforme as conjunturas econômicas, sociais e políticas.

No presente volume, o segundo do tomo *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas* da História Social do Campesinato, estão reunidos quinze artigos que recuperam e atualizam leituras de algumas das formas de resistência e de recriação do campesinato, desde a década de 1980 até o começo do século XXI. Com eles, buscamos oferecer um panorama das lutas recentes. Embora muito longe de ser exaustivo (e o leitor facilmente poderá identificar ausências), trata-se de uma contribuição para a compreensão das mudanças, permanências, criação e diversidade não só das formas de lutas camponesas, mas também dos sujeitos e suas organizações. Buscamos oferecer também uma diversidade de leituras e abordagens, abrigando perspectivas sociológicas, geográficas, históricas e antropológicas, com distintas inspirações teóricas presentes no meio acadêmico contemporâneo, de forma a ampliar os horizontes possíveis para a análise das formas de luta e organização, e não nos prendermos a uma única chave interpretativa.

Desde o final dos anos 70, as lutas no campo tiveram um papel central tanto no processo de redemocratização do país, quanto para colocar na pauta política temas que muitos consideravam desatualizados (caso da reforma agrária) ou questões que emergiam de forma embrionária (a preservação ambiental). Foram elas, ainda, que deram visibilidade a segmentos sociais

que, embora há muito presentes, não apareciam na cena como sujeitos políticos (os chamados "pequenos agricultores", "camponeses" ou "produtores em base familiar"), e que permitiram a emergência e o reconhecimento de demandas relacionadas à extensão de direitos de cidadania (igualdade de gênero, direito à aposentadoria, uma educação voltada para os assentamentos rurais, num primeiro momento, e, depois, para as demais populações do campo, mas que tivesse em conta as especificidades desse meio etc.). Nesses anos, como resultado dessas lutas, constituíram-se identidades múltiplas, que afirmam a diversidade de situações e demandas: seringueiros, quebradeiras de coco, ribeirinhos, sem-terra, agricultores familiares, quilombolas, assentados, atingidos por barragens; são apenas indicativos da emergência política de uma infinidade de segmentos que buscam afirmar suas particularidades e reivindicações no espaço público, e obter reconhecimento social e político. Em razão de sua força, expressa na capacidade de mobilização e organização, retoma-se o debate em torno da questão fundiária; a preservação ambiental e a sobrevivência das populações "tradicionais" entram na agenda; afirma-se o significado econômico dos que sobrevivem com base na agricultura familiar (tendo ou não propriedade da terra), ganhando visibilidade o seu papel na produção para os mercados locais, regionais e nacionais; questionam-se as relações domésticas e afirma-se a necessidade de convivência de várias culturas. Esse processo foi marcado por tensões e enfrentamentos, que estiveram presentes desde as grandes manifestações públicas (as marchas dos sem-terra, das Margaridas, os Gritos da Terra Brasil, entre outras), até as relações no interior da família. Recorrentemente, a emergência desses novos sujeitos teve como contrapartida a violência, tanto a tradicional, caracterizada pelas ações das milícias privadas, quanto a judicial e policial, por meio de despejos, repressão, prisões etc.

Essas manifestações, bem como os conflitos que elas espelham, são elementos importantes para entender algumas disputas que permeiam a política brasileira, nem sempre ganhando visibilidade na mídia. Elas provocam a necessidade de explicitar propostas, tiram do silêncio os adversários, produzem polarizações de posições, desvendam poderes.

É esse universo que buscamos abordar neste volume, embora, como já dito anteriormente, de forma parcial, uma vez que seria impossível recobri-lo em sua totalidade. Apresentamos artigos derivados de pesquisas nas diferentes regiões do país. Nelas, as formas e os espaços das diversidades são tratados a partir de estudos sobre ocupações de terra e acampamentos, valorizando o papel das redes de relações de parentesco, solidariedade e conflitualidade, por meio das quais os sujeitos em movimento constroem suas organizações. Também incluímos artigos que revelam frestas e faces pouco abordadas, como os que esmiúçam os casos de ex-moradores de rua que, no processo de luta social, se tornaram camponeses, bem como textos sobre situações mais conhecidas, como é o caso da luta pela terra

em Eldorado dos Carajás. Ainda neste volume discute-se o protagonismo das mulheres na formação e reprodução do campesinato; as políticas de acesso à terra por meio da criação de políticas de incentivo ao mercado fundiário; as organizações criadas no processo de luta, como a Articulação do Semi-Árido (ASA) e o sindicalismo rural, por meio da Contag. Fechando o volume, a conflitualidade e a violência são abordadas numa perspectiva geográfica, mostrando que as lutas de resistência têm enfrentado diferentes formas de brutalidade, como expulsões, despejos, ameaças e assassinatos.

O primeiro artigo, de autoria de Anita Brumer, aborda a retomada das lutas camponesas durante a ditadura militar, centrando-se nos principais eventos do período 1978-88 na Região Sul do país e interpretando-os como produto do contexto no qual surgem diferentes reações dos atingidos e marginalizados pela modernização tecnológica, concomitante ao desenvolvimento industrial no campo e na cidade. A luta pela terra é analisada a partir da expulsão dos posseiros da Reserva Indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul, em maio de 1978, deflagrando intensos conflitos na região e tornando-se um marco no processo de redemocratização do país. A partir dessa referência, a autora se volta para a discussão da questão agrária no quadro político da época, salientando a importância do sindicalismo, seja de trabalhadores ou patronal, o surgimento de novas formas de organização como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a União Democrática Ruralista (UDR), bem como os embates derivados. A autora também discute a formação da Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens (CRAB), as lutas dos “pequenos produtores” em defesa de melhores preços para seus produtos, com o objetivo de garantir ou aumentar suas rendas. Finalmente, são tratadas as lutas das mulheres agricultoras para serem beneficiárias diretas da Previdência Social, seminais para o processo subseqüente de organização das mulheres no campo. Ao longo do texto, Brumer procura apontar impasses e contradições que se geraram no interior desse processo, produzindo uma leitura problematizadora, que aponta as potencialidades que as lutas analisadas carregavam.

Na seqüência, são apresentados artigos que analisam acampamentos e seu significado como forma de luta, tanto para obter acesso à terra, quanto pela melhoria das condições dos agricultores. As ocupações e acampamentos são abordados por Lygia Sigaud como fatos relativamente recentes, produtos de uma nova configuração social. Estudando ocupações nas terras de engenhos da Zona da Mata de Pernambuco, a autora discute o acampamento a partir de sua forma de organização, tempo de existência e as relações produzidas desde esse espaço. Sigaud analisa a “forma acampamento” como um modo de pressionar o governo a realizar desapropriações, mostrando que, do total de dezesseis áreas desapropriadas nos municípios de Formoso e Tamandaré, sua área de estudo, catorze delas haviam sido previamente ocupadas. Ela demonstra também como as ações do MST estimularam o

sindicalismo de trabalhadores rurais, por meio da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (Fetape), a realizar ocupações, o que ampliou a luta pela terra no estado. Pela descrição de situações em que se explicita a diversidade de motivações para acampar e as relações construídas, a compreensão desse processo é enriquecida e complexificada. Segundo a autora, a crença na importância da *lona preta* para a melhoria das condições de vida dos sem-terra mostra que os acampamentos também se constituem em um ato fundador e legitimador da luta, uma linguagem simbólica, pela qual os sem-terra conseguem fazer avançar as negociações para a criação de assentamentos de reforma agrária. Para além da retórica belicosa, ela encontra ações de cooperação e dependência entre Estado e movimentos, marcadas, no entanto, pela tensão permanente. Na ampla e profunda análise de Sigaud explicita-se a rede de relações de compromissos e obrigações, fundamentais na formação dos acampamentos. Apresentado-as, a autora mostra os equívocos das leituras de investigadores que traduzem essas redes numa lógica linear de relações de autoritarismo entre acampados e lideranças.

A tese da importância das redes de parentesco e conhecimentos prévios é reiterada no artigo de Nashieli Loera, que estuda as formas de participação das famílias nas ocupações e acampamentos em São Paulo. Relações de compromisso são construídas e incorporadas pelo MST no fazer-se em movimento das pessoas que participam dos diversos setores, comissões e núcleos dos acampamentos de luta pela terra. Loera registra diversas formas de apoio ou ajuda entre os assentados, que contribuem, coletiva ou individualmente, levando alimentos aos acampados. São parentes e amigos que criam uma relação de solidariedade fundamental para ajudar a suportar as severidades da resistência nos acampamentos. A importância das relações de consangüinidade, dos vínculos de amizade e dos valores morais é destacada, mostrando, nas comparações entre acampamentos e assentamentos, a presença de trocas de bens que levam a autora a evocar o *Kula* malinowskiano.

Marcelo Rosa, na mesma trilha dos dois textos anteriores, analisa o que chama de "forma movimento", valendo-se do estudo de algumas situações em Pernambuco e um caso no estado do Rio de Janeiro. O fio condutor de sua discussão é a tese de que as lutas dos movimentos sociais, ao contrário do que pretende Axel Honnet, não são por reconhecimento e tampouco são lutas que revelam, antes de qualquer coisa, sentimentos de injustiça, como pretende Barrington Moore Jr. Segundo o autor, é o reconhecimento que produz a própria existência social das lutas. Analisando o embate entre movimento e Estado, Rosa defende a existência de uma legitimação ambivalente do conflito que, ao mesmo tempo que permite a interlocução, reconstitui o poder estatal de controle e emprego da força (seja burocrática ou física). O texto também aponta os meandros da produção social desse

reconhecimento, mostrando que, entre a ocupação e a abertura do diálogo com o Estado, há várias mediações que precisam ser conhecidas nas suas particularidades para evitar interpretações apressadas e generalizantes. É nesse quadro que surgem diferentes "movimentos", como formas de conseguir estabelecer um diálogo em situações nas quais ele aparece aos atores de maneira truncada.

O artigo de William Santos de Assis, sobre os acampamentos em Marabá, no estado do Pará, mostra uma luta pouco estudada: o acampamento como forma de enfrentamento entre as organizações representativas dos camponeses da região e o governo federal; no caso, o embate que colocou de um lado a regional da Federação dos Trabalhadores da Agricultura e o MST e, do outro, a Superintendência de Marabá do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Trata-se de entender o sentido dessas mobilizações, que trouxeram à cidade, um pólo regional, milhares de agricultores para negociar uma ampla pauta de reivindicações, envolvendo os sem-terra e os já assentados: desapropriação de novas áreas, mudança de gestores do Incra, crédito, assistência técnica, recursos para capacitação e educação etc. O autor detalha a preparação dos acampamentos, as demandas, a complexidade das relações políticas no plano local, com o governo estadual e com o poder federal, ao mesmo tempo em que mostra como a ação conjunta entre MST e Fetagri Regional, apesar de divergências pontuadas ao longo do texto, foi importante para o reconhecimento das demandas.

Marcelo Gomes Justo trabalha um tema pouco explorado na literatura: a transformação de ex-moradores de rua em camponeses, tomando como ponto de partida as experiências do MST e da organização pastoral católica Fraternidade Povo da Rua, no bairro do Brás, próximo ao centro da cidade de São Paulo. As ações dessas entidades levaram ao engajamento de moradores de rua na luta pela terra e a um esforço de ressocialização desses excluídos pelo modo capitalista de produção. O autor analisa as relações e os conflitos verificados em um assentamento no interior paulista, formado por esses ex-moradores de rua vindos da cidade de São Paulo, e por famílias de demandantes de terra, que vieram de municípios das regiões de Campinas e Sorocaba. O estudo se volta para a constituição de redes sociais e de conflitos internos em torno das formas de gerir a produção e utilizar os recursos, tendo sempre por referência esses dois grupos de assentados. Ao longo do texto, Justo discute o que é ser camponês, tentando entender as potencialidades da situação particular gerada naquele assentamento e a natureza dos conflitos engendrados.

Na seqüência, Luciana Costa dá um panorama das lutas de posseiros em Eldorado dos Carajás, Pará, município que se tornou conhecido em razão do massacre ocorrido em abril de 1996, quando dezenove membros do MST foram assassinados pela Polícia Militar durante uma marcha que reivindicava reforma agrária. No artigo, tendo por base conflitos ocorridos

em três fazendas, são analisadas a expropriação e a resistência dos posseiros para permanecer na terra. Trabalhando com as categorias utilizadas pelos entrevistados ("velhos posseiros", "novos invasores", "cabeça de grilo" e "fazendeiro"), a autora mostra o complexo jogo que se estabelece entre esses personagens e delineia tanto o perfil dos fazendeiros locais, o significado das ocupações de terra, o papel das madeireiras, as disputas em torno da responsabilidade sobre o desmatamento, quanto a forma como esses agentes se percebem e constroem suas relações e oposições num universo dominado pela violência. Costa chama atenção para o fato de que é pelo conflito que os posseiros reivindicam o reconhecimento de seus direitos à terra, direitos fundados no trabalho e nas marcas de sua ocupação. Os três artigos seguintes apresentam uma reflexão sobre o lugar das mulheres que, pelas suas ações, vêm superando posições subalternas nas relações sociais. No primeiro deles, Maria Ignez Paulilo analisa o protagonismo, no trabalho e na família, de mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em especial no que se refere à peculiaridade de suas reivindicações de teor feminista. A partir de discussões sobre matrimônio, família e trabalho, a autora chama atenção para temas como dificuldade de acesso à terra pelas mulheres, repressão sexual, participação nos espaços públicos, trazendo à tona diferentes elementos para se entender as implicações e a continuidade das desigualdades de gênero. Debatendo as relações entre gênero e classe social, e utilizando-se de vasto material de entrevistas com líderes dos movimentos estudados, aponta os desafios da conciliação entre a militância, a participação na vida pública e familiar, bem como a especificidade das reivindicações feministas.

No texto seguinte, Sônia Schwendler discute a recriação das identidades de gênero e o papel da mulher na luta pela terra e na constituição do MST, apresentando as condições, dilemas e conquistas da participação feminina nos movimentos sociais. No mesmo diapasão do artigo anterior, aponta o paradoxo, ao mesmo tempo em que a participação das mulheres é ampliada pelas lutas, muitos dos espaços concebidos como femininos e masculinos ainda permanecem, marcados pela divisão sexual do trabalho, sustentados por uma cultura patriarcal e pelo modo de produção social. Segundo Schwendler, mesmo no MST, em que pese a forte presença do debate em torno das questões de gênero, as mulheres ainda enfrentam enormes obstáculos para a conquista da igualdade, nos espaços da luta social, do trabalho ou da vida familiar.

Maristela de Paula Andrade trata da organização econômica e política das quebradeiras de coco de babaçu, no Médio Mearim, no Maranhão. Apresentando um histórico do processo de ocupação da área, e a forma como os camponeses foram progressivamente expropriados da terra e do acesso aos babaçuais para coleta do coco, a autora mostra como se constituiu a categoria política "quebradeiras de coco", muito embora a luta tenha

envolvido homens, mulheres e crianças em estratégias de resistência, que incorporavam o conjunto das famílias, segundo valores, regras e padrões culturais que regem localmente as relações de gênero. Mostra ainda as condições de participação nas lutas pelo acesso aos babaçuais, que não envolveram, da mesma forma e na mesma medida, os diferentes segmentos camponeses existentes. Valendo-se de depoimentos de lideranças e de trabalhadores, enfatiza como se constitui a divisão sexual do que chama de *trabalho guerreiro* durante as lutas pela terra e pelo acesso aos babaçuais, num esforço de garantir a sobrevivência da unidade familiar. Aponta ainda como o tema "gênero", inicialmente ausente, acaba sendo incorporado em função das relações com agentes de mediação.

Os dois artigos seguintes tratam da reforma agrária de mercado. Nos anos 90, a questão da luta pela terra e por reforma agrária ganhou novas nuances, com a introdução, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, de propostas de estímulo ao acesso à terra por meio de mecanismos de mercado. O tema é tratado neste volume a partir de um estudo de caso em Sergipe, e por análise de caráter nacional das formas de resistência à proposta governamental.

Eraldo da Silva Ramos Filho discute a reforma agrária de mercado como resultado de ajustamento à lógica neoliberal que, com a globalização, determinou a internacionalização de políticas públicas para o campo. Segundo o autor, com a difusão da concepção de alívio da pobreza rural e da substituição da questão agrária pelas políticas de desenvolvimento rural, foram implementadas diferentes modalidades de políticas de crédito fundiário. Analisa os problemas enfrentados pelos camponeses mutuários dos empreendimentos rurais adquiridos por meio dessa modalidade de financiamento, demonstrando a artimanha dessas políticas. Com essa estratégia, o campesinato viu ser minado seu poder de negociação política com o governo. O autor elucida o significado das políticas públicas neoliberais de recriação do campesinato por meio do capital, discutindo os impasses atuais como os produzidos pela criminalização das ocupações de terra. Conclui que não será pelo mercado que o Estado combaterá a pobreza, até porque esta é um produto da própria reprodução do capital.

João Márcio Mendes Pereira analisa as contestações e resistências à reforma agrária de mercado proposta pelo Banco Mundial durante o governo Fernando Henrique Cardoso. O autor aponta que, embora o tema da reforma agrária fosse inexpressivo durante a disputa eleitoral que resultou no primeiro governo FHC, ele entrou na pauta política principalmente pelas lutas dos movimentos camponeses. O massacre de Eldorado dos Carajás resultou numa tomada de posição do governo federal e na criação do cargo de ministro Extraordinário de Política Fundiária (MEPF) que, logo depois, originou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O aumento das ocupações de terras provocou o aumento de assentamentos rurais. A

criminalização das ocupações, por meio de medida provisória, e as disputas políticas entre as entidades de representação do campesinato possibilitaram o avanço do modelo de reforma agrária de mercado. O autor analisa os embates institucionais em torno da criação de diferentes formas de crédito fundiário. Segundo Pereira, a implementação da reforma agrária de mercado expressou um novo momento da questão agrária que exige repensar o próprio conceito de reforma agrária. Conclui que esses programas não conseguiram atender à demanda da luta pela terra e as ocupações de terra continuaram, como uma forma de enfrentamento das políticas vigentes.

Uma característica das formas de luta e resistência no campo é a valorização das relações de compromisso entre pessoas e organizações, que se desdobram em redes e articulações. O tema é tratado no artigo de Ghislaine Duque, que nos apresenta uma leitura da história da Articulação do Semi-Árido (ASA), tendo como referência a experiência da Paraíba. Para a autora, essa entidade constitui-se como um espaço de contestação às tradicionais formas de apoio aos agricultores, baseadas no assistencialismo e no clientelismo. Dá relevo à atuação das organizações não-governamentais, que articularam um conjunto de ações, promovendo novas relações entre as pessoas e seus territórios. Assim, fundos rotativos solidários, bancos de sementes, encontros de comunidades, onde as experiências eram intercambiadas, e, finalmente, o programa Um Milhão de Cisternas tiveram um papel importante na mudança de compreensão da relação socioterritorial: a seca, que levava à desistência e à migração, torna-se motivo de resistência, pela busca de formas de convivência com o Semi-Árido. Ao mesmo tempo, a ASA construiu um processo pedagógico baseado em princípios como a garantia da participação e o resgate da auto-estima dos camponeses, valorizando suas práticas por meio da organização e da intervenção política, e deu importância à busca de formas de desenvolvimento sustentável em oposição às formas assumidas pelo agronegócio na região. O artigo registra os avanços dessas políticas na transformação das realidades das famílias camponesas, a territorialização da ASA no Nordeste, o maior território camponês do país, e a expansão de suas ações pela criação da ASA-Brasil.

O artigo seguinte, de Rudá Ricci, discute o sistema sindical da Contag numa leitura histórica de sua formação e os desdobramentos com o surgimento de novas formas de organização do campesinato. O surgimento do MST, como a mais atuante organização camponesa do país e, depois, a criação da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil) são resultados da diversidade de formas do campesinato, mas também representam visões distintas sobre suas necessidades de organização e projetos políticos. O autor analisa a multiplicação de pautas e identidades tomando como referência as relações dos movimentos com outras instituições. Mostra ainda como as políticas de governo influem sobre as ações das organizações e de como estas pro-

duzem políticas. Os embates entre as organizações desenvolvem-se em aproximações e afastamentos que não permitem a construção de pautas conjuntas. Isso não significa fechar possibilidades, mas uma indeterminação na construção de políticas.

Fechando o volume, Eduardo Paulon Girardi e Bernardo Mançano Fernandes destacam a geografia da conflitualidade no campo brasileiro, tomando como referência diferentes formas de conflitos e de violência a partir dos conceitos de território, movimentos socioterritoriais e agronegócio. Os autores mapeiam dois tipos de conflitos: ocupações e acampamentos, e seis formas de violência: despejos, expulsões, ameaças de morte, tentativas de assassinatos, assassinatos e trabalho escravo. Conceituando cada uma delas, os autores apresentam, por mapas e gráficos, a distribuição espacial e temporal dos fatos, o histórico e as tendências das diferentes formas de conflitualidade, possibilitando uma leitura em escala nacional. Além dos mapas, os gráficos possibilitam diversas leituras das territorialidades e temporalidades pelas quais os conflitos se manifestam. A partir de uma discussão paradigmática, Girardi e Fernandes analisam como essa conflitualidade fundamenta a disputa territorial entre campesinato e agronegócio e, conseqüentemente, entre os diferentes modelos de desenvolvimento.

O conjunto dos textos do presente volume, expressando algumas faces da diversidade de lutas no campo, possibilita uma compreensão ampla de formas, relações, espaços, gêneros, tempos, escalas e modelos, revelando a complexidade da questão agrária e do campesinato. Permite aos leitores compreender que o tema é atual, intenso e que emerge a cada dia com novas possibilidades de criação. Mesmo enfrentando os lancinantes processos expropriatórios, as políticas de criminalização e as estratégias de controle político, os camponeses seguem construindo seu futuro, rompendo com as separações entre campo e cidade e buscando o direito de viver da terra, de produzir alimentos, de constituir suas comunidades.

No interior da diversidade de formas de organização e de lutas camponesas surgiu, no começo da década de 1990, a Via Campesina, uma articulação mundial de movimentos camponeses que tem defendido a existência dos diferentes modos de organização do trabalho familiar, comunitário e associativo em diversas partes do mundo.

O campesinato neste começo de milênio reafirma o seu lugar histórico no mundo como forma de organização social que se liga a um território determinado, onde a vida se reproduz.

Bernardo Mançano Fernandes
Leonilde Servolo de Medeiros
Maria Ignez Paulilo

1
Considerações sobre uma década de lutas sociais no campo no extremo sul do Brasil (1978-88)*

Anita Brumer

As lutas sociais no Brasil, tanto urbanas como rurais, ocorrem num contexto de grandes transformações socioeconômicas. A década de 1950 marca um intenso processo de industrialização, o qual se estende ao meio rural, a partir dos anos 60. De um lado, a industrialização toma corpo, e o setor desenvolve-se rapidamente; do outro, o setor rural, paralelamente a sua modernização, expulsa uma parte considerável da população. Essas transformações, de modo geral, propiciam aos grupos de média e alta renda da população brasileira o acesso a bens de consumo e serviços de melhor qualidade, mas levam à marginalidade ou ao setor informal da economia uma quantidade impressionante de pessoas. As vilas de malocas proliferam em ritmo crescente, a criminalidade aumenta e a miséria em que vive uma parte não negligenciável da população se torna cada vez mais evidente.

Essas transformações não são realizadas sem que uma parcela dos atingidos por elas reaja. Ao mesmo tempo que o desenvolvimento industrial é acompanhado por greves e manifestações de operários, os anos 50 registram o aumento da violência no campo e o surgimento de organizações camponesas que lutam contra a expropriação ou as ameaças de expulsão feitas pelos proprietários de terras. Essas lutas sociais se intensificam no início dos anos 60, principalmente devido à crise econômica que acompanha as transformações.

Em 1964, os militares tomam o poder e conseguem, com sucesso, controlar os sindicatos, os partidos políticos e a imprensa, bem como reprimir as manifestações dos oprimidos e descontentes. O controle e a repressão

* Este texto foi originalmente publicado na revista *Ensaios FEE (Porto Alegre)*, ano 11 (1), p.124-142, 1990. Uma versão anterior foi apresentada no II Encontro Regional-Sul do Programa de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura, em Florianópolis, em maio de 1989.

são facilitados entre 1968 e 1974, durante o período denominado "milagre brasileiro", em que ocorre um crescimento industrial real e aumento das taxas de emprego urbano. A partir do final dos anos 70, no entanto, o país começa a sofrer os efeitos de uma nova crise econômica que vai se agravando e, até o presente, não mostra sinais de arrefecimento. A legitimidade do poder militar deteriora-se, voltando os civis ao poder em 1985, e as greves e outras lutas sociais recomeçam.

A grande maioria das lutas registradas em todo o território nacional, a partir de 1978, apresenta como causa imediata a situação socioeconômica dos trabalhadores envolvidos, resultado do agravamento de suas condições de vida e da diminuição do ritmo de crescimento do emprego industrial. Geralmente, elas se voltam contra o Estado como oponente principal, essencialmente devido à ampliação de sua intervenção em todos os níveis da produção social; e ao fato de que, no capitalismo contemporâneo, cabe a ele oferecer os equipamentos de consumo coletivo à população como um todo, embora tenha assumido, no Brasil, um caráter essencialmente centralizador e excludente. Existem estudos específicos sobre quase todas essas lutas, o que possibilita um detalhamento empírico. São raros, entretanto, os estudos que procuram abrangê-las em seu conjunto, tratando de destacar os pontos que têm em comum e examinando seu alcance no sentido de transformação da realidade. A maior parte desses estudos se refere aos movimentos urbanos (Jacobi, 1987a e 1987b; Cardoso, 1983), sendo praticamente inexistentes os estudos mais teóricos sobre os movimentos rurais (constituindo exceção o trabalho de Grzybowski, 1987).

O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre as principais lutas sociais registradas no meio rural do sul do Brasil a partir de 1978, levantando algumas questões que dizem respeito tanto à sua situação no presente como às suas perspectivas futuras.

A principal contribuição do trabalho deriva do exame do conjunto das lutas sociais, o que permite a obtenção de uma visão realista de seu alcance em termos políticos, e de suas fraquezas e limites. Mais especificamente, a análise feita permite observar o confronto que se dá entre os diferentes grupos de interesses e comparar os resultados das lutas que colocam dois grupos opositores diretamente em conflito (latifundiários *versus* trabalhadores sem terra, homens *versus* mulheres) com lutas em que um grupo se coloca em oposição ao Estado.

As lutas sociais no campo, que servem de base para essas reflexões, são pela manutenção (o caso da construção de barragens) ou pela obtenção de terra, pela defesa de preços de produtos e pela obtenção de direitos de cidadania (inclusão das mulheres como beneficiárias da Previdência Social). As questões sobre as quais se faz alguma reflexão são a organização do movimento de luta pela terra, a natureza das lutas, a influência dos agentes externos sobre as lutas sociais e a autonomia dos grupos em ação.

A LUTA PELA TERRA

No Rio Grande do Sul, o primeiro movimento a registrar-se no final da década de 1970 foi a luta dos sem-terra, após a expulsão de mil famílias de posseiros da reserva indígena de Nonoai, em maio de 1978. Esse movimento teve um impacto considerável sobre a sociedade gaúcha que, repentinamente, foi colocada diante de um problema que fora levada a desconhecer. O movimento testou também a capacidade de resistência dos colonos (ou camponeses), muitos dos quais se instalaram precariamente, durante alguns meses, em acampamentos à beira da estrada. Provou, ainda, sua coragem e determinação, as quais levaram um grupo deles a invadir terras em litígio – a granja Brilhante, de 1.500 hectares, e a fazenda Macali, de 1.600 hectares, ocupadas de forma ilegal, cujo aproveitamento para fins de reforma agrária aguardava decisão da Justiça desde o início da década de 1960, organizando um acampamento durante vários meses, em 1978 e 1979 (Gehlen, 1983). Em outubro de 1980, os sem-terra acampados na granja Brilhante, que não foram contemplados pelo Estado com terra naquela região, invadiram a fazenda Annoni. Foram expulsos pela Brigada Militar, e oito dos invasores foram presos. Dois outros acampamentos seguiram-se: o de Encruzilhada Natalino, nos anos de 1981 e 1982, e o de Erval Seco, em 1983.

Deve-se destacar o fato de que a decisão de invadir terras privadas vai de encontro a uma noção profundamente arraigada na mentalidade dos colonos: o respeito à propriedade privada. Essa noção só passa a ser desmistificada quando os colonos podem contrapor a idéia do que consideram um direito natural à "terra de trabalho", relacionado ao direito à vida e à sobrevivência, o que traz, pelo menos num primeiro momento, a manutenção do respeito à propriedade privada, desde que ela seja utilizada de modo produtivo.[1] De importância fundamental para a superação dessa noção foi a contribuição dos setores progressistas da Igreja Católica que, no início de 1980, na XVIII Assembléia Geral da CNBB, realizada em Itaici, condenaram a terra de exploração, da qual "... o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar novos lucros..." e valorizaram a terra de trabalho, aquela "possuída por quem nela trabalha" (Silva, 1985a).

O Estado não ficou passivo diante da ação dos sem-terra. As invasões de terras foram reprimidas pela polícia que, quando não obteve êxito na expulsão dos invasores, montou guarda nos acampamentos, atuando de forma repressiva, com ameaças e prisões. Promoveu, ainda, campanhas de persuasão e fez tentativas de desarticular o movimento de luta pela terra. A única proposta concreta para resolver o problema, feita pelo governo federal, foi a transferência para áreas de colonização no Mato Grosso ou na Amazônia, rejeitada pela maioria dos acampados. A recusa a essa so-

[1] Ver, a esse respeito, a análise de Martins (1980 e 1981).

lução deve-se principalmente ao fato de que uma parte considerável dos que emigraram para essas áreas retornou depois de algum tempo, porque, devido às grandes dificuldades de infra-estrutura a serem enfrentadas e aos problemas específicos referentes às condições de saúde e trabalho, somente os que detêm algum capital no início de sua instalação têm a chance de ser bem-sucedidos naquela região (Santos, 1985).

Compelido, no entanto, a fazer alguma redistribuição de terras, em decorrência da ação dos sem-terra, o Estado (de início, no nível estadual e, após 1983, no nível federal) passou a comprar e, em alguns casos, a desapropriar terras, a fim de promover o assentamento de alguns dos sem-terra nas áreas de conflitos. Mais recentemente, em 1985, criou o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), destinado à compra de equipamentos, insumos e animais e à construção de benfeitorias nos novos assentamentos. Essas medidas, no entanto, são certamente insuficientes, diante da grandeza do problema.

Como os sem-terra *não* foram bem-sucedidos em 1988, durante a elaboração da nova Constituição Federal, em sua tentativa de obter a aprovação de uma lei geral de sustentação à reforma agrária, as conquistas do movimento dos sem-terra têm sido reduzidas e pontuais: isto é, com exceção dos originários das áreas desapropriadas para a construção de barragens, só são beneficiados por algum programa de distribuição de terras aqueles que participaram diretamente das invasões e/ou dos acampamentos. Isso leva a uma espécie de norma: embora essa não seja uma condição suficiente, é preciso participar individualmente das invasões para que um sem-terra possa ter a esperança de ser um dia beneficiado em algum plano governamental de distribuição de terras. Os líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) estão conscientes dessa realidade, o que levou um deles a afirmar que as ocupações deverão proliferar com maior intensidade em 1989, porque "... agora, mais do que nunca, é a única alternativa que o agricultor tem de conseguir terra, já que a Constituição fechou todas as portas" (*Zero Hora*, 11/12/88, p.53).

O sucesso relativo dos participantes dos primeiros acampamentos na obtenção de terras no Rio Grande do Sul foi um forte fator na diminuição da resistência de muitos sem-terra às invasões. Como resultado, a experiência relativamente exitosa dos acampamentos anteriores serve de estímulo para muitos sem-terra tentarem sua sorte da mesma forma. No entanto, na ausência de um plano geral de apoio à redistribuição de terras, cada acampamento é um caso individual, cuja luta também é individual; em cada caso, os participantes das lutas procuram novos caminhos e novas estratégias, visando tanto à obtenção de terras para os diretamente envolvidos, quanto a chamar a atenção da população em geral para a necessidade de uma reforma agrária.

É preciso registrar que uma das críticas que os participantes das lutas pela terra têm enfrentado é o fato de muitos dos beneficiários da distribuição de terras, após algum tempo, venderem os direitos de uso dessa terra a outros.[2] Sabe-se muito pouco sobre a proporção dos que tomam essa atitude, bem como as motivações que levam alguns indivíduos a participar das lutas pela terra, objetivando, em princípio, a **terra de trabalho**, e, logo após, ao transferi-la a outros, utilizam-na como **terra de negócio**. A trajetória desses indivíduos, antes e depois do recebimento da terra, também não é conhecida. Pode-se supor que alguns deles utilizem a terra assim obtida como forma de acumulação de algum capital que lhes permita iniciar-se em outra atividade, não agrícola; alguns talvez vendam os direitos de uso dessa terra por não terem tido condições econômicas para iniciar uma exploração agropecuária, ou por se haverem endividado; também é possível que alguns utilizem esse capital para adquirir uma terra em melhores condições. O que é evidente, entretanto, é que assim como há alguém que vende, há alguém que compra, e esse comprador é, em geral, um indivíduo que vai se instalar na terra como pequeno produtor. Após as primeiras experiências de distribuição de terras, tanto os participantes das lutas como as organizações governamentais responsáveis têm tentado evitar o processo de venda das terras assim obtidas.

Um dos resultados da determinação e capacidade de luta demonstrada pelos sem-terra nas invasões e nos acampamentos realizados no sul do Brasil foi a criação do MST, uma organização de defesa dos interesses da camada dos produtores que não detêm a propriedade da terra, a qual é independente e paralela à organização sindical.

O MST foi estruturado em 1981, a partir do acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS), com o objetivo principal de lutar por uma reforma agrária "radical". Embora sua força seja mais expressiva nos três estados do sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), o MST está organizado em dezessete estados brasileiros. Ele é parcialmente financiado por recursos de entidades ligadas ao Conselho Mundial das Igrejas e é apoiado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), por alguns sindicatos de trabalhadores rurais das regiões onde a luta pela terra é mais intensa (principalmente aqueles considerados "oposição sindical"), pelo Partido dos Trabalhadores (PT), além de outras organizações. Apesar do apoio dessas organizações, o MST é cioso de sua autonomia e de seu caráter democrático, privilegiando, no seu interior, uma ampla participação nas decisões. Segundo um analista, mais recentemente se observa uma tendência para uma estrutura mais centralizadora no interior do MST (Navarro, 1988).

No início de 1985, o MST organizou, em Curitiba, seu I Congresso Nacional. Em maio do mesmo ano, durante o IV Congresso da Confederação

[2] Fato semelhante ocorre nas lutas pela habitação no meio urbano.

Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) realizado em Brasília, foi definida mais claramente a posição do MST no que se refere à terra:

> ... exige-se a desapropriação não só dos latifúndios (produtivos ou não), mas também das empresas rurais; supera-se a proposta da propriedade familiar individual em favor de novas experiências que contemplam o uso comunitário e coletivo das terras; e as invasões de terras são legitimadas como um direito dos trabalhadores sem-terra para garantirem a sua sobrevivência. (Silva, 1985a)

As principais formas de luta do MST têm sido a invasão de terras e a criação de acampamentos; peregrinações aos gabinetes das autoridades estaduais e federais responsáveis pelos programas de reforma agrária e redistribuição fundiária; a tentativa de influenciar a redação da nova Constituição; e o apoio aos assentados em programas de distribuição de terras. Como resposta ao fracasso em obter a aprovação de uma lei sobre a reforma agrária na Constituição de 1988, a estratégia dos sem-terra pode mudar. Um dos líderes do MST, por exemplo, declarou que "... até aqui entrávamos na terra, montávamos acampamentos e ficávamos esperando as autoridades para negociar. Agora a disposição é entrar e se instalar" (*Zero Hora*, 11/12/88, p.53). Além disso, muitos dos líderes dos sem-terra apresentaram-se como candidatos nas eleições de 15 de novembro de 1988, resultando eleitos, segundo um membro do grupo, 97 vereadores e três prefeitos, além de já terem ajudado a eleger um deputado estadual, Adão Pretto, e um deputado federal, Antonio Marangon, pelo Partido dos Trabalhadores, nas eleições de 15 de novembro de 1986. A eleição desses parlamentares e executivos indica que suas estratégias poderão tomar novos rumos em 1993, quando a atual Constituição deverá ser revista.

A participação dos sem-terra no poder, em regiões onde a questão da terra representa um problema central a ser resolvido, sugere alguns aspectos para reflexão. Por um lado, coloca-se a questão da continuidade do apoio, por uma autoridade constituída, a ações consideradas ilegais; por outro, coloca-se a questão da relação entre um governo municipal potencialmente controlado pelos sem-terra e os poderes estadual e federal. Trata-se, em resumo, de examinar a eficácia política dos sem-terra pelos canais legais de poder.

É importante ressaltar que a organização paralela ao movimento sindical ocorreu num contexto em que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag), liderada pelos produtores familiares modernizados, assumindo uma posição que pode ser denominada "legalista" – defesa dos interesses de seus associados por meio legais –, não apoiou a ocupação de terras e, de um modo geral, somente passou a dar sustentação aos acampamentos já implantados após o crescimento do apoio popular ao movimento. Embora alguns sindicatos filiados à Fetag tenham

apoiado o movimento desde o início, os sem-terra não se sentem, via de regra, representados pelo conjunto do movimento sindical.

A dificuldade que o sindicalismo gaúcho apresenta para defender os interesses dos sem-terra pode ser considerada uma das principais razões para o surgimento de uma organização alternativa. Questionam-se, assim, as razões para a incapacidade de o movimento sindical liderado pela Fetag promover a defesa dos trabalhadores sem-terra. Uma dessas razões pode estar na composição dos sindicatos em que trabalhadores assalariados, pequenos parceiros, ocupantes e proprietários, bem como produtores familiares modernizados que são empregadores, mesmo que em caráter eventual, estão reunidos numa mesma associação, com o predomínio, em número e poder econômico, destes últimos. Outra razão pode estar no caráter essencialmente assistencialista assumido pela maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais, devido ao fato de terem sido encarregados pelo Estado da intermediação no que se refere à distribuição dos benefícios da Previdência Social. Outra razão, ainda, pode residir no caráter institucional do sindicato e na sua dificuldade de justificar, por esse motivo, diante do Estado, ações consideradas ilegais, tais como a invasão de terras.

De forma semelhante, os grandes proprietários de terras, mesmo contanto com associações de defesa de seus interesses de classe – tais como a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul), em nível estadual, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), em nível nacional, e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), organização constituída em 1919, em São Paulo, a partir da cafeicultura, mas que apresenta atualmente um caráter mais abrangente –, criaram, em 1985, uma nova organização. Essa organização surgiu logo após a divulgação, durante o IV Congresso da Contag, da proposta do Mirad/Incra, órgãos do governo federal, para elaboração de um plano de reforma agrária do governo Sarney.[3] Trata-se da União Democrática Ruralista (UDR), uma organização paralela ao movimento sindical, sem o caráter institucional das demais associações, o que possibilitou, além da utilização de instrumentos legais (pela contratação de uma equipe de assessores jurídicos que efetuam ações visando sustar desapropriações de terras, por exemplo), a execução de ações não permitidas legalmente (financiamento das campanhas de candidatos a cargos eletivos nas câmaras municipais, estaduais e federal e a cargos executivos, principalmente em nível municipal, além de sustentação de milícias armadas para defender terras dos membros da organização, no caso de ameaças de invasões). O

[3] Poucos meses após a apresentação dessa proposta, o governo federal recuou, apresentando, em outubro do mesmo ano, o Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), de alcance muito mais limitado do que a proposta anterior (ver, a esse respeito, FACHIN, 1985; SILVA, 1985a). Mesmo esse plano mais restrito, elogiado pelos latifundiários por ocasião de sua divulgação, acabou depois, em 1988, graças ao *lobby* desses mesmos latifundiários junto aos constituintes, sendo excluído da nova Constituição.

fato de a UDR executar ações consideradas ilegais em defesa dos interesses de seus associados, não significa que essas práticas não fossem utilizadas pelos grandes proprietários de terras anteriormente à sua organização. Martins (1981), por exemplo, relata como essas práticas eram comuns entre os grandes proprietários. O novo, aqui, é que elas sejam assumidas por uma organização e não apenas praticadas individualmente.

Como inexistem estudos aprofundados sobre as bases da UDR, formulam-se hipóteses distintas. Para uns, a base de sustentação da UDR dá-se em regiões onde a grande propriedade territorial é importante para fins especulativos (o que está, no Brasil, geralmente associado à pecuária extensiva), entre as quais pode-se incluir os estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Pará, sendo menos significativa em outras regiões, como no Rio Grande do Sul (onde, em 1985, menos de 1% dos estabelecimentos agrícolas possuíam mais de mil hectares).[4] Os que sustentam essa hipótese consideram, no entanto, que, dados os recursos financeiros disponíveis às ações de rejeição à reforma agrária, a partir de uma postura geral neoliberal e antiestatista, a UDR consegue ter influência nacional, e seu poder manifesta-se mesmo nas regiões onde o número de pecuaristas é mais reduzido. Uma outra hipótese formula que a base de sustentação da UDR está nos setores capitalistas da agricultura.[5] O elemento comum a ambas as hipóteses é a relação da UDR com os interesses ligados à grande propriedade territorial.

É preciso destacar que a UDR, embora represente os interesses dos grandes proprietários de terras, capitalistas ou não, tem conseguido o apoio de médios e até mesmo de pequenos proprietários rurais. Seu sucesso, nesse sentido, deve-se principalmente ao fato de ter-se dirigido à questão da defesa da propriedade e feito apelo aos "defensores da livre iniciativa", como princípios gerais, sendo bem-sucedida na campanha contra a reforma agrária, e, mais recentemente, por ter sido vencedora no *lobby* feito junto aos constituintes para a obtenção do perdão das dívidas contraídas pelos produtores rurais durante o Plano Cruzado, quando tanto os juros como os preços haviam sido congelados pelo governo federal. Ela pretende, assim, assumir o papel de verdadeira defensora dos interesses dos produtores rurais, grandes e pequenos.

De acordo com Plínio de Arruda Sampaio, um dos mais importantes intelectuais brasileiros ligados à questão da reforma agrária, o sucesso dos latifundiários na sua pressão contra a reforma agrária deve-se a cinco fatores: (a) contam com o apoio da grande imprensa; (b) dispõem de recursos financeiros elevados para gastar no *lobby* anti-reforma; (c) estão umbilical-

[4] Tavares (1988), por exemplo, refere que a UDR foi criada em Goiás e que sua primeira diretoria nacional foi formada, basicamente, por pecuaristas do Centro-Oeste, São Paulo e Norte do país.

[5] Como Sampaio (1985), por exemplo.

mente ligados a setores dinâmicos do capitalismo, de modo que conseguem neutralizar pressões reformistas de setores industriais e comerciais que só se beneficiariam com uma repartição mais eqüitativa da terra e da renda rural; (d) continuam a manter estreitos laços com a cúpula política do país; (e) apesar de suas divisões e disputas, eles souberam compor suas diferenças para fazer frente unidos à ameaça comum a todos. Ao mesmo tempo,

> enfrentando a má vontade dos meios de divulgação, os trabalhadores rurais não conseguem obter um apoio efetivo do operariado e das classes médias urbanas para sua causa, não obstante a adesão formal das cúpulas sindicais e de algumas entidades da sociedade civil. Pior do que isso: não conseguiram sequer forjar uma sólida unidade na luta pela reforma. (Sampaio, 1985, p.3)

Embora o Estado assuma o caráter de "poder decisório supremo" no que diz respeito à luta pela terra, o surgimento da UDR e a oposição direta que essa organização passou a fazer ao MST, bem como as ações legais e ilegais que desenvolve na defesa da propriedade da terra, evidenciam que a luta pela terra se dá num verdadeiro contexto de luta de classes.

A invasão da fazenda Santa Elmira, situada entre o Salto do Jacuí e Tupanciretã, no Rio Grande do Sul, em março de 1989, por cerca de 3 mil trabalhadores sem terra, tornou evidente o confronto direto entre estes (liderados pelo MST) e os grandes proprietários (organizados pela UDR). Logo após a invasão, segundo relato da imprensa estadual, a UDR acantonou mais de duzentos homens armados na fazenda (*Zero Hora*, 12/3/89, p.36). No desenrolar dos acontecimentos, a presteza com que os soldados da Brigada Militar entraram na área e expulsaram os invasores, brandindo justificativa legal e partindo para a luta armada, na qual vários sem-terra ficaram feridos e 22 foram presos, considerados líderes da invasão (entre os quais, um padre), demonstrou que o Estado está pronto para defender a lei, em apoio aos grandes proprietários de terras. Além disso, ficou evidenciada a polarização e iminência de um conflito mais agudo; mostrando sua determinação para a defesa de seu patrimônio, o presidente da UDR afirmou que, embora a associação procure resolver os conflitos por meio da Justiça, está pronta para o confronto "se for necessário" (*Zero Hora*, 14/3/89 p.50).

A LUTA CONTRA A CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS

Outra forma de luta pela terra, visando a sua conservação diante da ameaça de desapropriação para a construção de barragens, tem também agitado os estados do sul do país desde o final dos anos 70. No estado do Paraná eclodiu, entre 1978 e 1981, o movimento Justiça e Terra, dos agricultores expropriados pela barragem de Itaipu (Germani, 1982). No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, a mobilização dos agricultores seguiu-se

imediatamente ao anúncio de um projeto governamental com o objetivo de construir 22 barragens na região do Alto Uruguai, para as quais seria necessária a desapropriação de cerca de 45 mil hectares e o desalojamento de uma grande quantidade de agricultores, muitos dos quais dificilmente fariam jus a alguma indenização por não possuírem títulos de propriedade das terras que ocupavam. Os agricultores formaram a Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens (Crab) e, em abril de 1989, organizaram o I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens.

Nas lutas contra a construção de barragens coloca-se, de um lado, uma população relativamente heterogênea – embora a maioria sejam agricultores –, residente na área da barragem, e, de outro, o Estado, claramente identificado como representante de interesses financeiros e industriais.

De início, os participantes das lutas questionavam, principalmente, a forma de uma compensação econômica, e considerada justa por eles, que levasse em conta não apenas a indenização das benfeitorias e da "propriedade da terra", mas também o direito de "uso da terra"; posteriormente, a partir da intervenção de agentes externos nos estudos e discussões sobre o impasse, passaram a questionar também a, possivelmente, exagerada amplitude do programa e, até mesmo, a eletrificação baseada em barragens, devido aos custos sociais que ela acarreta.

A organização das lutas beneficiou-se tanto de experiências anteriores, como a que se deu por ocasião da construção da barragem do Passo Real (RS), em 1970, e da construção da barragem de Itaipu (PR), em meados da década de 1970 – nas quais muitos dos agricultores desapropriados não puderam obter terras equivalentes às que perderam –, como de mobilizações ocorridas pela obtenção de terra e das lutas pela defesa dos preços dos produtos agropecuários, ocorridas na mesma região.

Desde o início da mobilização, verifica-se a ação da Igreja, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Graças a sua articulação às CEBs, a organização dos participantes das lutas foi feita em torno de núcleos locais e municípios e de uma comissão coordenadora. Além disso, como indica Grzybowski (1987, p.28-9), os grupos "... desenvolveram formas de democracia de base e ação direta, dando grande capacidade de mobilização e respaldo às lideranças".

A mobilização conta com o apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais, embora tenha autonomia em relação a eles. As ações efetuadas são fundamentalmente "legais": resistência a deixar a terra, reuniões, envio de correspondência a ocupantes de postos governamentais importantes, entre outras; em resumo, trata-se, antes de mais nada, de ações cujo objetivo principal é chamar a atenção dos meios de comunicação e do público, visando pressionar as autoridades.

Apesar da motivação e do esforço da população ameaçada de expulsão, não se pode dizer que sua mobilização tenha sido bem-sucedida. Se

há algum atraso na construção das barragens em relação ao cronograma oficial, ele se deve mais a causas financeiras do que à mobilização da população envolvida. No entanto, algumas "conquistas" das lutas ocorridas em torno dos projetos de construção das barragens no Rio Uruguai podem ser mencionadas: o reconhecimento, pelo Estado, dos representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens do Uruguai e a sua inclusão em grupos de estudo, visando a busca de soluções para a população atingida; e a promessa, nem sempre cumprida, de atendimento de algumas de suas reivindicações, referentes, principalmente, a reassentamento em outra área e prazos para pagamento das indenizações.[6] Semelhantemente, como mostrou a análise das lutas sociais ocorridas no estado do Paraná após 1978, a conquista principal foi "a recuperação do inconformismo e do espaço público para sua manifestação pelas camadas populares" (Ferreira, 1987, p.48).

Tanto a luta pela conservação como a luta pela obtenção da terra têm como justificativa a resistência à expulsão provocada pela modernização e pela crescente capitalização da agricultura brasileira. Simultaneamente, cresce, entre os trabalhadores do campo, a consciência de seus **direitos** e a decisão de lutar por seus interesses de classe. Suas lutas consistem, também, numa **recusa à proletarização**, tanto no meio rural quanto no meio urbano. Contudo, tendo em vista o exemplo de países desenvolvidos – onde, de um modo geral, menos de 10% da população ativa total permaneceu na agricultura, e as migrações do campo para a cidade não foram acompanhadas de lutas dos desapropriados do meio rural para permanecer na terra – e a situação vivenciada no Brasil no início da década de 1970, em que se verificou o aumento das taxas de emprego industrial, ao mesmo tempo que as lutas no campo eram reduzidas, em grande parte, devido à repressão imposta pelo regime militar, parece evidente que, em muitos casos, essa **resistência à exclusão** ou **recusa à proletarização** não seria tão forte caso as possibilidades de inserção econômica dos imigrantes do campo, nos setores secundário e terciário, fossem maiores.

AS LUTAS PELA DEFESA DOS PREÇOS DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Registraram-se também, no Rio Grande do Sul, a partir de 1978, diversas ações de protesto de pequenos produtores rurais (às vezes, com eles, médios e grandes produtores), visando, principalmente, a obtenção de melhor remuneração para seus produtos (e, em conseqüência, para seu trabalho).

[6] Ver Scherer-Warren e Reis (1989) a esse respeito.

Destacam-se as ações de produtores de uva e de fumo, dependentes da estrutura agroindustrial, reivindicando melhor classificação e preços para esses produtos e pagamento à vista ou corrigido pelos índices de inflação; a mobilização dos produtores de soja, em 1980, pleiteando o fim do confisco cambial a que a soja exportada havia sido submetida visando a proteção da indústria nacional; o protesto dos criadores de suínos, em 1981, com o objetivo de obter melhor preço e políticas mais favoráveis ao produto; o movimento dos produtores de leite em 1982 e anos seguintes, requerendo melhores preços e colocando em xeque os interesses dos produtores, dos intermediários (principalmente transportadores), das cooperativas de produtores, das indústrias processadoras e dos consumidores (Brumer, 1985; Santos, 1982).

As ações efetuadas consistem, fundamentalmente, em manifestações públicas que contam com a participação massiva dos produtores. Em algumas dessas manifestações, os produtores comparecem com suas máquinas, dando, com o impacto da ocupação das ruas das cidades provocado pelo tamanho e quantidade de seus instrumentos de trabalho, maior visibilidade a seus protestos. A maioria dessas demonstrações é feita dentro de uma relativa ordem, evitando atritos com os poderes públicos. Uma quase exceção a essa regra foi a manifestação dos criadores de porcos, os quais, desejando chamar a atenção das autoridades, soltaram leitões de um avião e promoveram a matança de alguns animais.

Essas manifestações são promovidas pelos produtores de um determinado produto, e a elas não se integram os de outros produtos. Quase sempre, a coordenação das manifestações é feita pelos sindicatos de trabalhadores rurais das regiões produtoras de um produto determinado, com apoio da federação sindical (Fetag) e das cooperativas responsáveis pela comercialização daquele produto. Em alguns casos, como no de produtores de soja, os interesses dos pequenos produtores são semelhantes aos dos grandes produtores, e é difícil caracterizar a mobilização como, tipicamente, de pequenos produtores.

Como o Estado assume a definição das políticas agrícolas e fixa os preços de venda dos produtos e o valor das taxas de juros, as manifestações, em essência, dirigem-se a ele. Isso ocorre mesmo quando, como no caso do fumo e da uva, definem-se claramente os dois campos em conflito: de um lado, os produtores, e de outro, os industriais.

Em resumo, entre as características dessas lutas estão a segmentação e a particularidade de objetivo. Isto é, as diferentes lutas por preços de produtos são desenvolvidas apenas pelos produtores diretamente envolvidos na produção de um dado produto, e a defesa desse produto específico é seu único objetivo. Como conseqüência, esses diferentes movimentos são constituídos, de um modo geral, por categorias de trabalhadores ou produtores distintos quanto ao tipo de produtos e à importância econômica de suas

unidades de produção, os quais extinguem sua participação ou paralisam suas atividades comuns após terem obtido algum sucesso ou terem atingido seu objetivo principal. Além disso, tanto os mediadores como os aliados (grandes produtores, cooperativas e empresas agropecuárias, por exemplo, em alguns casos) podem ser distintos. Em decorrência, a experiência alcançada nessas diferentes lutas, em que pese ter contribuído para aumentar a consciência e a disposição para a participação em ações de protestos e reivindicação, não tem provocado a união dos produtores envolvidos na produção de produtos distintos em torno de interesses comuns.

Os resultados dessas lutas foram, de modo geral, bastante limitados. As lutas têm servido principalmente para prevenir as autoridades de que os produtores ultrapassaram um limite suportável de insatisfação, acima do qual existe o risco do abandono da produção. As medidas tomadas, em decorrência das manifestações, são apenas tópicas, atenuando o problema sem resolvê-lo definitivamente. Os resultados das lutas, por isso mesmo, são parciais.

A LUTA PELA CONQUISTA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

Outra luta que merece destaque é a das mulheres agricultoras, em busca de seu enquadramento como beneficiárias diretas da Previdência Social.

A mobilização das mulheres apresenta pelo menos dois aspectos importantes para a análise. O primeiro diz respeito à mudança e ampliação de objetivos, e o segundo refere-se às tentativas de intermediação e liderança feitas por diferentes grupos.

Os objetivos, inicialmente, referiam-se apenas a melhorias no atendimento médico e hospitalar aos pequenos produtores rurais como um todo, passando, em seguida, ao destaque de reivindicações específicas da assistência previdenciária às mulheres (Brumer, 1988). A mobilização foi iniciada por homens e, logo a seguir, contou com a atuação das mulheres, que passaram a participar ativamente, reivindicando posteriormente a autonomia do movimento.[7] A participação ativa das mulheres levou-as a tornar mais complexa a questão. Para serem incluídas como beneficiárias diretas da Previdência Social, deveriam deixar de ser consideradas depen-

[7] Embora sua visão do significado de autonomia não tenha sido ainda convenientemente estudada, acredita-se que ela contenha pelo menos três aspectos: a visão de que o movimento das mulheres constitui uma ação independente, não manipulada pelos homens; sua independência em relação aos sindicatos de trabalhadores rurais apoiadores da direção da Fetag; e sua não vinculação partidária. Esses aspectos precisariam ser mais bem definidos e examinados quanto a seus limites efetivos.

dentes dos maridos, e passar a ser reconhecidas como "trabalhadoras" e co-responsáveis pela unidade de produção. Seu reconhecimento como trabalhadoras depende não apenas de uma redefinição jurídica da unidade de produção familiar, mas também da demonstração de que, de fato, trabalham no estabelecimento agrícola e conhecem seus principais problemas. Devido a isso, passaram a reivindicar também o atendimento das necessidades dos produtores rurais no que diz respeito às políticas agrícolas, levando a público a problemática da produção familiar na agricultura. Além disso, na medida que foram encontrando barreiras para o encaminhamento dos problemas específicos referentes às mulheres – sua inclusão como beneficiárias diretas da Previdência Social e sua consideração como trabalhadoras rurais – destacou-se a questão de sua inclusão como sócias dos sindicatos de trabalhadores rurais, a qual colocava, como o sistema de Previdência Social, o obstáculo de que, legalmente, existe apenas uma pessoa – geralmente o homem – responsável pela unidade de produção agrícola.

No que diz respeito à tentativa de liderar o movimento das mulheres, as organizações e/ou grupos envolvidos são vários. No início, a mobilização foi liderada por sindicatos de trabalhadores rurais e por cooperativas, na região do Alto Uruguai. Posteriormente, as cooperativas afastaram-se, passando o movimento a ser influenciado, além dos sindicatos de trabalhadores rurais, por representantes da Igreja, por líderes dos trabalhadores ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, mais recentemente, pelo serviço estatal de assistência ao produtor rural, a Associação Riograndense de Empreendimentos, Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Os diferentes grupos envolvidos procuraram incutir no movimento sua própria visão do processo em andamento, uns pregando a união dos trabalhadores rurais com os trabalhadores urbanos, outros defendendo o contrário, bem como tentando preservar a família rural daquilo que o contato com o meio urbano poderia ter de maléfico: a "feminização" das mulheres e o aumento de suas reivindicações na relação homem/mulher, o aumento das separações dos casais e dos divórcios, e a defesa do aborto, entre outros.

Como resultado da atuação de diferentes agentes externos, o movimento das mulheres encontra-se atualmente dividido em pelo menos três grupos: o movimento das "Margaridas", o movimento das "mulheres da roça" e o movimento das "trabalhadoras rurais", dos quais cada um tem maior força em diferentes regiões ou municípios do Rio Grande do Sul.

Com objetivo comum, os três grupos tiveram a luta pelo enquadramento das mulheres do campo como beneficiárias diretas da Previdência. Entre elas estão a tentativa de integração das lutas das trabalhadoras rurais com as das trabalhadoras urbanas, feita pelo "Margaridas"; a autonomia em relação aos sindicatos e à Fetag, reivindicada pelo "mulheres da roça"; e a ênfase

das "trabalhadoras rurais" em questões específicas da mulher (tais como a programação de palestras sobre a participação da mulher na sociedade, sobre seus direitos e sobre seu corpo e sexualidade) e num desvinculamento das questões políticas, enquanto os dois outros grupos colocam questões econômicas e políticas como prioritárias, vindo após as questões mais claramente "feministas" (estabelecidas principalmente em termos de novas formas de convivência nas áreas de cultura, família, educação, religião, relação social e distribuição de tarefas entre homens e mulheres). O movimento das "Margaridas" recebe apoio da CUT e do PT, mas, embora várias de suas líderes sejam membros da primeira ou de ambos, elas enfatizam que nem a central de trabalhadores e nem o partido político têm influenciado as discussões e decisões internas do grupo; contrariamente a isso, segundo elas, é o grupo de mulheres que, após as reuniões, encaminha à CUT suas conclusões e reivindicações. O movimento das "mulheres da roça" é apoiado pelas "oposições sindicais" e pela Igreja, colocando-se como independente dos sindicatos de trabalhadores rurais ligados à Fetag. O grupo defende a participação efetiva, e não apenas simbólica, das trabalhadoras rurais nos movimentos de massa, tais como sindicato e central de trabalhadores. Ao mesmo tempo, sustenta que "... as trabalhadoras rurais devem desenvolver um espaço próprio de organização e mobilização como forma de poderem avançar na conquista de seus direitos" (Documento da Organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul, 1988, p.7). Já o movimento das "trabalhadoras rurais" é apoiado principalmente pela Fetag e por órgãos governamentais, como a Emater, que participou de um Congresso da Trabalhadora Rural promovido pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) em Brasília, em 1986, e pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), cuja atuação no meio rural se dá basicamente pelos clubes de mães. A principal crítica feita por integrantes das "Margaridas" a esse grupo é que ele evita a discussão de classe social e procura incorporar tanto trabalhadoras como empregadoras rurais.

Pode-se considerar que o movimento das mulheres do campo foi bem-sucedido, uma vez que a nova Constituição, promulgada recentemente, contemplou o atendimento da maioria de suas reivindicações relativas à Previdência Social, embora nem todas tenham sido colocadas em prática até o presente. Trata-se, agora, de saber que rumos sua mobilização tomará. O mais provável é que ela se desarticule, e deixe de existir como movimento logo que as principais demandas sejam efetivadas. Na hipótese de sua continuidade, pode-se esperar um maior avanço no que diz respeito à conscientização das mulheres quanto a sua situação de gênero, algo que, até o momento, a maioria das mulheres do campo se recusou a fazer, provavelmente devido à dependência econômica em relação aos maridos e/ou pais.

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS LUTAS SOCIAIS NO CAMPO

Uma das primeiras questões colocadas para a análise sobre os movimentos sociais é saber se os diferentes grupos envolvidos nas lutas sociais têm interesses comuns. Uma primeira distinção pode ser estabelecida entre as lutas pela terra e as mobilizações visando a melhoria dos preços dos produtos agrícolas. Os atores das lutas pela terra são os sem-terra: parceiros, posseiros ou filhos de pequenos proprietários agrícolas, trabalhadores assalariados. São apoiados principalmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelas lideranças de alguns sindicatos de trabalhadores rurais nas áreas de conflito, além da CUT e do PT. As lutas por preços dos produtos são promovidas por pequenos produtores, aliados, algumas vezes, como no caso da soja, a médios e grandes produtores; são apoiadas, e geralmente incentivadas, pelas cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais.

É preciso ressaltar que as lutas bem-sucedidas pela terra, de que resultou a conquista da terra pelos trabalhadores envolvidos, colocam uma questão adicional. Esses trabalhadores deixam de ser sem-terra e, mesmo que continuem vinculados ao MST e apoiados por ele, passam a ter que resolver problemas, tais como sua instalação numa nova área, obtenção de crédito, adoção de determinadas técnicas produtivas e busca de mercados para seus produtos, e a ter interesses pelos preços dos produtos a serem comercializados e dos insumos a serem adquiridos, entre outros. Tornam-se, então, pequenos produtores rurais, com interesses semelhantes aos daqueles, embora tenham questões específicas a serem resolvidas.

A transformação dos atores – de **sem-terra** a **colonos** – revela uma atitude da Igreja, até certo ponto contraditória, que constitui um dos principais agentes externos na luta pela terra, mas que não se tem engajado de forma semelhante nas lutas promovidas por pequenos produtores. Como aponta Grzybowski (1987, p.71),

> a Igreja empresta um caráter bíblico-político à luta pela terra como luta contra o "negócio", não percebendo que a tal luta, em si mesma, não é outra coisa que reintegração na estrutura e no negócio.

Uma segunda distinção pode ser estabelecida no interior dos movimentos de pequenos produtores, segmentados segundo o produto, cuja melhoria de preço ou condições de venda ou de produção está sendo reivindicada. Assim, na medida em que se especializam em um produto principal destinado à comercialização, os produtores são suscetíveis às variações nas condições de produção e nos preços desse produto, e não nos de outros.

As diferentes categorias de pequenos produtores familiares têm maiores possibilidades de se unirem quando são identificados problemas comuns a

todos os produtos (por exemplo, no caso do aumento dos preços dos insumos agrícolas concomitantemente ao congelamento dos preços de venda dos produtos). No entanto, o fato de existirem interesses coletivos não significa, necessariamente, que serão originados movimentos sociais, pois pode ocorrer, ao mesmo tempo, a percepção de uma "injustiça partilhada", que pode diluir a motivação para a luta.

Uma terceira distinção aparece quando se contrapõem a mobilização das mulheres, de um lado, e as lutas pela terra e as mobilizações por preços dos produtos agrícolas, de outro. Enquanto as lutas pela terra e as mobilizações por preços resultam de situações objetivas de classe, a mobilização das mulheres insere-se mais claramente dentro do que se pode denominar de direitos relativos à cidadania. Trata-se, nesse sentido, de equiparar as trabalhadoras rurais às trabalhadoras urbanas, em termos de direitos sociais. Em resumo, trata-se de obter a ampliação dos benefícios e do número de beneficiados da Previdência Social. A mobilização das mulheres, no entanto, na medida em que incorporou a problemática mais geral dos pequenos produtores rurais, referente a sua situação como produtores, mostrou um potencial integrador das lutas de uma classe social, algo que provavelmente será desativado se sua mobilização for interrompida.

Da mesma forma como esses diferentes tipos de lutas sociais são apenas remotamente reunidos numa luta comum, conforme o movimento sindical apresenta reivindicações de caráter geral, raramente eles ultrapassam o meio rural e não têm conseguido nem o apoio de outros movimentos sociais importantes, como o movimento operário, nem a constituição de alianças que privilegiem um projeto mais global para as classes desfavorecidas da sociedade brasileira.

No que se refere à participação de homens e mulheres, de um modo geral, os homens assumem a liderança e são os principais protagonistas dos movimentos de pequenos produtores. No entanto, do mesmo modo que são ativas na produção agropecuária, as mulheres foram co-participantes desses movimentos, embora com uma forma distinta, não facilmente visível, de participação. As mulheres estiveram presentes em quase todas as lutas registradas no Rio Grande do Sul, muitas vezes participando junto aos homens, outras vezes incentivando-os a uma contribuição mais ativa, mas, de qualquer modo, sempre possibilitando, com seu trabalho na produção de gêneros de subsistência, a maior intervenção dos homens. Apesar disso, a não ser pela mobilização em torno da ampliação dos benefícios da Previdência Social, os homens não dão às mulheres possibilidades de uma participação mais igualitária. Em algumas ocasiões, como nas invasões de terras e na criação de acampamentos, ainda que as mulheres tenham colaborado em praticamente todas as atividades, eles não abrem mão do processo de tomada de decisões e de direção das ações. Em outras ocasiões, eles empurram as mulheres à luta, mas pretendem continuar no controle. A

mobilização efetuada pelas mulheres, no entanto, embora não tenha sido suficiente para modificar as relações cultural e socialmente estabelecidas entre homens e mulheres, abre caminho para um avanço nessa direção.

CONCLUSÕES

Como conseqüência da mobilização e do intercâmbio de idéias, mais do que pelos resultados obtidos, as diferentes lutas sociais ocorridas no meio rural do Rio Grande do Sul representaram um importante fator de tomada de consciência dos problemas comuns que afetam os pequenos produtores agrícolas, e de uma evolução do processo de formação de uma identidade coletiva. Evidentemente, ainda está longe a constituição de um ou mais grupos de interesse de trabalhadores sem terra ou de pequenos produtores capazes de efetuar com eficiência a defesa de seus interesses de classe. Porém, a penetração de um partido político, como o Partido dos Trabalhadores, entre os trabalhadores rurais, e a ampliação de seu espaço político, conforme evidenciada pelas eleições de 1988, poderão modificar essa perspectiva.

Dentre as lutas efetivadas, as que até agora mostraram maiores chances de ser bem-sucedidas são as que apresentam questões mais gerais, que dizem respeito à sociedade como um todo (como a ampliação dos direitos de cidadania, por exemplo) e que não confrontam, diretamente, interesses de grupos diversos. No entanto, as lutas que apresentaram maiores dificuldades de sucesso são as que colocam dois grupos opositores diretamente em conflito: trabalhadores sem terra *versus* latifundiários e mulheres *versus* homens. A dificuldade de sucesso nessas questões está, no caso da questão da terra, na necessidade de uma mudança estrutural que dificilmente poderá ser alcançada pelos meios utilizados; no caso da questão de gênero, na necessidade de modificações nas relações entre homens e mulheres, o que é temido tanto por eles como por elas.

O exame das lutas mostrou que, em geral, elas demandam a ação de agentes externos, os quais, em alguns casos, são fundamentais para encaminhar a luta em direção a um objetivo mais amplo e de maior alcance, conforme demonstra a análise das lutas pela terra; em outros casos, os agentes externos podem ajudar a dividir o grupo, como se verificou na mobilização das mulheres.

A ação dos agentes externos, contudo, leva ao questionamento da autonomia dos grupos e das lutas. Para que isso possa ser feito, torna-se necessário definir o significado da autonomia reivindicada pelos diferentes grupos em ação, e saber em relação a que e a quais grupos ela é colocada. Praticamente todas as lutas sociais sofrem a influência de agentes externos. Estes, no entanto, podem diferir na maneira como se relacionam com os

grupos em ação; em alguns casos, assumindo a orientação dos objetivos e a direção das lutas, em outros, permanecendo numa postura de sustentação às decisões dos grupos. A autonomia das lutas dependerá, então, da relação que os grupos estabelecem com esses agentes externos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

BRUMER, A. As lutas no campo no Rio Grande do Sul (1964-1983). *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS (Porto Alegre)*, n.13, p.198-218, 1985.

______. Mobilização de mulheres no campo no sul do Brasil. XII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Águas de São Pedro, 1988.

CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B., ALMEIDA, M. H. T. (Orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64.* São Paulo: Brasiliense, 1983.

DOCUMENTO da Organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul. Passo Fundo, maio/jun., 1988.

ESTATÍSTICAS CADASTRAIS ANUAIS. Brasília: Incra, 1986 (Dados preliminares).

FACHIN, L. E. O direito e o avesso na reforma agrária da Nova República. *Revista Reforma Agrária,* v.15, n.3, p.5-12, ago./dez., 1985.

FERREIRA, A. D. D. Movimentos sociais no Paraná 1978-1982. In: BONIN, A. A. et al. *Movimentos sociais no campo*. Curitiba: Criar, 1987.

GEHLEN, I. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado:* o caso da Fazenda Sarandi. Porto Alegre, UFRGS, 1983. Dissertação (Mestrado) em Sociologia.

______. A luta pela terra no sul a partir do caso dos colonos de Nonoai. In: SANTOS, J. V. T. (Org.). *Revoluções camponesas na América Latina*. São Paulo: Ícone, 1985.

GERMANI, G. *Os expropriados de Itaipu.* Porto Alegre, Propur/UFRGS, 1982. Dissertação (Mestrado).

GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.* Petrópolis: Vozes/Fase, 1987.

JACOBI, P. R. Movimentos sociais urbanos numa época de transição democrática: limites e potencialidades. In: SADER, E. (Org.). *Movimentos sociais na transição democrática.* São Paulo: Cortez, 1987a.

______. Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB),* s.l., Anpocs, n.23, p.18-34, 1.sem., 1987b.

MARTINS, J. S. *Expropriação e violência:* a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

______. *Os camponeses e a política no Brasil:* as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

NAVARRO, Z. O movimento dos sem-terra, os acampamentos e a luta pela terra (nota à luz da experiência dos colonos do sul do Brasil). *Revista Tempo e Presença,* CEDI, jun., 1988.

SAMPAIO, P. A. Saldo positivo (editoral). *Revista Reforma Agrária*, v.15, n.3, p.2-4, ago./dez., 1985.

SANTOS, J. V. T. Movimentos camponeses no sul: produtos e terra (1978-1981). *Revista Reforma Agrária*, v.12, n.3, p.30-54, 1982.

______. A gestação da recusa: o colono retornado dos projetos de colonização da Amazônia. In: SANTOS, J. T. (Org.). *Revoluções camponesas na América Latina.* São Paulo: Ícone, 1985.

SCHERER-WARREN, I. O que há de novo nos movimentos sociais no campo? (Trabalho apresentado no II Encontro Regional-Sul do Programa de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura. Florianópolis, maio, 1979).

______; REIS, M. J. O movimento dos atingidos pelas barragens do Uruguai: unidade e diversidade. *Cadernos do Ceas*, n.120, p.21-34, mar./abr., 1989.

SILVA, J. G. Reforma agrária, já? *Revista Reforma Agrária*, v.15 n.2, p.5-17, maio/jul., 1985a.

______. O "PNAREX", aquele que parece o PNRA, mas não é. *Revista Reforma Agrária*, v.15, n.3, p.13-1, ago./dez., 1985b.

TAVARES, R. *Reforma e contra-reforma agrária na transição política – Brasil (1979-1988)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. 56p. (Cópia xerox).

ZERO HORA. 11 dez. 1988. Porto Alegre, RBS, p.53.

ZERO HORA. 12 mar. 1989. Porto Alegre, RBS, p.36.

ZERO HORA. 14 mar. 1989. Porto Alegre, RBS, p.50.

2
A engrenagem das ocupações de terra[*]

Lygia Sigaud

INTRODUÇÃO

Ocupar terras e nelas montar acampamentos tornou-se, nos últimos vinte anos, a forma apropriada para reivindicar a reforma agrária no Brasil. Dela se valem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o movimento sindical e outras tantas organizações existentes no mundo rural. O Estado brasileiro tem conferido legitimidade à pretensão dos *movimentos* (como se autodenominam e são denominadas essas organizações), ao desapropriar as fazendas ocupadas e redistribuir as terras entre os que se encontram nos acampamentos.

Esse é um fato novo na história brasileira. Houve ocupações com montagem de acampamentos no período anterior a 1964, como no Rio Grande do Sul, desencadeadas pela entrada na fazenda Sarandi, município de Ronda Alta (Eckert, 1984; Rosa, 2006), e no estado do Rio de Janeiro, iniciadas com o acampamento do Imbé, município de Campos (Grynzpan, 1987; Ernandez, 2007). Não se tornaram, contudo, a forma adequada de demandar desapropriação de terras. Havia outras maneiras de fazê-lo, notadamente as mobilizações pela mudança na Constituição (Camargo, 1981). Com o golpe militar de 1964, tornou-se impossível promover ocupações. Muitas das terras assim obtidas foram devolvidas aos seus proprietários e os militantes das organizações de trabalhadores rurais tornaram-se alvo da repressão policial e militar.

* Este texto é uma versão modificada de artigo publicado em *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP* (SIGAUD, 2005).

A partir do final dos anos 70, as ocupações com instalação de acampamento foram retomadas no Rio Grande do Sul, no mesmo município de Ronda Alta, e se alastraram pelo estado. Foram organizadas por *colonos*[1] e, ao se expandirem, apoiadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Igreja Católica. Esse núcleo criou, em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST (Stedile e Fernandes, 1999; Fernandes, 2000). Em meados da década de 1980, graças a uma política de expansão da organização, há registros de ocupações em vários estados brasileiros. Em 1993, o Congresso Nacional estabeleceu que a improdutividade das terras caracterizava o não-cumprimento da função social da propriedade, caso previsto pela Constituição de 1988 para proceder à desapropriação. As ocupações generalizaram-se em todo o país, promovidas não apenas pelo MST, mas também pelos sindicatos de trabalhadores rurais e por dezenas de outras organizações criadas com o objetivo precípuo de ocupar terras. Nesse período, o Instituto Nacional da Reforma Agrária (Incra), que até então tinha uma atuação modesta, começou a desapropriar as terras ocupadas e a redistribuí-las entre os acampados, tornando-os *parceleiros*, isto é, titulares de uma parcela de terra. As ocupações, os acampamentos e as desapropriações a eles associadas indicam, portanto, uma inflexão no modo de proceder das diversas organizações no mundo rural e do Estado. Daí poder-se falar de um fato novo.

Para analisar essa mudança, tomarei como ponto de partida o caso de Pernambuco, estado da federação com o maior número de ocupações de terras desde a segunda metade da década de 1990. A Zona da Mata é a região onde se registra uma concentração expressiva de acampamentos, instalados em engenhos, como são denominadas as grandes plantações produtoras de cana-de-açúcar.[2] Procurarei inscrever as ocupações na história recente da região canavieira, mostrar as condições sociais que contribuíram para que ocupar e acampar se tornasse a forma apropriada de reivindicar a reforma agrária, e examinar as implicações dessa transformação social. Para isso, buscarei amparo em pesquisa empírica desenvolvida desde 1997 nos municípios de Rio Formoso e Tamandaré, situados no litoral sul do estado, sobre as ocupações de dezesseis engenhos (Camaçari, Amaragi,

---

[1] As palavras grifadas correspondem a categorias nativas. *Colono* é o termo que designa os descendentes dos imigrantes alemães, italianos e poloneses que se estabeleceram no Sul do país a partir de 1824, como pequenos produtores.

[2] A região canavieira de Pernambuco é uma das zonas de mais antiga colonização do país. No século XVI os portugueses ali implantaram a agricultura da cana e a produção do açúcar. Desde o final do século XIX a cana é explorada em grandes propriedades por fornecedores e usineiros, e emprega uma mão-de-obra numerosa. Para a história recente das relações sociais no mundo dos engenhos, ver Correa de Andrade (1964; 1989), Eisenberg (1977), Garcia Jr. (1983), Heredia (1979), Mello (1975), Palmeira (1977) e Sigaud (1979).

Serra d'Água, Minguito, Mato Grosso, São Manuel, Cipó, São João, Brejo, Mamucaba, Jundiá de Cima, Coqueiro, Saué Grande, Sauezinho, Mascatinho e Laranjeiras), ocorridas entre 1992 e 2000.[3]

A FORMA ACAMPAMENTO

A primeira ocupação de que se tem notícia em Rio Formoso foi organizada por *militantes*, como são chamados os quadros do MST, e sindicalistas do município.[4] Em abril de 1992, cerca de 1.200 pessoas (homens, mulheres e crianças) entraram no Engenho Camaçari, instalaram um acampamento e reivindicaram a desapropriação das terras.

Camaçari era tido como patrimônio da Rede Ferroviária Federal. Os donos da usina Cucaú conseguiram provar que o engenho lhes pertencia, e o juiz da comarca determinou o despejo dos ocupantes por uma força policial formada por centenas de homens. Muitos voltaram para suas casas. Cerca de oitocentos deles, no entanto, remontaram o acampamento em Vermelho, área de pequena propriedade em Rio Formoso, e a partir de lá iniciaram uma saga de ocupações em engenhos que, conforme critérios do Incra, poderiam ser considerados improdutivos e, portanto, passíveis de desapropriação. As ocupações foram promovidas conjuntamente por militantes do MST e pelos sindicalistas de Rio Formoso até 1996, quando estes passaram a organizá-las sozinhos.

Com a reconstituição dos diversos acampamentos, foi possível perceber seus aspectos recorrentes. Todos eles haviam sido promovidos por um movimento, fosse ele o MST ou o movimento sindical. O movimento convidava as pessoas para participarem da ocupação, realizava reuniões preparatórias, escolhia a terra a ser ocupada e tomava as providências necessárias para realizar a ocupação, como transporte etc. Após a entrada no engenho, à noite ou ao amanhecer, os participantes buscavam locais altos e visíveis, próximos às matas e aos cursos d'água. Lá armavam as barracas com a madeira que retiravam da mata, cobriam-nas com folhas e, por fim, com um plástico preto grosso, que denominavam *lona*. As barracas eram alinhadas de modo a formar ruas. A montagem do acampamento compreendia também a instalação de um mastro elevado no qual era içada a

---

[3] Para este texto foram retomadas análises anteriores (Sigaud, 2000; Sigaud et al., 2006), o material reunido para a exposição *Lonas e bandeiras em terras pernambucanas* (www.lonasebandeiras.com.br) e estudos feitos na mata pernambucana. O corpus analisado é constituído de entrevistas e histórias de vida dos que participaram das ocupações, da observação feita nos acampamentos e de documentação do Incra.

[4] Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais estão organizados a partir de uma base municipal. Na mata pernambucana, a grande maioria dos associados é constituída por assalariados dos engenhos.

bandeira da organização que o estava promovendo. No começo era utilizada apenas a bandeira do MST, já que os sindicatos só viriam a ter suas próprias bandeiras quando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), que nucleia os sindicatos, passou a incluir em sua programação as ocupações de terra.

O número de participantes era variável, podendo ir de mais de cem, como no caso do Engenho São João, ocupado em 1996, até pequenos grupos, como os nove que ocuparam o Brejo em 1997. Após a ocupação e a montagem das barracas, o número de envolvidos tanto podia crescer, com a chegada de mais pessoas – e o exemplo é novamente o Brejo, que chegou a contar com mais de sessenta acampados –, quanto reduzir, como ocorreu em São João, onde restaram apenas dezenove pessoas, e Cipó (ocupado em 1993), que passou de oitenta a 35 ocupantes. As reduções se davam pela saída espontânea ou pela exclusão daqueles cujo comportamento era considerado inaceitável pelos demais.[5]

Do ato da ocupação tendiam a participar preferencialmente os homens adultos, as mulheres e crianças chegavam depois. A montagem da barraca sinalizava a participação no acampamento. Os indivíduos com freqüência não permaneciam ali todo o tempo, pois a maioria não interrompia as atividades destinadas à manutenção da família, saindo para trabalhar nos canaviais, fazer biscates na construção civil, atuar como vigias ou vendedores ambulantes, catar caranguejos nos mangues etc., enquanto as famílias ficavam cuidando das barracas. Havia ainda aqueles que passavam longos períodos fora, deixando a barraca fechada, sozinha, ou com um parente ou conhecido tomando conta. Periodicamente retornavam e assim reafirmavam seus laços com os demais.

Em todos os acampamentos havia uma divisão do trabalho organizada em comissões, como as encarregadas da segurança, que zelava pelo acampamento, sobretudo à noite, e da alimentação, que administrava o aprovisionamento dos participantes. Os movimentos tratavam de conseguir dos órgãos governamentais, sobretudo o Incra, mas também das prefeituras, da câmara dos vereadores e das igrejas locais, alimentos para os acampados, além de promover pedágios nas estradas para arrecadar dinheiro e coletar gêneros nos estabelecimentos comerciais.

Os participantes dos acampamentos eram oriundos da própria região canavieira, ainda que alguns procedessem do Agreste, zona vizinha com pequenas propriedades. Os adultos tinham uma história de trabalho e de vida nos canaviais. Alguns haviam exercido outros ofícios, como pedreiros, serventes, condutores de caminhões e tratores, vigias, vendedores ambu-

[5] Dentre os comportamentos alvos de forte censura figuram os abusos alcoólicos e o emprego da força física ou de armas na regulação de conflitos. Nem sempre, no entanto, culminam em expulsão, que depende da avaliação da coordenação e do conjunto dos acampados.

lantes e domésticas. Havia famílias com filhos pequenos e adolescentes, mas também indivíduos sós, pessoas que ainda trabalhavam e aposentados. Muitos se dirigiam aos acampamentos após convite dos militantes do MST ou de sindicalistas. O trabalho de mobilização era realizado nas *pontas de rua*, nome dado às periferias das pequenas cidades da Zona da Mata, onde residem aqueles que se situam nas posições mais baixas da hierarquia social: os trabalhadores manuais. Eram convidados também, nos engenhos, aqueles trabalhadores que possuíam um contrato de trabalho.

A duração dos acampamentos era variável, podendo ser de meses, quando eram desfeitos com a desapropriação das terras, ou anos, como no caso de Mamucaba, acampamento iniciado em 1998 e que ainda estava montado em 2004. Quase todos os acampamentos da área foram desfeitos após mandato judicial, quando os proprietários das terras solicitaram a reintegração de posse, concedida pelo juiz da comarca. Aos despejos seguia-se, via de regra, a remontagem do acampamento no mesmo local ou em suas imediações, na beira das estradas.[6] Muitos estiveram sujeitos também aos ataques de milícias privadas de fazendeiros, que agiam por conta própria para desalojar os ocupantes, como ocorreu em Mascatinho, em Jundiá de Cima e em Mato Grosso.

Após a primeira ocupação, o engenho se tornava objeto de reivindicação da desapropriação e os participantes transformavam-se em pretendentes à redistribuição das terras. Mesmo quando não estava localizado nas terras pretendidas, o acampamento permanecia a elas associado e era reconhecido pelo nome do engenho. Assim, o acampamento de Cipó, despejado logo após a ocupação, esteve estabelecido durante mais de um ano na localidade vizinha de Vermelho; o de Mato Grosso, esvaziado após ataque das milícias, estabeleceu-se numa parcela de Minguito, já desapropriada; e o de Jundiá, atacado no dia da ocupação por mais de cem homens reunidos pelo fazendeiro, fixou-se na beira da estrada.

Havia um vocabulário próprio associado às ocupações e aos acampamentos. Dizia-se preferencialmente *ocupar* em vez de invadir, verbo este empregado pela mídia, pelos proprietários e pelo senso comum. Para descrever a ocupação individual, os trabalhadores utilizavam o verbo *entrar*. Quando chegavam com a intenção de *entrar*, perguntavam antes ao coordenador responsável se havia *vaga*, como se estivessem procurando um emprego. O objetivo da entrada era *pegar terra* e a vida no acampamento era freqüentemente descrita como um estar *debaixo da lona preta*, o que sinalizava uma situação de penúria e de sujeição às intempéries (chuva, calor excessivo durante o dia e frio à noite).

[6] O mandato judicial de reintegração vale apenas para promover um despejo. Quando a terra é reocupada, o proprietário deve solicitar nova reintegração, o que muitos preferem não fazer.

Os acampamentos eram, portanto, muito mais do que a mera reunião de pessoas para reivindicar a desapropriação de um engenho. Eram sempre organizados por um movimento, compreendiam técnicas ritualizadas de realizar a ocupação, uma organização espacial, uma etiqueta para entrar no acampamento e nele se instalar, regras para ali conviver, um vocabulário próprio e elementos dotados de forte simbolismo, como a bandeira e a lona preta, que constituíam os marcos distintivos. Essa combinação de aspectos modelares constitui uma forma, a *forma acampamento* (Sigaud, 2000). Trata-se de um modelo engendrado no Sul do país, ao longo do processo que desembocou na constituição do MST. Seus militantes, deslocados para o Nordeste, ali o implantaram e, na mata pernambucana, o modelo foi progressivamente ajustado às condições locais.

Entre 1987 e 2003, o Incra desapropriou 194 propriedades em Pernambuco, dentre as quais dezesseis engenhos,[7] na área compreendida pelos municípios de Rio Formoso e Tamandaré (o antigo distrito, emancipado em 1996) e contemplou com parcelas de terra os que já residiam e trabalhavam no engenho, conforme determina a legislação, e também os que se encontravam acampados. Em catorze delas tinham ocorrido ocupação e estabelecimento de acampamentos, o que revela a estreita relação entre a forma acampamento e as desapropriações promovidas pelo Estado.

A CRENÇA NA *LONA PRETA*

A implantação da forma acampamento na mata pernambucana nada tem de evidente. Não há elementos na história recente da região que autorizem a supor que o território dos engenhos, tradicionalmente sob o controle estrito dos patrões, viesse a ser ocupado com acampamentos; que o MST viesse a agir junto à massa de trabalhadores ali onde os sindicatos tinham uma hegemonia incontestável; que os sindicalistas passassem a ocupar terras; e que os trabalhadores se dispusessem a ocupar propriedades de outrem. Para entender como tais desdobramentos tornaram-se possíveis, é preciso examinar as ocupações e os acampamentos a partir de quadros sociais e históricos mais amplos.

No final da década de 1980, o governo brasileiro alterou suas diretrizes em relação à agroindústria açucareira, no bojo de uma política mais geral de retirada do Estado da economia: suprimiu os subsídios que há décadas garantiam o preço da cana e do açúcar; privatizou as exportações que até então eram feitas pelo Instituto do Açúcar e do Álcool; e permitiu a elevação

[7] Foram eles: Amaragi, Serra d'Água, Minguito e Mato Grosso, em Rio Formoso, e Cipó, São João, Saué Grande, Sauezinho, Cocal, Cocalzinho, Coqueiro, Jundiá de Cima, Laranjeiras, Mascatinho, Brejo e Ilhetas.

da taxa de juros. Essas medidas, assim como uma grande seca ocorrida no período, desencadearam uma crise no setor. Muitos patrões, fossem eles industriais do açúcar ou fornecedores de cana, não lograram adaptar-se à falta de proteção do Estado e faliram. Outros tantos trataram de se reestruturar. Milhares de trabalhadores perderam o emprego, quer pela falência dos patrões, quer pelo *downsize* promovido pelas empresas em reestruturação (Correa de Andrade, 2001).

No final dos anos 90, das quatro usinas que exploravam a cana na área estudada, apenas Trapiche, cuja sede está localizada em Sirinhaém (município limítrofe ao norte de Rio Formoso), estava em situação tida como sólida e equilibrada. Cucaú, sediada em Rio Formoso, saía de um pedido de concordata. Santo André, localizada em Tamandaré, não havia moído cana na safra de 1996-7 e desde 1995 não honrava regularmente o pagamento dos trabalhadores. Central Barreiros, situada em Barreiros, ao sul de Tamandaré, entregara ao Banco do Brasil treze de seus engenhos (nove dos quais localizados em Pernambuco e quatro no estado vizinho de Alagoas) para pagar dívidas e habilitar-se a novos empréstimos. Essa usina, que na safra de 1988-9 havia moído quase 650 mil toneladas de cana, chegava à de 1996-7 com uma produção de 350 mil toneladas (Sindicato das Indústrias do Açúcar de Pernambuco, 1999). Nos engenhos explorados por fornecedores, denominados *particulares*, a queda de produção também era acentuada. Amaragi, um dos maiores engenhos de Rio Formoso, com uma produção de 30 mil toneladas de cana nos anos 70, produzia apenas 6 mil em meados dos anos 90. Nesse engenho, como em outros, houve igualmente suspensões do pagamento dos salários e, nessa época, 3 mil trabalhadores encontravam-se desempregados, segundo estimativa dos dirigentes sindicais. As ocupações ocorreram precisamente nesses engenhos falidos, onde as terras tornaram-se improdutivas pelos critérios técnicos do Incra. Vulneráveis, muitos patrões não tiveram mais como garantir o território de seus engenhos, e os trabalhadores desempregados tornaram-se o alvo privilegiado dos convites para realizar as ocupações.

Foi nessa conjuntura, e no âmbito de um processo de expansão pelo território nacional (Fernandes, 2000; Stedile e Fernandes, 1999), que o MST chegou à Zona da Mata pernambucana. No litoral sul, os militantes do MST se aliaram aos sindicalistas e começaram a ocupar os engenhos, trazendo a tecnologia apropriada para ocupar terras, montar e administrar os acampamentos. Os sindicalistas colaboraram com seus quadros, com os contatos entre os trabalhadores e com a infra-estrutura de que dispunham, sobretudo as instalações sindicais (Rosa, 2004, p.77). A ocupação de Camaçari, em 1992, foi produto dessa cooperação, e é vista até hoje como um marco inaugural: "Tudo começou em Camaçari", costumam dizer com freqüência as lideranças e os trabalhadores que participaram desta e das ocupações subseqüentes, e é o que afirma explicitamente o MST em sua história oficial (www.mst.org.br/mstpe). A partir de então, o MST logrou

recrutar jovens e em pouco tempo montou uma rede de militantes, que passou a atuar na área a serviço do movimento e de suas ocupações.

A aliança de sindicalistas de Rio Formoso com o MST chama a atenção. Embora a reforma agrária fosse uma reivindicação sempre presente na agenda do movimento sindical, não se cogitava ocupar terras para obtê-la.[8] Como mostra Rosa (2004), as pretensões de sindicalistas mais jovens de ascenderem no campo sindical e dos mais velhos de construírem uma carreira na política municipal teriam contribuído para que tal aliança se produzisse no litoral sul naquele momento de crise da agroindústria açucareira. A partir de 1996, os sindicalistas passaram a montar sozinhos os acampamentos nos engenhos da região.

No plano estadual, a Fetape foi sendo progressivamente pressionada por alguns sindicalistas, já participantes em acampamentos, a incluir as ocupações em sua programação. Naquele momento, os sindicalistas não detinham mais o monopólio da representação dos trabalhadores, adquirido progressivamente a partir do início da sindicalização rural, em 1962, e estavam ameaçados de perder a força e o prestígio de que desfrutavam em Pernambuco. Em 1997, a Fetape já ocupava tantas terras quanto o MST.[9] A inflexão do movimento sindical deu um impulso espetacular às ocupações em Pernambuco, que aumentaram em progressão geométrica. Entre 1990 e 1994, o estado era o sexto em número de ocupações, com 28 de um total nacional de 421, e o quarto em famílias envolvidas, com quase 5 mil de um total de aproximadamente 75 mil. Entre 1995 e 1999, período no qual a Fetape também realizava ocupações, tornou-se o primeiro estado tanto em número de ocupações, 308 de um total de 1.855, quanto em número de famílias, 35 mil de um total de cerca de 256 mil.[10]

Para os trabalhadores rurais da mata pernambucana, instalar-se por meio de ocupação em um engenho, sem a autorização do dono, para obter para si uma parcela das terras desapropriadas dos patrões não fazia parte do horizonte dos possíveis. Eles só acediam a um engenho após terem sido aceitos para prestar serviços e se estabeleciam em locais designados pelo patrão e seus prepostos. Havia a utopia do *engenho liberto* (Sigaud, 1979, p.205-22), no qual poderiam cultivar seus *sítios* e roçados,[11] criar tantos animais quanto desejassem e trabalhar para o patrão apenas quando necessitassem de dinheiro. Tudo isso pressupunha a presença do dono e não implicava a idéia

[8] Na história recente da mata pernambucana há registro apenas da ocupação do Engenho Pitanga, em 1986. A partir da reconstituição da história dessa ocupação, feita por Wanderley (2003), é possível perceber que ela não se inscrevia em uma política de ocupações sistemáticas da Fetape.

[9] Ver *Diário de Pernambuco*, 11 jun. 1997.

[10] O número de ocupações e famílias em Pernambuco foi extraído de quadros elaborados por Fernandes (2000, p.270-2)

[11] O vocábulo *roçado* designa uma área de terra móvel, cedida pelo patrão, na qual os trabalhadores cultivam lavouras de ciclo curto. *Sítio* é utilizado para designar uma área de terra fixa e com árvores frutíferas, também cedida pelo patrão a alguns de seus trabalhadores.

da propriedade para o trabalhador. Explicar o ato de ocupar os engenhos como o produto de uma vontade prévia de possuir a terra não se sustenta, portanto, à luz dos conhecimentos disponíveis.

O desemprego resultante da crise da agroindústria açucareira poderia ser uma explicação alternativa e atraente para dar conta das ocupações, e é dela que se valem os sindicalistas e os militantes para justificar o afluxo aos acampamentos: uma vez perdido o emprego, os trabalhadores teriam atendido aos convites e ido para os acampamentos. O problema é que sempre houve desemprego na entressafra da cana, no período entre março e agosto. Ainda que com a crise essa situação tenha se agravado – e as ocupações tenderam a ocorrer exatamente ao término da moagem –, estar desempregado parece não ter sido condição suficiente para estar nos acampamentos. Milhares de trabalhadores sem emprego preferiam continuar fazendo biscates a ir instalar-se sob a *lona preta* e recusavam os convites com o argumento de que não queriam a terra. Contudo, outros trabalhadores, com um contrato de trabalho em vigor, participavam das ocupações e montavam suas barracas, tratando de conciliar a presença no acampamento com o trabalho formal para o patrão, como aqueles de Pedra de Amolar, engenho da usina Cucaú, que formaram o núcleo da ocupação do engenho Mato Grosso em Rio Formoso, em 1999.

Os trabalhadores que entre 1997 e 2000 se encontravam nos acampamentos afirmavam que lá estavam para *pegar terra*. Tinham origens sociais e trajetórias distintas, como já foi assinalado. A análise de suas histórias revela uma diversidade de situações precedentes a sua entrada no acampamento: alguns haviam perdido o emprego; outros tinham ficado sem casa após a grande enchente ocorrida no Rio Formoso em 1997; outros ainda queriam recomeçar a vida após uma crise familiar (separação, doença ou morte); outros se sentiam atraídos pela presença de conhecidos e parentes no acampamento e pela proximidade do local de moradia; e alguns aceitaram o convite porque tinham relações estreitas com militantes e sindicalistas e neles confiavam.

Edmilson foi um dos primeiros a entrar no Brejo. No dia da ocupação, estava indo para a feira quando cruzou com Dedé, militante do MST, que conhecia de vista e que o chamou para o acampamento, dizendo que era um *movimento certo*, e pediu-lhe que arranjasse mais gente. Embora nunca tivesse participado de uma ocupação, a idéia não lhe era estranha. Ele trabalhava em Ilhetas, engenho da Central Barreiros, que, como os demais, estava sem pagar salário. Assíduo às reuniões sindicais, já ouvira falar de várias ocupações.

Amaro Santino encontrava-se no Brejo em setembro de 1997. Havia entrado no acampamento no dia 27 de maio, um mês e meio depois da ocupação. Tinha 48 anos e dezoito filhos, dos quais quinze viviam com ele. Nascido em Sirinhaém, havia morado 29 anos em um engenho da Usina Trapiche, mas desentendeu-se com o cabo do engenho e preferiu ir embora: entregou a *ficha* (demitiu-se) e foi para Tamandaré, onde residia um irmão. Ouviu falar do Brejo pelo rádio:

> Eu digo: o engenho Brejo está com problema com o Incra. Chamando bastante gente [a referência é um programa de rádio mantido pelo MST]. Aí também houve este problema comigo lá [em Trapiche]. Aí eu digo: vou-me embora lá para o Incra [Brejo] [sic].

Nazareno, acampado no Brejo, morava em Tamandaré e vivia de vender frutas, peixe e caranguejo preparados por sua mulher.

> Aí fiquei aí, andando, aí sempre passando aqui [Brejo]. Aí vi esse negócio desse movimento. Aí quem me falou foi Zezinho. Zezinho é um militante, não é? É um coordenador. Aí eu fui gravando, gravando [o que ele dizia]. Aí um dia eu vim aqui. Aí falei, os meninos disseram [para ficar]… Aí eu fiz esse barraquinho aqui.[12] [sic]

Palhaço morava em Rio Formoso e foi acampar em Mamucaba, em 1999:

> Aí, meu pirralhinho adoeceu, sabe? A catinga da maré, a catinga da lama podre – é, da maresia – aí deixei, eu disse: Eu vou vender esse barraco aqui, aí eu vendi, dei em mercadoria pra mulher, e a mulher foi para a casa da mãe dela, passar quinze dias na casa da mãe dela, e eu vim aqui pr'os sem-terra.

Dalvino, originário do Agreste, também acampou em Mamucaba, em 1999:

> Foi quando vim pr'aqui, atrás de serviço, novamente. Fiquei aqui, bati, bati, bati, não arranjei serviço nas empresas, nas usinas, aí vinha embora de novo pro sertão. Mas foi tempo que um cara, um colega meu aí disse: "Vai pr'os sem-terra!" Aí eu vim pr'aqui [acampamento de Mamucaba].[13]

Em meio a tamanha diversidade compartilhavam, no entanto, uma crença: a de que uma vez debaixo da lona preta poderiam, no curto prazo, melhorar suas condições de vida, ter terra para plantar e criar animais, e crédito do governo para construir uma casa e produzir e, sobretudo, poder estabelecer-se por conta própria sem depender de um patrão.

Assim, Amaro Santino (acampado no Brejo) contava que "quis pegar um terreno [pedaço de terra] para trabalhar mais meus filhos para deixar de ser obrigado a estes patrões". Daniel Pedro, acampado no Brejo, dizia:

> Porque eu estou com 44 anos. É, 44 anos de sofrimento na empresa, entendeu? E não adquiri nada. Que eu trabalhei este tempo todinho para os outros e não adquiri nada. E eu trabalhando. Agora vou tentar. Porque eu trabalhando para mim não adquiri. Também não tenho nada contra a sorte. Porque perdido por perdido eu já estou, certo? ... Acho que o melhor futuro meu é isso aí [o acampamento]. Também, que se eu perder, não estou perdendo nada... Vou jogar na vida, na sorte... [sic]

[12] Os relatos a respeito do Engenho Brejo foram coletados em setembro de 1997 pela autora.
[13] Os relatos a respeito do Engenho Mamucaba foram coletados por David Fajolles em setembro de 1999.

E também Edmilson (acampado no Brejo):

> Que eu queria… eu tenho vontade de trabalhar para eu… [trabalhar] para os outros, o movimento caiu. Eu trabalhando para eu não cai. Eu estou andando para frente. Porque tenho filha, mais a mulher; [trabalhando] para os outros eu vou para baixo. Não vai dar certo mais [sic].

A crença de que um futuro melhor passava pela lona preta constitui-se assim em um elemento decisivo para explicar e compreender a disposição dos trabalhadores de se instalarem nas terras dos patrões. Como essa crença teria surgido é difícil, senão impossível, reconstituir. Pode-se apenas indicar a sua existência e formular a hipótese de que teria se constituído progressivamente, a partir de Camaçari. Alguns participantes daquela ocupação contam que no início poucos iam às reuniões preparatórias, pois desconfiavam do que lhes era dito e temiam o que lhes pudesse vir a acontecer. Progressivamente o grupo foi aumentando. A presença dos sindicalistas de Rio Formoso naquelas reuniões certamente revestiu-as de credibilidade e contribuiu para que as resistências fossem desmontadas. Quando, a partir de 1993, o Incra começou a desapropriar as terras ocupadas em Rio Formoso, a crença ganhou força e solidez, e as pessoas passaram a ter menos medo e menos dúvidas a respeito da pertinência de entrar nas terras.

O fato novo nesse momento é a crença de que debaixo da lona preta poderiam almejar um futuro melhor. Na década de 1990, junto com a ida para o Sul do país ou para o Recife (a capital de Pernambuco), a mudança de emprego e de patrão e a assinatura da carteira de trabalho, a lona preta passa a fazer parte do repertório das possibilidades de "melhorar de vida". Tratava-se de uma alternativa nova, mas ainda assim uma alternativa, como qualquer outra. Interpretando-a dessa forma, pode-se melhor explicar fatos que permaneceriam obscuros se encarássemos a ida para os acampamentos como produto de uma conversão à "luta pela terra", como análises encantadas sobre as ocupações sugerem. Um desses fatos é a saída dos acampamentos. Quando um indivíduo passa a fazer parte de uma ocupação, crê e aposta nas possibilidades da lona preta. Os despejos, os ataques das milícias privadas, a morosidade do processo de desapropriação do engenho ("essa terra não vai sair", costumam dizer) contribuem para produzir o desânimo, abalam a crença e a convicção de estarem fazendo uma boa aposta. Se, nessas circunstâncias, surgir outra possibilidade que para o trabalhador pareça mais atraente, ele não hesitará em ir embora. A partida não significa a perda da crença. Muitos dos trabalhadores depois de algum tempo regressavam ao mesmo acampamento ou entravam em outro.[14]

---

[14] Estudos feitos em acampamentos no estado do Rio de Janeiro por Ernandez (2003) e em São Paulo por Loera (2006) indicam estar em jogo uma lógica nas saídas semelhante à que identificamos na mata pernambucana.

A crença nas possibilidades abertas pela lona preta não é generalizada na mata pernambucana. Mas o fato de não crer nelas hoje, não implica não crer amanhã. Desde 1997 mantive contato com muitos trabalhadores que a princípio não queriam nem ouvir falar em pegar terra e que posteriormente encontrei em um acampamento. No entanto, a crença não produz efeitos automáticos. Muitas vezes aqueles que acreditam nessa possibilidade preferem aguardar uma oportunidade melhor. De um ponto de vista sociológico, o que importa é que essa crença passou a figurar no horizonte dos possíveis.

A implantação da forma acampamento na mata pernambucana foi produto de uma mudança na figuração social (Elias, 1986, p.154-61), favorecida por uma conjugação de condições sociais: a crise entre os patrões, a atuação do MST, a inflexão dos sindicalistas e a gênese de uma nova crença. Para identificá-las foi necessário estranhar a existência dos acampamentos e perguntar: como eles se tornaram possíveis? Chegar a essa conclusão não teria sido possível se eu ignorasse a história das relações sociais e escolhesse enveredar na busca de uma causa que determinasse um resultado, fosse ela "econômica", "política" ou "cultural", quaisquer que sejam os sentidos que se atribuam a esses termos.

UM ATO FUNDADOR E LEGITIMADOR

A entrada nos engenhos e a instalação dos acampamentos não ocorreram num quadro preexistente de conflitos por terra. O exame da conjuntura no período que antecedeu as ocupações revela a inexistência de sinais de descontinuidade marcantes nas relações sociais. Havia interrupção de pagamento, como em Amaragi, Sauezinho, Saué Grande e Coqueiro; morte do dono, como em Cipó; entrega dos engenhos ao Banco do Brasil para o pagamento de dívidas pela Usina Central Barreiros, como nos casos de Brejo, Serra d'Água, Minguito, Mascatinho e Jundiá de Cima. Todas essas situações poderiam ter sido enfrentadas de forma costumeira, por meio de processos na Justiça do Trabalho ou pela espera da chegada de novos donos,[15] e não necessariamente evoluiriam para a desapropriação das terras.

Foram os movimentos que, ao promoverem a entrada nos engenhos e os acampamentos, produziram uma inflexão no rumo dos acontecimentos: criaram um conflito de terra ali onde ele não existia e solicitaram ao Incra a desapropriação. Não cabe aqui especular o porquê da ocupação daqueles

[15] Desde que a legislação trabalhista foi estendida ao campo, em 1963, os trabalhadores dos engenhos passaram a ajuizar ações na Justiça contra os patrões para cobrar direitos trabalhistas. Após o golpe militar, a prática foi privilegiada pelos sindicalistas e se tornou a forma por excelência de enfrentamento com os patrões (SIGAUD, 1999). A mudança de dono, contudo, era um fato corriqueiro. Ela se fazia com alguma tensão, mas passado o período de adaptação ao estilo do novo patrão as relações se equilibravam.

engenhos, uma vez que se sabe que era esse o objetivo dos movimentos naquele momento e que aqueles engenhos, salvo Serra d'Água e Minguito,[16] poderiam se enquadrar nos novos critérios do Incra. Trata-se tão-somente de destacar que foi por meio da forma acampamento que problemas passíveis de uma solução costumeira foram transformados em um conflito por terra.

O Incra, por sua vez, aceitou a legitimidade dos procedimentos: reconheceu os movimentos como representantes autorizados a solicitar desapropriações, acatando suas demandas, e os participantes das ocupações como pretendentes legítimos à terra, dando-lhes uma parcela. Conferiu também tanto aos movimentos quanto aos participantes dos acampamentos uma existência oficial em seus registros. Assim, nas tabelas referentes às ocupações, nomeadas como "áreas de conflitos" (conflitos que, como se viu, foram criados pelos movimentos), figuram, ao lado das colunas com informações relativas à localização do conflito, ao tamanho da propriedade, ao número de famílias residentes, uma coluna com o número de famílias acampadas e outra com o nome do movimento que esteve na origem da ocupação. Nos formulários destinados a cadastrar os futuros parceleiros, figura o "acampado", categoria sem amparo legal, ao lado de outras reconhecidas pelo direito, como trabalhador rural, posseiro etc.

Como mais de 90% das desapropriações feitas pelo Incra contemplam as ditas áreas de conflito, ocupar engenhos e neles montar acampamentos, ou, melhor dizendo, valer-se da forma acampamento, tornou-se um recurso incontornável. Esse é o ato que cria o conflito por terra e desencadeia o processo que poderá desembocar na desapropriação.[17] O caso do Engenho Tentúgal, de propriedade da Usina Central Barreiros, no município de São José da Coroa Grande (extremo sul do litoral), constitui nesse sentido um caso exemplar. Com a crise da usina, em situação de falência, os trabalhadores que residiam e trabalhavam no engenho tiveram seus salários suspensos. Confrontados com tal situação, vislumbraram na lona preta uma solução para seus problemas. Sabiam que sem um movimento à frente do processo não conseguiriam coisa alguma. Procuraram então os sindicalistas do município e pediram que organizassem um acampamento no engenho, que, no entanto, logo se desfez, por falta de acompanhamento dos sindicalistas (conforme versão dos trabalhadores). Ao saberem que havia militantes

---

[16] Esses engenhos eram produtivos, segundo os critérios do Incra, e estavam arrendados. Foram desapropriados porque a Usina Central Barreiros, a proprietária, os havia entregue ao Banco do Brasil.

[17] Após o pedido de desapropriação, o Incra envia uma equipe de técnicos ao engenho para proceder à vistoria. Se constatada a improdutividade, dará andamento ao processo. A documentação é enviada para Brasília, ao Incra nacional, que a submete ao presidente da República. Cabe a ele assinar o decreto estabelecendo que a propriedade não cumpre sua função social. Segue-se a desapropriação, na qual o proprietário recebe, pela terra, uma indenização em títulos da dívida agrária (TDA) com valor de mercado, e, pelas benfeitorias, uma indenização em dinheiro.

do MST na área, apelaram a eles para que fizessem novo acampamento e solicitassem a desapropriação. Em 1999, o acampamento foi remontado, não com a entrada dos trabalhadores nas terras, uma vez que os acampados já residiam no engenho, mas com a montagem do acampamento com a bandeira do MST e as lonas pretas, símbolos indicadores da questão de terra. Os donos pediram a reintegração de posse e o acampamento foi desmontado, deixando que os participantes continuassem residindo ali, mas com a destruição das barracas e o confisco da bandeira. Nos anos seguintes, o acampamento foi remontado várias vezes e, em 2002, o Incra desapropriou Tentúgal. Esse caso, que não se ajusta à norma seguida na maioria das ocupações,[18] tem a virtude de mostrar o quanto o recurso à forma acampamento já havia adquirido um caráter imperioso: não bastava encaminhar um pedido de desapropriação, era preciso fazê-lo de modo apropriado. A *forma* é o modo.

As ocupações de terras com montagem de acampamentos constituem uma linguagem simbólica, um modo de fazer afirmações por meio de atos, e um ato fundador de pretensões à legitimidade. Ao promover uma ocupação e um acampamento, o movimento diz ao Incra que deseja a desapropriação das terras, ao proprietário que quer suas terras e aos outros movimentos que aquela ocupação tem um dono. Essa linguagem é bem compreendida por todos: o Incra entende que há um pedido de desapropriação e desencadeia o processo, o proprietário percebe a possibilidade de ficar sem suas terras e age na defesa de seus interesses, solicitando a reintegração de posse, e os outros movimentos respeitam a bandeira do concorrente e não ocupam aquela terra. Com o ato de ocupar, os movimentos legitimam suas pretensões à desapropriação e ao reconhecimento de que aquela ocupação é sua. Ao montar sua barraca, o trabalhador diz que quer a terra. Essa afirmação está dirigida ao Incra, que no momento de selecionar os futuros parceleiros irá contabilizar os que se encontram debaixo da lona preta; ao movimento, que o incluirá em suas listas a serem apresentadas ao Incra; e aos demais que se encontram no acampamento, que irão reconhecê-lo como alguém que quer a terra. A barraca legitima a pretensão a pegar terra; é a prova material do interesse em ser contemplado no momento da redistribuição das terras. O estar debaixo da lona preta é representado como um sofrimento que torna aqueles que a isso se submetem merecedores da recompensa terra. Em alguns casos, quando a ocupação se prolongava por muito tempo, como em Mamucaba, chega a estruturar-se uma hierarquia de legitimidade, a partir de critérios como o tempo de permanência no acampamento, a participação nas atividades, a presença constante, a coragem demonstrada

[18] A maioria dos acampamentos da mata pernambucana foi constituída pelo grupo que ocupou o engenho. Há casos, no entanto, de acampamentos montados por moradores para reivindicar a desapropriação. Foi o que ocorreu em Amaragi, Sauezinho, Saué Grande e Coqueiro.

nos momentos de despejo ou de enfrentamento com as milícias privadas enviadas pelos proprietários para atacar os acampamentos.[19] Tal hierarquia não produzia efeitos para as seleções do Incra. Servia, no entanto, para classificar os indivíduos entre os mais e os menos merecedores.

As desapropriações ocorridas na mata pernambucana têm sido, portanto, o resultado de um processo desencadeado pelas ocupações e acampamentos, que caracterizaram uma situação de conflito por terra assim reconhecida pelo Incra. Graças à legitimidade conferida por esse organismo, a forma acampamento tornou-se a maneira apropriada de fazer demandas. A sanção do Estado contribuiu assim para que ocupar terras e instalar-se em barracas viesse a se constituir em atos destinados a legitimar pretensões dos movimentos e dos indivíduos. Sobre aqueles que tinham interesse em fazer viver um movimento ou em pegar terra, abateu-se a coerção de passar pela forma. Como a greve, que a partir do século XIX tornou-se a forma por excelência para fazer demandas ao patronato (Schorter e Tilly, 1978), a ocupação com acampamento tornou-se a forma para fazer demandas ao Estado relativas à terra.

DEPENDÊNCIA RECÍPROCA E RELAÇÕES DE CONCORRÊNCIA

Em suas manifestações nos espaços públicos, as autoridades governamentais, sobretudo as do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra, e os representantes dos movimentos tendem a entreter uma retórica belicosa, como se suas relações fossem de enfrentamento permanente. Assim, nos últimos dez anos, a mídia vem divulgando, com bastante freqüência, declarações de autoridades nas quais se afirma que a reforma agrária será feita nos termos da lei e que não serão aceitas violações da ordem constitucional (as invasões de propriedades privadas). Da parte dos movimentos, são habituais as acusações de que o Governo não realiza a reforma agrária e as ameaças de novas ondas de ocupações de terra. O tom das hostilidades foi elevado durante os oito anos do governo Fernando Henrique e amenizou-se bastante no governo Lula. Ora, essa retórica, ainda que remeta a tensões entre as partes, oculta as relações de estreita cooperação e dependência entre Estado e movimentos.

Até o presente momento, o Estado brasileiro não colocou em marcha uma política, nem tópica, nem massiva, de desapropriação de terras improdutivas, que a Constituição e a regulamentação de 1993 autorizariam implementar. Na ausência de uma política própria para proceder às desapro-

[19] Essa hierarquia de legitimidades foi identificada no acampamento de Mamucaba. Cf. Sigaud et al. (2006, p.61-3).

priações, tem dependido dos movimentos, que lhe indicam, por meio das ocupações e acampamentos, as fazendas a serem objeto de sua intervenção. Nesse sentido, pode-se afirmar que os movimentos têm fornecido as diretrizes para a política do Estado brasileiro em relação à questão fundiária: as fazendas desapropriadas são aquelas que foram ocupadas. Basta cotejar as listas de desapropriações feitas nos últimos três governos (Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Lula), e fornecidas pelo Incra, com as das ocupações e acampamentos fornecidas pelos movimentos para constatar a relação estreita entre desapropriações e ocupações. Os funcionários do Estado justificam as desapropriações alegando tratar-se de "áreas de conflito". Trata-se seguramente de uma linguagem que sobreviveu de um tempo no qual eram efetivamente desapropriadas áreas onde havia um conflito preexistente, como tendeu a ocorrer na Amazônia, onde foram registrados nos anos 70 e 80 enfrentamentos sangrentos entre posseiros e grileiros. Ora, como já foi visto aqui, quem cria o conflito são os movimentos. A ocupação e o acampamento caracterizam uma situação de conflito e lhe dão visibilidade. A linguagem das áreas de conflito tem efeitos eufemizadores, que ocultam o caráter arbitrário do conflito.

O Estado depende ainda dos movimentos para selecionar os destinatários da redistribuição das terras desapropriadas, escolhidos entre os que participam das ocupações e que foram reunidos pelos movimentos. Contrariamente ao senso comum, não existe uma massa de sem-terra ansiando pelo acesso à terra; os movimentos criam a demanda ao convidarem os trabalhadores para ocupar as fazendas. São eles que lhes abrem a possibilidade de ter acesso a uma terra com a qual muitos nunca haviam sonhado, como foi possível constatar em larga escala na pesquisa feita entre os assentados após a desapropriação nos engenhos da mata pernambucana.[20] Ao aceitarem o convite e se instalarem nos acampamentos, os indivíduos se tornam *sem-terra* porque passam a reivindicar a terra para si. Começam então a se identificar dessa forma, que é a modalidade apropriada de se representar no espaço dos acampamentos, e passam também a ser vistos pelos demais, do campo e da cidade, como *sem-terra*. Não se costuma considerar *sem-terra* o trabalhador que vive nas pontas de rua, sobrevivendo de trabalhos eventuais e de biscates, ou os trabalhadores contratados nos engenhos: eles não estão envolvidos em ocupações e acampamentos, condição indispensável para serem identificados dessa forma. Os movimentos criam, portanto, não apenas a demanda como as condições de possibilidade de se tornar um *sem-terra* e vir a ser contemplado pela reforma agrária.

[20] Foi no âmbito de uma pesquisa em curso, sobre os assentamentos de Rio Formoso e em Tamandaré, que constatei que os trabalhadores que participaram dos acampamentos nunca pensaram na possibilidade de ter sua própria casa e um pedaço de terra dentro dos engenhos dos patrões.

De sua parte, os movimentos dependem fortemente do Estado para levar adiante seu programa de ocupações de terras, pois os benefícios a serem obtidos constituem um poderoso argumento para chamar as pessoas para as ocupações. Em seus relatos a respeito do convite de que foram alvo, os trabalhadores referiam-se com freqüência ao fato de lhes ser dito que o Incra estava dando terras; que as terras para onde iriam eram improdutivas e, portanto, seriam desapropriadas; que se fossem para o acampamento receberiam cestas básicas dadas pelo mesmo Incra;[21] que quando houvesse a desapropriação teriam acesso a créditos para fazer uma casa, se sustentarem por algum tempo até poderem começar a produzir e ainda teriam recursos para tocar a produção. Cada desapropriação de um engenho ocupado e cada liberação de créditos para áreas de assentamentos confirmam a justeza do que é anunciado e favorecem a aceitação de novos convites para futuras ocupações. Assim, a dinâmica das ocupações é tributária da política de Estado. Sem ela, os movimentos não teriam esperanças fundadas a oferecer a seu público-alvo e encontrariam dificuldades para reunir pessoas para as ocupações. Não teriam também se fortalecido, nem se multiplicado, como ocorreu na mata pernambucana, onde são contabilizados nove movimentos (Rosa, 2004, p.172-3).

Incra e movimentos estão assim vinculados por laços de dependência recíproca e de cooperação tácita. Como essas relações se inscrevem numa figuração, nos termos de Norbert Elias, na qual há indivíduos vinculados a outros poderes da República, como o Judiciário, a outros movimentos e também a outros atores, como os proprietários, elas tendem a ser complexas e tensas. Assim, a maioria das desapropriações na mata pernambucana foi feita após uma intensificação da pressão dos movimentos sobre o Incra, por exemplo, as de Sauezinho, Saué Grande, Coqueiro, Cocal e Cocalzinho (engenhos da Usina Santo André localizados em Tamandaré), que só se efetivaram, em fins de 1999, após um acampamento de mais de 45 dias de cerca de cem trabalhadores daqueles engenhos em frente à sede do Incra, no Recife. Contra essas desapropriações se interpunham os donos da Usina Santo André, com o apoio de políticos de peso no cenário nacional. Via de regra, o que aparece, por ser objeto de atenção da mídia, é a tensão. Procurou-se aqui colocar em relevo a dimensão oculta da dependência e cooperação que têm contribuído fortemente para entreter a engrenagem da forma acampamento.

Finalmente, caberia destacar que a generalização da forma acampamento tem sido tributária também das relações de dependência que vinculam cada movimento com as pessoas que mobilizou e conduziu com sucesso

[21] Nos acampamentos pesquisados houve, em algum momento, distribuição de cestas básicas. Embora a distribuição fosse intermitente, a possibilidade de ter acesso a ela constituía um atrativo importante para os trabalhadores que, fora dos acampamentos, não seriam contemplados.

à obtenção da terra, bem como das relações de concorrência entre os movimentos. Os indivíduos que obtiveram a terra e acesso aos créditos, por intermédio de ocupações, se sentem devedores ao movimento que tornou isso possível. A dívida implica obrigações, como lealdade e cooperação, as quais são descritas como um *compromisso*. Os movimentos contam, portanto, com os antigos acampados, e hoje detentores de uma parcela, quando há marchas e manifestações a promover e, sobretudo, quando se trata de fazer novas ocupações. Eles vão para fazer número, ensinar a técnica de ocupar, animar os neófitos e, com seu exemplo, mostrar que a esperança na lona preta tem fundamento. Em todas as ocupações havia um núcleo constituído por assentados.[22] O capital simbólico (prestígio) e o poder relativo (posição na correlação de forças) dos movimentos são constituídos por aquilo que é reconhecido como seus feitos e suas vitórias: as ocupações e desapropriações. Os movimentos competem para acumular cada vez mais capitais, o que se constitui em elemento decisivo para entender a espiral de ocupações (cf. Smircic, 2000; Sigaud, 2000; Sigaud et al., 2006; Rosa, 2004).

CONCLUSÃO

As ocupações de terra no Brasil são reconhecidas como um fato notável dentro e fora das fronteiras nacionais. São freqüentemente encantadas, em um registro positivo, como uma nova manifestação da "luta por terra" por parte da massa de "pobres" errantes pelo país, ou, em registro negativo, como o produto demoníaco da manipulação das massas por agitadores. Não busquei neste texto entrar em tais debates sobre o caráter das ocupações, mas tão-somente explicar e compreender como se tornaram possíveis. Para tanto, fiz determinadas opções metodológicas. Parti da etnografia dos acampamentos e da comparação entre eles, o que permitiu identificar a existência de uma forma. Em seguida, problematizei as condições de possibilidade de implantação de tal forma. Para tanto, inscrevi os acampamentos na história das relações sociais em que ocorriam e, sobretudo, procurei compreender a motivação dos que lá se encontravam. Como chamou a atenção que a reivindicação pela terra tivesse que passar por toda uma performance de barracas de lona preta e bandeiras hasteadas em mastros, perguntei-me sobre o que estava em jogo na montagem do acampamento

[22] O *compromisso* com o movimento foi encontrado também nos acampamentos estudados por Ernandez (2003) no estado do Rio de Janeiro, por Loera (2006) em São Paulo e por Brenneisen (2003) no Paraná. A participação de assentados em ações dos movimentos tem sido interpretada equivocadamente por alguns estudiosos como resultante do mandonismo dos dirigentes das organizações (ver em especial NAVARRO, 2005). Tal interpretação resulta, por um lado, do desconhecimento da lógica na qual se inscreve o *compromisso* e, por outro, de uma visão normativa a respeito do dever ser das relações entre o "movimento" e sua base.

para os movimentos e para os indivíduos: tratava-se de atos que tornavam legítimas as pretensões. Em seguida, procurei explicar a dinâmica e a institucionalização da forma. Os elementos da resposta foram encontrados nas relações de dependência recíproca e concorrência que vinculam o Estado, os movimentos e os indivíduos.

Na Zona da Mata de Pernambuco, as ocupações não resultaram de uma demanda preexistente por terras. Os movimentos criaram a demanda e ela tem sido alimentada pelas práticas do Estado. Como houve indivíduos dispostos a atender aos convites dos movimentos, e a crer na possibilidade aberta de "melhorar de vida", eles passaram a participar de ações que os estudiosos costumam classificar como expressões da "luta pela terra". Vários são os efeitos dessa "luta", dentre eles destacam-se a condição de possibilidade da política de desapropriação do Estado brasileiro nos últimos vinte anos, a criação e o fortalecimento de dezenas de movimentos de ocupação de terra e, sobretudo, o fato de que, graças a ela, centenas de milhares de indivíduos lograram obter a atenção do Estado brasileiro, beneficiando-se do acesso à terra e de políticas de crédito. Não fosse essa "luta", tenderiam a permanecer ignorados, como boa parte da população, ou apenas seriam alvos de programas pontuais e emergenciais. É certo que a base da análise é o caso da mata pernambucana, mas um caso bem estudado ilumina o estudo de outros, coloca em questão idéias bem estabelecidas e fornece pistas para novas pesquisas e um modelo de análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRENNEISEN, E. Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente. In: MARTINS, J. S. (Org.). *Travessias:* a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CAMARGO, A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano.* São Paulo: Difel, 1981. t.3.

CHAVES, C. A. *A marcha nacional dos sem-terra. Um estudo sobre a fabricação do social.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CORREA DE ANDRADE, M. *A terra e o homem no Nordeste.* São Paulo: Brasiliense, 1964.

______. *História das usinas de açúcar de Pernambuco.* Recife: Massangana, 1989.

______. ANDRADE, S. C. *A cana-de-açúcar na região da mata pernambucana.* Recife: CNPq/FJN/UFPE, 2001.

ECKERT, C. *Movimentos dos agricultores sem-terra no Rio Grande do Sul:* 1960-1964. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1984. Dissertação (Mestrado) em Ciências do Desenvolvimento Agrário. 353p.

EISENBERG, P. *Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco:* 1840/1910. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/Unicamp, 1977.

ELIAS, N. *Qu'est-ce que la sociologie*? Marselha: Editions de l'Aube, 1991.

ERNANDEZ, M. *"Zé Pureza":* etnografia de um acampamento no norte fluminense. Rio de Janeiro, UERJ, 2003. Tese (Doutorado) em Ciências Sociais. 258p.

______; TEIXEIRA, R. *Sementes em tricheira*: sócio-gênese das ocupações de terra no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relatório de pesquisa, Museu Nacional, 2006. 96p.

FERNANDES B. M. *A formação do MST no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GARCIA JR., A. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GRYNSZPAN, M. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1987. Dissertação (Mestrado) em Antropologia Social. 376p.

HEREDIA, B. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOERA, N. C. *A espiral das ocupações de terra*. São Paulo: Polis/Ceres, 2006.

MELLO, M. L. *O açúcar e o homem*. Recife: MEC/Instituto Joaquim Nabuco, 1975.

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, B. S. *Produzir para viver:* os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *Contraponto,* v.2, n.2, p.103-14, nov., 1977.

ROSA, M. C. *O engenho dos movimentos. Reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Rio de Janeiro, IUPERJ/UCAM, 2004. Tese (Doutorado) em Sociologia. 260p.

______. *Ocupações de terra no Rio Grande do Sul*: 1962-1979. Rio de Janeiro: Relatório de pesquisa, Museu Nacional, 2006. 93p.

SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

______. Les paysans et le droit: le mode juridique de règlement de conflits. In: *Social Science Information*, v.38, n.1, p.113-47, mar., 1999.

______. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, n.58, p.73-92, nov., 2000.

______. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v.17, n.1, p.266-80, jun., 2005.

______. et al. Os acampamentos da reforma agrária: história de uma surpresa. In: DE L'ESTOILE, B.; SIGAUD, L. (Orgs.). *Ocupações de terra e mudança social:* uma experiência de etnografia coletiva. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO AÇÚCAR DE PERNAMBUCO. *Boletins de Safra (1989-1999)*, Recife, 1999, ms.

SMIRCIC, S. C. *Com a cara e a coragem:* uma etnografia de uma ocupação de terras. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2000. Dissertação (Mestrado) em Antropologia Social. 113p.

STEDILE, J. P.; MANÇANO, F. B. *Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SCHORTER, E.; TILLY, C. *Strikes in France*: 1830-1968. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

WANDERLEY, M. N. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, J. S. *Travessias. A vivência da reforma agrária nos assentamentos.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

3
Para além da *barraca de lona preta*: redes sociais e trocas em acampamentos e assentamentos do MST*

Nashieli C. Rangel Loera

Introdução

O final dos anos 70 e começo dos anos 80 foram tempos de reconfigurações políticas, sociais e econômicas no campo brasileiro. Com o fim da ditadura militar, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) institucionalizou-se, não sem antes atravessar um processo longo e complexo, passando a ser reconhecido como um "movimento social", que teria como objetivo principal o que tem sido chamado de "luta pela terra".

As ocupações de terra e a instalação de acampamentos tornaram-se eventos cotidianos e parte da paisagem do Brasil rural, além de serem a marca dessa organização.[1] Segundo Stedile e Fernandes (1999), a ocupação de terras não é algo novo no cenário da luta pela terra no Brasil; o que é novo é a ocupação em massa. O MST aproveitou essa forma legítima e a incorporou como estratégia fundamental de mobilização para conseguir as desapropriações.

A primeira ocupação vitoriosa no Brasil, na qual se conseguiu a desapropriação das terras, foi realizada na fazenda Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em 7 de setembro de 1979. Com aquela

* Este trabalho tem como base dados da minha dissertação de mestrado: *A busca do território: uma aproximação à diversidade do seu significado entre os sem-terra.* PPGAS/Unicamp, 2004, para a qual realizei trabalho de campo no acampamento Terra Sem Males (abril de 2002; março a julho de 2003) e no assentamento Sumaré II (março a julho de 2003), localizados no estado de São Paulo. Outros dados empíricos mais recentes correspondem ao trabalho de campo realizado para minha pesquisa de doutorado em vários acampamentos e assentamentos do estado da Bahia (abril de 2006).

1 *Ocupação* foi incorporada como palavra de ordem – "Ocupação é a única solução"–, no I Congresso Nacional do MST, realizado em Curitiba, em janeiro de 1985.

ocupação, como numa imagem de uma espiral, essa ação detonou outras ocupações e contribuiu para a consolidação do MST.

Stedile e Fernandes (1999) comentam que um dos fatores que favoreceram essa onda de ocupações encabeçadas pelo MST foi o contexto histórico de democratização do país. E podemos argumentar que, nesse contexto, o marco da Constituição de 1988 foi um bom incentivo para que as ocupações acontecessem, uma vez que, desde então, as propriedades que não cumprem com sua função social podem ser desapropriadas.[2]

Atualmente, essa forma de mobilização se constitui, para o MST, a essência da organização e, para o Estado brasileiro, a ocupação e posterior instalação de acampamentos é a "forma apropriada" de "pedir" a desapropriação das terras. Para atender as demandas dos *movimentos* deve existir a ocupação e, sobretudo, um acampamento (Rosa, 2005; Sigaud, 2005).[3]

A centralidade da ocupação massiva de terras nos processos de reforma agrária não pode ser compreendida sem conhecer quais são as condições sociais que possibilitam essas ocupações. Talvez, tendo como foco o preâmbulo das ocupações de terras, possamos entender melhor o que vem depois, a própria ocupação e, posteriormente, a conformação dos assentamentos.

Macedo (2005) chama a atenção a respeito da quase inexistente literatura que trate dos processos de mobilização que levam as pessoas a participarem de uma ocupação de terras. Segundo ele, essa etapa dos procedimentos de constituição dos movimentos ou não aparece ou geralmente é apresentada, na literatura, sob dois qualificativos: por um lado, afirma-se que a participação dos sujeitos nas ocupações é espontânea, como se os movimentos tivessem surgido de repente, magicamente. E, por outro, a participação é qualificada como um ato de violência, como se os que participam das ações de ocupação de terras o fizessem por algum tipo de constrangimento (p.475-6). Esse autor contesta essas afirmações e mostra-nos que o mundo das ocupações de terras é muito mais complexo.

Como veremos, as ocupações só se tornam possíveis graças à existência de uma rede de conhecidos e familiares. Essas redes às quais faço referência são um conjunto de inter-relações pessoais pelas quais se vincula um conjunto de indivíduos (Barnes, 1987). Essas redes só se tornam possíveis graças às "práticas sociais que surgem como o resultado agregado do fato de que diferentes membros de um grupo social estão igualmente confrontados com contextos de ação semelhantes" (Pina Cabral, 1996, p.46).

---

[2] O artigo 184 da Constituição de 1988 estabelece: "Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei". In: <www.senado.gov.br>.

[3] *Movimento* é o termo usado para fazer referência às organizações que promovem as ocupações, no nosso caso, o MST. Outros termos nativos apareceram também em itálico.

É também graças a um conjunto de trocas – aquelas que os acampados mantêm com assentados e com seus lugares de origem e as que estabelecem entre si, que permitem o sustento econômico e social e contribuem para a permanência nos acampamentos – que o acampado se torna candidato à reforma agrária e, posteriormente, consegue ser assentado.

O PREÂMBULO DA OCUPAÇÃO: ACIONANDO AS REDES SOCIAIS

O planejamento para realizar uma ocupação de terras começa meses antes de acontecer. Militantes, acampados e assentados se deslocam pelo interior do país, principalmente nas periferias das cidades e bairros rurais, fazendo *trabalho de base*. Esse é o termo usado para descrever o convite que é feito para que as pessoas participem das *reuniões da terra*[4] e, posteriormente, participem da ocupação. Essas reuniões têm por objetivo explicar como funciona uma ocupação, um acampamento e o que representa aquilo que o MST tem chamado de *conquista da terra*, mas, principalmente, é nessas reuniões, como menciona Comerford, que é criado "um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações que atravessam a estrutura formal das organizações" (1999, p.47).

Essas *reuniões* fazem parte de um modelo hegemônico de mobilização que vem sendo adotado pelo MST em diversos estados do país (Macedo, 2005). Num dos espaços estudados, o assentamento de Sumaré II, os agora assentados participaram, há mais de vinte anos, das *reuniões da terra*, convidados por parentes, amigos, vizinhos da região e, principalmente, pelos membros do assentamento Sumaré I.

Dona Edith, moradora do assentamento Sumaré II, relata que ela e seu marido já haviam sido convidados para assistir à reunião que levou o grupo I (assentamento I) a realizar a primeira ocupação, mas só participaram depois, quando estava sendo planejada a ocupação do grupo II. Ela comentou:

> A gente ficou sabendo desse grupo I e ele [o marido] queria participar das reuniões, lá falaram que era só para quem estivesse desempregado e ele não era, mas ali depois [ele estava desempregado] surgiu essa outra [reunião] e ali ele foi... aí a comunidade da igreja, os vizinhos de Hortolândia convidaram a gente. Eles falaram que era para ir acampar, que se as crianças passavam fome, era para ir [sic].

Dona Iolanda, cunhada de Edith, também é moradora do Sumaré II. Ela e seu marido migraram há mais de 25 anos do interior do Paraná para a

[4] No estado de São Paulo essas reuniões também são chamadas de *reuniões de preparação* ou de *frente de massa.*

região de Campinas em busca de uma vida melhor.[5] Ela animou o marido para assistir às *reuniões da terra*. Para ela, os relatos da experiência de conhecidos e vizinhos de Hortolândia que haviam feito ocupação e haviam sido assentados, e o fato de o irmão e sua cunhada terem se animado para fazer ocupação foi fundamental para eles irem *atrás da terra*.

> A gente ouvia as histórias, falavam que ia dar certo. A terra dos do I tinha saído rápido, a gente viu que eles tinham conseguido as terra, e... eu tava com monte de filho pequenininho para criar... aí saiu a reunião das terras e falei [para o marido]: Você vai participar da reunião das terras porque na cidade não dá para resistir não, com monte de filho pequenininho [sic].

Wanderley (2003), que realizou um estudo de caso em um assentamento em Pernambuco, menciona que os laços de amizade e parentesco constituíram a base de circulação de informações sobre a ocupação que levou os *sem-terra* daquele assentamento a se constituírem como tais. Nas palavras dessa autora: A união de todos [os assentados] é uma referência unânime dos entrevistados. Ela foi particularmente favorecida pelo fato de que, a maioria dos que viveram no acampamento eram vizinhos, se não parentes ou compadres, portanto, já se conheciam há muitos anos (Wanderley, 2003, p.213).

Outros autores (Sigaud, 2001; Brenneisen, 2003), que têm estudado acampamentos recentemente, chamaram a atenção para o fato de que as redes de conhecidos constituem um fator decisivo para quem resolve participar de um acampamento.

Em Sumaré, as redes de familiares, amigos, vizinhos e conhecidos foram fundamentais não só para a própria formação dos grupos de acampados, mas também para acionar uma espiral de ocupações de terra na região.

Mas, viajemos rapidamente por meio dessa espiral, da rede de conhecidos, para tentar ter uma visão diacrônica das ocupações nessa região do estado de São Paulo.

O assentamento Sumaré II está localizado na mesma área que o Sumaré I, no Horto Florestal de Sumaré. O *trabalho de base* que reuniu as pessoas para fazerem a primeira *ocupação* foi feito por membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT) da região de Sumaré. Esse grupo das CEBs tinha estabelecido contatos, por intermédio de alguns membros do PT – que estavam envolvidos em mobilizações na região –, com membros do MST na região de Andradina (Rapchan, 1993).[6]

---

[5] Fernandes (1999) menciona que, na década de 1980, na região houve um importante crescimento industrial que atraiu grande número de trabalhadores para as cidades e municípios próximos à cidade de Campinas.

[6] A gênese do MST no estado de São Paulo é registrada com a ocupação da fazenda Primavera na região de Andradina – e o posterior assentamento naquela área de 264 famílias – realizado em 8 de julho de 1980 (FERNANDES, 1999).

Segundo Fernandes, esse contato foi estabelecido também "quando algumas pessoas [de Sumaré] que haviam visitado alguns parentes e amigos [na ocupação que foi feita] na fazenda Primavera no final do ano de 1982, trouxeram alguns convites para participarem de uma reunião em Andradina" (1999, p.118). Estabelecidos esses contatos, entre a CPT, o PT, o MST e as pessoas que já moravam na região de Sumaré, realizou-se a primeira ocupação em 1983, na Usina Tamoio, no município de Araraquara, em São Paulo. Depois de vários despejos, finalmente o grupo fez uma negociação com o governo do estado e foi assentado, em janeiro de 1984, em uma área da Fepasa (Ferrovias Paulistas Sociedade Anônima), de 237 hectares (Rapchan, 1993). Foi a partir do assentamento desse primeiro grupo, em Sumaré, que surgiu a primeira ocupação do que, mais tarde, se tornaria o Sumaré II. Assim, aqueles assentados, que agora formam parte do grupo II, foram *convidados* pelos já assentados do grupo I, por *militantes* do MST, por membros do PT, e por pessoas da CPT para fazer uma ocupação. Fernandes (1999) comenta que o grupo I cedeu, para essa ocasião, um caminhão de madeira para a construção dos barracos. O grupo I de Sumaré não só participou com a logística e o material para a ocupação do grupo II, mas também fez o convite e a ocupação junto com eles.

> Com as experiências do grupo I, os trabalhadores organizados no Movimento dos Sem-Terra de Sumaré resolveram negociar com o recém-criado IAF – Instituto de Assuntos Fundiários – o assentamento de outro grupo que estava se formando. A formação do grupo II aconteceu durante o processo de fundação do MST. (Fernandes, 1999, p.122)

O Sumaré II demorou muito mais tempo do que o grupo I para ser assentado. A primeira ocupação foi realizada em 1985, e só em 1988 os acampados foram definitivamente assentados no terreno que atualmente ocupam, numa área também da Fepasa, que estava sendo alugada para a Usina Santa Bárbara.

Os assentados do Sumaré II haviam participado desde o primeiro ano de acampamento, "quando entraram nas terras", do *trabalho de base* de outras famílias que, mais tarde, conformariam o Sumaré III, grupo assentado em Porto Feliz. Segundo as informações colhidas em campo, tal como aconteceu com os grupos anteriores, os integrantes do grupo III que aceitaram ir às *reuniões da terra*, já conheciam alguns assentados dos grupos I e II. Afinal, também muitos deles eram vizinhos em Hortolândia, Sumaré ou Campinas e, inclusive, parentes.

Hoje em dia, são alguns assentados, e principalmente seus filhos, que realizam *trabalho de base* e acompanham outras *mobilizações*.

João, jovem do assentamento II, relatava-me que, graças a ele, alguns familiares haviam se animado a participar das reuniões e tinham ido "pro acampamento". Agora, alguns deles já eram assentados, outros ainda

estavam acampando. Ele parecia contar com orgulho as inúmeras vezes que havia feito trabalho de base; na última vez, havia convidado alguns conhecidos de um primo, que morava na cidade, para a reunião de uma ocupação, levada a cabo perto de Atibaia, Bragança Paulista, na qual ele também foi participante ativo.

Dona Cida, considerada a líder do assentamento II, relatava que havia passado vários dias visitando alguns conhecidos na cidade de Sumaré, aproveitando os contatos que tinha no sindicato de trabalhadores rurais e com lideranças locais, para mobilizar pessoas e conseguir organizar as várias reuniões de preparação (que alguns meses depois dariam vida ao acampamento Terra Sem Males, o primeiro organizado pela Secretaria Regional de Campinas do MST).

Nesse tipo de ação, como o trabalho de base – destinado a organizar uma ocupação – e até na própria ocupação, não participam apenas os que foram convidados, mas também os já assentados, como foi o caso de João e Cida. Quando eles e outros assentados do Sumaré II diziam, "Esse acampamento (o Terra Sem Males) saiu daqui", pareciam fazer referência a várias coisas: 1) que eles, os já assentados, contribuíram no trabalho de base na cidade de Sumaré, "fazendo o convite para ir ocupar umas terras"; 2) que esse trabalho de base se sustenta em redes de parentesco, amizade e vizinhança; e 3) que também eles mesmos foram participantes ativos da ocupação.

Eliane Brenneinsen (2003) mostra-nos, em trabalho sobre uma ocupação ocorrida há vários anos no oeste de Paraná, como, dentre as dezessete famílias que conformavam aquele acampamento, não havia somente pessoas "novas" na prática da ocupação, mas uma importante presença de membros de outros acampamentos (posseiros, agricultores), que tiveram outras experiências de ocupação, lideranças do MST e filhos de assentados.

No sul do estado da Bahia não é diferente. Em abril de 2006, tive a oportunidade de participar de uma grande ocupação de terra organizada pelo MST no município de Teixeira de Freitas. Um contingente de aproximadamente 1.500 pessoas entrou em terras da fazenda Céu Azul, pertencente ao grupo da empresa Suzano Papel e Celulose. Mais da metade dos participantes era de militantes, assentados e acampados (de outros acampamentos) da região. Segundo versões dos próprios participantes, um mês antes, alguns deles, cumprindo uma ordem das "cabeças do movimento", haviam saído dos seus assentamentos ou acampamentos de origem para realizar trabalho de base; a meta, segundo versões de militantes, havia sido juntar 3 mil pessoas para a ocupação.[7]

O acampamento, montado logo após a ocupação, foi mantido nos primeiros dias principalmente por esses assentados e "velhos" acampados da

[7] Como sabemos, para o *marketing* das ocupações é importante ter a participação de um grande número de pessoas.

região. Alguns deles participaram da comissão formada para fazer trabalho de base em Santo Antônio, o povoado mais próximo, onde já haviam sido estabelecidos contatos com as lideranças locais e havia sido marcada uma reunião com moradores do lugar. Afinal, muitos deles tinham parentes ou conhecidos ali. O objetivo era, segundo os acampados, "renovar" o acampamento. Isso significava levar pessoas "novas" para "substituir" os "velhos" acampados e assentados, para que eles pudessem voltar para seus acampamentos e assentamentos de origem.

Macedo (2005) menciona que a estratégia de mobilização das famílias para as ocupações depende do tempo que se tem para realizar a ocupação. Por exemplo, diante da urgência em realizar uma ocupação – como no caso acima – ou da ausência de recursos para realizar um trabalho de base prolongado que consiga juntar o número desejado de famílias, a estratégia adotada é aumentar o número de pessoas que costumam apoiar a ocupação.

> Nesse caso, ela é realizada com um grupo formado essencialmente de militantes, assentados, simpatizantes e acampados de outros locais. ... Quando as condições sociais daqueles que residem nas imediações do acampamento favorecem a entrada de novas famílias, a estratégia obtém o resultado esperado. Aos poucos, as famílias que entram substituem o grupo que realizou a ocupação, já que aqueles que a apoiaram retornam para seus locais de origem. (Macedo, 2005, p.487-8)

Também na ocupação da fazenda Capuava (que deu origem ao Terra Sem Males), em Bragança Paulista, participaram não só aqueles que foram convidados no trabalho de base, mas também assentados e pessoas que pertenciam a outros acampamentos. Depois, a história se repetiu: os próprios acampados do Terra Sem Males acompanharam várias outras ocupações. Uma delas ocorreu no município de Cajamar (a 30 quilômetros da cidade de São Paulo). Segundo as versões dos próprios acampados, eles foram ocupar aquela terra com os participantes do acampamento Irmã Alberta, com a finalidade de "ajudá-los a pegar essa terra". Esse tipo de ação constitui parte das obrigações do acampado. Está explicitado no Regimento Interno do acampamento: a obrigatoriedade da participação em ocupações e no trabalho de base "é um dever de todos os acampados".

Numa assembléia no Terra Sem Males, esse item foi lembrado a todos os acampados: "Voltem para suas cidades e façam trabalho de base". Como vimos, isso significa convidar outras pessoas para ir ocupar uma terra. A ordem foi clara: "Não façam o convite para se juntar ao acampamento Irmã Alberta ou ao Terra Sem Males", mas para se unir a um terceiro acampamento, o Dom Pedro Casaldáliga, que estava localizado a 500 metros daqueles dois acampamentos.

As ocupações não aconteceriam se "velhos" acampados e assentados não participassem acionando as redes de conhecidos, mas, sobretudo, se essa

participação não fosse vista como uma troca que tem que ser feita com o movimento, como um cumprimento do que eles chamam de compromissos e obrigações.[8]

OS COMPROMISSOS E AS OBRIGAÇÕES

No Sumaré II, algumas pessoas participam "voluntariamente" das mobilizações organizadas pelo MST (como marchas, caminhadas, trabalho de base e ocupações). Dona Edith, a quem já fizemos referência, disse não ser militante do MST, mas participa das atividades por sentir uma dívida para com o Movimento, nas palavras dela, um compromisso, pois "ajudaram a gente a pegar essa terra". Ela não participou do último trabalho de base feito em Sumaré, mas participou, ao longo de vinte anos, de várias passeatas e marchas, a última delas uma marcha para Brasília, na qual foi acompanhada da filha. Ela explica: "O MST mandou um ônibus e pediu para a gente ir dois de cada família... e assim fomos... eles [o MST] não obrigam a gente a participar, mas a gente tem esse compromisso".

Dona Malvina, também assentada do Sumaré II, explica que ela não participa mais dessas atividades fora do assentamento, mas sim seu filho: "Quando falam que tem que ir um da família para passeatas e essas coisas, é meu filho que vai, e antes era meu marido que ia". Mas, segundo ela, sempre há alguém que cumpre com esse compromisso.

Dona Iolanda conta que, apesar de ser moradora de um assentamento do MST, não é militante, mas participa das atividades, pois ela e sua família tiveram muita ajuda do Movimento para ter o que têm. Para ela, sua participação torna-se um elemento da troca com o MST, uma retribuição.

Dona Cida considera-se parte do MST – no sentido de ser militante – e, como tal, sente o compromisso de ajudar. Conta que cumpria seus compromissos "levando outros para a terra", o que significava fazer trabalho de base e participar junto com seus convidados nas ocupações de terra; ela cobrava a participação de outros assentados e os colocava numa posição de devedores para com o Movimento, dizendo: "Aqueles que já são assentados, têm um dever, têm que continuar na luta pela reforma agrária e, para isso, o trabalho de base é importantíssimo".

No trabalho de base em Sumaré, ela havia convidado seu Cena e seu Brauná, conhecidos de longa data, para fazerem parte do Terra Sem Males. Em várias de minhas estadas no assentamento os encontrei na casa de dona Cida, de visita, pois haviam passado pelos bairros onde moravam, na mesma cidade de Sumaré, para fazer trabalho de base. Eles comentavam

[8] Marcel Mauss (1988) menciona que toda troca está contida em um sistema de prestações que envolve três elementos: dar, receber e retribuir.

que faziam esse trabalho cumprindo suas obrigações, mas também por se sentirem comprometidos, não com o MST, mas sim com dona Cida, que foi quem os convidou para fazer ocupação. Essa razão era apontada também por outros acampados do Terra Sem Males que visitavam seus conhecidos no assentamento. Aliás, entre outras coisas, esse compromisso que sentiam impedia-os de mudar ou desistir do acampamento.

Brenneisen (2003) relata como alguns acampados, num contexto de conflito dentro do acampamento, tomaram o partido das lideranças (militantes) por se sentirem comprometidos com uma liderança regional do MST, que os havia selecionado para participar da ocupação. Essa autora menciona que esse compromisso se traduz como lealdade. No acampamento Terra Sem Males, essa lealdade ou compromisso também é dirigida aos que fazem o convite.

Zé Antonio, acampado do Terra Sem Males, se considera militante do MST e é "velho" na arte de ocupar terras, faz mais de quinze anos que "acompanha o movimento". Ele sentia-se orgulhoso de que nenhum dos que ele tinha convidado "tinha desistido da luta", o que significa que nenhum deles tinha deixado o acampamento.

Vivaldo foi convidado por Zé Antonio para "ir pro Terra Sem Males"; eles eram vizinhos na cidade de Limeira. Ele ficou desempregado e encontrou com o Zé quando este, cumprindo com suas obrigações, fazia trabalho de base nessa cidade. Vivaldo contou que já fazia vários meses que estava debaixo da lona e que estava sendo muito difícil agüentar, uma vez que estava acampando sem a família e dormindo num barracão com vários homens, mas não queria desistir porque, além de ter poucas opções de trabalho na cidade, se sentia comprometido com Zé; ele tinha negociado a entrada de Vivaldo com os coordenadores do acampamento e, logo depois, tinha conseguido cesta básica. Assim, sua estada e participação das atividades do acampamento era uma forma de retribuir a Zé Antonio, de cumprir com os compromissos.

Esse caso ilustra aquilo que o MST chama de "frente de massa", e que Lopes (2002, p.290) define como "inúmeros militantes que se deslocam pelo interior do país e arregimentam famílias de posseiros, moradores em periferias das cidades, núcleos rurais etc.". Essa prática, como já vimos, é traduzida pelas redes sociais das quais os acampados fazem parte e, portanto:

> Prevalece [e ao meu modo de ver é fundamental] o que costumamos chamar de "boca a boca": alguém que soube do acampamento conta para outro que, por sua vez, passa adiante, até alcançar a família ou os indivíduos ou os grupos que se dispõem a arriscar alguma possibilidade junto ao Movimento. (Lopes, 2002, p.290)

Dona Maria, também acampada no Terra Sem Males, tem uma irmã assentada em Sorocaba, no assentamento Carlos Lamarca. Faz tempo que

conhece o Movimento – na Bahia, tinha participado de outros acampamentos e saído por razões pessoais, uma delas, o término do seu casamento. Vendo como sua irmã estava tão bem, decidiu "voltar para o movimento". Sua irmã a animou, mas também ela diz sentir um compromisso, não só com o MST, mas com os sem-terra.[9] Ela explicou: "A gente tem uma obrigação, sim, de ajudar no acampamento. Por exemplo, fazer arrecadação, participar do almoxarifado, da farmácia, ajudar, né? Mas a gente tem esse compromisso de ajudar os outros, os sem-terra".

As obrigações para os acampados e assentados parecem ter um significado mais concreto, e se traduzem nas atividades do dia-a-dia no acampamento e no assentamento, por exemplo: arrecadar alimentos, participar das reuniões, fazer trabalho de base, fazer ocupação, marchas. No entanto, essas obrigações fazem parte dos compromissos, que adquirem um sentido mais geral e abstrato; e estão inseridos numa dinâmica de obrigatoriedade e reciprocidade, de uma troca com o MST, ou ainda com uma pessoa em particular, no caso, o compadre, vizinho, amigo ou parente que fez o convite.

José de Souza Martins (2003), que foi organizador de um trabalho comparativo de cinco estudos de caso em assentamentos rurais no Brasil, menciona que:

> Em todos os casos estudados, as pesquisadoras observaram a importância tanto da rede de parentesco na mobilização, na luta e no modo de inserção nos assentamentos, como da rede de parentesco simbólico, de lealdades comunais e de solidariedades antigas, baseadas em deveres de reciprocidade e de troca de favores. (2003, p.19)

Essa lógica das obrigações e compromissos permite-nos entender, então, a própria lógica das ocupações. Atores, que cumprem certas obrigações e compromissos, mobilizam outros atores conectados entre si. Assim, a ocupação adquire forma de uma grande espiral. Um assentamento sempre está conectado com um acampamento e, por sua vez, um acampamento sempre terá um vínculo com outro, em formação ou já formado.

A CIRCULAÇÃO DE AJUDAS

As redes sociais, acionadas pelos assentados e acampados que cumprem com seus compromissos, ultrapassam as fronteiras dos acampamentos e não se limitam ao trabalho de base, à organização das reuniões da terra, à ocupação e à montagem das barracas. Como vimos, tanto os assentados

[9] A maioria dos acampados faz referência ao MST como os *militantes* dessa organização, e *sem-terra* é o termo geral para designar aqueles que participam dos acampamentos ou são moradores dos assentamentos.

como os acampados sentem-se comprometidos com seus convidados e, na maioria dos casos, estabelece-se uma circulação do que eles chamam de ajudas, que podem ser materiais, simbólicas, ou ainda emocionais (ou "de apoio"). Como veremos, essas ajudas não só são uma forma de manter e atualizar as relações sociais, mas, também, é graças a elas que as pessoas conseguem permanecer nos acampamentos.

Para alguns acampados, a sua luta é mais legítima e, portanto, mais sofrida quando comparada à daqueles que têm alguma ajuda de "fora" do acampamento; por exemplo, aqueles que, além da cesta básica, são beneficiários de políticas governamentais, como os acampados que recebem uma aposentadoria; ou em outros casos, aqueles que têm imóveis na cidade; ou aqueles que recebem apoio econômico de parentes, amigos ou conhecidos que não são acampados.

Seu Alfredo, acampado do Terra Sem Males, é aposentado e recebe um salário mínimo por mês. Marcos, seu filho de 16 anos, trabalhava em Sumaré e mandava dinheiro para ele. É com essa ajuda que sobrevivem cinco pessoas: ele, sua mulher, seu filho caçula de 13 anos, o filho mais velho e a mulher dele.

Dona Maria é ajudada por parentes que moram em São Paulo, de onde lhe mandam comida e, às vezes, dinheiro. E, principalmente, recebe ajuda da irmã, assentada no Carlos Lamarca. Chris, sua filha, disse ter "um padrinho rico em São Paulo", para quem às vezes liga pedindo algum tipo de ajuda em dinheiro ou em espécie: por exemplo, quando teve seu filho, ele comprou o berço do neném e mandou para o acampamento. Jô, que está acampando junto com suas quatro crianças pequenas, recebe dinheiro do marido que ficou trabalhando na cidade.

Na formação do assentamento de Sumaré II, muitos homens e mulheres foram acampar primeiro sozinhos, e recebiam ajuda da esposa ou do marido que trabalhava na cidade, ou como bóia-fria. Dona Iolanda, que já conhecemos, trabalhava como empregada doméstica na cidade; ela não levava dinheiro para seu marido que estava acampando, pois tinha que manter suas crianças, mas levava comida. Dona Edith, também do Sumaré II, trabalhava como bóia-fria; ela tinha menos filhos que Iolanda e "algumas vezes dava para ajudar o marido que estava acampando em Aparecidinha na beira da estrada". Hoje em dia, essas assentadas, como muitos outros do Sumaré II, ajudam o Terra Sem Males doando principalmente produtos da roça, comida e roupas. Como já vimos, eles sentem-se comprometidos com o movimento.

É importante destacar que as ajudas individuais, que alguns acampados recebem, dependem principalmente da solidez das redes de parentesco, amizade e afinidade que se estendem para além dos acampamentos. Barnes destacou como o conceito de rede pode ser útil para descrever grupos sociais em situações nas quais "o indivíduo está envolvido em relações

interpessoais que transpassam as fronteiras da vila, subcasta e linhagem" (Barnes, 1987, p.163). No nosso caso, essas relações ultrapassam as fronteiras dos acampamentos.

Essas ajudas parecem ser uma prática comum entre os acampados e, desde o surgimento dos primeiros acampamentos do MST, elas, que têm como base as redes sociais antes descritas, tornaram-se fundamentais para a própria sobrevivência e continuidade dos acampamentos.

Todavia, o próprio MST parece ter incorporado como parte de sua estratégia esse tipo de circulação de ajudas, aproveitando os vínculos existentes entre acampados e assentados, logo, entre acampamentos e assentamentos. Um exemplo é a arrecadação de alimentos que os próprios acampados levam a cabo, como parte das obrigações que têm de cumprir. Essa atividade, muitas vezes, é feita nos assentamentos do MST. As ajudas entre os sem-terra do assentamento para o acampamento, ou de quem fez o convite para o convidado, também têm como base uma lógica de reciprocidade. No entanto, essa lógica insere-se, também nesse caso, em uma dinâmica da troca, contida num sistema de prestações que envolve três elementos: dar, receber e retribuir.

Vejamos, então, por meio de outros exemplos etnográficos, como se dão essas ajudas.

João Pires, conhecido como o líder do acampamento Patioba, no litoral norte do estado da Bahia, é ajudado pelo irmão assentado no Sete Brejos, no estado vizinho de Sergipe; foi ele que o convidou para organizar a ocupação na fazenda Marimbondo, terras do seu antigo patrão. Segundo João, seu irmão é militante do MST e, além de ajudá-lo a conseguir alguns bicos (ou seja, trabalhos temporários) para sustentar sua família, consegue alimento para as famílias acampadas e, de vez em quando, aparece com outros militantes para "dar palestras" e ajudá-los na organização do acampamento. João se sente pessoalmente comprometido com as dezoito famílias acampadas, já que foram ele e seu irmão que as convidaram para fazer parte do acampamento.

Já Neia e seu Cena, acampados no Terra Sem Males, recebem ajuda de dona Cida, assentada em Sumaré II, que foi quem os convidou para fazer a ocupação. Não há entre eles uma relação de parentesco, mas sim "conexões interpessoais que surgem a partir da afiliação a um grupo" (Barnes, 1987, p.163). Alguns acampados comentavam a respeito das ajudas que Neia e Cena recebiam de Cida, como se ela estivesse cumprindo com uma obrigação por tê-los convidado para fazer ocupação. Dona Cleusa, por exemplo, disse: "Cida manda para eles um monte de coisas: roupas, comida, até legumes e frutas da roça dela, ela ajuda eles pa´caramba, mas, foi ela quem os convidou para vir [acampar], né?".

Seu Zé Antonio relatava como, além de fazer um trabalho de apoio moral entre seus convidados que estavam acampando no Terra Sem Males,

ajuda-os arrumando o barraco ou mexendo na horta, já que sente que tem um compromisso para com eles.

Para seu Beto, também do Terra Sem Males, a vida de um acampado que tem ajudas vindas de "fora" do acampamento torna-se mais fácil, uma vez que não precisam fazer bicos. Ele tem que "se virar fazendo esses bicos" dentro do próprio acampamento ou na cidade de Polvilho, para se sustentar e poder ficar acampado.[10] Sigaud (2000) revela que essa prática de realizar trabalhos eventuais é comum também nos acampamentos da Zona da Mata pernambucana, onde os acampados realizam o que eles chamam de beliscadas.

Seu Beto cuida de uma égua e um cavalo de um vizinho do acampamento, cobrando por esse serviço R$ 10 (dez reais) por dia ou trocando o trabalho por comida. Poucas vezes ele mesmo prepara seus alimentos, pois costuma dar a cesta básica que recebe todo mês para seu vizinho que, segundo ele, "têm várias crianças e precisa mais dela". Esse mesmo vizinho geralmente convida Beto para almoçar ou a mulher dele lhe prepara uma marmita. Beto também corta o cabelo de algumas pessoas no acampamento e, segundo ele, só cobra de quem "sabe que pode pagar" e, às vezes, quem "não paga" em dinheiro lhe retribui depois convidando para almoçar ou jantar.

Desse modo, esse tipo de bicos e ajudas que envolvem trocas como as estabelecidas entre Beto e seus vizinhos, ou de Zé Antonio e João Pires com seus convidados acampados, seriam, em teoria, voluntárias mas, na prática, obrigatoriamente dadas e retribuídas.

Para explicar melhor qual é a dinâmica que se segue a essas trocas nos acampamentos, retomemos o clássico Malinowski (1995 e 2002). Esse autor, ao descrever a complexa prática do Kula, mostra-nos como, na própria troca dos presentes, dá-se uma infinidade de outras transações que intermedeiam o presente inicial e final. Menciona que, em geral, na própria prática da troca existem várias formas de dar e receber. Entre os trobriandeses, há o presente concreto, que tem uma significação social entre marido, mulher e filhos, e que não tem retribuição; presentes em forma de pagamentos; pagamentos obrigatórios por serviços nos quais o que é pago é fixado pelo costume; presentes que devem ser retribuídos com um equivalente; ou intercâmbio de bens materiais e não materiais, troca cerimonial, como no caso do Kula; e o comércio. O autor, ao explicitar essa amplitude, variedade e fluxo das trocas, mostra-nos como o princípio da troca muda dependendo da condição daquele que dá e daquele que recebe. No nosso caso, o princípio da troca depende se aquele que recebe é parente, amigo, compadre, vizinho ou só conhecido.

[10] O acampamento Terra Sem Males, em 2003, estava localizado no município de Cajamar e literalmente na periferia da cidade de Polvilho.

No Terra Sem Males as transações de bens ou serviços também são fluidas e podem ter ou não como base laços de parentesco. Muitas vezes, a troca depende também de relacionamentos muito próximos, que são construídos com a convivência dentro dos acampamentos. E, sem dúvida, a prática da troca tem "uma função sociológica específica de construção e manutenção de laços sociais duradouros" (Peirano, 2003, p.14).

Seu Ramiro, do Terra Sem Males, costuma comprar ou recolher, nas ruas da cidade próxima ao acampamento, móveis ou objetos usados que depois vende para os acampados. Seu Alfredo, vizinho de grupo e barraca de seu Ramiro, comprou dele um fogão para seu filho. Eles parecem ter uma relação de proximidade, e várias vezes eu os encontrei trabalhando juntos, ajudando a arrumar o barraco de um ou do outro; inclusive, quando seu Ramiro não está no acampamento, dona Cleusa, esposa de Alfredo, cuida da cachorra do seu Ramiro. Segundo ele, por considerar essa relação próxima, vendeu o fogão barato. Como já vimos por outros exemplos, esse tipo de troca no interior dos acampamentos é chamada pelos acampados de bico. A troca que acabamos de descrever parece ter sido uma troca estabelecida só entre seu Alfredo e seu Ramiro, mas envolve, na realidade, outras trocas e pessoas. Existe uma transação que foi feita entre os dois acampados, mas o fogão que foi o objeto da troca era destinado para Tiago, o filho de seu Alfredo.

Neide, a coordenadora do Terra Sem Males, também faz alguns bicos que se inserem igualmente em uma dinâmica de troca. Ela fabrica pão. Alguns acampados dão o material e ela cobra mais barato pelo pão; ou ela compra os ingredientes e vende diretamente para quem encomenda ou para quem chega para comprar na sua barraca. Para alguns acampados, principalmente com os quais tem amizade, vende fiado, embora, muitas vezes não receba o que lhe é devido. Outras vezes, simplesmente dá o pão para eles. Bourdieu (2002) já havia chamado atenção a respeito da incerteza da troca. Para ele, a troca supõe uma criação contínua, pode ser interrompida a qualquer momento e também pode não ter resposta. A troca depende, portanto, do momento no qual está acontecendo. Há um espaço de tempo que separa aquilo que se dá daquilo que se recebe. Nas palavras do autor, "reintroduzir a incerteza [na troca] é reintroduzir o tempo, com seu ritmo, sua orientação, sua irreversibilidade..." (Bourdieu, 2002, p.170, tradução minha).

Como vemos, a dinâmica da troca não se dá só entre assentados e acampados, mas também acontece dentro dos próprios acampamentos.

Além dos elementos acima mencionados, no Terra Sem Males a barraca de lona preta se torna também um elemento de troca. A mudança de barraco dentro do mesmo acampamento é bastante comum e as razões da mudança podem variar, mas algumas vezes as trocas que envolvem a barraca de lona preta têm como base laços de afinidade existentes entre os acampados. Por exemplo, Gracilda e Índio estavam mudando de acampamento; seus vizinhos de barraco, dona Cleusa e seu Alfredo, conversaram com eles dias

antes da mudança para poderem ficar com a barraca da família de Índio assim que eles saíssem. Dona Cleusa achava que esse lugar era melhor, pois estava perto do poço de água e, além disso, ficava no mesmo grupo de barracas e ao lado do barraco de Tiago, seu filho. Dona Cleusa explicava também como "é vantagem ficar dentro do mesmo grupo [de barracas]... a gente está acostumada já com os vizinhos". O acordo da mudança de barraca foi aceito pelas duas partes e foi precisamente nessa transação que se fez visível a troca. Seu Alfredo passou o dia inteiro ajudando Índio a guardar as coisas e a fazer gaiolas para as galinhas que estavam levando. Dona Cleusa ajudava Gracilda a colher algumas mandiocas que tinham plantado. Júnior, o filho caçula de dona Cleusa e seu Alfredo, ajudou carregando coisas que estavam na barraca de Índio e levou-as para mais perto do caminho de terra. Esse mesmo caso se repetiu quando os próprios Alfredo e Cleusa mudaram para outro acampamento e seu Zé Antonio decidiu mudar para o barraco onde eles estavam. Dias antes da mudança, seu Zé Antonio ajudou dona Cleusa e seu Alfredo em algumas tarefas.[11]

Nesse tipo de acontecimento, também são visíveis outras trocas e elementos importantes envolvidos. Esse é o caso da lona preta. Estando no barraco de Neide, a coordenadora do acampamento, várias vezes acampados chegaram pedindo um "pedaço de lona". Eles não iam mudar de acampamento, nem eram novos acampados que iriam construir pela primeira vez seu barraco. O "pedaço de lona" serviria, então, para emendar uma parte rasgada da barraca, para fazê-la maior ou, curiosamente, para guardá-la e talvez trocá-la depois. Percebi que alguns acampados, preparando-se para uma possível mudança do acampamento no futuro, preferiam ter, como seu Zé Antonio explicitava, "um pedaço de lona por perto". Alguns acampados que acompanhavam as ocupações do Terra Sem Males há um ano e eram, portanto, experientes na prática da ocupação, comentavam que na hora de mudar de acampamento "o caminhão pega tudo e joga tudo, o de todo mundo [do acampamento] junto" e sempre o problema parecia ser conseguir de novo os paus de bambu e a lona para armar a barraca. Mas também, segundo as versões dos acampados, "quando venta muito, a lona rasga" e sempre precisam consertar a barraca e, para isso, a lona é indispensável. Por todas essas razões apontadas pelos acampados, a lona adquire um valor não só simbólico, mas também prático. Assim, a diversidade de trocas e dádivas depende da natureza do objeto que é trocado. A lona, dada a sua importância, e uma vez que consegui-la fora [do acampamento] custa caro, torna-se um elemento valioso de troca. Devo retomar Malinowski (2002) que, ao analisar as trocas entre os membros de uma comunidade de pesca-

[11] A *barraca* é um elemento de extrema importância quando se está acampando, uma vez que é por meio dela que se pertence ao acampamento. Para mais detalhes sobre o significado simbólico da *barraca*, ver Loera (2004).

dores e outra de artesãos na Melanésia, mostrou que o valor do objeto em troca depende do desejo que se tem por ele.

Mas dentro do acampamento a troca de serviços entre vizinhos é bastante comum. Esse tipo de troca não envolve os chamados bicos. Essa troca de serviços se dá em todas as situações cotidianas, principalmente entre as mulheres. Cuidando das crianças, ajudando a lavar louça e a roupa. Existem, inclusive, trocas que são estabelecidas dentro do marco da disciplina do acampamento. É comum que os acampados troquem o dia em que têm de cuidar do almoxarifado, da farmácia ou da secretaria. E o mais comum é a demanda de "troca de dias" entre aqueles que estão no setor de segurança e que devem ficar na portaria vigiando durante várias horas. Talvez esse tipo de troca seja mais comum, porque alguns acampados consideraram esse tipo de tarefa estafante.

OS BONS CONTATOS COM O "POVO DA CIDADE"

Os bicos podem ter diversos significados, uma vez que fazê-los não compreende apenas os trabalhos eventuais dentro do acampamento, mas também aqueles trabalhos intermitentes que um acampado realiza fora dos limites do acampamento, principalmente na cidade mais próxima.

Ângela, junto com outros acampados, "cata papelão em Polvilho" e o vende lá mesmo, na cidade. Ela explica: "Tem dias que junto bastante e dá para vendê-lo... com isso compro alguma misturinha... é uma ajuda". Dona Cleusa e seu Alfredo mudaram para um acampamento perto da cidade de Birigui, na região de Andradina. Eles deixaram de receber por um tempo o dinheiro da aposentadoria dele. Dona Cleusa comentou que, durante um mês, tiveram que "fazer uns bicos catando tomate" em uma plantação próxima ao acampamento e tiveram que tirar o filho [caçula] da escola para que também ajudasse.

Seu Chicão parece estar em contato contínuo com indivíduos que moram na cidade de Polvilho, e estabeleceu o que chama de "bons contatos". Ele sabe curar com ervas e, além de atender o "povo do acampamento", sempre tem clientes da cidade que pagam por seus serviços. Segundo ele: "Cobrando para os de fora [do acampamento] R$ 5,00 (cinco reais) a consulta... dá... já é uma ajuda". Ana, moradora da periferia de Polvilho e que encontrei várias vezes na barraca de seu Chicão, mencionou que o que ele cobrava por uma consulta era muito mais barato do que um médico na cidade e, além disso, "gostava de bater papo com ele".

Fazer esse tipo de bico não é próprio só dos acampamentos. No assentamento de Sumaré II, os moradores, principalmente quando não é época de plantar, procuram atividades alternativas fora da área do assentamento.

Dona Iolanda, por exemplo, aceitou trabalhar fazendo faxina em um prédio em Campinas. Ela explicava: "Isso já é uma ajuda para mim, meus filhos todos trabalham... e como agora a roça não está dando e o das folhas já terminou [a temporada], é bom fazer esse biquinho".

Esse tipo de trabalho eventual, realizado fora das fronteiras do assentamento, é chamado pelos moradores do Sumaré II de "bico" ou "ajuda". Garcia (1983) menciona que, entre pequenos produtores de Pernambuco, o trabalho dos filhos e das mulheres na unidade de produção familiar "aparece como gratuito, como uma ajuda que é prestada ao pai" (1983, p.102). Já no assentamento, embora também exista a categoria ajuda, não diz respeito a todo trabalho realizado por mulheres e filhos.

No assentamento, algumas mulheres realizam um trabalho coletivo secando folhas de mandioca que, depois, vendem para uma comunidade de freiras em Campinas.[12] As folhas são coletadas nos próprios terrenos das trabalhadoras, levadas para um barracão, que fica ao lado da casa de Edith e Iolanda, separadas e penduradas por dois ou três dias até secarem. Depois são colocadas numa peneira grande e amassadas com as mãos até virarem pó. Cada 50 gramas de pó de folha de mandioca é vendido por R$ 0,50. Essa atividade, para Edith e Iolanda, é um trabalho, já que é realizado dentro das fronteiras do assentamento. Consideram-no algo permanente, apesar de ser sazonal.

Dona Malvina e dona Marina têm uma banca de frutas e legumes na entrada do assentamento, que atende às pessoas que passam pela estrada. Esse tipo de atividade não é denominado "bico", mas "trabalho" ou "serviço" porque, apesar da venda dos produtos dar-se para clientes de fora do assentamento – geralmente pessoas dos bairros e cidades próximas – a atividade ainda é realizada dentro do assentamento e implica não uma atividade temporária, mas permanente. Esse também é o caso de Penha, para quem a atividade de "catar goiaba", no mesmo assentamento, é um trabalho. Joan Vincent (1987) acertadamente coloca que indivíduos, no interior do que ela chama de "sociedade agrária", estão sempre envolvidos em inúmeras ocupações, entre elas, o trabalho na roça, serviços itinerantes, trabalho artesanal não especializado e serviços domésticos.

Mas não existe apenas um tipo de troca individual entre acampado e assentado com o "povo da cidade", também há trocas do conjunto dos sem-terra, principalmente por meio dos acampamentos.

Alguns dos acampamentos, pelo menos na região de Campinas e São Paulo, são instalados a pouca distância das cidades. No caso do Terra Sem Males e do Irmã Alberta, estão ao lado da cidade de Polvilho. Segundo os depoimentos de vários acampados, "foi muito o apoio do povo da cidade".

[12] Segundo versões das assentadas, as freiras mantêm uma espécie de comedor comunitário e o pó da folha de mandioca é dado para crianças, como complemento vitamínico.

Alguns mencionavam que quando realizaram a ocupação, não só foram manifestações de apoio com gritos, mas também alguns receberam "até comida do povo da cidade". Antes de ser feita a ocupação, existia um lixão naquele lugar. Os acampados contam que, ao chegarem lá, tiveram que limpar o lugar de todo tipo de coisas. Alguns comerciantes da periferia da cidade de Polvilho também comentavam que o terreno era "lixão de corpos": sempre tinha briga nessa parte da cidade e, muitas vezes, assassinatos, e os cadáveres terminavam sendo jogados lá.[13] Em depoimentos colhidos de maneira informal com habitantes de Polvilho, eles quase sempre demonstravam uma simpatia pelo fato de os acampamentos estarem no lugar do lixão. O dono de uma lanchonete deixava explícito esse apoio e comentava:

> Para a gente foi melhor... aquele lugar era um ninho de bandidos, sempre dava briga e a gente já escutava que estava tendo um negócio lá [faz sinal de arma] e não dava para passar por aquele lugar... agora esse pessoal está lá... plantando, não mexem com a gente, pelo contrário, é mais negócio para nós, o pessoal [dos acampamentos] sempre vem por aqui... [sic].

Com a instalação de um acampamento num espaço considerado pelos habitantes daquele lugar como "problemático", os acampados possibilitam a sua revitalização, por meio do plantio de hortas e instalação de famílias. Assim, o movimento espera em troca o apoio da população do lugar. Isso faz parte das estratégias do MST. Não é à toa que "a beleza" seja um dos valores fundamentais socializados pelo MST entre os acampados. No próprio texto do MST, "A vez dos valores", isso é explicitado: A beleza deve ser, para nós, um valor fundamental, pois desde os primórdios ela é símbolo do bem-estar. As áreas da reforma agrária são geralmente devastadas, antes de serem desapropriadas, pela ganância dos latifundiários. Se quisermos, poderemos reproduzir as florestas. (Bogo, 1998, p.9)

No acampamento, por exemplo, os militantes insistem em manter sempre o barraco limpo, plantar flores e hortas, e quando sabem que chegará visita para conhecer o acampamento, geralmente é formada uma comissão para ajudar a limpar com a finalidade, como disse a coordenadora do acampamento, de "que vejam o acampamento bonito e limpo".

Alguns autores (Woortmann, 1997; Paoliello, 1998; Tedesco, 1999; Brenneisen, 2003) têm chamado a atenção sobre o significado que pode ter o fato de limpar e mexer na terra como um ato legitimador da posse pelo trabalho.

[13] Uma militante do acampamento relatou-me que poucos meses após a ocupação em Cajamar, dois militantes do Terra Sem Males foram detidos pela polícia, pois encontraram, perto do acampamento, o corpo de um jovem da cidade. Horas depois foram postos em liberdade, tendo sido comprovada sua inocência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indivíduos que decidem participar das chamadas reuniões da terra, e depois de uma ocupação, o fazem tendo diversas motivações. Aqueles que participam pela primeira vez têm a expectativa de conseguir "um pedaço de terra" que, na maioria dos casos, significa aspirar a uma vida melhor, a ser autônomo e, sobretudo, a não ter patrão. Para muitos outros, participar de uma ocupação e depois ficar nos acampamentos é uma saída a curto prazo para a situação de desemprego e precariedade na qual se encontram, é uma alternativa de subsistência. Mas, como menciona Sigaud (2005, p.266), todos eles compartilham uma crença: "A lona preta passa a fazer parte do repertório das possibilidades de 'melhorar de vida'... Quando um indivíduo passa a fazer parte de uma ocupação, crê e aposta nas possibilidades da lona preta".

Outros participantes das ocupações, principalmente os militantes do MST, vão por outros motivos: "para apoiar o movimento", o que, conforme os próprios atores, significa, por um lado, "fazer a massa" e, por outro, "apoiar a própria organização do acampamento". Os militantes, junto com aqueles que não se consideram parte da militância do movimento, mas que já fazem parte de algum assentamento ou acampamento, participam cumprindo com uma série de compromissos e obrigações que têm ou sentem para com o MST, principalmente para com o amigo, vizinho, parente ou compadre que os convidou para participar pela primeira vez da ocupação.

O preâmbulo das ocupações, ou seja, o trabalho de base e as reuniões da terra se sustentam em redes sociais, de amizade, de parentesco ou de vizinhança, que, com a circulação de informações entre "velhos" e "novos" acampados sobre a experiência da ocupação, são fundamentais para que as pessoas participem e a ocupação aconteça.

O conceito de redes sociais é de grande utilidade analítica, pois permite entender, abarcar e apreender o movimento dos indivíduos envolvidos. Desse modo, retomando a afirmação de Carvalho (2002), é provável que um dos "segredos íntimos" do sucesso e da capacidade organizativa e de mobilização da organização dos trabalhadores rurais sem terra seja a sua capacidade de "constituir-se como um tipo de sociedade em rede" (2002, p.44), em que as relações interpessoais, os laços de vizinhança e amizade preexistentes tornam possível a espiral das ocupações de terras. Destarte, podemos argumentar que não só os indivíduos que participam das ocupações dependem dos movimentos, nesse caso do MST, para serem candidatos à reforma agrária, mas também o movimento, para existir, depende desses indivíduos. Existem, portanto, relações de dependência recíproca.

Contudo, o próprio sustento econômico e social dos acampamentos também depende das redes sociais e da circulação do que os acampados chamam de ajudas. Esses espaços – os acampamentos – configuram-se

como um lugar de troca onde se fortificam os laços sociais de parentesco, vizinhança e amizade, e onde outros se criam e se recriam, formando novas redes sociais. Embora as relações sociais estabelecidas dentro desses espaços não sejam diferentes daquelas que se dão nos bairros e periferias de origem dos acampados, nos acampamentos essas relações adquirem uma especificidade, uma cor local.

Algumas das trocas envolvem o que os acampados e assentados chamam de bicos e ajudas. Os bicos são, muitas vezes, trabalhos eventuais realizados dentro ou fora do acampamento e que podem ou não ter um pagamento em dinheiro. As ajudas que os acampados recebem dependem da solidez das redes sociais que se estendem para além do acampamento e, especificamente, do compromisso que os assentados sentem de ajudar os acampados que convidaram para fazer ocupação. Assim, essas ajudas entre assentados e acampados e dentro dos próprios acampamentos são diversas e fluídas dependendo do que se troca, com quem e em quais circunstâncias. As trocas e contatos dos acampados com o "povo da cidade" também ajudam sua subsistência dentro dos acampamentos e criam novas relações além de suas fronteiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

BOGO, A. A vez dos valores. *Caderno de Formação (São Paulo)*, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), n.26, p.5-26, jan., 1998.

BOURDIEU, P. *Les sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2002.

BRENNEISEN, E. C. Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente. In: MARTINS, J. S. (Coord.). *Travessias. A vivência da reforma agrária nos assentamentos.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CARVALHO, H. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: SOUSA SANTOS, B. (Org.). *Produzir para viver:* os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COMERFORD, J. C. *Fazendo a luta:* sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

FERNANDES, B. M. *MST:* formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1999.

GARCIA Jr., A. *Terra de trabalho. Trabalho familiar de pequenos produtores.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LOERA, N. *A busca do território:* uma aproximação à diversidade do seu significado entre os sem-terra. Campinas, 2004. 164p. Dissertação (Mestrado) em Antropologia Social – Unicamp.

LOPES, J. M. A. O dorso da cidade: os sem-terra e a concepção de uma outra cidade. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Produzir para viver:* os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACEDO, M. E. Entre a "violência" e a "espontaneidade": reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terra no Rio de Janeiro. *Revista Mana (Rio de Janeiro),* Relume Dumará/PPGAS/Museu Nacional, v.11, n.2, p.473-97, out., 2005.

MALINOWSKI, B. *Les jardins de corail*. Paris: La Découvert, 2002.

______. *Los argonautas del pacífico occidental*. Barcelona: Edicions 62, 1995.

MARTINS, J. S. O sujeito da reforma agrária. In: MARTINS, J. S. (Org.). *Travessias:* a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988. (Perspectivas do homem).

PAOLIELLO, R. M. Estratégias possessórias e constituição de espaços sociais no mundo rural brasileiro: o contexto da Baixada do Ribeira. In: NIEMEYER A. M.; PIETRAFESA, E. G., (Orgs.). *Além dos territórios*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

PEIRANO, M. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PINA CABRAL, J. A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições na antropologia contemporânea. *Revista Mana (Rio de Janeiro)*, Relume Dumará/PPGAS/Museu Nacional, v.2, n.1, p.25-57, abr., 1996.

RAPCHAN, E. S. *De identidades e pessoas:* um estudo de caso sobre os sem-terra de Sumaré. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado) em Antropologia – FFLCH/USP.

ROSA, M. *Quando o sentido é o movimento*: a "forma movimento" como modelo contemporâneo de ação coletiva no Brasil. Paper apresentado no VI Congreso de Antropología Del Mercosur. Montevidéu: Universidad de la República, 16-18 nov. 2005.

SIGAUD, L. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo social, Revista de Sociologia da USP*, v.17, n.1, p.255-80, jun., 2005.

______ et al. Histoires de campements. *Cahiers du Brésil Contemporain (Paris),* Maison des Sciences de l'Homme/Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain (E.H.E.S.S)/Institut des Hautes Etudes d'Amérique Latine (Paris III), n.43-4, p.31-70, 2001.

______. A forma acampamento. *Revista Novos Estudos (São Paulo)*, Cebrap, n.58, p.73-92, nov., 2000.

SENADO FEDERAL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/bdtextual/const88/Con1988br.pdf>.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TEDESCO, J. C. *Terra, trabalho e família. Racionalidade produtiva e* ethos *camponês*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

VINCENT, J. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

WANDERLEY, M. N. B. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. (Estudo de caso no Nordeste). In: MARTINS, J. S. (Org.). *Travessias:* a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

WOORTMAN, E.; KLAAS, W. *O trabalho da terra. A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora da UnB, 1997.

4
A "forma movimento" como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil

Marcelo Rosa

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura analisar o processo pelo qual uma forma específica de conflito, enunciado nas formas de *movimento* e *ocupação*, foi se estabelecendo em diversas áreas do país como uma maneira legítima de relação entre agentes do Estado e grupos organizados que demandam sua atenção.[1] Para isso, parte-se da exposição de quatro contextos ou casos cronologicamente dispostos ao longo dos últimos quinze anos, nos quais essas duas formas de ação social foram utilizadas.

O primeiro caso é o da chegada (em 1989) do MST à região da Zona da Mata de Pernambuco, lugar marcado pela hegemônica representação dos trabalhadores rurais pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape).

O segundo, também na mesma região, mas já no início do ano 2000, recupera o processo pelo qual a CPT afirma-se como um movimento atuante nas ocupações de terras a partir de pressões do INCRA.

O terceiro caso é de um movimento criado por um grupo dissidente do MST, em Pernambuco, que tinha como bandeira inicial a não-realização de acampamentos e ocupações de terra.

O quarto e último narra a formação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), no Rio de Janeiro, no ano de 2004. Embora se trate

[1] Corroboro aqui o ponto de vista de Borges (2004), de que sociologicamente o Estado só se faz presente na vida cotidiana das pessoas como governo e não como uma abstração presente nas teorias das ciências sociais. Abstrações que, na maioria dos casos, têm servido de esteio etnocêntrico para disputas em torno de um modelo ideal (ou típico-ideal) de sociedade.

de um caso alheio ao contexto rural, temos neste último episódio a mobilização dos elementos simbólicos que constituem o que chamo de *forma movimento*, a partir das reflexões de Sigaud (2000) sobre acampamentos e ocupações.

A concatenação dessas experiências visa lançar luz sobre as formas e ações que têm sido utilizadas para se iniciar processos específicos de conflito de grupos rurais com o Estado. O estudo comparado dessas gêneses, a um só tempo dissonantes e complementares, é fundamental para um debate sobre o momento e as formas necessárias ao reconhecimento desse tipo de ações sociais como conflitos.

ACAMPAMENTO? MOVIMENTO? E ONDE ESTÁ O SINDICATO?

O MST aportou no estado de Pernambuco pela primeira vez em 1989, quando um grupo de dirigentes e militantes vindos de Sergipe, Paraíba e Alagoas, coordenados pela direção nacional, fundou a primeira secretaria do movimento no município de Palmares, na região da Mata Sul. Naquela cidade, pessoas ligadas ao sindicato de trabalhadores rurais e à Igreja Católica deram abrigo aos membros do MST, que começaram a contactar associações de bairro, sindicatos e políticos da região.[2]

Após vários meses do chamado “trabalho de base”,[3] encontraram no prefeito do município de Cabo de Santo Agostinho, na região metropolitana de Recife, apoio político e financeiro para realizar sua primeira ocupação de terras no estado.[4] A área escolhida – um engenho, localizado na região litorânea do município – fora desapropriada pelo governo do estado para a construção de um grande complexo portuário.

Arrebanhando um grupo de cerca de 1.500 pessoas que viviam nas periferias das cidades da Zona da Mata, os militantes do MST ocuparam a área, conhecida atualmente como Complexo de Suape, no final de junho de 1989.[5]

O acontecimento chamou imediatamente a atenção em toda a região. No dia seguinte à ocupação, o caso foi posto em destaque nos principais jornais de Recife, que estampavam em suas capas fotos das barracas de

[2] Dados de entrevista com Jaime Amorim, principal líder do MST em Pernambuco, em 2003.

[3] Os militantes do MST chamam de “trabalho de base” as visitas que fazem em periferias das cidades da região, convidando os moradores para participar das reuniões que o movimento promove.

[4] O *Diário de Pernambuco*, de 21 de junho de 1989, descrevia a chegada ao acampamento de uma camionete com alimentos doados pela prefeitura, pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais e por associações de bairro da cidade.

[5] Segundo Jaime Amorim, atual coordenador do MST, a ocupação contou com um grupo de dirigentes que fora escolhido pela direção nacional.

lona preta e da bandeira do MST.[6] Assim que foi noticiada a contenda, a Comissão Pastoral da Terra, a Fetape e o governo do estado, ou seja, todos os tradicionais agentes envolvidos em conflitos de terra na região enviaram representantes para a área.

O objetivo da ocupação era, além de marcar a presença do MST na região, exigir do governo do estado o assentamento daquelas famílias. A resposta do governo estadual, na época chefiado por Miguel Arraes, foi imediata: ele não aceitou negociar com um grupo de pessoas *de fora*, isto é, sem legitimidade para representar a população rural da região, fossem trabalhadores rurais, lavradores ou sem-terra.

Dois dias depois, o chefe da Casa Civil do governo Arraes declarava publicamente: "O governo sempre resolveu estas questões via sindicato ou Fetape e não com grupos isolados" (*Diário de Pernambuco*, 23/6/89).

Outras declarações dos principais representantes do governo aos jornais da época indicam que o governo Arraes oferecia como única alternativa enquadrar os "invasores" em um programa para trabalhadores agrícolas em tempos de entressafra, desenvolvido em conjunto com os sindicatos.[7] O programa, denominado "Chapéu de Palha", empregava em frentes de trabalho grupos de trabalhadores rurais desempregados, indicados pelos sindicatos.[8]

A negativa do governo em negociar com um "grupo isolado" demonstrava a falta, naquela época, de formas locais de reconhecimento para a ação do MST. Concebida por um dos lados como uma demanda por desapropriação de terras, o evento do município do Cabo foi traduzido pelo governo e pela imprensa como um problema de emprego; interpretado dentro da forma cognitiva que marcara uma estreita relação histórica entre o governo e a Fetape, no estado de Pernambuco.[9]

Diante do impasse, os dirigentes do MST mantiveram a ocupação em Suape e montaram outro acampamento em frente ao Palácio do Governo,

[6] Cf. *Diário de Pernambuco*, 21 jun. 1989: "Nem a pronta intervenção de cerca de cinqüenta policiais militares conteve a disposição das quatrocentas famílias que, na noite do último domingo, invadiram a parte dos 13 mil hectares de terra de Utinga de Baixo, no Cabo, pertencentes ao complexo Industrial da Suape. A ação da PMPE ocorreu na madrugada de ontem e, embora tenha provocado conflitos, sustos e discussões não evitou a montagem do acampamento. A área é considerada improdutiva pelos invasores e reserva ecológica pela Suape. Na tarde de ontem, as entradas permaneciam bloqueadas; já que uma reunião, marcada às pressas, entre líderes do Movimento dos Sem Terras e o secretário da Casa Civil, Fernando Pessoa, em nada resultou". [sic]

[7] Cf. *Diário de Pernambuco*, 2 jul. 1989.

[8] A safra da cana-de-açúcar geralmente tem início em setembro e se estende até o mês de março.

[9] Não podemos deixar de lembrar que o MST já tinha realizado ações como essa em outros estados do país e do Nordeste. Localmente, no entanto, essas primeiras investidas do MST na região foram anunciadas a partir dos termos costumeiramente empregados na interpretação de outros fenômenos. Um exemplo dessa percepção acionada pode ser visto nas matérias publicadas à época, em que se afirma que o MST repetia a "estratégia foquista" das Ligas Camponesas das décadas de 1950 e 1960. Ver *Diário de Pernambuco*, edições de jun. 1989.

em Recife, com cerca de sessenta famílias. Mais uma vez, o *Diário de Pernambuco* publicou em sua capa as barracas dos sem-terra, agora no centro do Recife, estampando faixas nas quais se lia: “Cadê a reforma agrária, Arraes?”[10] Depois do acampamento na cidade, o governo aceitou negociar uma outra alternativa, desde que o MST viesse acompanhado por um representante da Fetape.[11]

Dez dias depois, sem solucionar a questão, o governo ordenou que a Polícia Militar despejasse as famílias acampadas em Suape. A violenta ação da tropa de choque, descrita por todos que estiveram presentes, assustou a maioria dos acampados, que abandonaram a área rumo às suas cidades de origem em ônibus cedidos pelo governo. Apenas o pequeno grupo de famílias que se encontrava acampado em Recife permaneceu organizado, formando um novo acampamento às margens de uma rodovia na mesma cidade.

Em um processo de negociação mediado pela Fetape, o governo teria oferecido a cessão de uma área no município de Cabrobó, no sertão de Pernambuco, a mais de quatrocentos quilômetros do local do acampamento. Sem alternativa, cerca de cinco meses depois da ocupação de Suape, o grupo foi levado para aquela região reconhecida pela estigmatizante alcunha de “polígono da maconha”. Sem assistência, em pouco tempo, todas as famílias abandonaram a área. Da mesma forma, os dirigentes do MST voltaram para os estados de onde haviam partido meses antes.[12]

A malfadada incursão do MST na zona canavieira de Pernambuco pode ser resumida na anedota contada por uma das organizadoras do acampamento de Suape: segundo ela, ao encontrar, certo dia, com os líderes do movimento no Palácio das Princesas, Arraes teria lhes dito: “Cresçam e apareçam”. Com esse tipo de narrativa, os dirigentes nos mostram que em julho de 1989 se organizar em um movimento e montar um acampamento não eram condições suficientes para ser aceito como interlocutor do Estado.

OCUPAÇÕES DE SINDICATO

A volta do MST à Zona da Mata se deu em 1992, quando um novo grupo de militantes foi acolhido no sindicato de trabalhadores rurais de Rio Formoso,

[10] Cf. *Diário de Pernambuco*, 23 jun. 1989.

[11] Até aquele momento, o único apoio que o MST teria recebido de entidades locais em Recife fora da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que cedia suas dependências para reuniões. Essa aliança inicial dificultava o MST de se aproximar do sindicalismo rural local, já que aquela central sindical era uma das mais ferrenhas críticas do tipo de ação desenvolvida pela Fetape. Segundo os coordenadores da Comissão Pastoral da Terra, os militantes do MST não fizeram contatos com grupos da região, como a Comissão e a Federação, porque queriam demonstrar que tinham condições de agir sozinhos.

[12] Essa avaliação é compartilhada pelos dirigentes do MST, membros da CPT e sindicalistas.

no extremo sul da região.[13] Mobilizando antigas bases desse importante sindicato, militantes do MST e dirigentes locais realizaram nos engenhos vizinhos àquela cidade uma série de ocupações entre 1992 e 1993.[14] Naquela época, o principal interlocutor das ocupações passou a ser o Incra e não mais o governo do estado.

A partir de 1993, o MST passou a realizar ocupações reconhecidas pelo Incra sem a ajuda dos sindicatos, mesmo que o instituto exigisse a presença de um representante da Fetape em todas as negociações. Gradualmente, as ocupações e acampamentos passaram a ser considerados legítimos, ainda que o movimento não plenamente. Apenas em 1995, quando a Fetape começou a capitanear suas próprias ocupações de terra, o MST começou a ser recebido no Incra sem a companhia de dirigentes sindicais. Realizando a profecia de Arraes, somente quando as ocupações e acampamentos cresceram é que o movimento passou a ser visto como um oponente digno de ser aceito no universo local dos conflitos agrários.

Um dos principais índices do reconhecimento dos acampamentos como uma forma legítima de conflito foi o crescente número de desapropriações das terras intrusadas. Se entre 1979 e 1989 haviam sido desapropriadas pelo Incra dezenove propriedades rurais, entre 1992 e 2000, esse número chegou a 107 em todo o estado de Pernambuco.[15]

Nesse mesmo período, a Fetape, aderindo à inusitada forma acampamento (Sigaud, 2000), passou a realizar suas próprias ocupações, chegando a criar uma secretaria específica para tratar dos assuntos de “política agrária”. Seus acampamentos reproduziram fidedignamente o modelo do MST a ponto de confeccionarem uma bandeira para a federação, que passou a ser hasteada em todos os seus futuros acampamentos.

O ACAMPAMENTO ESTÁ LIGADO A QUAL MOVIMENTO?

A intensificação das ocupações de terra e dos assentamentos no período posterior a 1995 foi uma espécie de efeito de demonstração para os trabalhadores da lavoura canavieira que passavam por dificuldades de toda ordem. Ao longo do tempo, a idéia de montar um acampamento para se exigir a desapropriação de determinada terra começou a se configurar como uma possibilidade cada vez mais plausível diante do significativo número de assentamentos efetivamente implantados.

---

[13] Sobre as condições que propiciaram a associação do MST com os dirigentes desse sindicato, ver Rosa, 2004a.

[14] Ocupações descritas por Sigaud, 2000.

[15] Dados do Incra disponíveis em: <http://www.incra.gov.br>.

Ainda assim, em certas localidades, nem o MST nem a Fetape foram capazes de organizar as pessoas interessadas em montar um acampamento. A Fetape encontrava dificuldade em penetrar áreas controladas por sindicalistas avessos à idéia de se fazer ocupações. O MST tinha problemas em lugares nos quais o movimento não havia angariado militantes, ou em que as ações propostas não eram consideradas prioritárias nas suas estratégias.

É importante observar ainda que, em certos casos, trabalhadores rurais e moradores de engenho vivendo os efeitos da crise da agroindústria canavieira recusavam as propostas feitas pelos militantes do MST e decidiam não se aliar às suas fileiras. Um desses casos ocorreu na área da Usina Aliança, no município de Condado, na região norte da zona canavieira. Nos engenhos daquela usina os trabalhadores negaram-se a montar um acampamento e nele colocar a bandeira do MST, ao mesmo tempo em que discordavam do modo pelo qual os sindicalistas rurais da cidade lidavam com o problema da falta de pagamento de salários e indenizações trabalhistas.[16] Como me confidenciou um desses trabalhadores durante uma visita à sua casa em um dos engenhos abandonados pela usina no ano de 2002: os sindicalistas não estariam fazendo nada e o MST era muito “baderneiro”.

Além do MST e dos sindicatos, havia na região um forte trabalho da Comissão Pastoral da Terra, que tentava ajudar as centenas de trabalhadores dessa usina despejados sem qualquer indenização. O trabalho que se iniciou com a distribuição de alimentos e roupas culminou em pouco tempo na ocupação de um dos engenhos. Após a formação do acampamento, os agentes da CPT procuraram aproximar os ocupantes dos militantes do MST e propuseram o hasteamento de uma bandeira do movimento no engenho. A sugestão foi veementemente rechaçada e aquele acampamento ficou sendo assistido por agentes e advogados da CPT – sem bandeira.

> No começo, nós juntávamos toda nossa pauta com o MST ou com a Federação. Dependendo da região, a gente fazia com o MST ou com a Federação. Fazia em parceria com os sindicatos, mas depois o sindicato nunca aparecia ou os trabalhadores brigavam com o outro pessoal e a gente acabou assumindo.[17]

Esse não foi o primeiro caso no qual a CPT ocupou um papel que tradicionalmente era ocupado pelo MST e pela Fetape. Anteriormente, os agentes pastorais já haviam ajudado a organizar (nas suas palavras) e a assessorar juridicamente cerca de cinco outros grupos que promoveram ocupações de terra na região norte da Zona da Mata.

---

[16] A proposta dos sindicalistas era cobrar judicialmente as somas devidas pela usina aos seus trabalhadores reeditando o modelo tradicionalmente bem-sucedido utilizado pela Fetape desde os anos 60.

[17] Agente da CPT, em entrevista realizada em 2002, na sede da CPT em Recife.

Como vimos no caso de Suape, e também como aponta Sigaud (2000), montar e manter o acampamento é apenas o primeiro passo para que esse tipo de *conflito* se estruture. Outra etapa tão ou mais importante é garantir a legitimação do acampamento por meio do reconhecimento por parte do Estado. E foi justamente nesse processo de legitimação que a CPT enfrentou grandes adversidades:

> O outro problema é que nós não somos um movimento, mas a gente age como um movimento, por conta disso. A gente organizava e dizia: O acampamento é dos trabalhadores, porque eles têm nossa assessoria, nossa formação, eles têm autonomia. *Mas quando vinha pro Incra e dizia acampamento tal, eles perguntam se era ligado a quem? Tem que ter uma organização que é a referência, que é a responsável. E acabou a CPT ficando na lista dos movimentos* (Agente da CPT). [sic]

Como pude observar nas palavras da agente da CPT, e durante um trabalho de campo que realizei na sede do Incra em Recife, organizar os acampamentos e representá-los "diante da Justiça" e, principalmente, do Estado é uma tarefa que foi consagrada ao longo da década de 1990 a um *movimento*. Fica claro, a partir dessa interpretação sobre o episódio da CPT, que um acampamento sem movimento não era considerado legítimo diante do Incra – essa instância governamental que concomitantemente se constituíra como a instituição responsável pelo reconhecimento dos conflitos agrários.[18]

Somados, esses elementos nos sugerem que a constituição de um modelo do que seria a *forma organizada de conflito* não se deu apenas por vontade dos agentes do Estado, como nos esclarece a agente da CPT:

> Se não foi em 1999, foi em 2000. Mas, por quê [se começou a pôr bandeira nos acampamentos]? Porque bandeira não é o símbolo da CPT. A gente sempre costuma dizer, é uma coisa bastante polêmica, só aqui no Nordeste que a gente usa a bandeira. A gente costuma dizer que o nosso símbolo mais importante é a Bíblia. Nossa motivação é evangélica. Não foi a CPT que disse que ia criar uma bandeira. Foram os trabalhadores, eles queriam uma bandeira. Eles viam o MST e viam outros movimentos. A Contag tinha bandeira, o MST tinha, o MT tinha bandeira. Por que a CPT não tinha bandeira? Era uma questão deles se identificarem. Porque *nós não somos um movimento*, nós não queríamos ter um símbolo oficial da CPT. Mas a gente procura estar junto com *outros movimentos*. Tinha marcha do MST que tinha bandeira e eles [os trabalhadores]: e nós? De princípio, a nossa vontade era de que eles segurassem a bandeira do MST. Mas eles viam por conta da metodologia que então eles não se identificavam tanto e daí eles queriam um símbolo próprio. O símbolo da CPT sempre foi uma cruz, nos acampamentos ainda tem. Acampava e fincava uma cruz de madeira. Mas depois eles vieram nas caminhadas e tudo com a cruz, primeiro botaram um pano branco na cruz. Porque queriam uma bandeira

[18] Até mesmo em um de seus formulários, o Incra registrava e classificava os conflitos por terra em um campo de preenchimento obrigatório intitulado *movimento.*

> e ficaram forçando. O símbolo é este o que já existe, a logomarca da CPT. Aí botaram o verde, por quê? Verde porque era mais a questão da natureza, da reforma agrária com respeito à natureza, verde da esperança de ter terra. Depois a bandeira foi importada para a Paraíba, onde os outros movimentos são fracos. Ainda não é uma coisa assumida nacionalmente. [sic]

Ao se envolverem no mundo das ocupações, dos acampamentos e da intensa socialização nas atividades relacionadas às reivindicações por desapropriação de terras, os próprios trabalhadores dos engenhos envolvidos com a CPT passaram a incorporar os elementos da *forma movimento.* Ao longo das marchas de “sem-terra”, que acompanhei pela cidade de Recife entre 2001 e 2003, sempre se avistava, em meio às centenas de bandeiras, bonés e camisetas do MST, um pequeno grupo trajando as mesmas peças em cor verde, empunhando a bandeira da CPT.

O MOVIMENTO ESTÁ LIGADO A QUAL ACAMPAMENTO?

Nem sempre a montagem de um acampamento por parte de um movimento é bem-sucedida. Assim se deu com várias ocupações realizadas pelo MST no município de Amaragi, na parte central da Zona da Mata.

Naquela cidade, esse movimento recrutou, entre 1995 e 2000, diversos trabalhadores rurais para a ocupação de engenhos tidos como improdutivos. Ocupações que frustraram as expectativas de seus integrantes por duas razões primordiais: a) uma série de adversidades relacionadas com a impossibilidade jurídica de desapropriação das terras pretendidas; b) a impossibilidade de o MST atender a todos os acampamentos com o mesmo empenho, tendo por fim que hierarquizá-los.

Em um desses acampamentos esteve José Vicente, em 1999.

> Foi antes de eu ir [para São Paulo]. Esse foi antes de eu ir. Aí a gente... teve um despejo pesado. Começamos a analisar a situação, um engenho pequeno, o número de morador grande, não é? Então, a gente ia trabalhar só para os moradores. Porque na matemática nossa, o engenho sendo desapropriado ia assentar só cinco sem-terra, o resto tinha que ser morador [bate na mesa]. Então, para o MST na época ia ser bom, mas para nós não”. [sic]

Frustrada essa incursão no mundo dos movimentos, já no ano de 2000, ele migrou para São Paulo, de onde voltou em menos de um ano. Sem emprego, na sua cidade, Amaragi, foi procurado novamente por dirigentes do MST.

Como havia sido coordenador de turma no primeiro acampamento e, portanto, conhecia muitas das pessoas que participaram daquela mobili-

zação, Vicente foi escolhido para ser o coordenador do MST na cidade.[19] A sede do movimento passou a funcionar na casa de sua família que, além da infra-estrutura, cedeu para o trabalho de mobilização todos seus membros homens. José Vicente, seus pais e seus irmãos se tornaram a referência do MST na cidade, e organizaram um novo acampamento com os remanescentes de sua primeira e frustrada incursão.

A área ocupada, indicada pela direção do MST, pertencia a uma usina da cidade de Vitória de Santo Antão. Porém, assim como da oportunidade anterior, o acampamento passou por diversas dificuldades, ao passo que a desapropriação seguia impedida. A Justiça do Trabalho decidira destinar a área do acampamento ao pagamento das indenizações dos funcionários da usina – que funcionava em outra cidade – e aos demais credores da empresa. José Vicente, que nessa época coordenava as ações do movimento na cidade, teria recorrido a todas as instâncias possíveis, desde o Sindicato dos Trabalhadores Rurais até os advogados que assessoram o MST, e ninguém conseguiu reverter a questão.

> José Vicente: É, 2001. Então ficamos dois anos lá, debaixo da lona. Isso não é uma coisa ruim? Ficamos dois anos lá, debaixo da lona. Quando acabou perdemos tudo.
> Marcelo: Vocês foram despejados ou não?
> José Vicente: Não, nós não chegamos à juíza mandar a polícia tirar o povo, porque quando a Justiça deu a causa ganha, o sindicato não deu apoio e o MST esqueceu, então não ia esperar... para quê?. [sic]

Mais uma vez, a possibilidade de obter uma parcela de terra foi frustrada. Porém, nesse segundo evento, o grupo de acampados estava sob o comando de José Vicente, que ostentava a insígnia de coordenador local do MST. As acusações ao MST foram estendidas à sua pessoa, e ele passou a ser responsabilizado pela frustrante aventura, já que ele próprio convidara muitos dos acampados a se engajarem.

A alegada falta de empenho dos dirigentes regionais do MST em resolver o caso das famílias de Amaragi, o forçou naquele período a desempenhar funções que normalmente não estão ao alcance de militantes em sua posição:

> José Vicente: A gente reuniu [o pessoal] todo o tempo aqui. E nunca vinha ninguém dar apoio a nada. Nunca nos encontramos no Incra para resolver nada. Uma certidão do engenho, para tirar no cartório, era nós que desembolsávamos o dinheiro e pagávamos. Nunca recebemos um centavo.
> Marcelo: Nada, nada?
> José Vicente: É, nunca recebemos um centavo. Cestas básicas tinha que recorrer direto ao Incra, porque se esperasse pelo movimento, para aqui não vinha.
> Natan: É, o superintendente teve vez de mandar [as cestas] aqui no carro do Incra.

[19] O antigo coordenador do MST na cidade havia trocado de movimento, passando para o Movimento dos Trabalhadores. Em Rosa (2004a) analiso o MT e uma série de outros movimentos que surgiram na Zona da Mata a partir da chegada dos anos 90.

José Vicente: Mandar no carro do Incra, porque se esperasse pelo movimento mandar, não vinha.

Marcelo: Mas por que você acha que eles não davam atenção aqui?

José Vicente: Olha, eu acredito que isso depende muito de dirigente. Por conta do MST ter grande nome, número, norte a sul do país... abandonou nós aqui, em termos de dar um apoio. Porque o movimento, ele funciona de tal forma: como se organiza um grupo de pessoas, solicita – como você tem acompanhado no Incra – determinadas áreas, mas tem que ter a direção do movimento para que... [eles] é que têm o poder de chegar até o Incra e dizer assim: Olha, nós vamos dar prioridade a essa área por conta desse povo que está esperando. O município de Amaragi, por exemplo. E nós estamos solicitando essa área aqui, para um número de tantas famílias, porque só a direção do movimento tem o poder de... dar prioridade a cada município em determinadas áreas. Porque aqui em Amaragi a gente tem um pedido de vistoria de dez áreas, por exemplo.

Marcelo: Dez áreas agora, é?

José Vicente: Só um exemplo, dez áreas. Só que tem as áreas prioritárias. Aqueles que se encontram em situações mais graves em termos de dívidas do proprietário, mais coberto de mato aí, e a dívida é grande...

Marcelo: Sim.

José Vicente: No caso, *na época que a gente era MST*, como eu falei, nós não tínhamos o poder de chegar lá [no Incra] e dizer: A gente está dando prioridade a tal área. Porque vinha o dirigente, no caso da Mata Sul, aqui e dizia: Não, a gente precisa dar prioridade em Ribeirão, em tal área. E nós não tínhamos o poder daquilo.

Marcelo: Sim. Era ele que decidia.

José Vicente: Era ele que decidia. Ele como dirigente. A não ser ele, só o Jaime Amorim, que é o coordenador geral de Pernambuco, do MST. Então a gente sofreu, Marcelo, durante quatro anos e alguma coisa. Entramos para o quinto ano que era MST. Então, só nessa rotina, reunindo o povo e esperando, esperando. [sic]

Ao recorrer pessoalmente aos cartórios e ao próprio Incra, ele foi se distanciando, aos poucos, da direção do MST, e internalizando os procedimentos e códigos que regem os conflitos com o Estado na região. Aprendeu a dialogar com funcionários do Incra e conheceu a lógica para a obtenção dos meios para a sustentação de um acampamento. Ao estender cada vez mais seus tentáculos na região, o MST foi levando os novos militantes a tomar contato com a forma tornada obrigatória na realização do processo de desapropriação na região. O revelar, mesmo que parcial, dessa lógica tem se mostrado como uma condição à sua própria expansão naquela área.

Sendo assim, lhes pareceu que o MST já não era mais eficaz para seus anseios:

José Vicente: A gente se reúne aqui de 15 em 15 dias. Mesmo depois da reunião sentava aqui eu, ele [Natan], um outro irmão meu, meu pai, que aqui é a casa dele... Esperar cinco anos, e hoje até o momento não se encontra com nada garantido! Até que tempo nós vamos levar para se assentar? Então, a gente vai esperar até que tempo para um dia ser assentado? Não. Aí a gente chegou à conclusão: *vamos fundar um movimento? Vamos.* Reunimos o pessoal aqui e conversamos com o pessoal nessa situação, que a gente vai ficar sem ter condições. Aí, no dia 5 de outubro de 2002,

nós passamos a ser um grupo independente. Reunimos o pessoal e analisamos a situação e passamos a ser um grupo independente.

Marcelo: Aí vocês se desligaram do MST.

José Vicente: Do MST.

Marcelo: Comunicaram ao MST que estavam se desligando.

José Vicente: Não. A gente não tinha que comunicar ao MST.

Marcelo: Ah, sim.

José Vicente: Nós tínhamos que comunicar ao Incra.

Marcelo: Por quê?

José Vicente: Comunicar ao Incra. Então a gente ficou, a partir de outubro de 2002, independente. Não fazia parte de nenhum movimento, ficamos [sendo] um grupo apoiado pelo Incra. Inclusive está aqui um documento assinado pelo superintendente.

Marcelo: E como é que o Incra apoiou? Ele apoiou vocês a constituírem um movimento?

José Vicente: Não. Primeiro o superintendente, o dr. Geraldo, a gente falou para ele que não queria fazer mais parte de um movimento do MST e se podia ficar um grupo independente. Até que analisasse a situação e visse uma forma de ou passar para outro movimento ou fundar um movimento, entende? Desde que nós continuássemos com as mesmas áreas que a gente tinha solicitado, não é?

Marcelo: Claro, mas por quê?

José Vicente: Por quê? Porque quando a gente pedia... na época do MST a gente fazia um ofício e dizia que o MST estava solicitando determinadas áreas. Então, a gente era quem pagava a documentação. E a partir dali nós é quem estávamos dando andamento no processo. Então ficamos, a partir dessa data, independentes. Aí foi ao conhecimento do Incra dia 24 de outubro de 2002. Quer dizer, a gente entrou no dia 5, ficamos independentes no dia 5, no dia 10 o Incra tomou conhecimento. E o superintendente assinou. Fizemos um abaixo-assinado aqui, com todo mundo assinando com número de CPF, para ficar acobertado da coisa. [sic]

A forma pela qual José Vicente revela seu desligamento do MST enfatiza as pistas de que o Incra seria, por excelência, o legitimador de um novo movimento; o que nos remete à importância que a resposta positiva do Incra para certas demandas do MST teve para o reconhecimento do próprio instituto. A formação de um grupo dissidente e, posteriormente, do Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terras (MTBST) nos ajuda também a compreender o conteúdo pedagógico que ações do MST tiveram para os trabalhadores rurais da região:

José Vicente: Certo? Então nós temos que fundar um movimento para que nós tenhamos o direito que os outros movimentos têm e que nós tenhamos o poder que o MST tem, mesmo nós sendo um movimento pequeno, que começamos agora, mas em nível de movimento temos o mesmo, não é? E registrar nosso movimento porque nós ficamos com o apoio da Justiça, de todo mundo. [sic]

Uma pedagogia que contribuiu para que, em certas circunstâncias, as idéias de direito à terra e à assistência do Estado fossem associadas à organização de um movimento. Associação que não era feita apenas pelas pessoas

que tomaram contato com os movimentos, mas também pelos próprios funcionários do Incra, órgão que somente passou a considerar formalmente as demandas de José Vicente quando ele fundou seu movimento.

Ao serem reconhecidos pelo Incra, os líderes do MTBST, que vinham de duas experiências mal sucedidas de acampamento, optaram por não repetir o expediente clássico do MST.

> José Vicente: Nesse período, a gente não fez ocupação. E até agora [a gente] não fez. Tinha feito ocupação quando estava no período no MST. Porque até eles exigiram de nós fazermos.
>
> Marcelo: E o MST exigia isso?
>
> José Vicente: Exigia de nós fazermos. A ocupação era importante na época em que as leis diziam que a terra ocupada, se vistoriar vai desapropriar. Então, essa é a história do nosso movimento. *Não pretendemos fazer ocupação.*
>
> Marcelo: Vocês querem fazer movimento sem ocupar?
>
> José Vicente: Enquanto não houver uma mudança na lei. Se isso é que ia acontecer, nós não vamos. Se não houver mudança, nós não vamos [bate na mesa] fazer ocupação. Porque para nós fazermos ocupação nós vamos bater de encontro com a lei. E lei tem que ser cumprida. Em momento algum nós, do MTBST, queremos trabalhar de encontro com a lei. Processo é pouca coisa. Mas a partir da hora que a gente vai trabalhar de encontro com a lei, a gente pode sofrer as conseqüências pior.
>
> Marcelo: Claro.
>
> José Vicente: Então, em momento algum, se não houver uma mudança na lei, nós não vamos ocupar área de ninguém. [sic]

Considerando que, ao contrário do MST, o MTBST era um movimento registrado em cartório e que havia angariado apoio formal da superintência do Incra no estado, seus líderes decidiram não ocupar as terras que reivindicavam.[20] Eles apenas entregaram ao Incra uma lista com os nomes daqueles que estiveram acampados sob as lonas do MST, na esperança de serem chamados quando a área fosse desapropriada.

Para o argumento desenvolvido no presente texto, é importante ressaltar que realizar um acampamento – além de ser um processo longo e, no caso de José Vicente, traumático – poderia ser interpretado como uma aceitação passiva de um procedimento de conflito com o Incra, instituído preponderantemente a partir de suas negociações com o MST. Essa postura distinta e especial do MTBST de não promover ocupações de terra, visava instituir uma quebra no universo de regras que conforma os conflitos contemporâneos por terra. No entanto, passado algum tempo, a lista entregue ao Incra se mostrou insuficiente não apenas para lhes garantir a terra como também para a continuidade das negociações com o instituto. Alguns meses depois de ter concluído meu trabalho de campo, acompanhei pelos jornais

[20] A não-realização dos acampamentos guarda íntima relação com a edição da Medida Provisória n.2.109-50 de 2001. Medida editada no governo Fernando Henrique, e mantida no governo Lula, que suspende por dois anos a desapropriação de áreas ocupadas.

de Recife a notícia de que o movimento de José Vicente organizara sua primeira ocupação no Engenho Bom Jesus, em julho de 2003. José Vicente, com a sua decisão inicial de não realizar ocupações, se afastava de um movimento inercial que os vincularia ao MST (do qual buscava se distanciar). Ao fazê-lo, ele desvelava um aspecto fundamental e, por vezes ocultado nesse texto, dessa relação entre sem-terra e Estado no Brasil: o diferencial de poder entre as partes garantida pelo monopólio da violência física. Ao sentar à mesa para discutir exclusivamente com movimentos que promovam ocupações, o Estado garante a persistência de uma relação assimétrica, que paulatinamente torna evidente por meio de punições infligidas aos sem-terra por suas práticas de "invasão" em todo o território nacional.

UMA LINGUAGEM EM EXPANSÃO

Essa linguagem – em que se explicita a ambivalência da ocupação como forma de conflito entre sem-terra e Estado, ora de forma velada, ora de forma explícita – parece ser tão forte e eficaz nas relações com o Estado que atualmente se expande para além dos próprios espaços agrários. No ano de 2004, um grupo de moradores de Belford Roxo, na região da baixada fluminense no Rio de Janeiro, invadiu um terreno do governo do estado na cidade.[21] Organizado por lideranças políticas locais, que haviam participado de outras invasões nos anos 80, o grupo reproduziu no terreno a forma de organização adotada na região pelo menos desde os anos 70 (Boschi, 1987). Cada família cercou seu terreno e passou a aguardar pela regularização da área. Poucos dias depois a polícia militar chegou ao local e desmontou toda a invasão.[22]

Meses depois, no feriado de primeiro de maio do mesmo ano, alguns dos líderes da primeira invasão foram a uma festa popular no centro do Rio de Janeiro. Naquele local encontraram, entre outras tantos, um *stand* do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). Esse movimento formado no Rio Grande do Sul no final dos anos 90, sob a tutela do MST, já contabiliza como conquista o que seus líderes denominam de assentamento *rururbano*.

Depois de uma breve conversa na festa de primeiro de maio, os líderes do MTD no Rio de Janeiro, escolhidos em curso promovido pelo MST, passaram a freqüentar o bairro no qual os participantes da invasão frustrada residiam. Seguindo o mesmo sistema adotado pelo MST, depois de uma

[21] O trabalho de pesquisa sobre essa ocupação foi realizado sob minha orientação por Sérgio Muniz Mangueira. Os dados de que me utilizo são, portanto, produtos de seus relatórios de pesquisa.

[22] *Invasão* é o termo utilizado pelos atuais líderes para descrever o evento.

série de reuniões, os dirigentes marcaram a data da ocupação do terreno. No dia 22 de agosto de 2004, em plena madrugada, um grupo de cinqüenta famílias organizado pelos líderes do MTD e por mais dois militantes do MST-RJ entrou no terreno e ali ergueram barracas de lona preta sob a bandeira do MTD.

Após três dias, a Polícia Militar enviada ao local para desocupar a área foi demovida da idéia ao ser informada que se tratava de um movimento e que a ocupação estava sendo negociada com as autoridades do município. Segundo relatos das famílias acampadas, a reação da polícia ajudou-os a confirmar a idéia de que aquele era mesmo o modo correto de reivindicar. Desde então, o acampamento se mantém no mesmo lugar: seus líderes passaram a ser recebidos pela prefeitura local e pelo governo do estado, que tem fornecido material para a reparação das barracas de lona que sofrem com os constantes ventos da região.[23]

O CARÁTER COERCITIVO DOS ACAMPAMENTOS E MOVIMENTOS

Sujeito do conflito	**Data**	**Local**	**Forma de enunciação do conflito**	**Forma de representação**	**Conflito considerado legítimo**
MST	1989	Zona da Mata/PE	Acampamento	Movimento	Não
MST/STR	1992	Zona da Mata/PE	Acampamento	Sindicato	Sim
CPT	2000	Zona da Mata/PE	Ocupação	Assessoria	Não
MTBST	2002	Zona da Mata/PE	Lista de pretendentes	Movimento	Não
MTBST	2003	Zona da Mata/PE	Acampamento	Movimento	Sim
MTD	2003	Baixada Fluminense/RJ	Invasão	Comissão	Não
MTD	2004	Baixada Fluminense/RJ	Acampamento	Movimento	Sim

Os casos anteriormente trabalhados são peças fundamentais para compreendermos a conformação e a institucionalização de uma forma específica de conflito que ultrapassa os limites da zona canavieira de Pernambuco. Como demonstrei, em 1989 organizar-se na forma de um movimento, ocupar e montar um acampamento não foram elementos suficientes para

[23] No primeiro semestre de 2005, participei de uma reunião da direção do MTD na qual os líderes do acampamento exibiam uma série de ofícios que lhes foram enviados por órgão do governo do estado e da prefeitura.

enunciar e legitimar de imediato esse tipo conflito. Apesar de terem mobilizado símbolos, cuja eficácia já havia sido comprovada em outras regiões do país, tais ações não foram reconhecidas porque mobilizaram elementos que não pertenciam à linguagem corrente dos conflitos agrários naquela região. Ao destoarem da prática consolidada pela Fetape nas décadas anteriores, os líderes da ocupação do Cabo foram veementemente ignorados pelos sujeitos do Estado.[24]

Esse quadro somente começou a se alterar em 1992, quando os líderes do MST se associaram a importantes lideranças sindicais e políticas da região acrescentando as ocupações e acampamentos ao cotidiano de determinados sindicatos. Assim que os STR passaram a dar apoio e a realizar ocupações conjuntamente, a prática foi logo reconhecida pelos governos estadual e federal. Porém, somente em 1995 é que o MST foi recebido sem a presença de um representante da Fetape pelo Incra. A partir de então, os acampamentos e movimentos foram se transformando em pilares indissociáveis dos conflitos agrários, modificando até mesmo as estruturas do sindicalismo local.

A imbricação de tais elementos foi se tornando tão forte entre os sujeitos do Estado que, por volta do ano 2000, a própria Comissão Pastoral da Terra passou a se identificar como um *movimento* sob pena de não ter suas ocupações legitimadas pelo Incra.[25]

O caso de José Vicente e do MTBST demonstra a intensidade com que isso repercutiu sobre todos aqueles que tinham interesse em reivindicar terras ao instituto. A experiência desse movimento, por sua vez, também reforça a idéia de que essa lógica supera inclusive as regras formais que foram impostas pelo Estado no momento da proibição das ocupações em todo o país. Regras suplantadas por força de uma incontrolável dinâmica social, que foge completamente aos desejos de seus criadores que, ao cabo, mostraram não estarem aptos a reconhecer esse tipo de contenda por outras vias que não fossem as ocupações e acampamentos.

Apesar de brevemente enunciado durante o texto, outro ponto a ser considerado é a capacidade de adaptação dessa linguagem para outros contextos que não o das disputas agrárias. Certamente, aqui o papel do MST é importante não somente como matriz de um modelo, mas por seguir reinventando inúmeros aspectos dessa linguagem em outras frentes, ao expandir sua presença e sentido para além do seu objeto originário – isto é, a terra.

---

[24] É necessário levar em conta que se tratava de um governo liderado por Miguel Arraes e que, portanto, se constituiu em uma íntima relação com o modo sindical de organizar e reconhecer conflitos.

[25] Situação análoga, mas não trabalhada neste texto, foi vivida em 2003 pela Fetape, cuja liderança que organizava os acampamentos acabou por deixar a federação e fundar seu próprio movimento, a Organização de Luta no Campo.

Tal expansão tem relação intrínseca, como vimos, com o Estado no que tange o tipo de atenção pública dado a esses conflitos nos últimos anos. Sugerimos com nosso argumento uma legitimação ambivalente do conflito que alça os demandantes e beneficiários ao patamar de interlocução, ao mesmo tempo em que se reconstitui o poder estatal de controle e emprego da força (seja burocrática ou física). O que, de início (pensando no caso dos primeiros acampamentos do sul do país), era um conjunto de signos articulados de forma pouco refletida, na medida que incorporava elementos presentes nas diversas tradições de seus fundadores, tornou-se nos últimos anos uma espécie de modelo, cultivado nos mais distintos pontos de contato entre sujeitos do Estado e grupos organizados: uma espécie de *forma movimento*, que sustenta os movimentos e reestrutura o Estado.

Por fim, é preciso acrescentar que tais considerações analíticas permitem-nos suplantar as interpretações que restringem os conflitos protagonizados pelos movimentos sociais a razões e lógicas vinculadas aos objetos que estariam no centro da contenda. Se nos concentrarmos apenas na terra, por exemplo, chegaremos a explicações como as de Martins (2000), que justifica os conflitos agrários no Brasil como um resultado espontâneo de uma distribuição desigual de poder nessas áreas.

Ao apontarmos para a invenção de uma nova linguagem, evidenciamos um inusitado elemento, que passa a ocupar um espaço no mundo social outrora inexistente. Qualquer explicação sociológica que não comporte essa expansão de sentido possibilitada pelos encontros e embates contemporâneos entre movimentos e Estado, que se aferrolhe aos modelos de explanação "naturalistas", tende inevitavelmente a ver os movimentos como algo que macula as qualidades selvagens de uma luta tradicional.

Evitando esse caminho, conseguimos ainda angariar elementos de ordem compreensiva para nos opormos à proposição de Honnet (2004), para quem as lutas dos movimentos sociais são lutas por reconhecimento (de uma condição de desrespeito que está dada e que tende a ser por esse meio sanada). Assim, podemos expandir nosso argumento e concluir que lutas como as esboçadas no presente texto apenas existem socialmente quando reconhecidas, isto é, quando tornadas linguagem, quando pronunciadas e quando refutadas. Ao contrário do que propõe Honnet, e outros inspirados em Barrington Moore, as lutas não emanariam somente de uma percepção de justiça típica do humano que se instalaria na consciência dos camponeses.

Nos conflitos por terra, assim como nos duelos descritos por Norbert Elias (1997), ao ascender, a burguesia exibe cicatrizes que não apenas não dizem o mesmo que aquelas que marcavam as faces aristocráticas, como reinventam o sentido dado às cicatrizes da nobreza. É nesse ponto que reside a sociologia das disputas políticas do campesinato que defendemos, ou seja, uma sociologia que transforme as fenomenologias individuais, mormente vistas em sua razão instrumental, em processos que levem em

conta as conversas (Tilly, 1998) entre as múltiplas partes que legitimam a existência do campesinato, e a capacidade desses sujeitos de criar estilos de ação transcendam sua própria existência material.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSCHI, R. *A arte da associação*. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.

ELIAS, N. *Os alemães:* a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HONNET, A. *Luta por reconhecimento:* a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2004.

MANGUEIRA, S. M. *O MTD no Rio de Janeiro:* um estudo de caso do acampamento Carlos Lamarca. Niterói, 2005. Projeto de Pesquisa.

MARTINS, J. S. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. *Reforma agrária, o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: notas as relações sociais na *plantation* tradicional. *Actes du XLII Congrès des Américanistes*. Paris: Société des Américanistes/Musée de l'Homme, 1978.

______. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. *Revista de Cultura e Política*, v.1, n.1, p.41-55, ago., 1979.

ROSA, M. C. *O engenho dos movimentos:* reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. Rio de Janeiro, 2004a. Tese (Doutorado) em Sociologia – IUPERJ/Ucam.

______. Sobre os sentidos das novas formas de protesto social no Brasil. In: GRIMSON, A. (Org.). *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2004b.

SIGAUD, L. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap*, n.58, 2000.

TILLY, C. Contententiuos conversations. *Social Research*, v.65, p.491-510, 1998.

5
Mobilização camponesa no sudeste paraense e luta pela reforma agrária

William Santos de Assis

INTRODUÇÃO

O presente texto visa analisar o processo recente de mobilização dos camponeses do sudeste paraense na luta pela reforma agrária nos anos 90. A expressão máxima dessa mobilização foram as ações coletivas reconhecidas como os "Grandes Acampamentos", que reuniram mais de 40 mil pessoas e tinham por objetivo pressionar o Estado (nos seus diferentes níveis) a executar um conjunto de políticas públicas para o meio rural, especialmente a de reforma agrária. Quando tratamos de reforma agrária neste texto, interessa-nos menos definir de que reforma agrária se trata e mais do que ela "significa" para os protagonistas envolvidos no debate e nas ações a ela relacionadas.

Os fenômenos coletivos, qualquer que seja sua intensidade, são uma marca que atravessa a formação das sociedades no decorrer dos tempos. Como surgem, quais mudanças provocam, quem se envolve, como se envolvem, tem sido uma preocupação de pesquisadores de várias disciplinas. A ação coletiva já esteve associada, freqüentemente, a uma situação de crise do sistema em algum de seus aspectos (social, econômico, político). Por esse tipo de abordagem, convencionou-se tratá-la como uma patologia social (Melucci, 2001, p.33). No entanto, os acontecimentos dos anos 60, em nível mundial, impulsionaram uma discussão muito rica em torno das principais teorias destinadas a analisar os fenômenos coletivos. Como mostra Ledesma (1994), desde então, pesquisadores de diferentes disciplinas investiram em estudos sobre a capacidade de mobilização de diferentes grupos sociais e as manifestações geradas a partir de suas ações.

O resultado dessa rica discussão parece ter sido a abertura de um leque grande de possibilidades de análises das ações coletivas. Certamente, as abordagens que enfatizavam a presença de atores/personagens, no sentido atribuído por Melucci (2001), não mais se mostram apropriadas para responder às questões relativas aos fenômenos coletivos atuais. Hoje, existem diversas aproximações entre diferentes abordagens. Para Melucci (2001) e Touraine (1999), pelo menos três componentes são necessários para se definir um fenômeno social como uma ação coletiva: uma identidade; um adversário claramente definido no campo social onde se desenvolve a ação; e um campo comum de disputa. Esses três componentes permitem diferenciar uma ação coletiva de outras ações sociais como conduta de agressão, violência política, dentre outras.

Comerford (1999), analisando a documentação da imprensa militante e dos veículos tradicionais de comunicação nas últimas décadas, identificou um conjunto de formas de ação coletiva como ocupação de propriedades rurais, públicas ou privadas; acampamentos em beira de estradas, praças e locais públicos; romarias e caminhadas; bloqueio de estradas; passeatas; ocupação de órgãos públicos; celebrações religiosas; assembléias, reuniões e festividades variadas. Essas formas de ações coletivas tornaram-se recorrentes no universo de ação dos movimentos sociais rurais nas últimas décadas, constituindo o que Tilly (1981) chama de repertório de ações coletivas. Comerford verificou ainda que essas formas de ação podem acontecer separada ou simultaneamente. A noção de repertório de ações será útil para o entendimento das mobilizações no sudeste paraense.

Para a elaboração deste texto, a principal fonte das informações foi o dossiê organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Regional Sudeste do Pará (FRS),[1] intitulado *Acampamento dos trabalhadores rurais na superintendência do Incra de Marabá*, e entrevistas com lideranças sindicais e assessores que participaram das ações coletivas. O dossiê reúne documentos veiculados na imprensa de circulação local, estadual e nacional; documentos produzidos pelos organizadores da ação; documentos emitidos pelos órgãos governamentais; documentos de apoio ao acampamento; pauta de negociação e documento de avaliação da ação. Além dessa fonte de informações, utilizei uma série de notas pessoais acumuladas durante o período de duração da ação.[2]

---

[1] Agradeço às duas instituições citadas por me fornecerem cópia completa desse dossiê.

[2] Tive a oportunidade de participar de diversas reuniões e acompanhei todo o desenrolar da ação. Minhas funções de docente-pesquisador do Núcleo de Estudo Integrados sobre Agricultura Familiar (Neaf) do Centro Agropecuário (CA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e o trabalho em parceria com o movimento sindical da região, me permitiram um acompanhamento privilegiado, inclusive, com acesso a informações de circulação restrita.

O CONTEXTO REGIONAL

A região de Marabá tornou-se, nos últimos cinqüenta anos, o centro político e econômico regional mais importante das regiões sul e sudeste do estado do Pará. A riqueza dos recursos naturais e a relativa ausência de domínio particular sobre as terras sempre funcionaram como atrativo, seja para políticas governamentais de ocupação do espaço e exploração do território e suas riquezas, quanto do capital nacional e estrangeiro. Nos primeiros anos de ocupação pelo "homem civilizado", os índios de várias denominações tiveram que abandonar suas áreas, pressionados quase sempre pela força das armas ou dizimados por doenças trazidas pelo invasor.

A economia extrativa marcou definitivamente a presença do capital comercial na região (Ianni, 1979). O alvo era a exploração do látex de caucho e, depois, da castanha e de pedras preciosas, principalmente cristal de rocha e diamantes (Höhn, 1996). A marca das iniciais do patrão nas árvores de caucho representa o quanto a posse dos recursos naturais era motivo de disputa.

Por força de um conjunto de políticas governamentais, o sul e sudeste experimentaram, a partir dos anos 60, uma verdadeira transformação do ponto de vista social, econômico e ambiental. A implantação de uma infraestrutura básica regional consolidou a presença do Estado pela fixação de órgãos da administração federal e estimulou fluxos migratórios de pessoas e empresas. Camponeses de várias unidades da federação para lá se dirigiram, atraídos pela possibilidade de conseguir terra e, em geral, para escapar da dominação à qual estavam submetidos nas suas regiões de origem.

A presença do Estado na região sempre foi simbolizada pela ação de algum órgão de função estratégica. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e depois o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (Getat) são exemplos disso, além do Exército, que combateu militantes políticos na década de 1970. Por meio dessas instituições, direta ou indiretamente, eram canalizadas iniciativas governamentais que marcariam definitivamente o espaço físico e social regional.

Ao mesmo tempo em que incentivaram a migração massiva de famílias de agricultores de outras regiões, as políticas implementadas criaram as condições para a instalação das grandes empresas agropecuárias e de latifúndios de propriedade individual. Com os Programas Integrados de Colonização (PICs) e do Projeto Fundiário (PF), a partir da década de 1970, o espaço do sul e sudeste paraense foi retalhado e distribuído, em muitos casos, sem se considerar a existência da população local, recursos existentes e implicações ambientais.

Na década de 1970, quando o Incra foi criado e iniciou sua atuação na região, a economia regional, baseada no extrativismo vegetal, perdia força,

em função da diminuição do preço no mercado internacional e perda de competitividade frente a outras atividades econômicas (Homma et al., 2000). Visando a integração econômica da região, o governo reforçou as políticas de incentivo à instalação de grandes empresas agropecuárias; ampliou os mecanismos de atração para o capital nacional e internacional; incentivou a mineração em grande escala e implementou projetos de colonização. O fluxo de chegada de famílias dispostas a conseguir terra aumentou. Os migrantes, principalmente os pequenos agricultores, se dirigiam tanto para as áreas de colonização oficial quanto para áreas consideradas devolutas, onde ainda não existia previsão de instalação de projetos de assentamentos.

A abertura dos grandes eixos viários como a Belém–Brasília e a Transamazônica permitiu a penetração, para cada vez mais longe, de famílias de agricultores, fazendeiros e empresas em busca de terra, e expôs as áreas de floresta à ação das madeireiras, pecuaristas e agricultores. O espaço regional foi retalhado em grandes glebas e pequenos lotes, e a paisagem sofreu modificações rapidamente. A floresta foi substituída por pastagens, por áreas cultivadas com culturas anuais e permanentes, com abertura de áreas para a mineração e com reflorestamento por meio de espécies exóticas.

Segundo Hébette (2004), a remodelagem do espaço regional é produto do confronto entre atores socialmente competitivos. Camponeses, fazendeiros, madeireiros, comerciantes, mineradores o disputavam, utilizando-se de diferentes instrumentos e meios, distribuídos assimetricamente entre os diferentes atores gerando pólos mais e menos favorecidos pelas ações do Estado. O conjunto de políticas do Estado favoreceu o latifúndio, que se constituiu, além dos meios legais, pela violência, força e grilagem de terras.

Segundo dados do IBGE, a região sul e sudeste do Pará tinha, em 2000, uma área de 281.340 km^2 e uma população de 1.097.661 habitantes (IBGE, 2000). Hébette (2004), baseado em dados do Censo Demográfico, mostra que, em 1960, a população dessa mesma região era de 41 mil habitantes. Durante essas décadas, Marabá se fortaleceu como centro político administrativo regional e as principais políticas governamentais destinadas à região passavam por órgãos sediados nesse município. As transformações políticas e econômicas dos anos 90 atingiram a dinâmica regional e a luta pela terra e contra a violência no campo tomou novo impulso.

O movimento sindical se fortaleceu e novos atores se constituíram. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começou a atuar na região, cresceu o número de Associações de Produtores e de Centrais de Associações e surgiram organizações de representação com atuação regionalizada como a Federação dos Trabalhadores Rurais da Regional Sudeste do Pará (FRS)[3] e a Federação de Centrais de Associações (Fecap).[4] Consórcios

[3] A Fetagri Regional Sudeste é composta por dezessete municípios.
[4] A área de abrangência da Fecap não era claramente definida.

municipais também foram criados como a Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins (Amat) e organizações de representação patronal, como o Sindicato Rural que representa os pecuaristas, também se fortaleceram.

Nesse contexto, cada ator social desenvolveu seus próprios mecanismos para disputar os diferentes recursos do meio social, econômico e ambiental. Os camponeses, que formavam historicamente um pólo menos favorecido no espaço social nacional e regional, foram alvo de violências, desacreditados e preteridos pelas políticas governamentais. Apesar disso, se constituíram em atores sociais de grande importância.

Segundo De Reynal (1999), referindo-se a uma amostra de seis municípios, a agricultura familiar ocupava, em meados da década de 1990, 42% do território regional. Segundo Oliveira (2003), no final de 2003, a região registrava 381 projetos de assentamentos, 80 mil famílias assentadas e investimentos na ordem de R$ 96 milhões. Segundo informações da Fetagri Regional, em 2004 havia ainda uma área em torno de 160 mil hectares em situação de conflito fundiário. Esses dados mostram a força das organizações camponesas e seus afiliados no cenário sociopolítico-econômico regional. São as ações coletivas recentes desses atores que nos interessam neste texto.

DA SOLIDARIEDADE DOS GRUPOS FAMILIARES E VIZINHOS À CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

O camponês do sudeste paraense, na sua maioria migrante, desenvolveu diferentes estratégias de lutas nas últimas três décadas. Segundo Hébette (2002), suas primeiras ações foram fortemente marcadas pelas relações primárias de parentesco e vizinhança. Para garantir a terra que acalentava o sonho que originou o processo de migração, tinha que se lutar por ela. Sem organizações formais fortes, a solidariedade interna dos grupos era a base da resistência e das estratégias.[5]

Muitos camponeses migraram em grupos e se juntaram a familiares já instalados; outros se dispersaram pela região e, portanto, tinham que recompor seus laços de solidariedade no novo contexto. Os espaços de socialização, como pequenos comércios, igrejas, campos de futebol e salões de festa, foram aos poucos surgindo. Até os rituais comunitários como festas civis e religiosas, batizados e casamentos tiveram que ser reconstruídos (Hé-

[5] Estudos de vários autores revelam a variedade de formas de ações coletivas desenvolvidas pelos camponeses na Amazônia brasileira, em geral, para garantir a posse da terra. Podemos encontrar descrições dessas ações em Musumeci (1988); Leroy (1991); Hébette (1985, 1997, 2000); Guerra (2001); Tura (1996); Da Mata e Laraia (1979); Martins (1986); Esterci (1987); Ianni (1979); Emmi (1999) e Guerra e Acevedo (1990).

bette, 2004). Agora, num ambiente mais complexo envolvendo diferentes tradições culturais, baianos, cearenses, capixabas, maranhenses, potiguares, mineiros e outros, impulsionados pela necessidade, tinham que misturar seus rituais e suas crenças, criando novas formas de coesão para enfrentar o ambiente hostil. Segundo Hébette (2004), a vida do camponês migrante que se tornou posseiro não era facilitada em nada no novo ambiente.

Na prefeitura, na delegacia de polícia, o migrante pobre é ninguém; ainda mais em tempo de ditadura. No Incra, se não fosse assentado pelo órgão, passava facilmente por invasor. No próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), em tempo de repressão, o lavrador com problema de terra incomodava os dirigentes; o presidente era homem do Incra, da prefeitura, quando não de algum fazendeiro (Hébette, 2004, p.193).

A reconstrução de solidariedades com o apoio da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), foi o cimento da coesão nos tempos das primeiras ocupações de terra bem como no período da repressão do regime militar (Almeida, 2006). Apesar de eficientes no caso de ação localizada, os laços primários não ajudavam nas ações de maior envergadura. As pastorais foram incentivadoras da organização sob diversas formas. Os sindicatos não inspiravam confiança devido ao alto grau de sujeição a órgãos como o Incra e, tempos depois, ao Getat. Nesse contexto, as associações se tornaram uma opção com maior autonomia e dinamicidade. A permanência na terra dependia dessa coesão, da capacidade de liderança de alguns chefes familiares, da capacidade de mobilização e do enfrentamento direto com os opositores, como mostra Hébette (2004):

> Houve casos em que os posseiros tiveram que ficar em pé de guerra para enfrentar a violência dos latifúndios; entrincheiravam-se durante semanas. Só trabalhavam em regime de mutirão, homens e mulheres, jovens e adultos unidos: uns na roça, outros na vigia, outros na cozinha. Outros associados de lugares diversos levavam-lhes comida, roupa, remédios e dinheiro. A solidariedade surgia como exigência da luta. (Hébette, 2004, p.194)

Foi pela capacidade de auto-organização dos camponeses e posseiros que a ocupação de latifúndios e terras devolutas ocorreu. Apoiados pelas pastorais da Igreja Católica, pelas CEBs, pelos militantes de partidos de esquerda e organizações da sociedade civil como a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), os camponeses organizaram oposições sindicais e assumiram, aos poucos, o controle de diversos sindicatos.

Apesar de suas práticas assistencialistas,[6] os sindicatos possibilitavam outra dimensão à luta camponesa. Por meio do intercâmbio com sindicalis-

---

[6] Entendemos por práticas assistencialistas um conjunto de práticas sindicais que se restringiam a repasses de benefícios advindos da ação governamental como assistência médica e odontológica. Essa assistência era caracterizada como uma ação dos sindicatos e não como um dever do Estado.

tas rurais de outras regiões e com o sindicalismo urbano, que buscava uma renovação de suas práticas, o sindicalismo rural pôde dinamizar o processo de organização e mobilização. O *status* oficial dos sindicatos permitia ações mais ousadas dos camponeses. No entanto, os perigos continuavam os mesmos ou piores. Ser alçado à presidente de um sindicato quase sempre implicava em risco de sofrer um atentado. Na década de 1980, do total de assassinatos no campo (1.372), 35% (482) ocorreram no Pará. Muitos dos assassinatos eram de lideranças de ocupações e sindicalistas.

A luta pela terra, que era fragmentada, passou a ter um ponto de convergência com os sindicatos, sendo assumidos por dirigentes vindos das CEBs e dos conflitos. Em função do dinamismo que impunham, eles passaram a ser o principal interlocutor do Estado. A garantia de permanência na terra de grande parte dos camponeses envolvidos em conflitos fundiários não significava, no entanto, o fim da luta pela terra. Dos sindicatos exigia-se a atuação em diferentes frentes: na condução da discussão dos fatores de permanência na terra; na continuidade da luta pela terra para camponeses sem terra e para milhares de chegantes; na condução de estratégias de enfrentamento dos modelos de desenvolvimento propostos para a região.

Nos anos 90, o campo da representação dos camponeses se ampliou. Novas entidades representativas surgiram e buscaram se legitimar no processo de negociação na arena de disputa das políticas públicas. O MST se consolidou na região a partir do início da década. Centrais de associações e uma federação de associações foram criadas um pouco mais tarde. O movimento sindical promoveu modificações visando manter a hegemonia da representação, redefinindo sua unidade organizativa de base e criando estruturas regionais. As delegacias sindicais deram lugar às associações e os STRs se articularam numa estrutura regional denominada Fetagri Regional Sudeste (FRS).[7] A disputa interna no campo da representação camponesa não impediu a definição de uma estratégia comum de ação frente à política de reforma agrária (Assis, 2007).

AS MOTIVAÇÕES PARA MONTAR OS ACAMPAMENTOS

Após a criação da Superintendência do Incra[8] em Marabá (SR 27/E), em 1996, a indicação do gestor local foi cercada de expectativas. Existia uma

[7] Atualmente os 133 STRs do estado do Pará estão organizados em nove regionais.

[8] A morte de dezenove trabalhadores na curva do "S", município de Eldorado dos Carajás, em abril de 1996, exigiu do governo federal uma tomada de posição em relação aos graves conflitos fundiários na região. A criação da superintendência do Incra (SR 27/E) de Marabá foi uma resposta do governo à forte pressão nacional e internacional motivadas pelo massacre de Eldorado dos Carajás.

preocupação grande por parte do movimento sindical e do MST em relação ao nome indicado para esse cargo. Segundo o governo, o critério para escolha do superintendente seria o da eficiência técnica, uma vez que a situação requeria um profissional com comprovada qualificação para desempenho de funções gerenciais, que não passasse uma idéia de vinculação com a política local. O nome indicado foi o de um quadro de carreira com experiência de trabalho em outro estado da federação: Petrus Emile Abi-Abib, oficial da reserva do Exército brasileiro e funcionário do Incra do Paraná. Como era de se esperar, numa região onde os políticos e a elite econômica local determinavam historicamente a ação dos gestores públicos, o superintendente foi logo envolvido no sistema político e de poder local. O discurso da eficiência técnica passou a ser um escudo para uma forma autoritária e unilateral de o superintendente tratar a questão fundiária regional.

Durante os primeiros meses de criação da SR 27/E, o movimento sindical e o MST buscaram o diálogo com o superintendente na tentativa de apresentar uma pauta de reivindicações com base nos principais entraves para a reforma agrária na região. Algumas vezes foram recebidos por ele, apresentaram reivindicações e firmaram alguns acordos. Porém, os acordos não foram cumpridos ou o foram de forma parcial. Na medida em que o movimento sindical e o MST procuravam explicação para o não-atendimento de demandas, o diálogo se fechava. Se, por um lado, o gestor local não demonstrava interesse em dialogar com as entidades de representação dos camponeses, por outro, se aproximava cada vez mais das prefeituras locais, políticos e fazendeiros, o que fazia aumentar o descontentamento dos primeiros.

Essa aproximação se materializava nas freqüentes concessões de audiências com prefeitos, deputados e advogados representantes de fazendeiros. Nas audiências com políticos locais, se decidiam a destinação de recursos e as ações prioritárias. Tanto o movimento sindical quanto o MST reivindicavam o direito de serem ouvidos nessas tomadas de decisão. Outra materialização dessa colaboração estreita entre o órgão gestor e políticos locais era a permissão dada a políticos para afixar propaganda de seus mandatos (fotos, anúncio de emendas parlamentares, obras etc.) junto às placas informativas das obras realizadas pelo Incra.[9] As propagandas do mandato coladas às placas das obras do Incra tinham uma intenção deliberada de ligar essas obras aos políticos.

A primeira demonstração coletiva de descontentamento dos sindicatos da região articulados pela Fetagri Regional aconteceu por volta de maio de 1997. O enterro de um caixão simbolizando o Incra e a política de reforma

[9] No sul do Pará, no município de Santa Maria das Barreiras, era comum encontrar placas de propaganda política do deputado federal Giovanni Queiroz (PDT) coladas às placas informativas das obras do Incra.

agrária do governo Fernando Henrique Cardoso foi acompanhado por dezenas de dirigentes sindicais e agricultores representando diversos municípios, vereadores de partidos de esquerda da região, deputados estaduais e federais e representantes de entidades de apoio.[10]

> ... e nós fizemos uma manifestação lá na superintendência que nós fizemos o enterro simbólico daquela política de reforma agrária pra trás. Então nós pegamos cruz, um monte de cruz...[11] Então nós fizemos o enterro simbólico. Nós pegamos um caixão assim de uns três metros, cavamos dois metros de chão e enfiamos na frente do Incra. Foi em abril isso, reuniu umas 2000 pessoas (Entrevista com dirigente sindical, em 9 de setembro de 2004). [sic]

Depois, os manifestantes realizaram uma passeata pelas ruas da cidade fazendo paradas em frente a instituições como o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e o INSS. Se esse ato simbólico não surtiu efeito de modificar a forma de atuação da instituição, nos dirigentes sindicais despertou um sentimento de encorajamento para mudar seu modo de ação, a essa altura já influenciada pela ação do MST.

Desde 1990, o MST estava atuando na região[12] e fazendo contatos freqüentes com o movimento sindical. Em 1992, próximo a Marabá, 541 famílias ocuparam a fazenda Rio Branco e sete lideranças do MST foram presas acusadas de organizar e fomentar ocupações de fazendas. No ano seguinte, as famílias foram assentadas e os sem-terra passaram a fazer parte do cenário político regional. Entre 1993 e 1996, o MST realizou um forte trabalho de base em várias cidades da região, ocupou várias fazendas e participou ativamente do debate político sobre reforma agrária. As mobilizações do ano de 1996 em torno do massacre de Eldorado dos Carajás aproximaram as lideranças sindicais das lideranças do MST.

Após o protesto, a resistência do superintendente em dialogar com as entidades representativas dos camponeses aumentou. Isso levou os representantes do movimento sindical da região, com apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag),[13] de parlamentares da bancada federal do Pará e representantes da CPT nacional, a formalizarem em audiência com o presidente do Incra Nacional um pedido de afastamento do superintendente. Essa audiência aconteceu no dia 25 de agosto de 1997 e, após uma exposição dos motivos por parte dos dirigentes sindicais, o presidente nacional do órgão se comprometeu a transferir o superintendente, em

[10] Devido a divergências entre o MST e o Movimento sindical, essa ação foi organizada sem a participação do primeiro. O MST vai se integrar à ação posteriormente.

[11] Fazia um ano do massacre de Eldorado dos Carajás e as cruzes simbolizavam os mortos.

[12] A primeira ocupação do MST foi realizada no município de Conceição do Araguaia com apoio de militantes do Maranhão e Piauí.

[13] Na época, o vice-presidente da Contag era Avelino Ganzer, uma liderança sindical do estado do Pará.

um prazo máximo de vinte dias. Ao ser comunicado da transferência, este solicitou uma audiência com o ministro Raul Jungmann e acionou um grupo de deputados e prefeitos da região para fazer sua defesa.[14] Na audiência, em 18 de setembro de 1997, o ministro desconsiderou o compromisso do presidente do Incra Nacional e manteve Petrus Emile no cargo.

O episódio serviu para que as entidades representativas entendessem que as elites locais ainda tinham força política junto ao governo. Sentindo-se reforçado e apoiado pela decisão ministerial, o superintendente passou a utilizar a imprensa local[15] para desqualificar as reivindicações do movimento sindical e do MST e, em contrapartida, exaltar a ação da SR 27/E no processo de reforma agrária. No dia 15 de outubro de 1997, um jornal local estampou a seguinte manchete: "Incra diz que falta sem-terra para assentamentos" (CPT e Fetagri, 1997). A superintendência buscou, por meio da imprensa, fazer crer à sociedade que as atividades da instituição estavam surtindo efeito no mais grave problema regional, os conflitos pela posse da terra. Escolheu três aspectos, no mínimo polêmicos, para apresentar à sociedade os impactos do seu primeiro ano de atividade da SR 27/E: a) o número de famílias assentadas; b) a necessidade de diminuir o módulo para reforma agrária na região; e c) o anúncio do fim de sem-terras na região.

Em relação ao número de famílias assentadas, o superintendente afirmava que a meta do Incra para aquele ano era de 10 mil famílias, e já havia assentado 8.400. Houve uma reação por parte do movimento sindical e MST em relação a esses números. Segundo os dirigentes da Fetagri Regional, muitas das áreas que estavam sendo contabilizadas como novos assentamentos eram, na verdade, áreas ocupadas nas décadas de 1970 e 1980, e a SR 27/E apenas fizera o cadastramento das famílias, ou seja, a maioria das áreas não foi desapropriada no exercício 1997.[16] Esse fato foi registrado em todo o país, como mostra Fernandes (2005). Algumas dessas áreas estavam com mais de dez anos de ocupação e ainda não tinham recebido nenhum tipo de assistência do Incra. Segundo dados da CPT e FRS, em 1999 existiam 59.223 famílias assentadas em 250 projetos de assentamento na região. Desse total, apenas 29% havia recebido crédito alimentação, 31% fomento, 12% habitação, 12,5% Procera. Apenas 11% das áreas haviam sido demarcadas e 10% receberam algum tipo de assistência técnica (CPT e Fetagri Regional, 1999).

Em relação à necessidade de diminuição do tamanho do módulo rural, a justificativa vinha ancorada num discurso sobre a necessidade de uso

---

[14] Entre os deputados estavam Giovanni Queiroz (PDT), Asdrúbal Bentes (PMDB) e Olávio Rocha (PSDB), parlamentares considerados pelo MSTR como inimigos da reforma agrária.

[15] Marabá tem dois jornais de circulação regular, o *Correio do Tocantins* e o jornal *Opinião*.

[16] Um exemplo é o caso da fazenda Ubá, palco de uma chacina, no município de São João do Araguaia, ocupada desde 1985.

intensivo da terra e abandono dos sistemas tradicionais. Certamente, o gestor local se baseava na experiência de agricultura do Centro-Sul do país, local de sua origem, sem se preocupar com os aspectos ambientais, culturais e sociais, característicos da Amazônia. Também estava embutida nesse raciocínio uma visão técnico-burocrática em relação à capacidade de resposta do órgão às metas propostas pelo governo. De forma autoritária, o novo módulo de 25 hectares passou a ser a referência para o cálculo da capacidade de assentamento nas áreas que se pretendia criar novos projetos de assentamentos. Com esse artifício, se duplicava a capacidade de assentamento das áreas em conflito, já que o módulo anterior era de 50 hectares. Dois casos foram ilustrativos dessa discussão. Segundo a SR 27/E, a fazenda Bradesco[17] teria uma capacidade de assentamento para aproximadamente 2.500 famílias e a fazenda Bamerindus[18] um pouco mais de 2 mil famílias, e isso seria suficiente para atender a demanda de sem-terra da região. Para a Fetagri e o MST, a capacidade de assentamento das duas áreas era de aproximadamente 1.700 famílias, considerando o módulo de 50 hectares. Com essas afirmações, a direção da SR 27/E procurava negar o número apresentado pela Fetagri Regional Sudeste e pelo MST e, ao mesmo tempo, convencer a população do sucesso da reforma agrária na região. Tanto o movimento sindical quanto o MST consideravam a redução do módulo uma imposição descabida e tecnicamente questionável.

Com base nos números de famílias assentadas, aproximadamente 8 mil em menos de um ano, a direção do SR 27/E assegurava que não existia mais demanda por terra no sul e sudeste do Pará. A superintendência sustentava também que as famílias que estavam nas áreas ocupadas, fossem elas organizadas pelo movimento sindical ou pelo MST, não tinham perfil para serem assentadas. Em entrevista ao jornal *O Liberal*, afirmava que apenas 10% dos nomes apresentados pela Fetagri e MST eram clientes da reforma agrária e dizia, referindo-se à lista: “O resto era composto por donas de casa, desempregados e estudantes. A reforma agrária não é solução para o desemprego” (CPT e Fetagri, 1997). Essa afirmativa se baseava no fato de muitas famílias estarem desenvolvendo atividades nas áreas urbanas (pedreiros, açougueiros, mecânicos etc.) e até mesmo na área rural (empregados em fazendas).

No entanto, estimativas feitas pelo movimento sindical e CPT, com dados levantados junto a dezesseis STRs da região, mostravam o aumento das ocupações nos anos de 1995, 1996 e 1997. Segundo dados dessas instituições, o número de ocupações nesses três anos somavam 37, envolvendo 3.399 famílias, conforme mostra quadro a seguir.

[17] Localizada no município de Conceição do Araguaia (sul do estado), com 63 mil hectares.
[18] Localizada no município de Parauapebas (sudeste do estado), com 59 mil hectares.

Quadro 1: Ocupações em 1995, 1996 e 1997

Ano	Nº de ocupações	Nº de famílias envolvidas
1995	08	882
1996	14	2.517
1997	15	4.497

Fonte: CPT e Fetagri.

Esses fatos contribuíram para a decisão de uma ação de massa, como forma de forçar a superintendência a receber e a reconhecer as entidades representativas. A partir desse momento, o movimento sindical, com apoio da CPT, iniciou um trabalho junto aos sindicatos e às famílias tanto das áreas de ocupação antigas (posseiros com mais de dez anos) quanto das mais recentes. O objetivo era de acumular um debate em torno da atuação da Superintendência e de suas prioridades de ação.

OS GRANDES ACAMPAMENTOS COMO FORMA DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

O acampamento não era de todo uma forma de ação desconhecida das lideranças sindicais e era muito conhecida do MST. Nos anos 80, o movimento sindical da região sudeste do Pará, juntamente com entidades de apoio, havia realizado acampamentos de longa duração para reivindicar o reassentamento de famílias desalojadas pelo lago da hidrelétrica de Tucuruí. Esses acampamentos deram origem ao Movimento em Defesa da Vida (MDV), que reunia entidades representativas dos camponeses, de trabalhadores urbanos, entidades de apoio e partidos políticos. No caso do MST, o acampamento é parte da estratégia de socialização política das famílias que integram o movimento. Na primeira metade da década de 1990, o MST já havia realizado acampamento na unidade avançada do Incra em Conceição do Araguaia e em Marabá.[19] No entanto, os acampamentos da segunda metade dos anos 90, além de reunir o movimento sindical e o MST, apresentavam outras características que os tornam peculiares.

A montagem de um acampamento nas proporções dos realizados no sudeste paraense é uma tarefa complexa, que exige um intenso trabalho de preparação. Três dimensões se mesclam: uma primeira, material e física, envolve questões como número de pessoas que devem ser mobilizadas, a quantidade de alimento a ser coletada, a quantidade de material para construção de barracas, a definição dos meios de transporte e viabilização

[19] Em 1992, após violento despejo da ocupação da fazenda Rio Branco, o MST levantou o primeiro grande acampamento massivo na região. Em 1993, o MST ocupou a Unidade Avançada do Incra em Conceição do Araguaia.

da estrutura física no local do acampamento, dentre outras. A segunda, mais estratégica, compreende a definição dos temas e das reivindicações, das alianças, dos tipos de manifestações que serão feitas, os órgãos públicos que serão abordados etc. Uma terceira dimensão é transversal às outras duas: a construção de uma identidade e de símbolos.

O processo pode levar meses até a sua realização. Do ponto de vista da sua dimensão física, segue um mesmo padrão, com pequenas variações em função do período do ano. Do ponto de vista estratégico, depende do desenrolar dos acontecimentos políticos e das negociações entre entidades de representação e executores dos órgãos públicos. Do ponto de vista simbólico, depende da reação que os outros atores do campo político esboçam durante o processo.

Foram realizados quatro grandes acampamentos. O primeiro em novembro de 1997, próximo à data do aniversário de um ano de criação da SR 27/E. O segundo, entre os meses de abril e maio de 1999. O terceiro, durante o mês de julho de 2000, e o quarto, em março de 2001. As datas não necessariamente coincidiram com o calendário nacional de luta dos movimentos sociais rurais. A definição foi menos em função da agenda nacional e mais de acordo com os fatos políticos, e com o processo de negociação entre os movimentos e os órgãos públicos no espaço regional. Os acampamentos estavam voltados mais para as questões regionais sem, no entanto, estar totalmente apartados dos acontecimentos nacionais. A relação da FRS com a Contag, CUT, entidades de apoio, coordenação nacional da CPT, coordenação nacional do MST e parlamentares em nível estadual e federal, quebrava as barreiras do local e incorporava elementos da luta social em nível nacional.

Em meados de outubro de 1997, já havia indicações de uma ação forte como forma de pressionar o Incra/Marabá a negociar as principais reivindicações dos camponeses da região. Em carta de circulação interna aos STRs e associações da região, a FRS já apontava para o tipo de ação que se pretendia realizar, como mostra o seguinte trecho da carta convocatória.

> A proposta de cada sindicato e associações tem sido de que devemos fazer uma *ação de massa*, montar um *acampamento na sede da superintendência* (do Incra) para forçarmos a negociação de toda a pauta. (Fetagri, 1997)

Nessa altura, a FRS já tinha uma sinalização dos STRs e associações quanto a uma ação de maior impacto. Nessa mesma carta, a FRS já apontava o indicativo de início do acampamento para o dia 9 de novembro. A carta alertava para a sua duração: “Pode ser de três dias ou três semanas, vai depender do andamento das negociações”. Havia também orientações sobre o processo de mobilização que os STRs deveriam fazer nos assentamentos e das áreas ocupadas. Além disso, apontava providências para o momento da montagem do acampamento:

> Cada sindicato montará sua própria cozinha e se responsabilizará pela manutenção de seus companheiros. Por isso, é preciso fazer um trabalho nas áreas para que os trabalhadores tragam arroz, feijão, farinha para ficar o tempo que for necessário. Durante o acampamento, as entidades (ONGs de apoio e assessoria) vão ajudar com transporte e outros gastos. (Fetagri, 1997)

De meados de outubro até a primeira semana de novembro, intensificaram-se as visitas aos municípios e os contatos por telefone, fax e cartas circulares, com conteúdos direcionados aos temas centrais da pauta de negociação e ao processo de organização da ação. Uma das cartas direcionadas aos dirigentes e sócios das associações terminava com a seguinte chamada:

> Vocês que estão em áreas de ocupação e querem que ela seja desapropriada e transformada num Projeto de Assentamento ou vocês que moram em um Projeto de Assentamento e precisam de estradas, créditos, escolas... não fiquem de fora, se organizem e venham lutar por seus direitos. (Fetagri, 1997)

No dia 9 de novembro de 1997 começaram a chegar os primeiros caminhões, cheios de homens, mulheres, crianças e mantimentos. A área em frente à sede da SR 27/E, chamada de Agrópolis Amapá, um espaço grande com várias árvores e sem prédios, foi "loteada" entre os sindicatos e, na medida que as delegações dos municípios chegavam, escolhia-se uma área e montavam-se as barracas. A distribuição das barracas por municípios tinha uma dupla função: permitir o controle e distribuição dos alimentos, já que cada sindicato se responsabilizaria pela alimentação de seus filiados, e facilitar as reuniões e assembléias que iriam ser feitas durante o período de negociação. Também permitia uma sensação de maior segurança, na medida que a maioria das pessoas se conhecia por ser do mesmo município e alguns, da mesma comunidade. Tal como descrito por Sigaud (2000), no caso dos acampamentos em Pernambuco, as bandeiras (da Fetagri e do MST) e as barracas davam uma "cara" para a manifestação.[20]

Uma das primeiras providências tomadas pelos dirigentes foi a formação de comissões, visando um bom funcionamento do acampamento. Procurou-se envolver o máximo possível de pessoas de todos os municípios presentes. Foram formadas comissões com diferentes funções, que iam desde a organização da distribuição de água e alimentos, segurança interna do acampamento, atividades de formação e cultural, atendimento de saúde, até a elaboração de documentos como a pauta de negociação e os acordos a serem firmados.

[20] Além das bandeiras grandes que ficavam em destaque no acampamento, foram confeccionados milhares de bandeirolas, camisetas e bonés, utilizados nas passeatas e nos momentos de negociação. As camisetas, bonés e bandeirolas faziam parte de um kit acampado.

As comissões, além de facilitarem a organização das atividades no acampamento envolvendo agricultores de todos os municípios, permitiam aos organizadores um forte controle dos acontecimentos. Havia uma preocupação em fazer com que as pessoas se sentissem participantes e responsáveis pela ação. Após a chegada das famílias e a montagem do acampamento, uma minicidade de lona começa a funcionar. Almeida descreve a montagem dos acampamentos da seguinte maneira:

> Todo acampamento é a mesma história. Uma cidade de lona é erguida às margens da Transamazônica, no pátio do Incra. Homens, mulheres e crianças chegam dos projetos de assentamento de todos os municípios do sudeste do Pará. Na cidade coberta de lona preta, a manutenção é garantida com os mantimentos trazidos da roça. Para cuidar da saúde, segurança, negociação com as instituições, alimentação, infra-estrutura, comunicação são escolhidas comissões. As barracas são montadas por assentamento ou município. Como é inviável uma reunião com 10 mil pessoas, nem todo mundo participa das negociações. (Almeida, 2006, p.118)

Nem todos participavam das reuniões de negociações, mas todos eram informados por meio de pequenas reuniões nos barracos, assembléias gerais do acampamento e da divulgação massiva na *Rádio Cipó*.[21] Segundo o relatório do acampamento de 1997, durante os quase vinte dias de acampamento foram realizadas 38 assembléias para discussão do processo de negociação, cinco reuniões do fórum de mulheres e nove atividades, como cursos de curta duração, palestras sobre temas específicos e debates temáticos.

A PAUTA DE REIVINDICAÇÃO: ESPAÇO DE NEGOCIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

A pauta foi o produto de um lento e intenso processo de negociação entre os agricultores assentados, as entidades de representação e os apoiadores dos acampamentos. Durante vários meses, as lideranças sindicais regionais e entidades de apoio reuniram informações detalhadas sobre a situação dos assentamentos já constituídos, as áreas ocupadas, as fazendas com

[21] A *Rádio Cipó* era um palco com um sistema de som improvisado onde se revezavam locutores e animadores culturais (também improvisados). Os locutores anunciavam constantemente os acontecimentos, o andamento das negociações e informações úteis aos acampados. Em frente ao palco funcionava quase permanentemente uma grande pista de dança. A *Rádio Cipó* foi uma criação de Amarildo Gomes Pereira e seu principal locutor, fundador da CPT de Tucumã, região de fronteira no sul do Pará. Após vários anos de atividade na CPT de Conceição do Araguaia e Tucumã, Amarildo Gomes Pereira mudou-se para Belo Horizonte onde lecionava numa universidade particular. Em 14 de janeiro de 2006, numa de suas viagens anuais para visitar o sul e sudeste do Pará, Amarildo Gomes Pereira, o criador da *Rádio Cipó*, faleceu vítima de acidente de ônibus em que viajava.

características passíveis de inclusão no programa de reforma agrária e a infra-estrutura dessas áreas. Esse conjunto de informações alimentou a reflexão sobre os conflitos fundiários e a política de reforma agrária do governo, e foi a base para a elaboração da pauta dos acampamentos. Os seminários municipais e os encontros regionais foram espaços não só de levantamento de informações, mas também de afirmação de identidades. Os termos "posseiros" e "trabalhadores rurais" foram sendo substituídos por "sem-terra", "agricultores familiares" e "assentados". Em torno da pauta se constituía o campo de disputa pelos recursos governamentais dirigidos para a região.

A pauta era composta de *questões gerais* e *específicas*. No item *questões gerais* reuniam-se um conjunto de condições que os acampados exigiam para que as negociações das *questões específicas* fossem iniciadas. As *questões específicas* formavam um conjunto de reivindicações que iam desde as diferentes modalidades de crédito até políticas sociais. A pauta era dirigida a diferentes órgãos da administração federal e estadual: Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Banco do Brasil (BB) e Banco da Amazônia (Basa), Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ministérios etc., exceto no caso do primeiro acampamento, momento em que se voltava especificamente ao Incra.

Algumas das condições impostas pelas questões gerais das pautas davam a noção do nível de radicalidade da ação. No acampamento de 1997, por exemplo, as principais reivindicações eram: demissão do superintendente; acesso a informações sobre o orçamento do órgão e manutenção do tamanho do lote em 50 hectares. As questões específicas só foram negociadas quando essas condições gerais foram atendidas. Nos anos subseqüentes, além de novas exigências, a parte geral da pauta de reivindicação serviu também como espaço de denúncia de irregularidades nos processos de desapropriação, desvio de recursos nas obras de infra-estrutura e favorecimento de empreiteiras. Em 2000, outro superintendente foi demitido em função das denúncias formuladas pelos organizadores do acampamento.

As questões específicas da pauta eram compostas por reivindicações que diziam respeito à programação operacional do Incra, ou seja, a alocação de recursos para todas as atividades relacionadas à implantação e consolidação dos assentamentos. Nessa parte da pauta, apresentavam-se reivindicações como solicitação de vistorias de fazendas, arrecadações de terras, desapropriações, créditos nas diferentes modalidades e recursos para infra-estrutura. No primeiro acampamento, em 1997, as reivindicações foram direcionadas ao Incra e se concentravam nas questões das vistorias de áreas ocupadas e não ocupadas totalizando 121 áreas; desapropriações, desconstituição e criação de projetos de assentamentos; crédito para infra-estrutura, habitação,

fomento, alimentação e Procera. Nesse ano, a pauta do MST foi entregue ao Incra em separado. Nela havia questões específicas para os assentamentos sob sua coordenação, valor da desapropriação de fazendas, aquisição de lotes adicionais para complementar as áreas do Projeto de Assentamento (PA) 17 de Abril, cesta básica para alguns acampamentos, criação do PA Palmares, documentação dos assentados do PA 17 de Abril (carteira de identidade e CPF), liberação de créditos e fiscalização de obras.

O acampamento de 1997 abriu um ciclo de disputa em torno das políticas governamentais em diferentes níveis. O Incra continuou sendo o principal interlocutor do movimento sindical e do MST, mas outras frentes de negociações foram se abrindo e o leque temático das pautas dos acampamentos se ampliou. O impacto do conjunto de ações realizadas durante o período do acampamento revelou novos atores e fez emergir novos temas. Além dos órgãos federais como o Incra, vários outros de abrangência regional, estadual e municipal passaram a ser demandados a partir de temáticas incluídas na pauta. Nesse sentido, o campo de negociação bem como o dos conflitos se ampliou (Scribano, 2003). Essa tendência se verificou nos acampamentos dos anos seguintes.

As reivindicações direcionadas ao Incra foram organizadas de acordo com as próprias diretorias e setores do órgão. Dessa forma, a pauta apresentava um conjunto de reivindicações direcionadas ao setor fundiário como desapropriações; manutenção do tamanho do módulo para reforma agrária (o menor seria de 25 e o máximo de 100 hectares); convênio para assessoria e assistência jurídica; resposta às denúncias de superfaturamento nos casos de desapropriações e cancelamento da titulação de áreas que não tiveram acesso a todos os benefícios da reforma agrária.

Ao setor fundiário apresentava-se a demanda e a situação das áreas para reforma agrária. A partir dos dados das pautas de reivindicações, as áreas poderiam ser classificadas como: áreas para vistorias (todas as fazendas que, por algum motivo, eram avaliadas pelo movimento sindical e pelo MST como passíveis de desapropriação); áreas em vistoria (todas aquelas em que o Incra já iniciara o processo de vistoria, mas que se encontravam com processos inconclusos); áreas em instrução (as que estavam em processo de negociação, por exemplo, as áreas onde a jurisdição do Incra e Iterpa se sobrepunham); áreas em processo de desapropriação (aquelas cuja desapropriação já havia sido decretada e anunciada e as áreas encaminhadas para desapropriação); áreas com decreto (em avaliação para lançamento de TDA,[22]

---

[22] Título da Dívida Agrária (TDA) é um título de responsabilidade do Tesouro Nacional, emitido para a promoção da reforma agrária, exclusivamente sob a forma escritural, custodiado na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). É um título de rentabilidade pós-fixada pela variação da Taxa Referencial do Banco Central (TR). <http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=mtvm_tda>.

com decreto para lançamento de TDA e criação de assentamento); áreas em ajuizamento ou ajuizadas (com tramitação para criação do projeto de assentamento já resolvida). O quadro abaixo mostra a situação no momento de cada acampamento, considerando essa classificação.

Quadro 2: Situação das áreas para reforma agrária no momento dos acampamentos

Ano	Vistorias	Em vistoria	Instrução	Desapropriações	Com decreto	Em ajuizamento
1997	78	sd	sd	50	sd	9
1999	38	70	58	48	54	5
2000	15	sd	sd	37	42	sd
2001	80	sd	16	99	9	4
Total	211	70	74	234	105	18

Fonte: CPT e Fetagri (1997, 1999, 2000 e 2001), adaptado livremente pelo autor.

O número de solicitações de vistorias em cada acampamento revelava o passivo da reforma agrária e da situação conflituosa em que a região estava imersa. Dados do Incra (2004) mostraram que, entre 1997 e 2001, foram criados 239 projetos de assentamento na jurisdição da SR 27/E. Segundo a mesma fonte, nos dez anos anteriores (1986-1996) haviam sido criados apenas 86. Percebe-se, portanto, um incremento muito forte no número de assentamentos na região. A forte mobilização dos agricultores organizados em torno do movimento sindical e do MST foi decisiva para esse incremento.

Duas questões merecem ser destacadas em relação às áreas pleiteadas para reforma agrária. A primeira é que boa parte delas já estava ocupada, portanto, em situação de conflito. A segunda é que havia uma forte pressão contrária ao avanço da reforma agrária na região. A terra era, e ainda é, um recurso em disputa por diferentes atores como fazendeiros, empresas agropecuárias, mineradoras e florestais, especuladores e os milhares de agricultores sem-terra. Cada um deles exerce uma pressão diferente sobre o governo. O movimento sindical e o MST exercem essa pressão pela mobilização de sua base social. Esse não é seu único recurso de pressão. Como vimos anteriormente, parlamentares, entidades e outros setores da sociedade se manifestaram em apoio, mas certamente sua base social e suas ações são o instrumento mais poderoso.

As reivindicações direcionadas ao setor de assentamentos responsável, dentre outras coisas, pela liberação dos créditos somavam grandes volumes de recursos, distribuídos entre as diferentes modalidades de crédito, como mostra o quadro a seguir. Em geral, os recursos destinados pelo governo para a Programação Operacional de cada ano eram muito inferiores à demanda das pautas.

Quadro 3: Volume de recursos solicitados nos acampamentos de 1997, 1999, 2000 e 2001 pelo movimento sindical e MST

Tipo de crédito	Ano do acampamento (em R$)			
	1997	1999	2000*	2001
Procera	47.265.000,00			
Alimentação	2.633.980,00	9.645.200,00		
Fomento	4.663.480,00	22.561.275,00		
Habitação	12.962.000,00	64.940.000,00	615.500,00	
Apoio			4.900.000,00	21.596.400,00
Instalação			19.378.800,00	58.827.500,00
Capacitação			600.000,00	0,00
Assistência técnica				7.144.011,74
Investimentos e obras	36.012.530,54	163.463.400,00	12.100.000,00	196.731.350,00
Demarcação		11.986.100,00	4.338.400	8.619.600,00
Total	103.536.990,54	272.595.975,00	41.932.700,00**	292.918.861,74

Fonte: CPT e Fetagri (1997, 1999, 2000 e 2001).

* Mudança na denominação dos créditos.

** O autor não encontrou, nos documentos analisados, uma explicação para o baixo montante de recursos nesse ano.

Os maiores volumes de recursos reivindicados foram para infra-estrutura e obras nos assentamentos. A pouca capacidade de investimento dos municípios associados aos problemas de ordem política foram fatores que afetaram negativamente a realização de obras de infra-estrutura nos assentamentos. São raros os municípios que realizaram grandes obras direcionadas para o meio rural. Dentre eles, pode-se citar Parauapebas (cuja maior capacidade de investimento se explica pela fatia de recursos recebidos da Companhia Vale do Rio Doce, por meio de *royalties* da atividade mineradora) e Itupiranga, devido à aproximação entre os prefeitos e o movimento sindical de trabalhadores rurais, mediada pela Igreja Católica: pelo menos dois prefeitos que mantinham estreita relação com o movimento sindical foram ex-militantes da pastoral. Além dos itens mencionados anteriormente direcionados ao Incra, a pauta dos acampamentos de 1999, 2000 e 2001 apresentava três novas reivindicações: a contratação de nove equipes do projeto Lumiar, que haviam sido apresentadas na Programação Operacional de 1998, e trinta novas pela Programação Operacional 1999, além da contratação de cinco supervisores externos para o programa Lumiar;[23] liberação de recursos para implantação do Pronera em 21 assentamentos;[24] expedição de declarações

[23] Programa de Assistência Técnica aos Assentados.

[24] O Pronera seria implantado numa parceria entre o movimento sindical, o MST e uma equipe de professores do campus universitário do sul e sudeste do Pará da Universidade Federal do Pará.

para auxílio-maternidade e aposentadoria, a partir da criação do projeto de assentamento. Dessa forma, temas como assistência técnica, educação rural e políticas sociais começaram a fazer parte da pauta de negociação. A diversificação temática da pauta introduziu novos atores no campo da negociação como a universidade, no caso do projeto Pronera e do projeto Lumiar, as prestadoras de serviço, no caso da assistência técnica, e o INSS, no caso da Previdência Social. Em todos os acampamentos, exceto o de 1997, foram realizadas negociações com o governo do estado, com o Basa e com o INSS.

As reivindicações dirigidas ao governo do estado estavam relacionadas a questões como a situação jurídica dos antigos títulos de aforamento, visando disponibilizar as áreas destes para o programa de reforma agrária; criação de projetos de assentamento em áreas de jurisdição do estado pelo convênio entre o Incra e o Iterpa; incentivo para implantação de agroindústrias familiares, redução de tarifas de energia para atividades agroindustriais e estudo de viabilidade de áreas para desenvolvimento de agroindústrias (zoneamento de potencialidade). Sobre a assistência técnica: criação de um fundo de assistência técnica e revitalização da assistência técnica estatal, ou seja, apoio ao funcionamento da Emater; sobre a educação: implantação de escolas de 5ª a 8ª série na área rural, no sistema modular, sob a responsabilidade do Estado, transporte escolar, destinação de recursos por meio de convênios para as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), criação de uma escola agrotécnica em Marabá e qualificação de professores; sobre o ecoturismo: destinação de recursos para um programa de capacitação e formação de agricultores familiares nessa atividade.

Em torno de alguns desses temas desenvolveu-se uma dinâmica própria envolvendo os atores concernidos, como foi o caso da educação do campo[25] e da assistência técnica. Encontros, seminários e outras atividades foram desenvolvidos, visando aprofundar e consolidar ações direcionadas para essas temáticas. Fortaleceu-se o movimento em torno da implantação de Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), ampliou-se o Pronera, inclusive no 2º grau, e diversificaram-se as atividades do MST na educação do campo. O movimento sindical priorizou a implantação de EFAs e o Pronera; o MST, a discussão em torno da formação desenvolvendo ações para consolidar a educação do campo em diferentes níveis. Além das atividades no ensino fundamental, o MST assinou convênios com a Universidade Federal do Pará para a criação de cursos de graduação adaptados metodologicamen-

[25] Foi criado um Fórum Regional de Educação do Campo que congrega representações dos movimentos sociais, universidade, prefeituras e outras instituições. Nesse Fórum são discutidas propostas de educação, desde o ensino fundamental até a graduação. O projeto político pedagógico da Escola Agrotécnica Federal de Marabá foi discutido e elaborado no âmbito desse Fórum.

te e filosoficamente à questão do campo, como foram os casos do curso Pedagogia da Terra (campus de Belém) e Agronomia (campus de Marabá).

Apesar da reivindicação de revitalização da Emater, a ação do movimento sindical foi na direção de fortalecer o programa de assistência técnica aos assentados por meio do projeto Lumiar,[26]que reforçou uma assistência técnica pública não estatal. Em 2005, já havia dez prestadoras de serviços (assistência técnica não estatal) atuando na região sul e sudeste do Pará. O corpo técnico dessas prestadoras era formado por 311 profissionais de nível médio e superior com diferentes formações, cuja indicação era prerrogativa das entidades representativas dos agricultores. Segundo Oliveira et al. (2005), dentre os principais profissionais contratados pelas prestadoras de serviços encontravam-se agrônomos(as), assistentes sociais, pedagogos(as), engenheiros(as) florestais, geógrafos(as), licenciados(as) em letras, licenciados(as) em ciências agrárias, administrador(a) de empresa, sociólogos(as), zootecnistas e técnicos(as) em agropecuária.

Como vimos, o processo de elaboração das pautas de reivindicação envolveu um grande número de pessoas e instituições. O conteúdo das pautas se modificou ao longo dos anos, apesar de manter um núcleo central direcionado para a política de assentamento. Esse fato não foi um mero detalhe. A política de assentamentos ou de reforma agrária, como muitos preferem chamar, transformou-se no principal elo com outras políticas governamentais. Os assentamentos surgiram no cenário político regional como o aglutinador da ação do Estado em diferentes níveis. O governador do estado, os prefeitos e vereadores, os deputados estaduais e federais, os senadores, todos se mobilizaram de alguma maneira quando se tratava da política de assentamento. Os interesses nem sempre coincidiram, mas cada um se posicionava e buscava de alguma maneira influenciar simbólica ou concretamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação camponesa na segunda metade dos anos 90 foi fruto da articulação entre a experiência individual e coletiva acumulada em anos na luta de resistência ao latifúndio e novas formas de ação desenvolvidas por outros atores sociais. O aprendizado na relação com o MST foi um dos mais frutíferos. Apesar das diferenças de concepções políticas e de métodos de intervenção na realidade, esses atores sociais estabeleceram alianças para o enfrentamento de questões cruciais para a implantação da reforma agrária no sudeste paraense. Apesar de desenvolverem estratégias diferentes, tanto para a ocupação dos latifúndios quanto para o desenvolvimento dos assen-

[26] Recentemente pelo programa de Assessoria Técnica e Social aos assentados (Ates).

tamentos, o movimento sindical e o MST se unificaram e desenvolveram um repertório de ações coletivas (Tilly, 1981) que visavam ampliar o leque de reivindicações frente ao Estado.

O conceito de repertório de ação coletiva foi introduzido por Charles Tilly e considera que um dado grupo de atores sociais desenvolve um número limitado e específico de ações, que lhes são familiares e definidos em função de suas identidades e interesses (Tilly, 1981). Esse conceito permite pensar as ações coletivas como um processo de aprendizagem que depende também da relação que se estabelece com os aliados e os antagonistas (Tilly, 1984). Nesse sentido, nem todas as ações do repertório de uma época têm necessariamente um efeito positivo. Algumas delas podem ser abandonadas e outras reforçadas por um determinado período. Segundo Casarões (2008, p.2), citando Tilly (1986) e Traugott (1993), "os repertórios não representam necessariamente o conjunto de ações mais adequado em face de uma determinada situação, mas sim o mais factível dentre alternativas conhecidas". A discussão conceitual de Tilly sobre repertório de ação coletiva nos impõe a reflexão sobre três importantes parâmetros: o primeiro é verificar se o repertório tem origem na interação com outros atores e se caracteriza um processo de aprendizagem; o segundo é confirmar se a ação tem uma freqüência que permita caracterizá-la como rotina; e o terceiro é verificar se as ações são específicas e atendem a particularidades do grupo em questão.

No caso dos camponeses do sudeste do Pará, foi possível observar que os acampamentos foram escolhidos dentre as várias possibilidades de embate com o governo. A intensa divulgação de notas explicativas na imprensa sobre o porquê dos acampamentos e de contestação às notas oficiais do Incra visava apresentar o camponês como um importante ator social e portador de uma proposta de desenvolvimento. Havia um jogo intenso de legitimação e deslegitimação. Os acampamentos, além de terem surgido a partir de um aprendizado coletivo (do movimento sindical e do MST), serviram também como uma "vitrine" onde os camponeses se apresentavam para a sociedade regional. Havia uma preocupação de neutralizar a visão passada pelos seus antagonistas. Acampamentos em fazendas, órgãos públicos, margens de estradas e praças de cidades tornaram-se rotina a partir do início da década de 1990, tendo seu ponto máximo em 1997, com os grandes acampamentos. Os conteúdos das pautas analisados neste texto mostraram a vinculação direta das reivindicações com os problemas do campesinato regional, que vai além do problema da terra. Além disso, esta análise não faria sentido se o grupo analisado não representasse uma força coletiva relevante na região.

Não se sabia, ao certo, se a ação lograria sucesso. O avanço do processo de negociação com os representantes do Estado indicava onde concentrar mais esforços e onde recuar. A radicalização em alguns momentos era uma sinalização de descontentamento com os rumos do processo de negocia-

ção.[27] Apesar da reforma agrária estar no centro das reivindicações, as pautas de negociações iam além das questões relacionadas à terra e à produção agrícola. A análise das pautas mostra claramente uma preocupação com a infra-estrutura geral da região, educação em diferentes níveis, assistência social aos agricultores idosos e assistência técnica diferenciada para os assentados. No que se refere à assistência técnica diferenciada, os principais elementos apontavam para o rompimento com o modelo tecnicista e de transferência de tecnologia, e a inclusão das dimensões educativa, cultural, social e ambiental nos serviços de assistência técnica. Mesmo que não fosse uma proposta gestada localmente, já que uma assistência técnica com essas características começava a ser discutida em outras regiões do país e no âmbito do próprio governo, o movimento camponês regional assumiu essa assistência técnica como bandeira de suas lutas.

A amplitude da pauta de negociação se explicava não só pela relação que existe entre os espaços rurais e urbanos, mas também pela grande diversidade de situações em que se encontravam os camponeses da região. Alguns camponeses ocupavam, há mais de dez anos, áreas onde o governo estava criando projetos de assentamentos; outros estavam em áreas recém-ocupadas ou se encontravam em acampamentos, portanto, fora da terra. Essa diversidade de situações gerava também uma diversidade de necessidades. Um conjunto de reivindicações dava conta do grupo que não tinha nem a terra; outro estava orientado para aquelas situações onde existia uma infra-estrutura mínima, mas não se tinha apoio para a produção; outro conjunto de reivindicação dava conta de questões sociais como a aposentadoria. Podemos dizer que a luta dos camponeses se inscreve na luta mais geral da sociedade regional.

De forma voluntária ou não, se buscavam soluções para problemas maiores do que os que afetavam diretamente os camponeses. Discutia-se não só a reforma agrária, mas esta como ponto de partida para se chegar a uma sociedade regional diferente da que existia. O direito à terra era afirmado e reafirmado, mas junto com a terra uma constelação de outros direitos que impunham ao Estado demandas totalmente novas. Para atendê-las, o Estado precisava criar novos programas e políticas, e implantar regionalmente novas estruturas de administração e gestão. As pautas não apontavam apenas a necessidade de se criar e/ou ampliar programas e políticas governamentais, mas também de criar novos espaços de discussão e definição das prioridades regionais. Buscava-se assim uma forma diferente de participação nas decisões do governo. O discurso de gestão democrática dos sucessivos governos não era suficiente. O movimento camponês reivin-

[27] A certa altura do processo de negociação, as dependências do Incra foram ocupadas por milhares de pessoas. A saída das dependências do órgão dependia das concessões que o governo se dispunha a fazer.

dicava a possibilidade concreta de participar de espaços de decisão. Discutir a Programação Operacional na região passou a ser mais que uma mudança de instrumento de planejamento e gestão: tornou-se um espaço concreto de participação da sociedade local no planejamento das ações do Estado.

O repertório de ações coletivas dos camponeses, organizado pelas entidades representativas, principalmente os sindicatos, a Federação Regional e o MST, modificaram o sentido da reforma agrária nos anos 90: a democratização da terra era o objetivo principal da luta camponesa, mas a terra sem a assistência técnica, sem o recurso para a infra-estrutura e o crédito para a produção, sem a educação do campo, não era reforma agrária. Ela teria que ser garantia de qualidade de vida para os camponeses e para a sociedade. O desenvolvimento regional também assumiu um novo sentido. Os camponeses, por meio de suas ações, colocaram como possibilidade concreta um desenvolvimento diferente do protagonizado pelo grande capital, anos a fio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. H. *Araguaia-Tocantins:* fios de uma História Camponesa. Marabá: Fórum Carajás, 2006.

ASSIS, W. S. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense.* Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFRRJ

CASARÕES, G. *Guerrilha, poder e ação coletiva:* uma análise dos repertórios populares no movimento Sendero Luminoso. Disponível em: <http://odebatedouro.org/casaroes78.html>. Acessado em fev. 2008.

COMERFORD, J. C. *Fazendo a luta:* sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ, Núcleo de Antropologia Política, 1999.

DA MATTA, R.; LARAIA, R. B. *Índios e castanheiros. A empresa extrativa e os índios do Médio Tocantins*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

DE REYNAL, V. *Agricultures em front pionnier amazonien, región de Marabá* (Pará, Brasil). Paris, 1999. 413p. Tese (Doutorado) em Tomo 1. 1. Institut de Agronomie de Paris-Grigon.

EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. 2.ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

ESTERCI, N. *Conflito no Araguaia:* peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUERRA, G. A. D. *O posseiro da fronteira:* campesinato e sindicalismo no sudeste do Pará. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

GUERRA, G. A. D.; ACEVEDO MARIN, R. E. Das associações de lavradores aos sindicatos de trabalhadores rurais – o caso do Pará. *Cadernos do CEAS (Salvador)*, n.126, mar./abr., 1990.

HÈBETTE, J. *A resistência dos posseiros no Grande Carajás*. Belém: UFPa/NAEA, 1985.

______. O surgimento do programa CAT: a luta camponesa pela terra. In: HÉBETTE, J.; NAVEGANTES, R. S. (Orgs.). *CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia*. Belém: UFPA/CAT, 2000.

______. *O sindicalismo dos trabalhadores rurais na microrregião de Marabá*. 1997. (Mimeogr.).

______ et al. *Políticas públicas e acesso à terra no estado do Pará*: o desafio da criação de um campesinato autônomo na fronteira (1995-2002). Belém, 2002. Relatório de pesquisa.

______. *Cruzando a fronteira:* 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004. 4v.

HÖHN, H. *A exploração de diamantes no Rio Tocantins*. Belém: SEICOM, 1996.

HOMMA, A. K. O. et al. *A destruição de recursos naturais:* o caso da castanha-do-pará no sudeste paraense. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000. (Doc. n.32).

IANNI, O. *A luta pela terra:* história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico: Pará. Rio de Janeiro, 2000.

LEDESMA, M. P. Cuando lleguen los dias de colera: movimento sociales, teoria y história. *Zona Abierta*, 1994.

LEROY, J-P. *Uma chama na Amazônia*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/Fase, 1991.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MELUCCI, A. *A invenção do presente:* movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUSSUMECI, L. *O mito da terra liberta*. São Paulo: Vértice/Anpocs, 1988.

OLIVEIRA, M. C. C. *Projeto Zone Atelier:* eixo observatório regional da região sudeste do estado do Pará. Marabá, 2003. Relatório de atividades, Lasat/Neaf/UFPA, p.10-1.

______ et al. Políticas de apoio à agricultura familiar e evolução do sistema agrário no sudeste do Pará. In: MOTA, D. et al. (Orgs.). *Agricultura familiar e abordagem sistêmica*. Aracaju: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção/J. Andrade, 2005. p.317-43.

SIGAUD, L. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos Cebrap (São Paulo)*, 2000.

SCRIBANO, A. Reflexiones sobre uma estratégia metodológica para el análises de las protestas sociales. *Sociologias (Porto Alegre)*, v.1, n.1, jan./jun., 2003.

TILLY, C. *Nineteenth-Century Origins of our Twentieth-Century Colletive-Action Repertore*. Michigan: Press University of Michigan, 1981.

______. Social Movements and National Politics. In: BRIGHT, C.; HARDING, S. *Statemaking and Social Movements*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1984.

______. *The Contentious French*. Cambrige: Belknap Press of Harvard University Press, 1986.

TOURAINE, A. A sociologia da ação. Uma abordagem teórica dos movimentos sociais. São Paulo. *Anais do seminário. O retorno do ator*, 1999.

TRAUGOTT, M. The French Worker. *Autobiographies from the Early Industrial Era*. Berkeley: University of California Press, 1993.

TURA, L. R. *Gritos do campo:* reconhecimento político e exercícios de cidadania no Pará. Rio de Janeiro, 1996. 146p. Dissertação (Mestrado) – IFCS/PPGS/UFRJ.

Documentos consultados

FETAGRI. Carta da Fetagri aos STRs de 16 out. 1997.
CPT e FETAGRI. Acampamento dos Trabalhadores Rurais na Superintendência do Incra de Marabá. Marabá, período de 9 a 25 nov.1997. (Dossiê, 191p.)
CPT e FETAGRI. Acampamento dos Trabalhadores Rurais na Superintendência do Incra de Marabá. Marabá, período de 26 abr. a 15 maio 1999. (Dossiê).
CPT e FETAGRI. Acampamento dos Trabalhadores Rurais na Superintendência do Incra de Marabá. Marabá, período de 16 a 28 jul. 2000. (Dossiê).
CPT e FETAGRI. Acampamento dos Trabalhadores Rurais na Superintendência do Incra de Marabá. Marabá, mar. 2001. (Dossiê).

6
A FRESTA: EX-MORADORES DE RUA COMO CAMPONESES*

Marcelo Gomes Justo

INTRODUÇÃO

No presente texto procura-se analisar, com base numa pesquisa (Justo, 2005), os potenciais e as limitações de incluir moradores de rua na luta pela terra, e as formas de gestão dos conflitos entre camponeses num assentamento de reforma agrária. Aponta-se para o potencial emancipatório da economia solidária – entendida como autogestão política e econômica – num assentamento com ex-moradores de rua, que procuram se organizar coletivamente. O objetivo do trabalho é contribuir para a interpretação da atual luta camponesa (uma face da luta se expressa no jogo de definir quem é e quem não é camponês) e das formas de lidar com conflitos sociais referentes à organização da vida pública em assentamentos.

É possível alargar a fresta por onde algumas dezenas de moradores de rua vão para o campo? O número de moradores de rua nas grandes metrópoles cresceu de forma significativa na última década e, na fase atual do capitalismo, eles estão definitivamente excluídos da possibilidade de emprego formal. Portanto, a situação dessa população só pode ser pensada de forma alternativa ao modo de produção capitalista. A entrada para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) constitui-se uma alternativa, que em termos numéricos ainda é pequena.

Na pesquisa realizada, a organização de um assentamento de reforma agrária foi interpretada como uma fração do território camponês. As redes no assentamento (os grupos, as comissões e as reuniões), as formas de lidar com conflitos (estatal e não-estatal) e a formação de grupos de economia

* O artigo consiste das questões principais da tese de doutorado *"Exculhidos": ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST*, defendida no Departamento de Geografia da FFLCH/USP, em agosto de 2005, sob orientação do professor-doutor Ariovaldo U. de Oliveira.

solidária são três recortes retomados aqui. Ao formar redes, os assentados desenvolvem um aprendizado sobre como lidar publicamente com conflitos e organizar grupos de produção. Houve avanços e recuos nesse caminho entre os interesses públicos e privados. A contribuição trazida em relação ao tema do território camponês é, justamente, tratar das redes que surgem num assentamento pelo MST e que, por definição, atravessam e ultrapassam aquele território. A noção de rede é entendida como complementar à de território (Raffestin, 1993; Latour, 2000). Aprofunda-se o estudo das lutas no interior da classe camponesa pelas dinâmicas dos micropoderes conectadas ao território, como ensinou Raffestin. São demonstradas as malhas das redes de três grupos existentes no assentamento. A noção de rede permite ultrapassar o território sem negá-lo.

Cabe esclarecer que o termo "camponês" é usado como um conceito, sendo uma classe social recriada dentro do modo de produção capitalista e, portanto, não se extingue. Pelo contrário, está perenemente recolocando-se no cenário político contemporâneo. Então, morador de rua se tornar camponês faz parte dessa lógica. Porém, essa lógica não é suficiente para interpretar a dinâmica que ocorre num assentamento com as diferentes pessoas provenientes das cidades.

Vale destacar que a noção de rede é tomada em duplo sentido, como instrumento descritivo-analítico e como princípio epistemológico (Latour, 2000). Assim, é possível descrever e analisar a formação de redes no assentamento e interpretar o conhecimento camponês pelo tecer das redes. Assume-se que um aspecto do conhecimento camponês manifesta-se em traçar redes: quando o sujeito oscila entre agir a favor da família ou formar grupos; prefere trabalhar só com os familiares ou constituir associações; e faz assembléias, reuniões e forma comissões como caminho para a gestão pública do assentamento.

A PESQUISA: UM ASSENTAMENTO PELO MST COM MORADORES DE RUA[1]

O assentamento estudado localiza-se na região sudoeste do estado de São Paulo e a organização para conquista da terra deve-se ao Movimento dos

[1] "Vale observar que foram trocados os nomes de moradores, do assentamento e dos municípios para preservar as pessoas envolvidas e o movimento de luta pela terra, e mostrar com maior transparência os fatos. São tratados os conflitos sociais num assentamento organizado pelo MST de uma perspectiva em que eles são inerentes às relações sociais; porém, encontram-se, no local, situações conflituosas específicas. Nesse sentido, este trabalho visa contribuir para a reflexão sobre as formas de lidar com os conflitos sociais num assentamento e sobre a possibilidade de aprendizagem de novas formas. A possibilidade vislumbrada é que as associações são vitais na gestão política do assentamento. ... Essa preocupação está amparada na discussão metodológica, em que se aponta para o compromisso da ciência com a justiça social" (JUSTO, 2005, p.2).

Trabalhadores Rurais Sem Terra. O caso insere-se num contexto em que a organização pastoral católica Fraternidade Povo da Rua aproxima-se do MST, nos anos 90, e ambos começam a levar moradores de rua da cidade de São Paulo para a luta pela terra. Essa aproximação gerou a regional Grande São Paulo do Movimento. Como o objeto empírico do trabalho constituiu-se dos conflitos internos relativos à organização da vida coletiva no assentamento, tratou-se da possibilidade de formação de um espaço público no assentamento. Quando se enfatiza que o objeto de estudo é o conflito interno relativo à organização da vida coletiva, está se excluindo do tema os conflitos interpessoais, como as brigas de vizinhos, por exemplo, mesmo sabendo que, às vezes, não há limite entre esses dois tipos de conflitos.

A peculiaridade desse assentamento é ter pessoas que estavam morando nas ruas da cidade de São Paulo. Inicialmente, cerca de 250 famílias compunham essa luta, e 27 indivíduos moravam nas ruas. Do grupo original, cerca de oitenta famílias ocuparam uma fazenda, e lá permaneceram 63. Com a desapropriação de 920,5 hectares, apenas 47 famílias puderam ser assentadas no local. Destas, permaneceram doze pessoas que são ex-moradores de rua. A relação entre a trajetória de vida daqueles que vieram das ruas e o MST também foi objeto de pesquisa. O recorte temporal do trabalho de campo cobriu os anos de 2001 a 2004.

HISTÓRICO DO GRUPO E DA OCUPAÇÃO

Desde abril de 1996, membros do movimento Fraternidade Povo de Rua e militantes do Coletivo do Brás,[2] do MST, promoviam conversas com 45 moradores de rua sobre as ações de ocupação de terras; eles conseguiram articular um grupo de 27 pessoas disposto a se unir a outros interessados em lutar por terra.

Em 2 de setembro de 1996, esses 27 moradores de rua, e mais dezenas de famílias, partiram para as imediações de dois municípios da região sudoeste do estado. Ao todo, uniram-se cerca de 250 famílias, com uma grande parte proveniente da capital e da região de Campinas, de municípios como Hortolândia e Sumaré, e outras da região de Sorocaba, organizadas pelos respectivos núcleos regionais do MST.

Após um ano e meio de luta e sete acampamentos distintos, em fevereiro de 1998, das cerca de cem famílias que estavam acampadas na beira da estrada, em torno de oitenta decidiram ocupar uma fazenda. O restante continuou acampada na beira da estrada aguardando por situação mais definida.[3]

---

[2] Brás é um bairro próximo ao centro da cidade de São Paulo.

[3] Segundo Feliciano (2003, p.168), um grupo de famílias que estava acampado na beira da estrada partiu para uma ocupação no Núcleo Colonial Monções, no município de Iaras/SP, em 15 ago. 1998.

A ocupação da fazenda deu origem ao assentamento; o governo federal desapropriou a fazenda um mês depois, em março de 1998. Restaram na fazenda 63 famílias. Utiliza-se o termo família, mas há também indivíduos sozinhos que receberam um lote. Nem todos os indivíduos sozinhos são ex-moradores de rua e nem todos os que vieram das ruas vivem sozinhos.

Em 18 de dezembro de 1998, foi assinado pelo governo federal o projeto de crédito fomento.[4] Os técnicos do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) verificaram, inicialmente, a capacidade de assentar 41 famílias, dadas a baixa fertilidade do solo e a localização afastada da fazenda, e o fato de o lote mínimo ter 12 hectares. Em assembléia do projeto de assentamento, de 14 de dezembro, os presentes, já sabendo da liberação da verba de fomento, decidiram pela partilha do montante entre todos os que participaram da luta, mesmo que não fossem assentados ali. Decidiram que o dinheiro, que viria para 41 famílias, seria dividido entre as 63, e que as 22 excluídas da lista do Incra devolveriam o dinheiro quando fossem beneficiadas pelo mesmo tipo de financiamento. Essa partilha do crédito de fomento gerou, três anos depois, um grande conflito no assentamento, envolvendo ação civil contra os coordenadores.

Posteriormente, o Incra decidiu assentar 47 famílias e fez uma lista de homologação. Nessa época, havia 61 famílias no assentamento, e as 14 não homologadas pelo Instituto dividiam a área com outras. Alguns indivíduos sozinhos cansaram da espera pela divisão dos lotes e desistiram da luta ou foram para outros assentamentos.

O clima no projeto de assentamento naquele período era muito tenso, e havia ameaças pessoais. Uma parte queria o trabalho coletivo e moradia em agrovila, e outros preferiam morar e trabalhar em lotes individuais. A espera pela demarcação dos lotes causava animosidade entre os moradores.

Da desapropriação, em março de 1998, até a divisão dos lotes, em janeiro de 2000, a maioria das famílias estava morando numa espécie de agrovila e trabalhando coletivamente numa estufa de pimentões. Outros poucos estavam morando em áreas mais afastadas. Os moradores decidiram a divisão dos lotes por meio de sorteio, em assembléia geral de 9 de janeiro de 2000.

EXPLICANDO AS HIPÓTESES E A METODOLOGIA

Foram comprovadas duas hipóteses. Na primeira, foi assumido que a mudança para o campo constitui-se uma alternativa para um problema vivido na cidade, a condição de morador de rua. A noção de "alternativa" é entendida em contraposição ao mundo do emprego assalariado, base do modo

[4] Cada família tinha direito a R$ 1.425,00 para instalação no lote e primeiro plantio, a fundo perdido.

de produção capitalista (Singer, 1998 e 2002). Focaram-se as possibilidades de construir uma economia solidária no assentamento, para mostrar quais são os avanços e as limitações na realização desse processo.

A segunda hipótese coloca que, numa fração de território potencialmente alternativa ao modo de produção capitalista, desenvolvem-se formas de gestão pública dos conflitos sociais internos referentes à vida coletiva no assentamento. Basicamente, a diferença entre a gestão pública e a estatal consiste nos seguintes aspectos: a gestão estatal dos conflitos não é realizada pelo público envolvido, mas por técnicos operadores da lei distantes do cotidiano gerador do conflito, e, principalmente, o controle social exercido pelas leis baseia-se em distinções sociais (cf. Black, 1998). Por sua vez, a gestão pública dos conflitos diz respeito ao controle social e à apropriação do espaço feita pela população de um dado local, no caso um assentamento de reforma agrária. É esse movimento que transforma o espaço em território, como definido por Raffestin (1993).

Para o estudo da dinâmica dos conflitos internos no assentamento, a posição expressa por Raffestin (1993) é fundamental. Esse autor faz a crítica da geografia política clássica de Ratzel, entre outros, para se contrapor à noção de que o poder refere-se exclusivamente ao Estado. Com base no princípio de que a verdadeira geografia só pode ser uma análise dos poderes, segue a definição foucaultiana de poder: 1) algo que não se adquire e é exercido a partir de inúmeros pontos; 2) é imanente a todas as relações; 3) vem de baixo e não há oposição entre dominante e dominado; 4) tem intencionalidade e não subjetividade; 5) onde há poder há resistência, e esta não é exterior àquele. A partir disso, o autor coloca que o poder não é influência nem autoridade e que, portanto, está ligado à manipulação dos fluxos de energia e informação, como duas variáveis inversamente proporcionais. Para Raffestin, território é um conceito que se diferencia da noção de espaço. Aquele é resultado da ação de um ator social que, quando se apropria de um espaço, o territorializa. Porém, o conceito de território não é suficiente sem o de rede, que o complementa. Junto ao território, nos lugares do poder, há nodosidade, centralidade e marginalidade. Ou seja, há lugares que apresentam densidades mais fortes ou mais fracas de relações, como aspecto das redes. Segundo Raffestin, do território surgem tessitura, nó e rede; portanto, deve-se levar em conta esse conjunto de superfícies, pontos e linhas. Podemos apoiar-nos nesse geógrafo para entender um assentamento de reforma agrária como um território (dentro de outro maior) em que os lotes são nós (pontos), e as redes são as linhas que unem os pontos, ligando fragmentos (gerando e/ou gastando energia e informação) e, assim, compondo tessituras.

Quanto às redes, em que nodosidade, centralidade e marginalidade estão implicadas, interessa que, tanto na circulação quanto na comunicação (processos simultâneos), os atores sociais confrontam-se com elas. Para o

autor, as redes são móveis e inacabadas e por isso têm a força de adaptar-se ao espaço e ao tempo. O geógrafo francês embasa-se na seguinte definição dada por Michel Serres: "A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o 'instrumento' por excelência do poder" (Serres apud Raffestin, 1993, p.204). A noção de rede é aprofundada com os textos de Latour.

Assim como Raffestin, Latour (2000) retira a noção de rede dos trabalhos do filósofo francês Serres, entre outros autores. Rede, segundo Latour, é a capacidade de conectar e de separar, de produzir espaço e tempo, que, mesmo sendo ampla, continua a ser local em seus nós.

A MODERNIDADE E A CONTEMPORANEIDADE DE CAMPONÊS E DE MORADOR DE RUA

Dada a discussão metodológica anterior, cabe expor o debate moderno sobre camponês e morador de rua. O pensamento moderno de autores como Comte, Ratzel, Marx e Reclus apresenta ambigüidades e ambivalências sobre camponês e morador de rua (cf. Justo, 2005, p.38-48). Oscila entre a extinção ou a não-extinção do campesinato, e entre colocar a mendicância como um fenômeno social ou natural. Com base no trabalho de Santos (2000), pode-se classificar Comte e Ratzel como representantes do "conhecimento-regulação", e Marx e Reclus, do "conhecimento-emancipação". São duas metades do pensamento moderno, porém o modo de produção capitalista tornou dominante o conhecimento-regulação em detrimento da emancipação. Para Santos, é preciso reinventar o projeto emancipatório. Cabe a nós encontrarmos formas potencialmente emancipatórias nos estudos de comunidades. Apropriando-se da idéia, vale mencionar que conhecimento-regulação trabalha com uma concepção espacial vertical, pois hierarquiza o mundo, e o conhecimento-emancipação, ao visar a igualdade, horizontaliza o mundo.

Como já exposto, assume-se o campesinato como uma classe que é reproduzida pelo modo de produção capitalista. Assim, como produto das contradições da modernidade, o camponês traz consigo as ambigüidades e ambivalências de ser moderno e tradicional, de defender autonomia e horizontalidade, subordinação e verticalidade.

Num outro registro, a posição não moderna de Latour (2000) permite um posicionamento epistemológico que coloca camponês e morador de rua como pontos centrais para explicar a sociedade e os processos de exclusão. O enfoque do autor é o estatuto do conhecimento científico na sociedade moderna. Ele mostra que esse conhecimento traça redes, assim como as demais formas de conhecimento. A diferença entre as formas de conhecimento depende do tamanho das redes que mobilizam. Para o autor, a ciência

caminha por redes e não pela busca de essências. Nesse sentido, o registro epistemológico do trabalho de Latour permite a contraposição a visões que buscam a essência do campesinato. O presente trabalho dedica-se ao desafio de lidar com aqueles que vieram das ruas, sem cair na defesa de uma essência para a permanência na terra. A possibilidade dessa permanência é condicionada pelas redes. Com base no princípio de simetria universal proposto por Latour (2000), aponta-se para o percurso do conhecimento camponês expresso no assentamento estudado.

TERRITÓRIO, CONFLITOS SOCIAIS, *ETHOS* CAMPONÊS E GESTÃO

O diálogo com a literatura específica resultou no agrupamento de quatro temas centrais: território e territorialização; conflitos sociais internos e externos ao assentamento; *ethos* camponês e condições para permanência como assentado; cooperativismo, gestão, organização e sociabilidade nos assentamentos. A maioria dos trabalhos sobre assentamentos resultantes da luta do MST é da área de Geografia, por isso, a centralidade do tema da territorialidade. O debate sobre esse tema volta-se para quais são os determinantes do território camponês. Alguns autores defendem que a principal característica do território camponês é a possibilidade de reconstrução das relações de parentesco (Simonetti, 1999; Marques, 2000). Essa perspectiva opõe o determinante cultural à visão que privilegiaria o econômico (Fernandes, 1999a e 1999b).

Da discussão sobre território camponês, pode-se colocar que ele é moldado pelos conflitos internos, como se estes dessem "conteúdo" àquele. Acrescenta-se que o território possibilita a formação de relações não capitalistas, mas não as garante sem maiores aprendizados.

Sobre os conflitos internos, há a contribuição da noção das "invalidações recíprocas" (D'Incao e Roy, 1995), que analisa como os conflitos num assentamento são frutos de uma sociabilidade autoritária e impedem os avanços coletivos. Outra importante contribuição é a dos trabalhos que realizam a crítica aos preconceitos, expressos pela cúpula do MST, contra camponês (tido como uma categoria social atrasada) e mostram a existência de uma diversidade de formas de organização política e econômica no interior dos assentamentos, que ultrapassam as antigas coletivizações "forçadas" pelo Movimento (cf. Miranda, 1998 e 2003; Simonetti, 1999; Schreiner, 2002). Esses trabalhos mostram que algumas experiências de cooperativismo em assentamento não prosperaram porque a orientação da direção do MST chocava-se com o modo de vida camponês. Para realizar a crítica às concepções dos dirigentes do Movimento, os autores baseiam-se na concepção de "campesinidade", trabalhada por Woortmann (1990). Acrescenta-se que

o *ethos* camponês, ou campesinidade, virou objeto de disputa no assentamento, no sentido de que diferentes grupos ou indivíduos querem definir quem merece ou não ficar no assentamento.

Vale destacar que, como a revisão das pesquisas mostrou que os conflitos são comuns nos assentamentos, é possível construir algumas generalizações sobre eles: a opção pelos lotes individuais é uma forma de gerir conflitos e constata-se que há um ritmo da conflituosidade nos assentamentos, pois, entre os dois e os cinco anos de formação de um assentamento, ocorre uma intensidade maior de união e desunião: coletivos são desfeitos, cooperativas são abandonadas ou dão origem a associações, e famílias unem-se em associações.

Quanto à gestão dos assentamentos, verificou-se na literatura que as associações têm papel central (Carvalho, 1998), que as cooperativas variam entre mais e menos democráticas (Christoffoli, 2000) e que elas representam ganhos políticos, mais do que econômicos (Fabrini, 2003).

Cabe colocar que o ponto central da questão da gestão dos conflitos no assentamento é a possibilidade de existir uma gestão pública, ou democrática, juntamente com a consolidação de uma economia solidária. Há elementos no assentamento estudado que apontam na direção da gestão pública dos conflitos, mas de maneira incipiente. Quando coloca-se que é incipiente é uma constatação de que existe tal conhecimento no meio camponês e que ele pode desenvolver-se.

EM CAMPO UNIÃO, DESUNIÃO E REUNIÃO: A TECELAGEM DE REDES

O enfoque empírico esteve no movimento de união, desunião e reunião entre os assentados, que vai do momento em que a maioria deles vota pela moradia em lotes individuais, em vez de agrovila (em 1999-2000), até a formação de grupos e associações a partir de 2002. A paisagem é moldada pelos conflitos: os lotes individuais, a formação de grupos etc. Pela interlocução com os assentados, observou-se a dinâmica de alianças e de ataques no local.

A partir de 2001, houve no assentamento uma desunião entre os moradores, em que muitos deles passaram a se isolar devido aos conflitos, e não houve reuniões nem assembléias. No entanto, de 2002 para 2003, surgiram duas associações e grupos de trabalhos com estufas.

Entre as associações, houve a primeira tentativa dos "Exculhidos",[5] que durou quatro meses, na qual se encontram alguns ex-moradores de rua.

---

[5] O nome "Exculhidos" é uma composição entre as palavras "excluídos" e "escolhidos" realizada pelo pesquisador para expressar a ambivalência presente na fala do pesquisado que denominou a associação.

Depois, com algumas variações, reúnem-se para a formação da "Compartilha", em duas tentativas, até a formalização em 2003. Porém, em 2004, essa associação sofreu um enfraquecimento. Essa associação formou-se em contraposição aos antigos coordenadores da fase de acampamento, que foram responsabilizados pelo não-reembolso do dinheiro do fomento, de 1998. Walter,[6] ex-morador de rua e um dos principais articuladores das associações Exculhidos e Compartilha, tem como prática a luta em conjunto e as alianças, mas faz muitos ataques aos seus inimigos políticos e cria cisões.

Relacionada à trajetória dos Exculhidos, além de oposição aos ex-coordenadores do assentamento pelo não-reembolso do fomento, há um segundo caso de conflito. Um membro desse grupo fez denúncias de supostas irregularidades no assentamento e pretendia vender as benfeitorias do seu lote. Os moradores conseguiram gerir coletivamente o conflito, enquanto aguardavam o Incra. Em setembro de 2003, aquele membro dos Exculhidos enviou uma carta a um jornal local do município, que publicou uma matéria com o conteúdo da carta em que são feitas denúncias como: obtenção irregular de financiamento, arrendamento de lotes para plantio e pastagem, não-produção nos lotes, venda irregular de madeira e venda de lote. Uma parcela dos assentados reuniu-se e posicionou-se contrária à "venda" do lote e redigiu uma carta-resposta ao jornal. Cabe ao Incra fiscalizar e controlar a tentativa de comercialização de benfeitorias, porém o órgão, notificado pelos moradores, simplesmente se omitiu.

Cabe esclarecer que foi constatado que há, ao menos, quatro moradores que têm o papel de agregar pessoas: Walter, Ema, Carlos e Frederico. Walter aglutina amigos, vizinhos e ex-moradores de rua em torno da idéia de união da *classe*, une-se também a pessoas do entorno, que costumeiramente arrendam lotes, e justifica-se dizendo que a luta pela reforma agrária é algo maior do que o assentamento. Filho de camponeses da Zona da Mata nordestina, Walter construiu sua vida em São Paulo. Foi metalúrgico por 22 anos, período em que participou ativamente da luta sindical. Portanto, sua visão política é de união da classe trabalhadora da cidade e do campo. Ema gosta da comunhão cristã, acredita que o povo cristão deveria trabalhar unido, mas a "realidade" do assentamento mostrou-lhe que só pode se unir à família extensa. Ela e Walter chegaram a trabalhar juntos, mas romperam. Carlos e sua grande família (filhos casados, genros, noras, netos e compadres) vivem a produção coletiva e moram numa miniagrovila, compartilhando ideais com as propostas do MST. Seus filhos representam, entre outros, o MST no assentamento e, potencialmente, poderão assumir maior papel de gestão pública do assentamento (se apostarem na autonomia do assentamento em relação ao controle ambíguo do Incra). Frederico tem o dom da política: toma iniciativa de convocar e coordenar reuniões, preside

[6] Por razões de ética científica, os nomes expressos no texto são fictícios.

uma associação de produção agropecuária com 12 famílias – baseado em experiência anterior em Sindicato de Trabalhador Rural –, e respeita o direito de todos, mas marca oposição a quem considera inimigo do assentamento. Enquanto os três últimos, além de serem vizinhos, trabalham na defesa da formação de grupos com *interfaces*, aquele primeiro exerce sua capacidade de tecer e desmanchar redes por meio de um discurso contrário aos antigos coordenadores do assentamento. Além dos quatro, outros moradores disputam espaços de liderança, porém com menor reconhecimento.

Frederico, Carlos e Ema encabeçaram uma associação e grupos de produção em estufas. A associação Agro União, que iniciou em 2003 e se oficializou em 2004, começou com 12 famílias e, em 2004, entraram mais duas. Os grupos das estufas são compostos por três semicoletivos, que se formaram a partir de 2002. Os que compõe essa segunda associação e os grupos das estufas são os moradores que estão em melhores condições materiais no assentamento e unem-se compondo um grupo majoritário. Os membros da Agro União e dos grupos das estufas destacam-se como pessoas que convocam assembléias para tentativas de gestão do assentamento. Em 2004, acirrou-se a separação entre essa maioria (Agro União e grupos das estufas) e os membros da associação Compartilha. Houve naquele ano um terceiro caso de conflito. Trata-se das complicações decorrentes da venda e abandono de um lote de um morador associado à Compartilha. Uma comissão de moradores foi formada como uma instância pública de gestão dos conflitos e/ou irregularidades do assentamento. Apesar de a comissão ser aberta a todos os grupos do assentamento, havia um grupo majoritário, que estava contrário e cansado das acusações e brigas com as pessoas da associação Compartilha. É uma rede se contrapondo a outra, ou, na linguagem de Raffestin, formando densidades mais fortes ou mais fracas de relações.

Até aquele momento, em 2004, as redes no assentamento apresentavam uma dinâmica que permitia *interfaces*. Ou seja, havia uma intensa movimentação no assentamento, as redes juntavam e separavam as pessoas com rapidez. Famílias que, num momento, preferiram isolar-se, depois se uniram; outras que estavam unidas, separaram-se. Ocorreu tanto a necessidade de fortalecer o caráter camponês de voltar-se para a família, quanto a de buscar conexões com outras famílias. Porém, com o aumento dos conflitos internos no assentamento, a tendência foi de uma polarização entre a associação Compartilha, de um lado, e a associação Agro União e os grupos das estufas, de outro. Constata-se, assim, um paralelo entre o conhecimento-regulação, criando uma configuração espacial vertical em decorrência da assimetria e divergências entre os grupos, e o conhecimento-emancipação, que permite pessoas se associarem e manterem relações horizontais.

Nesse cenário, uma parte dos ex-moradores de rua estava na Compartilha. Não havia ex-moradores de rua em nenhum grupo. Com a polarização,

eles não entraram em nenhum dos dois outros grupos (estufas e associação Agro União). Restava-lhe abrir redes com pessoas e/ou entidades externas ao assentamento.

ETHOS CAMPONÊS (OU CAMPESINIDADE)

É em decorrência dos conflitos internos no assentamento, que o *ethos* camponês vira objeto de disputa. De todo jeito, para tratar o tema de ex-moradores de rua como camponeses, seria preciso lidar com a questão do *ethos* campesino. Foi feito um levantamento das categorias de acusação entre os assentados e verificou-se a construção e disputa pelo *ethos*. Eles acusam-se mutuamente de "vagabundo", de "não ser digno" (de estar assentado) e de ser "mentiroso".

Deduz-se que nas acusações recíprocas está em jogo a manipulação da definição de camponês. Com base em distintos trabalhos sobre o tema, é possível estabelecer uma síntese do que consiste a campesinidade: a ligação simbólica com a terra, o trabalho familiar e a religiosidade. São três elementos interconectados: a terra é trabalhada pela e para a família e o sentido simbólico do arar, semear e colher os frutos constitui religiosidade, e é constituído por ela. À parte a relevante discussão sobre classe social e subordinação ao capital, a ordem moral também é um elemento marcante do camponês. Portanto, vê-se nas categorias mencionadas um peso dado pelas acusações morais: a preguiça, a mentira e a honra. No uso generalizado do termo vagabundo, afirma-se uma identidade de trabalhador por oposição ao outro que é não-trabalhador. Ao se apontar a alteridade da vagabundagem, está-se afirmando uma identidade marcada pela moral do trabalho; é um "eu" camponês latente.

Se um elemento da campesinidade é a família, os homens sozinhos estariam fora desse registro. Nem todos os ex-moradores de rua são homens sozinhos e nem todos os homens sozinhos vieram "da rua". Assentar homens sozinhos foi uma fonte de tensão, que reverbera até o presente. No entanto, há homens sozinhos que, aos poucos, constroem famílias, outros que configuram seu lote com as características de um típico sítio camponês e alguns que não conseguem trabalhar o lote todo. Mas, este último caso não é exclusividade dos homens sozinhos. Portanto, o *ethos* camponês pode ter elementos que fortalecem e outros que enfraquecem a complexidade vivida num assentamento de reforma agrária. No exemplo do morador que critica alguns assentados, que são indivíduos sem famílias, de serem "vagabundos", é o caso de um "tipicamente camponês" definindo, por oposição, o seu *ethos*. Se depender da posição dele, quase todas as pessoas ligadas à associação Compartilha ficariam de fora da definição de agricultor "honesto e trabalhador". Evidencia-se um conhecimento, ou visão de mundo, cuja

configuração espacial decorrente é vertical, pois cria assimetrias entre os "mais" e os "menos" camponeses.

Na associação Agro União, ou nas famílias que trabalham juntas na produção de pimentões em estufa, encontram-se as marcas camponesas explícitas: a luta pela terra tem um sentido comunitário cristão e a unidade de produção é voltada para a família. No entanto, ficar preso a determinantes de campesinidade, sejam quais forem (econômicos ou culturais), mostra-se uma armadilha, porque eles são ruídos, ouvidos constantemente de todos os lados no assentamento, que reproduzem brigas e divisões.[7] Quem resolveu ir para a terra é camponês, ao vivenciar essa condição de classe. O *ethos* camponês não deveria ser postulado como a essência,[8] mas como uma situação. "Dar certo" no assentamento vai depender do jogo entre isolamento e redes. O que não nega que no assentamento há a oportunidade para se (re)construir o *ethos* campesino e as relações não capitalistas. Então, a possibilidade de se adaptar à vida na terra estaria mais ligada a estar numa rede do que à aptidão para ser agricultor.

Vale observar que os assentamentos são porções do território do Estado, pois, ao desapropriar uma área privada, o Incra é imitido na posse do imóvel. Porém, nessas frações de território camponês, como denomina Oliveira (1997), encontram-se dinâmicas de poder distintas em relação ao controle estatal. Essas dinâmicas moldam a tessitura, os nós e as redes do território, conforme Raffestin (1993) afirma. Portanto, a dinâmica das redes, presente nos conflitos e na formação de grupos, além de configurar a fração de território, permite que esta não se isole, e que os grupos estejam conectados a redes mais amplas: a cidade, o estado, a região, o país, o poder do Estado, o mundo, o MST, as organizações não-governamentais (ONGs) etc. Além da descrição dos grupos e associações feita anteriormente, que resultaram de redes, essas podem ser mais explicitadas. A família de Carlos articula-se diretamente com a coordenação do MST, participa da regional do Movimento e, desde a fase de acampamento, era indicada como sua representante. Tem contato direto com os técnicos do MST e recebe apoio, inclusive financeiro, de uma pastoral católica da grande São Paulo. A associação Agro União conseguiu o apoio da agência regional de comércio agropecuário, que lhe possibilitou uma parceria com uma organização não-governamental italiana para a compra de máquinas e implementos agrícolas e para cursos de formação na Itália. É uma rede de escala intercontinental. A associação Compartilha, que ficou limitada internamente, busca membros

---

[7] Vale mencionar que problematizo a questão do *ethos* camponês, ou "campesinidade", como é trabalhado por Woortmann (1990) e a forma como esse conceito é apropriado por outros autores, em Justo (2005, p.185-213).

[8] Chayanov (1974, p.34-40), por exemplo, baseia seu trabalho na compreensão da "essência" organizativa do trabalho familiar. Mas, faz a ressalva que sua teoria não tem a pretensão de aplicação universal nem de abarcar todas as formas de empreendimento camponês.

de fora do assentamento, que possuem dinheiro para produzir e pagar os custos de formação de uma associação. Constata-se, então, as nodosidades, as centralidades e as marginalidades das redes.

EX-MORADORES DE RUA E REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

É possível afirmar que o MST é uma alternativa aos moradores de rua. Porém, é preciso que essa união do Movimento com a população de rua possibilite a formação de redes para que os assentados não caiam numa situação de isolamento e na reprodução da miséria. Quando estão nas ruas, os "sem-teto" estão inseridos em redes, geralmente conectadas ao trabalho da pastoral católica. No assentamento, esse contato não perdura ou muda de caráter (voltando-se mais para financiamentos). Com as pessoas morando e produzindo em seus próprios lotes, os ex-moradores de rua sem filhos com idade para trabalhar e os homens sozinhos, em geral, carecem de braços para o roçado. Os apoios da direção do MST, da Igreja e de outros militantes podem servir para que essas pessoas cheguem ao assentamento com o potencial de formar um grupo voltado para formas de economia solidária, de acordo com a concepção de Singer (2002).

É fato que não dá para se conceber o morador de rua com potencial de ser incluído no mercado formal de trabalho, resta a ele a alternativa da economia solidária. No caso analisado, há um esforço de unir aqueles que vieram das ruas, encabeçado por Walter. Mesmo assim, alguns deles ficam isolados em seus lotes, o que lhes propicia uma situação de baixa sociabilidade e renda, em comparação com os demais assentados que possuem famílias extensas e/ou estão inseridos em grupos. Portanto, estar inserido numa rede é fundamental para se pensar o assentamento de pessoas provenientes da condição de rua. Em entrevista, um ex-morador de rua disse que era melhor estar no assentamento do que nas ruas de São Paulo, mas se soubesse que iria para uma terra "ruim", num local com tantos conflitos, ele preferiria não ter ido. Além das ambigüidades do depoimento, evidencia-se que a possibilidade de independência do sujeito passa por sentir-se conectado a algo além de seu lote. Portanto, o potencial emancipatório de assentar moradores de rua está relacionado com o fato de essa população sentir-se numa rede e não isolada. Não depende somente de possuírem, ou não, o chamado "caráter" camponês. Em parte, eles sofrem acusações de não possuírem a campesinidade.

A disputa pela campesinidade no assentamento manifesta-se na polarização entre as famílias *versus* os homens sozinhos. Se a base da campesinidade está no valor moral da família, o homem sozinho estaria destituído dela. Desde o início do assentamento, houve uma tensão entre lideranças que

não queriam homens sozinhos assentados e outras que defendiam o direito de todos permanecerem, pois a conquista da terra tinha sido conseguida em conjunto. Constata-se que uma noção de campesinidade, presente entre uma parcela dos assentados, discrimina os homens sozinhos, porque não seriam capazes de trabalhar todo o lote. A negação do *ethos* não recai diretamente sobre o ex-morador de rua, mas sobre aqueles que vivem sós.

Aqueles que vieram da rua não pertencem aos maiores grupos do assentamento. Morar num lote proporciona-lhes teto, comida, trabalho, possibilidade de (re)constituir família; mas, há uma situação de relativa pobreza material e de baixa sociabilidade. Aqueles que formaram família ou lutam para estar em grupo conseguem manter-se mais facilmente do que aqueles que se isolam. Um ex-morador de rua, que não se manteve unido à associação Compartilha, acabou deixando o assentamento em 2004. Antes do início do trabalho de campo, houve dois casos de ex-moradores de rua que viviam sozinhos e desistiram de permanecer no assentamento. Poderia ser diferente se eles fossem para a luta pela terra com uma maior correlação de forças em relação às demais famílias, se formassem um bloco mais coeso ou se tivessem representantes e apoiadores que auxiliassem na organização deles como um grupo. De certo modo, os ex-moradores de rua e os homens sozinhos são vistos no assentamento como pessoas pouco afeitas ao trabalho. As redes, para todos os assentados e, principalmente, para os ex-moradores de rua, são formas de ultrapassar o isolamento dos lotes e estar em comunicação com o mundo exterior ao assentamento para garantir aquilo que não é produzido no sítio.

O assentamento propiciou conquistas aos ex-moradores de rua: ter um pedaço de terra para morar, plantar e garantir parte da alimentação, formar ou reencontrar família, estar atado a redes e manifestar habilidades paralelas ao cultivo da terra. Porém, a alternativa solidária ao modo de produção capitalista ainda é algo incipiente entre eles. Há o interesse e o conhecimento embrionários, que podem se desenvolver. Há elementos que se aproximam da conceituação de economia solidária na associação Compartilha, na Agro União e nos semicoletivos das estufas.

Um tema central na geografia da luta pela terra é a questão do território camponês. Esse território possibilita que não haja o predomínio de relações de produção capitalista, mas não garante que se construa uma economia solidária no assentamento. Por definição, o modo de vida e de produção camponês, baseado na mão-de-obra familiar, não é capitalista. Porém, só o fato de haver terra para frutificar essa forma de produção não quer dizer que ela se tornará uma economia solidária (no sentido de socialista). É preciso que o assentamento esteja inserido na rede da economia solidária e que os grupos se voltem para a gestão democrática (ou autogestão) da produção e dos conflitos sociais para que o socialismo (ou formas de sociabilidade e de produção livre, igualitária nas decisões e eqüitativa na repartição dos

lucros) seja algo vivido desde já, nos interstícios do modo de produção capitalista. Pode-se dizer que, potencialmente, os grupos e associações de maior densidade podem atrair aqueles que estão num grupo de menor densidade, desde que não se consolide uma polarização entre os grupos. O trabalho de campo revela que a mobilidade de união e desunião entre os assentados foi maior do que a tendência à polarização entre grupos.

As redes, ao contrário das organizações, não se cristalizam, estão em permanente movimento. Então, a possibilidade de novas redes está aberta àqueles que vieram das ruas (e a todos os demais assentados). Porém, ficar fora de redes poderá significar o limite da permanência no assentamento.

Há avanços e recuos no caminho de formar as redes. Em alguns momentos, as redes são mais amplas, em outros, menos. Pode-se afirmar que há um aprendizado na vida do assentamento que envolve o voltar-se para a família, a busca de ultrapassar o núcleo familiar e formar grupos e, principalmente, encontrar a possibilidade de lidar com os conflitos não só de maneira privada e sim em instâncias públicas.

O paradigma da reprodução do campesinato pela expansão do modo de produção capitalista permite que camponês seja um personagem moderno. Portanto, o camponês reivindica a tradição da família e do território (como uma concepção espacial vertical da vida em sociedade), e também a modernidade, no sentido da crítica e da possibilidade de superação daquele modo de produção (numa concepção horizontal do espaço social). Ou seja, encontra-se, empiricamente, no campesinato um repertório de *ethos* familiar e de luta por justiça social e por um modo de vida e de produção não capitalista (quiçá socialista).

GESTÃO – JUSTIÇA ESTATAL E NÃO-ESTATAL

Quanto à hipótese de que numa fração de território, potencialmente alternativa ao modo de produção capitalista, desenvolvem-se formas de gestão pública dos conflitos sociais referentes à vida coletiva, a principal constatação é que as associações e os grupos tendem a ser os mediadores da gestão pública no assentamento. No entanto, a gestão dos conflitos vive uma tensão entre depender do Estado e buscar autonomia, o que demonstra um início de aprendizado da gestão pública como algo que é de responsabilidade de toda a comunidade. O presidente da associação Agro União, por exemplo, foi um dos organizadores das reuniões no assentamento desde 2003.

Paralelo ao potencial de gestão pública, há um percurso de conflitos que se manifestam em fofocas, brigas entre vizinhos etc. Esses conflitos estão presentes nos diferentes momentos da formação da associação Compartilha e na relação desta com os demais grupos. Os moradores estão presos a maneiras privadas de lidar com controvérsias, mas conhecem as formas

públicas de gestão do coletivo. Mais uma vez encontra-se um movimento de avanços e recuos entre gerir os conflitos de maneira pública.

JUSTIÇA ESTATAL E NÃO-ESTATAL

Foram encontradas três formas de gerir os conflitos sociais no assentamento estudado. Uma delas é a busca da arbitragem estatal (a ação civil contra os ex-coordenadores do assentamento decorrente de uma partilha de dinheiro), outra é a gestão pública restrita ao conflito específico (tentativa de venda de lote) e a gestão pública que trabalha com o apoio do Estado (venda e abandono de lote e formação de uma comissão interna para apurar irregularidades). Vale ressaltar que é relativamente comum nos conflitos pessoais entre vizinhos (briga por causa de gado que derruba cerca, por exemplo) o recurso a formas judiciais de gestão. Porém, houve somente um caso de ação judicial envolvendo o assentamento como um todo. Num momento em que não havia associações registradas (2002) e havia poucas reuniões e assembléias, a forma judicial apareceu como gestão de um conflito relativo ao coletivo.

Em dois casos de conflito em que houve gestão pública, via reuniões e formação de comissão de assentados, verificou-se a presença de instâncias democráticas, como assembléias, em que cada um tem direito a voz e voto.

A noção de coexistência de formas de justiça estatal (judiciária) e não-estatal permite interpretar que o camponês avalia quando recorrer ou não à arbitragem estatal.[9] É aí que há espaço para fortalecer formas de gestão pública do assentamento. Trazer a público as possibilidades de produção em comum e de gestão dos conflitos entre os moradores tem idas e vindas, mas é algo reivindicado pelos assentados.

A demanda por justiça estatal é relativamente recente na história do campesinato brasileiro, aparecendo com as atividades das Ligas Camponesas (anos 50 e início dos anos 60). Encontrou-se no assentamento a demanda por essa forma de justiça. No entanto, pela teoria de Black (1998) sobre o conflito social, sabe-se que a aplicação da lei é uma forma entre outras de exercer controle social. Além disso, como a lei comporta-se no espaço social realizando discriminações,[10] quando pessoas de baixo *status* social recorrem a ela, pouca ou nenhuma lei será aplicada. Então, a lei pode ser

---

[9] O caminho do uso da noção de coexistência entre justiça estatal e não estatal no universo camponês começou em Justo (2002), ao problematizar o reducionismo da violência rural e tratar do pluralismo jurídico. Em Justo e Singer (2001) foi possível analisar como a sociologia jurídica, no Brasil, tende a tratar os conflitos sociais pela perspectiva legalista.

[10] A relevância da análise sociológica de Black sobre a lei é mostrar que ela se comporta de maneira desigual e discriminatória, apesar do preceito de igualdade, porque a igualdade está no plano do “dever ser” e não do “ser”.

uma reivindicação legítima de alguns camponeses, mas ela não lhes dará a resposta esperada enquanto não houver uma mudança no espaço social do grupo. Segundo Black, o controle social apresenta uma gama variável, conforme os contextos locais, socioculturais, históricos, que inclui e ultrapassa o controle estatal, ou seja, a lei. Isto é, pode variar de acordo com diferentes estilos, do mais formal e legal ao mais informal e casual. Para se alterar o montante de lei a recair num determinado tipo de conflito social, deve-se mudar a configuração socioespacial. Assim, não haverá maior aplicação do controle social do estilo penal sem alteração no espaço social. Além disso, o autor apresenta a noção de justiça sociológica, que consiste na retirada de leis num contexto de grandes desigualdades sociais, o que contribuiria para mudar a configuração de um dado espaço social (Black, 1989). Com base nessa teoria, aponta-se para o potencial emancipatório existente na gestão pública do assentamento, que não busque necessariamente o controle social estatal.

CONCLUSÕES: AS REDES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O assentamento é uma fração de território camponês plasmado pelo conflito. As alianças, as controvérsias e os ataques são redes que configuram aquele local. As redes são formadas internamente, em alguns momentos cristalizam-se em organizações, e permitem a comunicação, a troca de informações e a obtenção de recursos externos. Na fração territorial que é o assentamento, os lotes são nós; assim, a movimentação de ataques e alianças entre os moradores formando grupos e associações é a rede que o compõe e o atravessa permitindo o fluxo com o exterior: apoios, venda, compra, financiamento e informações.

Uma das principais conclusões deste estudo é que há no assentamento a possibilidade de aprendizado da gestão democrática dos conflitos e da economia. Porém, ainda é algo incipiente. Ao construir um modo de produção solidário, os assentados podem desenvolver formas democráticas de gerir os conflitos. Ou seja, gerir publicamente os conflitos e não tratá-los como questões privadas. Há uma tendência nesse sentido, pois os moradores, por exemplo, fazem reuniões públicas e criam comissões para cuidar dos problemas do assentamento. Assim, é possível tornar isso uma prática regular e criar-se um ambiente de aprendizado de que é no espaço público que devem se resolver os conflitos e se discutir os rumos econômicos do assentamento. Porém, é preciso que as comissões, por exemplo, não façam discriminações entre os assentados, para que todos se sintam parte do processo e aprendam a ver as reuniões e assembléias como espaço de todos. Além disso, no caminho de avanços e recuos em relação à gestão pública do assentamento, os moradores precisam sentir que vale mais apostar no

espaço público do que no privado. Nesse sentido, o enfoque nos conflitos, nos micropoderes e nas redes mostrou como é possível o aprendizado de relações horizontais de gestão dos conflitos e de produção, e quais são as limitações desse processo. O aprendizado na prática de relações democráticas e solidárias de convívio e de produção é uma maneira de viver o socialismo aqui e agora e não de esperar uma mítica revolução, que inicie uma sociabilidade livre, igualitária e eqüitativa. Assim, é possível colocar um novo significado para o território camponês.

Por fim, pode-se dizer que estar inserido em redes é o potencial e a limitação para se inserir moradores de rua na luta pela terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLACK, D. *Sociological Justice*. Nova York/Londres: Editora da Universidade de Oxford, 1989.

______. *The Social Structure of Right and Wrong*. São Diego: Academic Press, 1998 [versão revisada de original de 1993].

CARVALHO, H. M. *Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais em áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.* Disponível em: <www.nead.org.br>. Acessado em dez. 2004.

CHAYANOV, A. V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nova Visão, 1974 [1925].

CHRISTOFFOLI, P. I. *O desenvolvimento de cooperativas de produção coletiva de trabalhadores rurais no capitalismo:* limites e possibilidades. Curitiba, 2000. Dissertação (Mestrado) em Administração – Setor de Ciências Sociais Aplicadas/UFPR.

D'INCAO, M. C., ROY, G. *Nós cidadãos:* aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FABRINI, J. E. *A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra*. Cascavel: Edunioeste, 2003.

FELICIANO, C. A. *O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária*. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado) em Geografia – FFLCH/USP.

FERNANDES, B. M. *MST – Formação e territorialização*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999a.

______. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro* – Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 1979-1999. São Paulo, 1999b. Tese (Doutorado) em Geografia – FFLCH/USP.

JUSTO, M. G.; SINGER, H. Sociology of Law in Brazil: a critical approach. *The American Sociologist*, v.32, n.2, verão, 2001, p.10-25.

______. *Capim na fresta do asfalto:* conflito agrário violento e justiça. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2002.

______. *"Exclulhidos":* ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado) em Geografia – FFLCH/USP.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

MARQUES, M. I. M. *De sem-terra a "posseiro", a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e*

Velha – GO. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) em Geografia – FFLCH/USP.
MIRANDA, M. E. *Análise de uma situação de conflito entre os assentados e o MST*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado) em Antropologia – FFLCH/USP.
______. *Os assentados frente aos desafios legais. Uma interpretação antropológica das relações jurídicas no assentamento de Promissão*. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado) em Antropologia – FFLCH/USP.
OLIVEIRA, A. U. *A fronteira amazônica mato-grossense:* grilagem, corrupção e violência. São Paulo, FFLCH/USP, 1997. Tese (Livre-Docência) em Geografia.
RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
SANTOS, B. S. *Crítica da razão indolente:* contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.
SCHREINER, D. F. *Entre a exclusão e a utopia. Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região sudoeste/oeste do Paraná)*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado) em História – FFLCH/USP.
SIMONETTI, M. C. L. *A longa caminhada* – a (re)construção do território camponês em Promissão. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado) em Geografia – FFLCH/USP.
SINGER, P. *Globalização e desemprego* – diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.
______. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia. O campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico/87*. Brasília: Editora da UnB, 1990.

7
As faces ocultas de um conflito: a luta pela terra em Eldorado dos Carajás

Luciana Miranda Costa

Introdução

A persistência dos conflitos agrários no Brasil nos últimos 35 anos tem chamado a atenção da sociedade brasileira e internacional para os crônicos problemas de ordem social, econômica e ambiental daí decorrentes. Trata-se de fatos amplamente divulgados pela mídia, como o caso do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, no município paraense de Altamira, região Norte do Brasil, em fevereiro de 2005.[1] Quase dez anos antes, em abril de 1996, também no Estado do Pará, dezenove integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) foram mortos pela Polícia Militar durante um protesto no qual se reivindicava reforma agrária. O episódio ficou conhecido como "O massacre dos sem-terra" e marcou a luta dos movimentos sociais no país.

Este artigo traz as principais conclusões de uma pesquisa (Costa, 1999) que teve como tema os conflitos agrários[2] e que mostra os posseiros como protagonistas de dez anos de "luta pela terra" em Eldorado dos Carajás,

[1] Sobre o assassinato mencionado e outros fatos relacionados à luta pela terra e conflitos agrários no Brasil, consultar <http://secis.mct.gov.br/index.php?action=/content/view&cod_objeto=16550>; <http://www.contag.org.br>; <http://w ww.mst.org.br>; <http://www.mda.gov.br>; <http://www.cpt.org.br>.

[2] O termo conflito é empregado neste texto com o mesmo sentido atribuído por Alfredo W. de Almeida, segundo o qual, o conflito seria o antagonismo não reconhecido, que acontece fora dos limites de uma configuração jurídico-formal. "As modalidades de confronto que comporta não seriam absorvidas por aqueles organismos de poder, porquanto consideradas de atributo dos aparelhos repressivos. O 'conflito' seria o que não se encontra sob controle" (ALMEIDA, 1989b, p.94).

município paraense localizado na região sudeste do estado. Partiu-se do discurso dos agentes sociais, e da auto-imagem criada por eles,[3] para reconstruir a rede de relações que se originou a partir do conflito nas áreas de três fazendas localizadas em Eldorado.[4] O objetivo foi motivar uma reflexão sobre a dinâmica de categorias discursivas relacionadas à luta pela terra na Amazônia, que expressam a diferenciação social entre os agentes envolvidos. Dessa forma, categorias como "velhos posseiros", "novos invasores" e "comerciantes de terra" compuseram o quadro analítico, que abordou as principais causas e conseqüências do ciclo de violência que ainda se reproduz em várias cidades paraenses.

OS INCENTIVOS FISCAIS E A MIGRAÇÃO PARA A AMAZÔNIA

A causa do aumento e agravamento dos conflitos agrários na Amazônia, que remontam principalmente à década de 1970, com a construção da rodovia Transamazônica e o asfaltamento da Belém-Brasília, está ligada ao chamado "milagre brasileiro" do governo Médici e à política agrária sintetizada na consigna de "terras sem homens, para homens sem terra".

Entre 1960 e 1970, quando já estava em prática a política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia, 35,3% das chamadas "terras novas", concentradas principalmente nessa região, originaram estabelecimentos com menos de 100 hectares e 64,7% estabelecimentos com mais de 100 hectares. Em 1975, apenas 0,2% das terras novas foram para estabelecimentos com menos de cem hectares, enquanto 99,8% foram para estabelecimentos com mais de cem hectares (75% dessa terra foi ocupada por estabelecimentos com mais de mil hectares).[5]

[3] O conceito de "imagem" só se revela operacional para definição das condições de produção e recepção da mensagem na medida que possibilita a explicitação do processo de correlação que se estabelece entre o locutor, como agente imediato do discurso, e o ouvinte, como objeto de interesse e, ao mesmo tempo, como influente nesse mesmo discurso. Portanto, uma análise das condições gerais de produção de um discurso contém dois tipos de informações a serem obtidas: as imagens mútuas sobre as quais o locutor constrói seu discurso e os atos visados com a realização do discurso (OSAKABE, 1979, p.81). O referencial teórico elaborado por autores da Semiologia dos Discursos Sociais (SDS) e da Escola Francesa de Análise do Discurso (AD), no qual se encontra o conceito de "imagem" formulado por Pêcheux, foi utilizado na composição do quadro analítico das categorias discursivas presentes neste artigo. Para um aprofundamento sobre este referencial teórico, consultar Costa (2006).

[4] Tendo como único objetivo resguardar a integridade física das pessoas que concederam entrevistas, os nomes de pessoas e propriedades não serão explicitados ou serão modificados. A medida ainda torna-se necessária em virtude das práticas de violência que persistem no estado.

[5] Conforme IBGE, Censo Agrícola de 1960; Fundação IBGE, Censo Agropecuário de 1970; Fundação IBGE, Censo Agropecuário de 1975 apud Martins, 1983, p.97.

O governo federal concedeu um desconto de 50% do imposto de renda a grandes empresas nacionais e internacionais interessadas em estender seus negócios para a Amazônia. O imposto se referia aos investimentos dessas empresas, localizados, em sua maior parte, na região Sudeste do país. A condição, conforme observou José de Sousa Martins, era de que esses recursos fossem depositados no Banco da Amazônia e, após aprovação de um projeto de investimentos pelas autoridades governamentais, fosse constituir 75% do capital de uma nova empresa, agropecuária ou industrial, na região. "Tratava-se de uma doação e não de um empréstimo", conforme concluiu o autor (Martins, 1995, p.3).

Do ano de sua criação, 1980, a junho de 1984, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), órgão subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, havia distribuído 41.367 títulos, no total de 5.038 milhões de hectares, atendendo a 15.447 famílias (Meaf, 1984 apud Almeida, 1986, p.273).

Com a chamada Operação Amazônia, em 1966, o desenvolvimento da região foi pensado pelos militares, tendo por base a pecuária de larga escala. Não obstante o fracasso do projeto poucos anos depois, o governo realizou investimentos vultosos durante quase dez anos na região, beneficiando, principalmente, grandes empresas capitalistas (Costa, 1992a, p.13).

Os custos da ocupação capitalista da Amazônia, com a política de incentivos fiscais do governo, foram divididos com toda a sociedade. Essa política direcionou-se no sentido da não-realização de uma reforma agrária de tipo distributivista, reivindicada nas pressões sociais anteriores ao Golpe Militar de 1964. O governo optou por um modelo concentracionista de propriedade, garantindo o poder político e econômico de uma importante base social de sustentação do golpe de Estado e do regime militar: os proprietários de terra e as oligarquias locais de base fundiária (Martins, 1995).

A grande controvérsia quanto à reforma agrária, antes do golpe de Estado, não era quanto a fazê-la ou não. Era quanto à forma de pagamento da terra. De um lado, os capitalistas e proprietários reivindicavam pagamento em dinheiro; de outro, os interessados na reforma distributivista queriam o pagamento em títulos da dívida pública resgatáveis a longo prazo (Martins, 1983, p.168).

Dessa forma, a opção pela pecuária por parte do governo federal, na fase posterior ao Golpe de 64, objetivou conjugar abundância de terras com escassez de trabalho e capital. Além disso, o movimento e a modernização do conjunto da agricultura brasileira dependeriam do desenvolvimento de sua "margem extensiva", ou seja, quanto menor o seu peso, maior a intensificação e a tecnificação possível em terras de colonização antiga. Buscava-se a anulação do campesinato, nas áreas antigas, por meio da modernização e tecnificação do latifúndio e, nas áreas novas, com a entrada massiva de

capital, representado, principalmente, por grandes empresas agropecuárias (Costa, 1993, p.38).

O gado é considerado, no Brasil, uma reserva de valor de bastante liquidez, o que somado aos subsídios governamentais, estimulou a presença da grande empresa pecuária na Amazônia. Almeida, referindo-se a análises realizadas pelo economista Aloísio Biondi, observa que o interesse de grupos industriais e financeiros do Centro-Sul do país em extensos domínios territoriais na Amazônia atinha-se não apenas aos benefícios creditícios e fiscais, mas também à especulação. "Entre 1972 e 1974, os preços de terra conheceram aumentos nunca inferiores a 500% e que chegaram a 10.000% conforme a região do país" (Almeida, 1989b, p.93).

A violência nos conflitos acentuou-se a partir da década de 1970. No estado do Pará, de 1964 a 1992, 397 trabalhadores rurais foram assassinados em conflitos agrários (Almeida, 1994, p.276-322). Em 1993, foram registrados mais catorze assassinatos (CPT, 1994, p.47-8) e, no ano seguinte, o número total chegou a 12.[6] Em 1995, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, morreram catorze trabalhadores (CPT, 1996, p.11). A tabela a seguir traz informações referentes ao número de assassinatos no Brasil de 1996 a 2005, mostrando que o quadro de violência não estava restrito ao Pará.

Costa, a partir de um estudo comparativo de microrregiões paraenses, concluiu que a maior freqüência de conflitos agrários se deu em áreas que receberam um elevado volume de incentivos fiscais por parte do governo federal (Costa, 1992b, p.14).

O CONFLITO EM ELDORADO E A UNIÃO DOS POSSEIROS

A história dos homens e das mulheres que chegaram, a partir de 1982, numa área próxima a Serra Pelada, a 30 quilômetros do município de Curionópolis e a 102 quilômetros de Marabá, é uma história de "briga"[7] pela terra, marcada pela violência. Eles foram ocupando uma área que hoje está localizada a 10 quilômetros do centro do município de Eldorado dos Carajás, criado em 1991, mas que, em 1982, pertencia à cidade de Marabá, no sudeste do Pará. Eldorado, ou Quilômetro 2, como também é conhecido, possui uma área de 2.931,1 km².

[6] Jornal *O Liberal* (2 nov. 1994, p.8, cad.1; 26 abr. 1994, p.3, cad.1; 17 abr. 1994, p.10, cad.1; 30 mar. 1994, p.9, cad.2); jornal *Diário do Pará* (29 out. 1994, p.11, cad.1); jornal *A Província do Pará* (2 ago. 1994, p.11, cad.1); jornal *Correio do Tocantins* (edição de 7 a 13 out. 1994); jornal *Correio Braziliense* (14 jul. 1994, p.8); documento produzido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ourilândia do Norte, assinado pelo secretário Andrelino Trindade de Jesus e reconhecido em cartório em 21 mar. 1994; CPT, 1995, p.9.

[7] Os posseiros das áreas das três fazendas pesquisadas usam o termo "briga" para designar as situações de confronto com os fazendeiros pela posse da terra.

Quadro 1: Comparativo 1996–2005

	1996	**1997**	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**
Conflitos de terra*										
Ocorrências de conflito	255	195	152	277	174	366	495	659	752	777
Ocupações	398	463	599	593	390	194	184	391	496	437
Acampamentos						65	64	285	150	90
Total conf. terra	**653**	**658**	**751**	**870**	**564**	**625**	**743**	**1.335**	**1.398**	**1.304**
Assassinatos	46	29	38	27	20	29	43	71	37	38
Pessoas envolvidas	481.490	477.105	662.590	536.220	439.805	419.165	425.780	1.127.205	965.710	803.850
Hectares	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Disponível em: <http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1263&eid=6>.

A sede do município está localizada no entroncamento das rodovias PA 150 e PA 275, esta última, estrada que dá acesso ao garimpo de Serra Pelada e de Serra Norte, sede do Projeto Grande Carajás da Companhia Vale do Rio Doce.

A população do distrito de Eldorado dos Carajás vivia sob uma espécie de "regime do terror" em 1988. Segundo depoimentos dos posseiros, a polícia só aparecia quando havia despejos e os fazendeiros, cuja principal atividade era a criação de gado, tinham o controle político da localidade e da polícia. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eldorado dos Carajás (STR) foi criado em 1991 e, até essa data, o apoio institucional que os posseiros recebiam vinha de duas entidades não-governamentais com sede em Marabá: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, e a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), que forneciam advogados nos casos de despejos e assassinatos.

SINDICALISTA DO STR DE ELDORADO

> A coisa mais horrorosa que eu já vi na minha vida foi aqui dentro desse Eldorado, que eu cheguei em 88. Eu nunca no mundo havia visto brincarem com cabeça de gente aqui, enfiada num pau, a dentadura, tudo... todo aquele negócio todinho... O que ele (fazendeiro) queria era a orelha de fulano, sicrano, beltrano. Tamanha três horas da tarde, eles (pistoleiros) atirando lá. Aquele horror de pistoleiro tudo com revólver, máquinas fortes, espingarda, atirando.[8] [sic]

As áreas das três fazendas, objeto da pesquisa, foram ocupadas gradativamente pelos posseiros a partir de 1982, quando, como constataram os próprios moradores da área em uma assembléia extraordinária convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Eldorado dos Carajás em 1993, "se acentuou a falência de Serra Pelada e aumentou a procura de terras na região".

No contexto analisado, o termo ocupar significa instalar-se em determinado lugar, tomar posse, fazer casa e iniciar uma roça, trabalhar a terra e/ou criar algumas cabeças de gado. Esse termo é usado pelos trabalhadores rurais quando eles entram em uma área particular ou pública e possui um sentido positivo, por se tratar, na maioria das vezes, de áreas consideradas improdutivas. Fazendeiros, policiais e empregados de fazendas usam o termo invasor com um sentido negativo, ou seja, da pessoa que se apropria de algo de outrem, sem permissão.

---

[8] Os grifos que se encontrarão nas citações deste texto foram feitos com o objetivo de destacar palavras, categorias ou idéias que aparecem nos depoimentos. Além disso, os grifos têm a finalidade de chamar a atenção do leitor para a construção argumentativa dos próprios agentes sociais sobre os diferentes aspectos do conflito tratados neste artigo. As citações buscarão reproduzir as falas originais dos entrevistados. Isso poderá significar algumas incorreções gramaticais, mas que não prejudicarão a compreensão do texto.

Essa briga ou conflito tornou-se parte do cotidiano dos posseiros que permaneceram na área e é também um forte elemento de união do grupo social, entendido aqui como coletividade de pessoas definidas por formas comuns de acesso aos recursos produtivos e por sua participação em relações sociais similares no processo vivido. O comportamento padronizado de indivíduos em um grupo particular deriva das circunstâncias materiais partilhadas e de uma posição comum na estrutura social. "É intrínseca a estas posições um senso mais ou menos comum dos problemas a serem resolvidos e dos objetivos a serem alcançados" (Schimink e Wood, 1993, p.13).

Um diálogo ocorrido em 1989 entre um posseiro, morador há 12 anos na área de uma das fazendas, e o então proprietário do imóvel é ilustrativo dessa briga. O diálogo foi reproduzido pelo próprio posseiro, em maio de 1995.

> Ele (fazendeiro) dizia na minha cara: Ó, cara, tu não vende, mas eu vou comprar da mão da tua mulher, da viúva.
>
> Eu digo: Compra sim, tu compra. Se ela quiser te vender. Eu mesmo não vendo de jeito nenhum. Essa terra eu adquiri para criar os meus filhos. Essa terra é a terra sonhada. O meu pai dizia que o governo *ia dar essas terras para acabar com a pobreza. E eu escutei isso e chegou esta terra.* Se você puder você toma, ou mata, mas eu não vendo a terra para o senhor, ela prestando. Eu posso vender essa terra, companheiro, se seu preço der para mim chegar em qualquer lugar e botar um meio de vida, para criar meus filhos. Mas *para mim trabalhar em serraria, trabalhar em terra dos outros, eu não vou mais.*
>
> (Fazendeiro) Não, eu só tomo do meu jeito.
>
> (Posseiro) Então pronto, eu não vendo e pronto, você dê o seu jeito. [sic]

A "terra sonhada" foi realmente prometida pelo governo federal na década de 1970, quando o presidente Médici lançou a consigna de "terras sem homens para homens sem terras", incentivando a ocupação do que era considerado o "vazio demográfico da região Amazônica". Os imigrantes vieram principalmente do Nordeste, onde os conflitos pela posse da terra preocupavam o governo militar.[9] Esse diálogo revela vários elementos importantes para a análise: os posseiros que chegaram a Eldorado no início dos anos 80 já haviam trabalhado, em sua maioria, como assalariados, geralmente em serviços mal remunerados e insalubres, como no garimpo, serrarias ou carvoarias. Eram pessoas que, de modo geral, foram criadas no campo, mas que saíram da terra natal em busca de novas terras. A maior parte dos posseiros que ocupou as áreas das três fazendas era originária do Maranhão, seguido pelo Ceará, Piauí e Bahia.

O conflito foi um dos componentes de desarticulação do grupo que se instalou nas terras das fazendas pesquisadas em 1986, pois muitos posseiros abandonaram os lotes porque não agüentaram a pressão por parte dos fa-

[9] Sobre a história dos movimentos sociais no campo, ver Medeiros, 1989.

zendeiros e da polícia, além da falta de infra-estrutura nas áreas. Ao mesmo tempo, o conflito foi um elemento de união dos posseiros que decidiram lutar pela terra e dos que se juntaram a eles em diversos momentos durante o período de dez anos.

Ao analisar os conflitos de terra na Amazônia, Almeida observa que eles passaram a representar, gradativamente, para os trabalhadores rurais, uma forma de organização e uma via para garantir o acesso às terras disponíveis e o domínio de posses já consolidadas (Almeida, 1992b, p.270). Em razão deles, os trabalhadores rurais tornaram-se interlocutores legítimos aos olhos dos organismos oficiais. "As ocorrências de conflito passaram a significar uma maneira de se relacionarem com os aparelhos de poder, cuja característica maior de intervenção refere-se a uma 'administração por crise'" (Almeida, 1989a, p.3).

OS "VELHOS POSSEIROS" E OS SEUS DIREITOS

Os "velhos posseiros" foram os posseiros que participaram dos dez anos de conflito nas áreas das três fazendas pesquisadas. O discurso da maioria dos velhos posseiros era marcado por referências à união do grupo, à luta comum para garantir a permanência na terra e aos problemas comuns, como a falta e a precariedade das estradas.

Alguns dos velhos posseiros criaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eldorado dos Carajás (STR) em 1991 e, desde então, vinham ocupando cargos na direção do sindicato. Esse fato e a estreita relação com o sindicato foram determinantes para que as categorias utilizadas no discurso desses velhos posseiros estivessem relacionadas à sua atividade no STR. Também era um discurso pela legalidade, no sentido de que suas ações estariam dentro da lei, de acordo com a Justiça. Ao contrário das ações do fazendeiro.

Sindicalista do STR de Eldorado:

> É muita gente que olha pra gente com cara ruim, esse povo daqui, o funcionário rico, o fazendeiro. Que quando é sindicalista, fecham logo a cara. A gente não se importa, vai passando. E eu sempre passo pelos pistoleiros e também falo bom dia, boa tarde e vou me embora na minha passagem. Eles, graças a Deus, me respeitam bem, mas é o seguinte*: a gente respeita pra poder ser respeitado. Mas a gente também tem que olhar para eles assim como quem tá com coragem, pode até não tá com coragem, mas tem que olhar como quem tá com coragem*. [sic]

Em um estudo de 1985, José de Sousa Martins observou como uma das características do posseiro (conforme definição do autor: "ocupante de terra sem título legal") a legalidade de suas ações. "É muito pouco provável que invadam a terra em que há sinal de trabalho, portanto, de ocupação,

ou que invadam uma terra que, com certeza, tem proprietário" (Martins, 1985, p.95).

Alguns dos velhos posseiros não assumiram cargos no STR de Eldorado e raramente participaram de reuniões ou assembléias. No entanto, em virtude dos constantes conflitos com os fazendeiros, eles sempre estiveram em contato com o STR e os sindicalistas. No discurso dos velhos posseiros não ligados diretamente ao STR, também apareciam categorias usadas pelos sindicalistas.

A diferença estava, principalmente, no fato de que no discurso dos sindicalistas havia sempre um forte apelo à legalidade de suas ações, sempre autodenominadas não-violentas e referentes às soluções para os conflitos intermediadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pela Justiça. No discurso dos velhos posseiros não ligados ao sindicato diretamente, embora também se fizesse referência à Justiça como instância onde se resolveriam os conflitos, a violência aparecia como um "instrumento de luta", que deveria ser usado pelos posseiros sempre que necessário.

Quanto maior era o tempo de permanência de um posseiro em uma determinada área, mais ele a considerava um "direito seu", que acreditava ser reconhecido pelo Incra, pela sociedade e pela Justiça. O direito aparecia como uma forma de representação e relação dos posseiros com a sociedade, o reconhecimento da condição de cidadão. Esse discurso dos posseiros de caráter legalista, sempre fazendo referência a um direito adquirido, está amparado pela Constituição, segundo a qual o posseiro que viver e trabalhar na terra durante mais de um ano e um dia deve ser indenizado pelas benfeitorias realizadas. Isso acontece se o posseiro tiver de deixar a terra, como no caso, por exemplo, de um mandado de reintegração de posse.

Os "novos invasores", por sua vez, não construíam uma auto-imagem que eles quisessem transmitir para a sociedade. Eles mantinham-se afastados de funções no STR que pudessem identificá-los perante a maioria dos interlocutores. No entanto, suas ações marcadas pelo uso da violência eram conhecidas, mas geralmente eram atribuídas pela polícia e pelos fazendeiros aos sindicalistas do STR de Eldorado.

O ANONIMATO E A AUTO-IMAGEM DOS "NOVOS INVASORES"

Os "novos invasores", assim denominados pelos velhos posseiros, não participavam de negociações com o Incra ou com fazendeiros. A intenção inicial desses posseiros foi vingar a morte de um sindicalista assassinado por pistoleiros, em 1993, e matar o fazendeiro tido como mandante do crime. Além disso, eles queriam "acabar" com os pistoleiros que estavam "perseguindo" os velhos posseiros e os demais sindicalistas de Eldorado.

Novo invasor*:*

> Se nós tivéssemos, *o primeiro contato era matar. Nós [novos invasores] não tivemos contato com ninguém não.* Nós nunca tivemos conversa com nenhum fazendeiro. O que nós fazíamos era que eu chegava aqui (em Eldorado) e ficava por aí no escuro ou escondido. O *cara mostrava: "É aquele lá*". Daqui, nós já íamos esperar o fazendeiro lá na ponte, na beira do capim ou na estrada, onde fosse e pronto. *Não tinha mais conversa. Só isso.* [sic]

Os novos invasores, que já haviam assumido função semelhante em outros conflitos, chegavam à cidade sozinhos, discretamente, e ficavam por pouco tempo. Eles somente ocuparam terras na área de uma das fazendas pesquisadas quando ela foi completamente destruída e o fazendeiro se afastou definitivamente. Eles eram pessoas "sem identidade", sem uma imagem para a sociedade, pois não eram conhecidos. Pelo fato de também trabalharem na terra com a ajuda da família, eram posseiros. "Que tudo que a gente fazia ninguém sabia, pros outros, a gente não tinha nome, não tinha endereço, não tinha nada."

A imprensa raramente tem acesso aos novos invasores, porque eles atuam como uma espécie de "polícia e justiça dos demais posseiros". Eles não dão entrevistas, não assumem cargos no STR e levam com suas famílias uma vida reservada, isto é, raramente participam de reuniões sociais (como festas e conversas em bares).

Novo invasor:

> Porque muitas vezes é o seguinte: quando a gente entra numa terra, tem aqueles medrosinhos; é, aqueles que ganham nas costas dos outros. Ele fica na rua bebendo cachaça, negociando no meio de pote. Agora quem enfrenta no mato, enfrenta dureza, você não vê ele não. Ele não bebe cachaça, você não vê ele em festa, não vê. Agora o bobão só na rua, aí o pessoal: PÁ! Mata aquele. Ele (o fazendeiro) tenta negociar pra isso. Antes do confronto muito grande eu, principalmente, acredito que esse negócio de negociação é um ponto de organização, de amassação [sic], pra pegar a gente mais fácil. Pra conhecer quem é o mais duro, o mais experiente... [sic]

No depoimento acima, o novo invasor reproduz a imagem que ele tem dele mesmo: alguém que enfrenta dureza no mato, que não se embriaga e não é conhecido. Ao mesmo tempo, ele vai criticar a postura de alguns posseiros que mantinham relações de tipo informal com o fazendeiro ou seus representantes ("negociando no meio do pote"). Ele recrimina as atitudes dos posseiros que não encaram o conflito como uma situação em que as posições são antagônicas e, por isso, na qual a negociação não seria possível. Os novos invasores cumpriram a função de "justiceiros" durante a destruição e ocupação de uma das fazendas em 1994.

Almeida explicita, recorrendo a Barrington Moore Jr., que a existência de atos de justiça por parte dos próprios camponeses está relacionada à ausência

de solução para seus problemas por parte do poder público instituído. Os significados dessas diferentes ações compreendem uma "reafirmação da dignidade e do valor humano após a injúria e o dano que lhes ameaçam a identidade e a sua própria reprodução" (Moore, p.38 apud Almeida, 1992a, p.4). Prossegue o primeiro autor: "Inexistindo autoridade judiciária para fornecer soluções, tais atos de justiça funcionam no sentido de igualar as coisas" e afirmar seus direitos (Almeida, 1992a, p.4).

Novo invasor:

> Quando nós viemos pra cá, tinha esse conflito aqui e nós já tínhamos vencido a batalha lá no Varzão e a gente tinha sofrido muito. Eu não achei ruim aquele sofrimento, nem risco de vida pra mim, coisa e coisa, porque eu fui criado sofrendo mesmo. Até hoje eu não conheci vida boa, aquilo pra mim vida é uma só, eu não tenho melhora, eu não conheço o que é bom, nem o que é ruim, pra mim não tem desvio nenhum. Aí esse povo (fazendeiro e seus pistoleiros) encomendava mesmo, matava gente direto, aí ele [sindicalista assassinado] morreu, aí viemos enfrentar. [sic]

No depoimento acima, o novo invasor explicava a causa de sua opção em participar de conflitos agrários em diversas áreas. A argumentação dele é direcionada para uma "solidariedade" em relação aos posseiros, que ele considerava pessoas que respeitavam e ajudavam aos demais posseiros. O conflito com o fazendeiro é visto como uma "batalha", na qual ele se coloca como uma espécie de soldado que cumpre seu dever. Um dever encarado como uma sina ("aquilo pra mim vida é uma só, não tem melhora") e sob esse aspecto, quase "natural". O fato de cumprir uma função social necessária ao grupo, como uma espécie de justiceiro, vai provocar, em relação a uma parte do grupo, o "reconhecimento" e o respeito que ele almejava.

Tornar-se um justiceiro é uma forma de ocupar um lugar dentro do grupo social. Embora sua existência, como indivíduo portador de um nome próprio, seja desconhecida para a maioria das pessoas, suas ações e conseqüências não o são. Ele se torna dessa maneira "útil" ao grupo com o qual convive.

Ao examinar os "atos de justiça sumária" praticados por camponeses e índios, Almeida conclui que não se pode afirmar que sejam próprios de uma fase pré-sindical ou mesmo pré-política. "Mesmo com a criação difusa dos STRs, essas noções de justiça e essas formas de organização mantém sua eficácia. Para além da sindicalização, os camponeses continuam vivendo situações em que as relações conflituosas são mediadas pela força" (Almeida, 1989b, p.12).

Na citação abaixo, de um sindicalista do STR de Eldorado, é descrita uma tocaia armada contra um fazendeiro. A estratégia é a mesma utilizada em conflitos agrários nos quais uma solução legal não se mostra justa ou viável do ponto de vista dos posseiros.

> Quando nós [velhos posseiros] cuidamos que não, ele [fazendeiro] já estava adiantando a cerca dele, pra tomar isso aqui nosso. E aí a briga foi aumentando e nós fomos esquentando, e nós íamos pra Justiça e nós perdíamos, nós voltávamos pra área, nós voltávamos pra Justiça, nós tornávamos a perder, que tal? E aí nós começamos a atirar em gado pra ver se chegava a uma conclusão. Até que um dia ele foi lá ver, armado. Aí quando chegou lá, a turma [novos invasores] estava esperando. Quando eles [fazendeiro e seus três empregados] viram que estavam cercados, diz que este *homem* fora do carro com duas 65 na mão, atirando à toa pensando que eles corriam, não sabe? E eles atirando nele só no nível. Ele [fazendeiro] atirando sem falhar momento: Tá Tá Tá! Uma na mão e outra na outra. E a turma atirando tudo entocado, né? Até que ele foi fracassando e caiu. Os pistoleiros sumiram tudo, aquilo lá foi de um jeito que eles destruíram tudo. [sic]

A expressão "andar com a cerca" ou "adiantar a cerca" está relacionada a uma prática de apropriação indébita de terras públicas e privadas. No caso mencionado acima, tratou-se de uma área particular, mas o fato mais comum, comprovado pelo Incra e denunciado por entidades como a CPT, refere-se à apropriação de terras devolutas limítrofes a fazendas particulares, que são regularizadas em cartórios por meio de títulos fraudulentos.

As cercas das fazendas são afastadas para anexar terras da União à propriedade original. Para que o título falso adquira a aparência de envelhecido, os falsificadores colocam o papel dentro de uma gaveta com um grilo. O contato com o inseto, que come as bordas do papel e altera sua coloração para o amarelo, causa o efeito desejado. Foi em virtude dessa prática que surgiu o termo "grileiro".

José de Souza Martins define grileiro como uma figura que se tornou muito comum na história rural brasileira nos últimos cem anos, como o homem que se apossa de uma terra que não é sua, sabendo que não tem direito a ela e "através de meios escusos, suborno e falsificação de documentos, obtém finalmente os papéis oficiais que o habilitam a vender a terra a fazendeiros e empresários" (Martins, 1983, p.103).

Assim como os novos invasores, o fazendeiro também não acreditava em uma solução legal e ágil para os conflitos fundiários, embora por razões diferentes. Para ele, os juízes eram "petistas" (simpatizantes ou filiados ao Partido dos Trabalhadores), o que significava que sempre dariam razão para os posseiros.

Fazendeira:

> Olha, de início, a primeira reação sempre é a revolta, entendeu? Aí de repente você toma consciência de que você não está batendo de frente só com o posseiro, você está batendo de frente com uma Justiça que não te ajuda, que é morosa, não te ampara em porcaria nenhuma. Aí já vem a terceira fase que é a da indignação. Então são três fases que culminam no abandono, entendeste? [sic]

Sindicalista do STR de Eldorado: "Os posseiros começaram a se revoltar, a Justiça não resolvia, as autoridades hoje não garantem aquilo que a lei diz que é pra fazer, né?".

Almeida já havia observado que a crítica à "morosidade" da Justiça é usada por fazendeiros, empresas do sul, madeireiros e mineradoras, como forma de justificar a ação da força (pistoleiros e métodos de coerção) contra os camponeses. "A celeridade da resolução que objetivam pressupõe, no mais das vezes, a 'eficiência' pela utilização da força, mesmo que violando dispositivos legais" (Almeida, 1992b).

Nos dois depoimentos acima aparece a incredulidade de posseiros e fazendeiros em relação à aplicabilidade das leis; elas não estariam atendendo aos seus interesses. Esse argumento geralmente é seguido por um discurso que justifica atitudes de "caráter autônomo", ou seja, fora do conhecimento e da interferência de órgãos públicos. Entre essas atitudes, o uso da violência é a mais comum. A violência é usada, por exemplo, por meio de pistoleiros, para retirar posseiros de uma determinada fazenda. Também é usada pelos posseiros para "afugentar" fazendeiros e pistoleiros de uma área de conflito.

Não se entrará aqui em uma discussão mais ampla sobre as causas da "morosidade da Justiça". Parte-se do princípio de que ela realmente existe e que os diversos agentes procuram determinar suas ações no conflito, tendo por base esse fato. Em se tratando dos posseiros, apesar das iniciativas de "justiça autônoma", geralmente pelo uso da violência, eles levam uma grande desvantagem do ponto de vista econômico e técnico em relação aos fazendeiros. Estes últimos contam com a possibilidade de comprar armas e contratar pistoleiros sem que isso interfira sobremaneira no orçamento doméstico. Além disso, os fazendeiros podem contar também com o apoio da polícia, como se verá a seguir.

A IMAGEM NEGATIVA DA POLÍCIA PARA POSSEIROS E FAZENDEIROS

A imagem que os sindicalistas do STR e os demais posseiros tinham da polícia era negativa. Ela sempre aparecia nos discursos como patrocinada pelos fazendeiros, uma espécie de milícia privada. Para os fazendeiros, por sua vez, a polícia era "cara" e necessária. A polícia é responsável pelo cumprimento de um mandado de reintegração de posse. No entanto, apenas a ordem judicial, segundo os fazendeiros, não é suficiente. A ação policial tinha que ser bancada pelo fazendeiro, pois a própria polícia não dispõe de recursos financeiros para garantir transporte e alimentação para os policiais durante o despejo.

O fato de o fazendeiro arcar com as despesas, o tornava uma espécie de "comandante indireto" da operação, que podia instruir os policiais para que os posseiros não retornassem à área, para que suas casas fossem queimadas e seus pertences destruídos, além de serem humilhados. Algumas vezes, para garantir que isso ocorresse, empregados dos fazendeiros acompanharam os despejos nas áreas das três fazendas.

Fazendeiro:

> Cada vez que você leva a polícia lá, você tem que dar dinheiro do soldado ao capitão, que é para poder correr tudo bem, senão eles não saem lá do quartel, então é um gasto muito grande. Eles já estão acostumados com isso. A polícia, na primeira reintegração de posse que nós tivemos nas nossas fazendas, eles foram, brigaram e tal. Quando foi com vinte dias a fazenda estava invadida de novo. Na segunda vez nós não conseguimos assim mais um soldado, um daqueles pé duro, soldado mesmo, para ir na fazenda. [sic]

O pagamento de alimentação e transporte, além de uma "gratificação" pelos serviços prestados pelos policiais, era considerado normal pelo fazendeiro ("eles estão acostumados com isso"). Esse pagamento fazia parte das ações do fazendeiro, após conseguir da Justiça um mandado de reintegração de posse. A primeira ação seria "botar pistoleiros", tão logo chegasse a notícia de que a fazenda seria invadida. A segunda seria pagar a polícia. A imagem que o fazendeiro tinha da polícia era a de uma instituição ineficiente, que estaria ao seu dispor, mas que teria que ser sustentada para agir, por isso era considerada cara.

Fazendeiro:

> Quando o fazendeiro consegue a reintegração de posse, a polícia chega e não tem dó, mete o pau, bate, mata... porque ela tem que tirar eles (os posseiros) lá de dentro. O fazendeiro, por exemplo, o primeiro impacto dele quando há uma invasão é o quê? É botar pistoleiro pra tentar conter a invasão. Isso aí qualquer um bota. Porque o posseiro quando entra na tua fazenda, ele não entra desarmado, entra com armamento pesado. Mas é o problema do posseiro dizer que a polícia é comprada, mas é porque eles (a polícia) chegam e tiram. Impõem a lei. Então o posseiro não gosta da policia por causa disso, mas não é que a gente paga pra bater. A gente paga pra poder ir, senão fica aquela: Ah, não sei o que, eu vou, eu não vou, vou hoje, vou amanhã, porque ele é obrigado a cumprir. Então, ali no meio da confusão se houver uma troca de tiros ou vai matar ou vai morrer. [sic]

Como o fato de "botar pistoleiros" adquiriu uma conotação negativa no discurso da imprensa, depois que entidades como a CPT denunciaram a prática de violência contra os trabalhadores rurais, o fazendeiro vai procurar justificar essa ação como uma ação de um grupo social ("o fazendeiro bota pistoleiro...") e uma ação legítima, de quem defende o que é seu, como se verá também no depoimento a seguir. Ao mesmo tempo, passará a imagem dos posseiros como a de um grupo fortemente armado que quer ganhar a terra sem trabalho, e que, portanto, precisa ser retirado por pistoleiros e pela polícia ("entra com armamento pesado").

Fazendeiro:

> Mas por que o fazendeiro faz isso? Porque ele está defendendo o que é dele, o que ele suou, o que ele trabalhou, o que vem fazendo há anos e anos e anos. É dele, pô! Vai chegar um cabra e vai entrar na maior e dizer: Eu vou entrar. Não é seu,

> porra! Vai trabalhar! Que culpa eu tenho se tu é pobre, Azar teu se a vida não te deu a sorte para você enrricar, o problema é seu! Agora, porque tu é pobre e eu sou rico, que tu vai entrar na minha fazenda? É por isso que de uma maneira generalizada todo fazendeiro faz isso. [sic]

Os posseiros das três áreas da pesquisa não eram vistos como interlocutores pelos fazendeiros ou pela polícia ("o problema é seu!"). Não eram consultados e nem chamados para negociar, foram expulsos com métodos violentos das terras que ocupavam. Os posseiros passaram a ser chamados a negociar quando eles também usaram métodos violentos. O discurso refletiu e foi um elemento de construção e direcionamento dessas práticas sociais. Os antagonismos estiveram também presentes, portanto, na luta de sentidos que se travou no campo discursivo. As duas próximas categorias apontam para essas diferenças.

O "CABEÇA DE GRILO" E OS "COMERCIANTES DE TERRA"

O "cabeça de grilo", para fazendeiros, Incra e polícia, era o organizador das invasões de fazendas, responsável por formar um grupo, conduzi-lo e orientá-lo antes e durante a invasão. O cabeça de grilo também seria a pessoa que lucrava com a invasão, quer se tratasse da venda de madeira ou de gado roubado.

Fazendeiro:

> Da mesma maneira como eles acalmam os posseiros, esses são os grileiros, eu considero chefes, chefes de sindicato de grileiros. A cúpula do sindicato tem aquela equipe que, vamos dizer, se ele quer invadir aquele terreno, aquela cúpula traz um monte de gente. É chamado de "isca", que eles entram junto com um monte de gente pra fazer número, mas eles que são os cabeças. [sic]

O STR é colocado pelo fazendeiro como um "sindicato de grileiros" e, portanto, como uma instituição ilegítima. Sob essa ótica, o sindicato passa de um órgão de representação dos trabalhadores rurais para um órgão de organização das ações de ladrões, que seriam os grileiros. O "isca" aparece como o grupo maior de pessoas que entram na terra.

Os posseiros usavam o termo cabeça de grilo também com um sentido negativo, mas sempre atribuindo a organização da invasão aos que eles chamavam "comerciantes de terra", sem nenhuma ligação com o STR. Para os posseiros, um comerciante de terra poderia ser um cabeça de grilo, mas isso não significava que todos os comerciantes de terra fossem cabeças de grilo. Esses comerciantes eram, na maioria das vezes, ex-posseiros que passaram a revender lotes de terras em áreas de assentamentos do Incra ou onde tivesse havido uma invasão.

Velho posseiro:

> Já tinham vendido suas terras e compraram, cada um, um pedaço no pasto, compraram baratinho e a sobra compraram boi. Botaram dentro, mas aí iam vender lá pro fazendeiro, vendia caro e aí ia pra outro lugar, comprava outra baratinho e tornava comprar outro gado, era assim que eles queriam crescer, era assim, em cima da especulação da terra. [sic]

No depoimento acima, o sindicalista reprova a atitude do comerciante de terra, igualando-a a de um latifundiário, que também não produz na terra, mas se beneficia com a especulação. Os sindicalistas e posseiros das três áreas tinham uma explicação para o fato de serem chamados de cabeça de grilo pelos fazendeiros. Essa imagem de cabeças de grilo que os fazendeiros relacionam aos sindicalistas seria, para eles, uma maneira de descaracterizar o trabalho de assistência jurídica e trabalhista que vem sendo prestado aos posseiros pelo sindicato.

Velho posseiro:

> O trabalhador que não morria, vivia de escravo até morrer dentro dessas fazendas por aí tudo. Quando tentava fugir, eles vinham atrás e matavam. Hoje, se eles tentam matar um trabalhador, o trabalhador foge, vai para o sindicato, vai pra Belém. Então tem essa assistência. E outra assistência maior que nós já temos, de uns políticos do partido PT, que ajudam demais. De 80 pra cá, toda fazenda tem que pagar o trabalhador, é de hora em hora, tem que pagar ele tudo certinho. E se for pra pagar, a renda da fazenda não dá. Então por isso que eles têm raiva de nós, que hoje o posseiro misturou no meio. Então nós não somos um escravo mais. Eles (fazendeiros) dizem que o errado tudo somos nós, se defendendo dessa maneira. [sic]

Os posseiros "se misturaram no meio", como aparece no depoimento acima, significa que eles passaram a ter uma representação institucional com a criação dos STRs e o apoio de ONGs e da Igreja Católica. O conhecimento de seus direitos trabalhistas se tornou mais acessível com o sindicato, além da possibilidade de fugir das fazendas e de denunciar irregularidades ou arbitrariedades. Ao explicitar essa mudança que pôde ser sentida a partir de 1980, o autor do depoimento acima contrapõe a imagem de "escravo" que ele tinha sobre o trabalhador rural, a uma nova imagem de um trabalhador com direitos que podem ser exigidos. Não se trata mais de um trabalhador marginalizado, mas de um trabalhador com respaldo institucional e político.

O ENVOLVIMENTO DAS MADEIREIRAS NAS INVASÕES

As madeireiras eram vistas positivamente pela maioria dos posseiros das áreas das três fazendas, principalmente quando se tratava de entrar em uma área nova. Geralmente são as madeireiras que abrem as estradas permitindo

o acesso às áreas distantes. Os caminhões das madeireiras dão carona aos posseiros com seus produtos e também carregam pessoas doentes. Logo que os posseiros se instalam em uma nova terra, via de regra, é a venda da madeira que vai garantir o sustento da família até a primeira colheita.

Novo invasor:

> Eles levantam essa coisa, essa calúnia junto do posseiro: que ele tá destruindo as matas porque vende a madeira. Mas é o seguinte: o Incra não faz a estrada, a prefeitura não faz um palmo de estrada e o madeireiro não tira a madeira voando não, ele abre estrada. A mata virgem se o posseiro entra hoje, ele não tem dinheiro pra comprar uma caixinha de óleo, ele não tem dinheiro pra comprar uma comida, então o madeireiro serve. E o madeireiro só leva a madeira que serve pra serrar, né? Aquela outra madeira ele deixa. E o fazendeiro não, ele leva é tudo, ali vira um deserto, ele leva tudo pra fazer pastagem. [sic]

Ao falar da "calúnia" que é levantada contra os posseiros, o posseiro do depoimento acima estava negando que o desmatamento que vem ocorrendo na região seja de responsabilidade dos posseiros, em acordo com os madeireiros. O desmatamento seria causado pelos fazendeiros ("ele leva tudo pra fazer pastagem"). Esse discurso que vê nos posseiros os culpados pelo desmatamento é usado constantemente por fazendeiros, madeireiras e imprensa. É um discurso que tenta passar a imagem dos posseiros para o restante da sociedade como de "destruidores do meio ambiente", "destruidores da floresta" ou "povo atrasado e rudimentar".[10]

A principal vítima das invasões nas quais estão envolvidas madeireiras é, de acordo com os depoimentos dos fazendeiros, o "médio fazendeiro". Eles teriam propriedades entre 3 e 10 mil hectares e possuiriam entre 10 e 15 mil cabeças de gado. Os motivos dessas invasões seriam o reduzido número de empregados, as reservas de floresta e a maior facilidade para desapropriações junto ao Incra. Além disso, após uma invasão, seria o médio fazendeiro, em oposição ao "grande fazendeiro", o maior prejudicado em relação à morosidade das decisões judiciais e ao cumprimento dessas decisões pela polícia.

A procuradoria do Incra no Pará apontava como principal causa das invasões de terra por parte de grupos de trabalhadores rurais de tamanho médio[11] a localização favorável das fazendas nas proximidades de estradas e a existência de reserva florestal.

---

[10] Sobre a imagem dos agricultores familiares como causadores de problemas ambientais, consultar Costa (2006).

[11] Não se trata, portanto, das invasões organizadas pelo MST, que se caracterizam pela entrada de um número bem maior de trabalhadores rurais, variando entre quinhentas e 2 mil famílias. As invasões do MST são, muitas vezes, anunciadas com antecedência à imprensa e ao Incra, como forma de pressionar o órgão governamental a tomar providências no sentido de viabilizar a desapropriação da área e evitar o uso de violência por parte dos proprietários, que evitam fazê-lo sob os holofotes da imprensa.

Fazendeiro:

> Nós conseguimos uma reintegração de posse numa outra fazenda que nós tínhamos. Nós brigamos, brigamos, brigamos. Aí os invasores saíram. Conseguimos mais outra. Mas vai ficando uma coisa tão desgastante, porque é gasto excessivo, você tem que colocar pistoleiro pra tomar conta da fazenda e pagar advogado. É uma briga contra posseiro. Aí a gente já não tem mais ânimo, que a polícia vai e limpa, sai e eles voltam, a polícia volta, e fica esse vai e vem. Você perde o ânimo de investir, de jogar mais dinheiro ali dentro. Pra vender ela já fica uma terra taxada, desvaloriza completamente a terra. [sic]

Os médios fazendeiros, ao contrário de grandes grupos econômicos do sul do país que possuem imensas extensões de terra na Amazônia, geralmente vivem em suas fazendas e, apesar de terem gerentes, são os responsáveis pela sua administração. Na maioria dos casos, não possuem a terra apenas como uma fonte de recursos especulativos, investem na terra porque vivem nela com sua família. Os recursos gerados, na maior parte das vezes, são reinvestidos na fazenda e se concentram no estado do Pará. No depoimento acima, o fazendeiro vai procurar enfatizar o aspecto econômico das invasões ("você perde o ânimo de investir") como forma de reforçar seu argumento sobre a "necessidade" de o Estado garantir segurança às médias fazendas.

Segundo dados da superintendência do Incra no Pará, na região sul do estado predominavam fazendas de grande porte, acima de 10 mil hectares, cuja administração, na maioria dos casos, ficava a cargo de gerentes. As invasões organizadas por madeireiras ou grupos interessados em roubar gado são direcionadas, geralmente, para onde existe a junção de dois fatores: a resistência é menor e a terra, o gado ou a madeira interessam ao grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar as relações sociais dos agentes envolvidos em uma situação de conflito agrário em Eldorado dos Carajás, durante um período de dez anos (1986-1996). Buscou-se avaliar nesta rede de relações sociais, na qual as forças no campo político iam se alterando conforme o surgimento de novos personagens ou o reposicionamento dos que já estavam em cena, as mudanças que foram representadas na heterogeneidade do discurso sobre a violência no campo. Dessa forma, o discurso foi tomado como um lugar de elaboração de experiências, que poderiam contribuir para uma reorientação das práticas sociais. Para isso, foram introduzidas e apresentadas categorias representativas da atuação desses agentes durante as diferentes etapas que marcaram o período de "luta pela terra".

Os denominados velhos posseiros, por exemplo, foram os primeiros a chegar às áreas das três fazendas pesquisadas e permaneceram em seus

lotes de terra durante o conflito. Eles construíram sua imagem como a de trabalhadores que precisavam da terra para trabalhar, pessoas pacíficas que buscavam soluções para seus problemas junto à Justiça, sentindo-se vitoriosos por terem "conquistado" a terra após a disputa com o fazendeiro. O discurso dos velhos posseiros era predominantemente um discurso de caráter legalista e contra o uso da violência para a solução dos conflitos.

Os novos invasores, que destruíram e ocuparam a sede de uma das fazendas a partir de 1994, eram chamados dessa forma pelos velhos posseiros porque chegaram depois dos posseiros mais antigos e pelo fato de que eles também "invadiram", ou seja, "ocuparam" as terras. A imagem que os novos invasores construíam deles mesmos era a de homens corajosos, descrentes em relação à Justiça e às negociações com os fazendeiros, e adeptos de soluções pragmáticas para os conflitos, que passavam diretamente pelo uso da violência.

Os fazendeiros, por sua vez, se colocavam como trabalhadores que tiveram que se empenhar muitos anos para construir o seu patrimônio. A imagem que os posseiros tinham dos fazendeiros era a de homens poderosos, influentes no meio político, que agiam ilegalmente porque podiam comprar a polícia e as autoridades. Esse jogo de imagens permitiu perceber a consolidação das diferenças entre os dois principais agentes do conflito: os fazendeiros e os posseiros. A apropriação que eles faziam de categorias que eram representadas pelas mesmas palavras, como invasor ou cabeça de grilo, davam a elas significados muitas vezes antagônicos.

Para os posseiros, os cabeças de grilo eram pessoas que organizavam "invasões" em terras particulares para retirar a madeira ou roubar gado. O termo estava diretamente relacionado aos comerciantes de terra. Já para o fazendeiro e a polícia, os cabeças de grilo eram sindicalistas ou lideranças entre os posseiros, que estariam ligadas a madeireiros e ladrões de gado, e que teriam uma grande influência entre os posseiros.

O "conflito" apareceu como um dos elementos visíveis de uma luta travada na esfera política entre os diversos agentes, e que significou, em alguns momentos, o reconhecimento dos direitos dos posseiros à sua cidadania e, em outros, a reafirmação do esquema de dominação política e econômica de fazendeiros e madeireiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. *A guerra dos mapas*. Belém: Falangola, 1994.

______. *Terra, conflito e cidadania*. Baseado em apresentação oral durante sessão do Tribunal Permanente dos Povos. Paris, 1992a. 46p. (Mimeogr.).

______. O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. In: PHILIPPE, L.; OLIVEIRA, A. (Orgs.). *Amazônia:* a fronteira agrícola vinte anos depois. 2.ed. Belém: CEJUP/Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992b.

______. *Os movimentos camponeses e os conflitos sociais na Amazônia*. Rio de Janeiro, 1989a. (Mimeogr.).

______. O movimento sindical dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia (1988-1990). *Revista Pará Agrário (Belém)*, Idesp, n.6-7, p.90-100, dez./89-jan./90, 1989b.

______. *Estrutura fundiária e expansão camponesa*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, F. A. Novos paradigmas e realidade brasileira. In: XIMENES, T. (Org.). *VI Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste*. Belém: UFPA/Naea, 1993.

______. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. Belém: Sepeq/Naea/UFPA, 1992a.

______. Estrutura fundiária, modos de produção e meio ambiente na Amazônia. In: OLIVEIRA, N. P. (Org.). *Comunidades rurais, conflitos agrários e pobreza*. Belém: Editora da UFPA, 1992b.

COSTA, L. M. *Comunicação e meio ambiente:* a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia. Belém: NAEA/Editora da UFPA, 2006.

______. *Discurso e conflito: dez anos de disputa pela terra em Eldorado dos Carajás*. Belém: NAEA/Editora da UFPA, 1999.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo Brasil 95*. Goiânia: CPT, 1996.

______. *Conflitos no campo Brasil 94*. Goiânia: CPT, 1995.

______. *Conflitos no campo Brasil 93*. Goiânia: CPT, 1994.

MARTINS, J. S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP (São Paulo)*, v.6, n.1-2, jun., 1995.

______. *A militarização da questão agrária no Brasil*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

______. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

______. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso:* uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

SCHIMINK, M.; WOOD, C. *Contested Frontier in Amazon*. Nova York/Columbia: University Press, 1993.

Obras recomendadas para leitura

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem:* problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BECKER, B. K. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafios do presente. *Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia*. Brasília: MMA, 2001.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas:* o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.

FAJARDO, E. *Em julgamento a violência no campo*. Petrópolis: Vozes, 1988.

HOMMA, A. K. O. *História da agricultura na Amazônia:* da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

MEDEIROS, L. S. *Assentamentos rurais:* uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.

8
Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da "igualdade de gênero"*

Maria Ignez S. Paulilo

INTRODUÇÃO

A categoria "trabalho", seja ele remunerado ou não, sempre se mostrou relevante para o pensamento feminista. Considerar trabalho as inúmeras atividades desenvolvidas pela mulher no lar e nas pequenas propriedades agrícolas foi uma forma de torná-las visíveis e mais valorizadas. Quanto ao trabalho remunerado, ele foi considerado fundamental, pois em uma sociedade em que quase tudo se compra, o acesso da mulher a alguma forma de renda própria poderia torná-la mais independente do marido e mais participante nas decisões que envolvem tanto o grupo doméstico como a sociedade mais ampla. Quatro décadas de feminismo não diminuíram a importância dessa categoria. É ela que está no cerne de uma das principais conquistas dos movimentos de mulheres agricultoras que, junto com outros movimentos sociais ligados ao campo, lutou para que as esposas envolvidas na produção agrícola familiar fossem consideradas "produtoras rurais" e não "do lar".

Na década de 1970, por influência do marxismo, houve uma preocupação acentuada em se diferenciar "trabalho produtivo" de "trabalho improdutivo", referindo-se o primeiro às atividades que produzissem mais-valia, o que daria ao trabalho doméstico a classificação de improdutivo. Apesar das críticas à exploração capitalista do trabalho remunerado, a conquista, por

* Esta é uma versão revista e ampliada do artigo publicado com o título "Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio". In: PAULILO e SCHMIDT (Orgs.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

meio dele, da independência feminina e da possibilidade de participar na transformação da sociedade foi uma constante do pensamento feminista, embora nem sempre tenha sido fácil analisar situações concretas sem abalar esse pressuposto.

As atividades femininas remuneradas trouxeram consigo a questão da dupla jornada de trabalho. Labutando dentro e fora de casa, que tempo e energia sobrariam à mulher para refletir sobre suas condições de vida? Gonçalves (1989), em seu estudo sobre mulheres trabalhadoras em Joinville/SC, partiu da hipótese de que o trabalho teria um caráter educativo na formação da consciência feminina. Finalizada a pesquisa, concluiu que a incorporação da mulher ao mercado de trabalho, mesmo tendo sido condição necessária, não era suficiente para que seu processo de emancipação e maior consciência de suas condições de vida se desenvolvessem.

Pesquisando mulheres rurais da região de Devon, no Reino Unido, Gasson, Shaw e Winter (1992) descobriram que, embora a literatura preveja grandes mudanças no papel da mulher quando ela tem emprego remunerado, as evidências empíricas não dão suporte a essa afirmação. Na região por eles estudada, quando somente o marido tem emprego fora da propriedade, a mulher é pouco consultada quanto às decisões importantes relativas à exploração familiar, embora dedique mais tempo que seu cônjuge ao trabalho agrícola. Quando é apenas a mulher que trabalha fora, ela ainda é pouco consultada. A participação da esposa nas decisões só aumenta quando os dois membros do casal trabalham fora da propriedade.

O trabalho de Little (1994) é outro questionamento da relação entre trabalho feminino remunerado e independência da mulher, ao discutir o resultado da pesquisa feita em três diferentes regiões da Inglaterra. Segundo a autora, o trabalho feminino não doméstico é mais uma conseqüência da disponibilidade de trabalho e do momento do ciclo familiar do que a busca de uma carreira profissional ou de independência financeira por parte das esposas. Por isso, ele está sempre em segundo plano quando entra em choque com as atividades domésticas.

Em pesquisa realizada em um município do estado de São Paulo, no ano de 1975, nós mesmas, sob a influência do feminismo da época, ficamos surpreendidas quando boa parte de nossas entrevistadas consideravam a participação em atividades produtivas, ou seja, a lida nos campos, uma sobrecarga e não uma forma de sair da clausura doméstica (Paulilo, 1976). O pressuposto, porém, da simbiose entre trabalho produtivo e independência foi "salvo", por um curto espaço de tempo, pelo fato desse trabalho não ser remunerado e ser produzido em conjunto com outros membros do grupo familiar. Pesquisas posteriores se incumbiram de questionar esse raciocínio simplista.

Anos mais tarde, ao tomarmos contato com uma pesquisa realizada pelo Comitê das Organizações Profissionais Agrícolas da CEE (Copa, 1988),

percebemos que, também na Europa, os anos 70 foram marcados por uma reação das mulheres rurais à dureza do trabalho agrícola, estando presente a aspiração de serem apenas "donas de casa". Segundo a mesma fonte, nos anos 80, dá-se uma mudança no sentido da valorização das mulheres como "profissionais da agricultura". O mesmo observo no Brasil, pois é nesses anos que surge no Sul o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) que, mais tarde, se expandiria para todo o país. Embora o relatório do Copa não se preocupe em explicar as causas da mudança, cremos que a disseminação de tecnologias poupadoras de mão-de-obra seja uma hipótese a ser considerada, na medida em que tornaram os afazeres agrícolas menos penosos.

Outro fator que provavelmente influiu na maior valorização, por parte das mulheres, das atividades agrícolas foi a diminuição do número de filhos, fenômeno ocorrido no mundo todo. Segundo a ONU (1995), o Brasil está entre os países que apresentam uma queda de mais de 40% na taxa de fertilidade em um período de vinte anos. Essa taxa era de 4,7 nos anos 70-75 e baixou para 2,7 em 90-95. Para as áreas rurais do país, Teixeira et al. (1994) mostram que essa taxa também vem caindo. Se no período de 1980-5, o maior índice era de 6,8, na região Norte, e o menor, 3,6, na região Sul, no período seguinte, 1985-90, temos, nas mesmas regiões, 6,0 e 3,1 respectivamente. Além disso, a diferença entre a taxa de fertilidade total rural e a urbana vem diminuindo. Embora a primeira continue mais alta, segundo Siqueira (1992), a diferença caiu de 3,18 filhos/mulher, em 1970, para 2,29, em 1984.

A valorização do trabalho feminino nos campos foi intensificada com o surgimento, no início da década de 1980, dos movimentos autônomos de mulheres rurais.[1] Esses grupos apresentam trajetória semelhante a muitos outros movimentos sociais que emergiram nesse período no Brasil. Começam sob forte influência da ala progressista da Igreja Católica. No meio rural, essa influência foi decisiva para a participação feminina, pois a igreja é um dos poucos lugares públicos que as mulheres sempre freqüentaram e são estimuladas a fazê-lo. Com o passar do tempo, as participantes começaram a encontrar menos identidade entre suas aspirações e as possibilidades oferecidas pela Igreja Católica, a qual nunca abandonou sua postura patriarcal, nem sua visão restritiva sobre o comportamento sexual e a contracepção.

Em 2004, os movimentos autônomos de mulheres abrigados sob diferentes denominações se uniram sob uma única sigla, MMC, ou seja,

[1] Sob essa denominação abrigam-se todos os movimentos não ligados a sindicatos ou ao MST. Em Santa Catarina, esse tipo de organização conservou por muito tempo o nome de Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), embora se articulasse com Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, de âmbito nacional. No Paraná, também foi mantida uma denominação própria. Em 2004, a designação Movimento de Mulheres Camponesas foi aceita em todo o Brasil.

Movimento de Mulheres Camponesas. Como tanto os trabalhos citados como as entrevistas realizadas referem-se a períodos anteriores, mantivemos as antigas denominações, quando imprescindível. Por isso, aparecem no texto o MMA, Movimento de Mulheres Agricultoras, como era conhecido o movimento em Santa Catarina, e o MMTR, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, assim chamado no Rio Grande do Sul; posteriormente, essa sigla também identificou a articulação nacional dos movimentos autônomos de mulheres rurais.

Casagrande (1991) e Daboit (1996) fazem um breve histórico do surgimento do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) em Santa Catarina, movimento que, mais de vinte anos (de militância) depois, ajudaria a compor o MMC. Segundo esses autores, o MMA organizou-se, em princípio dos anos 80, no município de Chapecó, oeste de Santa Catarina, sob a influência das Comunidades Eclesiásticas de Base, ligadas à Igreja Católica. Teve como primeiro objetivo organizar as agricultoras para "tomar" a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, meta que foi alcançada em 1982. No bojo dessa movimentação, o problema da pouca sindicalização das mulheres rurais foi levantado. Em 1984, no Dia Internacional da Mulher, houve uma primeira manifestação pública do movimento em Chapecó, da qual participaram cerca de quinhentas mulheres. Nos dois anos seguintes, o fato se repetiu, congregando 2 mil mulheres, no primeiro ano, e 3 mil, no ano seguinte. A feição pública do movimento já estava clara, e sua visibilidade tornou-se ainda maior quando a única deputada eleita em 1986 em Santa Catarina, Luci Choinaski, era uma agricultora da região. Em 1991, houve a campanha "Declare sua profissão" por ocasião do recenseamento, quando as mulheres foram instadas a se identificar como "produtoras rurais" e não mais "do lar", como era o costume.

No início, o que atraía as mulheres para o MMA eram as questões trabalhistas, tais como: serem consideradas produtoras rurais, com direito a assistência em caso de acidente de trabalho; aposentadoria aos 55 anos; salário-maternidade e pensão-viuvez. A Constituição de 1988 abriu possibilidades para a reivindicação desses direitos que, aos poucos, foram sendo regulamentados. As questões trabalhistas eram mais importantes que as de gênero. Porém, nos anos 90, começaram a despontar entre as militantes questões propriamente feministas, e as mulheres passaram a insistir na autonomia do movimento frente à Igreja, ao Estado e aos partidos políticos (Casagrande; 1991 e Daboit; 1996).[2]

No Rio Grande do Sul, na mesma época, surge o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), com características muito próximas às do MMA. Houve uma imediata conexão entre os dois movimentos.

[2] Poli (1999) discorda da afirmação de que as questões de gênero só surgiram em um segundo momento, mas afirma que não tiveram a primazia no primeiro.

Segundo Stephen (1996, p.36-7), as preocupações iniciais do MMTR eram relacionadas

> com a saúde da mulher, licença maternidade e à implementação de benefícios previdenciários como aposentadoria e outros já assegurados às trabalhadoras urbanas, além do reconhecimento do trabalho da mulher rural e sua integração individual nos sindicatos e cooperativas... Se os primeiros objetivos eram semelhantes, as mudanças de rumo também o foram, pois "mesmo que ainda firmemente enraizado em uma análise que ressalta o lugar da classe trabalhadora. ... na estrutura econômica capitalista, o MMTR aos poucos tem trabalhado com mais ênfase os aspectos culturais e sociais das diferenças referentes a gênero no Brasil."

Passar do enfoque trabalhista para o de gênero implicou algumas dificuldades. O MMC traz, como herança de suas origens, o otimismo da década de 1980 com relação aos movimentos sociais; a idéia de que os direitos humanos são universais e se somam em direção a um país ao mesmo tempo mais democrático e mais livre. Contradições entre liberdade e igualdade recebem pouca atenção. Pressupõe-se que o que é bom para o conjunto dos membros da família é necessariamente bom para a mulher. Isso se reforça pelo fato de que o conceito de "agricultura familiar", que desde o início dos anos 90 tem ampla aceitação tanto no meio acadêmico, como entre os técnicos e os próprios agricultores, implica uma visão, senão totalmente harmônica da família rural, pelo menos baseada na idéia de que os conflitos entre os cônjuges, e entre estes e seus filhos, podem ser resolvidos sem extrapolar a esfera doméstica. Porém, a nosso ver, há uma questão tão fortemente enraizada na tradição patriarcal que tocar nela significaria, sem dúvida, desvelar um conflito profundo, sem nenhuma solução fácil à vista, e essa questão tem a ver com o acesso à terra.

Há, no sul do Brasil, principalmente nas antigas regiões de colonização italiana e alemã, um padrão a respeito da sucessão nas propriedades rurais. Esse padrão, é claro, comporta variações e exceções, mas são principalmente os filhos homens que herdam a terra, enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento. Elas recebem herança quando o casal não tem descendência masculina ou quando uma filha casada cuida dos pais na velhice. Além disso, o padrão de herança igualitária pode surgir quando a terra não tem mais importância como meio de produção para os filhos, ou quando os pais têm propriedades grandes. O que importa reter aqui é que, se for preciso excluir alguém, as mulheres são as primeiras a serem escolhidas. Elas são sempre consideradas "filhas ou esposas de agricultor", termo que identifica tanto as que trabalham nos campos como as que não o fazem. Também quando a terra pertence à mulher por herança, o marido é considerado o responsável.

Nossa experiência de muitos anos de pesquisa de campo no meio rural catarinense nos mostrou que esse problema quase nunca é citado

espontaneamente, o que dá a falsa impressão de que, para as mulheres, o alijamento da posse da terra é considerado natural e, portanto, aceitável. Porém, em momentos de descontração e não havendo homens presentes, fomos surpreendidas mais de uma vez por manifestações de profunda revolta por parte delas, mesmo de mulheres já idosas. Elas alegam que "trabalharam tanto quanto seus irmãos na terra dos pais", alegação que só faz sentido se atentarmos para o fato de que a herança está associada ao pagamento dos serviços prestados na terra, tanto assim que os filhos que receberam apoio financeiro para estudar já se sabem de antemão excluídos da partilha dos bens. O alijamento das mulheres significa que seu trabalho não é reconhecido como tal.

Devemos lembrar, também, que nem todos os filhos homens herdam terra quando a propriedade é pequena, mas há um mecanismo de compensação, no qual os filhos não-herdeiros recebem apoio para estudar até terem uma profissão, ou os pais lhes dão "um comecinho de vida", ou seja, capital para começar algum pequeno negócio. A compensação para as mulheres é o dote por ocasião do casamento, que pode ser composto por roupas de cama e mesa para a casa, uma máquina de costura, uma vaca de leite ou uma porca, e a festa do casamento, que tanto pode ser financiada somente pelos pais da noiva, como pelos pais de ambos os cônjuges. É comum que só um ou dois desses itens sejam doados quando os pais são pobres. Também há casos de dotes maiores. Porém, o valor do dote não guarda relação com o valor da terra que as mulheres receberiam caso a partilha fosse igualitária, e as que não se casam não recebem nenhuma compensação por dispensarem o dote. Quando a compensação para os não-herdeiros é feita em dinheiro, em geral as mulheres recebem uma parcela menor que a dos homens. Os arranjos possíveis são muitos, mas ainda há um que vale a pena citar, é quando as mulheres recebem terra e a vendem para os irmãos a um preço menor que o do mercado (Papma, 1992; Woortmann, 1995; Halsema, 1991; Paulilo, 1990; Seyferth, 1985; entre outros).

AGRICULTORA OU ESPOSA DE AGRICULTOR?

Se, como observaram Casagrande (1991) e Daboit (1996), as questões feministas começam a inquietar as militantes do MMA, cabe-nos perguntar até que ponto a identidade entre os interesses das mulheres e o da família rural continuará não questionada. Mesmo que a postura inicial seja participar da vida pública lado a lado com os homens, Pinto (1992) nos diz que a participação das mulheres em movimentos sociais não as torna necessariamente feministas, mas modifica sua inserção na rede de poderes de sua comunidade, provocando um efeito transformador. Diz mais:

> A presença da mulher, feminista ou não, é modificadora das práticas sociais, quer pela presença em si e seu explícito contraste com a presença dos homens, quer por constituir, pelo menos potencialmente, um canal de aproximação com os movimentos feministas, que tanto pode acontecer por uma mútua procura, como pelo próprio surgimento das indagações que norteiam o feminismo no interior de grupos de mulheres no sindicato, independente de qualquer contato efetivo com o feminismo organizado. (Pinto, 1992, p.143)

Essas idéias encontram apoio no trabalho de Lechat (1996), que mostra que a participação feminina na luta pela reforma agrária por meio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) abre a possibilidade de questionamento de antigas hierarquias, embora o resultado possa não ser uma maior igualdade.

> A produção coletiva no MST tem um caráter político e é encarada como tal pelos assentados, mas esta forma de trabalho leva a múltiplas reuniões para que todas as questões sejam discutidas e resolvidas democraticamente. Não existindo mais a hierarquia de poder tradicionalmente presente na produção familiar nem a relação proprietários assalariados, novas relações de poder estão em formação, bem como a resistência a elas. Isto leva a uma situação continuamente conflituosa e potencialmente explosiva, na qual as diferenças tradicionais de gênero, idade e origem étnica estão também presentes e são constantemente manipuladas, o que resulta numa distribuição desigual de poder. (Lechat, 1996, p.107)

Nova confirmação encontramos em Teixeira et al. (1994) que, ao analisarem o comportamento de mulheres assentadas, dizem:

> Tanto o prestígio social feminino quanto o desenvolvimento de movimentos sociais estão associados a um terceiro elemento, mais englobante, que é a coesão comunitária. Estruturas comunitárias coesas, como as que se observaram no assentamento de Sarandi, apresentam aos indivíduos a possibilidade de se identificarem com unidades sociais mais amplas do que a própria família e exigem deles uma participação centrada (em alguma medida) no interesse da comunidade. Este tipo de estrutura favorece o desenvolvimento de movimentos sociais verticais, e também favorece a elevação do prestígio social das mulheres, ao afrouxar a domesticidade da família que é a base da exclusão social feminina. (Teixeira et al., 1994, p.5)

No questionamento das antigas hierarquias, mesmo quando novas relações assimétricas de poder aparecem, surge lugar para redefinições. As assentadas estão inseridas num espaço privilegiado não só para a reflexão, como também para a ação. O simples fato de não estarem mais isoladas "cada uma em sua casa", e sim muito mais próximas geograficamente do que sempre estiveram antes, já é um elemento novo e mobilizador. Conversando com os agricultores, é fácil perceber como o MST tem influenciado a busca de alternativas no campo. Nas marchas e acampamentos em frente aos órgãos públicos, pode-se ver a convivência entre militantes do MMC

e do MST. Embora haja divergências entre elas, o que se evidencia pela insistência com que cada uma esclarece a que movimento pertence, a troca de idéias é uma constante.

Diante disso, seria inocência pensar que uma maior liberação feminina não entrará em choque com uma organização familiar na qual, tradicionalmente, o papel da mulher foi o da parte subordinada, pelo menos na esfera pública, espaço que foi muito importante para os movimentos feministas, tanto na sua primeira forma, as sufragistas, como na sua segunda, as lutas surgidas a partir dos anos 60. Mais que isso, essa situação é apoiada por instituições de peso como as Igrejas, a Católica entre elas, e órgãos de extensão voltados para o meio rural. Devemos lembrar que é bem recente a modificação do "pátrio poder" em nossa legislação. Somente a Constituição de 1988 considerou ambos os cônjuges igualmente responsáveis pela prole. Mas, mesmo onde a legislação não discrimina as mulheres, como é o caso do nosso código civil, que reza a partilha igual do patrimônio entre os filhos, sejam homens ou mulheres, sua eficácia é pequena na medida em que a autoridade do pai, ao fazer a partilha em vida, força a concordância dos excluídos (Seyferth, 1985). Seria otimismo, também, pensar que as soluções dependeriam apenas de "esclarecimento" e "boa vontade".

É lícito então perguntar: O que poderá acontecer quando a maioria das mulheres rurais começar a desafiar a posição pública subordinada, que permite considerá-las sempre em sintonia com seus maridos? Fala-se aqui em "posição pública" porque, nessa esfera, a exclusão é mais visível: exclusão da herança familiar, discriminação quanto ao acesso aos créditos bancários, exclusão dos sindicatos e das cooperativas, onde só recentemente o nome da esposa é computado na lista de sócios etc. Quanto à esfera doméstica, há mais divergências na literatura sobre o assunto; alguns autores enfatizam a capacidade de negociação das esposas "porta adentro", mesmo havendo assimetria de poderes, e se dedicam a estudar os fatores que aumentam ou diminuem o poder de barganha feminino (Blanc e Mckinnon, 1990, entre outros). Pode-se perguntar ainda: Com os mesmos direitos que os homens, as mulheres começarão a se divorciar? Poderão reivindicar partilha da propriedade? Que modificações a concessão do estatuto de "produtora rural" vai provocar no direito das esposas?

No Brasil, as mulheres são legalmente "sócias" da propriedade. Até dezembro de 1977, quando entrou em cena a lei do divórcio, o regime de casamento mais comum era a comunhão universal de bens, ou seja, todos os bens dos cônjuges, adquiridos antes ou depois da união, passavam a ser comuns. Para fugir a essa regra, era preciso explicitar, por escrito no pacto pré-nupcial, que o regime seria o de separação de bens. A partir de 1977, a forma mais comum passou a ser a de comunhão parcial de bens, que determina que somente o que for adquirido depois do casamento pode ser considerado bem comum. Se os cônjuges nada declararem, fica implícito

que eles aceitam essa terceira. Conversando com as entrevistadas, vimos que se a modificação na lei não é totalmente ignorada por elas, também não é totalmente conhecida. A rigor, os noivos deveriam ser esclarecidos sobre a existência das três opções pelos agentes dos cartórios, mas isso nem sempre acontece. Porém, se encontramos tanto mulheres que sabiam que existem duas formas de comunhão de bens quanto as que pensavam que "casar em comunhão" significava somente comunhão universal, há algo que todas ignoram: que os bens de herança, mesmo recebidos após a união, não são comuns (Art. 269, Inciso I do Código Civil). Isso significa que, se o marido receber terra dos pais, mesmo que isso ocorra quando eles já estão casados, essa terra não é bem comum. A ignorância sobre esta peculiaridade é geral, está presente mesmo entre estudantes de Direito e empregados de cartórios, como pudemos constatar.

De início, demos muita importância à existência de três formas de casamento civil e ao pouco esclarecimento sobre o assunto. Porém, percebemos que a figura jurídica da comunhão parcial de bens só adquire significância quando está colocada a perspectiva de separação, haja vista que só foi instituída quando do estabelecimento da lei do divórcio. Para a mulher rural, separar-se é uma possibilidade remota mesmo nos dias de hoje. Resta saber se continuará sendo assim. Seria a busca por independência feminina no meio rural incompatível com o casamento? Com algumas formas, seguramente a resposta é sim. Resta saber o quanto o patriarcalismo rural é responsável pela manutenção de uma taxa de uniões estáveis maior no meio rural que no urbano.

Chegamos assim ao objetivo de nosso trabalho. Partimos do pressuposto de que, ao participar de movimentos coletivos feministas ou não, as mulheres tendem a questionar sua posição social subordinada. Nas entrevistas, com mulheres militantes e não militantes, procuramos perceber se esses questionamentos de gênero estavam pondo em xeque a identidade entre os interesses femininos e os dos outros membros da família. Antes de continuarmos, porém, é preciso fazer uma distinção interna fundamental entre o que chamamos de "questões de gênero" e, para isso, vamos retomar as reivindicações das trabalhadoras rurais do início da década de 1990.

Em março de 1991, houve uma Caravana das Trabalhadoras Rurais a Brasília, da qual participaram cerca de mil mulheres, provenientes de dezesseis estados diferentes. Teixeira et al. (1994) classificaram as oito reivindicações apresentadas por elas em dois tipos: as de natureza classista e as de gênero. No primeiro caso estariam: pagamento de aposentadorias, retirada da correção monetária no crédito de emergência e a liberação de crédito aos assentados, e o assentamento dos acampados. A exigência de regulamentação da reforma agrária as autoras consideraram de caráter impreciso. Como reivindicações de gênero teríamos: licença-maternidade, garantia de creches e reconhecimento da profissão de trabalhadora rural.

Como se vê, essas questões de gênero não têm por que não receber o apoio masculino, pois beneficiam toda a família. Mas, como já dissemos, o problema que mais nos interessa é o não acesso à terra, e essa é uma questão que afeta de maneira muito diferente homens e mulheres.

Se, ao analisarmos as reivindicações do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais que, naquele momento, era também porta-voz de outros grupos de mulheres rurais militantes, encontramos dois tipos de reivindicação, as de classe e as de gênero. Para fins deste estudo, temos que considerar três tipos, pois as de gênero devem ser subdivididas em: as que não entram em confronto com a família patriarcal e as que entram. Pinto (1992, p.138) nos diz que os indivíduos ou grupos submetidos a múltiplas exclusões "escolhem" suas bandeiras de luta. No caso das mulheres rurais, essa escolha é ainda mais pertinente porque, para levar adiante as reivindicações de classe, uma imagem da família rural como um todo coeso é muito mais eficiente que uma imagem de conflito. Há, não só na cultura brasileira, mas na de muitos países, uma imagem idílica do rural, no sentido de pensá-lo como um lugar privilegiado para a guarda de valores, pelo menos idealmente, consagrados, tais como respeito à família, pouca liberdade sexual, educação severa dos filhos, sinceridade e mesmo inocência derivadas do contato com a natureza. Essa imagem traz respaldo popular para as lutas que envolvem os agricultores familiares.

Em levantamento que fizemos sobre organizações de mulheres na América Latina (Paulilo et al., 1999), constatamos que, com raras exceções, esses movimentos reforçam o papel tradicional de esposa e mãe, e existe um forte atrelamento entre eles e instituições conservadoras, como a Igreja Católica e o Estado. Constatamos também a influência de órgãos oficiais e ONGs, nacionais e internacionais, com linhas de ação fortemente desenvolvimentistas, mas sempre tendo como objeto a família rural como um todo. Entre as raras exceções está a luta das mulheres rurais brasileiras. Como diz Stephen (1996), em concordância com Alvarez (1990):

> A razão principal pela qual uma atenção formal aos direitos das mulheres no Brasil resultou em mudanças concretas está claramente associada à presença de um forte movimento de mulheres. Uma ampla variedade de organizações de mulheres de base surgiu nos anos 70 e 80 neste País como parte do maior, mais diverso e, provavelmente, mais bem-sucedido movimento de mulheres de toda a América Latina. (Stephen, 1996, p.33-4)

Deere e Léon (1999) dizem que as garantias constitucionais que o movimento de mulheres conseguiu no Brasil constituem-se em fato único na América Latina. Citam como exemplo a inclusão das mulheres como beneficiárias da reforma agrária e a possibilidade de um título conjunto de posse da terra para marido e mulher.

É essa especificidade histórica que nos levou a escolher os movimentos de mulheres rurais como objeto de estudo.[3] Interessava-nos, principalmente, procurar diferenças entre o discurso das mulheres do MMC e o das líderes de outros movimentos, tendo como contraponto o discurso das não militantes. Infelizmente, não foi possível entrevistarmos mulheres rurais do Brasil todo, tendo a investigação se concentrado nos três estados do Sul, especialmente em Santa Catarina, onde nossa proximidade com os movimentos e nosso conhecimento do meio rural é maior. A freqüência, mesmo que esporádica, a encontros nacionais de agricultoras nos permite levantar a hipótese de que as conclusões a que chegamos guardam semelhança com o que ocorre no restante do país.

As entrevistas realizadas para esta pesquisa[4] nos confirmaram o que sempre observamos antes, ou seja, que a questão do alijamento das mulheres da terra por ocasião da partilha da propriedade por herança é uma questão delicada. Tudo o que se consegue é que as mulheres digam, com timidez, que elas deveriam ter os mesmos direitos. O próprio tom de voz é o de quem confessa uma heresia. Mesmo as mais militantes não reivindicam para seu movimento essa bandeira de luta. Uma líder do MMC, ao ser perguntada sobre isso, disse que daria apenas sua própria opinião: "Não põe o movimento aí, é particular". Trazer à baila o assunto causa constrangimento. Tentamos então abordá-lo por aproximações sucessivas. Nessas aproximações, discutir a instituição família é fundamental.

Uma forma de desigualdade da qual as mulheres falam livremente é a repressão sexual. Frases como as seguintes mostram como o controle sobre o comportamento feminino é maior que sobre o masculino.

> Naquele tempo, ir num baile, só com os irmãos ou com os pais, com um tio, assim uma pessoa encarregada. Sozinha não ia (Agricultora). [sic]
>
> Sempre que tinha um namorado, tinha mais um (espiando) (Agricultora). [sic]
>
> Os pais, a maioria dos pais, davam mais liberdade pros filhos porque era rapaz. A moça, porque era moça, então daí era mais, assim, mandada (Agricultora). [sic]

As mulheres não são reprimidas apenas com castigos, pois a exposição ao ridículo também é um instrumento eficaz de controle, bem como o costume de exagerar o que de fato ocorreu. Por pouco, se fica "malfalada".

> Tem muito essa cultura de que o homem pode tudo e a mulher, não. A mulher é mais restrita e o homem tem mais autonomia. A partir do momento que as mu-

---

[3] Agradecemos ao CNPq que, em agosto de 1999, concedeu-nos uma bolsa de pesquisa, e uma de Iniciação Científica para a aluna Elaine Müller, o que nos permitiu continuar investigando.

[4] Participaram das entrevistas dois bolsistas de Iniciação Científica, Elaine Müller e Ivandro C. Valdameri, e uma aluna do Curso de Ciências Sociais/UFSC, Valdete Boni. Não é preciso dizer que sem sua valiosa colaboração, muito pouco poderia ter sido feito.

> lheres infringem as normas, elas são ridicularizadas e o efeito [repressor] é gerado (Presidente do sindicato). [sic]
>
> A mulher lá toma cerveja? Até desconfia mal, né? Em vez de seria o certo. Meu marido muitas vezes ele me diz: Por que tu não vai lá, não toma uma cerveja? Daí eu logo dou a resposta: Olha, tu diz, mas tem outros que fica olhando porque a mulher vai tomar cerveja... Já dizem que ela tonteou, nem que não tomou ainda... (Agricultora). [sic]

Fica claro nesta última fala que a repressão do grupo pode ser superior à do marido. Ele também fica exposto ao ridículo quando sua mulher desafia as normas. Por isso, as militantes consideram que as ações em grupo são mais eficazes, pois se muitas mulheres agirem do mesmo modo, atitudes antes transgressoras passam a ser consideradas normais. Associar a independência de uma mulher a comportamento sexual permissivo é fato comum. Uma militante do MMA nos disse que: Movimento era uma palavra que trazia malícia, porque quando a vaca está no cio, se diz que ela "está em movimento". Ficava chato falar em movimento de mulheres.

Dessa vez, porém, as mulheres não cederam e insistiram na denominação Movimento de Mulheres Agricultoras.

Segundo as entrevistadas, é impossível começar a militar sem modificar o casamento, porém, embora possam provocar separações, as modificações também podem tornar o relacionamento conjugal melhor. Elas não consideram que haja algo intrinsecamente repressor nos homens, e nem que eles estejam felizes com a desigualdade; o que há são valores que "vêm do berço", de uma "raiz de quinhentos anos", mas que podem ser superados. Para elas, o marido acabará por perceber que se a mulher se tornou menos submissa, tornou-se muito mais companheira. Para uma das entrevistadas, a maior modificação foi com relação aos filhos que, quando ela sai, "têm que se virar sozinhos". Mas isso não é necessariamente ruim, porque "joga mais responsabilidade para eles". Mas nem tudo tem solução nesse sentido, pois elas admitem que é quase impossível sair de casa tendo filhos muito pequenos.

Apesar da confiança que as militantes têm de que, uma vez alcançadas as conquistas, fica fácil ver que ninguém da família está perdendo com isso, chamam atenção para falsas vitórias, aquelas que, na verdade, não trazem uma independência real.

> [em] Essas grandes cooperativas tradicionais, é considerado homem e mulher como sócio, agora se vai para uma assembléia, mulher não tem direito a voto, só o homem tem direito a voto. Se a gente for olhar o financiamento agrícola, onde o homem contrai o financiamento, por exemplo, sem a assinatura da mulher o homem não pode contrair esse financiamento. Agora, na hora de sacar o dinheiro, tem que ser o homem que vai lá retirar (Presidente de sindicato). [sic]

Se há conquistas ilusórias, como as citadas, há as verdadeiras. Qualquer mulher rural, militante ou não, jovem ou velha, casada, solteira, separada,

ou o que quer que seja, considera o acesso aos direitos trabalhistas uma conquista.

> O sindicalismo, juntamente com o MMA inclusive, embandeirou muitas lutas porque a mulher, até 92, 93, ela não era reconhecida como profissional na agricultura. Ela era dependente do marido. Então aí se desencadeou toda uma luta, uma organização do MMA e dos sindicatos combativos para que a mulher também conquistasse o seu espaço na questão previdenciária e na sociedade, inclusive. Então houve essa criação, inclusive do MMA, e foi uma arrancada extraordinária nesse sentido, tanto é que conquistamos a aposentadoria aos 55 anos, conquistamos o salário-maternidade, o auxílio-acidente de trabalho que para a mulher não existia, porque a mulher não era profissional na agricultura e se a gente for olhar, a mulher sempre desempenhou o papel de agricultora, lá do lado, trabalhando palmo a palmo com o homem, só que na hora de reconhecer seus direitos, não existia isso (Presidente de sindicato). [sic]

A busca dos direitos trabalhistas levou a um aumento bastante significativo do número tanto de mulheres associadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, como daquelas que têm todos seus documentos em ordem. Para quem pesquisa o meio rural brasileiro há muitos anos, esse é um fato surpreendente. Houve uma adesão muito grande das mulheres à idéia de que são "produtoras rurais". Mas é preciso não confundir sindicalização com militância política. Em pesquisa que realizamos, em 1995, entre as produtoras de leite do Vale do Itajaí/SC,[5] percebemos que, na imensa maioria dos casos, a sindicalização foi apenas uma maneira de as mulheres terem acesso aos direitos trabalhistas, não implicando tal fato em nenhuma outra alteração do seu comportamento tradicional.

Se relermos a última citação, pode nos causar estranheza o fato de a presidente do sindicato fazer questão de ressaltar a participação do MMA, hoje MMC, nas lutas trabalhistas, deixando claro que a aliança entre mulheres sindicalistas e mulheres do MMC não pode ser tomada como um pressuposto, nem que haja uma identidade necessária entre os dois movimentos. Nas entrevistas isso fica bem claro, as militantes fazem questão de declarar a que movimento pertencem e fazem referência a pontos não comuns. O mesmo se aplica às mulheres do MST. Para as sindicalistas, o importante são as questões trabalhistas. As participantes do MST têm uma postura de classe muito nítida e lutam pela terra. É entre as militantes do MMC que as questões de gênero afloram. A insistência na demarcação das diferenças não se deve a alguma forma de competição, mas é uma demonstração clara de que não é simples cruzar questões de gênero e classe, nem na prática, nem em teoria.

---

[5] "A 'agrofemindustrialização' do leite em Santa Catarina". Relatório de pesquisa, mimeo. Essa pesquisa foi financiada pelo CNPq e contou com a participação das bolsistas Alessandra B. Di Grande e Marineide M. Silva.

Outra dificuldade interfere na análise: o fato de que as mulheres militantes, de qualquer um dos movimentos, são, com raríssimas exceções, casadas. Mesmo quando cuidam sozinhas da propriedade ou são viúvas, ou o marido trabalha em outro lugar ou, ainda, foram abandonadas. O meio rural não é um bom lugar para as solteiras. Rodrigues (1993), na sua leitura antropológica do celibato laico, camponês e feminino mostra como essa condição é constituída por "recusas, retenções e negações". A solteira não tem direito a uma vida sexual nem a uma casa própria. Fica com os pais até que morram, depois mora de favor com irmãs ou cunhadas, ajudando nas lidas da casa, da roça e a cuidar dos sobrinhos. Os conventos foram uma possibilidade nas gerações passadas. Agora as solteiras preferem as cidades, onde podem trabalhar por salário. Por menos que tenham estudado ou adquirido uma profissão, sempre podem ser empregadas domésticas.

Quando nosso objeto de estudo são mulheres rurais adultas, podemos ter certeza que são também casadas e que dificilmente pensariam sua vida fora do casamento, pois o único treinamento profissional que recebem é o de ser agricultora, e só o serão pelo casamento. Esse fato explica, em parte, porque a exclusão das mulheres da herança em terra é pouco citado. As que casaram com proprietários ou com jovens que provavelmente herdarão terra no futuro, podem exercer as atividades de agricultora. As que casaram com homens que nada possuem vêem seus maridos como tão deserdados quanto elas. Seria importante ouvir as solteiras, porém não as jovens (que ainda podem casar ou arrumar um emprego urbano) e sim as que não têm mais perspectivas de se casar ou deixar o campo, mas essas dificilmente fazem parte dos movimentos de agricultoras.

O DIFÍCIL CRUZAMENTO ENTRE CLASSE E GÊNERO

A luta das mulheres para serem consideradas "produtoras rurais" não significa necessariamente uma busca de mudança nas relações entre marido e mulher, do mesmo modo que, como mostramos no início deste texto, o trabalho fora de casa não torna as mulheres automaticamente mais independentes de seus maridos e atuantes politicamente. Mesmo uma forte consciência das desigualdades de classe não leva, por adição, a uma preocupação semelhante com a desigualdade entre os gêneros. Na difícil questão do cruzamento entre as categorias classe e gênero, o trabalho de Joan Scott (1988) é fundamental. Essa historiadora feminista diz que, se nos mantivermos em uma postura objetivista, ou seja, se tomarmos classe e gênero como "coisas", não seremos capazes de nos aperceber das dificuldades de teorizarmos sobre o que significa ser mulher e trabalhadora. Temos de levar em conta que classe e gênero são construções, representações.

Assim sendo, se, historicamente, as mulheres sempre fizeram parte da classe trabalhadora e, portanto, gênero e classe tomados como fenômenos naturais andam juntos, na história das idéias essas duas representações se excluem. Masculino/feminino não pode ser confundido com macho/fêmea, e a construção do que é o universo do trabalho e do que são os direitos trabalhistas, e mesmo os direitos universais trazem, imbricada em suas origens iluministas, uma visão masculina do mundo, na qual as mulheres aparecem como subordinadas. O conceito de "classe trabalhadora" como categoria universal carrega essa mesma marca original.

> A invocação dos direitos humanos universais foi realizada no bojo de uma construção masculina de propriedade e de política racional. A classe, afinal, foi apresentada como uma categoria universal embora dependa de uma construção masculina. Como resultado, foi quase inevitável que os homens representassem a classe trabalhadora. Para as mulheres, restaram duas representações possíveis. Elas poderiam ser um exemplo específico da experiência geral de classe e então não ser necessário singularizá-las para tratá-las diferentemente; assumiu-se que elas estavam incluídas em qualquer discussão sobre a classe trabalhadora como um todo. Ou poderiam ser uma exceção problemática, possuindo necessidades e interesses particulares em detrimento da classe política, opondo-se a que os homens usassem o dinheiro da casa para pagar taxas sindicais, demandando diferentes tipos de estratégias nas lutas e insistindo em manter filiações religiosas na era do socialismo secular. Ambas as representações estão evidenciadas na história dos movimentos trabalhistas e na sua história escrita e elas nos ajudam a localizar as razões da invisibilidade das mulheres na construção da classe trabalhadora. (Scott, 1988, p.63-4, tradução livre nossa)

A percepção de que há duas representações diferentes em jogo leva à hipótese de que as arestas entre os diferentes movimentos de mulheres não são questões menores, resultado de falta de diálogo, competição por espaços ou opção por estratégias não similares. Há uma diferença profunda nas representações sobre classe e gênero. Para as militantes que estão sob forte influência das lutas trabalhistas ou das idéias marxistas, como é o caso das sindicalistas e das militantes do MST, a concepção de gênero se subordina à de classe, e elas se encaixam na primeira possibilidade explicitada por Joan Scott, que é a de ver a mulher rural como um exemplo específico do fenômeno geral das classes sociais. Para as militantes do MMC, as mulheres são exceções, cujas especificidades merecem considerações à parte. Essa mesma diferença está na raiz dos embates atuais entre o "feminismo da igualdade" e "feminismo da diferença" (Scott, 2001; Oliveira, 1992; Mouffe, 1993). O que é mais visível nesse embate são as políticas de cotas. Para as defensoras do primeiro, as cotas ferem os princípios democráticos que igualam homens e mulheres. Para as que se aliam ao segundo, só uma política diferenciada entre os dois sexos permitiria cobrir o hiato histórico existente entre os direitos de um e de outro.

É evidente que essas posturas não resultam de escolhas racionais e não são percebidas com nitidez pelas militantes, principalmente porque não derivam de concepções acabadas, mas de idéias que estão sendo construídas na prática do dia-a-dia, prática que se por um lado influencia, por outro também é influenciada pelas diferentes concepções de classe e gênero. Enquanto as sindicalistas e as mulheres de MST lutam no espaço público, que é considerado um espaço masculino, as do MMC politizam seu cotidiano.

Outro trabalho inspirador é o livro de James Scott (1990), *Domination and the Arts of Resistance*. O autor, ao tentar compreender a conduta política geralmente fugidia dos grupos subordinados, cunha o conceito de *hidden transcripts,* que traduzimos, pelo menos provisoriamente, como "transcrições ocultas". Essas transcrições se opõem ao que o autor denomina *public transcripts*, para nós "transcrições públicas", explicando que o adjetivo "públicas" se refere a ações que são admitidas, ou confessadas, abertamente pelos subordinados frente aos seus dominadores, e que o termo "transcrições" é usado em seu sentido jurídico de "registros completos do que foi dito". As "transcrições ocultas" são os discursos pronunciados *offstage,* ou seja, entre os dominados e longe da observação dos dominadores. Esses discursos não contêm só falas, mas também gestos e práticas (p.2-5). Muitas vezes, o discurso oculto é verbalizado na forma de uma "explosão", isto é, de uma reação espontânea e inesperada. Segundo o autor, inesperada sim, mas espontânea nem tanto, na medida em que a maneira alternativa e contestatória de entender as relações de poder é elaborada e "ensaiada" em espaços próprios dos dominados.

O contato com a obra de James Scott (1990) e as entrevistas que realizamos nos levaram a pensar o MMC como um lugar de elaboração de um discurso feminista, contestatório da visão masculina do mundo. É a necessidade de conversar livremente entre seus pares, sem inibições ou repressões, que reforça a existência de um movimento que, mesmo quando defende posições semelhantes às de outros movimentos de mulheres, defende-as de seu próprio jeito. As mulheres que elegeram o espaço público e masculino como o lugar privilegiado para se fazer política vêem com reservas o que consideram radicalismo.

> Deveria ser trabalhado a questão de gênero dentro da família e aí é complicado. Inclusive acho que até nós do movimento sindical na área rural, a gente tem falhado um pouco nisso. Eu hoje defendo, eu até estou militante do MMA, onde que o MMA tem trabalhado a questão da mulher especificamente. Hoje dentro do movimento sindical eu já vejo um pouquinho diferente a questão, eu vejo tratar a questão de gênero em família... não a mulher separada... Inclusive aqui nós temos tratado a questão de gênero por dentro do sindicato, como família.... Se a gente for tratar radicalmente a questão da mulher eu creio que vai ter bem mais separações. Então teria que arranjar fórmulas de tratar a questão de gênero, mas na família, não a mulher separado (Presidente do sindicato). [sic]

Nessa visão de que homens e mulheres têm sempre que "lutar" juntos, há o medo de que as mulheres dividam "a" luta, numa pressuposição de que só há uma luta que vale a pena: a de classes. Há também a preocupação de que as participantes formem um "gueto" e acabem presas dentro dele. Coube a Pinto (1992, p.133) reverter a visão marcadamente negativa dessa forma de grupamento. Para ela, "o gueto não pode ser entendido simplesmente como marca de retraimento, medo de expor-se ou reafirmação da exclusão. É também, e talvez principalmente, regido pelo princípio de prazer, de pertinência, da consciência de estar entre iguais". "Estar entre iguais" pode ser um momento privilegiado para perceber que problemas, que até então eram vividos como pessoais, são, na verdade, sociais.

Por tudo o que foi dito anteriormente, torna-se difícil acreditar em uma compatibilidade tranqüila entre movimentos mais centrados nas questões de classe e os centrados em gênero. Mesmo que se possa afirmar, como o fazem autoras citadas neste trabalho, que a participação das mulheres nas esferas antes consideradas masculinas leva a um questionamento de gênero, isso não elimina a necessidade de escolha de uma ou outra bandeira de luta. O MMC, antigo MMA, é visto, com freqüência, por militantes dos outros dois movimentos como apenas uma maneira de as mulheres "começarem a sair de casa". Como disse uma dirigente sindical "... e a partir daí, lógico que as mulheres não podem ficar específico no MMA, têm que ir ocupando outros espaços" (Boni, 2002, p.10). Para as militantes dos movimentos autônomos, não é tão "lógico" assim que tenham de ocupar outros espaços, embora muitas o façam.

Não é difícil entender o porquê dessa diferença se atentarmos para o lugar da política nos dois tipos de movimento. Enquanto as mulheres do MMC politizam o cotidiano à semelhança das feministas, sindicatos e MST têm maior proximidade com os partidos políticos, especialmente com o Partido dos Trabalhadores. Pinto (1992, p.140) explicita esse dilema dizendo que, no Brasil, "os partidos políticos tendem a reivindicar o monopólio como canal de representação entre a sociedade civil e o Estado", com isso "onde a chancela de um partido é condição necessária para uma candidatura, os partidos, os movimentos sociais e, especialmente, os movimentos de mulheres ou feministas não têm sempre uma convivência tranqüila".

Ao defender a idéia de que homens e mulheres devem discutir juntos os problemas que afligem a mulher rural, pressupõe-se uma conversa entre iguais, colocando-se o espaço do sindicato ou dos encontros do MST como um lugar democrático. Mas se atentarmos para a fala de uma das entrevistadas, vamos perceber que há uma diferença importante entre "falar", e isso até pode, e "ser escutada", o que é bem mais difícil.

> Uma coisa também que eu percebia..., talvez eu esteja falando uma coisa que esteja errada, mas o que eu sentia era isso: que a gente era menos inteligente que o

> homem. Quando tinha uma decisão pra fazer alguma coisa, pra construir alguma coisa, a opinião da gente não valia... As opiniões, as idéias dos homens, deles, do pai, do meu irmão, do Valdir... a opinião deles valia mais. Parecia que ia dar certo, se fizesse o que eles dissessem ia dar certo. Se fizesse o que a gente dissesse, não ia dar certo. Então, a inteligência da gente era podada também (Agricultora). [sic]

Séculos de silêncio não se volatilizam tão facilmente. Espaço público e vergonha andam juntos na educação feminina. As entrevistadas falam do "medo de falar bobagem", pois sabem muito bem como o ridículo é uma arma poderosa. A poeta Adélia Prado, que canta sem pejo as mulheres comuns, diz com propriedade:

> Quando nasci um anjo esbelto,
> desses que tocam trombeta, anunciou:
> vai carregar bandeira.
> Cargo muito pesado prá mulher,
> esta espécie ainda envergonhada.[6]

"Esta espécie ainda envergonhada" quer, agora, aprender o caminho do espaço público e muitas mulheres estão seguindo os passos dos homens, tradicionais conhecedores dessas veredas. As mulheres do MMC decidiram-se por um aprendizado diferente que, ao que parece, não as levará na mesma direção. Na primeira versão deste artigo, em 2002, lançamos a hipótese de que os movimentos autônomos de mulheres possuíam um potencial, pouco aparente a princípio, de romper com o estabelecido. Possuíam uma "radicalidade própria", como quer Céli Pinto (1992, p.132), no sentido em que "corta verticalmente todas as práticas e constitui sujeito a partir do reconhecimento e presença do corpo da mulher, a marca irredutível de sua condição". Agora, depois da destruição de um laboratório de plantas da Aracruz Celulose no dia 8 de março de 2006 por cerca de 2 mil mulheres lideradas pelo MMC, fica mais fácil pensar sobre isso.

Para o feminismo, dada a importância à cultura do fazer frente a todos os essencialismos que justificavam biologicamente a condição subalterna das mulheres, tornou-se difícil lidar com "o corpo". Para as mulheres do MMC, não. Elas colocam, sem pejo, no corpo sua especificidade. Nesse sentido, estão muito próximas do ecofeminismo defendido por Vandana Shiva (1993), mesmo que muitas não o conheçam. Em poucas palavras, o ecofeminismo defende a idéia de que há uma ligação natural entre as mulheres e a terra, ou seja, as mulheres estariam mais próximas da natureza que os homens.[7] Na separação que a cultura branca ocidental fez entre natureza e razão, em que a última deve predominar sobre a primeira, coube à

[6] Trecho do poema "Com licença poética", publicado no livro Bagagem. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

[7] Para uma análise consistente dos riscos do ecofeminismo, ver Garcia (1999).

natureza, da qual as mulheres estavam mais próximas, o papel de dominada, de coadjuvante da história humana. Foi o surgimento das preocupações ambientalistas que questionou essa oposição assimétrica, porém foi o eco-feminismo que aceitou e deu um novo significado às diferenças biológicas. Em todos os encontros do MMC dos quais participamos, a idéia de que cabe às mulheres "dar a vida", as instrumentaliza para lutar pela "vida na terra", daí a se posicionarem contra tudo o que consideram "estéril", como as plantas cujas sementes não reproduzem, os transgênicos e os reflorestamentos que, segundo elas, secam as águas e impedem a agricultura. Uma imagem emblemática dessa postura foi a presença de agricultoras grávidas, que traziam a barriga exposta e coberta por sementes coladas, em um desses encontros.

Os sindicalistas e o MST colocam nas relações de classe as causas da opressão que as mulheres sentem ainda de maneira difusa, e lhes propõem como solução mudar a sociedade lado a lado com seus companheiros. Ao perguntarmos a uma líder do MST sobre a proporção de homens e mulheres na direção nacional do movimento, recebemos como resposta uma outra pergunta: "E o que isso importa se somos (homens e mulheres) iguais?".

Diferentemente, as mulheres do MMC, ao se reunirem e conversarem entre si, não estão se comportando como alunas aplicadas que aprendem, com os homens, sobre movimentos trabalhistas e teoria marxista, mas estão dando vazão a raivas e angústias incrustadas na sua alma. Sem uma explicação já pronta, transmitida por jornais, boletins e cartilhas, e poupadas da vergonha secular que as faz se sentirem incapazes frente aos homens, elas estão mais livres para construir explicações nas quais as relações de gênero têm papel fundamental, pois essas relações são para elas mais visíveis no dia-a-dia que suas relações com o Estado ou órgãos e espaços públicos.

Em outras palavras, o que distingue o MMC dos outros dois movimentos estudados, sindicalistas e mulheres do MST, é sua ênfase em questões consideradas "domésticas" pelos dois últimos. Essa ênfase se reflete tanto na forma de organização interna, menos hierárquica, menos institucionalizada e mais sexista, quanto no caráter de suas manifestações públicas, feitas menos em nome de uma "classe" e mais em função do que afeta direta e cotidianamente as mulheres rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltando à questão da terra e do matrimônio, foi uma importante conquista para as mulheres serem consideradas "produtoras rurais", mas essa conquista as obriga ao casamento e, mais que isso, ao casamento com um proprietário, se não fizerem parte do MST. Como não se casar ou casar com quem não possui terra sempre foi visto como uma condenação, essa

obrigação se torna um fardo leve e desejado. Somente quando as mulheres começarem a questionar o casamento tradicional é que questionarão o fato de ele ser a única via para a profissão de agricultora. As entrevistas que fizemos mostram que a questão da não-herança da terra é ainda um tabu entre as mulheres rurais. Apenas as ligadas ao MST "tocam no assunto", mas somente no sentido de reivindicar terra nos assentamentos para as solteiras. Pedir igualdade de gênero nas políticas públicas parece ser mais fácil que enfrentar a questão dentro da família. Sem dúvida, a oposição a grupos que não são próximos afetivamente e que, portanto, podem ser caracterizados como "inimigos", trazem menos desgaste emocional que opor-se a maridos, pais, sogros, irmãos e filhos homens.

Ao entrevistarmos uma líder nacional do MST, ela caracterizou os diferentes movimentos de acordo com seus temas principais. Mulheres do MST: reforma agrária; sindicalistas: agricultura familiar; e movimentos autônomos de mulheres: saúde. Nossas pesquisas confirmam essa classificação, acrescentando também "educação" como uma das metas dos movimentos autônomos. As preocupações dos dois primeiros grupos são comuns a homens e mulheres, enquanto "saúde" e "educação" sempre foram considerados "assunto de mulher" e, portanto, hierarquicamente inferiores. Porém, é a preocupação com a saúde e com a alimentação da família que está levando o MMC a posturas radicais, algumas públicas (e muito "publicizadas") contra as sementes híbridas, os transgênicos, os agrotóxicos e o reflorestamento.

De que há duas tendências feministas fortes poucos duvidam: o feminismo da igualdade e o da diferença. As desavenças ou as *querelles des femmes*, como diz Joan Scott (2001), entre os dois já se tornaram públicas. Há, ainda, uma outra maneira de classificar as diferenças que, embora não siga o mesmo critério da anterior, guarda semelhanças no sentido de trazer impasses: feminismo voltado para a redistribuição e feminismo voltado para o reconhecimento. Para Nancy Fraser (2002), o primeiro se refere à questão de classe, e o segundo, às questões de *status*, de valorização do que é atribuído ao feminino. Um não é o mero reflexo do outro, porém, para a autora, há possibilidade de conciliação pela concepção de justiça "bidimensional", que incorporaria tanto a distribuição desigual de riqueza quanto a de reconhecimento e, assim sendo, seria extensiva às questões de "raça", etnia, sexualidade, nacionalidade e religião. Não resta dúvida de que é uma perspectiva sedutora se não levarmos em conta que ela se assenta no princípio de "paridade da participação", que requer duas condições inexistentes historicamente que são, segundo Fraser (2002, p.67), "primeiramente, a distribuição de recursos precisa ser feita de tal forma que assegure independência e 'voz' aos participantes... a segunda condição é a 'inter-subjetividade', que requer dos modelos institucionalizados de valores culturais que expressem o mesmo respeito a todos os participan-

tes...". Embora a conciliação proposta nos pareça distante da realidade que vivemos, a autora acentua um ponto que para nós é muito importante, ou seja, a impossibilidade de se passar de questões de classe para questões de gênero, e vice-versa, simplesmente adicionando umas às outras: "Não é apenas uma questão de simplesmente continuar agregando, como se pudéssemos adicionar a política de redistribuição à política de reconhecimento" (p.74).

Assumindo a dificuldade da conciliação, que nega o pressuposto recorrente, entre militantes e intelectuais, de que não importa por onde as mulheres comecem a questionar, se discutindo gênero ou classe, porque uma preocupação leva à outra, insistimos que é preciso explicitar diferenças, que só aparentemente são superficiais, para que haja possibilidade de um diálogo mais livre de preconceitos. Arriscamos propor que as reivindicações específicas e o comportamento das militantes dos diferentes movimentos de mulheres rurais, talvez, possam usufruir de uma convivência mais frutífera se houver uma aceitação da luta das mulheres como uma "multiplicidade", isto é, convivência de diferentes organizações e, mais que isso, se as diferenças mais profundas não forem encobertas pelo manto de uma "igualdade de gênero", que engloba visões diferentes e até conflitantes. As tentativas de compatibilização, por mais que sejam desejadas e tidas como meta a ser atingida, podem significar dominação e futuras dissidências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, S. *Engendering Democracy in Brazil:* Women's Movements in Transition Politics. Princeton: Princeton University Press, 1990.

BLANC, M.; MCKINNON, N. Gender Relations and the Family Farm in Western Europe. *Journal of Rural Studies*, v.6, n.4, p.401-5, 1990.

BONI, V. *Poder e igualdade:* as relações de gênero entre sindicalistas rurais. Florianópolis, UFSC, 2002. Graduação em Ciências Sociais. (Mimeogr.).

CASAGRANDE, J. L. *Movimentos sociais do campo:* mulheres agricultoras em Santa Catarina. Florianópolis, PPGSP/USP, 1991. Dissertação (Mestrado) (Mimeogr.).

COMITÊ DAS ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS AGRÍCOLAS DA CEE. As mulheres na agricultura. Bruxelas, 1988. (Mimeogr.)

DABOIT, P. C. *Do sócio-religioso ao sócio-político:* a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a Igreja Católica no Oeste Catarinense. Florianópolis, PPGSP/UFSC, 1996. Dissertação (Mestrado) (Mimeogr.).

DEERE, C. D., LÉON, M. Towards a Gendered Analysis on the Brazilian Agrarian Reform. *Occasional papers*, n.16. Amherst, MA: Center for Latin American and Caribbean Studies, 1999.

FRASER, N. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira.* São Paulo: FCC/ Editora 34, 2002.

GARCIA, V. V. Gênero, médio ambiente y desarrollo sustentable; algunas reflexiones. In: GARCIA, V. V. (Org.). *Género, sustentabilidad y cambio social em el México rural*. México: Colégio de Postgraduados, 1999.

GONÇALVES, M. M. *O caráter educativo do trabalho na formação da consciência feminina*. Florianópolis, Faculdade de Educação/UFSC, 1989. Dissertação (Mestrado) em Educação. (Mimeogr.).

GASSON, R.; ERRINGTON, A. *The Farm Family Business*. Wallingford: CAB Internacional, 1993.

_______. Gender Relations and Household Pluriactivity. *Journal of Rural Studies*, v.8, n.4, p.387-97, 1992.

_______ et al. Characteristics of Farm Household Pluriactivity in East and Mid Devon. Cirencester: Center for Rural Studies. *Occasional paper*, n.19, 1992.

LECHAT, N. M. Relações de gênero em assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (RS): participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares coletivas. In: PRESVELOU et al. (Orgs.). *Mulher, família e desenvolvimento rural*. Santa Maria: Editora da UFSM, 1996.

LITTLE, J. Gender Relations and the Rural Labour Process. In: WHATMORE et al. *Gender and rurality*. Londres: David Fulton Publishers, 1994.

MOUFFE, C. *O retorno do político.* Lisboa: Gradiva, 1993.

OLIVEIRA, R. *Elogio da diferença:* o feminismo emergente. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU). *The World's Women 1995:* Trends and Statistics. EUA: United Nations Publication, 1995.

PAPMA, F. *Constesting the Household Estate:* Southern Brazilian Peasants and Modern Agriculture. Amsterdam: Cedla, 1992.

PAULILO, M. I. *O trabalho da mulher no meio rural*. Piracicaba, Esalq/USP, 1976. Dissertação (Mestrado) (Mimeogr.).

_______. *Produtor e agroindústria:* consensos e dissensos. Florianópolis: FCC/ Editora da UFSC, 1990.

_______ et al. Organização de mulheres na América Latina. Trabalho apresentado na 51ª Reunião Anual da SBPC, 1999. (Mimeogr.).

PINTO, C. R. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Ventos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

POLI, O. L. *Leituras em movimentos sociais.* Chapecó: Grifos, 1999.

RODRIGUES, L. L. O avesso do casamento: uma leitura antropológica do celibato camponês feminino. *Anuário Antropológico*, n.91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

SCOTT, J. C. *Domination and the Arts of Resistance:* Hidden Transcripts. New Haven/ Londres: Yale University Press, 1999. 251p.

SCOTT, J. W. *Gender and the Politics of History.* Nova York: Columbia University Press, 1998.

_______. "La querelle des femmes" no final do século XX. *Revista de Estudos feministas*, v.9, n.2, p.367-88, 2001.

SEYFERTH, G. Camponeses ou operários? O significado da categoria "colono" uma situação de mudança. *Revista do Museu Paulista,* NS, n.20, 1984.

_______. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim do Museu Nacional, NS Antropologia,* n.52, 1985.

SHIVA, V.; MIES, M. *Ecofeminism.* Londres/Nova Jersey: Zed Books, 1983.
SIQUEIRA, D. E. A organização das mulheres trabalhadoras rurais: o cruzamento de gênero e de classe social. In: TEIXEIRA, J. G. (Org.). *Tecnologia agropecuária e a organização dos trabalhadores rurais.* Brasília: UnB, 1992.
STEPHEN, L. Relações de gênero: um estudo comparativo sobre organizações de mulheres rurais no México e no Brasil. In: NAVARRO, Z. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo.* Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRJ, 1996.
TEIXEIRA et al. Perspectiva de gênero na produção rural. *Estudos de Política Agrícola*, n.22. Brasília: Ipea, 1994.
VAN HALSEMA, I. *Housewives in the Field:* Power, Culture and Gender in a South-Brazilian Village. Amsterdam: Cedla, 1991.
WOORTMANN, E. F. *Herdeiros, parentes e compadres:* colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora da UnB, 1995.

9
A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA LUTA PELA TERRA: DILEMAS E CONQUISTAS

Sônia Fátima Schwendler

> A minha esposa não era capaz de falar com pessoa estranha. Hoje, sem ter estudo, ela é uma líder, muito desenvolvida com o trabalho da luta. A luta é uma escola. (Depoimento de um assentado – Assentamento São Joaquim)

INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Brasil, marcada ao longo da história pelas contradições de classe, tem trazido para a cena histórica sujeitos excluídos de diversos direitos, que começaram a se organizar em movimentos sociais de resistência. Dentre os diversos movimentos sociais que têm marcado a questão agrária no Brasil, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), surgido oficialmente em 1984, fruto de uma história da distribuição desigual de terras e de um modelo econômico de modernização da agricultura, que concentrou a terra, expropriou e expulsou os trabalhadores do campo, reduziu o trabalho assalariado com a introdução de máquinas e insumos modernos, agravando as condições de empobrecimento. Esse movimento se constitui também por um processo de percepção da exclusão gerada historicamente, da construção de uma identidade coletiva e de uma consciência do direito, produzidos em espaços coletivos, como os sindicatos combativos, as Comunidades Eclesiais de Base, a Comissão Pastoral da Terra, a partir da matriz do marxismo,[1] da Teologia da Libertação e da Educação Popular.

[1] As organizações que estiveram na gênese do MST possuem uma forte influência marxista que demarcou a luta de classes no campo.

O MST e outros movimentos sociais de campo se inserem em um movimento maior, que questiona a base de produção da sociedade capitalista, tendo como perspectiva a transformação da sociedade. Constitui-se em um movimento de cunho classista, que busca lutar contra a principal contradição do modelo gerador da exclusão e da resistência.

Para Stedile e Fernandes (2005), o MST caracteriza-se como um movimento popular, em que todo mundo pode entrar, que abarca a dimensão sindical, no sentido corporativo, e agrega o elemento político à luta pela terra. Segundo os autores, "o MST só conseguiu sobreviver porque conseguiu casar os interesses particulares, corporativos, com interesses de classe. ... Desde o começo, sabíamos que não estávamos lutando contra o grileiro. Estávamos lutando contra uma classe, a dos latifundiários" (p.36).

A luta pela terra, ao mesmo tempo que coloca em cena sujeitos historicamente excluídos de diversos direitos formando uma identidade coletiva – a de sem-terra,[2] produzida a partir de uma consciência de classe trabalhadora –, gera também a necessidade de recriação das identidades de gênero e do papel da mulher, cuja participação na luta social, desde a constituição do MST, tem posto em movimento práticas político-organizativas que recriam os espaços e as relações de gênero.

Importa-nos neste artigo discutir a condição da participação feminina no processo de luta pela terra, os dilemas que são enfrentados a partir da atuação da mulher na esfera pública, bem como as conquistas que podem ser apontadas ao se compreender a categoria gênero, articulada com a categoria classe, como um dos eixos fundamentais das relações sociais, em profunda transformação no processo da luta social.

A CONSTRUÇÃO DA LUTA PELA TERRA

Desde sua origem, o MST tem se espacializado na luta, tendo como sua principal estratégia a ocupação da terra, o que vem possibilitando a conquista de frações do território, os assentamentos, e, por conseguinte, a sua territorialização. Os conceitos de espacialização e territorialização, cunhados por Fernandes (1996), são importantes para entendermos tanto o processo de construção da "identidade sem-terra", como classe social que se põe em luta para a transformação das condições materiais e simbólicas da produção da existência, como da construção da identidade de gênero, de "mulher sem-terra", ao questionar e reconstruir, a partir da sua inserção

[2] O termo "sem-terra" significa também uma identidade de classe social construída na luta pela terra. Desse modo, toda vez que nos referirmos à identidade construída na luta social, utilizaremos a expressão sem-terra. Ver Caldart, 2000.

em diferentes espaços, a condição histórica de participação da mulher na sociedade. A análise de Franco García e Thomaz Júnior (2002, p.23) vem corroborar essa reflexão quando os autores afirmam que "a territorialização do processo de luta se concretiza através da produção de espaços de resistência à exclusão e da construção de relações sociais que implicam relações de gênero diferenciadas".

Para discutirmos esse processo, recorremos à análise de Fernandes (1996) sobre a multidimensionalidade do espaço de socialização política construída pela práxis dos trabalhadores em luta e das instituições envolvidas no interior dos processos de espacialização e territorialização. Essa socialização política é construída na articulação dialética de múltiplos espaços, como o comunicativo, em que os sujeitos por meio da educação popular refazem sua forma de pensar e ver o mundo; o interativo, que se constrói na organicidade do movimento social, permitindo a recriação de experiências e do próprio conhecimento; e o espaço de resistência e luta, que é construído quando o movimento social traz a público sua situação, enfrentando o Estado e o latifúndio, por meio da ocupação e da constituição do acampamento.

Os espaços de socialização política têm sido fundamentais para a construção da identidade de classe, bem como da própria percepção da necessidade de articular lutas e espaços específicos para modificar as relações sociais de gênero, construídas no interior da sociedade e do próprio movimento social. Para analisar esse processo, nos parece essencial compreendermos como os espaços de socialização política são construídos por dentro, em especial na relação dialética entre o acampamento e o assentamento, locais onde o MST espacializa sua luta, territorializando-se.

Fruto do processo de ocupação da beira da estrada, de prédios públicos ou de uma área de terra por um grande número de famílias sem-terra como estratégia de luta do MST para pressionar a desapropriação de terras, a liberação de créditos e a implantação de escolas, o acampamento tem exigido do movimento uma organicidade, um conjunto de estratégias e ações, bem como uma pedagogia, que se dinamiza na construção da luta e recria as relações sociais, os espaços e os próprios saberes. O acampamento tem sido fundamental também para a conquista de territórios, os assentamentos, o que tem implicado significativas mudanças da velha estrutura agrária brasileira, na desterritorialização do latifúndio e na organização de novos espaços, onde muitas famílias sem-terra constroem o seu modo de vida e produzem as condições de sua existência. Para compreender o processo de participação da mulher na luta pela terra, é preciso analisar as relações sociais que são construídas e reconstruídas nos espaços e territórios produzidos pelo movimento social, sem desconsiderar, contudo, o contexto histórico, econômico, cultural e social em que a história da mulher camponesa se constituiu.

ACAMPAMENTO: AS POSSIBILIDADES DA VIDA E DA LUTA

Embora o acampamento não seja o início da luta, uma vez que está, e sempre esteve, presente na trajetória de vida de mulheres e homens bóias-frias, meeiros, posseiros, pequenos agricultores, arrendatários e desempregados do campo e da cidade como estratégia de sobrevivência, se constitui como um espaço de socialização com uma nova configuração. No acampamento, são criadas novas formas de organização, novas estratégias, regras e normas de convivência, as quais não faziam parte do cotidiano da maioria dos sem-terra acampados, constituindo-se em uma ruptura, de certo modo, com o modo de vida anterior à ocupação. Nesse processo, a luta cotidiana assume a forma coletiva. É dentro da coletividade que as relações sociais são construídas e reconstruídas.

Uma das especificidades na luta pela terra conduzida pelo MST é que dela participa a família. Os trabalhadores e as trabalhadoras sem-terra acampam como família, trazendo consigo suas histórias e memórias, suas experiências, seus sonhos. Embora seja um espaço bastante heterogêneo, marcado por conflitos e divergências, as diferenças ficam diluídas diante da necessária articulação em torno de um objetivo comum, mais imediato e fundamental para garantir a sobrevivência, que é a conquista de uma fração do território. A vida no acampamento tem se constituído por espaços de socialização política, os quais têm possibilitado a construção da própria "identidade sem-terra", como classe social, e a compreensão de que a luta passa não só pela conquista da terra, mas também pela possibilidade de construir a vida no campo, o que requer uma reforma agrária mais ampla, com políticas públicas de educação, de saúde, de crédito, bem como a transformação do modo de produção capitalista.

Caldart (2000) destaca três objetivos do MST na formação do acampamento: a formação do sem-terra, no sentido da educação dos sujeitos e da mobilização de massa; a sensibilização da opinião pública para a causa da luta pela terra; e a pressão sobre as autoridades, para a realização da reforma agrária. Desse modo, além do processo de organicidade interna, os acampados participam de marchas, audiências, atos públicos, ocupação de espaços públicos nas cidades, entre outros.

Para viabilizar a luta social e a formação dos sujeitos nesse processo, o MST tem buscado construir uma organicidade interna, a qual vem sendo criada e recriada ao longo da história do movimento. A esse respeito, Caldart (2000, p.15) assim se expressa:

> A organização interna de um acampamento começa com a formação dos chamados núcleos de base, constituídos entre dez e trinta famílias e segundo o critério inicial de proximidade, geralmente a partir do município de procedência

> dos acampados. Através dos núcleos é organizada a divisão das tarefas necessárias para garantir a vida diária do acampamento: alimentação, higiene, saúde, religião, educação, animação, finanças... Através dos núcleos acontecem as discussões e estudos necessários para tomar as decisões sobre os próximos passos da luta. Os responsáveis pelas diversas tarefas compõem as equipes de trabalho, reunindo regularmente para planejar e avaliar suas atividades. Há uma coordenação geral do acampamento cuja responsabilidade principal é dar unidade à atuação de todas as equipes, bem como encaminhar o processo de negociação e de relacionamento com o conjunto da sociedade local e mais ampla. O fórum máximo de tomada das decisões sobre os rumos do acampamento é a assembléia geral das famílias acampadas, geralmente reunida após uma discussão preliminar das questões nos núcleos de base, canal principal de comunicação entre a coordenação e os acampados.

Essa organicidade interna tem sofrido alterações nos últimos anos, de modo que foram criadas novas instâncias para que as famílias pudessem participar mais ativamente dos encontros de reflexão e construção da luta. Um componente introduzido no processo, e que para nós interessa aprofundar mais, é a composição da coordenação de cada instância criada, que é formada por um homem e uma mulher, em uma clara tentativa de enfrentar as desigualdades de gênero.

Essa mudança pode ser compreendida como parte das conquistas das próprias mulheres, bem como uma necessidade para garantir sua participação mais efetiva nas diferentes instâncias organizativas e de luta do MST, uma vez que a experiência da participação no papel de coordenação capacita os sujeitos para exercerem funções diretivas, como lideranças no processo social.

Nessa reflexão, toma-se por referência uma importante contribuição de James Petras no texto “A revolução dentro da revolução”, quando ele analisa o recolhimento das mulheres no período pós-revolucionário, após uma intensa participação nas lutas sociais. Para o autor, os papéis desempenhados por mulheres e homens numa etapa da luta se constituem como educativos, experiências a serem resgatadas na etapa seguinte. Nesse sentido, adverte que se a mulher ocupar um lugar secundário na estrutura organizativa durante o processo de organização das famílias para uma ocupação de terras, ela também desempenhará papéis secundários na fase do acampamento e não haverá mulheres para formar a coordenação no assentamento, o que contribuirá para que ela volte às tradições anteriores de opressão e desigualdade.

Petras (1998) destaca, portanto, a dimensão educativa da luta, afirmando a importância das experiências educativas postas em movimento na luta pela terra, fundamentais para a recriação das identidades de gênero e do papel da mulher na sociedade. A experiência é discutida aqui na perspectiva de Thompson (1981), que a contextualiza como práxis em termos culturais e de consciência de classe ao afirmar que as pessoas vivem suas experiências não

só com idéias, mas também com sentimentos no seio da cultura, a partir de normas e obrigações familiares e de parentesco, de convicções religiosas e da cultura política das classes, que é geradora da consciência e organização dos sujeitos na história. O autor adverte que, pela experiência, as pessoas se tornam sujeitos, vivenciam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Essa experiência não é apenas introjetada pelas pessoas, mas é recriada em sua consciência e cultura.

No acampamento, pela sua organicidade interna, bem como pelas diferentes estratégias de luta, a mulher começa a pensar e a experimentar questões para além do cotidiano e do doméstico, resignificando sua presença na história. No acampamento, as tarefas consideradas femininas do "espaço privado", como lavar, cozinhar e cuidar dos filhos, começam a ser divididas também com os homens. Assim também, as tarefas no "espaço público" geralmente assumidas pelos homens, como organizar, coordenar tarefas e grupos, negociar, cuidar da segurança, viabilizar o trabalho para garantir o sustento, enfrentar a polícia, passam a ser assumidas também pelas mulheres. Contudo, esse processo não é valorizado e assumido por todos na mesma intensidade, até em função do modo de organização da vida e do trabalho que trazem da experiência anterior.

Nesse contexto, podemos perceber o quanto é importante esse avanço na organicidade do MST, quando a coordenação passa a ser assumida por mulheres e homens, pois cria-se, desde o início do processo da luta pela terra, condições mais efetivas para que mulheres também exerçam o papel de líderes no processo da luta social e na organização do trabalho. A ausência de experiências de participação em reuniões, principalmente na direção de algum grupo antes do acampamento, é apontada por Bock (1988) como um dos obstáculos à participação da mulher na luta pela terra.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MULHER SEM-TERRA

A participação das mulheres nas diferentes instâncias na luta pela terra, assumindo uma identidade própria, como "mulheres sem-terra", tem possibilitado a transgressão de sua invisibilidade social e política. Segundo Pinto (1992), com a inserção das mulheres nos movimentos sociais de caráter popular, elas deixam de atuar apenas nos limites do privado, provocando novas relações no interior da família e seu entorno; passam a articular, no âmbito do movimento, lutas diferenciadas em relação aos homens, como é o caso do Coletivo de Gênero, criado em 1996 dentro do MST, e, ainda, passam a questionar a própria condição de mulher.

Se analisarmos o papel que a mulher vem ocupando ao longo da trajetória de luta pela terra no MST e as relações de gênero postas em movimento,

podemos perceber um conjunto de avanços, mas também de recuos, e muitos obstáculos. No processo de recriação das identidades de gênero, parece-nos importante olharmos também para o papel que os movimentos específicos, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, surgido nos anos 80, têm desempenhado na luta pelo direito das mulheres a uma participação com igualdade de direitos nos diferentes espaços, na desnaturalização da condição em que a mulher foi subjugada historicamente, bem como na compreensão de gênero como uma construção social e histórica.

Tomando por referência os estudos de Deere (2004), cabe destacar que, na década de 1980, o movimento de mulheres rurais desenvolveu duas reivindicações centrais – a incorporação das mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social para as mulheres trabalhadoras rurais –, que refletiram o crescimento da participação de mulheres na força de trabalho agrícola e a discriminação que elas enfrentavam, inclusive dentro dos sindicatos.

Até os anos 80, a mulher trabalhadora do campo era vista como “do lar”, não era reconhecida como trabalhadora rural, não tinha direito à aposentadoria e ao salário-maternidade, não era sindicalizada e seu nome não contava no bloco de produtor. Somente com a Constituição Federal de 1988, como resultado da pressão e organização do movimento de mulheres rurais e das lideranças femininas dos sindicatos, articulados com o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, criado pelo Ministério da Justiça em 1985, os direitos das mulheres foram expandidos em relação à legislação do trabalho, aos benefícios de previdência social, à inclusão de mulheres na reforma agrária.

O ingresso da mulher na luta pela terra colocou-a não apenas diante da luta de classes, mas também diante do enfrentamento da questão de gênero. Isso se evidencia na questão do acesso à terra. Nos primeiros acampamentos dos anos 80, os homens solteiros podiam ser cadastrados pelo Incra para receberem um lote, no momento da desapropriação de terras. Direito que não estava posto para as mulheres solteiras. Além disso, quando uma família era assentada, o lote ficava apenas no nome do homem. Em pesquisa realizada em 1993 no Rio Grande do Sul, no Assentamento da Nova Ramada, conquistado em 1989 a partir do processo de ocupação da Fazenda Anoni, que se deu em 1986, uma das mulheres assentadas, solteira na época da ocupação, relata:

> Quando surgiu a questão do acampamento eu tinha 18 anos na época, foi uma barra lá em casa, eu fui sozinha, conheci o Ildo depois. E daí fui para ajudar no acampamento e acabamos ficando, fizemos cadastro. Muitos jovens fizeram cadastro. Foi toda uma discussão por ser mulher. Um rapaz foi bem mais fácil que guria. Tinha umas quantas gurias que tavam no acampamento. E daí nós conseguimos, nós que éramos as únicas gurias solteiras da comunidade. Então isto para nós foi uma conquista dentro do MST. Jovens, solteiros e também por ser mulher, e na

> comunidade quando o pessoal ficou sabendo era motivo para muita discussão. Ah! Elas solteiras, fizeram o cadastro, vão conseguir terra, foi aí a discussão maior e daí nos próximos assentamentos, mais jovens começaram a participar. No acampamento da Anoni a maioria eram idosos e famílias com vários filhos e depois nos outros acampamentos a maioria eram jovens, porque os jovens tinham muito medo de não conseguir fazer o cadastro, e nós por ser mulheres. Isto foi um avanço enorme. Para nós era motivo de orgulho. [sic]

Cabe destacar que, mesmo a mulher conquistando o direito de ser beneficiária da reforma agrária, o processo de seleção dos beneficiários feito pelo Incra, na época, era discriminatório, como nos aponta a pesquisa de Deere (2004). O Incra aplicava um sistema de pontuação no qual os homens de idade entre 18 e 60 eram premiados com um ponto, e as mulheres desse grupo de idade eram premiadas com 0,75 ponto. Além disso, os critérios em relação à experiência no trabalho agrícola também discriminavam, visto que para as mulheres, em função da sua "invisibilidade" no trabalho produtivo, é sempre mais difícil a comprovação da experiência na agricultura.

Essa situação revela que a luta pela terra exigiu não apenas a consciência de classe para mulheres e homens, mas também o debate, a consciência e a luta contra as desigualdades postas nas relações de gênero, naturalizadas historicamente. O enfrentamento das relações de gênero construídas e reproduzidas ao longo da história não é algo tranqüilo, uma vez que interfere na organização familiar e sindical, no movimento social e, sobretudo, na organização do modo de produção da sociedade, que tem, na sua estrutura econômica, responsabilizado a mulher camponesa pelo trabalho "invisível" de reprodução da força de trabalho, essencial para a reprodução das relações capitalistas de produção. Nesse processo, Gebara (2002) afirma que as mulheres estão mostrando que nas relações de classe, nas diferentes relações sociais presentes na cultura, existem relações de gênero que revelam o cruzamento da dominação social, política e econômica de um gênero sobre o outro.O conceito de gênero, surgido no interior da teoria feminista, se constitui como um instrumento de análise e luta para romper com uma visão que naturaliza as relações estabelecidas entre os distintos sexos a partir de explicações de natureza biológica, nas quais as diferenças são usadas para justificar atitudes desiguais e opressoras nas relações entre mulheres e homens. Para Scott (1995), gênero diz respeito à organização social da relação entre sexos, o que implica uma rejeição do determinismo biológico em relação aos papéis ou lugares que homens e mulheres assumem na sociedade. Para a autora, "o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder" (Scott, 1995, p.86).

Compreendida como uma construção social a partir das relações estabelecidas entre mulheres e homens, dos significados atribuídos ao femi-

nino e ao masculino, a categoria gênero nos permite relativizar uma visão puramente classista, ainda fortemente presente nos movimentos sociais. Nessa direção, concordamos com Franco García e Thomaz Júnior (2002), quando afirmam que se tomarmos classe articulada a gênero como categoria de análise, poderemos compreender como se produzem e reproduzem os espaços e momentos da luta pela terra, na qual acampamentos e assentamentos concentram relações de gênero diferenciadas da classe trabalhadora forjadas nessa luta. Além disso, o processo de transformação da sociedade almejado pelo MST não passa apenas por mudanças que implicam a luta de classes, mas requerem também o enfrentamento das relações sociais, nas quais são produzidas e reproduzidas as desigualdades de gênero na sociedade. Relações estas que se manifestam em todas as classes sociais, mas que atingem de forma bastante diferenciada as mulheres da classe trabalhadora.

RECONSTRUINDO A VIDA NA TERRA CONQUISTADA

Articulada à categoria de classe, a categoria de gênero se torna fundamental para compreendermos a condição, os dilemas e as conquistas do processo de emancipação da mulher decorrente de sua participação na luta pela terra. Contudo, essa emancipação não é uniforme e nem contínua. Estudos apontam que, paradoxalmente, ao mesmo tempo que a participação feminina é ampliada a partir das lutas sociais, permanecem muitos dos tradicionais espaços concebidos historicamente como femininos e masculinos.

Estudos como os de Santana (1997), Franco García e Thomaz Júnior (2002), e o meu próprio realizado em cinco assentamentos da região sul do Paraná (Schwendler, 2002), apontam que, na primeira fase de luta pela terra, o acampamento, ocorre uma ampliação significativa da presença da mulher na esfera pública, o que tem contribuído significativamente para a reconstrução dos papéis de gênero. Contudo, quando a luta envolve a fase do assentamento das famílias, há um recuo ou a diminuição da participação feminina.

Caldart (2000) nos adverte para a necessidade de olharmos para o assentamento como um lugar social em movimento, que vai sendo produzido a partir das relações sociais que se estabelecem ali, e a partir das decisões acerca do permanente processo de organização e reorganização, tomadas pelas famílias sem-terra do próprio assentamento e do movimento social como um todo, em função das exigências do contexto. Embora os assentamentos sejam bastante diferentes entre si, de modo geral eles mantêm uma identidade com a luta pela reforma agrária, preservam símbolos e traços, que permitem identificá-los como uma fração do território ocupado pelo MST.

As condições históricas de constituição dos assentamentos ao longo dos 22 anos de formação do MST, bem como as diversidades culturais, geográficas e econômicas são fatores essenciais para compreender as diferenças existentes entre os assentamentos e sua estrutura interna. Em alguns, a produção e a vida são organizadas sob o princípio da coletividade. Em outros, existem práticas coletivas e uma organização familiar muito semelhante a de outras comunidades do campo. A organização do modo de vida no assentamento precisa ser compreendida tendo como referência tanto a trajetória que os trabalhadores e as trabalhadoras sem-terra construíram antes de entrarem na luta, como a experiência que construíram no período em que a luta era mais intensa. A organização do cotidiano na fase do acampamento, baseada no princípio da coletividade, em que o objetivo central das famílias era a conquista da terra, possibilitou um conjunto de aprendizados determinantes para a reconstrução do espaço e da continuidade da luta pela terra. Todavia, o assentamento, segundo Gomes (2001), significa outro tempo, outro espaço, onde se busca a recriação das condições de vida. A conquista da terra recoloca a questão de como se reconstruir como pequeno produtor.

Nesse contexto de organização e construção da vida no território conquistado, as relações sociais, embora ressignificadas na fase do acampamento, são marcadas ainda fortemente por uma tradicional divisão sexual de trabalho e espaços de participação, conforme explicitado na pesquisa de relações de gênero nos Assentamentos Rurais, realizada pela Unesco em 2000 (Rua e Abromovay, 2000). Estudos como os de Salvaro (2004a) e Melo (2001) apontam a dupla jornada de trabalho da mulher assentada, no sentido de, no final de um dia de trabalho na lavoura, ela ainda ter a preocupação com os afazeres da casa e os cuidados com as crianças. Além disso, quando a mulher é também militante na luta social, ela se depara, muitas vezes, com a tripla jornada.

Salvaro (2004b), ao estudar um assentamento em Santa Catarina, onde a produção é coletiva e os homens trabalham oito horas, enquanto as mulheres trabalham quatro, recebendo também a metade do valor pago ao homem, constata que as diferentes jornadas se apresentam, para as mulheres, como uma forma de conciliar os trabalhos domésticos e o cuidado com as crianças, o que sugere que a divisão sexual do trabalho na família não sofreu significativas alterações. Situação semelhante foi constatada por Silva (2004) em outro assentamento, onde a produção é coletiva, o que revela que o bem-estar da família não é assumido pelo coletivo, porque é tarefa atribuída, ainda, apenas às mulheres.

A respeito do cuidar do bem-estar da família e da casa, Nobre e Silva (1998, p.29-30) afirmam:

> O que é chamado de cuidar da casa, esconde o trabalho na roça, a produção do artesanato, o cultivo da horta e a criação de animais, trabalho que produz mercado-

> rias cuja venda contribui para o sustento da família... O papel masculino idealizado é de responsabilidade pela subsistência econômica da família e a isso corresponde designar o trabalho do homem na produção. Para as mulheres, a atribuição do trabalho doméstico designa as mulheres para o trabalho na reprodução: ter filhos, criá-los, cuidar da sobrevivência de todos no cotidiano.

No contexto do campo, as tarefas domésticas geralmente não são reconhecidas como trabalho e mesmo a mulher participando do trabalho produtivo, isso é muitas vezes visto como uma "ajuda", porque é considerado fora de sua atribuição. Da mesma forma, quando o homem realiza alguma atividade doméstica, ele também estaria "ajudando" a mulher, como se evidencia nas falas das mulheres assentadas entrevistadas por ocasião da pesquisa sobre gênero realizada em cinco assentamentos no estado do Paraná: "Só as mulher trabalhava em casa; os home trabalhava na roça e as mulher ajudava também na roça" (educanda assentada).[3] A esse respeito, Silva e Portella (2006) afirmam que, diferentemente das mulheres que assumem cotidianamente o trabalho agrícola, os homens realizam atividades domésticas só excepcionalmente, até porque o "trabalho feminino" é menos valorizado.

Mesmo "ajudando na roça", na maioria das vezes não cabe à mulher decidir sobre como produzir, negociar, comercializar os produtos ou discutir a respeito dos créditos agrícolas. Essas tarefas são colocadas como masculinas. Ao analisar os assentamentos de reforma agrária, Ferrante (1998, p.74) aponta que "a participação das mulheres nas diferentes estratégias de formação de renda convive com a reprodução de desigualdades e exclusões no âmbito das decisões". Entretanto, em função da experiência de luta no período do acampamento, da discussão de gênero, de uma definição política do MST e da exigência das agências externas, como o Incra, da assinatura da mulher para liberação dos recursos que vão viabilizar a produção, o planejamento da produção e a organização do assentamento já têm sido assumidos em conjunto em muitos assentamentos e em muitas famílias, o que não significa, necessariamente, que a mulher tenha efetivamente poder de decisão.

O depoimento abaixo é revelador desse processo e mostra, também, como a própria mulher se exclui do processo de discussão de assuntos e espaços vistos historicamente como masculinos:

> Assembléia até que as mulher até que vem. Mas reunião de grupo, a maioria vai só homem. Principalmente se fala que é por causa que vai vim o Procera (Programa de

[3] Os depoimentos que apresentamos, como educandas ou educadoras, são de mulheres assentadas, participantes do processo de alfabetização de jovens e adultos em assentamentos do MST na região sul do Paraná, as quais foram entrevistadas no período de 2002-3, por ocasião de uma pesquisa que realizamos sobre as relações de gênero no processo de alfabetização de jovens e adultos.

> Crédito Especial para Reforma Agrária). Agora não é mais Rocera, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Vem só homem. Quando era da medição, que era pra medir os lote, veio eu e a que é coordenadora e mais uma mulher. ... Os homem vieram todos. (Educanda assentada) [sic]

A organização do trabalho e da vida cotidiana nos assentamentos se insere numa cultura social, e mais especificamente camponesa, marcada por uma rígida organização do modo de vida, baseado em divisões sexuais de papéis historicamente definidos, os quais são naturalizados, ainda, por muitas mulheres e não foram necessariamente rompidos no período mais intenso da luta pela terra. A divisão tradicional de papéis distintos para mulheres e homens se sustenta numa rígida divisão sexual do trabalho, compreendida por Souza-Lobo (1991) como uma construção social e histórica. A autora afirma que se o capitalismo utiliza uma estratégia de "dividir para reinar", a configuração dessas divisões é construída socialmente pelas relações de classe, raça, gênero e nas práticas sociais.

A divisão sexual de papéis, na realidade do campo, não aparece apenas na questão do trabalho, mas na totalidade do modo cotidiano de vida, nas relações sociais que se estabelecem em diferentes espaços, como do lazer, da religião, da escola, das lutas sociais. Nesse contexto, parece-nos importante analisar o espaço da militância, da participação como liderança, uma vez que representa a entrada da mulher no espaço público e, segundo alguns estudos, a tripla jornada, definida fortemente a partir dos papéis assumidos historicamente por mulheres e homens na organização do modo de vida no campo.

Em alguns espaços vistos historicamente como masculinos, embora já tenham ocorrido modificações, a mulher pouco participa, como nas coordenações com caráter mais político, nos setores de produção, na frente de massas e nos espaços de negociações (Fischer e Gehlen, 2002). Os espaços ocupados por mulheres são os setores de educação e saúde, vistos historicamente como espaços femininos. Mesmo nesses espaços, muitas mulheres assentadas ainda encontram enormes dificuldades de participação. Na pesquisa sobre relações de gênero e educação de jovens e adultos nos assentamentos (anteriormente citada) encontramos vários relatos de que os homens não deixam suas companheiras participarem, ou as próprias mulheres discriminam a mulher que sai muito em função de ocupar coordenações, participar de encontros de formação fora do assentamento ou das aulas de alfabetização de adultos. Há, contudo, explicações dadas pelas próprias mulheres para a não-participação. Para a grande maioria delas, que historicamente estiveram caladas, falar em público e expor suas idéias ainda é um exercício recente, para o qual, muitas vezes, não se sentem capacitadas. Além disso, muitas assentadas, segundo Franco García e Thomaz Júnior (2002), acabam por não reconhecer as limitações de gênero e apresentam tudo como uma escolha pessoal:

> O setor que a mulher geralmente ocupa na organização é o Setor de Educação, de Saúde. ... porque ela acha que não tem capacidade para estar no Setor de Produção. Porque desde criança foi criado que a mulher não é capaz de produzir alguma coisa. E daí sempre aquele sexo frágil, que tem que cuidar das crianças, cuidar da casa, essas coisas assim. Que não pode estar no cotidiano, assim, na luta, né, na Frente de Massas [Setor de Frente de Massas no MST, é o que realiza o trabalho de base, mobiliza os trabalhadores rurais e organiza as ocupações], é um setor que tem que estar só em movimento, tem que estar um dia aqui, um dia lá. E já a mulher já não participa da Frente de Massas por causa desse negócio... parece que ela é submissa... Não é que os homens não deixam. Às vezes, ela mesma criou essa barreira dentro dela, que ela não é capaz de fazer alguma coisa. (Educadora assentada) [sic]

> Eu não ia porque ele não deixava eu ir... porque ele diz que era, só ia homem, ia pouca mulher e era só eu de mulher lá no meio. ... Aí eu ficava cuidando da casa. Eu ia só quando tinha mais mulher. (Educanda assentada) [sic]

> Tem pessoas ainda que falam, né. ... Tem muitas pessoas que acha que a gente, né, a... sai muito, fica muito fora de casa – "onde que se viu!", né, "porque a mulher tem que dar mais atenção em casa". Na minha comunidade tem pessoas assim, que discriminam bastante a gente. (Educadora assentada) [sic]

Estar em alguns espaços públicos, onde a maioria ainda são homens, e ausentar-se da casa, espaço que é naturalizado como sendo de obrigação da mulher, têm-se constituído, muitas vezes, em empecilho para a participação da mulher na vida política e militância no movimento social. A esse respeito, Silva (2004) nos mostra que a não-participação da mulher vai além de um problema político e de uma negação de participação. Segundo a autora, o espaço da casa é muito mais que uma construção material. Ele é, sobretudo, social e cultural. Um espaço que traz um conjunto de significados relacionados ao feminino. Como fronteira entre as esferas masculinas e femininas, tem servido às mulheres como local de aprisionamento e responsabilidades. Para as mulheres assentadas, a casa foi a primeira conquista de um espaço próprio, no qual elas podem exercitar seus pequenos poderes e onde não se sentem inseguras para falar e agir. O que se evidencia é que ainda permanece muito forte, tanto entre homens como entre mulheres, o discurso de que a mulher pode até participar do espaço político, desde que o concilie com o espaço doméstico, o que também contribui para a resistência das mulheres à participação na vida política. Segundo Paulilo (2004, p.248), "as mulheres são muito cobradas se não conseguem 'se impor', se não 'se desafiam', enquanto o fato de os homens não dividirem o trabalho doméstico é um pecado menor, tão leve que risível".

A condição em que a mulher participa da luta pela terra, os dilemas que enfrenta durante o processo de ocupação da terra e de construção da vida no território conquistado precisam ser compreendidos como parte de uma longa história de opressão da mulher trabalhadora, inserida na

cultura camponesa, numa sociedade patriarcal e capitalista que reforça a ideologia hegemônica de gênero, que oprime a mulher a partir de normas discriminatórias socialmente aceitas.

A MULHER CONSTRÓI A LUTA: A LUTA CONSTRÓI A MULHER

A participação da mulher no processo de construção da luta pela terra, em acampamentos e assentamentos, tem se posto, dentro dos limites impostos pelas condições de produção e reprodução da sua vida como trabalhadora do campo, dentro de um modelo de desenvolvimento econômico que a exclui e oprime duplamente: por ser da classe trabalhadora e por ser mulher. Participando da luta pela terra, ela questiona ou até rompe com alguns limites, construindo-se como "mulher sem-terra". Essa é, também, uma das grandes conquistas da luta. No espaço e no território da luta pela terra, as mulheres participam "não como seres assexuados, mas como mulheres, mães de família participando de tudo, mesmo estando grávidas e levando consigo os bebês de colo" (Lechat, 1996, p.123). A presença da mulher como sujeito histórico torna-se fundamental na luta pela terra e a torna possível, o que é confirmado pelos próprios assentados*:* "E se não fossem as mulheres junto na luta, elas organizadas, junto com o homem, eu acho que não existia o assentamento. É muito importante a mulher na luta. Ela organiza e ajuda a organizar e acompanha a luta" (Depoimento de assentado da Nova Ramada – RS, 1994).

Ao mesmo tempo que a mulher participa com o homem como membro de uma classe social, que se coloca em luta pela sobrevivência para exigir o direito à terra e ao trabalho, descobre que precisa lutar também pelo direito à educação, saúde e crédito; que a luta é pela reforma agrária, por um projeto de transformação social. Nesse processo, ela se descobre, também, como sujeito que esteve historicamente excluído, sem direitos e sem lei que a proteja ou defenda. A esse respeito, uma educadora assentada declara:

> Sentava aquelas roda, assim, de mulher, daí ia discuti sobre direito, muitas coisas que a gente não sabia a gente aprendeu na luta.
>
> Eu vi o direito que a gente tem. Pensava que a mulher era uma pessoa que não tinha direito de nada. Depois que a gente começou a estudá, daí mudou bastante. Porque os mesmos direitos que o homem têm a mulher também têm. Se o homem pode ter a terra no nome dele eu também posso ter. (Educanda assentada) [sic]

Esse reconhecimento da negação de direitos como produção de uma cultura e de um modo de produção que explora duplamente a mulher trabalhadora do campo tem sido fundamental para que ela se coloque em

movimento junto com outras companheiras para construir lutas específicas, o que tornou possível algumas conquistas, como o reconhecimento da profissão de agricultora, que permitiu a conquista do salário-maternidade, aposentadoria, direito à assistência para a mulher e seus filhos até catorze anos em caso de acidente de trabalho. O direito formal da mulher à terra na reforma agrária foi conquistado, segundo Deere (2004), como um subproduto do esforço de acabar com a discriminação contra as mulheres em todas as suas dimensões.

A autora afirma que a expansão da reforma agrária, na segunda metade dos anos 90, está associada, entre outros fatores, à consolidação nacional do MST, à radicalização dos sindicatos na questão da reforma agrária, ao aumento do número de ocupações e ao aumento na parcela de beneficiárias em alguns estados. Sugere que essa tendência pode ser atribuída parcialmente à abertura do MST às questões de gênero, o que em si reflete a participação crescente de mulheres como lideranças em todos os níveis e a necessidade da consolidação dos assentamentos. Contudo, cabe destacar que, mesmo havendo um aumento significativo da presença da mulher na luta pela terra, visando o acesso às terras de reforma agrária, apenas 12% dos lotes de terras em assentamentos no Brasil estão em nome das mulheres. Além disso, como nos aponta Campos (2006), as mulheres participam da luta pela terra, mas, na maioria dos casos, são cadastradas no Incra como dependentes dos homens e, conseqüentemente, nos assentamentos não têm acesso a créditos, não são reconhecidas como agricultoras e ficam excluídas de direitos trabalhistas e previdenciários.

Diante desse contexto, o Setor de Gênero do MST destaca a importância da participação da mulher na luta por mudanças estruturais, o que passa pela construção da consciência de classe articulada à consciência de gênero. Afirma que, quando as mulheres sem-terra chamam atenção para a necessidade do MST promover a igualdade de gênero, não estão querendo que o Movimento se afaste da luta de classe, uma vez que uma luta não é contraditória à outra. De forma complementar, contribui para que as mulheres também participem da luta pela transformação social.

Se analisarmos os depoimentos das educadoras assentadas, poderemos perceber que a mulher sem-terra, ao participar da luta social, avança na sua consciência de membro da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, começa a questionar papéis sociais de mulheres e homens naturalizados historicamente. Elas afirmam:

> Eu antes participava mais como monitora, catequista. Eu não participava da coordenação, das reuniões do Incra. Depois, eu chamava as mulheres para participar. Às vezes, a gente não enxerga e acha que é normal que o filho fica com a mãe, se os dois estão na reunião. Pra mim, esta divisão de serviço de mulher e serviço de homem era normal. [sic]

O processo de participação das mulheres na luta pela terra possibilita que elas pensem por si próprias, coloquem sua opinião, se reconheçam como sujeito capaz, revelando o processo de socialização política e de empoderamento,[4] construído nos múltiplos espaços da luta social.

> Antes, assim, eu ficava, né, eu pensava assim comigo: "Ah, os homens têm idéia melhor!" Às vezes, né, a gente pensava assim: "Ah... o homem dá uma opinião, a mulher tinha que aceitar". Mas hoje eu vejo quanto que a gente tava errada, né. De você pensar assim: "Ah... o homem dá opinião, você vai aceitar". Desde um encontro, né, que a gente vai... Às vezes, um homem dava aquela opinião, a gente aceitava. É assim, né... se você tem uma idéia, você tem que colocar aquela idéia também para discutir junto no grupo, né? Ah! Eu hoje falo bastante. Antigamente não, né... Não sei se é porque a gente já trabalha mais no movimento, né, que nem... ta... trabalhando no movimento você vai pegando noção de como você trabalha, né? Você vai perdendo até mais a vergonha de falar tudo, né. Que nem, essas que participa só dos encontro de mulher, elas ficam ainda meia inseguras, né, de que você vai conversar, do que você vai colocá, trocá as idéia, né, colocá as suas idéia (Educadora assentada). [sic]

Muitas vezes, as mudanças ocorridas nas relações de gênero não são visíveis, necessariamente, na organização do trabalho e na militância. Quando ouvimos suas histórias, acompanhamos suas lutas, seu cotidiano, podemos perceber como elas se constroem como gente, como sujeito, não só como "sem-terra", mas como "mulher sem-terra". Além disso, as experiências organizativas das mulheres nos acampamentos e assentamentos, a luta das lideranças femininas para o surgimento do debate de gênero no MST nos diferentes níveis e a elaboração de linhas políticas para o conjunto da organização têm sido fundamentais para o processo de empoderamento das mulheres. Contudo, como adverte Cordeiro (2006), os processos de empoderamento que implicam mudanças das relações de gênero são moldados de acordo com o contexto local e com a posição específica que as mulheres ocupam na família, na comunidade ou nas relações mais amplas, e que, portanto, não ocorrem concomitantemente nos espaços privados e nas esferas públicas, e nem atingem as mulheres da mesma forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das condições, dilemas e conquistas decorrentes do processo de participação da mulher na luta pela terra a partir das categorias de classe e

[4] Cordeiro (2006) discute alguns aspectos do processo de empoderamento, tais como: ter confiança, respeito e auto-estima; capacidade para expressar as próprias idéias; ter liberdade de ir e vir para além da casa e dos sítios; a ação coletiva e o fazer político; a luta por direitos; e o acesso a programas e recursos.

gênero nos levam a constatar que o processo de emancipação da mulher nas lutas sociais não é contínuo, nem uniforme, e precisa ser compreendido a partir da processualidade social em que a luta pela terra é construída nos acampamentos e assentamentos.

Se o acampamento é um espaço onde se estrutura uma nova forma de organizar o cotidiano a partir do coletivo, permitindo avanços na consciência de classe, é também um espaço que desestrutura papéis definidos para homens e mulheres e recria identidades de gênero. Permeado por tensões, principalmente no espaço familiar, a "mulher sem-terra", quando acampada, começa a romper com sua invisibilidade pública por meio de fatores como a socialização da vida privada, pela criação de espaços onde começa a ter voz; a divisão de tarefas do espaço público e privado entre homens e mulheres; as novas experiências organizativas que a condição da luta exige.

Quando a luta assume a fase do assentamento, a vida se organiza baseada em outras necessidades, e as famílias se voltam principalmente para a produção material da existência, o que tem contribuído para a diminuição da participação de mulheres e homens no movimento. Contudo, a participação da mulher encontra outros obstáculos, postos pela divisão sexual do trabalho, pela ideologia hegemônica de gênero, presente também nos acampamentos e assentamentos, que naturaliza papéis e lugares sociais para homens e mulheres, porque o gênero é construído ideologicamente, enquanto território imaterial, por valores que se reproduzem no tempo e no espaço.

Ao mesmo tempo que a inserção das acampadas e assentadas no movimento social de luta pela terra e em organizações ou movimentos específicos de mulheres tem permitido que encontrem canais para repensar a sua condição e o seu papel na sociedade, e acima de tudo, para a ruptura com o isolamento da vida construída no espaço privado e sua inserção no espaço público, elas ainda encontram enormes obstáculos na prática social para a conquista da igualdade, seja nos espaços da luta social, do trabalho, da vida familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCK, M. R. *A participação da mulher na luta pela terra*. Santa Maria, 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria.

CALDART, R. S. *Pedagogia do movimento sem-terra:* escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMPOS, C. A. *participação da mulher na transformação social.* Disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=2197>, 2006.

CORDEIRO, R. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no sertão central de Pernambuco. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. *Agricultura familiar e gênero:* práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Editora da UFPE, 2006.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Estudos feministas* (*Florianópolis)*, v.12, n.1, 2004.

FERNANDES, B. M. *MST:* formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.

______. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista OSAL (Buenos Aires)*, Clacso, 2005.

FERRANTE, V. L. B. Assentamentos rurais: espaços masculinos/femininos na construção de um novo modo de vida. In: ABRAMO, L.; ABREU, A. R. P. (Orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo/Rio de Janeiro: Alast, 1998.

FISCHER, I. R.; GEHLEN, V. *Reforma agrária*: chão masculino, pão feminino. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/130.html>, fev. 2002.

FRANCO GARCÍA, M.; THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, v.6, n.119 (27), 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-27.htm>

GEBARA, I. *Cultura e relações de gênero*. São Paulo: Cepis, 2002.

GOMES, I. Z. *Terra e subjetividade:* a recriação da vida no limite do caos. Curitiba: Criar, 2001.

LECHAT, N. M. P. *A questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra:* estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul. Ijuí: Unijuí, 1996.

MELO, E. J. Gênero e jornada de trabalho em assentamentos rurais. *Revista Pegada Eletrônica*, v.2, n.2, out., 2001.

MST/SETOR DE GÊNERO. *A participação das mulheres no MST*. Disponível em: <h ttp://www.mst.org.br/setores/genero/htm. Acessado em 5 mar. 2007.

NOBRE, M. S. P.; SILVA, N. F. O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero. *Coletivo Nacional de Mulheres MST. Compreender e construir novas relações de gênero*. São Paulo: Peres, 1998.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar. Uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas (Florianópolis)*, v.12, n.1, 2004.

PETRAS, J. Uma revolução dentro da revolução. *Coletivo Nacional de Mulheres MST. Compreender e construir novas relações de gênero.* São Paulo: Peres, 1998.

PINTO, C. R. Movimentos sociais: espaços privilegiados: a mulher enquanto sujeito político: In: COSTA, B. *Uma questão de gênero.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

RUA, M. G.; ABROMOVAY, M. *Companheiras de luta ou coordenadoras de panelas*. Brasília: Unesco, 2000.

SAFFIOTTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA; BRUSCHINI. *Uma questão de gênero.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SALVARO, G. I. J. *Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST.* Santa Catarina, UFSC, 2004a. Dissertação (Mestrado).

______. Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. *Estudos Feministas (Florianópolis)*, v.12, n.1, 2004b.

SANTANA, M. C. S. *Participação política e produtiva:* estudo das relações de gênero no Assentamento Moacir Wanderleu – Quissamã (SE). Universidade Federal da Paraíba, 1997.

SCHWENDLER, S. F. A construção do feminino na luta pela terra e na recriação social do assentamento. Disponível em: <http://www.landless-voices.org>. University of Nottingham, 2002.

SCOOT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade (Porto Alegre)*, v.20, n.2, jul./dez., 1995.

SILVA, C. B. Relações de gênero e subjetividades no devir do MST. *Estudos Feministas (Florianópolis)*, v.12, n.1, 2004.

SILVA, C.; PORTELA, A. P. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no nordeste brasileiro. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. *Agricultura familiar e gênero:* práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Editora da UFPE, 2006.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos:* trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente:* a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

10
Hoje, a mulher é a estrela – divisão sexual do trabalho guerreiro nas lutas camponesas no Maranhão*

Maristela de Paula Andrade

A quebradeira de coco, ela tem sido peça fundamental nessa organização. Até na época dos conflitos, porque eles [os vaqueiros, os pistoleiros, os empregados de fazenda] chegavam pra derrubar as palmeiras ... e iam derrubando as palmeiras e aí quem ia pedir pra não derrubar, nessa hora, é as mulher, porque os homens não podiam encostar, porque tava todo mundo armado lá e o homem que encostasse lá eles matavam, né? Botavam era pra matar mesmo... e aí a gente usava as mulheres... as mulheres ia em grupo e pedia, eles diziam logo: "nós não vamos parar"... voltava, e quando chegava, à tarde, com duas três carradas de homem, todos armado pra briga. E as mulheres desde... a partir da organização, elas já foram peça fundamental, e hoje as mulheres tem sido força maior na questão da preservação, porque quando os homens [contratados pelos fazendeiros] estão derrubando as palmeiras é elas que estão lá pedindo pra não derrubar é elas que estão questionando o babaçu, o babaçu livre, é elas que estão trabalhando pra que essa lei seja lei mesmo e proibir mesmo a derrubada... elas que estão na justiça, já ganharam a lei orgânica, estão lá em São Luís discutindo com o governador do estado e, futuramente, é levar essa questão da lei do babaçu livre para o Brasil... essa é a intenção. É o trabalho das mulheres quebradeiras de coco. E a outra parte que é fundamental, também, é voltada pra família, da economia familiar, as mulheres é a parte fundamental, porque elas é quem mais quebra coco, é elas quem faz a compra do café, do açúcar,

* Este artigo foi redigido em janeiro de 2005. O trabalho de campo por meio do qual se levantaram as informações que lhe servem de base foi realizado nos meses de dezembro de 2003, janeiro e fevereiro de 2004, em conjunto com Luciene Dias Figueiredo, no âmbito do projeto *Olhar crítico – casos bons para pensar*, coordenado pela Action Aid Brasil. Josoaldo Lima Rêgo, geógrafo, assistente de pesquisa, então bolsista Pibic/CNPq, também realizou entrevistas, em abril de 2004. Uma primeira versão do texto foi publicada em CD, pela Action Aid Brasil (2005).

> do dia a dia, é através daquele babaçu... porque os homens não têm emprego, assim que todos os mês você recebe ... então o serviço é de roça e não fornece assim a produção que a gente venda todo mês, toda semana, pra ter o cumê, então o básico mesmo seria o babaçu e quem mais quebra o babaçu são as mulheres... os homens tão é cuidando da roça ... eu acho que, hoje, a mulher é a estrela da cooperativa.
>
> José Alves da Silva (Zé Mundico), gerente da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj).

A OCUPAÇÃO DO MÉDIO MEARIM MARANHENSE E OS ANTECEDENTES DAS LUTAS PELA TERRA

O chamado Médio Mearim, região geográfica do estado do Maranhão, é classificado pela Gerência de Planejamento deste estado como integrando a denominada Meso-Região do Centro Maranhense e a Microrregião do Médio Mearim (Gerência de Planejamento do Estado do Maranhão (Geplan), 2002). Essa *região*,[1] integrada pelos municípios de Bacabal, Esperantinópolis, Lago do Junco, Olho d'Água das Cunhãs, Poção de Pedras, São Mateus do Maranhão, Satubinha, São Bernardo do Mearim, Igarapé Grande, Lago Verde, Pedreiras, Santo Antônio dos Lopes, São Raimundo do Doca Bezerra, Trizidela do Vale, Bom Lugar, Lago dos Rodrigues, Lima Campos, Pio XII, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Roberto, São Bernardo do Mearim, Lima Campos, Lago da Pedra, é também classificada geográfica e administrativamente como Amazônia Legal. Nessa região de transição para a Amazônia concentra-se uma das maiores ocorrências de palmeiras de babaçu do estado do Maranhão, formação florestal secundária existente em vários estados brasileiros, como Mato Grosso, Rondônia, Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Piauí, Tocantins e sudeste do Pará. Até os anos 50 do século XX, onde hoje o babaçu é predominante, registrava-se cobertura florestal primária e as palmeiras apresentavam-se dispersas entre as demais árvores, como vegetação dominada. Ganhou densidade e concentração a partir da devastação da cobertura florestal original e, desde então, passou à condição de vegetação dominante.

Nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e sudeste do Pará famílias camponesas praticam o extrativismo do coco babaçu, combinando-o com a agricultura. Nos últimos anos, em alguns contextos, vêm adotando a autodefinição de *trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas.*

Famílias camponesas do Nordeste do país, integrantes de *frentes de expansão* (Martins, 1975) que alcançam o Mearim não foram atraídas por essas palmeiras, mas pela existência de florestas e de terras agricultáveis e

[1] Para uma discussão do conceito de *região* pensado no âmbito da movimentação política das *quebradeiras de coco babaçu*, ver Rêgo (2004).

livres. Essas frentes migratórias que penetraram o estado, por Teresina e Floriano, desde 1920 (Andrade, 1973) eram oriundas da Paraíba, do Ceará, do Piauí e engrossadas por famílias de camponeses maranhenses (Santos, 1981, 1985, 1986). Ocuparam o Vale do Rio Mearim, onde buscavam novas terras, de modo a escapar dos constrangimentos dos latifundiários em seus locais de origem. Nas *frentes de expansão*, dois tipos de pequenos produtores se deslocaram: os criadores de gado, que se distribuíam pelos cerrados, para aí desenvolver a pecuária extensiva, e os agricultores, que se instalaram nas matas, ao longo dos Rios Mearim, Grajaú e Pindaré, onde foram constituindo os chamados *centros* (Santos, 1981, 1985, 1986; Velho, 1972).

As pastagens somente substituíram as florestas de babaçu, no Médio Mearim, nos anos 50 do século passado, com a expansão da pecuária. Integrantes de um segmento dessa frente migratória iniciaram o ciclo do gado na região, antes mesmo do incentivo oficial à pecuarização, característica dos anos 70. Leonildes Alves da Silva,[2] *quebradeira de coco* da localidade Marajá, município de Lago do Junco, lembra:

> Foi nos anos de 50 até 60, por aí assim... nesse tempo.., aí eles começaram a roçar e jogar capim, e a comprar gado ... esse Pedro Arruda ia pro sertão, comprava gado pra lá bem baratinho, vendia aqui a colheita... Como o Ceará mesmo era seco, não tinha pasto, vendiam gado bem baratinho, eles passavam de quinze dias, de sss, viajando de lá para cá, devagarzinho, com esse gado.

Essa também chamada *frente nordestina,* da década de 1950, trouxe consigo também comerciantes e usineiros (Almeida e Mourão, 1975, p.20) que, acompanhando os deslocamentos camponeses, os alcançaram no interior das matas, por meio de tropas de burro, e escoaram sua produção para as beiras dos rios e para as estradas (Santos, 1986). Desse modo, acumularam capital e adquiriram benfeitorias dos que já não possuíam condições de permanecer na localidade, produzindo para manter o grupo familiar. Esses comerciantes, agora também na condição de proprietários, formariam um segmento social que combinaria pecuária, comércio e arrendamento de terra, embora, em muitos casos, também praticassem a pequena agricultura (Almeida e Mourão, 1976).

Grande parte das famílias que permanecia morando nos povoados terminou por perder a condição de camponeses livres, passando a constituir um novo segmento, o dos *agregados*, termo com vários significados em diferentes regiões do Maranhão, indicando a situação de submissão a outros agentes sociais, a quem devem pagar pelo aluguel da terra. Acirraram-se,

[2] Casada, mãe, avó, sócia da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR), produtora do sabonete Babaçu Livre, integrante da Associação do Assentamento Aparecida, sócia da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj), membro do Projeto Roças Orgânicas, moradora do povoado Marajá, município de Lago do Junco.

deste modo, as tensões entre diferentes segmentos sociais presentes na região. Contudo, as terras já estavam, em grande parte, desmatadas: a vegetação já se tornara secundária, os babaçuais já se haviam formado em grandes extensões, tornando-se, pois, mais fácil a expansão da pecuária. Como relata dona Leonildes:

> P: E essas pessoas eram moradores mesmo que foram comprando ou era alguém de fora?
>
> Leonildes: Morador mesmo do povoado. Um povoado que nem o Ludovico, que tinha uma média de uns 50 moradores foram poucas pessoas que ficaram com terra, o resto ficavam tudo agregado, trabalhando e pagando renda para eles... quando botavam uma roça... eles diziam assim: "Eu não vou querer que pague a renda da roça porque eu quero que você vá jogar o capim..." [sic]

Outro fator importante a resgatar, no tocante às tensões sociais no campo maranhense, nesse período, é que após a edição da Lei Estadual n.2.979, de 17/7/1969, chamada também Lei Sarney de Terras (Gonçalves, 2000), o governo estadual mobilizou esforços para empreender a pretendida *modernização* do campo. Planejou ações com o objetivo de implementar o que conceituou como *desenvolvimento da agricultura*, apontando para o que entendia como a solução dos problemas agrários que se alastravam pelo estado. Nesse momento, o Maranhão ainda é pensado pelos planejadores como "celeiro do Brasil" e como solução para os problemas agudos decorrentes da não-distribuição da terra no Nordeste. Contrariamente ao planejado, porém, agravaram-se as tensões, pois as medidas governamentais não consideraram as frentes de camponeses que já haviam ocupado parte da chamada Pré-Amazônia, afugentando grupos tribais (Santos, 1986),[3] e que continuavam se deslocando em busca de terras na floresta. Para os planejadores, o estado dispunha de considerável estoque de terras devolutas, devendo incentivar tanto a agropecuária de grandes grupos econômicos, como também o assentamento de novas famílias oriundas das áreas que passavam por tensões sociais, por meio da regularização fundiária (titulação).

A política governamental, a partir dos anos 70, favoreceu a titulação e a demarcação irregular de grandes extensões de terras a favor de latifundiários, barrando a agricultura familiar e impondo a pecuária extensiva na região do Mearim. Agora, não apenas comerciantes, usineiros e pecuaristas acompanhavam os deslocamentos camponeses, mas os proprietários buscavam incorporar as áreas ocupadas por esses pequenos produtores de alimentos a seus latifúndios improdutivos, adquirindo-as daqueles que dispunham

[3] O filme de Murilo Santos relata o encontro dos camponeses do Centro do Bala, denominado pelo autor de *cabeça da frente*, por ser o último entre os territórios tribais e a sociedade nacional, com os índios Awa Guajá que, naqueles anos 1978, 1979, 1980, ainda perambulavam pelas matas do Pindaré e seus afluentes.

de pequena ou média quantidade de terra e expulsando-os em seguida. Introduziram a utilização de máquinas para desmatar (agora, os babaçuais), preparando a terra para a implantação de pastagens em grande escala.

Uma característica desses novos agentes sociais, chamados pelos camponeses de *fazendeiros*, é que, via de regra, não residiam no estado (alguns representavam grandes grupos econômicos), ou, aí se estabelecendo, viviam nas cidades maiores ou na capital, mantendo fortes ligações com o poder local e, inclusive, financiando suas campanhas eleitorais. Eram ou estavam ligados aos *usineiros* da cidade, comprando a produção camponesa (arroz, milho, farinha e amêndoas de babaçu) a preços aviltantes, por meio dos chamados *barraqueiros,* também denominados, em algumas áreas, de *comerciantes de patrão.*[4] Esses *fazendeiros* passaram a impedir a entrada das *quebradeiras de coco* em suas pastagens, chamadas *soltas*, colocando *vaqueiros* (às vezes denominados *gerentes*) para resguardar, a todo custo, seus (na maior parte das vezes, pretensos) direitos de propriedade.

Passou-se a assistir, portanto, a um agravamento da situação de fechamento do acesso à terra, que já vinha se intensificando desde os anos 50. Além dos problemas anteriores enfrentados pelas famílias camponesas (altos preços dos aforamentos, invasão das áreas de cultivo pelo gado dos proprietários, obrigatoriedade de vender as amêndoas do coco babaçu e de comprar os produtos que não produziam somente nos comércios dos proprietários das terras), elas defrontaram-se, na década de 1970, com a proibição de adentrar as pastagens dos chamados *fazendeiros* para daí extrair o babaçu.

Fechada a possibilidade de implantar seus roçados livremente ou mesmo pagando altos preços pelo aluguel da terra, restava às famílias, como alternativa de sobrevivência, somente a extração do babaçu, apesar dos preços aviltantes pagos pelos *fazendeiros* pelas amêndoas.

Todavia, a fertilidade dos solos caíra bastante, em conseqüência do fechamento das terras e da impossibilidade de respeitar o período de pousio historicamente praticado pelos camponeses que adotavam a derrubada e a queima para preparo do solo, tornando mais aguda a situação dessas famílias de pequenos produtores de alimentos. Submetidas aos comerciantes, viviam uma situação-limite: tendo comprometida sua reprodução física, o extrativismo passou a ser atividade de todos – homens, mulheres e crianças. A extração e quebra do coco, assim como a venda diária das amêndoas, tornou-se crucial à sobrevivência do grupo familiar.

Ocorre que os comerciantes, em geral os próprios donos das terras, haviam instituído o sistema do chamado *vale*, pagando apenas nos finais de

[4] Geralmente um morador do próprio povoado, financiado pelo usineiro ou proprietário e que monta um pequeno comércio onde realiza trocas comerciais de mercadorias (açúcar, café, óleo, querosene, fumo e outros) pela produção agrícola e extrativa.

semana, de acordo com o que cada um quebrara. Em outros casos, tinham imposto a chamada *quebra de meia*, na qual as mulheres se viam obrigadas a entregar metade do que quebravam, além de perder as cascas dos cocos, com as quais produziam o carvão para cozinhar. Por fim, com o avanço da pecuarização e, portanto, das cercas, e diante da insistência das famílias em adentrar essas áreas, agora privatizadas, os proprietários passaram a arrendar a coleta e a quebra do coco a terceiros, obrigando as famílias a quebrar nos chamados *barracões*, dentro das próprias *fazendas*.

Da entrada às escondidas nas fazendas, para coletar e quebrar, passando por debaixo das cercas; da recusa em vender as amêndoas para os pretensos proprietários das terras, as famílias passaram a promover quebras em sistema que chamam de *mutirão*. Antes, as mulheres já quebravam no sistema denominado *de adjunto*, reunindo-se em grande número para se entre-ajudar, em um sistema de reciprocidade positiva. No caso dos *mutirões*, já no contexto da resistência às interdições que vinham sofrendo para adentrar os babaçuais, grandes grupos de pessoas (mulheres, homens e crianças) passam a penetrar nas áreas agora privatizadas e a quebrar todo o coco que encontrassem já reunido pelo arrendatário. Este último, em muitos casos um trabalhador abastado com maior número de filhos, arrendava a chamada *solta,* empregando terceiros na atividade de quebra dos cocos. Em reação a essa nova forma de exploração de seu trabalho e de interdição ao livre acesso aos recursos naturais, em várias situações, esses grupos de homens, mulheres e crianças passaram a romper as cordas que sustentavam os chamados *jacás*, nos lombos dos animais, cheios de coco recolhidos pelos arrendatários. Queimaram *jacás* e *barracões,* tornando mais agudo o clima de tensão na região.

Em represália às ações das famílias, em meados dos anos 80, os *proprietários* começaram a derrubar as palmeiras, primeiro manualmente, e, depois, com máquinas. Nesse momento, a rebelião se espalhou, atingindo toda uma região, instalando-se a luta não apenas pelo acesso às palmeiras, mas pela terra. Instaurou-se uma verdadeira guerra envolvendo, de um lado, as famílias camponesas e seus aliados, principalmente a Igreja Católica e, de outro, uma rede vinculando proprietários de terra, pistoleiros, vaqueiros, delegados de polícia e políticos.

Aconteceram ataques a povoados, prisões e mortes de ambos os lados. Homens e mulheres se movimentaram, elaborando estratégias de resistência, dividindo-se para enfrentar a luta pela sobrevivência e a guerra contra os proprietários de terras. Há, nesse momento, uma divisão sexual do trabalho guerreiro, expressa muito claramente nos relatos. Surgiu, então, a *quebradeira de coco* como sujeito coletivo, muito embora a luta tenha envolvido homens, mulheres e crianças, como resultado de estratégias de resistência postas em prática pelo conjunto das famílias, de acordo com valores, regras e padrões culturais que regem as relações de gênero nessas sociedades.

A PRIVATIZAÇÃO DAS TERRAS, O AVANÇO DA PECUÁRIA E A IMPORTÂNCIA DO EXTRATIVISMO DO BABAÇU PARA AS FAMÍLIAS CAMPONESAS

Dentre os problemas que atingiram essas famílias nas décadas em questão (de 1950 a 1980), o da privatização das terras e da transformação das áreas agricultáveis em pastagens é o que mais ressalta nos depoimentos. A esse respeito, relatam Maria José Pereira da Silva (Zezé)[5] e Leonildes:

> P: Aí não tinha mais terra pra colocar a roça, o arroz?
>
> Zezé: Tinha a terra pra colocar arroz, mas a terra já tava com seus donos, que fizeram uso campeão, venderam aí, tomaram de conta de tudo, a gente trabalhava na terra arrendada, aí pagava renda pras pessoas, não era mais liberta. [sic]
>
> Leonildes: ... um povoado que nem o Ludovico, que tinha uma média de cinqüenta moradores, foram poucas pessoas que ficaram com terra, o resto ficavam tudo agregado, trabalhando e pagando renda pra eles ... a pessoa tirava a colheita e ia botar o capim pra eles lá... aí era só essa vez... [sic]

Note-se que as entrevistadas ressaltam o processo de privatização das terras, a formação de uma camada de *agregados* e a transformação das áreas agricultáveis em pastagens, aludindo à *renda de capim,* modalidade de cobrança do aluguel da terra segundo a qual os camponeses são obrigados a semear o capim logo após a colheita do arroz, ficando impedidos de plantar culturas de ciclo longo, como a mandioca. Essa forma de cobrança do aluguel da terra tornara ainda mais vulnerável a situação alimentar das famílias, pois a farinha de mandioca é item indispensável da dieta camponesa no Maranhão (Paula Andrade, 2006). Em várias áreas do Maranhão colhem-se depoimentos sobre como é vivida a obrigatoriedade de comprar farinha, situação referida ao que entendem, em muitos contextos, como *humilhação* e *vergonha*. Essas famílias viviam, portanto, conforme já apontado, uma situação-limite em termos de segurança alimentar e se viam atingidas em suas concepções acerca do que seria viver dignamente. Tal situação contrastava com a memória de fartura no passado, quando as terras ainda eram férteis, havia áreas devolutas, a pecuária ainda não fora oficialmente incentivada e as terras agricultáveis não se encontravam exauridas, conforme explica José Alves da Silva (Zé Mundico):[6]

> Zé Mundico: ... meus pais, a roça deles era 16, 20 linhas de roça... 24, né? E raramente a gente comprava arroz, os mato ainda dava bastante, as terra ainda tavam

[5] Maria José Pereira da Silva (Zezé), casada, mãe e avó, sócia da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR), produtora do sabonete Babaçu Livre, integrante da Associação do Assentamento Centrinho do Acrísio, sócia da Coppalj, membro do Projeto Roças Orgânicas, moradora do povoado Centrinho do Acrísio, município de Lago do Junco.

[6] José Alves da Silva (Zé Mundico), casado, pai e avô, atual gerente da Coppalj, de cerca de 50 anos, participante ativo do momento dos conflitos pela terra e pelo acesso aos babaçuais.

> forte, ainda dava bastante arroz, ... dava tanto legume que as vez o arroz de uma roça daria pra tirar dois anos, né? Mas as terra foram fracassando também, né? [sic]

João Valdecy[7] também recorda o momento em que o cálculo camponês ainda não fora afetado por fatores externos, e no âmbito do qual produziam um fundo de manutenção (Wolf, 1976) que lhes permitia dar conta das necessidades materiais do grupo familiar. Sendo assim, as famílias com maior número de filhos viam-se em melhores condições de colocar roçados maiores e de contratar terceiros, pagando-os em espécie:

> P: Você disse que às vezes fulano tem condições de botar três hectares de roça... É por que tem muitos filhos?
>
> João Valdecy: É, as vez ele tem mais filhos... No caso do papai, ele botava três hectares de roça, então ele tinha muitos filhos e ele era mais prevenido... ele chegou aqui mas ele trabalhava mais prevenido... então ele fazia de sessenta sacos de farinha, que era o paneiro, e deixava aqui depositado no paiol e nós ia tratar da roça... além da mão-de-obra familiar, só pagando com farinha, farinha e arroz, que tinha aqui, da outra safra anterior, ele guardava tudinho, ficava tratando da outra roça... Então ele tinha mais facilidade, se prevenia... [sic]

Nos anos 60 e 70, de uma geração a outra, tornou-se impossível exercer livremente o cálculo camponês, em função da pecuarização, da deterioração dos solos e da redução das áreas de plantio. Diante da impossibilidade de acumular alimentos de um ciclo agrícola a outro e, assim, de se suprir, a dependência do extrativismo do babaçu tornou-se aguda nos anos 60, 70, 80 e início dos 90.

> P: Nesse tempo tava todo mundo no coco?
>
> João Valdecy: Rapaz... era quase todo mundo no coco. [sic]
>
> P: Homem e mulher?
>
> João Valdecy: Homem, mulher, menino, ia as fila pros mato... [sic]
>
> P: Você começou falando nesse momento da luta, a família dependia mais era do coco?
>
> João Valdecy: É, essa fase, essa fase de 85, 91, 92, a dependência da renda em casa dependia do babaçu ... quer dizer, nessas alturas, quem vivia da roça a roça passou a não dar mais pra ter uma alimentação de seis meses assim, seis a oito meses... aí a coisa ficou muito difícil... aí o que tinha mesmo nativo era o babaçu. Você tinha que fazer uma roça pequena, porque você não tinha acesso de plantar mandioca, porque imediatamente ele queria botar o gado, então ia ter que diretamente quebrar o babaçu. [sic]

Para dona Leonildes, esse processo de dependência do extrativismo se iniciara um pouco antes, em décadas anteriores:

[7] João Valdecy, casado, sócio da Coppalj, membro da Associação do Assentamento Centrinho do Acrísio, secretário municipal de agricultura, morador do povoado Centrinho do Acrísio, município de Lago do Junco.

P: Em que época, você lembra, que aumentou aqui pra vocês a necessidade de trabalhar com o babaçu? Foi nos anos 70 já?

Leonildes: Foi não... foi antes disso. Em 70, já tava todo mundo vivendo era do babaçu. Não tinha mais terra mais, assim pra trabalhar com lavoura, não... Só capim. Foi, parece, bem por 50, 60 e tanto pra cá, 63... Eu mesma quando me casei, em 63, já não tinha mais quase onde meu marido botar roça. [sic]

Se, por um lado, as famílias haviam se tornado mais dependentes da extração do babaçu, por outro, a industrialização das amêndoas (Amaral, 1991), com vistas ao fabrico do óleo vegetal, também provocara o incremento da demanda por esse recurso, reforçando a cadeia de atravessadores que compravam a produção camponesa, porém praticando preços aviltantes:

P: Aí começou a usar mais o babaçu?

Leonildes: Aí começaram a usar mais o babaçu. Aí não tinha como trabalhar de roça. Aí começaram a usar mais o babaçu, aí começou o babaçu também ser mais explorado, né? Assim, ter mais saída, ter mais saída, ter mais comprador... Começou a surgir essas usina, essas usina que chamava... que espremia a amêndoa e fazia óleo. [sic]

Sendo total a dependência do extrativismo, não é de estranhar que os conflitos tenham se deflagrado em torno do acesso aos babaçuais e da opressão relativa à coleta e quebra do coco, tal como vivida por essas famílias. Diferentemente do que se passava em outros locais do estado, a luta pela terra no Mearim, segundo os relatos, se desencadeou a partir dos confrontos diretos, relativos ao extrativismo do babaçu, recurso fundamental à sobrevivência das famílias naquele momento.

A SUBORDINAÇÃO A COMERCIANTES E DONOS DE TERRA

A contradição mais aguda à qual se viam submetidas essas famílias, no momento em que iniciaram esse longo processo de luta, que redundará na conquista da terra (por meio de decretos de desapropriação por interesse social e implantação dos chamados *assentamentos de reforma agrária*), assim como na edição da *Lei do Babaçu Livre*, em vários municípios do Mearim, foi a privação de alimentos, a impossibilidade absoluta de cultivarem e, assim, de se reproduzirem material e socialmente.

A exploração exercida pelos comerciantes e a falta de terras para plantar atingiam mais duramente aquelas famílias com filhos pequenos e, portanto, enfrentando desequilíbrio entre as exigências do consumo e a capacidade de trabalho familiar. Ivete Ramos Silva,[8] assim se expressa:

[8] Casada, mãe, sócia da AMTR, produtora do sabonete Babaçu Livre, integrante da Associação do Assentamento Aparecida, sócia da Coppalj, membro do projeto Roças Orgânicas, moradora do povoado Marajá, município de Lago do Junco.

> Ivete: ... eu me lembro também muito bem que na época que a gente tava nesse sufoco grande, era assim também que a gente quebrava dez quilos de coco pra comprar um quilo de arroz... e assim, além de não [conseguir] quebrar os dez quilos de coco, era muitos filhos em casa pequeno e só comprava se tivesse dinheiro pra comprar ... a gente ia pro São João da Mata, que ia seis quilômetros daqui lá e a gente não comprava mais de que quinze quilos de arroz, que eles não vendia fiado, né, aí a gente tinha que comprar pra também com oito dias pagar, pra poder comprar mais. ... o preço do coco da época, por exemplo, se o coco era dez cruzeiro ou era dez réis, uma coisa assim, tinha que vender só por cinco e eles ainda ficavam com a casca... a gente quebrava o coco todinho, dez quilos de coco e não dava pra comprar arroz pra satisfazer nossos filhos. [sic]

Agravando a situação de carência absoluta de alimentos estava o endividamento ao qual se submetiam as famílias, tomando emprestado arroz dos comerciantes para pagar em dobro ou vendendo a produção antes da colheita.

> P: Melhorou em que a alimentação hoje?
>
> Leonildes: A alimentação melhorou porque na cooperativa tem as coisas, tudo o que a gente precisa, que não precisa mais de ir ocupar fazendeiro, trocando um alqueire de arroz por outro, porque muitas vezes as pessoas vendiam o arroz todinho, que eles compravam a colheita, e ficavam emprestando por dois. [sic]
>
> P: Como assim por dois?
>
> Leonildes: ... arrumava um alqueire pro trabalhador, pra receber deles no tempo, ficava por dois, terminava o trabalhador ficando sem um caroço de arroz, trocava todinho. [sic]

Muitos desses comerciantes, os chamados *barraqueiros*, não eram proprietários de terra, porém atuavam como financiadores da produção camponesa, ao emprestar dinheiro a altos juros no período de preparo do solo e de plantio. As famílias se defrontavam, assim, com agentes sociais a quem deviam submeter-se para sobreviver – proprietários de terra e comerciantes. Ambos as exploravam, seja emprestando dinheiro ou adiantando gêneros alimentícios e outras mercadorias, seja obrigando-as a vender as amêndoas do coco exclusivamente para eles.

A REPRESSÃO À ENTRADA NOS PALMEIRAIS E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO CAMPONÊS

Quanto mais crescia a dependência das famílias da extração do babaçu, mais os chamados *fazendeiros* criavam mecanismos para impedir o acesso aos babaçuais. Tais mecanismos de repressão e de subordinação afetavam, sobretudo, as famílias mais despossuídas e beneficiavam algumas poucas,

reforçando a diferenciação interna a esses grupos, calcada, por exemplo, no maior número de membros em idade adulta, conforme explicam Ivete, Maria das Dores Vieira Lima (Dora)[9] e Sebastiana Ferreira Costa Silva (Moça).[10]

> P: E antes do conflito, como era a quebra do coco?
> Ivete: A maioria das pessoa quebrava coco de metade, era poucas pessoa que não quebrava de metade. [sic]
> Moça: Essa história é bem longa, menino... ... o fazendeiro, o vaqueiro juntava o coco todinho ou então tinha uma pessoa da comunidade que tinha mais condição e aí juntava aquele coco todinho botava lá dentro da solta, fazia barracão e aí aquelas pessoa mais lascada ia quebrar aquele coco de meia, com aquela pessoa que tinha arrendado, ou seja, o vaqueiro ou outra pessoa da comunidade. [sic]
> P: Mas ele era um trabalhador igual a vocês?
> Dora: Igual a nós, da mesma forma ... ele não era fazendeiro, mas ele tinha família grande. [sic]
> P: Ele também tinha que quebrar coco?
> Dora: Ele também tinha que quebrar coco pra sobreviver, só que com ele arrendando a solta ele ia ter um lucro maior porque o pessoal ia quebrar e deixava a meia e a casca e ele fazia o carvão e vendia e a meia também ficava pra ele, então a renda era maior ... às vezes chegava cinqüenta pessoas quebrando coco num só dia, na casa dele. [sic]

Uma das formas de resistência para escapar à exploração da *quebra de meia* – que as obrigava a quebrar dentro das fazendas e a abrir mão das cascas do coco, com as quais fabricavam o carvão para cozinhar, muitas vezes recebendo pagamento em gêneros alimentícios e não em dinheiro – era a entrada por debaixo do arame, mesmo correndo o risco de repressão por parte dos vaqueiros e encarregados da fazenda, como relata Leonildes:

> P: E como é que eles faziam isto? Vocês iam quebrar o coco e o que acontecia?
> Leonildes: Ficava entrando sem eles quererem, era o jeito... [sic]
> P: E se eles chegassem e encontrassem vocês?
> Leonildes: Aí a gente discutia, mandava a gente embora, queria tomar nosso pacará, machado, quebrava cabaça, prometiam de ir bater de piola [uma espécie de relho, utilizado pelos vaqueiros – um pau com um pedaço de couro amarrado na ponta para fustigar os animais] ... Teve mulher que apanhava. Eu nunca apanhei não, mas teve mulher que eles ainda tocaram ainda com piola. [sic]

As mulheres foram enfrentando situações que entendiam ser cada vez mais humilhantes, não apenas para quebrar o coco, mas para vender o que produziam aos proprietários da terra, como conta dona Antonia:

[9] Casada, mãe, sócia da AMTR e gerente da fábrica de sabonetes, sócia da cooperativa já citada, moradora do povoado São Manoel, município de Lago do Junco.

[10] Casada, mãe e avó, sócia da AMTR, produtora do sabonete Babaçu Livre, membro da Associação do Assentamento Aparecida, sócia da Cooperativa, integrante do projeto Roças Orgânicas, moradora do povoado Marajá, município de Lago do Junco.

Antonia: ... o Adelino começou também botar a pessoa pra ir comprar coco lá dentro [da solta] aí, já pensou que sufoco? Eu sei que tinha que ficar esperando, a chuva cai e não cai, aquele temporal, e as palmeiras balançando, e você ficava, não podia ir embora porque era pra vender era de litro, aí você... as vez o cara [o encarregado da fazenda] não vinha, aí... aquela coisa da obediência, as vez deixava escondido, debaixo assim de moita, ou em tronco de palmeira que tinha morrido, ficava aquele buraco. No outro dia, quando chegava lá, que ia pegar, tava tudo vermelho de formiga. Foi uma conseqüência que foi fazendo a gente sentir que tava reprimido mesmo. [sic]

Como se pode depreender dos relatos, o acesso aos babaçuais tornou-se cada vez mais restrito e, simultaneamente, agravou-se a situação de espoliação do produto do trabalho camponês.

RESISTÊNCIA E LUTA NOS ANOS 80

Diante da situação-limite em que foram colocadas as famílias, sem terras para cultivar e com o acesso aos babaçuais cada vez mais limitado, homens e mulheres passaram a reagir fortemente. Apreensão de instrumentos de trabalho, de cestos de coco já coletados, ofensas, ameaças diretas às mulheres, com casos, inclusive, de agressões físicas, desencadearam a reação das famílias em vários municípios, principalmente em alguns deles, como o Lago do Junco. As primeiras manifestações de resistência, além daquelas que já vinham sendo feitas cotidianamente pelas mulheres, foi a prática dos chamados *mutirões*. Grandes grupos de mulheres e de homens passaram a se reunir para quebrar o coco coletado pelos arrendatários, conforme conta seu José Soares Sobrinho (Antonino),[11] uma antiga liderança da luta pela terra e pelo acesso aos babaçuais nos anos 80, do povoado São Manoel, tendo sido preso e torturado na prisão nesse período:

Antonino: ... O proprietário que se dizia dono da região botou alguém pra comprar o babaçu e essas pessoas – tinha de São Manoel, tinha do Queimado –, depois começou a mandar juntar o babaçu na carga e dando de meia que nem a nossa companheira já falou ... e a gente não resistia mais porque não tinha mais onde apanhar babaçu de jeito nenhum e a sobrevivência do pessoal era o babaçu e aí a gente resolveu formar um mutirão e quebrar ... e a gente juntou aqui o pessoal de São Manoel com o pessoal do Centrinho do Acrísio e nós fomos pra lá, tinha umas 35 pessoas, quarenta, fomos quebrar coco. [sic]

P: Homens e mulheres?

Antonino: Homens e mulheres. Aí fomos lá, quando nós tava lá, a pessoa que tinha mandado juntar o coco já mandou pra delegacia e deu parte, quando voltemos, já tinha intimação pra três pessoas aqui ... aí o delegado perguntou se nós tinha

[11] Casado, pai e avô, sócio da Coppajl, diretor da Escola Família Agrícola, membro da Associação do Assentamento São Manoel, morador do povoado de mesmo nome.

> quebrado o babaçu alheio ... "tamos quebrando uma coisa que é nossa, porque nós temos necessidade, porque a pessoa tá mandando juntar ele é garimpeiro, quem tem necessidade é nós que vive de quebrar esse coco. [sic]

Os fundamentos da argumentação dos trabalhadores nesse, como em outros momentos, era a necessidade da sobrevivência e também o fato de que os proprietários não haviam comprado babaçu e sim a terra, o que denota representações em torno da apropriação desse vegetal regendo sistemas próprios de classificação dos recursos naturais (Paula Andrade, 1982, 1999, 2006). Tais fundamentos não excluem, também, princípios éticos, no âmbito do que poderia ser pensado como uma *economia moral dos pobres* (Thompson, 1979). O fato de ser considerado um bem da natureza, independentemente da ação humana, fundamentava as concepções em torno da impossibilidade de sua apropriação privada, da absoluta interdição de sua transformação em mercadoria, em objeto de negócio.

> Antonia: E o babaçu também é uma coisa nativa, que ele tinha nascido e se criado e ninguém tinha aguado e tava hoje dentro da propriedade privada, mas porque eles não compraram o babaçu, eles negociaram terra, não o babaçu. [sic]

No entanto, em represália à ação das famílias, quando iniciaram os *mutirões*, inclusive com queima de *jacás* dos que haviam arrendado o coco, os proprietários trataram, então, de derrubar os babaçuais, provocando a realização dos chamados *empates*,[12] conforme explica Domingas Leite.[13]

> Domingas: Porque os fazendeiros não deixavam a gente panhar coco nas soltas deles. Eles é quem panhavam o coco botavam debaixo de uma casa grande ... fazia aqueles galpãozão e botava as mulheres pra quebrar o coco pra eles comprarem ... aí a gente viu que isso não tava certo... "nós vamos entrar e quebrar"... e ajuntava aquele horror de mulher, vinte, trinta mulher, sentava e quebrava... com pouca chegava o capataz, "sai daqui que aqui é de fulano"... e a gente insistia de não sair, quebrava assim mesmo, com medo e tudo e aí o que eles fizeram? Botaram gente pra vir derrubar as palmeiras, porque não tinha jeito pra nós sair de dentro da solta. Botaram gente pra derrubar as palmeira. Aí junto foi os homens mesmo, muito homem ... empatou derrubar palmeira... por aí começou a gente se achar livre e depois que chegou a lei do babaçu livre, aí acabou de completar. [sic]

---

[12] O termo *empate* quase não aparece nas narrativas, embora tenha se vulgarizado entre trabalhadores ligados a movimentos apoiados pela Igreja Católica ou a sindicatos de trabalhadores rurais, principalmente após as lutas dos seringueiros, no Acre, para indicar ações de impedimento de derrubada de palmeiras. O verbo *empatar*, porém, no sentido de proibir, de impedir a derrubada das palmeiras, aparece com muita freqüência nos relatos dos entrevistados.

[13] Casada, mãe e avó, sócia da AMTR, produtora do sabonete Babaçu Livre, integrante da Associação do Assentamento, sócia da Coppajl, diretora da Escola Família Agrícola de Lago do Junco, membro do Projeto Roças Orgânicas, moradora do povoado Centrinho do Acrísio, município de Lago do Junco.

Os depoimentos denotam momentos de uma situação de tensão que atingira o limite do suportável pelas famílias, exauridas e com a sobrevivência comprometida. Nesse sentido, se poderia refletir sobre a capacidade de se rebelar dos camponeses, estudada por Wolf (1976 e 1984), Shanin (1976, 1979, 1983), Alavi (1969) e outros, e sobre os segmentos do campesinato que se mobilizam politicamente. Conforme Palmeira (s.d.), mobilizam-se aqueles que se encontram expostos a maiores contradições. Nesse momento, no Mearim, mobilizaram-se aqueles que foram excluídos do acesso à terra, em função dos processos de grilagem de terras devolutas, de transformação das áreas agricultáveis em pastagens, no contexto de incentivos oficiais à criação de gado, das várias modalidades de opressão e de exploração no processo de comercialização de seus produtos (arroz e amêndoas do babaçu). Mobilizaram-se os mais afetados pela carência de alimentos, em determinados momentos do ciclo de desenvolvimento das famílias, quando existem poucos braços para o trabalho e grande número de crianças pequenas.

Porém, as famílias menos despossuídas, com maior número de braços em idade adulta, foram justamente as que passaram a arrendar o coco, trazendo-o para suas casas ou estabelecendo-se dentro das chamadas *soltas*, onde colocavam grupos para quebrá-lo no sistema de *metade*. Algumas dessas famílias, que passaram a explorar o trabalho de outras, não se engajaram na luta que se seguiu, retirando-se para os garimpos e, portanto, deixando de viver nos povoados. Tem-se, desse modo, aqueles que se excluíram da luta, por receio ou por não estarem afetados mais diretamente pela situação de penúria vivida pela maior parte das famílias e que também foram, em certo sentido, excluídos dos povoados. Outros ainda, de acordo com o relato de Zezé, se excluíram por temor:

> P: Em todas as famílias aqui do povoado tinha pessoas que não concordavam com o que vocês estavam fazendo e eram do lado dos proprietários?
>
> Zezé: Tinha gente que não combinava, tinha família aqui que não combinava de jeito nenhum, era assim totalmente contra... ... eles tinham o maior medo ... eles era contra porque eles eram medroso demais, não queria que o nome deles aparecesse, mas a maioria aqui do povoado não tinha ninguém contra não... [sic]

O depoimento reforça a idéia de que esses grupos são internamente diferenciados, tanto no tocante à sua composição demográfica, por sexo e idade, o que determina maior ou menor possibilidade de enfrentar a situação de penúria, como também no que diz respeito à capacidade de se insurgir contra os comerciantes e proprietários de terra.

A reação dos trabalhadores às derrubadas dos babaçuais pelos chamados *fazendeiros*, conforme relata João Valdecy, foi muito forte:

> João Valdecy: ... eu me lembro que em 84, no dia 30 de agosto, nós fizemos um mutirão, nós era 34 pessoas, nós fomos impedir uma derriba de palmeira na solta

de doutor Manoel, eu era muito novo, muito saliente, sabe? Fomos pra lá, eu ia na frente, o pessoal todo com medo, se mandemos pra lá 34... [sic]

P: Homens e mulheres?

João Valdecy: Mulher, homem, menino, um bucado de gente... Eu sei que chegamos lá já tinha três cabras derrubando eles chamam palmeira pequena, cascudo.... ... pedi o machado, ele me deu... nós ia queimar, tocar fogo no machado lá, aí como eles foram bem educado, aí nós demos... Começamos uma conversa boa, eles eram mandados de Dr. Manoel, nesse tempo ele era prefeito... [sic]

Outras situações como essa são relatadas pelos entrevistados. Esses atos se alastraram por vários povoados, e grupos de camponeses passaram a agir em conjunto, de acordo com uma preparação, em que as famílias promoviam reuniões para planejar as estratégias e a divisão do trabalho de luta.

Os depoimentos indicam estratégias, planejamento, cálculo das ações e uma divisão sexual do que se poderia chamar de trabalho de guerra, alicerçada em representações acerca do lugar do homem e da mulher nesse tipo de sociedade.

DAS DISPUTAS PELO ACESSO AOS BABAÇUAIS À LUTA PELA TERRA – A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO GUERREIRO

Quando recrudesceu a luta pelo acesso aos babaçuais, tendo como resposta dos proprietários a destruição das palmeiras, as famílias passaram a lutar também pela terra, num contexto nacional em que ascendia a luta pela reforma agrária – o da transição à democracia e o da Nova República. Os conflitos se somaram, sucedendo-se, alastrando-se por vários municípios. Grupos de trabalhadores de distintos povoados se reforçaram mutuamente e à luta pelo coco acrescenta-se aquela pela terra propriamente dita, registrando-se um entrelaçamento entre os chamados *mutirões* e *empates* e a denominada *greve.* Este termo é utilizado para indicar que a tensão se agravara, envolvendo confrontos diretos que podiam redundar em mortes de ambos os lados, o que, de fato, terminou ocorrendo. Conforme os relatos, em momentos qualificados como de *greve*, os grupos familiares agiam em conjunto, coordenadamente, mobilizando-se taticamente (Wolf, 1984) mulheres, homens e crianças, conforme explica dona Leonildes:

Leonildes: Rapaz, a gente tinha sempre reuniões e conversava daquilo que eles [os fazendeiros] falava de fazer, aí a gente começava a se planejar... o que a gente ia fazer pra não deixar... ... nós se juntamos, fizemos reunião lá na comunidade e contou como era que o fazendeiro ia fazer com a propriedade, derrubar todo o babaçu ... até que nós aqui não sofria tanto que nem as pessoas lá do Ludovico, mas eles não se achava com tanta coragem, precisava a gente tá junto com eles, pra dar força pra eles, aí nós começamos a entrar e pegar o coco ... aí já tinha gente indo embora

> de Ludovico porque não tinha coragem de greviar ... quando a coisa engrossou aí teve de ir, foi todo mundo, viu? Foi homens, mulher, menino e tudo ... quando foi com trator já foi homem, mulher, já não foi mais só mulher pedir pra que eles não devorasse o babaçual, aí ficaram naquela confusão toda, aí a gente passou a lutar mesmo pela terra, não foi mais nem pelas palmeira, já mesmo pela terra... [sic]

Passa-se a observar na região, como em todo o estado nesses anos 80, portanto, uma guerra não declarada, com lutas, tiroteios, prisões, mortes de ambos os lados – o dos camponeses e o dos pistoleiros de aluguel, dos capatazes, dos vaqueiros e encarregados de fazenda. Há ocorrência de emboscadas, invasão e destruição de povoados com emprego de milícias privadas e da polícia, derrubada de casas e igrejas, processos documentados em inúmeros trabalhos acadêmicos (Souza Filho, 1994; Araújo, 1996; Trovão, 1996; Barros, 1995; Araújo, 2000; Almeida, 1981a, 1984; Asselin, 1982; Paula Andrade, 1995); relatórios de órgãos oficiais (Mirad, 1985 e 1986; Paula Andrade, 1997) e publicações de entidades confessionais e civis de apoio aos trabalhadores rurais (Paula Andrade e Corrêa, 1993; Paula Andrade e Santos, 1981). Existe, porém, uma memória camponesa acerca desses conflitos, ainda por ser trabalhada.

Os conflitos geraram estratégias e os grupos promoveram ações articuladas entre diferentes localidades, levando à consolidação de laços de solidariedade entre povoados e entre municípios. A repressão à extração e quebra do babaçu contribuiu para que aflorassem traços identitários, dados pela atividade econômica exercida principalmente pelas mulheres e pelo apego ecológico a uma cobertura vegetal de importância estratégica para a economia do grupo. Como não poderia ser diferente, em se tratando de famílias camponesas (Chayanov, 1966, 1981; Shanin, 1979, 1983), ocorreu também uma divisão sexual e etária do trabalho de enfrentamento dos antagonistas. Homem, mulheres, idosos, jovens e crianças, de diferentes maneiras, viram-se diante da tarefa de lutar pelo acesso aos babaçuais. Em diferentes momentos estabeleceram estratégias, homens e mulheres agindo ora separados, ora em conjunto, enquanto crianças e jovens assumiram tarefas que lhes são específicas no conjunto do trabalho de guerra. Nas ações de autodefesa e de luta pelos recursos básicos, homens e mulheres estavam sempre presentes, agindo ora em conjunto, ora em separado, conforme os papéis desempenhados na divisão sexual do trabalho guerreiro, de acordo com padrões de comportamento e regras e valores a eles subjacentes, que orientavam as relações de gênero tal como pensadas e vividas por esses grupos.

Ecologia, gênero e cultura são elementos que se misturam, propiciando a emergência da identidade *quebradeira de coco* como categoria política. As atividades econômicas com base na extração e quebra do babaçu ganharam repercussão política, contribuindo para o surgimento de um sujeito coletivo

– as *quebradeiras de coco babaçu* (Almeida, 1995), ampliando as lutas, não mais apenas pela terra e pelo coco, mas por um modelo de relações com a natureza. São movimentos "de verdadeiro apego ecológico e cultural aos lugares, aos territórios ... com suas correspondentes racionalidades e práticas culturais, ecológicas e econômicas" (Escobar, 2000 p.171), para que possam viver de acordo com suas próprias regras e conforme sua cosmovisão. É o que Esteva (2000, p.92-6) chama de *novos comuns.*

GREVES – GÊNERO E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

Algumas entrevistadas distinguem os atos voltados às iniciativas de impedir a derrubada das palmeiras daqueles outros, próprios da luta pela reforma agrária, ações que denominam *greve*. Em alguns depoimentos aparece a presença do homem junto com as mulheres, nas ações de *empatar* a derrubada dos babaçuais. Em outros, sua presença ocorria mais no momento que caracterizam como de luta pela terra, denominado *greve*:

> P: Você falou que ia de cinco, dez , até vinte mulheres... Tinha só mulheres ou tinha homens também, crianças, como era o empate, como é o empate?
>
> Moça: Era assim, quando a gente sabia que eles tavam derrubando, aí a gente fazia um grupo de dez mulheres e ia lá, aí não conseguia empatar... Aí depois a gente voltava, juntava mais mulheres, crianças, agora homens não... eles nunca se meteram assim empatar não, eles não iam junto com a gente... eles iam quando a gente partia direto pra greve, já lutar pela terra, né, aí sim era com eles, mas na hora do empate da derruba é sempre as mulheres que vão. [sic]
>
> P: Tem diferença do empate e da greve?
>
> Moça: Tem, tem... Porque eles lutar pela terra era uma coisa, né, você tá brigando pra adquirir aquela terra pra você, aí é a greve... e empatar a derruba do coco não... porque você só tá querendo que eles parem de derrubar as palmeiras pra poder você ter onde coletar o coco. [sic]

Embora as ações de impedir a derrubada das palmeiras, nos anos 80 e 90, sejam apontadas como tendo sido lideradas principalmente pelas mulheres, em várias narrativas aparece um estado de alerta de parte dos homens, que se fariam presentes, caso necessário. Sendo assim, participavam mesmo que não se mostrassem aos antagonistas.

Note-se que os entrevistados (e até mesmo as pesquisadoras, em vários momentos das perguntas) misturam, nas narrativas, fatos alusivos às lutas dos anos 80 e aos *empates* atuais, mesclando passado e presente (Halbwachs, 1968). Isso ocorre porque os *empates* prosseguem nos dias atuais, embora tenham assumido outras características, após a edição de leis municipais permitindo o livre acesso aos babaçuais. Os *empates* atuais continuam tendo a liderança das mulheres, conforme relatam Maria das Dores Vieira Lima

(Dora) e José Wilson Onório da Silva (Zé Ermino).[14] Note-se que passado e presente se misturam nos relatos, já que essas ações prosseguem até os dias de hoje:

> P: Os homens eles não estão ali, mas se o negócio esquentar eles estão por perto, é isso?
>
> Dora: Qualquer coisa, tem um toque, esse toque a gente tinha com foguete ou um tiro. Quando existia esses aviso, os homens já sabiam que era alguma coisa que tava acontecendo, então eles já começavam a chegar. [sic]
>
> P: Vamos saber a opinião do Zé sobre esse momento que o homem entra no empate...
>
> Zé: Porque na hora da reforma agrária, o homem é mais procurado pelo pistoleiro, pelo vaqueiro, então as mulheres ficam mais assim pra dar o aviso aonde a gente tá. Porque como eu falei ainda agora, né, um com outro homem é mais fácil fazer alguma coisa de que com a mulher, né, então na hora da reforma agrária o homem é mais procurado, né ... [sic]
>
> P: Nessas ocasiões que as mulheres vão sozinhas impedir, por exemplo, a derrubada, vocês ficam e elas vão...
>
> Zé: Não... as mulheres sempre vão só, né? Os homens ficam em casa, né? No trabalho, na parte de empatar palmeiras ficam mais só as mulheres, né? Agora, na terra mais os homens, né? [sic]

Em algumas situações, a maior ou menor utilização de força bruta por parte dos antagonistas é o que aparece nos depoimentos como fator decisivo para a intervenção dos homens, conforme relata Jocília Lima de Sousa.[15]

> P: Como é, dona Jocília, qual o momento em que os homens iam pros empates, o que acontecia que era preciso eles irem?
>
> Jocília: Às vezes, eles tavam derrubando as palmeira, né, derrubando as palmeira mesmo, tudinho mesmo, aí a gente viu que eles ia derrubar tudo, aí foi obrigado entrar os homens, né, pra ajudar... Um dia até que nós reunimos aqui um grupo de mulher e fomo pra lá, pra empatar eles derrubar, mas não teve meio, até que eu saí até mais uma pra começar... saí só eu e outra... quando nós cheguemos lá perto aí tava a zoada de homens lá derrubando as palmeiras aí eles viram que a gente tava lá encostando lá eles mandaram foi tiro pro rumo de nós e aqui nós botemos foi o pé na carreira pra trás e aí foi obrigado os homens entrar, né, ajudar... [sic]

Em outras situações, a maior presença das mulheres nesses confrontos aparece como resultado de um cálculo, de uma movimentação estratégica para evitar a perda de homens do grupo:

> Antonia: ... porque nesses empate sempre quem foi na frente foi mulher, nunca vai homem porque não é por uma questão dos homens não querer, as mulheres é que evita, por a questão da violência deles [dos antagonistas], né? Porque eu acho

[14] Zé Hermínio, casado, *cantineiro* na Coppalj, morador do povoado São Manoel.
[15] Casada, moradora de Ludovico, Lago do Junco, MA.

> até que eles [os antagonistas] temem, que teve algum momento aí que eles disseram aqui na região: "Larga essas mulher de mão, que elas tão porque elas tão confiada desse jeito porque os macho dela tá aí por perto", quer dizer, eles ficavam achando assim que as mulher tavam falando ali, mas os homens tavam por trás pra resolver, né, e aí, nesse sentido, também era que gente que não queria que os homens fossem, pra não ter uma violência maior ... aí a mulher se prontificava pra ir ... em vez de eu mandar o meu marido que poderia o cara vir armado e dar logo um tiro nele, então é isso... que eles sabia que mulher não brigava... [sic]

Homens e mulheres avaliam suas ações no confronto com os antagonistas, portanto, de acordo com códigos de honra e padrões culturais, no âmbito dos quais o comportamento masculino e feminino são pensados nesses grupos. Lutam pela preservação da condição camponesa e calculam as ações, de modo a não perder os homens do grupo:

> P: Mas voltando um pouquinho, naquele tempo primeiro da luta, se fossem os homens em vez das mulheres, o que poderia acontecer?
>
> Zé Ermino: Eu acho que fica muito difícil assim vários... com outros homens pra conversar uma coisa dessa, porque as mulheres sempre tem mais um jeito de conversar com os homens e os homens [os antagonistas] não quer brigar com as mulher, né? Então homem com homem eu acho que não dá certo uma conversa dessa, porque é sujeito acontecer coisa pior... [sic]

As ofensas dirigidas pelos vaqueiros e empregados de fazenda às mulheres, no momento dos confrontos, são orientadas por esses códigos e padrões. As mulheres relatam que, em muitas ocasiões, ocultam de seus maridos os comentários dos *vaqueiros*, de modo a evitar qualquer reação de seus parceiros.

> P: Que tipo de coisa vocês evitavam dizer pro marido, o que eles falavam?
>
> Antonia: ... vamos supor, eles diziam: "Vocês não tem marido, os maridos de vocês não sustentam vocês, é um preguiçoso, eu duvido que ele não tem dinheiro pra fazer isto e aquilo com as outras, não teve dinheiro pra beber cachaça". Sabe, aquelas coisas de machucar assim, que é pra gente se zangar? [sic]

As provocações buscam atingir valores relativos a um conceito de homem, ao papel do chefe do grupo familiar na administração do trabalho agrícola, tal como pensado nessas sociedades, ou seja, de acordo com representações que vinculam a capacidade de cultivar a terra, de produzir alimentos e de sustentar uma família. O que entendem por *preguiça* é um atributo considerado bastante estigmatizante quando dirigido ao homem da casa.

Se a presença dos homens não é desejável nos *empates*, pois consideram que poderia provocar mais atos violentos, em outras situações, envolvendo ações de autodefesa dirigidas contra os pistoleiros, a presença da mulher que é, estrategicamente, evitada:

P: Mas as mulheres participam... Qual as funções que tem uma mulher no conflito?

Antonia: Olha, tem essa coisa de ver como é que tá, tomar chegado... as coisas que tem de levar uma coisa pra eles num lugar... o homem não pode ir, as mulheres sai disfarçando aqui, aí faz que vai e entra já pra ir deixar uma coisa lá [onde os homens estão escondidos]. ... agora, vamos supor, se eles tão preparando uma armadilha, uma tocaia, que nem toda mulher suportava isto não, porque se ouvir vai dizer: "Ave Maria, meu filho, meu marido vai morrer", e é capaz de entrar e estragar a coisa assim... [sic]

Sendo assim, segundo as narrativas, há momentos em que a mulher assume a tarefa de transmitir mensagens e mantimentos aos homens que se mantêm ocultos na mata, nas situações de ocupação dos povoados pela polícia, e outros em que nem todas são consideradas aptas a participar do planejamento das ações de guerra.

A tarefa de impedir as derrubadas dos palmeirais perdura até os dias de hoje. Atualmente, os proprietários de terras, apesar da existência do instrumento jurídico (as leis municipais do babaçu livre), insistem em derrubar os babaçuais ou buscam novas formas de exterminar essa vegetação, seja envenenando as palmeiras jovens, seja passando o arado próximo aos troncos das árvores adultas.

P: Tem diferença dessa luta de hoje de antes quando não tinha papel?

Zezé: Ficou diferente sim, porque a gente fala, tem umas pessoas que já temem, que tem uma lei. Tem outros fazendeiros que são assim mais teimoso, que desrespeitam, mas tem fazendeiro que teme mais um pouco porque acha que tem associação de mulher, tem a lei babaçu livre... eu achei que com a lei eles respeitam mais do que sem a lei, porque eles já sabem que tem uma lei no papel e essa lei tem que ser cumprida... [sic]

Nessas ações, empreendidas pelas *quebradeiras* ainda hoje, pelo que se pode depreender dos relatos, inicialmente prevalece a tentativa de acordo, conforme uma estratégia baseada nas representações da mulher como melhor negociadora. As mulheres passam a exercer a função de diplomatas, de embaixadoras do grupo, funcionando como agentes fiscalizadores da preservação dos babaçuais e negociadoras nos casos em que há transgressões ao código jurídico pertinente. Em algumas situações, a negociação é eficaz e entram em acordo com o proprietário. Quando falha essa tentativa, buscam as instâncias apropriadas, como a delegacia de polícia, o Ibama e o Ministério Público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistadas integram unidades familiares e participam de estratégias de sobrevivência e luta que incluem homens, mulheres, jovens, idosos

e crianças. Falam hoje, porém, do lugar de vencedoras, reconstruindo o passado depois da conquista da terra, após terem se organizado economicamente, montado uma escola para seus filhos, conquistado posições e até mesmo cargos políticos importantes nos municípios. É desse lugar que reconstituem e percebem seu papel nos confrontos dos anos 80, narrando sua participação, e aquela dos seus maridos e de outros homens na conquista dos babaçuais e da terra. Algumas das atuais lideranças, em suas narrativas, subsumem ou omitem completamente a participação dos homens. Falam no feminino.

A memória dessas *quebradeiras* sofre, também, a interferência de ideologias, da ação de instituições (Portelli, 1996, p.103-30), pois entidades de mediação e organizações financeiras internacionais elaboram intervenções, inauguram e moldam um discurso ancorado no que chamam *relações de gênero*. É nesse contexto, portanto, que se devem compreender seus relatos.

Ainda assim, mesmo falando como protagonistas principais das lutas, embora ressaltando sua posição de liderança, elas nos explicam por que, em muitos momentos, os homens não estavam presentes, por que estavam escondidos e por que as mulheres é que enfrentavam a polícia e os jagunços quando estes chegavam aos povoados, indicando que havia uma divisão sexual do trabalho de guerra, estrategicamente pensada.

Esses relatos nos ajudam a compreender que, também nos momentos de guerra, o grupo familiar camponês age como unidade, conforme uma divisão de papéis ancorada em relações de gênero tal como pensadas e vividas nessas sociedades e não como poderíamos pensá-las do ponto de vista de um feminismo ocidental, construído em determinado momento histórico (Shiva, 1995, p.90-5). O grupo familiar luta em conjunto, elaborando estratégias que envolvem mulheres, homens, idosos e crianças.

No entanto, homens que ocupam lugar proeminente na organização econômica, hoje, ressaltam o papel fundamental da *quebradeira de coco*, tanto nos conflitos como na economia familiar. Sopesar os vários pontos de vista, os vários relatos, os lugares de onde são construídos; compreender por que as narrativas conferem maior visibilidade ao papel de uns e outros; entender o papel dos intelectuais e das redes de mediação na construção do protagonismo feminino, destacado da participação dos outros membros da família, são tarefas ainda por serem realizadas, para que não se reifiquem as lembranças das lutas tal como recolhidas pelas pesquisadoras, como se a memória não reconstruísse, no ato de narrar, os acontecimentos passados. De qualquer modo, o que as narrativas permitem perceber é o movimento interno às famílias – a mobilidade tática (Wolf, 1984), as estratégias de todos e de cada um dos integrantes do grupo familiar no momento dos confrontos, para garantir sua condição camponesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACTION AID BRASIL (Org.). *Olhar crítico sobre participação e cidadania*. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2005. CD.

ALAVI, H. Revolução no campo. *Problemas e perspectivas do socialismo.* Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

ALMEIDA, A. W. B. *Conflitos de terra no Maranhão*. São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 1981.

_______. *Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão. Transformações no Campo Maranhense*. São Luís/MA, v.5, p.1-87, 1981a.

_______. *Conflitos e lutas dos camponeses no Maranhão.* São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 1984.

_______. *Quebradeiras de coco – identidade e mobilização.* São Luís: MIQCB, 1995.

_______. Rituais de passagem entre a chacina e o genocídio: conflitos sociais na Amazônia. In: ANDRADE, M. P. (Org.). *Chacinas e massacres no campo.* São Luís, UFMA, 1997. Dissertação (Mestrado) em Políticas Públicas.

ALMEIDA, A. W.; MOURÃO, L. Questões agrárias no Maranhão contemporâneo. *Pesquisa antropológica*. Brasília, n.9-10; maio/jun., 1975.

AMARAL, J. *Economia política do babaçu – um estudo da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências*. São Luís: Sioge, 1991.

ANDRADE, M. C. *Paisagens e problemas do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1973.

ARAÚJO, H. F. A. *Entre a cerca e o asfalto – a luta pela posse da terra em Buriticupu.* São Luís, UFMA, 1996. Graduação em Ciências Sociais.

_______. *Memória, mediação e campesinato.* São Luís, MPP/UFMA, 2000. Dissertação (Mestrado) em Políticas Públicas.

ASSELIN, V. *Grilagem, corrupção e violência na terra dos Carajás.* Petrópolis: Vozes, 1982.

BARROS, V. *Conflitos no campo – o caso de Belém*. São Luís, UFMA, 1995. Graduação em Direito.

CHAYANOV, A. *The Theory of Peasant Economy.* Homewood: The American Economic Association, 1966.

_______. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO, J.; STOLCKE, V. (Orgs.). *A questão agrária.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y a la naturaleza del lugar. *Antropología del Desarrollo – teorías y estudios etnográficos en América Latina.* Barcelona: Paidós, 2000.

ESTEVA, G. Desarrollo. *Antropologia del Desarrollo – teorías y estudios etnográficos en América Latina.* Barcelona: Paidós, 2000.

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO MARANHÃO. *Atlas do Maranhão,* 2002.

GONÇALVES, F. *A reinvenção do Maranhão dinástico.* São Luís, UFMA, 2000. Dissertação (Mestrado) em Políticas Públicas.

HALBWACHS, M. *La memoire collective.* Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

LIMA, E. B. *Maranhão, terra em sangue – uma análise da ação oficial para o campo na Nova República*. São Luís, UFMA, 1994. Graduação em Ciências Sociais.

LIMA NETO, J. E. *Pesquisador e ator – uma reflexão sobre o processo de inserção e trabalho em uma organização de trabalhadores rurais no Maranhão*. São Luís, UFMA, 2004. Graduação em Ciências Sociais.

MARTINS, J. S. *Capitalismo e tradicionalismo.* São Paulo: Pioneira, 1975.

MIRAD. *Conflitos de terra no Brasil, relatório técnico, 1985 e 1986.*

PALMEIRA, M. G. *Diferenciação social e participação política do campesinato – primeiras questões.* Rio de Janeiro: Museu Nacional, s.d. (Mimeogr.).

PAULA ANDRADE, M. *Os gaúchos descobrem o Brasil – os pequenos produtores agrícolas do sertão maranhense face à implantação de projetos agropecuários*. São Paulo, FFLCH/USP, 1982. Dissertação (Mestrado) em Antropologia Social.

______. Mudas de eucalipto no cemitério dos anjinhos. *Carajás, desenvolvimento ou destruição? Relatórios de pesquisa.* São Luís: CPT, 1995

______. *Terra de índio – identidade étnica e conflito em terras de uso comum*. São Luís: UFMA, 1999.

______. Mutirões, empates e greves – divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. *Lusotopie.* v.XII 1/2 Leiden. Boston: Brill Academic Publishers, 2005.

______ (Org.). *Produção de alimentos e cultura alimentar:* avaliação das formas de obtenção e consumo de alimentos em comunidades agroextrativistas do município de Alcântara-MA. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq. Departamento de Sociologia e Antropologia UFMA. São Luís, 2006.

______. *Coleção Célia Maria Corrêa – Direito e campesinato.* São Luís, 1997. Dissertação (Mestrado) em Políticas Públicas – UFMA/ NAV. 5v.

______; SANTOS, M. *A peleja do educador – um relato dos procedimentos adotados na elaboração de materiais didáticos relativos à educação sindical no Maranhão.* São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 1981.

______; FIGUEIREDO, L. D. Na lei e na marra – a luta pelo livre acesso aos babaçuais. In: ACTION AID BRASIL (Org.). *Olhar crítico sobre participação e cidadania*. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil, 2005. CD.

______; CORRÊA, C. M. *Conflitos de terra registrados no Maranhão de 1 de janeiro de 1990 a 31 de dezembro de 1991.* São Luís: SMDDH, 1993.

PORRO, R.; MESQUITA, B. A. de; SANTOS, I. de J. P. *Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia*: vales dos rios Mearim e Pindaré, Maranhão, Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

PORTELLI, A. O Massacre de Civitella Val di Chiana: mito, política, luto e sendo comum. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RÊGO, J. L. *A geo-metria do poder – a condição multiescalar da dinâmica da organização espacial das quebradeiras de coco no Maranhão*. São Luís, UFMA, 2004. Graduação em Geografia.

SANTOS, M. *Bandeiras verdes.* São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 1981.

______. *Fronteiras – a expansão camponesa no Vale do Rio Caru.* Relatório de pesquisa encaminhado ao CNPq, 1985. (Mimeogr.).

______. *Bandeiras verdes*. vídeo, 1986. 40 min.

SHANIN, T. (Org). *Campesinos y sociedades campesinas.* México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

______. *La clase incómoda – sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925).* Madrid: Alianza Universidad, 1983.

______. A definição de camponês conceituações e des-conceituações. *Estudos Cebrap (São Paulo)*, n.26, 1976.

SHIVA, V. *Abrazar la vida – mujer, ecología y supervivencia.* Madrid: Horas y Horas, 1995.

SOUZA, B. F. *Sábado de Aleluia tem carne – condições de reprodução social da família de trabalhador rural assassinado e emergência da viúva como liderança.* São Luís, UFMA, 1994. Graduação em Ciências Sociais.

THOMPSON, E. *Tradición, revuelta y conciencia de clase.* Barcelona: Ed. Crítica, 1979.

TROVAO, J. M. M. *O conflito de Aldeia, Bacabal – estudo de uma situação de conflito agrário por meio da análise de um processo judicial.* São Luís, UFMA, 1996. Graduação em Direito.

VELHO, O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária.* Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

WOLF, E. *Sociedades camponesas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

______. *Guerras camponesas no século XX*. São Paulo: Global, 1984.

11
De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem sossego: territorialização e territorialidades da reforma agrária de mercado (1998-2006)

Eraldo da Silva Ramos Filho

Introdução

No início de 2003, presenciamos na sociedade brasileira a retomada das esperanças por alterações sociais direcionadas para a redução das desigualdades, para o resgate e a garantia da cidadania para uma parcela maior da população. Um importante fator para esse sentimento foi a eleição e posse, em janeiro de 2003, na Presidência da República do ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva. Uma parcela desses anseios emergia da expectativa de ações e implementação de políticas públicas que caminhassem na direção do cumprimento do II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Tal plano foi elaborado devido à pressão exercida pelos movimentos sociais de luta pela terra e por reforma agrária. O governo federal nomeou um grupo de trabalho, formado por intelectuais ligados aos movimentos sociais e coordenado pelo economista Plínio de Arruda Sampaio, cuja tarefa era elaborar um documento que constituísse um plano nacional de reforma agrária da envergadura dessa problemática. A proposta ficou conhecida como *Plano Plínio*, e estipulou, dentre outras metas, o assentamento de um milhão de novas famílias em áreas de reforma agrária.

Todavia, o governo capitulou frente às pressões do setor ruralista e rejeitou o documento, substituindo-o por uma proposta mais tímida, de formulação teórico-conceitual alinhada com princípios liberais. Elaborado por técnicos do próprio governo, foi publicado oficialmente em novembro de 2003 e intitula-se II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção

e qualidade de vida no meio rural (II PNRA). Diante da derrota imposta pelo governo, restou aos movimentos sociais intensificar a mobilização e pressão para exigir o cumprimento das metas previstas no referido plano.

Tendo como princípio a necessidade de execução de uma *reforma agrária ampla e massiva*, o II PNRA rompeu com a prática dos governos anteriores ao estabelecer doze metas a serem cumpridas até o final do primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006. São elas, a saber: 1) assentamento de 400 mil novas famílias em projetos de reforma agrária; 2) regularização fundiária para 500 mil famílias; 3) promoção do acesso à terra pelo Crédito Fundiário de 130 mil famílias; 4) recuperação da capacidade produtiva e viabilidade econômica dos assentamentos existentes; 5) geração de 2.075 mil novos postos de trabalho permanentes no setor reformado; 6) cadastramento georreferenciado dos imóveis rurais; 7) regularização de 2.200 imóveis rurais; 8) reconhecimento, demarcação e titulação de áreas de remanescentes quilombolas; 9) reassentamento de ocupantes não-índios de áreas indígenas; 10) promoção da igualdade de gênero na reforma agrária; 11) garantia de assistência técnica e extensão rural, capacitação, créditos e políticas de comercialização às famílias assentadas; 12) universalização do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Passados quatro anos do primeiro mandato, o governo divulgou, no final de janeiro de 2007, o documento *Desenvolvimento agrário como estratégia: MDA Balanço 2003-2006,* vangloriando o cumprimento de 95,35% da meta "estabelecida no início da sua implementação" (p.10), ou seja, nos quatro anos assentou 381.419 famílias, das 400 mil programadas na meta 1. Enfatiza também o crescimento do número de famílias assentadas em comparação ao governo anterior. O crescimento resulta de uma ampliação significativa dos recursos, pois "foram aplicados mais de R$ 4 bilhões na obtenção e regularização de terras" (p.10). Nesse trecho, explicita-se a concepção de reforma agrária do governo. Sua contabilidade engloba a aquisição de terras correspondente às grandes propriedades improdutivas desapropriadas, a retomada de terras públicas griladas, a compra de terras, bem como a regularização fundiária.

Compreendo a regularização fundiária como o reconhecimento do direito de posse que têm as famílias que utilizam terras públicas há décadas. Já a reforma agrária deve proporcionar uma alteração na estrutura de propriedade da terra, adquirindo-a prioritariamente por meio da desapropriação, conforme previsto na Constituição Federal. Estudo recente demonstrou que parte significativa das famílias computadas na reforma agrária do governo foi assentada na Amazônia, justamente onde se localiza a maior quantidade de terras devolutas e de posseiros. Na prática, ocorreu, meramente, a concessão dos títulos de propriedades às famílias que há décadas ocupam terras públicas. Portanto, nesses casos, não há alteração da estrutura de pro-

priedade, pois o Estado somente reconhece a transferência de uma parcela das suas terras que sempre foram utilizadas por posseiros (Oliveira, 2006).

Fernandes (2006) constatou que no período de 2003 a 2005 somente 25% das famílias foram assentadas em terras desapropriadas. A maioria das famílias foi assentada em assentamentos antigos, ou já existentes em terras públicas, ou criados em terras do Estado, processo denominado pelo autor de *autofagia*. A reforma se deu, prioritariamente, sobre terras da própria reforma agrária preenchendo lotes de famílias evadidas devido à incompletude das políticas públicas, e sobre terras do próprio Estado. Nesse contexto, os números apresentados pelo governo não condizem com a realidade.

O próprio Ministério, em nota encaminhada ao jornal *Folha de S.Paulo* (2007), assumiu que houve uma "inversão" na prioridade inicialmente traçada como meta no II PNRA, de assentar 71% das 400 mil novas famílias de forma onerosa e 29% de forma não onerosa.[1] Na prática, "40% das famílias teriam sido assentadas por meio de obtenção onerosa e 60% via forma não onerosa". Ou seja, o governo assentou mais famílias em terras públicas em detrimento da desapropriação dos latifúndios propalada como o instrumento central para assentar famílias em reforma agrária (II PNRA, p.19). Com essa inversão de prioridade, o governo esvazia o conceito de reforma agrária, reduz o enfrentamento às terras improdutivas e àquelas que descumprem a legislação trabalhista e ambiental, apropriadas pela classe dos rentistas. Nesse contexto, os números da reforma agrária no governo Lula retratam o ganho dos proprietários de terras.

Outro instrumento de acesso à terra para o campesinato, previsto no II PNRA, foi o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), cuja meta era o ingresso de 130 mil famílias. Herdado da política agrária do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), o programa inspira-se nas diretrizes agrárias do Banco Mundial (BM). Para o governo Lula, esse é um mecanismo complementar à *reforma agrária tradicional*. Entre os seus princípios está a difusão da concepção de alívio da pobreza rural, a substituição da questão agrária pelas políticas de desenvolvimento rural sustentável, a perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar como negação do camponês na qualidade de sujeito político de sua própria recriação. A concepção de campo assume um caráter neoliberal ao passo que o mercado detém centralidade na criação e na recriação do campesinato. Assim, a reforma agrária assume um caráter mercantil e sua defesa passa a ser realizada com veemência pelos ruralistas[2] como alternativa pacífica

[1] O assentamento de família de forma onerosa, segundo o governo, diz respeito à desapropriação prevista na Constituição Federal e à compra de terras conforme previsto no Decreto n.433. A forma não onerosa inclui a utilização de terras públicas federais ou estaduais.

[2] Cf.: LUPION, A. *Voto em separado*: relato dos trabalhos da CPMI "da terra". Brasília: Congresso Nacional, Comissão Mista Parlamentar de Inquérito "da Terra", nov., 2005.

e viável. Já o movimento sindical deposita seu apoio político operacional em face da existência de uma base de minifundiários e da possibilidade de participação na estrutura governamental.

Neste texto, tenho como objetivo contribuir com a elucidação do significado das políticas públicas neoliberais de recriação do campesinato por meio do capital, discutindo os impasses atuais. Problematizo o processo de territorialização da reforma agrária de mercado (RAM) no Brasil no período 1998-2006 e apresento sua intensidade. O artigo está dividido em sete partes. Na primeira, apresento os interesses do BM com sua política de terras. Na segunda, delimito o conceito de reforma agrária e construção de territórios imateriais em torno da implantação da RAM no governo Cardoso. Na terceira seção, exponho a configuração da referida política no governo Lula. Na quarta, problematizo a territorialização da RAM no Brasil, e, na quinta seção, faço o mesmo para o Estado de Sergipe. Na sexta, discuto a territorialidade da RAM em Sergipe. E, por fim, remeto às considerações finais.

AS POLÍTICAS AGRÁRIAS NEOLIBERAIS DO BANCO MUNDIAL

Desde, aproximadamente, a década de 1960 até início dos anos 80, a reforma agrária foi uma expressão, de certa forma, proibida em muitos países devido à concepção ideológica socialista que inspirava. Nos anos 80, a crise dos regimes socialistas, o fim da Guerra Fria e a crise das dívidas externas dos países pobres abriram caminho para ampliação da influência dos organismos multilaterais junto aos países pobres. Durante a segunda metade dos anos 80 e início da década de 1990, a atuação do Banco Mundial (BM), em particular, foi marcada pela difusão dos ajustes estruturais, financiamento de infra-estrutura e megaprojetos, cujo objetivo era garantir o pagamento dos serviços das dívidas externas e transformar as economias nacionais em um padrão liberal. Resultaram desses programas sociedades mais desiguais e injustas e uma conjuntura favorável à intensificação das tensões sociais, irrompendo em 1994 com o Movimento Zapatista, no México.

Diante do acirramento da tensão social e intensificação da oposição ao modelo neoliberal nos países que implementaram os ajustes estruturais, o BM viu-se na necessidade de controlar as pressões sociais e aprofundar a implementação do modelo neoliberal. A forma definida para o programa foi a condução, a partir dos anos 90, de uma segunda onda de ajustes, cujos fundamentos residem na redução do papel do Estado nas ações de alívio da pobreza e a liberalização do mercado de terras. Foi nesse contexto que a instituição passou a enfatizar a questão da terra como estratégia de desenvolvimento rural, e o tema da reforma agrária foi capturado por suas diretrizes.

Desde então, os *think thanks* do BM difundidem o pensamento de que as políticas de terras têm um papel estratégico no *crescimento sustentável* (BM, 2002). Para tanto, é necessário a criação de um ambiente estável jurídica, política e economicamente, no qual o pressuposto é a *propriedade segura* [privada] da terra. Parte-se do pressuposto de que os países da América Latina, África e Ásia configuram-se como áreas de baixos investimentos privados no meio rural e, portanto, são lócus para estimular a promoção de programas voltados à atração de investimentos privados, que só ocorrerão mediante a implementação da titulação *segura* da terra nas áreas rurais. Todavia, é fundamental a desconcentração da terra, desde que viabilizada por instrumentos de mercado, que ao mesmo tempo em que promovem a titulação *segura* necessária para atrair investimentos econômicos, transferem esse bem para "produtores mais eficientes" (Deininger, 2003). Dessa forma, estaria em curso a chave para o alívio da pobreza, mas nunca se apresenta como meta a sua eliminação.

Essas são as diretrizes do pacote agrário neoliberal que tem sido imposto pelo Banco Mundial aos países credores nos citados continentes. A forma, o ritmo e a intensidade de aplicação dependem da conjuntura política e da forma de organização do agrário em cada país. Esse receituário agrário independe do espaço e do tempo em que é implantado, compõe-se de um conjunto de políticas setoriais agrárias, cujas principais formas foram sistematizadas por Rosset (2004) em cinco conjuntos de políticas, que podem ocorrer aleatoriamente ou na seqüência proposta, a depender da conjuntura inerente a cada nação.

O primeiro conjunto de políticas agrárias neoliberais visa conhecer a posse das terras, organizar os negócios, cadastrar e registrar a propriedade da terra. A titulação alienável da terra passa a ser prioritária para que, em um futuro próximo, possa entrar em operação o mercado de terras. O Banco Mundial denomina tais projetos de *administração da terra*, e em diferentes países podem ser chamados de titulação, registro ou mapeamento. A defesa é que sem a existência de um mercado de terras não haverá transferência de terras para os mais pobres, nem investimentos nas áreas rurais. Essa interpretação da realidade desconsidera o papel estratégico que tem a atuação do Estado na distribuição da riqueza entre os integrantes de uma nação. Não será a lei da oferta e da procura, que rege o mercado, que criará as condições necessárias para que os mais pobres acessem a terra em quantidade e qualidade suficiente para a subsistência familiar e o abastecimento alimentar. O mercado é um território do capital, cujos fundamentos são o dinheiro e o lucro. Sugeri-lo como possibilidade para recriação do campesinato expressa a intencionalidade de promover a sua subordinação, ou manter sua exclusão em detrimento da promoção da vida com dignidade essencial para a classe.

Na concepção do BM, os produtores precisam da garantia dos empréstimos da mesma forma que os investidores precisam da garantia dos pa-

gamentos. Portanto, é importante a segurança do direito de propriedade a fim de que a terra seja ofertada como garantia e/ou estímulo nas operações financeiras. Com a *administração da terra*, é possível fazer um balanço da oferta e da procura. Tal medida dá suporte a uma segunda política que é a de privatização de terras públicas e comunais, implementada sob a forma de concessões a corporações, que se comprometem a realizar investimentos nas áreas rurais e/ou realizar um tipo de *reforma agrária* orientada pelo Banco Mundial.

A terceira política institui o direito legal de vender, alugar, arrendar ou hipotecar as terras como garantia de empréstimo. Como os títulos da terra passam a ser alienáveis, caso o camponês não consiga pagar os empréstimos, pode perder a terra. A terra pode ainda servir como moeda em um empreendimento, no qual os capitalistas entram com os investimentos e o camponês com a terra. No caso do fracasso do empreendimento, todos perdem. O capitalista, o montante investido; o camponês, a terra. Evidentemente, perde mais quem investiu tudo o que tinha, mesmo que pareça pouco do ponto de vista de quem tinha mais. Para o camponês, que só tem a terra, perdê-la é ser reduzido à completa pobreza. Com esse tipo de posse, frente aos períodos de alta dos preços da terra ou de baixas da safra, os camponeses podem vender suas terras. Ocorre que, ao vendê-la, tão logo o dinheiro acaba, ficam sem a terra e sem emprego, portanto, mais empobrecidos.

Formado o mercado de terras, forjam-se as condições necessárias para a implementação dos chamados *bancos da terra* ou *fundos de terras,* mediante alterações institucionais ou jurídicas. Os bancos da terra são fundos formados, inicialmente, por empréstimos financeiros realizados pelo BM, voltados à concessão de créditos fundiários para agricultores pobres, implantados em países onde se verifica uma má distribuição fundiária e, portanto, onde há dificuldade de crescimento econômico. Uma vez realizados os financiamentos para a criação dos *fundos de terras*, os países credores devem criar (ao longo do tempo) seus próprios fundos creditícios, com a finalidade de conceder créditos fundiários aos sujeitos sociais que demandam terras, para que possam comprá-la no mercado já em funcionamento. Embora essa política seja propagada como uma forma ágil de *redistribuição* de parte da riqueza, na prática o seu fundamento é o estímulo ao funcionamento do mercado de terras.

Primeiramente, essa política foi denominada, pelo Banco Mundial, de *reforma agrária dirigida pelo mercado, reforma agrária assistida pelo mercado* ou *reforma agrária baseada na comunidade*. Os movimentos sociais e os estudiosos do tema têm preferido chamá-la de Reforma Agrária de Mercado (RAM) (Sauer, 2001; Pereira, 2004; Ramos Filho, 2004; Resende e Mendonça, s.d). Indubitavelmente, o Banco Mundial, ao atribuir à sua política neoliberal de acesso à terra a denominação de reforma agrária, objetiva esvaziar o conteúdo político e conflituoso embutido nesse conceito. A política de *reforma agrária* neoliberal busca a resolução do conflito histórico entre sem-terras

e latifundiários nos países em que a concentração fundiária é exacerbada. Segundo o Banco Mundial, a *reforma agrária tradicional*,[3] via desapropriação, não é possível no momento atual porque as elites econômicas resistem à reforma e isso gera muito conflito. O objetivo é não incomodar as elites com as medidas desapropriatórias, mas comprar as terras daqueles que estão dispostos a vendê-las pelo preço que pedirem.

No entanto,

> os “beneficiários” desse programa adquirem uma pesada dívida com crédito usado para comprar a terra. O tamanho dessa dívida é baseado no preço pelo qual a terra é vendida. [...] Observamos que a terra comprada por pessoas pobres não é apenas de má qualidade, mas também superavaliada. Em alguns casos, esses programas têm contribuído para uma tremenda inflação no preço da terra. Então, é provavelmente seguro dizer que a “reforma agrária de mercado” tem sido mais benéfica para os latifundiários, que podem vender terras de pouca qualidade a altos preços. (Rosset, 2004, p.23)

Tal pacote de políticas de *desenvolvimento* já se encontra em curso em diferentes países, com roupagens e impactos variados. Na África, podemos citar os casos da África do Sul, Malauí e Zimbábue; na Ásia, está implantado na Indonésia, Tailândia e Índia; e, por fim, na América Latina, evidencia-se o caso da Guatemala, Honduras, El Salvador, México, Colômbia e Brasil (Martins, 2004; Barros et al., 2003). Os impactos negativos evidenciados em todos os países onde atuam as políticas agrárias do BM têm demonstrado que, embora tal pacote agrário tenha centralidade na redução da pobreza, essa problemática não será solucionada a partir do mercado, seja com a titulação alienável das terras ou por meio do crédito fundiário.

A TENTATIVA DE DISSIMULAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária (RA) é uma política pública, de competência do Estado, expressa por meio de um plano que visa a desconcentração fundiária, tendo a obtenção de terra prioritariamente por meio da desapropriação, para criação e/ou recriação do campesinato,[4] garantindo o acesso à terra

[3] No caso brasileiro, esse conceito assume a intenção de esvaziar o caráter punitivo para os proprietários de terras que não cumprem a função social da reforma agrária prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

[4] Compreendo como campesinato a classe social que produz sua própria existência, cujas atividades laborais são desenvolvidas no campo, em particular na atividade agrícola, cuja centralidade do trabalho é a família, e as decisões das atividades a serem desenvolvidas são baseadas no núcleo doméstico. Trata-se de sujeitos políticos que carregam, desde sempre, um conteúdo de resistência à sua destruição, sob diferentes formas: assentados, posseiros, rendeiros etc.

e a permanência nela. Para que isso se concretize, é preciso que ela seja acompanhada de projetos de políticas que contemplem crédito, educação, saúde, moradia, infra-estrutura comunitária, transporte, produção, previdência social, assessoria técnica social, ambiental e tecnológica etc. A ênfase no modelo desapropriatório reside na perspectiva de ruptura com a lógica rentista e não produtiva da propriedade da terra, que tem sustentado o latifúndio em nosso país e penalizado o conjunto da população brasileira desde, pelo menos, a Lei de Terras de 1850.

As políticas públicas são de competência do Estado, mas a sua formulação e implementação dependem do jogo de interesses; da correlação de forças estabelecida entre os movimentos sociais, o capital e o mercado. O sujeito que apresentar maior força política em dado momento histórico determina a elaboração da política pública. Todavia, muitas vezes, para garantir que a política elaborada seja implementada nos moldes do segmento social que a idealizou, é preciso uma intensificação do exercício de poder, em particular, quando se trata de programas emanados das classes populares.

No caso brasileiro, as elites, em diferentes momentos, negaram a necessidade da realização de uma política de reforma agrária ou simplesmente não permitiram que tais políticas fossem implementadas. Nos últimos vinte anos, os governos têm sofrido uma crescente pressão dos movimentos camponeses para a realização de um programa de reforma agrária e garantia de um conjunto de políticas sociais dirigido à população do campo. São variadas as formas de luta e as ações de resistência dos trabalhadores contra os processos de expropriação e exclusão por que perpassam: o trabalho de base, a ocupação de terras, o enfrentamento com os latifundiários, a construção de acampamentos, a realização de marchas, as negociações com o governo, a ocupação de prédios públicos, a conquista de assentamentos, a reivindicação de políticas agrícolas, de escolas e de outros recursos básicos.

Na atualidade, as ocupações de terras que ocorrem por todo o país configuram-se como a forma de luta de maior intensidade e impacto político na sociedade. Mediante uma ação de desobediência civil, elas realizam uma denúncia radical da propriedade privada da terra como mecanismo de especulação, ou sua utilização para a superexploração da força de trabalho e a destruição ambiental. Estudo recente constatou a existência, no período 2000-5, de 63 movimentos sociais realizando ocupações de terras em todo o Brasil. Destaca-se a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)[5] que, no período, organizou 68,3% das 309.484

---

[5] O MST foi fundado durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel – PR, no período de 20 a 22 de janeiro de 1984. Lá estiveram presentes 92 pessoas entre sem-terra, sindicalistas, agentes de pastoral e assessores, representando os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e território de Roraima, na época (FERNANDES, 2000).

famílias que participaram de ocupações de terras em todo o país (Silva e Fernandes, 2006). Neste início de século XXI, uma nova dimensão da luta pela terra emerge com o fortalecimento da Via Campesina[6] na organização dos trabalhadores para o enfrentamento do modelo de agronegócio e seus impactos negativos.

A luta pela terra faz parte de uma dimensão das lutas contra o capital, que deseja da terra sua reprodução ampliada e a manutenção de sua estrutura de poder. Na medida em que o capital se reproduz, agrava o quadro de desigualdades que o sustenta, mediante a exclusão. E como o número de excluídos é cada vez maior, a luta contra o capital tende a um crescente. Historicamente, a política de assentamentos tem sido, com exclusividade, resultado da intensidade e do alcance dessas lutas por terras, realizadas de diversas formas pelos trabalhadores, e não das políticas governamentais. Todavia, o número de famílias beneficiadas segue inferior ao de famílias em ocupações de terras, e não se aproxima do crescente número de famílias sem-terra criadas pelo processo de desenvolvimento desigual do capitalismo no campo.

As ações dos trabalhadores ao combaterem a propriedade da terra de negócio e o rentismo fundiário[7] amedrontam as classes proprietárias. É nesse contexto que tal segmento social, historicamente detentor do poder econômico e político do país, determina ao Estado a incorporação às políticas agrárias nacionais das diretrizes neoliberais do Banco Mundial para o setor. Para o BM, nos países onde a distribuição da terra é muito desigual, além do crescimento econômico ser reduzido, essa condição favorece o surgimento de ações de todo tipo para questionar a propriedade privada, e isso pode abalar o funcionamento do mercado afastando investidores, por exemplo. Entretanto, com o funcionamento do mercado de terras, a titulação *segura* da propriedade das terras e as linhas de financiamento voltadas para os mais pobres comprarem terras, não há motivos para que estes últimos se insurjam contra as grandes propriedades. A mercantilização da

[6] A Via Campesina foi criada em 1992 e é uma articulação de diversas organizações camponesas da Ásia, África, América e Europa. São seus objetivos: a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir sua própria política agrícola; a preservação do meio ambiente; o desenvolvimento com socialização da terra e da renda. No Brasil, estão vinculados à Via Campesina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) (FERNANDES, 2004).

[7] Segundo Martins (1991, p.55) a terra de negócio "... serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não tem. ... O monopólio de classe sobre a terra assegura ao capitalista o direito de cobrar da sociedade inteira um tributo pelo uso da terra. É a chamada renda fundiária ou renda da terra. A renda não existe apenas quando a terra é alugada; ela existe também quando a terra é vendida. Alugar ou vender significa cobrar uma renda para que a terra seja utilizada".

terra para os pobres é difundida como a única alternativa disponível para todos, de forma pacífica, ágil e transparente. Tais formas de financiamento de terras reivindicam o caráter de reforma agrária. Porém, não passam de mero sofisma.

O caso brasileiro é emblemático nesse sentido. No início do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC)[8] eclodiu no país um movimento de grande pressão sobre o governo, e houve graves acontecimentos de repercussão internacional. Foi um período de forte crescimento das ocupações de terras em todo o país e de intensificação da violência no Pontal do Paranapanema, em São Paulo. A violência praticada no campo contra os trabalhadores chegou a seu ponto máximo em dois momentos: em agosto de 1995, com o massacre de Corumbiara,[9] em Rondônia, e em 17 de abril de 1996, com o massacre de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará. Nesses episódios, foram assassinados pela Polícia Militar (que atuava na defesa da propriedade privada) onze posseiros e dezenove trabalhadores sem-terra, e outros tantos foram torturados. Um ano após esse ocorrido, o MST realizou a Marcha Nacional por Emprego e Justiça, que chegou a Brasília em abril de 1997.

Diante desses acontecimentos, o governo FHC, que já tratava a reforma agrária como uma política compensatória destinada à promoção do alívio da pobreza, implementou um conjunto de medidas, cuja intencionalidade era forjar um consenso social em torno da solução pacífica para os conflitos no campo. Assim, introduziu no país a reforma agrária de mercado do Banco Mundial, mediante a criação, em agosto de 1997, do Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza (Land Reform and Poverty Alleviation Pilot Project), mais conhecido como Cédula da Terra (PCT). O projeto, na verdade, consistia em uma ampliação da ação local do Ceará (o Projeto São José – Reforma Agrária Solidária) para os estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e para o norte de Minas Gerais.

Como continuidade de seu intento de controlar e desarticular o processo conflitivo, o governo FHC, por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), lançou, no primeiro semestre de 1999, o documento *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural,* conhecido largamente como o *Novo Mundo Rural*. Esse documento institucionalizou um pacote de políticas para o campo brasileiro que determinava as diretrizes do desenvolvimento rural. Algumas delas já se encontravam em operação antes da sua promulgação, a exemplo do Programa Nacional

[8] Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, governou o Brasil de 1995-8 e foi reeleito para o mandato de 1999-2002.

[9] Cf.: MESQUITA, H. A. de. *Corumbiara:* o massacre dos camponeses. *São Paulo*. São Paulo, USP, 2001. Tese (Doutorado) em Geografia.

de Fortalecimento da Agricultura Familiar e o citado PCT. O Novo Mundo Rural, de FHC, incorporou, explicitamente, às políticas agrárias brasileiras, o marco teórico, os princípios e pressupostos do projeto do BM para o campo nos países do Sul, provocando uma forte alteração na forma de enfrentamento da questão agrária pelo governo.

Implementou um conjunto de programas centrados na inserção dos pequenos e médios agricultores no mercado globalizado, mediante incentivos à sua integração à agroindústria; valorização das atividades não-agrícolas; alteração da política de financiamento da produção. Aprofundou a RAM, não somente ampliando o número de famílias atingidas e territorializando o programa por novos estados da federação, mas, sobretudo, institucionalizando essa forma de obtenção de terras, mediante a alteração do marco legal, com a aprovação da Lei Complementar n.93, de 4 de fevereiro de 1998, que instituiu a criação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra. Portanto, ignorando a forte oposição realizada pelo MST, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo. Organizações que, de imediato, se opuseram à implantação da RAM no Brasil. Denunciaram os impactos negativos gerados e a intencionalidade de substituir a realização de uma legítima reforma agrária. Exigiram a implantação do Painel de Inspeção pelo BM frente aos escândalos de corrupção na implantação dos projetos, compra de propriedades passíveis de desapropriação para reforma agrária, superfaturamento dos projetos, dentre outros desvios.

Os argumentos do governo FHC para implantação da RAM coincidem com os apresentados pelo BM em diferentes países, onde políticas semelhantes estavam em curso. Denotam a busca em promover uma assepsia na questão agrária, substituindo-a por políticas de "desenvolvimento rural sustentável" (e, posteriormente, por "desenvolvimento territorial rural"). Nessa perspectiva, os problemas do campo seriam solucionados a partir dos mecanismos de mercado, na medida em que tais políticas deslanchassem. Assim, não haveria espaço para a burocracia, nem para as disputas judiciais típicas dos processos desapropriatórios por interesse social, e isso agilizaria a realização da *reforma agrária*, que, ao ser praticada em um ambiente de pleno funcionamento dos mercados de terras, tenderia a apresentar um menor custo que a *via tradicional*, possibilitando ampliação da abrangência do programa. Ademais, a RAM promoveria uma atitude colaborativa entre trabalhadores e proprietários de terras, uma vez que os primeiros poderiam escolher livremente as terras que desejassem adquirir e negociar seus preços, eliminando os confrontos.

O processo de implantação da RAM durante o mandato de FHC deve ser compreendido como uma disputa territorial entre o governo e as organizações camponesas, cuja corporificação reside no plano da indissociabi-

lidade entre territorialização material e imaterial. A primeira perspectiva condiz com a implantação dos milhares de empreendimentos de crédito fundiário financiados nas diferentes regiões do país, e está relacionada com a construção, concomitante, de territórios imateriais delimitados com o intuito de disseminar esse ideário de reforma agrária mercantil como única alternativa. Na contramão, as organizações camponesas delimitam outro território imaterial para deslegitimar essa compreensão e impedir a territorilização material da RAM.

O território resulta da apropriação/dominação do espaço geográfico por uma dada relação social, pelo exercício de uma forma de poder. É a apropriação/dominação material (como a conquista de um latifúndio que se transforma em assentamento de reforma agrária), ou imaterial (a representação cartográfica do espaço para uma dada finalidade, por exemplo) do espaço geográfico que promove sua fragmentação, cujo processo desemboca em conflitos. O território é uma concessão para aqueles que nele podem entrar e uma confrontação para os que ficam de fora.

A imaterialidade do território pode, dentre outras formas, manifestar-se por meio dos saberes e conhecimentos construídos historicamente pelos sujeitos. Esses conhecimentos resultam de uma relação social, e são elaborados em um processo cognitivo, portanto, em um espaço mental. Na medida que se realizam espacialmente construindo uma materialidade ou novas materialidades (novos pensamentos, ações, interpretações etc.) ele se territorializa. No tocante à problemática que discuto neste artigo, o território imaterial institucional teve por objetivo legitimar e projetar a RAM. Sua construção se deu pela realização de pesquisas realizadas pelo governo FHC e pelo Banco Mundial, cujos resultados nem sempre conseguiam mascarar os impactos negativos dela. Outros mecanismos de construção desse território imaterial foram a dispendiosa campanha publicitária[10] paga pelo governo; os diferentes seminários realizados com gestores públicos, organizações não-governamentais, intelectuais, dentre outros sujeitos sociais; a alteração do marco jurídico-legal que institucionalizou a RAM.

Outro território imaterial foi construído pelos movimentos sociais, sindicatos rurais, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Fórum Nacional pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo, organizações não-governamentais, governos estaduais, parlamentares e Controladoria Geral da União. Pesquisas comprovando os impactos negativos da RAM foram realizadas, assim como um conjunto de denúncias: o desvio de recursos, o superfa-

[10] Um exemplo emblemático foi a massiva campanha publicitária, veiculada na TV, em horário nobre, em que o governo FHC buscou confundir a opinião pública, induzindo-a a condenação dos trabalhadores organizados nos movimentos sociais em confronto (com o Estado, latifundiários e judiciário) e tentando elevar o mérito do *Novo Mundo Rural*, sob o slogan "Pra quê pular a cerca se a porteira está aberta?".

turamento do valor das áreas adquiridas, atendimento de pessoas sem o perfil determinado nas normas do programa, o que resultou em abertura de processos administrativos, inquéritos policiais, comissões de sindicância, além de outros instrumentos de apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal, bem como na desestruturação de muitos projetos.

Mesmo enfrentando forte oposição e denúncias entorno do Cédula da Terra e do Banco da Terra, e diante dos seus impactos negativos cada vez mais explícitos, o governo FHC preferiu atender aos interesses do BM e tornar o Brasil uma referência na implantação da RAM. Valendo-se da institucionalização do Fundo de Terra e da contração de novos empréstimos junto ao BM, o governo FHC criou, em 2001, o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCPR), iniciando sua operação em abril de 2002. A escala de abrangência do programa passa a contemplar os estados do Nordeste, os do Sul, e Minas Gerais e Espírito Santo no Sudeste. Indubitavelmente, o Crédito Fundiário foi criado com o objetivo de substituir o Banco da Terra e o Cédula da Terra, tendo em vista a forte oposição que esses projetos receberam de vários setores da sociedade.

Os quatro programas apresentados acima (PSJ, PCT, BT e CFCPR) compõem a experiência da reforma agrária de mercado do BM, no Brasil, durante o governo FHC. A propositura de uma solução sem conflitos (ou seja, não coercitiva para os proprietários de latifúndios), desconsidera o caráter histórico da concentração fundiária no país e a legitimidade da organização dos movimentos sociais representativos das trabalhadoras e trabalhadores do campo brasileiro. A partir do momento em que a reforma agrária passa a ser regulada pela lei da oferta e da procura de terras, o Estado brasileiro dilui o seu estratégico poder de comandar o processo de democratização da propriedade fundiária. Transfere para os proprietários a autonomia de determinar a escala, o preço, o espaço e o tempo da reforma agrária.

Enquanto isso, ao Estado cabe apenas o papel de financiar, conceder assistência técnica e avaliar os projetos criados. Nos três programas, há ainda a previsão legal de transferência de poderes do governo federal para a esfera local, mediante o estabelecimento de acordos com os governos estaduais, transferindo para estes a atribuição de implementação dos programas. Esse conjunto de ações explicita a obviedade da estratégia de desfederalização das ações políticas de reforma agrária. A ruptura com a lógica rentista e não produtiva da terra é a questão central da reforma agrária no Brasil, cuja eliminação passa pela desapropriação dos latifúndios. O pagamento da terra em dinheiro, à vista, ao proprietário de terras e o financiamento da dívida para os camponeses sem-terra, ou com pouca terra, somente reafirmam o caráter rentista e financeiro do sistema econômico, fortalecendo, politicamente, lideranças políticas locais, proprietários de terras, bancos, atravessadores etc.

A PERSISTÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO GOVERNO LULA

Conforme apresentado na introdução deste texto, o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-6) teve como realização importante no setor agrário a elaboração, pelos técnicos do governo, do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA): paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Embora esse documento não contemple a amplitude e profundidade dos anseios das organizações camponesas que lutam pela terra e pela reforma agrária, indubitavelmente, representa, em parte, uma ruptura com a postura adotada pelo governo anterior frente à questão agrária. Enquanto FHC agiu apenas em resposta às pressões dos movimentos sociais, o governo Lula, no seu II PNRA, estabeleceu metas a serem cumpridas até o final do mandato, no tocante a diferentes dimensões do campo, conforme discutido alhures. Reconheceu-se o protagonismo dos movimentos sociais do campo e se estabeleceu uma interlocução entre estes e o governo.

O primeiro mandato Lula deu continuidade às linhas de financiamento para compra de terras por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), identificado no II PNRA como meta três: compra de terras por 130 mil famílias no interstício 2003-6. Esse montante representava 32,5% das 400 mil novas famílias programadas para serem assentadas na reforma agrária. Uma meta bastante ambiciosa se compararmos com o governo Cardoso, que de 1995 a 2002 assentou 487.647 famílias em áreas de reforma agrária (Dataluta, 2006), e 32.645 famílias, entre 1998 e 2002, em programas de reforma agrária de mercado (banco de dados do autor baseado em informações fornecidas pelo PNCF), montante que representa 12% das famílias assentadas via desapropriação.

A meta três do II PNRA demonstrou que o primeiro mandato Lula não só incorporou esse modelo de *desenvolvimento* rural, mas, sobretudo, teve a intencionalidade de ampliar o número de famílias atingidas. Nesse sentido, foram aprovados junto ao Banco Mundial novos empréstimos, a juros de mercado internacional, de forma a viabilizar mais duas etapas do crédito fundiário no Brasil (Pereira, 2004). Todavia, um balanço do desempenho do Crédito Fundiário, divulgado no início de 2007, revelou que o executado ficou muito aquém dos objetivos traçados. Ou seja, entre 2003 e 2006, foram atingidas 35.564 famílias em 18 estados da federação (MDA, 2007). Esse montante representa 9,3 % das 381 mil famílias que o governo afirma ter assentado na reforma agrária durante o primeiro mandato. Comparado ao governo Cardoso, verifica-se que o governo Lula, em termos absolutos, atingiu mais famílias que seu antecessor, o que em termos relativos representa uma performance superior à era FHC.

O PNCF está sendo executado mediante novos empréstimos concedidos pelo BM e com a operação do Fundo de Terras, agora incorporado à políti-

ca fundiária do Estado brasileiro e funcionando como um instrumento de longo prazo. Abriga todas as modalidades de linhas de financiamento da RAM elaboradas durante o governo anterior. Embora cada uma delas tenha passado por um "melhoramento" nas regras operacionais e ganhado um novo nome, a lógica do programa permanece a mesma. No lugar do PCT e do CFCPR foi criado o Combate à Pobreza Rural (CPR), no qual o ingresso dos mutuários se dá mediante a formação de associações e apresenta como principal lócus de implementação os estados da região Nordeste. Outra linha é a Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), cujo acesso dos mutuários se dá individualmente e está voltado para os estados da região Sul e Sudeste – substituindo o Banco da Terra. Criou-se, também, o Nossa Primeira Terra (NPT), programa voltado para jovens sem-terra, agricultores e filhos de agricultores ou egressos das escolas agrotécnicas, escolas rurais, dentre outras, que se encontrem na faixa etária de 18 a 24 anos, dentre outros critérios de elegibilidade.

Recentemente, foram criadas mais duas ações dentro do PNCF: a Terra Negra Brasil (TNB) e a Terra para a Liberdade (TL). Com a mesma lógica de funcionamento da RAM, visam atender, respectivamente, populações afrodescendentes e trabalhadores vulneráveis ou resgatados(das) de situações análogas ao trabalho escravo. Embora ambos sejam ações do PNCF – Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) –, o TNB resulta de uma parceria entre a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a ONG catarinense Núcleo de Estudos Negros (NEN). Os empreendimentos são implantados por meio de qualquer uma das três linhas de crédito. O TL integra as ações do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo do MDA/Incra, e está articulado com a linha de crédito CPR.

Permanece nas diferentes modalidades de RAM o deslocamento ideológico do BM em relação à reforma agrária constitucional. Insiste-se que a recriação do campesinato pela relação de compra e venda de terras promoverá a distribuição da riqueza; todavia, uma reforma agrária redistributiva somente se realiza mediante o combate ao rentismo fundiário. Além disso, a própria nomenclatura das linhas de crédito indica um alinhamento com os pressupostos teóricos das políticas agrárias do BM. Tal foi a concepção introduzida pelo *Novo Mundo Rural*; refiro-me a uma leitura do campo a partir do paradigma do capitalismo agrário, cujos fundamentos centrais são: a defesa de que, com a expansão do capitalismo no campo, o campesinato tende a metamorfosear-se em pequeno capitalista do campo; a agricultura familiar destaca-se pelo caráter moderno das atividades produtivas enquanto o campesinato permanece como a expressão do atraso; a integração da produção ao mercado como formas modernas de desenvolvimento no campo e uma maior especialização da produção.

As linhas de financiamento de crédito fundiário obedeceram no Brasil a três fases: a primeira, de introdução da RAM com a implantação do Projeto São José, do Cédula da Terra e do Banco da Terra; a segunda, de ampliação e consolidação com o Crédito Fundiário, o Combate à Pobreza Rural e o Consolidação da Agricultura Familiar; e, mais recentemente, uma fase de mercantilização das políticas de juventude e de afirmação expressa na criação das linhas de financiamento Nossa Primeira Terra, Terra Negra Brasil e Terra para Liberdade. Essa fase materializa a intencionalidade das políticas agrárias neoliberais em capturar públicos distintos com potencialidade de luta diante dos processos de exclusão e subordinação a que estão submetidos. Por exemplo, a juventude rural, diante do parcelamento das terras dos seus pais e da inexistência de uma política de reforma agrária que contemple esse segmento, tem se caracterizado como um importante segmento que se organiza para entrar na terra mediante as ocupações. Além do que, nos diferentes estados, são os jovens que têm assumido a função de direção das organizações mais combativas do campo. É essa linha de crédito uma nova artimanha do capital para conter a ameaça da rebeldia da juventude do campo que se organiza e luta pela conquista de seu pedaço de chão?

A introdução da TNB em sua lógica mercantil dificilmente conseguirá resgatar e fortalecer os traços étnicos e culturais da comunidade afrodescendente. O princípio dessa comunidade é o uso comum da terra e a transferência geracional do direito de uso. Contraditoriamente, a RAM baseia-se no mercado e na titulação alienável da terra. Será que essa linha de crédito pretende conter as lutas e a organização dos povos remanescentes de quilombolas que reivindicam a demarcação das suas terras, hoje ocupadas, muitas vezes, por grandes proprietários, disfarçando a solução de litígios pela esfera do mercado?

Por sua vez, a criação da TL contradiz o debate e as disputas políticas atuais em torno da desapropriação dos imóveis rurais autuados por prática de trabalho escravo moderno. Novamente, transparece a intencionalidade de proteger a grande propriedade no Brasil. Como promover a socialização dos trabalhadores resgatados de situação análoga a trabalho escravo, tendo em vista que diferentes estudos demonstram que a RAM promove uma escravização do camponês à dívida?

As políticas de juventude e afirmação têm por objetivo a emancipação de um segmento social historicamente excluído, o que dificilmente será conseguindo pela lógica mercantil. Essa é uma dimensão do aprofundamento da RAM durante o governo Lula. Para encerrar esta seção, faz-se mister ressaltar que a captura dos segmentos sociais historicamente excluídos também pode ocorrer de forma implícita, ou seja, no interior das linhas creditícias existentes. Uma evidência dessa afirmação foi a venda de 57,14 hectares da Fazenda Travessão à Associação Indígena Pankararu Pataxó

(AIPPA), localizada no município de Araçuaí, Minas Gerais. O financiamento no valor de R$ 60 mil foi liberado para cinco famílias, pela linha de crédito CPR, em fevereiro de 2007.

A TERRITORIALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO

O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo na agropecuária tem demonstrado historicamente que o exercício de poder para apropriação do espaço, seja ele material ou imaterial, é central para a produção do capital e para sua reprodução ampliada. Nesse contexto, a compreensão da dinâmica territorial no campo tem proeminência na atualidade. A territorialização é o processo de construção dos territórios, e a expansão dos empreendimentos de RAM criados em todas as regiões brasileiras é compreendida aqui como a materialidade da sua territorialização. A leitura proposta situa-se no campo da geografia e tem como fundamentação teórica a contribuição dada por Raffestin (1993), Santos (2004) e Lefebvre (1991). Para o primeiro estudioso, o espaço preexiste a qualquer ação, "é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto partir do momento em que o ator manifeste a intenção de dele se apoderar" (Raffestin, 1993, p.144).

Os territórios também são construídos e desconstruídos em escalas temporais e espaciais distintas. Podem ser construídos ao longo de séculos, décadas, anos, meses, dias e até mesmo em escalas ainda menores. Sua existência pode assumir caráter permanente ou periódico. No atual período técnico-científico-informacional, marcado pela ampliação da fluidez do espaço e pela irreversibilidade, imprevisibilidade e simultaneidade do tempo, as redes tornam-se também importantes na constituição do território. As redes são identificadas por sua configuração material (infra-estrutura que possibilita o fluxo de matéria, energia ou informação), e imaterial (dimensão social e política), que enfatiza os diferentes fluxos que ocorrem no território, a conexão de um território com outros territórios, bem como sua descontinuidade física.

O território constitui-se em uma totalidade e, como tal, compõe-se das dimensões política, natural, simbólico-cultural, econômica e social. É, a um só tempo, relacional, histórico, multiescalar e articulado em redes. Os empreendimentos de crédito fundiário foram criados sob a lógica do mercado e do agronegócio. Não há espaço para o protagonismo do campesinato em seu processo de recriação mediante as lutas para entrar e ficar na terra. O caráter de classe é enfraquecido pela fragmentação dessas lutas, e o camponês converte-se em mero coadjuvante de sua recriação. As

frações compradas do território constituem a materialidade do processo de territorialização da RAM. Inscreve-se na esfera dialética o processo de construção dos territórios.

A territorialização acompanha-se permanente e concomitantemente de outros dois processos contrários e constituintes: a desterritorialização e a reterritorialização (T-D-R). A criação e/ou recriação do campesinato nesse programa propala a territorialização dessa classe, na medida em que ele adquire fração do território do capital. Todavia, quem detém o controle efetivo do território até que o camponês integralize o pagamento de todas as parcelas do financiamento é o capital financeiro. A desterritorialização dos proprietários ocorre apenas no plano físico, com a venda de pequenas porções de terras mal localizadas e de qualidade duvidosa. Sua reterritorialização pode ser evidenciada no plano econômico, mediante investimentos em outros locais e/ou setores de atividade com os recursos advindos da transação de venda da terra. Portanto, é o próprio capital que se territorializa nessa operação mercantil, o capital rentista ao vender as terras e o capital financeiro ao se apropriar dos juros.

Com vista a identificar a territorialização da RAM no Brasil, na primeira década de sua operação, elaborei a Tabela 1, combinando, no segundo semestre de 2006, dados referentes ao número de famílias mutuárias e à área comprada por município em cada estado onde está implantada. Os dados foram fornecidos pelo PNCF/SRA (referente às linhas de crédito PCT, BT e CF) e pelo Sistema de Informações Gerenciais (SAC) do PNCF (no tocante às linhas de crédito CPR, CAF, NPT). Já na escala do estado de Sergipe, utilizei tabelas fornecidas pela Empresa Desenvolvimento Agropecuário (para o BT) e pela Empresa de Desenvolvimento Sustentável (para o CPR e CAF). Diante disso, é possível constatar sua operação em 21 estados e em todas as regiões brasileiras. Surgida no Ceará (1996), no mandato do então governador Tasso Jereissati (PSDB), a RAM expandiu-se durante o governo FHC para os estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia e norte de Minas Gerais com o PCT; com o Banco da Terra para o Piauí, Rio Grande de Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e, por todo Minas Gerais. Já os estados do Mato Grosso do Sul, Tocantins e Rondônia foram incorporados ao crédito fundiário durante o governo Lula.

Isso nos leva à constatação de que foi o governo FHC o maior articulador da amplitude espacial que o programa apresenta atualmente, sem desprezar os esforços envidados pelo governo Lula na manutenção do funcionamento do programa em todos os estados, bem como na promoção de sua expansão para outros três estados (Tocantins e, mais recentemente, Mato Grosso do Sul e Rondônia) e na incorporação da região Norte ao referido programa. Somente o decurso do segundo mandato de Lula confirmará se a RAM será

Tabela 1: Famílias em empreendimentos de crédito fundiário por estado da federação (1998-2006)

Estado	Famílias	Área	Empreendimentos
Maranhão	11.159	303.283	385
Piauí	8.259	211.402	430
Bahia	7.488	147.247	196
Ceará	6.623	232.027	423
Pernambuco	6.302	79.391	291
Minas Gerais	4.486	79.399	289
Santa Catarina	4.306	52.238	3.861
Rio Grande do Norte	3.611	69.447	319
Paraíba	2.738	64.120	226
Rio Grande do Sul	2.552	34.507	2.366
Sergipe	2.298	22.498	327
São Paulo	2.186	14.489	104
Alagoas	1.683	21.008	97
Espírito Santo	1.364	8.127	135
Paraná	756	5.307	685
Goiás	738	11.383	143
Mato Grosso	463	4.826	446
Tocantins	209	5.804	9
Rio de Janeiro	85	1.481	78
Rondônia	43	325	4
Mato Grosso do Sul	7	30	7
Total	67.356	13.68.339	10.821

Fonte: Dados fornecidos por SRA/PNCF; SIG/SAC; Pronese; Emdagro e sistematizados pelo autor no segundo semestre de 2006.

territorializada por todo o Brasil. Por sua vez, o quantitativo de famílias atingidas se revela mais expressivo justamente nos estados em que a implantação da RAM tem maior antiguidade. Faz-se necessário frisar também a correlação número de projetos, número de famílias e área, especialmente nos estados integrantes da região Sul, onde o número de empreendimentos é quase igual ao de mutuários. Isso ocorre em virtude de, nesses estados, o Banco da Terra e, posteriormente, o CAF terem sido as linhas de crédito implementadas, ambas com prioridade para o ingresso individual.

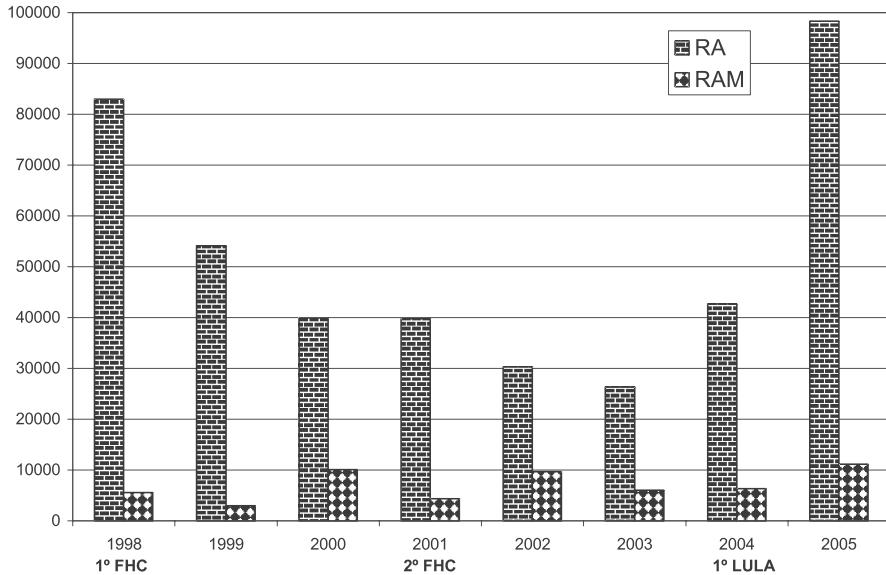



Figura 11.1 – Famílias em RA e RAM – Brasil (1998-2005).
Fonte: DATALUTA, 2006; SRA/PNCF; SIG-SAC/PNCF.

A Figura 11.1 nos permite observar o número de famílias nos programas de reforma agrária (RA) e reforma agrária de mercado (RAM) no intervalo proposto, por período de governo. Constata-se que, em todo o período, a reforma agrária é predominante como instrumento de recriação do campesinato, se comparada com o número de famílias em empreendimentos de crédito fundiário. Contudo, evidencia-se um processo de declínio do número de assentamentos de reforma agrária de 1999 a 2003. Sobretudo, o período no intervalo de 1999 a 2002 pode ser compreendido como resultante de um conjunto de medidas praticadas pelo governo Cardoso, com o seu Novo Mundo Rural, para controlar a conflitualidade no campo, mediante a criação de *vias pacíficas de reforma agrária* (RAM e Reforma Agrária pelo Correio) e da promulgação das medidas provisórias de criminalização dos movimentos sociais e da luta pela terra.[11]

Conforme mencionado alhures, os assentamentos de reforma agrária resultam em sua grande maioria dos processos de ocupação da terra. A repressão desses processos contribuiu para o seu arrefecimento. Conseqüentemente, com menor intensidade de ocupações, houve um declínio do número de assentamentos criados de reforma agrária. As *vias pacíficas de reforma agrária* também não surtiram efeito. A RAM não conseguiu

[11] A Medida Provisória n.2.183-56 de 2001, conhecida como MP das ocupações, impediu a vistoria e a desapropriação dos imóveis ocupados e excluiu da reforma agrária as pessoas envolvidas em ocupações de terras.

deslanchar como mecanismo substituto da reforma agrária constitucional, tampouco, até os dias atuais, não há notícia de uma única família que tenha sido assentada pelo cadastramento nos correios. O ano de 2003, o primeiro do mandato Lula, marca a retomada da reforma agrária na agenda do Estado, a reestruturação Incra e a elaboração do II PNRA.

Os primeiros anos de implementação da RAM (1998 e 1999) apresentam o menor desempenho do período, tendo em vista ser esse o momento de divulgação do programa e da realização das articulações políticas com os governos locais. Ressalta-se que o interstício 2000-2002, apesar da oscilação do número de famílias ingressantes, é a fase de forte propagação do programa e de maior participação relativa no montante de famílias que entraram na terra no período. Isso ocorre em face da significativa diminuição de famílias assentadas na reforma agrária. Já no governo Lula, percebe-se que a RAM mantém-se com desempenho semelhante ao governo Cardoso, com uma leve ampliação do número de famílias a cada ano. Mesmo diante do descumprimento da meta de ampliação do montante de famílias, prevista no II PNRA (130 mil), a evidência importante é que, nesse primeiro mandato, houve a permanência desse instrumento na política agrária, que agora é denominado de instrumento complementar à RA pelos técnicos do governo.

Dificilmente, esse mecanismo será abolido da política agrária do segundo mandato Lula, diante dos empréstimos já aprovados junto ao Banco Mundial para a continuidade do programa, assim como, diante do apoio político e operacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf). Possivelmente, somente questões de ordem macroeconômica, como contingenciamento de verbas ou a intensificação da luta política contra esse modelo de acesso à terra, contribuam para o desmonte da relevância da RAM no segundo mandato Lula.

A TERRITORIALIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO EM SERGIPE

Em Sergipe, a luta pela terra praticada historicamente pela Igreja Católica, pelo Sindicato Rural, pelo MST e por outros movimentos sociais resultou, até 2005, na conquista de diversos latifúndios, originando 134 assentamentos de reforma agrária, cuja área atinge um total de 124.762 hectares, beneficiando 8.599 famílias, desde a conquista do primeiro assentamento de reforma agrária em 1982, o PA Santana do Frades, até o ano de 2005 (dados sistematizados pelo autor a partir de relatórios fornecidos pelo SR-23 Incra.). A partir de 2001, a criação e a recriação do campesinato por meio das suas lutas de resistência deixou de ser a única forma de entrada na terra. Na contramão das ações reivindicatórias da reforma agrária, foram introduzidos na política agrária sergipana os programas de crédito

fundiário mediante a implantação das linhas de crédito Banco da Terra e, posteriormente, Combate à Pobreza Rural.

Os seis anos de existência da RAM naquela unidade da federação, considerando o arranjo político institucional para sua implantação e os períodos de governo, podem ser divididos em três fases: a) articulação e implantação inicial; b) consolidação e diversificação; e c) expansão programada.

A primeira fase – *articulação e implantação inicial* – compreende o período entre 2001 e meados de 2003. Refere-se às gestões do presidente da República Fernando Henrique Cardoso, do governador do estado Albano do Prado Franco, ambos do PSDB, e, ainda, os primeiros sete meses do mandato do governador João Alves Filho (PFL). Foi marcada pelo processo de negociação política, pela elaboração do arranjo institucional para implementação do programa e pela viabilização dos primeiros empréstimos por meio da linha de crédito Banco da Terra.

A gestão local do programa esteve a cargo da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro), e os empréstimos financeiros foram realizados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). A Emdagro informou, por meio do Relatório de Acompanhamento do Programa Banco da Terra (concedido ao pesquisador mediante ofício n.072/2003, datado de dezembro de 2003), que operou entre 30 de janeiro de 2001 (com a compra da fazenda Fabiana pela Associação Fruto da Terra Simão Dias, primeiro empreendimento de RAM no estado) e 22 de julho de 2003 o financiamento da compra e venda de terras de um total de 48 projetos, envolvendo 740 famílias e 10.104,44 hectares.

Todavia, ao confrontar esses dados com os fornecidos pela SRA, em 2005, constatei que, nesse período, a quantidade de empreendimentos, o número de famílias atingidas e a área adquirida é superior ao relatório fornecido pela Emdagro. A combinação das duas fontes de dados possibilitou observar que, nos anos de 2001 e 2002, todos os imóveis foram comprados pela linha de crédito Banco da Terra e que somente em 2003, com transferência da atribuição da gestão da RAM no estado para a Pronese,[12] foi introduzida a linha de financiamento crédito fundiário, convertida posteriormente em CPR. A análise combinada das duas fontes demonstra ainda que, entre 2001 e 2003, foram implantados um total de 255 empreendimentos, envolvendo 1.538 famílias e 13.904 hectares (Tabela 2). Nos dois primeiros anos dessa fase, foram implantados empreendimentos apenas pela linha de crédito BT, e em 2003 há a operação quase que simultânea entre a Emdagro (BT) e a Pronese (CPR). Dessa forma, nesse ano foram financiados pelo BT sete imóveis, adquiridos por 72 famílias, incorporando uma área de 454 hectares. Apenas os projetos do Banco da Terra integram essa primeira fase da RAM em Sergipe.

[12] Essa empresa pública é uma espécie de gestora das diferentes políticas de desenvolvimento financiadas pelo BM.

Tabela 2: Distribuição do número de famílias e área de RA e RAM – Sergipe (2001-2006)

		Nº de famílias		Área (ha)		Valor contratado (R$)	
		RA	**RAM**	**RA**	**RAM**	**RA**	**RAM**
Governo FHC	**2001**	111	578	645	4.682	*	8.519.920
	2002	1.473	345	22.083	6.734	*	5.673.988
Governo Lula	**2003**	52	615	420	2.488	*	2.816.150
	2004	225	364	1.281	4.538	*	3.607.591
	2005	1.152	301	14.300	2.840		3.017.522
	2006	*	95	*	1.215	*	1.711.927
	Total	**3.013**	**1.375**	**38.729**	**22.467**	**—**	**25.347.098**

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta); MDA/Programa Nacional de Crédito Fundiário; Pronese; Emdagro.

* Dados não acessados pelo autor.

A fase de *consolidação e diversificação* da RAM, em Sergipe, diz respeito ao período 2003-6, durante os mandatos do governador João Alves Filho (PFL)[13] e do petista Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República. Em virtude da mudança do governo estadual, realizou-se uma reforma administrativa que resultou, dentre outras modificações, na extinção da Emdagro e na elaboração de novo arranjo administrativo para implantação da RAM em Sergipe, que a partir de então ficou sob a gerência da Pronese, conforme comentado anteriormente. Indubitavelmente, o apoio político-operacional da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Sergipe (Fetase) (entidade federada à Contag) na divulgação, acompanhamento e supervisão dos projetos, assim como a disponibilidade de recursos para financiamento da compra e venda de novas terras, proporcionou uma forte territorialização dos empreendimentos do crédito fundiário por todo o estado.

Ao final do ciclo, a meta de atingir mil novas famílias foi facilmente ultrapassada, atingindo um desempenho de 83 projetos, 1.303 famílias e 10.627 hectares. Esse patamar, considerando apenas a atuação da Pronese,[14] supera em aproximadamente 30% a meta de atingir mil novas famílias à RAM no primeiro ano do mandato do presidente Lula (Tabela 2). Nos últimos dois anos dessa fase, o órgão gestor local realizou um conjunto de negociações com os organismos federais com vistas a diversificar as linhas de crédito em operação no estado. Isso se efetivou, no final de 2006, com a contração das primeiras propostas pela linha individual CAF. O que chama a atenção é que das 95 famílias atingidas nesse ano, 34 ingressaram nessa linha de crédito. O curioso é que essas famílias adquiriram, mediante contratos

[13] Marca o retorno ao governo do estado de Sergipe, para o terceiro mandato, o pefelista João Alves Filho.

[14] Nessa contabilização estou considerando os onze projetos financiados pela linha de crédito CPR, que incorporaram 543 famílias e 2.034 hectares, no ano de 2003, por ação da Pronese.

individuais, um único imóvel. A Fazenda Queimadas, de 369,24 hectares, foi parcelada em 34 lotes, cujas áreas variam de 10,39 a 12,12 hectares, e vendida por um total de R$ 947.838,78.

Esse procedimento me instiga a pensar em uma artimanha indutora da desarticulação das famílias mediante o incentivo à individualização, bem como na supervalorização dos imóveis no ato de compra e venda, tendo em vista a cobrança de valores mais elevados para cada família. Essas questões são apenas especulações e novos questionamentos de pesquisa que poderão ser dissipados com a realização de trabalhos de campo na localidade para observar a forma organizativa das famílias e os atores mediadores, além de um estudo minucioso sobre os preços de terras referenciais praticados na região.

A *expansão programada* foi iniciada no começo de 2007, com a alteração do pacto político que tem governado o estado há décadas. A eleição e posse do governador petista Marcelo Chagas Deda trouxe para toda a sociedade uma expectativa de alteração das prioridades de governo. No tocante à questão agrária, esse governo tem realizado um conjunto de ações e propalado no discurso institucional a intencionalidade de transformação do trato dessa problemática. Pode-se ressaltar a participação inédita de representantes do governador no encontro estadual do MST. Outro indicador foi a ênfase dada por Paulo Viana, durante a posse no cargo de secretário de Estado da Agricultura, à necessidade de fortalecimento do campesinato (Agência Sergipe de Notícias, 2007c).

Todavia, tal afirmação surge em meio à apresentação de uma plataforma de governo na qual uma prioridade evidente é a dinamização do setor agronegociante. Uma das formas apontadas para o fortalecimento do campesinato é o plano de assentar ainda em 2007, mil famílias pelos programas de reforma agrária de mercado. Tal iniciativa, de ampliação do programa já no primeiro ano, foi considerada por José Humberto Oliveira, atual secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, "uma iniciativa arrojada". Já o superintendente regional do BNB, Saumíneo Nascimento, expressou, na mesma solenidade, franco apoio à iniciativa (Agência Sergipe de Notícias, 2007b). Certamente, o governo promoverá a abertura de diálogo com os diferentes segmentos dos movimentos sociais rurais. Cabendo àqueles que lutam pela terra e ocupam terras, um tratamento mais tolerante com relação às ocupações e destinação de políticas compensatórias aos assentamentos, e, ao movimento sindical rural, o compromisso de ampliação do quantitativo das famílias em RAM.

Retomando os resultados das duas formas de criação e recriação do campesinato em curso no estado, vale ressaltar que ao comparar os resultados obtidos ao longo dos 23 anos de luta pela terra e os seis anos de implementação da reforma agrária de mercado, constata-se que o número de famílias, nesta última, já representa 16% das famílias em áreas de reforma agrária e 18% da área reformada no estado. É vertiginosa a velocidade com que esses programas se territorializam. A distribuição espacial da RAM já se faz presente em todas as microrregiões do estado, e a concentração dos imóveis

adquiridos, da área comprada e dos mutuários está na zona do sertão semiárido, em especial o sertão do São Francisco. Lócus de maior intensidade das lutas no campo, de cerca de metade das famílias beneficiárias da reforma agrária, bem como das condições edafoclimáticas limitantes à agropecuária, em virtude da ocorrência de longos períodos de estiagem (Tabela 3).

Tabela 3 – Territorialização da RAM no Estado de Sergipe (2001-2005)

Município	Nº de famílias	Área (ha)
Monte Alegre de Sergipe	506	2.938
Lagarto	478	3.451
Porto da Folha	197	2.491
Nossa Senhora da Glória	195	4.883
Estância	90	552
Simão Dias	78	758
Salgado	68	431
Umbaúba	66	10
Poço Redondo	60	430
Santa Luzia do Itanhy	60	676
São Cristóvão	55	318
Arauá	54	432
Carira	50	736
Itaporanga D'Ajuda	34	297
Santo Amaro das Brotas	32	472
Nossa Senhora Aparecida	30	485
Pacatuba	30	400
Japoatã	27	247
Tobias Barreto	27	340
Itabaiana	25	187
Riachão do Dantas	25	267
Indiaroba	22	151
Graccho Cardoso	21	303
Pedra Mole	20	308
Areia Branca	20	101
Santana do São Francisco	18	136
Campo do Brito	11	75
Malhador	4	23
Frei Paulo	2	44
Total	2.423	21.824

Fonte: SIG-SAC/PNCF; Emdagro; Pronese.

TERRITORIALIDADES DA REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO EM SERGIPE

Essa dinâmica estabelece, no campo sergipano, uma territorialidade instável (Raffestin, 1993) na medida em que promove céleres alterações, pelo menos, nas famílias envolvidas e nos espaços partícipes dessa política. Trabalho de campo realizado em oito empreendimentos da RAM no estado revelou que, em sete, pelo menos um membro da família necessita trabalhar fora do lote de produção, principalmente na condição de trabalhador rural diarista (bóia-fria), com vistas, em alguns momentos, a viabilizar a subsistência da família e, em outros, a alimentar o gado e sua família. Emblemático dessa situação é o seguinte depoimento:

> A gente tá trabalhando nas roça dos fazendeiro, tamo trabalhado fora. Ninguém recebe uma cesta básica, ninguém recebe nada aqui! Nada! Nada! Nada! ... É disso que a gente vive. Todos que tá aqui assentado vive da roça dos outro. ... a gente vive trabalhando fora pra pagar o aluguel do gado! Alugando os pasto dos outros, pagando aluguel. Aluguel de 20 reais, entendeu? Como é que a pessoa vai pra frente desse jeito? (Entrevista Seu J., Tobias Barreto)

Esses mesmos sete empreendimentos situam-se distantes das respectivas sedes municipais, onde foram implantados. As vias de acesso são precárias, como a maioria das estradas do meio rural brasileiro. Alguns empreendimentos são interligados às cidades por estradas que, na época das chuvas, são cobertas por rios ou córregos, impedindo completamente o acesso (Figura 11.2). Quanto à infra-estrutura comunitária, nenhuma das áreas visitadas possui no interior do projeto escola ou posto de saúde, quiçá a perspectiva de sua implantação. Disso decorre a realização de difíceis e longos percursos a pé ou no lombo de animais na busca de serviços essenciais.

Sobre o preço de compra da terra, um mutuário relatou:

> O que eles [fazendeiros] queria era que a terra fosse adquirida com um preço bom, com um preço acima da média, né? Só que quem tem terra hoje... você é fazendeiro hoje você tem pra especulá, é claro, né? Se você tem uma fazenda dessa de 1.300 tarefa, toda cercada e você tem mais pra especulá, né verdade? Você não vai vendê ao governo, sabendo que é dinheiro do governo, que eles pensa que a gente não paga. Ele não vai querê vendê abaixo do preço. Quanto mais for caro é que ele vai vendê. O valô era tão alto que não dava pra comprá menos de 29 famílias, porque não ia dá pra comprá e fazê as casa. (Entrevista Seu R., Porto da Folha)

Nesse depoimento, o mutuário ressalta a dimensão especulativa presente na relação mercantil que o aproxima dos fazendeiros. A força do rentismo fundiário é tão intensa que as condições edafoclimáticas da fazenda (dentre outros fatores) deixam de ser primordiais na definição do número de famílias

Figura 11.2 – Ponte de acesso ao empreendimento Associação de Cooperação Agrícola Mussurepe, Lagarto – SE.

que entrarão em um empreendimento. É o preço do imóvel que passa a definir a quantidade de famílias em um dado empreendimento. Cada uma delas tem um limite de crédito preestabelecido pelas diretrizes do PNCF, dessa forma, quanto mais caro for o imóvel, mais famílias deverão compor a associação para comprá-lo. A lógica contida no depoimento acima contraria a afirmação de Navarro (1998) de que é possível completa transparência nas relações de compra e venda de terras. Essa argumentação não se sustenta, uma vez que o mercado é um espaço do capital, e, como tal, as relações não são totalmente transparentes ou equânimes. Elas se apresentam sempre mais favoráveis para os fortes economicamente. Portanto, os mutuários, camponeses pobres e com reduzido acesso à informação, dificilmente dispõem das condições ótimas para negociar a terra com os proprietários.

Os elevados preços das terras, os juros exorbitantes dos financiamentos praticados nos empreendimentos do Banco da Terra, mais antigos no Estado, somados à implantação incompleta dos projetos tornou corriqueira a territorialidade do lote abandonado ou sua transferência para outros camponeses (Figura 11.3).

Figura 11.3 – Habitação abandonada, Associação Fruto da Terra Simão Dias, Simão Dias – SE.

Em nenhum dos projetos visitados, onde o período de carência tenha se esgotado, há famílias que tenham quitado o débito referente à anuidade com o Banco do Nordeste. Esse é o caso dos mutuários da Associação Fruto da Terra Simão Dias, onde a primeira parcela venceu no mês de abril de 2005 e a cobrança do banco chegou para cada um dos mutuários no mês seguinte (Figura 11.4).

Nessa localidade, as famílias mostraram total desconhecimento do preço de aquisição do imóvel, das regras de financiamento, bem como das penalidades pelo não pagamento. Tal perfil de conhecimento pode ser estendido para o conjunto dos mutuários dos outros projetos visitados no estado. O sentimento do camponês diante dessa situação de desinformação, insegurança e endividamento é sintetizado na seguinte afirmação:

> ... Não tinha terra, era sem-terra. Hoje é com pouca terra e sem sossego, porque deve, né? ... e com fome também! Porque você pegá essas terra numa área semi-árida que nem o sertão, sem chuva, pra você pagá é inviável! Não tem como você pagá! ... Não se pode conseguí mais nada que seje reembolsave. A gente aqui já tá muito endividado, não tem meio de conseguí mais recurso porque a gente vai se endividar mais, então não vai ter condição de pagar. (Entrevista Seu R., Porto da Folha) [sic]

Banco do Nordeste

Referência: 2005/0051 - 114
Simão Dias-SE, 08 de Março de 2005

PARA: José Batista de Carvalho
Pov. Pau de Leite
Simão Dias - SE
CEP: 49.480-000

OP. - A100377801/001 ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA/CONTRATO DE FINANCIAMENTO/PACTO ADJETO DE HIPOTECA

Reportamo-nos ao título acima, da Ass. dos Prod. Rurais Fruto da Terra Simão Dias, do qual V.Sª é fiador, a fim de comunicar-lhe que ele se encontra inadimplido, cujo saldo devedor total perfaz o montante de R$ 764.386,44 (setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e oitenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), na posição de 08/03/2005. Tal situação, a teor do art. 11 do Decreto-lei nº 413, de 09/01/1969, importa em vencimento antecipado do título, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.

Nestas condições, solicitamos de V.Sa. a gentileza de comparecer à agência do Banco do Nordeste do Brasil S/A, na R. Felisberto Prata, nº 214, Centro, nesta cidade, com o fim de regularizar a pendência no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento desta, sob pena de serem adotadas as medidas judiciais cabíveis.

Assim, a presente notificação objetiva cientificar-lhe que estão sendo considerados vencidos antecipadamente todos os financiamentos concedidos ao emitente por este Banco, consoante o disposto no art. 11, § 1º, do Decreto-Lei nº 413, de 09/01/1969.

Pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A
Agência de Simão Dias (SE)

MARIA ZAREMA Lobato Nunes
Gerente de Negócios

ALEX Vinicius Assunção Moreira
Gerente de Célula de Retaguarda de Negócios
em exercício

Figura 11.4 – Carta de cobrança do BNB aos camponeses, Associação Fruto da Terra Simão Dias, Simão Dias – SE.

A partir da realidade sergipana, as territorialidades da RAM apontam para o agravamento da pobreza e da subordinação de parcela do campesinato brasileiro. Esse fato me motiva a envidar maiores esforços de análise no campo geográfico, com o intuito de fornecer subsídios para o fortalecimento da resistência do campesinato e da busca de caminhos para a construção da autonomia dessa classe social, que está certa de que na política "alguém tá se benificiando com isso, a verdade é essa! A reforma agrária no país eu tenho certeza que alguém tá levando vantagem nisso, agora o pequeno tá sofrendo! Ele não tá conseguindo o que devia conseguir" (Entrevista Seu R., Porto da Folha).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados acima apresentados, é possível inferir que a reforma agrária prevista na Constituição de 1988 e na Lei n.8.629, de 25 de fevereiro de 1993, ainda caracteriza-se como o principal mecanismo que possibilita a criação e recriação do campesinato no país. Porém, duas considerações precisam ser tecidas: a primeira diz respeito ao protagonismo dos movimentos sociais, que lutam pela terra e pela reforma agrária no exercício de diferentes formas de pressão para que a lei seja cumprida.

Outra consideração é que não devemos perder de vista que, na última década, os governos têm incorporado as políticas liberais de terra propagadas pelo Banco Mundial, cujo PNCF é apenas uma dessas dimensões. É importante reconhecer que o número de famílias que compraram terras por uma das diferentes modalidades da reforma agrária de mercado, já é proporcionalmente expressivo no Brasil se comparado ao montante de famílias assentadas pela política de assentamentos, e a gravidade de seus impactos já pode ser constatada, a exemplo do que procurei expressar nas territorialidades em Sergipe.

A institucionalização da RAM, mediante a Lei Complementar n.93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, evidencia a intencionalidade de tornar essa forma de acesso à terra uma política permanente. Se o ritmo acelerado de crescimento e territorialização desses programas se mantiver; o apoio político dos movimentos sociais for ampliado; e não se construir e intensificar um campo de luta política na contramão desses projetos, existe alta probabilidade de ampliação do número de famílias nesse processo.

Como o mercado é um espaço do capital, no qual o campesinato não dispõe de autonomia, vejo a possibilidade de agravamento dos problemas do campo brasileiro. Não será no espaço do capital que o Estado conseguirá combater a pobreza, até porque ela faz parte da contradição do próprio capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. *Llegando a los pobres de las zonas rurales:* estrategia de desarrollo rural para América Latina y el Caribe. Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento: Washington, 2002.

BARROS, F. et al. (Orgs.). *Os impactos negativos a política de reforma agrária de mercado do Banco Mundial.* Rede Brasil, 2003.

BOURDIEU, P. *Contrafogos II:* por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

DEININGER, K. *Políticas de tierras para el crescimiento y la reducción de la pobreza.* Bogotá: Alfaomega/Banco Mundial, 2003.

FERNANDES, B. M. *Da "clonagem" à "autofagia"*: o dilema da reforma agrária no Brasil. Presidente Prudente, 2006. (Mimeogr.).

______. Questões da Via Campesina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, jun., 2004, Goiânia. *Setenta anos da AGB:* as transformações no espaço e a geografia no século XXI. Goiânialegre: UFG, 2004. 1 CD-ROM.

______. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Côrtez, 2001.

______. *A formação do MST no Brasil***.** Petrópolis: Vozes, 2000.

LEFEBVRE, H. *The producion of space.* Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

MARTINS, J. S. *Reforma agrária:* o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

______. *Expropriação e violência:* a questão política no campo. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Presidente (2007-2010: Lula). *Desenvolvimento agrário como estratégia:* MDA Balanço 2003-2006. Porto Alegre: NEAD, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Presidente (2003-2006: Lula). *Plano nacional de reforma agrária:* paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília: nov., 2003.

MARTINS, M. D. (Org.). *O Banco Mundial e a Terra:* ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

NAVARRO, Z. O projeto-piloto "Cédula da Terra" – comentário sobre as condições sociais e político-institucionais de seu desenvolvimento recente. 1998. Disponível em: <http://www.nead.org.br>. Acessado em 4 abr. 2004.

OLIVEIRA, A. U. *A "não reforma agrária" do MDA/Incra no governo Lula.* Porto Alegre: 2006. (Mimeogr.).

PEREIRA, J. M. M. *O modelo de reforma agrária de mercado do banco mundial em questão*: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2004. Dissertação (Mestrado) em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. 281p.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder.* São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, E. S. A crise do contrato social da modernidade: o caso da reforma agrária de mercado do Banco Mundial. *Revista Formação (Presidente Prudente)*, v.1, n.12, p.143-163, 2005.

RESENDE, M.; MENDONÇA, M. L. *As políticas do Banco Mundial para estrutura fundiária brasileira.* São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/La Via Campesina, s.d.

ROSSET, P. O bom, o mal e o feio: a política fundiária do Banco Mundial. In: MARTINS, M. D. (Org.). *O Banco Mundial e a terra:* ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

SANTOS, M. *A natureza do espaço:* técnica e tempo. Razão e emoção. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SAUER, S. A proposta de "Reforma Agrária de Mercado" do Banco Mundial no Brasil. 2001. Disponível em: <http://www.abrareformaagraria. org.br/artigo73.htm>. Acessado em 4 abr. 2004.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Governo quer assentar mil famílias em 2007. Agência Sergipe de Notícias. Aracaju, 25 jan. 2007b. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br>. Acessado em 20 mar. 2007.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Governador se reúne com dirigentes da CUT. Agência Sergipe de Notícias. Aracaju, 19 mar. 2007a. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.b r>. Acessado em 20 mar. 2007.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Paulo Viana assume defendendo a valorização da economia rural. Agência Sergipe de Notícias. Aracaju, 4 jan. 2007c. Disponível em: <http://www.agencia.se.gov.br>. Acessado em 6 mar. 2007.

SILVA, A. A.; FERNANDES, B. M. Ocupações de terras – 2000-2005: movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra. *Conflitos no campo Brasil 2005.* Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Dataluta: Banco de dados da luta pela terra. Relatório 2005. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2006. Disponível em: <http://www.prudente.unesp.br/dgeo/nera>.

VALENTE, R. Requisitos são cumpridos, afirma governo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 fev. 1997. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1902200703.htm>. Acessado em 15 abr. 2007.

12
Neoliberalismo e lutas camponesas no Brasil: contestação e resistência à reforma agrária de mercado do Banco Mundial durante o governo FHC*

João Márcio Mendes Pereira

INTRODUÇÃO

Desde o início da década de 1990 aos dias atuais, o Banco Mundial (BM) vem promovendo uma ofensiva cada vez mais intensa e articulada no sentido de estimular a criação, pelos governos nacionais, de políticas agrárias ajustadas aos parâmetros neoliberais, especialmente na América Latina, na Ásia e no antigo bloco socialista (Suárez, 2005). Em que sentido? No sentido de: a) mercantilizar o acesso à terra, por meio da mudança do aparato estatal, a fim de favorecer o livre fluxo de força de trabalho no campo, estimular o investimento privado na economia rural e potencializar a integração subordinada de parcelas pontuais do campesinato ao circuito agroindustrial, comandado por grandes e médias empresas; b) aliviar seletivamente a pobreza rural, especialmente em situações em que as tensões sociais no campo possam atingir níveis preocupantes para a segurança do capital privado e/ou a manutenção da ordem política vigente (Banco Mundial, 2003b e 2002).

O que levou o BM a, crescentemente, preocupar-se com o tema da política agrária, depois de praticamente abandoná-lo nos anos 80, em função da saturação da agenda internacional pelas questões macroeconômicas e financeiras? Basicamente, por cinco razões principais: a) a oportunidade de

* Este artigo retoma, de maneira condensada, a discussão publicada na revista *Nera*, n.6, jan./jun., p.92-117, 2005.

despolitizar o tratamento do problema agrário existente em grande parte dos países do Sul, uma vez que o fim da Guerra Fria, na sua visão, teria enfraquecido a vinculação entre a luta pela reforma agrária e um ideário de transformação social mais abrangente; b) a necessidade de liberalizar os mercados fundiários, por meio da eliminação de barreiras legais à compra e venda e ao arrendamento de terras, a fim de atrair o capital privado (nacional e internacional) e, assim, elevar a produtividade agrícola; c) a necessidade de dar resposta aos conflitos agrários e, em alguns casos, a ações de movimentos sociais pró-reforma agrária, com o objetivo de garantir a segurança do regime de acumulação dominante de propriedade da terra; d) a necessidade de criar programas sociais compensatórios no campo em resposta aos efeitos socialmente regressivos das políticas de ajuste estrutural (Saprin, 2002), no bojo dos quais se incluem mecanismos de acesso à terra rural; e) a necessidade de estimular a mercantilização total das terras rurais nas sociedades do antigo bloco soviético, a fim de consolidar sua transição ao capitalismo e acelerar sua inserção subordinada na globalização financeira.

A política agrária do BM consiste, fundamentalmente, em quatro grandes linhas de ação: a) estímulo a relações de arrendamento, como prioridade máxima; b) estímulo a relações de compra e venda de terras; c) privatização e individualização de direitos de propriedade em fazendas coletivas ou estatais; d) privatização de terras públicas e comunais. Para implementá-las, o BM vem estimulando a mudança das legislações agrárias e aumentando a liberação de empréstimos para os governos nacionais construírem um novo aparato institucional que crie as condições legais e administrativas para a mercantilização total da terra e favoreça a atração de capital privado para o campo. Ao mesmo tempo, o BM passou a articular, em diversos países, cursos e oficinas para a burocracia estatal diretamente responsável pela implementação de políticas no meio rural, bem como organizações não-governamentais "parceiras", a fim de exercer uma efetiva *direção intelectual e moral* sobre a definição da política agrária contemporânea dos Estados nacionais.

O Brasil não ficou de fora desse processo. Sendo um dos cinco maiores tomadores de empréstimo do BM, o país conheceu, ao longo da década de 1990, uma série de programas e projetos direcionados a segmentos distintos do campesinato como parte da estratégia do BM de "aliviar" seletiva e pontualmente a pobreza rural, reproduzida ou agravada pelas políticas neoliberais patrocinadas pelo BM e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Desse conjunto de iniciativas, a que ganhou maior relevância foi a implementação do Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM), um componente importante da estratégia do BM de maximizar as relações de compra e venda como meio preferencial de acesso à terra pelo campesinato pobre. Iniciado, sob diferentes formatos, em 1994 na Colômbia e em 1997 na África do Sul, no Brasil e na Guatemala, o MRAM também inspirou

a criação de programas dessa natureza em Honduras, México e Malauí, bem como reforçou politicamente programas já existentes em El Salvador e nas Filipinas.

Para legitimar o MRAM, o BM efetuou duas operações simultâneas: de um lado, procedeu a uma crítica radical ao que ele mesmo denominou de reforma agrária "conduzida pelo Estado", baseada no instrumento da desapropriação de propriedades rurais improdutivas que não cumprem a sua função social; de outro, trabalhou para que o MRAM fosse aceito política e conceitualmente como uma modalidade específica de reforma agrária redistributiva. Com esse duplo movimento, o BM continuou a reconhecer a necessidade de uma reforma agrária para desconcentrar a propriedade da terra em sociedades altamente desiguais, mas passou a negar a atualidade da ação desapropriacionista e redistributiva do Estado. Assim, o MRAM foi reverenciado no contexto ultraliberal pós-Guerra Fria como o modelo de ação estatal adequado a países marcados por alto índices de concentração fundiária e fortes tensões sociais no campo. Na visão do BM, o MRAM poderia dar origem a uma "reforma agrária menos nociva ao funcionamento dos mercados" (Deininger e Binswanger, 1999, p.267). Por isso, é correto dizer que o MRAM é uma construção negativa, fundada na desqualificação de outro tipo de ação fundiária (Borras Jr., 2004; Pereira, 2006).

Afinal, em que consiste o MRAM? Trata-se, em essência, de uma mera relação de compra e venda de terras entre agentes privados financiada pelo Estado, que fornece um subsídio variável para investimentos em infraestrutura socioprodutiva e contratação de serviços privados de assistência técnica. Quanto menor for o preço pago pela terra (empréstimo), maior será a quantia a fundo perdido disponível para investimento, e vice-versa. Os proprietários são pagos em dinheiro a preço de mercado, enquanto os trabalhadores assumem integralmente os custos da transação. Os compradores podem pleitear o acesso ao financiamento individualmente e/ou via associações comunitárias, dependendo do formato dos programas.

Existe alguma semelhança entre o MRAM e a reforma agrária, como afirma o BM? Não, porque reforma agrária consiste numa ação do Estado que, num curto espaço de tempo, redistribui para o campesinato pobre uma quantidade significativa de terras privadas apropriadas por uma classe de grandes proprietários. Seu objetivo é democratizar a estrutura agrária de um país e promover o desenvolvimento nacional, o que pressupõe transformar as relações de poder econômico e político responsáveis pela reprodução da concentração fundiária. Enquanto política redistributiva, implica, antes de tudo, a desapropriação de terras privadas que não cumprem a sua função social (El-Ghonemy, 2002; Barraclough, 2001). Além disso, como mostra a experiência histórica e vem sendo insistentemente reiterado pelos movimentos camponeses contemporâneos (MST, 1996; Via Campesina, 2002; CNOC, 2004; Fian et al., 2001; FMRA, 2004; Demarais, 2002), ela

precisa vir acompanhada de um conjunto de políticas complementares na área de infra-estrutura, educação, saúde e transporte, bem como de uma política agrícola que favoreça o campesinato, baseada na oferta pública de crédito, assistência técnica e acesso a mercados. Em outras palavras, a reforma agrária tem como objetivo central redistribuir terra e garantir as condições de reprodução social do campesinato, atacando as relações de poder na sociedade que privilegiam os grandes proprietários, que podem ser grandes empresas e bancos, nacionais ou estrangeiros. Ela só é viável se for compulsória, o que exige a ampliação do poder redistributivo do Estado frente ao monopólio privado da terra, por meio da desapropriação mediante indenização pelo valor produtivo da terra, abaixo dos preços de mercado. Como uma política de desenvolvimento nacional, ela exige o fortalecimento do papel do Estado na provisão de bens e serviços públicos essenciais à melhoria das condições de vida dos assentados e ao bom desempenho econômico do setor reformado.

Não é difícil perceber que os pressupostos do MRAM são distintos dos da reforma agrária. No primeiro caso, a terra é vista como um mero fator de produção, uma *commodity*, transacionável como qualquer outra mercadoria. No segundo caso, considera-se que a terra tem um caráter multidimensional (político, econômico e cultural), razão pela qual o controle e os direitos de propriedade sobre ela expressam, antes de mais nada, relações de poder entre grupos e classes sociais (Barraclough, 2001; Borras Jr., 2004).

Este trabalho analisa, brevemente, os embates políticos no Brasil durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em torno da implementação de programas orientados pelo MRAM. O texto está organizado em quatro partes. Inicialmente, apresenta o processo mais amplo de disputas que demarca a lógica na qual tais programas foram inseridos. Depois, discute a unidade das forças políticas a favor e contra os referidos programas, abordando, em seguida, a conjuntura de dispersão relativa dessas mesmas forças. Ao final, os principais pontos são resumidos.

NEOLIBERALISMO E ASCENSÃO DAS LUTAS CAMPONESAS DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO FHC

O tema "reforma agrária" teve pouca expressão na disputa eleitoral de 1994, em função de uma confluência de fatores, dentre os quais pode-se destacar: a) a derrota das propostas em favor da reforma agrária durante a "Nova República"; b) o refluxo político da luta social após a derrota da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, nas eleições presidenciais de 1989; c) a saturação da agenda nacional pelo tema

do combate à inflação. Apesar do elevado grau de concentração da propriedade da terra no país, o governo FHC, iniciado em 1995, pouca atenção deu ao tema, tanto assim que subordinou qualquer iniciativa nesse sentido ao programa Comunidade Solidária, de caráter notoriamente assistencialista. Ou seja, para o PSBD – partido hegemônico no novo governo –, a reforma agrária se resumia, na prática, à constituição de assentamentos rurais como resposta pontual a situações específicas de pobreza extrema e/ou tensões sociais. Não havia qualquer preocupação com a mudança da estrutura fundiária brasileira, nem tampouco com a democratização do poder político, materializado no monopólio da propriedade da terra, e muito menos com a possível contribuição dos assentamentos rurais no âmbito da produção agrícola e da ampliação e fortalecimento do mercado interno de massas (Carvalho, 2001).

Entretanto, apesar das orientações minimalistas do governo FHC, o *status* da "reforma agrária" na agenda política nacional mudaria pela confluência de acontecimentos e pressões ocorridos no biênio 1996-7. Cinco deles devem ser destacados.

O primeiro, sem dúvida, foi a enorme repercussão internacional alcançada pelas chacinas de trabalhadores rurais em Corumbiara, em 1995, e Eldorado dos Carajás, em 1996. A truculência daqueles assassinatos, perpetrados pela política militar, gerou uma onda de protestos no exterior (sobretudo na Europa) contra a violência e a impunidade no campo, o que ajudou a legitimar a luta por reforma agrária no Brasil.

O segundo foi o aumento extraordinário das ocupações de terra organizadas em nível nacional pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, em alguns estados específicos, por sindicatos e federações ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Ou seja, vivia-se um período de ascensão das ocupações numa escala até então inédita na história brasileira.

O terceiro foi a tensão social crescente na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, em virtude do aumento das ocupações de terra promovidas pelo MST e da violência paramilitar praticada por latifundiários. O que deu visibilidade especial àqueles conflitos foi o fato de que aquela região caracteriza-se por uma prática histórica de grilagem de terras, denunciada publicamente, e situa-se num dos estados onde o "agronegócio" é política e economicamente muito forte e organizado.

O quarto foi a construção de uma opinião pública internacional favorável à reforma agrária no Brasil e à luta do MST por meio da realização de uma série de protestos no exterior organizados por entidades de apoio, principalmente durante as viagens oficiais do presidente da República.

O quinto foi a realização da "Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça", promovida pelo MST. A caminhada, extremamente pacífica, durou três meses e chegou à capital federal em abril de 1997, um

ano depois do massacre de Eldorado dos Carajás. A despeito da sua desqualificação pelos grandes meios de comunicação e pelo governo federal, a luta dos sem-terra e o tema da reforma agrária apareceram, durante esse período, nos principais jornais e noticiários televisivos, dando visibilidade pública ao MST. Ao final, a marcha acabou galvanizando a insatisfação popular contra as políticas neoliberais, transformando-se na primeira manifestação popular massiva contra o governo FHC. Esse episódio foi um marco na história do MST. Depois dele, o movimento despontou como uma força política relevante no cenário nacional e um exemplo de organização e combatividade para organizações de esquerda no Brasil e no exterior. Foi a partir dali que o processo de internacionalização do MST ganhou força.

Esse conjunto de acontecimentos deu visibilidade social às lutas camponesas, sobretudo aquelas organizadas sob a forma de ocupações e acampamentos. Nesse processo, o MST ganhou estatura política, transformando-se no principal agente da luta por uma reforma agrária ampla e massiva no Brasil.

Como resposta imediata à imensa repercussão do massacre de Eldorado dos Carajás, foi criado, em 1996, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF). Com ele, o governo federal pretendia retomar a capacidade de resposta às pressões sociais e, ao mesmo tempo, neutralizar a ascensão política do MST. Ao longo do triênio 1997-9, a contra-ofensiva do governo federal se deu em quatro direções.

Numa primeira direção, foi editado em junho de 1997 um pacote de medidas legais – em grande parte por meio da edição de medidas provisórias – destinado a cumprir três objetivos básicos: a) reduzir parcialmente o preço pago pelo Estado às desapropriações; b) acelerar a imissão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na posse da terra desapropriada; e c) dificultar a evasão dos proprietários frente ao ato desapropriatório (Medeiros, 1999, p.42-4). Muitas delas não surtiram qualquer efeito. Mesmo assim, foram estabelecidas metas de assentamento rural bem mais elevadas que aquelas fixadas por governos anteriores.

Numa segunda direção, o governo federal baixou uma série de expedientes legais destinados a reprimir as ocupações de terra promovidas pelos movimentos sociais, tais como: a) a proibição de vistorias em áreas ocupadas, inviabilizando sua desapropriação; b) a suspensão de negociações em casos de ocupação de órgão público; c) a penalização dos funcionários do Incra que negociassem com os ocupantes; d) o veto ao acesso a recursos públicos, em qualquer das esferas de governo, por entidades que fossem consideradas suspeitas de serem participantes, co-participantes ou incentivadoras de ocupações de terra (Medeiros e Leite, 2004, p.2-3).

Paralelamente, crescia a violência no campo, com a rearticulação da extrema direita agrária, o acionamento da Polícia Federal para monitorar e coibir as ações dos movimentos sociais e o recrudescimento da violência policial, na forma de despejos arbitrários e prisões políticas. Essa onda

repressiva não só gozava do beneplácito do governo federal, como era por ele publicamente estimulada (Carvalho Filho, 2001, p.206).

Tanto o primeiro como o segundo conjunto de ações articuladas pelo governo federal tiveram ampla ressonância nos principais meios de comunicação, pelos quais travou-se uma disputa ideológica em que se procurou construir uma imagem positiva do governo FHC em relação à reforma agrária e, ao mesmo tempo, uma imagem negativa dos movimentos sociais, num período em que crescia o apoio social ao MST e às ocupações (Carvalho Filho, 2001, p.205).

Numa terceira direção, o MEPF tomou iniciativas no sentido de vincular a política de reforma agrária ao processo mais amplo de contra-reforma do Estado, por meio da descentralização administrativa (MEPF, 1997). Nos termos em que foi colocada, a descentralização suprimia a responsabilidade do Incra na condução da "reforma agrária", na medida em que passava para os governos estaduais a competência para exercer as funções-chave de todo processo, como a definição das diretrizes básicas da política de reforma agrária em nível estadual e a instrução do processo de desapropriação e obtenção de terras (Medeiros, 2002, p.67-8). Empurrada de cima para baixo, a política de descentralização ia contra a plataforma dos movimentos sociais e das organizações sindicais, os quais, historicamente, defendem a federalização da reforma agrária. Além disso, combinada a outras medidas, a descentralização modificava as relações de força entre os agentes políticos, na medida em que permitia a incorporação de entidades sindicais e excluía o MST da gestão e participação na política pública (Medeiros e Leite, 2004, p.3).

Por fim, numa quarta direção, o MEPF deu início à introdução do MRAM no Brasil.

A INTRODUÇÃO DOS PROGRAMAS ORIENTADOS PELO MRAM E A UNIDADE DAS LUTAS CAMPONESAS

Desde o início do governo FHC, o BM preconizava a dinamização dos mercados fundiários como mecanismo mais eficiente para atingir dois objetivos simultâneos: distribuir terra a agricultores com terra insuficiente e trabalhadores sem-terra, e aliviar seletivamente a pobreza rural, agudizada pelas políticas de ajuste estrutural (Banco Mundial, 1995, p.13; Van Zyl et al., 1995, p.2). É a partir dessa dupla pressão que o MRAM foi introduzido no Brasil.

O primeiro projeto orientado pelo MRAM chamou-se São José (ou "Reforma Agrária Solidária"), uma experiência muito pequena iniciada no Ceará em fevereiro de 1997, que se valeu de programas preexistentes

voltados ao "alívio de pobreza" em todo o Nordeste. A base para a implantação do São José foi o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), sucedâneo de uma longa série de projetos financiados pelo BM no Nordeste brasileiro desde 1975. Concebido como ação compensatória às políticas de ajuste estrutural (Banco Mundial, 1995), o PCPR foi inserido, em 1995, no Programa Comunidade Solidária, e seu objetivo era financiar projetos de infra-estrutura social e produtiva. Porém, no estado do Ceará, ocorreu uma "novidade": introduziu-se um componente fundiário no PCPR, permitindo a concessão de financiamento para a compra de terras, o que deu origem ao projeto São José. O governo do Ceará, então, criou um fundo estadual e nele aportou pouco mais de R$ 4 milhões, complementados por mais R$ 6 milhões de um empréstimo do BM (naquele momento, um real valia pouco mais de um dólar). O objetivo era financiar a compra de 40 mil hectares por oitocentas famílias durante o ano de 1997. Foi dessa experiência, iniciada em fevereiro de 1997, que nasceu imediatamente o projeto-piloto Cédula da Terra (PCT), a partir da proposta do BM ao governo brasileiro. O PCT foi aprovado em abril do mesmo ano a partir de um acordo de empréstimo com o BM de US$ 90 milhões, para financiar a compra de terras por 15 mil famílias em quatro anos nos estados de Pernambuco, Ceará, Maranhão, Bahia e no norte de Minas Gerais.

De fato, o MRAM foi introduzido no Brasil como uma espécie de "braço agrário" de políticas compensatórias, já em curso no meio rural, destinadas a aliviar seletivamente a deterioração socioeconômica provocada ou agudizada pelas políticas de ajuste estrutural. Mas não só isso. Politicamente, o objetivo do governo federal e do BM era diminuir a pressão provocada pelas ocupações de terra e a ascensão política dos movimentos sociais, introduzindo um mecanismo de mercado que pudesse disputar a adesão de trabalhadores sem-terra. Assim, selecionou-se uma região caracterizada pela maior concentração de pobreza rural do país (Rocha, 2003, p.89) e pela presença, há mais de vinte anos, de operações do BM, de modo que, contando com uma estrutura operacional preexistente e frente a uma elevada "demanda" por terra, a implementação do projeto-piloto fosse acelerada e pudesse obter resultados em curtíssimo prazo (Banco Mundial, 1997, p.3).

Para o BM e o governo federal, a introdução de programas orientados pelo MRAM poderia desligar a conexão entre ocupações e desapropriações e, assim, enfraquecer a capacidade do MST de produzir "fatos políticos" em relação aos quais o Estado até então estava a reboque. A expectativa era a de que a expansão do MRAM relegasse as desapropriações ao mínimo possível (Banco Mundial, 2003a, p.127), tanto assim que o PCT podia financiar a compra de qualquer tipo de imóvel rural, mesmo aqueles que fossem passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

Para contornar eventuais resistências, o BM propôs um projeto-piloto com metas modestas. Esperava-se que o PCT rapidamente ganhasse legiti-

midade e, assim, pudesse ser implementado em todo o país (Banco Mundial, 1997a, p.7), pois isso fazia parte da estratégia política do BM para o Brasil (1998, p.125).

Tal como ocorrera em outros países, o discurso pró-MRAM sustentou dois argumentos principais: a) a "oportunidade histórica" para a via de mercado deflagrada pela redução do preço da terra – especialmente sentida na fase inicial de planos de estabilização e reformas neoliberais que combinam abertura comercial, ajuste fiscal e recessão econômica; b) a desqualificação do "modelo desapropriacionista" de reforma agrária, proclamado como esgotado ou falido historicamente. Tal como ocorrera em outros países, o discurso do BM foi reforçado por vozes locais na academia e na grande imprensa.

De acordo com o primeiro argumento, a queda relativa do preço da terra – detectada por estudos realizados em algumas regiões, mas não em todo o território nacional – teria provocado uma perda patrimonial significativa para o conjunto de grandes proprietários em todo o país. O governo federal logo proclamou que isso havia quebrado a "espinha dorsal do latifúndio". Desse postulado concluiu-se que os grandes proprietários teriam um duplo interesse: a) ofertar uma quantidade substantiva de terras no mercado fundiário, que poderiam ser compradas por meio dos programas orientados pelo MRAM; b) aceitar desapropriações negociadas (Buainain et al., 2000, p.165).

O segundo argumento em favor do MRAM era o de que o "modelo tradicional" de reforma agrária chegara a uma situação de falência e esgotamento, tal como teria ocorrido em outros países, por ser paternalista, autoritário, lento, burocrático, centralizado, conflitivo, mais caro que as negociações de mercado, limitado ao componente fundiário e incapaz de captar os sinais do mercado de terras (Teófilo, 2003; Buainain et al., 2000). Sem qualquer análise sobre as relações de poder que conformam a realidade agrária brasileira, nem tampouco sobre o processo histórico de deformação do aparato estatal voltado à realização da reforma agrária, o BM simplesmente repetia aqui o mesmo discurso homogeneizador aplicado em outros países para legitimar o MRAM. Coerente com essa posição, o BM (1997a, p.5) rejeitou apoiar financeiramente qualquer medida relacionada à melhoria do dito "modelo tradicional".

É curioso que os proponentes do MRAM, de modo geral, tenham adotado o discurso da complementariedade entre a sua proposta e o "modelo tradicional", uma vez que, seguindo o seu próprio raciocínio, não se consegue explicar por que se precisa complementar o que, em tese, é caro demais e não funciona. Depois de condenarem politicamente o tal "modelo tradicional" a uma posição marginal e residual, por que razão este deveria ser "complementado"? Não é difícil perceber que a própria lógica desse discurso, toda estruturada sobre a suposta negatividade "genética" do modelo desapropriacionista, anula a retórica da complementariedade. Além disso, há um problema de fundo nesse tipo de formulação. Se já é discutível fazê-lo

para outras sociedades, como é possível, no Brasil, sustentar seriamente a tese da falência do tal "modelo tradicional" de reforma agrária, se este nunca foi levado adiante de maneira substantiva? De fato, o pressuposto do discurso do BM era (e continua sendo), no mínimo, equivocado.

De imediato, o PCT foi rejeitado pelo MST e pela Contag, sendo identificado como parte da redução do papel do Estado nas questões sociais e como uma política desprovida da capacidade de democratizar a estrutura agrária. Entretanto, enquanto o MST se opôs ao PCT "em si", a Contag tendeu a direcionar a sua crítica à forma como ele havia sido concebido e vinha sendo implementado. De todo modo, ambos atuaram em conjunto graças à existência de um espaço de aglutinação de forças recém-criado: o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.[1]

Apesar das críticas, o PCT foi implantado e obteve certa adesão. Nos primeiros dois anos (dezembro de 1997 a dezembro de 1999) contabilizou nos cinco estados a entrada de 6.798 famílias (Buainain et al., 1999, p.56). O governo propagandeou esse fato como sinal da eficiência do programa e confirmação inquestionável de sua aceitação plena por parte dos trabalhadores rurais. Na verdade, porém, três fatores fundamentais determinaram tal adesão.

Em primeiro lugar, o projeto foi implementado num período de seca e num ano agrícola péssimo, o que teve impacto direto na demanda, convertendo o acesso à terra num meio de sobrevivência imediato (Buainain et al., 1999, p.27).

Em segundo lugar, houve intensa propaganda dirigida a enaltecer a possibilidade de acesso a terra "sem conflitos", por meio da compra e venda, a uma população rural imensa e empobrecida, num contexto de ausência de oportunidades de trabalho e forte repressão às ocupações de terra (Buainain et al., 1999, p.27 e 271).

Em terceiro lugar, houve uma dupla pressão para acelerar a implantação do PCT proveniente dos governos estaduais – que tinham interesse em angariar votos nas eleições de 1998 – e do governo federal e do BM, interessados em legitimar o novo modelo e, assim, travar a disputa político-ideológica com os movimentos sociais (Buainain et al., 1999, p.272).

Contra a posição de todos os movimentos sociais e organizações sindicais, e antes mesmo de avaliar os resultados do PCT – como previa o acordo de empréstimo com o BM –, o governo federal jogou o peso na criação do Banco da Terra pelo Congresso Nacional. Procurava-se, assim, nacionalizar o mecanismo de mercado como forma preferencial de acesso à terra pelo campesinato pobre.

[1] O Fórum foi criado em 1995 para ser um espaço de discussão e organização de ações coletivas. Em 1997, congregava mais de trinta entidades, muito heterogêneas entre si, as principais das quais eram a Contag e o MST (ver MEDEIROS, 2002).

A criação do Banco da Terra (BT), em fevereiro de 1998, só foi possível mediante o apoio da bancada ruralista e de todos os partidos de direita no Congresso Nacional. Já não se tratava mais de um projeto-piloto, restrito a cinco estados da federação, mas sim de um fundo capaz de captar recursos de diversas fontes exclusivamente voltados para financiar a compra de terras a trabalhadores rurais potencialmente em todo território nacional. Por meio desse expediente, o princípio básico do MRAM – a transferência voluntária de terras via mercado em detrimento da desapropriação – deixava de ser um objeto externo à política fundiária brasileira e passava a integrá-la por força de uma lei aprovada por maioria absoluta no Congresso Nacional. Por essa via, a lógica do MRAM se interiorizava no Estado, incorporando-se ao conjunto de instrumentos permanentes de política agrária. Sem dúvida, a criação do BT representou uma mudança significativa do aparato legal-administrativo, porém em favor do poder dos grandes proprietários de terra, que está na base da matriz de poder que conforma o Estado brasileiro contemporâneo.

Sem dúvida, a rapidez e a escala desse processo foram impressionantes. De agosto de 1996 a fevereiro de 1998, o governo federal – com apoio irrestrito do BM – promoveu três iniciativas direcionadas ao mesmo fim: instituir o financiamento público à compra privada de terras como mecanismo alternativo à reforma agrária, de modo a aliviar as tensões sociais no campo e devolver o protagonismo ao governo FHC na condução da política agrária. Em apenas um ano e meio, criou-se o diminuto Projeto São José, no Ceará, depois o PCT e, na seqüência, o BT. Exceto no caso das privatizações de empresas públicas estratégicas, entre 1994 e 2002, possivelmente nenhuma outra iniciativa governamental tenha assumido tamanha escala e velocidade num intervalo tão reduzido.

Dando seqüência à mesma estratégia usada desde 1997, o governo FHC utilizou a propaganda nos meios de comunicação para divulgar as supostas vantagens do acesso à terra via mercado. Sempre baseada na idéia de acesso "sem conflitos", a propaganda oficial disputava diretamente a adesão dos trabalhadores rurais (Carvalho Filho, 2001). Essa operação político-ideológica foi direcionada tanto para o segmento que participava das ocupações de terra e dos acampamentos, como para o enorme contingente de trabalhadores sem terra desorganizados e espalhados pelo país. Tratava-se, assim, de premiar a não-ocupação de terras, em detrimento das milhares de famílias acampadas em todo o Brasil.

Com a reeleição de FHC em 1998, duas iniciativas de maior impacto no âmbito da política agrária foram tomadas pelo governo federal, uma no primeiro semestre de 1999 e outra em janeiro de 2000. A primeira foi a ampla elaboração de diretrizes políticas para o campo (MEPF, 1999 e 1999a) que sistematizavam e aprofundavam as ações até então realizadas de modo relativamente disperso. A segunda iniciativa foi a transformação do MEPF em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dotando-o

de *status* e estrutura operacional equiparável à dos demais ministérios. Mais ainda: nessa operação, foram unificadas num só programa (o Pronaf) as linhas de crédito agrícola para assentados da reforma agrária e demais "agricultores familiares". Assim, movimentos sociais e entidades sindicais foram obrigados a disputar o acesso à mesma base de recursos públicos, cada vez mais escassos em função dos sucessivos cortes no orçamento do MDA. Com essas iniciativas, o governo FHC procurava não só calibrar a posição relativa dos agentes sociais entre si e frente ao Estado, mas, sobretudo, garantir a sua capacidade de definir a natureza, o ritmo, a extensão e a direção da política de reforma agrária.

A partir de então, seis diretrizes passaram a articular as ações do segundo governo FHC para o campo: a) avançar – sempre de cima para baixo – na descentralização operacional da política de reforma agrária, que passaria para estados e municípios, na prática desfederalizando a responsabilidade e a execução da reforma agrária, de incumbência do Incra, no bojo do processo mais amplo então em curso de desmonte do aparato público federal característico da reforma liberal do Estado; b) terceirizar e privatizar grande parte das atividades e serviços vinculados à reforma agrária, como a assistência técnica agronômica; c) implementar, de maneira acelerada, o processo de titulação privada dos assentados, com o objetivo de cobrar o pagamento pela terra desapropriada e reduzir as obrigações do Estado no fornecimento (já bastante precário) de crédito agrícola e demais serviços públicos; d) reduzir de vez a reforma agrária a uma política social pontual e seletiva, desprovida da capacidade de transformar a estrutura agrária nacional; e) reprimir sistematicamente as ocupações de terra e estrangular economicamente o MST, vetando ao máximo possível a liberação de recursos públicos para atividades por ele promovidas ou a ele relacionadas, como programas de alfabetização, saúde, agroindústrias etc.; f) implementar em todo o território nacional a compra e venda de terras por meio do BT, como uma verdadeira imobiliária pública. Na base dessas seis diretrizes estava a subordinação da política agrária ao ajuste fiscal, praticado rigorosamente desde 1994 e reforçado ainda mais pelo cumprimento das condicionalidades do acordo de empréstimo que o governo federal havia feito com o FMI para contornar a crise do Real deflagrada no final de 1998.

Àquela altura, apesar das fortes críticas de todas as organizações do Fórum, o governo brasileiro e o BM afirmavam que o PCT era um projeto bem-sucedido, embora tivesse menos de um ano e meio de execução e sequer a avaliação preliminar oficial estivesse concluída.[2] Igualmente, exaltavam

[2] É exigência dos projetos financiados pelo BM a realização de uma avaliação mais ou menos na metade do prazo estimado para sua execução. Tal estudo deve ser contratado a consultores independentes. No caso do PCT, a avaliação foi coordenada por pesquisadores que, mesmo sem vínculos formais com o BM, escreveram inúmeros artigos em favor da implementação do seu "objeto de estudo".

o fato de ele estar sendo estendido a todo país por meio do BT (Deininger e Binswanger, 1999, p.268). De fato, o BM trabalhou para que o BT fosse criado ao prestar apoio político incondicional ao governo federal – contra os movimentos sociais – e, sobretudo, ao prometer a liberação de vultosos empréstimos (Banco Mundial, 2001, p.341).

A criação do BT foi lida pelas organizações que compunham o Fórum como um sinal claro de que estava em marcha acelerada o processo de substituição da reforma agrária pelo MRAM. Reforçava esse diagnóstico o declínio sensível do orçamento do Incra para as desapropriações (Vigna e Sauer, 2001, p.165-8).

A aceleração da implantação do MRAM (sempre de cima para baixo), associada ao contexto mais amplo de continuidade das políticas neoliberais e repressão e desqualificação das lutas populares, acabaram pressionando os movimentos sociais e as organizações sindicais a construírem uma maior unidade política, o que se deu pelo Fórum. Assim, ao longo de 1998, o Fórum acabou elegendo como objeto central de sua ação a luta contra o PCT e o BT, considerados os instrumentos de implantação do MRAM no Brasil e a extensão da política neoliberal ao campo brasileiro. Ou seja, naquela conjuntura, a crítica ao PCT e ao BT servia de referência concreta à luta mais ampla contra as políticas neoliberais.

O Fórum agiu em duas frentes. Em nível nacional, denunciou ao Ministério Público Federal suspeitas de superfaturamento e corrupção na compra de terras por meio do PCT e do BT, e iniciou uma campanha de informação e crítica no meio urbano e rural. Em nível internacional, de modo absolutamente inovador, o Fórum encaminhou, em outubro de 1998, uma solicitação ao Painel de Inspeção do BM,[3] sustentando uma série de argumentos contrários à implantação do PCT (Fórum, 1998 e 1998a; Wolff e Sauer, 2001). A estratégia era deslegitimar o PCT na arena internacional, utilizando mecanismos oferecidos pelo próprio BM. Ao mesmo tempo, por meio de redes de apoio internacional, o Fórum articulou uma série de ações no exterior com o objetivo de pressionar os governos europeus a apoiarem a iniciativa brasileira junto ao Painel de Inspeção.

O Painel de Inspeção acatou a solicitação do Fórum e enviou, no início de 1999, representantes ao Brasil, que visitaram áreas do PCT na Bahia e em Pernambuco. A legitimidade de tais visitas foi questionada pelo Fórum,

[3] O Painel de Inspeção foi criado em 1994 para proporcionar um fórum "independente" aos agentes sociais que se sentirem prejudicados direta ou indiretamente pela realização de projetos financiados pelo BM. A reclamação deve demonstrar que os efeitos negativos decorrem da não-observância das normas e procedimentos do BM na elaboração, execução e avaliação dos projetos financiados. O escopo das reclamações se restringe, portanto, a verificar se as ações do BM obedecem ou não às suas próprias normas e procedimentos. Segundo Fox (2002), a criação do Painel se fez como resposta a críticas advindas, sobretudo, de grupos ambientalistas e ligados à defesa dos direitos humanos. O caso do PCT foi o primeiro ligado a um projeto de "alívio de pobreza" e vinculado ao MRAM.

sob a alegação de que haviam sido forjadas as condições para que nenhuma falha do projeto aparecesse (Wolff e Sauer, 2001).

Em maio de 1999 – portanto, apenas um ano e três meses após a criação do Banco da Terra e sem que a avaliação preliminar do PCT tivesse sido concluída –, o Painel de Inspeção julgou improcedentes todos os argumentos do Fórum e não recomendou à diretoria do BM a investigação solicitada. Imediatamente, o governo brasileiro usou tal recusa como prova da suposta eficiência do projeto (MEPF, 1999b). Na ocasião, inclusive, o BM chegou a desqualificar a representatividade das organizações que compunham o Fórum, considerando suas reivindicações de caráter meramente "filosófico" (Painel de Inspeção, 1999a).

Ainda em maio de 1999 – mês em que houve a recusa do Painel de Inspeção – o governo federal finalmente liberou documentos ao Fórum[4] sobre a implementação do PCT. Esse material apontava inúmeras irregularidades e indícios de corrupção, principalmente no que se refere aos seguintes aspectos: a) compra de terras passíveis de desapropriação; b) aumento do preço da terra em alguns locais e compra de áreas acima do preço pago pelo Incra via desapropriação; c) má qualidade das terras adquiridas; d) existência de muitos laudos técnicos (que deveriam orientar a negociação em torno do preço da propriedade) assinados após a data da compra da terra ou simplesmente em branco, sinalizando, no mínimo, total descumprimento das normas operacionais do projeto; e) venda de vários imóveis de um proprietário (Wolff e Sauer, 2001).

Com base nessa documentação mais substantiva, o Fórum solicitou nova investigação ao Painel de Inspeção em agosto de 1999. Quatro meses depois, veio a resposta negativa do Painel. Porém, dessa vez, ela desconsiderou o mérito do argumento (bem fundamentado pela nova documentação) e afirmou que o Fórum não havia cumprido todos os procedimentos técnicos para tornar o pedido elegível, por exemplo, esgotar todos os canais de diálogo com o governo brasileiro (Painel de Inspeção, 1999).

Os embates em torno do Painel de Inspeção tiveram inúmeros desdobramentos. O mais imediato foi a orientação dada pelos gestores do PCT de que terras passíveis de desapropriação não poderiam mais ser compradas – embora isso fosse visto como possível empecilho ao desenvolvimento do projeto e, na prática, "exceções" fossem admitidas. Deve ficar claro que essa medida só foi tomada porque existiu a pressão política do Fórum sobre o Painel de Inspeção, como reconheceria anos depois o próprio BM (2003, p.11).

---

[4] Como o governo brasileiro não liberava informações sobre a implementação do PCT, o Fórum acionou dois parlamentares, que assinaram requerimento oficial de informações ao MEPF em 2 de março de 1999. Dois meses depois, numerosa documentação foi entregue aos parlamentares e imediatamente repassada ao Fórum. Tal documentação não foi apresentada pelo governo federal ao Painel de Inspeção, nem foi considerada na resposta do BM (FÓRUM, 1999).

Ocorreram outros dois desdobramentos políticos da maior importância, cuja ressonância ecoa até os dias atuais. O primeiro foi a projeção internacional do caso brasileiro como uma referência crítica contra as políticas do BM. Por sua vez, a construção dessa referência contribuiu para uma maior articulação entre organizações sociais de todo o mundo. A partir de então, diversos encontros em nível internacional foram realizados com o objetivo de intercambiar experiências, fortalecer a articulação e a unidade política entre agentes sociais tão diversos (movimentos sociais, organizações não-governamentais, entidades religiosas, associações e cooperativas de agricultores etc.) e unificar o discurso e a prática contrários às ações do BM.

O segundo desdobramento foi ter bloqueado temporariamente o empréstimo que o BM faria ao governo federal para financiar o BT em todo o país. Em outras palavras, foi a pressão internacional sobre o Painel de Inspeção que tencionou a negociação do novo empréstimo do BM ao governo brasileiro, a qual encontrava-se em estágio avançado em dezembro de 1998 (Banco Mundial, 1999, p.3). Criou-se uma situação de impasse, na medida em que a implantação em larga escala do MRAM no Brasil não encontrava o necessário respaldo político. À exceção do setor patronal – sempre a favor –, havia apoio político apenas em nível local, por parte de alguns sindicatos de trabalhadores rurais no Nordeste, do braço agrário da Força Sindical no interior do estado de São Paulo e, mais importante, das federações sindicais dos estados do Sul, cuja bandeira central nunca foi a luta por terra, mas, sim, a disputa por políticas agrícolas mais favoráveis aos pequenos agricultores. Existia, portanto, a adesão de uma pequena parcela de entidades sindicais. Porém, o fato era que as principais organizações nacionais de trabalhadores rurais, a Contag e o MST, estavam unidas contra o MRAM por meio do Fórum. Enquanto existisse essa unidade política, não haveria legitimidade suficiente para a nacionalização dos programas orientados pelo MRAM. Essa resistência colocava em xeque a seqüência de uma experiência propagandeada pelo BM como a mais exitosa em nível internacional.

CISÃO POLÍTICA DAS LUTAS CAMPONESAS E AVANÇO DO MRAM

Para o BM e o governo FHC, a saída para esse impasse político dependia da legitimação de alguma organização importante no cenário nacional. Isso aconteceu quando a direção da Contag decidiu negociar a criação de um novo programa – o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural (CFCP), semelhante aos anteriores, porém com algumas modificações –, permitindo que o empréstimo, até então não aprovado pela diretoria do BM em Washington – DC, fosse consumado. Desse modo, o BM acabou não financiando o BT, e sim o CFCP.

Naquele contexto, a Contag também sofria com a criminalização das ocupações de terra e, sobretudo, com a diminuição de eventuais "conquistas" para a sua base social, devido aos sucessivos cortes no orçamento do MDA. Assim, para a Contag, a negociação direta com o BM se mostrou um canal de negociação oportuno com o governo brasileiro, embora o contexto fosse adverso à luta pela reforma agrária.

Na verdade, o BM tentou ganhar a adesão da Contag desde o início da implementação do PCT, embora até então desconsiderasse as reivindicações daquela entidade, que eram basicamente três: a) que o PCT fosse complementar à reforma agrária, e não concorrencial; b) que fosse dirigido a regiões de concentração de minifúndios ou onde não houvesse propriedades passíveis de desapropriação, numa lógica complementar à reforma agrária; c) que fosse um projeto "participativo", isto é, concebido, executado e avaliado junto com os sindicatos, as federações sindicais e a Contag.[5] Contudo, embora tenha apoiado as duas solicitações ao Painel de Inspeção, a Contag nunca se recusou a dialogar com o BM possíveis mudanças no PCT. Pelo menos desde agosto de 1999, a Contag já mantinha contatos mais firmes nessa direção (Banco Mundial, 2000, p.24).

Para entender essa tomada de posição, é preciso considerar, ao menos, quatro grandes questões. Em primeiro lugar, as críticas da Contag ao Cédula da Terra – depois estendidas em parte ao Banco da Terra – focalizavam a maneira pela qual ele vinha sendo implementado, e não a sua natureza "mercantil".

Em segundo lugar, há anos existia uma reivindicação da Contag – porém, até então, absolutamente secundária em sua pauta política – por uma linha de "crédito fundiário" complementar à reforma agrária, numa lógica de "reordenamento fundiário".

Em terceiro lugar, existe uma certa "cultura sindical" de reivindicação e negociação em torno da participação na definição e gestão de projetos específicos desenvolvidos na região Nordeste (Navarro, 1998, p.5), grande parte dos quais com financiamento do Banco Mundial. Malgrado os conflitos com o Estado e o Banco Mundial em torno daquele conjunto diversificado de projetos (Soares, 2001; Leroy e Soares, 1998; Garrison, 2000), não parece equivocada a avaliação de que essa "tradição sindical" ganhou novo alento em 1998, dentro da Contag, com a eleição de uma nova diretoria.

Em quarto lugar, desde o final dos anos 80 vinham ocorrendo realinhamentos estratégicos no interior da Contag, no bojo dos quais a centralidade da defesa dos interesses dos assalariados rurais foi substituída por uma agenda política voltada para o que se convencionou chamar de "agricultura familiar" (Medeiros, 2001). Nesse processo, a defesa da reforma agrária pela

[5] Conforme depoimento de Francisco Urbano, presidente da Contag, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado em 4 de setembro de 1997.

Contag passou para segundo plano, e a entidade voltou-se predominantemente para a luta por políticas agrícolas favoráveis ao conjunto amplo e diversificado designado como "agricultores familiares". De certo modo, estabeleceu-se uma "divisão social e institucional do trabalho": o MST "se especializou" na luta por reforma agrária, enquanto a Contag ficou circunscrita, fundamentalmente, à defesa da "agricultura familiar".

Isso posto, ganhou força no interior da Contag a visão de que a antiga reivindicação por uma linha de "crédito fundiário" complementar à reforma agrária poderia ser contemplada pela criação de um novo programa, a partir de um empréstimo do BM. Entretanto, a decisão de negociar a criação do CFCP, passando por cima da posição do Fórum, foi objeto de disputas políticas no interior da Contag. Venceu a posição favorável ao novo programa.

Assim, a Contag continuou a classificar o PCT e o BT como vinculados ao MRAM, mas passou a diferenciá-los do novo CFCP, considerado apenas um programa de "crédito fundiário" complementar à reforma agrária. Segundo essa posição, a origem do CFCP não seria o MRAM, mas sim a antiga demanda da Contag, politicamente legítima.

Existem evidências empíricas que mostram a estreita conexão do CFCP ao modelo criado e exportado pelo BM a diversos países. Em primeiro lugar, o BM reconhece que o CFCP veio para suceder os projetos anteriores (São José e PCT), tanto que possui, em linhas gerais, a mesma estrutura de funcionamento (Banco Mundial, 2000, p.2). Porém, ao considerar o BT uma espécie de PCT expandido (Banco Mundial, 2003a, p.120), fica claro que há uma seqüência entre os três anteriores e o CFCP. Em segundo lugar, o BM teve enorme pressa em expandir o CFCP para catorze estados, embora o PCT, na época, tivesse sua conclusão prevista apenas para junho de 2001 (o que, na prática, só ocorreu em dezembro de 2002) e estivesse ainda em período de avaliação. Ou seja, seguiu-se a mesma lógica expansionista do MRAM, sem qualquer planejamento prévio sobre as regiões que, de fato, concentram um grande número de minifúndios ou propriedades não passíveis de desapropriação. Em terceiro lugar, tal como nos projetos anteriores, o BM (2000, p.4 e 8) procurou legitimar o CFCP a partir da crítica ao dito "modelo desapropriacionista", tal como fizera quando da aprovação do PCT. Em quarto lugar, a fonte de financiamento do CFCP era o BM, a mesma instituição que vinha, até então, tentando implementar o MRAM no Brasil em escala acelerada, em detrimento da posição de todas as organizações nacionais de trabalhadores rurais, inclusive da Contag. Por fim, o CFCP foi criado pelo governo FHC, o mesmo que, de um lado, promovia a criminalização sistemática das ocupações de terra e das lutas autônomas dos trabalhadores sem-terra e, de outro lado, tentava substituir a "reforma agrária" pelo MRAM. Como, naquela conjuntura de intensa disputa político-ideológica, imaginar que esses dois "parceiros" fossem, de um dia para outro, implementar uma política de "crédito fundiário" meramente complementar à reforma agrária?

A adesão da Contag, portanto, permitiu ao BM dar seqüência aos programas inspirados no MRAM no Brasil, porém em novo patamar, na medida em que passou a existir a legitimação por uma organização nacional ligada ao mundo do trabalho. No embate político, o BM passou a usar a adesão da Contag como instrumento de legitimação de programas orientados pelo MRAM, tanto no Brasil como em outros países.

Depois de muita negociação e resistência do BM, duas modificações foram introduzidas no CFCP: a proibição de compra de áreas passíveis de desapropriação (admitindo-se "exceções") e a introdução de mecanismos de participação e controle social.

O BT só começou a funcionar realmente no início de 2000 e o CFCP, negociado em novembro de 2000, foi aprovado em 2001 e só começou a operar em 2002. Assim, durante o biênio 2001-2, houve uma situação de duplicidade de programas muito similares. Ocorre, porém, que o BT não era apenas um programa, mas, sim, um fundo criado pelo Congresso Nacional que podia captar recursos financeiros de diversas fontes e, na qualidade de fundo, era o instrumento pelo qual se daria a contrapartida do governo brasileiro ao empréstimo do BM para a criação do CFCP. Porém, em termos políticos, enquanto o CFCP era apoiado pela Contag à revelia das demais entidades aglutinadas no Fórum, o BT era sustentado por um setor do governo interessado em expandi-lo em detrimento dos demais programas, sendo rejeitado por todas as entidades que compunham o Fórum, inclusive a Contag. Por trás desse verdadeiro emaranhado, começou então a haver uma disputa no interior do governo FHC em torno da execução de ambos os programas. Essa disputa persistiu ao longo do biênio 2001-2 num sentido favorável ao BT e desfavorável ao CFCP, o que pode ser comprovado pelos resultados de um e outro (Pereira, 2006).

Do ponto de vista da luta promovida pelo Fórum contra a implantação do MRAM no Brasil, a criação do programa CFCP representou a interrupção de um processo ascendente de mobilização social desenvolvido em bloco até aquele momento. A luta contra o PCT e o BT foi enfraquecida, e acabou saindo da pauta central do Fórum.

A bandeira que deu unidade de ação a todas as entidades do Fórum durante o biênio 1998-9 – por condensar a polarização política mais forte entre o governo FHC e os movimentos sociais e sindical do campo – deixou de existir. A divisão política em relação a essa questão foi muito forte, tanto assim que, após alguns embates internos, o Fórum deliberou por secundarizar essa questão como forma de preservação de sua própria existência como espaço importante de aglutinação de forças políticas diferenciadas. Assim, posteriormente, diversas ações pró-reforma agrária foram desenvolvidas em conjunto por todas as entidades do Fórum. No entanto, até hoje permanece a divisão em relação a essa questão específica.

A criação do CFCP não suavizou o embate entre o governo FHC e os movimentos sociais do campo, especialmente com o MST. Além da manu-

tenção do grave quadro de impunidade em relação aos crimes praticados contra trabalhadores rurais e do prosseguimento das medidas repressivas contra as ocupações de terra, duas outras medidas importantes foram tomadas pelo governo FHC, em 2001.

A primeira foi a criação da inusitada campanha de "reforma agrária pelos correios", que consistia em cadastrar a solicitação de trabalhadores nas agências dos correios de todo o país. Com enorme propaganda nos principais meios de comunicação, a campanha desqualificou abertamente as ocupações de terra. O número de pessoas cadastradas chegou a 839.715 (Sampaio et al., 2003, p.28), mostrando, de um lado, o apelo social que tal campanha teve, mas também a evidência inquestionável de uma enorme demanda por terra.

A segunda medida foi a incorporação, em fevereiro de 2001, da Confederação Nacional da Agricultura e da Força Sindical como "representantes da sociedade civil e dos beneficiários" no Conselho Curador do BT. Claro em seus propósitos, o governo federal incorporou ninguém menos que o setor patronal e a direita sindical para gerir o principal instrumento construído para interiorizar e radicalizar o MRAM no Brasil e combater os movimentos sociais do campo, em especial com o MST.

CONCLUSÕES

A experiência brasileira com os programas orientados pelo MRAM durante o governo FHC consumiu cinco anos (1997-2002) e foi uma das mais abrangentes em nível internacional. Em termos de famílias financiadas, ficou atrás apenas da África do Sul, considerando o mesmo intervalo de tempo. Em nenhum outro país se gastou tanto com o financiamento de compra de terras para tantos trabalhadores rurais como no Brasil, assim como nenhum outro país contratou tal volume de empréstimos junto ao BM. Com a continuidade desses programas pelo governo Lula, o número de famílias alcançadas será o maior em nível internacional (Pereira, 2006).

O BM prossegue com o mesmo "deslizamento semântico" que caracteriza toda a construção do MRAM. Sua intenção é rebaixar politicamente a própria definição de reforma agrária, alargando-a de tal maneira que até mesmo programas de financiamento à compra e venda de terras entre agentes privados passam a ser considerados "modalidades" de reforma agrária redistributiva (Banco Mundial, 2003b). Trata-se de uma disputa político-ideológica com os movimentos sociais camponeses, especialmente aqueles aglutinados na Via Campesina, que têm outra visão de mundo e defendem outras propostas para o campo.

A discussão desenvolvida neste trabalho pode ser resumida da seguinte maneira:

a) Durante os oito anos do governo FHC, a "reforma agrária" foi tratada como uma política social compensatória. A partir desse rebaixamento prévio, os programas inspirados no MRAM foram implementados.
b) Os programas orientados pelo MRAM foram introduzidos no Brasil como parte das ações de alívio paliativo aos efeitos socialmente regressivos provocados ou agudizados pelas políticas de ajuste estrutural no meio rural.
c) Os embates em torno da implantação dos programas orientados pelo MRAM condensaram as principais contradições político-ideológicas entre o governo FHC e as organizações sociais aglutinadas no Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo.
d) Para implantar o MRAM no Brasil, o governo FHC sempre criminalizou as ocupações de terra e desqualificou moralmente as ações autônomas dos movimentos sociais, com a ajuda dos grandes meios de comunicação. Por isso, é correto afirmar que a política pró-mercado de terras andou lado a lado com a coerção estatal e a disputa ideológica na sociedade.
e) A adesão social ao Cédula da Terra não pode ser analisada fora do contexto socioeconômico e político em que ele foi criado, caracterizado por uma forte seca e sucessivas perdas agrícolas, ausência de perspectivas de trabalho, empobrecimento da população rural, enorme propaganda oficial (sobretudo em nível local, articulada por políticos e agentes do Estado), inexistência de uma política efetiva de reforma agrária e repressão às ocupações de terra. Todavia, tal adesão revela o apelo nada desprezível que o acesso negociado e mercantil à terra tem – ou pode vir a ter, em maior ou menor grau, de acordo com o contexto social e político – entre parcelas significativas do campesinato brasileiro.
f) A criação do Banco da Terra internalizou os princípios básicos do MRAM no conjunto de instrumentos permanentes de política agrária no Brasil, permitindo que outras experiências orientadas desse tipo tivessem condições institucionais e financeiras mais sólidas de realização.
g) Chama atenção o empenho da coalizão de forças pró-MRAM em expandi-lo rapidamente para todo o país. As principais iniciativas concentraram-se entre agosto de 1996 e fevereiro de 1998, partindo de uma pequena experiência no Ceará até a criação do Banco da Terra pelo Congresso Nacional. Todo esse processo ocorreu sem qualquer preocupação com a viabilidade técnica dos projetos. O BM prometeu financiar o Banco da Terra quando o projeto-piloto Cédula da Terra mal havia começado a ser implementado, e nem sequer a avaliação preliminar oficial tivesse sido concluída. O governo brasileiro, por sua vez, mobilizou a sua base parlamentar para a criação do Banco da Terra, com a promessa de aporte de recursos e o apoio político do BM.

h) O conjunto de ações políticas desencadeado pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo em nível nacional e, sobretudo, internacional, foi decisivo para bloquear, temporariamente, o empréstimo do BM que permitiria ao governo brasileiro contar com uma fonte externa de financiamento para o Banco da Terra.
i) Na perspectiva do BM, o impasse provocado pela ausência de respaldo político suficiente para a implantação do MRAM no Brasil foi desfeito pela negociação com a Contag, da qual surgiu o CFCP, dando seqüência à experiência dos programas anteriores. Para a Contag, o CFCP representou a possibilidade de viabilizar uma demanda mais antiga da entidade, embora até então secundária e trazida à tona num momento político adverso aos movimentos sociais. Segundo o discurso da entidade, o Cédula da Terra e o Banco da Terra integrariam o MRAM, ao passo que o CFCP seria uma resposta à sua reivindicação por uma linha de crédito fundiário complementar à reforma agrária.
j) A criação do CFCP enfraqueceu a luta do Fórum contra a implantação dos programas orientados pelo MRAM do BM, na medida em que a Contag deixou de apoiar a luta contra o programa que dá seqüência ao MRAM no Brasil, o CFCP.
k) O CFCP sofreu resistências no interior do governo FHC, mesmo tendo sido negociado de maneira tripartite (BM, Contag e governo federal) e sido a causa da divisão política do Fórum quanto à definição de uma agenda comum de políticas agrárias para o país. Tais resistências vieram do setor mais à direita dentro do governo federal interessado em expandir o Banco da Terra em detrimento dos demais programas existentes. A disputa entre o Banco da Terra e o CFCP foi favorável ao primeiro e desfavorável ao segundo. Porém, embora fossem sustentados por forças políticas distintas e guardassem especificidades, ambos seguiam os princípios centrais do MRAM, criado pelo BM. Foi a dinâmica da luta política, e não uma mudança de pressupostos e diretrizes, que forçou o BM a não mais apoiar o Banco da Terra, e sim a criação do CFCP.

Os embates em torno da implementação do MRAM expressaram uma nova fase da luta política no campo brasileiro, caracterizada pelo aprofundamento da internacionalização, tanto das formas de articulação e ação dos principais agentes sociais que gravitam no meio rural, como do conjunto de políticas públicas dirigido à problemática agrária.

Devido à sua magnitude social e política, possivelmente o desdobramento da experiência brasileira terá papel central, talvez decisivo, no futuro do MRAM como proposta aplicável a países com grau elevado de concentração da propriedade da terra, altos índices de pobreza rural e tensões sociais no campo. Ainda é cedo para afirmar se os programas implementados entre 1997 e 2002, ainda que de maneira focalizada, terão condições de melhorar as condições de vida de segmentos da população rural. O veto do governo

FHC à publicização de informações básicas e atualizadas sobre esse tema prejudicou muito não apenas a pesquisa acadêmica, mas, sobretudo, o tão exaltado "controle social" sobre tais projetos e programas. Em linhas gerais, ao longo do governo Lula, os gestores públicos – em parte, os mesmos do governo anterior – tiveram a mesma postura.

Politicamente, a maneira como se desenvolveu a experiência brasileira durante o governo FHC suscita algumas questões importantes. Está em curso a consolidação de um novo arranjo de políticas agrárias de caráter "misto" (compra/venda e desapropriação)? Que peso relativo, ao final do governo Lula, terá cada uma dessas modalidades de ação fundiária? Diante de tais resultados, como se comportarão os movimentos sociais, as organizações sindicais e o patronato rural? São questões em aberto. Mas uma coisa é certa: os programas orientados pelo MRAM não têm condições de atender minimamente à enorme "demanda" existente por terra. O crescimento das ocupações de terra e da população acampada em todo o país durante todo o governo Lula demonstra isso cabalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. *Implementation Completion Report (CPL – 41470)*. Report n.25973, 2003.

_______. *Rural Poverty Alleviation in Brazil:* Toward an Integrated Strategy. Washington – DC, 2003a.

_______. *Land Policies for Growth and Poverty Reduction*. Washington – DC, 2003b.

_______. *Llegando a los pobres de las zonas rurales – Estrategia de desarrollo rural para América Latina y el Caribe.* Departamento de Desarrollo Ambiental y Socialmente Sostenible, jul. 2002.

_______. Country Assistance Strategy – Brazil (2000-2003). In: BARROS, F. (Org.). *As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil*. Brasília: Rede Brasil, 2001.

_______. *Project Appraisal Document to Brazil for Land-Based Poverty Alleviation Project I*. Report n.19585, 2000.

_______. *Projeto de reforma agrária e alívio da pobreza rural no Brasil*. Projeto n.BRPE 50772, 1999.

_______. Country Assistance Strategy – Brazil (1997-1999). In: VIANA, A. (Org.). *As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil*. Brasília: Rede Brasil, 1998.

_______. *Land Reform and Poverty Alleviation Pilot Project*. Report n.PIC 4974, 1997.

_______. *Project Appraisal Document to Brazil for Land Reform and Poverty Alleviation Pilot Project*. Report n.16342-BR, abr., 1997a.

_______. *Staff Appraisal Report – Rural Poverty Alleviation Project – Ceará.* Report n.14395-BR, 1995.

BARRACLOUGH, S. A reforma agrária nos países em desenvolvimento: o papel do Estado e de outros agentes. In: TEÓFILO, E. (Org.). *A economia da reforma agrária:* evidências internacionais. Brasília: Estudos Nead, n.5, 2001.

BORRAS JR., S. M. *Rethinking Redistributive Land Reform:* Struggles for Land and Power in the Philippines. The Hague, PhD Thesis, Institute of Social Studies, 2004.

BUAINAIN, A. M. et al. *Relatório preliminar de avaliação do projeto Cédula da Terra*. Brasília: Unicamp/Nead/MEPF, jun., 1999.

______ et al. O programa Cédula da Terra no contexto das novas políticas de reforma agrária, desenvolvimento e participação: uma discussão das transformações necessárias e possíveis. In: LEITE, P. S. (Org.). *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: MDA/NEAD, 2000.

CARVALHO FILHO, J. J. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária. In: LEITE, S. (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.

COORDENADORA NACIONAL DE ORGANIZACIONES CAMPESINAS (CNOC). *Propuesta de reforma agraria integral*. Guatemala, maio 2004. Disponível em: <http://www.fmra.org>.

DEININGER, K.; BINSWANGER, H. The evolution of the World Bank's land policy: principles, experience and future challenges. *The World Bank Research Observer*, v.14, n.2, p.247-76, ago., 1999.

DEMARAIS, A. The Via Campesina: consolidating an international peasant and farm moviment. *Journal of Peasant Studies*, v.29, n.2, p.91-124, 2002.

EL-GHONEMY, M. R. *Agrarian Reform Between Government Intervention and Market Mechanism*. Texto apresentado na Conference on Agrarian Reform and Rural Development, organizada pelo Social Research Center of the American University, Cairo, 4 a 7 mar. 2002.

FIAN et al. *Declaración de Bonn sobre accesso a la tierra*. Resolução final do seminário Acceso a la tierra: reformas agrarias inovadoras para la sustentabilidad y la reducción de la pobreza, 23 mar. 2001.

FORO MUNDIAL SOBRE LA REFORMA AGRARIA (FMRA). *La reforma agraria y los recursos naturales:* una exigencia de los pueblos. Valencia, Declaración Final, 8 dez. 2004.

FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO (Fórum). *Segunda solicitação ao Painel de Inspeção.* Brasília, 27 ago. 1999.

______. *Solicitação ao Painel de Inspeção*. Brasília, 10 out. 1998.

______. *Complementação ao Pedido de Inspeção*. Brasília, 21 dez., 1998a.

FOX, J. The World Bank Inspection Panel and the Limits of Accountability. In: PINCUS, J.; WINTERS, J. (Eds.). *Reinventing the World Bank*. Ithaca/Londres: Cornell University Press, 2002.

GARRISON, J. *Do confronto à colaboração:* relações entre a sociedade civil, o governo e o Banco Mundial no Brasil. Brasília: Banco Mundial, 2000.

LEROY, J.-P.; SOARES, M. C. C. (Orgs.). *Bancos multilaterais e desenvolvimento participativo no Brasil:* dilemas e desafios. Rio de Janeiro: Fase/Ibase, 1998.

MEDEIROS, L. S. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ/UNRISD, 2002.

______. Sem-terra, "assentados" e "agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACA, N. (Org.). *Una nueva ruralidad en America Latina?* Buenos Aires: Clacso, 2001.

______. *Reforma agrária:* instâncias, conflitos e atores. O papel dos trabalhadores rurais. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 1999.

______, LEITE, S. P. Marchas e contra-marchas na política agrária no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). In: INESC (Org.). *A era FHC e o governo Lula:* transição? Brasília: Inesc, 2004.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA (MEPF). Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural. Brasília, 1999.

______. *A nova reforma agrária*. Brasília, jul., 1999a.

______. *Banco da Terra*. Brasília, 1999b.

______. *Diretrizes do processo de descentralização da reforma agrária*. Brasília, 1997.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Programa de reforma agrária*. São Paulo, caderno de formação, n.23, 2.ed., 1996.

NAVARRO, Z. *O projeto-piloto Cédula da Terra:* comentários sobre as condições sociais e político-institucionais de seu desenvolvimento recente. Disponível em: <http://www.nead.gov.br>, 1998.

PAINEL DE INSPEÇÃO. *Report and Recommendation on Second Request for Inspection – Brazil: Land Reform and Poverty Alleviation Pilot Project*. Washington – DC, dez., 1999.

______. Report and Recommendation on Request for Inspection – Brazil: *Land Reform and Poverty Alleviation Pilot Project*. Washington – DC, maio, 1999a.

PEREIRA, J. M. M. *A reforma agrária de mercado do Banco Mundial:* fundamentos, objetivos, contradições e perspectivas. São Paulo: Hucitec, 2006.

ROCHA, S. *A pobreza no Brasil. Afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

SAMPAIO, P. A. et al. *Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília, out., 2003.

SAPRIN. *Las políticas de ajuste estructural en las raices de la crisis económica y la pobreza: una evaluación participativa multi-nacional del ajuste estructural*. Washington – DC, abr. 2002.

SOARES, M. C. C. (Coord.). *Estudo sobre fundos sociais e ambientais financiados ou administrados pelo Banco Mundial no Brasil*. Rio de Janeiro: Banco Mundial, 2001.

SUÁREZ, S. M. *Política de tierras y desarrollo rural del Banco Mundial*. FIAN, jan.2005.

TEÓFILO, E. Brasil: nuevos paradigmas de la reforma agraria. In: TEJO, P. (Org.). *Mercados de tierras agrícolas en América Latina y el Caribe*: una realidad incompleta. v.1. Santiago do Chile: Nações Unidas/CEPAL/GTZ, 2003.

______ et al. Políticas y instrumentos para promover el mercado de terras: enseñanzas de la experiencia brasileña. In: ECHEVERRÍA, R. (Org.). *Desarrollo territorial rural en América Latina y el Caribe:* manejo sostenible de recursos naturales, acceso a tierras y finanzas rurales. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2003.

VAN ZYL, J. et al. *Decentralized rural development and enhanced community participation:* a case study from Northeast Brazil. World Bank, Policy Research Working Paper, n.1498, ago.1995.

VIA CAMPESINA. *Histórico, linhas políticas internacionais e projeto popular para a agricultura brasileira*. São Paulo, jun. 2002.

VIGNA, E.; SAUER, S. Os financiamentos dos programas agrários e agrícolas do BIRD e do BID para o Brasil. In: BARROS, F. (Org.). *A estratégia dos bancos multilaterais para Brasil:* análise crítica e documentos inéditos. Brasília: Rede Brasil, 2001.

WOLFF, L.; SAUER, S. O Painel de Inspeção e o caso do Cédula da Terra. In: BARROS, F. (Org.). *Banco Mundial, participação, transparência e responsabilização:* a experiência brasileira com o Painel de Inspeção. Brasília: Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, jan., 2001.

13
A Articulação do Semi-Árido brasileiro: camponeses unidos em rede para defender a convivência no Semi-Árido*

Ghislaine Duque

A experiência deste "movimento" original, Articulação do Semi-Árido (ASA), é pouco comum: na origem uma simples articulação entre parceiros, um fórum híbrido, sem hierarquia, no qual camponeses e assessores debatem em pé de igualdade – que está transformando a vida dos camponeses no Semi-Árido, pela conquista da cidadania (Sabourin, et al., 2005) e está constituindo, hoje, um verdadeiro movimento social camponês.

Para entender o desafio enfrentado pela ASA, inicialmente é preciso apresentar esse lugar um pouco mágico, o Semi-Árido, onde tudo induzia os(as) camponeses(as) à desistência, o que tornou a iniciativa mais urgente e seus resultados mais impressionantes. A seguir, será contado como a ASA nasceu, tomando o caso da Paraíba como foco, pois é um dos primeiros estados onde a Articulação se organizou, em 1993, e é lá onde se situa nossa experiência. Porém, embora o que diz respeito à ASA-PB muitas vezes também diga respeito à ASA-Brasil e vice-versa (Diniz, 2007), a experiência da ASA-PB tem traços específicos em função da autonomia que cada estado tem em relação aos demais. Por isso, a história aqui contada não pode ser generalizada, a não ser quando, no final deste capítulo, falaremos da ASA-Brasil.

Evocaremos, portanto, as primeiras propostas esboçadas na Paraíba visando a convivência da agricultura familiar no Semi-Árido: as estratégias de armazenamento da água e preservação da biodiversidade; as parcerias que começaram a se tecer, dando início a um processo de mobilização e organização.

* Agradeço a leitura cuidadosa de Marilene N. Melo, membro da ASA/PB desde suas origens.

Aos poucos, valendo-se de iniciativas modestas, mobilizando recursos pedagógicos que valorizam as capacidades e o saber-fazer dos camponeses, o potencial cultural e político dessas ações se revelou. O objetivo de favorecer a convivência da agricultura familiar no Semi-Árido transformou-se no ponto de partida para uma luta muito maior, um projeto de desenvolvimento sustentável e participativo que se opõe ao modelo capitalista da revolução verde e do agronegócio. Aos poucos, os camponeses unidos na Articulação do Semi-Árido estão conseguindo dignidade e autonomia e construindo uma prática da democracia como inclusão social.

O DESAFIO DO SEMI-ÁRIDO PARA OS PRODUTORES RURAIS

Quem pensa no Semi-Árido pensa em "secas". Não é totalmente errado, mas é muito mais complexo. Não faltam chuvas no Semi-Árido; as precipitações atingem médias razoáveis – de até 800 mm/ano nas áreas mais privilegiadas (mas menos de 400 em certos municípios). Porém, trata-se de chuvas irregulares, que podem se concentrar em precipitações violentas durante um ou dois dias, arrancando as terras e provocando erosão, para deixar longos espaços de tempo antes de novas chuvas. Essa irregularidade se dá ao longo do período dito chuvoso (de três ou quatro meses por ano), como também de um ano para o outro. Periodicamente, ocorrem "grandes secas", ou seja, uma sucessão de anos de pluviosidade fraca ou muito fraca, provocando frustrações de safra, esgotamento das reservas alimentares, morte dos animais etc. Além do mais, o volume de água perdida pela evapotranspiração é três ou quatro vezes superior àquele fornecido pela chuva. Há, portanto, uma perda considerável das reservas de água armazenadas a céu aberto e um importante ressecamento da superfície dos solos não cobertos.

Finalmente, a maior parte do Semi-Árido tem um subsolo cristalino, recoberto de uma camada de terra extremamente rasa, onde árvores de maior porte não teriam condição de enfiar suas raízes (com exceção dos fundos aluviais dos baixios). A região oferece, portanto, uma vegetação de baixo porte, com folhas caducas, muitas vezes reduzidas a espinhos no caso das cactáceas – o que constitui uma forma natural de proteção contra a transpiração –, mas não facilita a fertilização dos solos, como poderia acontecer se houvesse uma massa de folhas cobrindo a terra, formando uma cobertura vegetal. Os solos ainda são prejudicados pela queima da vegetação nativa (por exemplo, para fazer carvão) e pela intensificação das culturas, conseqüência da diminuição do tamanho das parcelas no processo de divisões por herança e da pressão exercida pelo agronegócio sobre a pequena propriedade.

Vale acrescentar que o subsolo cristalino também é responsável pela ocorrência de águas salobras no lençol freático. Daí porque os poços artesianos dificilmente fornecem água potável.

Essa região – de cerca de 900.000 km^2 de extensão – de potencial agrícola relativamente limitado, abriga uma população importante, sobretudo se comparada com outras regiões semi-áridas: são aproximadamente 10 milhões de habitantes na área rural do Semi-Árido.[1]

A agricultura familiar, dedicada principalmente ao cultivo de produtos alimentares, ainda é a atividade que sustenta boa parte da população rural ativa, junto com as rendas provenientes de transferências sociais, estas particularmente importantes em anos de seca. Há poucos investimentos nos setores industriais e de serviços, de forma que, apesar das condições pouco favoráveis do meio natural, a agricultura constitui o meio de vida principal da população rural.

Quanto aos fatores sociopolíticos, é necessário denunciar a estrutura fundiária extremamente concentrada,[2] fator agravado por políticas públicas que, apesar dos progressos realizados em matéria de crédito, como a diversificação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) ou de comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), são pouco adaptadas em matéria de assistência técnica e extensão rural. O que se vê é uma relação geralmente vertical dos técnicos de órgãos oficiais com os produtores, a imposição de "pacotes" que pretendem integrar os agricultores ao modelo dominante do agronegócio (consumo de insumos industriais), as exigências burocráticas dos bancos, diante das quais os pequenos produtores se sentem "humilhados".

Essa relação vertical não é nada mais do que o reflexo de uma situação de subordinação dos camponeses, criada por séculos de coronelismo, perpetuado pelo clientelismo. Especialmente nas áreas de grandes fazendas, onde moradores ou diaristas eram submetidos às normas impostas pelo patrão, esses trabalhadores tinham que adotar estratégias de submissão para conservar o acesso à terra ou ao emprego. Essa situação chegou a criar o que se chamaria de "cultura da subordinação", que se expressa pela troca de serviços por "favores", quando os camponeses acabam defendendo os interesses do patrão ou do "coronel", em particular votando segundo suas orientações, o que prolonga sua dependência.

---

[1] O Semi-Árido se estende nos nove estados do Nordeste, do Maranhão a Alagoas, e abrange ainda o norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Na Paraíba, o Semi-Árido corresponde a cerca de 80% da superfície do estado.

[2] Um estabelecimento não é sustentável no Semi-Árido se não tiver uma superfície suficiente para produzir o alimento do ano, da família e dos animais, e as reservas para os possíveis anos de seca subseqüentes.

Essa cautelosa estratégia do silêncio, essa submissão aparente ou internalizada, pode ser observada ainda hoje em reuniões com técnicos (do Incra, da Emater), quando os projetos são impostos sem que ninguém proteste.[3] Não é raro ver um camponês, quando discorda de alguém, fazer do silêncio uma questão de educação, ou dizer de alguém que reclama, que se trata de um "ignorante".

O próprio sindicalismo dos trabalhadores rurais, criado pelo governo para assumir funções previdenciárias (e não conquista dos trabalhadores), não contribuiu historicamente, salvo raras exceções, para modificar essa situação.

Os programas ditos "participativos" tampouco puseram fim a essa situação; pelo menos na maioria dos casos, só lhe deram outra configuração: o prefeito nomeia os membros dos diversos conselhos que assinam documentos preparados por "especialistas", obedecendo às orientações do poder local. Isso significa dizer que, nesses conselhos, os representantes populares nem sempre defendem os interesses da população, mas referendam e legitimam a imposição de interesses alheios.

Nesse contexto, a ASA entendeu que todo esforço de promoção dos camponeses deve passar pelo resgate de sua autonomia e auto-estima, favorecida pela valorização de suas práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais (água, biodiversidade), por uma formação política baseada na análise da conjuntura e pelo reforço de suas organizações. Assim, serão capazes de se libertar do clientelismo e de influenciar as políticas públicas a seu favor.

É justamente nesses dois níveis que os camponeses e suas organizações, unidos na ASA, estão mudando as regras do jogo, e sua própria vida: no aspecto tecnológico, experimentando e divulgando alternativas que permitem produzir e viver com dignidade no Semi-Árido sem depender dos "pacotes"; e no aspecto sociopolítico e cultural, criando as condições de sua cidadania, organizados, para defender seus próprios interesses.

OS PRIMEIROS PASSOS DA ASA: CONTESTANDO, PROPONDO[4]

Quando, após anos de ditadura, uma certa consolidação da democracia permitiu a livre expressão de opiniões críticas, os trabalhadores rurais do Nordeste começaram a expressar seu sentimento a respeito dos problemas

[3] Ver Durousset, 2001, que trata magistralmente esse tema a partir de uma pesquisa feita na Paraíba, com estudantes do Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar (GPAF).

[4] A maior parte das informações desta parte baseia-se em Diniz (2002).

sociais da região. A população estava cansada de uma situação que se prolongava de seca em seca, à qual o governo respondia com medidas de caráter apenas emergencial ou obras de "combate à seca". Os camponeses e suas organizações (sindicatos, igrejas, associações, ONGs de assessoria e apoio etc.) contestavam esse modelo, exigindo ações que tivessem um caráter permanente, atacando os problemas nas suas raízes. No dia 16 de março de 1993, quando mais uma seca veio castigar o Semi-Árido, centenas de trabalhadores rurais de todo o Nordeste ocuparam a sede da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), exigindo providências eficazes para amenizar a situação da população.

A partir daí começou um processo de discussão envolvendo mais de trezentas entidades, que culminou com um seminário, Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semi-Árido Brasileiro, realizado entre 10 e 13 de maio de 1993 nas dependências da Sudene, com a participação de 152 pessoas, representando 112 entidades. Teve como desdobramento a criação do *Fórum Nordeste,* que se propôs a elaborar um programa de ações permanentes, apontando medidas a serem executadas pelo governo para garantir o "desenvolvimento sustentável" do Semi-Árido (Silva e Freitas, 1993 apud Diniz, 2002, p.44). Declarava o documento final:

> A convivência do homem com a semi-aridez pode ser assegurada. O que está faltando são medidas de política agrária e agrícola, tecnologias apropriadas, gestão democrática e descentralizada dos recursos hídricos e da coisa pública – para corrigir as distorções estruturais seculares, responsáveis pela perpetuação da miséria e da pobreza no meio rural. (Fórum Nordeste, 1993, p.5 apud Diniz, 2002, p.44)

No dia 3 de julho do mesmo ano, essas propostas foram entregues ao presidente da República pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e por federações estaduais de trabalhadores rurais. A partir de então, foi criado pelo governo federal o *Programa de Ações Governamentais para o Nordeste*, no qual as *Frentes de Emergência* passaram a se chamar *Frentes Produtivas de Trabalho*, o que indicava, pelo menos, uma mudança de perspectiva, mesmo que as velhas práticas clientelistas resistissem na maioria dos lugares (Duque e Cirne, 2001).

Nos estados, a discussão prosseguiu a partir das preocupações de algumas entidades em dar continuidade ao debate iniciado no Fórum e propor ações coletivas articuladas. Assim, na Paraíba, cinco organizações – o Centro de Ação Cultural (Centrac), o Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (Patac), a Centro de Educação Popular e Formação Sindical (Cepfs), o Programa de Promoção e Ação Comunitária (Propac) e o Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DETR/CUT) – se uniram para organizar o *Seminário sobre o Semi-Árido*, realizado em Campina Grande, no Centro Diocesano

do "Tambor", de 18 a 20 de junho de 1993, com a participação de vários professores da UFPB.[5]

A partir desse momento, a ASA-PB começou a atuar como um sujeito político, contestando as formas de apoio aos agricultores do Semi-Árido, assistencialismo e clientelismo, e criticando também de forma mais geral uma política agrícola concentradora de recursos e riquezas, que promove o agronegócio na linha da "revolução verde", sem considerar os danos ambientais. Em oposição, propunha uma outra política a partir de uma visão oposta sobre o que é "progresso" na agricultura.

As ONGs tiveram, sem dúvida, um papel de liderança para lançar o movimento. Como vimos anteriormente, as circunstâncias não facilitavam nem a organização, menos ainda a luta dos camponeses. As ações sindicais (com raras exceções) tinham um cunho assistencialista bastante forte. Quanto às comunidades camponesas, além de estarem enfraquecidas por suas dificuldades de sobrevivência e pelas migrações, sobretudo dos jovens, tinham dificuldade de emergir dessa cultura clientelista tradicional que acabamos de descrever. Mas já havia uns sindicatos, como o de Lagoa Seca, que tinham uma outra visão de seu papel. Comunidades camponesas mantinham práticas tradicionais de solidariedade e técnicas de preservação da biodiversidade (como os bancos de sementes comunitários).

AS PRIMEIRAS AÇÕES ARTICULADAS

Armazenamento de água de chuva

Paralelamente ao debate sobre as políticas para o Semi-Árido, diversas ONGs já estavam desenvolvendo ações concretas de implantação de tecnologias, que representavam um projeto diferente para o Semi-Árido.

As primeiras iniciativas se deram no campo dos recursos hídricos: captar e armazenar a água de chuva. Os promotores dessas primeiras ações criticavam aquele modelo tradicional, concentrador de riquezas; no caso da política hídrica, a construção de obras imponentes – grandes barragens e açudes nas grandes propriedades – e para os pobres do campo, distribuição de água por carro-pipa. Essa política mantinha as populações na dependência do poder local. Além do mais, causava sérios problemas de saúde pública. As mulheres tinham de se levantar de madrugada para ir apanhar água em baldes pesados carregados na cabeça, andando às vezes por quilômetros, o que, freqüentemente, lhes causava dores nas costas. E era uma água poluída, nociva à saúde das crianças.

---

[5] Inclusive a autora deste texto.

Foram, portanto, as ações de armazenamento de água de chuva que, ao responderem a uma necessidade vivamente sentida, encontraram rapidamente a adesão das comunidades camponesas: barreiros, tanques de pedras, poços amazonas e, sobretudo, cisternas.

Ao atacarem o problema da água, os mediadores da ASA sabiam que tocavam num ponto particularmente sensível para a vida das famílias do Semi-Árido. Mas ainda não tinham consciência do tamanho desse impacto, nem do significado político que estava se configurando. (A mesma coisa pode-se dizer das iniciativas relativas à conservação das sementes locais, que trataremos a seguir.)

> Era um momento de crise no abastecimento de água. Uma grande seca que já durava alguns anos. Não tinha mais água no açude de Soledade nem nos pequenos açudes, poços e barreiros da zona rural. Os carros-pipas vinham de outras cidades para abastecer a zona urbana e a zona rural, onde a situação era mais crítica. Era uma situação emergencial. Não se tratava de salvar rebanhos e sim de salvar pessoas. O problema era que nas comunidades rurais não havia reservatório para depositar a água. Geralmente os pipas despejavam a água em locas de pedras ou mesmo em barreiros. Era mais lama do que água... Pessoas e animais amontoados à espera da água que chegava duas e até uma vez por semana. O que fazer? Perguntei ao meu parceiro (o padre da paróquia). Isso não pode continuar assim. Soubemos, um pouco mais tarde, de umas cisternas redondas que não eram construídas com tijolos e sim com placas de cimento armado que eram bem baratas em comparação com as tradicionais, quadradas. Eu e o Padre procuramos informações sobre essas cisternas novas. Realmente, eram bem em conta. O problema da falta de reservatórios poderia ser amenizado com a construção dessas cisternas. (José Waldir de S. Costa, na época membro do STR de Soledade. In: Oliveira, 2006)

O modelo das cisternas redondas existia na Bahia. Foi lá que o Patac foi aprender a construí-las. A história das primeiras cisternas é contada por Seu José Maciel, da Associação Comunitária (Boletim da ASA): "Lá, começou com cinco cisternas e dez famílias. A gente tinha que concluir, em cinco anos, dez cisternas. Isso foi há nove anos (em 1993). Não tinha nenhuma cisterna na comunidade. Conseguimos construir 11 cisternas em apenas dois anos".

Até 2006, mais de 22 mil cisternas tinham sido construídas na Paraíba, em 162 municípios. Vale observar que elas têm, no total, uma capacidade de armazenamento de 363.920 m^3, o que corresponde a 72.784 carros-pipa.

A difusão da cisterna de placas era acompanhada (como ainda hoje) do diagnóstico da situação hídrica da comunidade, de treinamento de pedreiros, cursos de gestão da água etc. Sua grande aceitação abriu a porta para outras tecnologias ou ações, que foram se multiplicando, atingindo milhares de famílias com centenas de parceiros.

As primeiras iniciativas exigiam um mínimo de recursos, mas estes eram limitados. Daí nasceu a idéia de uma espécie de microcrédito privado, que

ia constituir um primeiro passo na linha da organização e da ação política. Trata-se dos Fundos Rotativos Solidários, que apresentaremos mais à frente, porque não se limitam às cisternas, mas a todas as iniciativas da ASA na Paraíba.

Preservação da biodiversidade: os bancos de sementes

A preservação das sementes nativas, discutida a partir da criação ou difusão dos Bancos de Sementes Comunitários (BSC), também foi uma ação marcante. Trata-se de uma prática tradicional: a guarda pelas famílias de seu próprio estoque de sementes para tê-las disponíveis para plantar nas primeiras chuvas. O objetivo inicial, visando a segurança alimentar das famílias, ia se tornar um elemento importante da luta em favor da biodiversidade e da autonomia.

Quadro 1 – Bancos de Sementes Comunitários (BSC)

Os bancos de sementes funcionam de maneira bastante simples. Diversos agricultores se agrupam e formam o banco com capital-sementes. Cada membro tem direito a um empréstimo de determinada quantia de sementes que é devolvida após a colheita. De acordo com as normas de cada grupo, geralmente, cobra-se um percentual de sementes a mais em cima da quantia inicial (uma espécie de "juros", só que pago também em sementes).

Esse sistema assegura que cada família produza e beneficie sua própria semente, destinando parte da produção para um estoque comunitário gerenciado coletivamente. A idéia central é que o estoque do banco de sementes cresça com os "juros" aplicados aos volumes emprestados, permitindo assim aumentar o número de beneficiados, a quantidade emprestada às famílias ou formar estoques reserva de sementes para enfrentar períodos de adversidades climáticas mais prolongados.

Fonte: Almeida e Cordeiro, 2001, p.13-4 apud Diniz, 2002, p.75.

A prática de conservação das sementes nativas em bancos comunitários foi introduzida pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nos anos 80. Constitui, portanto, uma tradição anterior à existência da ASA-PB, mas foi valorizada e divulgada por ela. Um camponês apelidou essa semente nativa de "Semente da Paixão" e o apelido "pegou". De 2004 para cá, todo ano é realizada na Paraíba uma Festa Estadual da Semente da Paixão, que reúne centenas de produtores e produtoras do estado todo para uma reflexão sobre a importância da biodiversidade. Em 2007, a discussão foi enriquecida com informações sobre os organismos geneticamente modificados e com um debate a respeito do biodiesel, que contou com a participação de mais de 2 mil agricultores e agricultoras, inclusive de outros estados e mesmo do exterior.

A Rede Sementes da ASA-PB constitui um campo importante de influência nas políticas públicas relativas à biodiversidade. A ASA-PB liderou gestões políticas junto aos governos estadual e federal para modificar a legislação e as normas administrativas (antes orientadas para o estabelecimento do monopólio das sementes produzidas pelas empresas e certificadas, eliminando as sementes nativas e, portanto, a biodiversidade). Ora, as sementes dos produtores correspondem a um grande número de variedades,[6] são adaptadas ao ecossistema (resistentes à seca) e, além do mais, produzem alimentos que agradam o paladar dos consumidores locais.

Após as épocas de seca, quando os BSCs estavam sem reservas, a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Abastecimento da Paraíba (Saia) fornecia sementes para abastecer os bancos. Só que eram as sementes certificadas e não as sementes nativas. Elas tinham pouca produtividade e, muitas vezes, não chegavam no início das chuvas. Negociações foram feitas em 1999, 2000 e 2001. A partir de 2002, ocorreu um grande avanço: conseguiu-se que a Saia comprasse, no momento da safra, as sementes dos agricultores para redistribuí-las aos BSCs. Pela primeira vez, as sementes nativas eram reconhecidas e a biodiversidade preservada.

Outro passo importante foi a modificação recente da legislação federal sobre sementes e mudas, que legaliza as sementes nativas (agora podem ser financiadas nos contratos com o Pronaf), mas, de forma contraditória, o acesso ao Seguro-Safra é condicionado à distribuição de sementes certificadas. Segundo depoimentos de camponeses durante a Festa da Semente da Paixão de 2007, quem as plantou não conseguiu colher nem a mesma quantia que plantou, de tão inadaptadas que são aos ecossistemas do Semi-Árido.

No Encontro Estadual da Rede Semente, de março de 2006, os representantes das diversas regiões fizeram a conta dos bancos e das reservas de sementes existentes nas comunidades, oportunidade de tomar consciência, com orgulho, da importância dos números. Nessa ocasião, foi dada uma informação sobre o resultado das gestões realizadas em nome da Asa para modificar a Lei das Sementes e Mudas, como também sobre os desafios da Conferência Internacional sobre Biodiversidade (MOP3 e COP8), realizada em Curitiba nesse mesmo mês.

Como esse exemplo da Rede Semente o demonstra, uma estratégia importante da Asa é a de articular ação e informação: uma ação referida a práticas comunitárias que são valorizadas, e uma informação que se transforma em instrumento de conscientização e luta política.

---

[6] Um levantamento realizado pelo Pólo Sindical e pela AS-PTA revelou a existência de dezoito variedades locais de feijão no Agreste, vinte variedades no Brejo e 26 no Curimataú.

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS)

Inicialmente, os FRSs foram apenas uma estratégia para multiplicar as ações, fazer "render" recursos limitados. Retomando o testemunho de José Waldir, citado anteriormente:

> O problema da falta de reservatórios poderia ser amenizado com a construção dessas cisternas. Mas, como construí-las? Não bastava fazer uma ou duas. Como construir cisternas para todos se não disponibilizávamos de recursos suficientes? De tanto pensarmos, resolvemos fazer uma espécie de consórcio. A primeira foi feita, em regime de mutirão, no salão comunitário de Caiçara. Depois tínhamos verba para seis. De seis cisternas, a meta era a formação de 18 grupos de cinco famílias, e fazer um consócio entre essas famílias. A comunidade apoiou. E esse grupo se reuniu de forma muito intensiva, inicialmente a cada oito dias, o pessoal vinha para a feira, se encontrava e discutia; depois deixou de ser de oito dias e passou a ser a cada 15 dias, depois a cada mês. (José Waldir. In: Oliveira, 2006)

Em 2005, das 83 cisternas beneficiando as famílias de Caiçara, sessenta eram fruto dos Fundos Rotativos Solidários. Hoje, todas as famílias de Caiçara (perto de cem) têm sua cisterna. E José Waldir conclui: "Quando todas as cisternas foram concluídas, a gente começou a perceber a necessidade de continuar. Continuamos...".

Os Fundos Rotativos Solidários têm como base as tradições de cooperação e solidariedade próprias às comunidades camponesas da região. Mais que um minicrédito, o fundo rotativo permite que o camponês decida livremente sobre a utilização dos recursos, sem ter que passar pela burocracia bancária, sem ter que aceitar "pacotes" geralmente inadaptáveis às suas lógicas. Os recursos são administrados pela comunidade e lhe são retornados (segundo modalidades definidas localmente) para que outras famílias possam também ser beneficiadas.

Um resultado importante, além da aprendizagem da gestão coletiva de recursos, é o incentivo à organização da comunidade, à autonomia e cidadania de seus membros. Os participantes dos FRSs passam a descobrir sua capacidade de decidir o seu próprio destino e, abandonando a atitude dependente dos tempos do clientelismo, se tornam protagonistas.

Não há espaço aqui para descrever as numerosas discussões que houve na ASA-PB sobre as diversas formas de contribuição (em dinheiro, serviço, material); sobre as soluções encontradas para que o Fundo ficasse realmente rotativo frente à inflação do valor do material; sobre as formas de reduzir os custos; sobre as decisões tomadas frente às dificuldades de contribuição das famílias mais carentes. Todas essas discussões constituem uma lenta aprendizagem da tomada de decisões de forma democrática.

Até 2005, as atividades da ASA-PB apoiadas pelos Fundos Rotativos Solidários envolviam 18 mil famílias em 1.842 localidades rurais de 140 municípios, e isso graças às parcerias de 350 organizações das mais diversas.

As parcerias

Nos anos 90, várias ONGs que estavam participando do *Fórum Nordeste* começaram ações conjuntas. Foi o caso do Patac que, desde o lançamento das primeiras cisternas em 1993, e em função de sua boa aceitação, começou a convidar parceiros – outras ONGs, lideranças de comunidades, sindicatos, associações comunitárias, paróquias etc. – a organizar as comunidades para aprender a construir mais cisternas e desenvolver outras atividades tecnológicas e/ou organizativas. Também essas ONGs começaram a acessar recursos de projetos governamentais ou internacionais para executar essas ações de apoio às comunidades camponesas. O box abaixo mostra o crescimento do número de famílias e municípios atingidos graças a essas parcerias e aos financiamentos obtidos.

Essas primeiras ações em parceria foram administradas pelo Patac, mas esse mesmo exemplo foi repetido em várias regiões e aconteceu também em outros estados. Isso contribuiu fortemente para fortalecer o trabalho em rede e dar vida concreta à ASA nas bases.

Quadro 2 – Algumas ações em parceria realizadas na Paraíba

Projeto Água Fonte de Vida (março/1993). Financiamento da Catholic Relief Service (CRS).	67 capacitações em construção de cisterna, 7 municípios, 182 famílias.
Programa Alimento por Trabalho/PAT (dezembro/1993-4). Financiamento CRS em convênio com o Programa Mundial de Alimentação.	Parceria com 26 entidades, 23 municípios, 1.403 famílias.
Programa de Estímulo à Produção e Combate à Fome, por meio da Renovação Genética de Sementes para os Míni e Pequenos Produtores do Nordeste (1994). Financiamento Ministério da Agricultura, Alimentação e Reforma Agrária (Maara).	Constituição de Bancos de Sementes Comunitários em 52 municípios. O mesmo programa também foi aplicado em outros 8 estados do Nordeste (Convênio entre Maara e Assocene).
Projeto Capacitação para o Desenvolvimento Local (2000). Financiado pela Sudene, subconvênio Centro de Estudos do Trabalho (Cetra).	80 parceiros em 19 municípios da Paraíba e 6 do Rio Grande do Norte, atingindo perto de 7 mil participantes com um amplo leque de atividades.
Projeto Água na Escola (2000), também financiado pela Sudene, subconvênio com a Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba.	Construção de cisternas e instalações sanitárias nas escolas em 241 municípios.

A PEDAGOGIA DA ASA-PB, UM PROCESSO POLÍTICO

A pedagogia da ASA na Paraíba baseia-se em alguns princípios primordiais que se traduzem em estratégias: resgatar a auto-estima dos camponeses, valorizar suas práticas, assegurar sua participação e, portanto, saber escutá-los, dar-lhes informações e promover um processo de formação/capacitação, incentivar sua organização e intervenção política.

Os instrumentos pedagógicos são em primeiro lugar os intercâmbios de experiências – valorizando a figura do produtor-experimentador. Eles são acompanhados ou preparados por um "diagnóstico rápido participativo" da situação local.

> Um diagnóstico é o conhecimento da realidade. É rápido, pois o trabalho de campo durou menos de uma semana e as informações voltaram para ser debatidas na comunidade. É participativo, pois envolveu as famílias das comunidades, associações comunitárias, sindicato e AS-PTA. Recursos hídricos é o conhecimento sobre as águas.
>
> O diagnóstico aconteceu da seguinte forma: primeiro, houve uma reunião com a comunidade para estudar e planejar o diagnóstico. Durante o diagnóstico, as famílias falaram como era o inverno[7] na região. ... Depois, as famílias de cada comunidade fizeram seus mapas e localizaram as fontes de água, os rios e riachos, as moradias e toda comunidade. Em outro momento, as famílias falaram quais eram as reservas de água de beber e cozinhar, água para lavar roupa e tomar banho e água para os animais. Foi visto que essas reservas não eram suficientes para abastecer toda comunidade. (Boletim do STR de Solânea e AS-PTA, fev. 2002)

O resultado do diagnóstico é explicitado com a ajuda de mapas e seguido de um plano de ação, geralmente inspirado por visitas a experiências bem-sucedidas:

> Veja só quantos problemas as comunidades tinham em relação à água. Poucos reservatórios só abasteciam a metade do ano. O jeito era recorrer aos carros-pipa, Os reservatórios serviam pra todo uso: para consumo de casa, beber, cozinhar, lavar roupa e até para os animais.
>
> Na época das chuvas, a água era quase sempre barrenta. E no verão, salobra. A água era de baixa qualidade e muito distante de casa. Era preciso fazer alguma coisa: pra água barrenta tinha duas soluções, tratar ela limpando com a semente de moringa e construir cisterna de placas para captar água de chuva. Era preciso fazer barreiros nas propriedades, ampliar os tanques de pedra e construir um açude maior. Com isso os animais não usariam a água do uso familiar.
>
> Já na agricultura os problemas encontrados eram os seguintes: erosão nos altos das propriedades. Dificuldades de situar hortas e fruteiras, invernos irregulares e a

[7] Período de chuva.

> salinização dos baixios. Foram discutidas algumas propostas para esses problemas como: variantes com capim e agave em nível, barreira de pedra, construção de barragem subterrânea e variedades adaptadas à região. Como também o aproveitamento da água servida para situar fruteiras e hortas nos quintais. (Ibidem, acompanham mapas, fotos, poesias)

Outro instrumento importante são os encontros comunitários, municipais, microrregionais, regionais e estaduais. Eles têm vários objetivos: a divulgação de informações e o debate sobre os mais diversos temas (o diagnóstico da comunidade, a história da região, o modelo de modernização defendido pelo agronegócio e seus efeitos, a agroecologia, a política agrícola, as experiências realizadas, o funcionamento dos Fundos Rotativos Solidários, as ações propostas etc.). Esses debates alimentam a reflexão dos participantes e reforçam seu orgulho em relação à importância da produção camponesa e aos resultados do modelo agroecológico defendido pela ASA. Os encontros também servem para planejar ações específicas como a implantação de tecnologias na comunidade, a criação de novos fundos rotativos etc.

Vale dizer que as ações concretas são planejadas na comunidade, enquanto as estratégias mais gerais são decididas no nível microrregional e estadual, por exemplo, a preparação de eventos regionais ou estaduais como a comemoração da Semana da Água ou a Festa da Semente da Paixão, ou, ainda, o Encontro Paraibano de Agroecologia.

Muitas vezes, os encontros incluem um "carrossel" que é precisamente uma forma de intercambiar experiências. Os participantes do encontro desfilam de local em local, barracas ou salas, assistindo à apresentação de experiências (de regiões, de tecnologias) ilustradas por fotos, cartazes, mapas, produtos etc., experiências que são depois discutidas em plenária. Também é freqüente a apresentação das problemáticas na forma de encenações, que sempre provocam risos e discussões animadas.

Os intercâmbios se dão também por visitas às propriedades dos agricultores experimentadores. Certas comunidades recebem todo ano centenas de visitas. Outras formas de divulgação das experiências são cartilhas elaboradas com a participação dos próprios camponeses e boletins que contam a história de uma comunidade, como aquele do STR de Solânea do qual tiramos as citações anteriores. A ASA também divulga DVDs em que as experiências são mostradas e explicadas pelos próprios camponeses.

É impressionante assistir ao progressivo "empoderamento" dos(as) camponeses(as) manifestado nas visitas e nos encontros. Há alguns anos, todos ficavam calados, as opiniões eram expressas timidamente, ou apenas na forma de aprovação. Hoje, quase brigam para se apoderar do microfone. O cronograma previsto estoura porque não se consegue fechar um tema, tão vivo é o debate.

A CONSTRUÇÃO DA ASA-BRASIL E A CO-CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Como na Paraíba, em outros estados – por exemplo, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte – também ocorria esse mesmo processo de maturação da reflexão e de articulação entre as organizações mais diversas em torno da idéia de convivência da agricultura familiar no Semi-Árido, de sua importância econômica, social, ambiental, da importância da luta contra a desertificação. Mobilizações, organização, capacitações se davam paralelamente, evidenciando o potencial político que até hoje está se consolidando em todo o Semi-Árido. Os camponeses estavam saindo de seu isolamento.

Em julho de 1999, valendo-se das experiências vivenciadas em vários estados, foi criada a ASA-Brasil, no Recife, na oportunidade da mobilização das entidades que se engajaram no processo de participação da sociedade civil na Terceira Conferência (*das Nações Unidas*) das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e Seca (COP-3). Na ocasião, foi organizado o Fórum Paralelo da Sociedade Civil, que teve como principal resultado a Declaração do Semi-Árido, fundamentada nos princípios já vivenciados na maioria dos estados do Nordeste:

> O Semi-Árido que a Articulação está querendo construir é aquele em que os recursos seriam investidos nos anos "normais", de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, informação... para que expressões como "frente de emergência", "carro-pipa" e "indústria da seca" se tornem rapidamente obsoletas, de modo que nossos filhos pudessem trocá-las por outras, como "convivência", "autonomia" e "justiça". (último parágrafo da Declaração do Semi-Árido)[8]

A ASA-Brasil assumiu um grande projeto, hoje em andamento em todo o Semi-Árido, conhecido como "Projeto um milhão de cisternas". Seu nome completo indica sua finalidade, que vai bem além da construção de cisternas: *Programa de formação e mobilização para a convivência com o Semi-Árido: um milhão de cisternas rurais.*

Esse projeto, iniciado em 2000, conheceu várias etapas e obteve diversos financiamentos, inclusive do governo federal (Ministério do Desenvolvimento Social – Programa Fome Zero). Até início de agosto de 2007, haviam sido construídas, sob a orientação da ASA-Brasil, 202.608 cisternas, envolvendo mais de 219.000 famílias em 1.022 municípios.[9] Na Paraíba, foram 29.047 cisternas no mesmo período.

Na continuidade do "P1MC", um outro projeto está sendo encaminhado com o mesmo objetivo de formação e mobilização para a convivência com o Semi-Árido: o P1+2 ("Uma terra e duas águas"). É um projeto muito mais complexo, pois considera o conjunto dos fatores que condicionam a

---

[8] Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br>.
[9] Dados do Siga, sistema de informática online da AP1MC, em 13 ago. 2007.

sustentabilidade da agricultura familiar no Semi-Árido: em primeiro lugar, a questão da terra – reflexão e propostas de intervenção relativas ao acesso por cada produtor a uma propriedade de tamanho suficiente e ao manejo sustentável da terra, em particular via agroecologia; e, em segundo lugar, os vários usos da água, não só para beber, mas também para produzir, supondo uma grande diversidade de tecnologias simples, porém altamente eficientes.

Mais uma vez, esse conjunto de ações só tem sentido se for mobilizando os camponeses, estimulando seu protagonismo e fortalecendo suas organizações.

Os membros da ASA-Brasil também participam de diversas redes e conselhos. Entre as redes, podemos citar a Rede Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e a Rede Abelha (de apicultores). No campo da educação, uma rede articulada com a ASA, Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (Resab), está pensando um projeto de educação para os filhos de agricultores do Semi-Árido. A ASA também é membro da Associação Brasileira de ONGs (Abong) e da Rede de Tecnologias Sociais (RTS).

Entre os conselhos, a ASA-Brasil faz parte do Conselho Nacional de Economia Solidária (que reúne diversos ministérios, em particular o Ministério do Trabalho e Emprego, e várias entidades da sociedade civil), no qual é representada atualmente pela Cáritas, do Piauí, e pelo Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra) do Ceará. Esse conselho tem um grupo de trabalho "Finanças e Créditos", no qual quem representa a ASA é o Patac (Paraíba) e outro grupo de trabalho responsável pela formulação de um Programa Nacional de Fundos Rotativos, cuja representação da ASA é assegurada pela AS-PTA (também da Paraíba).

A ASA-Brasil ainda exerce seu papel de defensora da agricultura familiar no grupo de trabalho interministerial de combate à desertificação, no qual sua experiência em práticas agrícolas agroecológicas pode ser capitalizada. Também participa ativamente da organização dos Encontros Nacionais de Agroecologia, ou ainda da reflexão sobre segurança alimentar junto ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Quadro 3 – A estrutura da ASA

A ASA não tem presidente nem hierarquia, apenas uma Coordenação Executiva, composta por dois membros de cada estado do Semi-Árido. Os estados têm coordenações estaduais, fóruns ou ASAs estaduais, cujos membros são escolhidos pelas diversas microrregiões, e coordenações estaduais ampliadas, que discutem os grandes temas e propõem ações comuns. Existem ainda grupos de trabalho dedicados a questões específicas, por exemplo, no caso da ASA-PB, as Comissões Água, Sementes etc. A Coordenação Executiva nacional se reúne todo mês; e a Coordenação Executiva ampliada põe em comum as discussões estaduais. Finalmente, o Enconasa, ou seja, o Encontro Nacional da ASA, grande assembléia que se reúne de dois em dois anos, representa a base e, na sua carta política, indica as grandes orientações, os princípios acordados consensualmente pelos participantes. Essa estrutura assegura a unidade política da ASA, enquanto cada comunidade, cada família, participa em pé de igualdade.

Os resultados obtidos não deixam esquecer as dificuldades de diversas ordens, os desafios a enfrentar. Por exemplo, nas comunidades, a oposição dos políticos que perdem sua clientela; a sobrecarga de atividades para as entidades que assumem a animação e a coordenação das ações; e, na administração dos grandes projetos, a interação complicada com a burocracia estatal para a gestão financeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que vale, apesar das dificuldades, é que a ASA está criando um modelo de desenvolvimento capaz de libertar os camponeses dos modelos dominantes, quais sejam: do ponto de vista técnico, o modelo da revolução verde, dos pacotes, do predomínio das grandes firmas multinacionais; do ponto de vista político, o assistencialismo; do ponto de vista social, o controle e subordinação dos trabalhadores. Quando, na ASA, os camponeses discutem a questão do agronegócio, não se trata apenas de criticar a tecnologia, ou o uso de insumos químicos. Eles defendem uma visão absolutamente oposta do que é o trabalhador rural: no agronegócio, ele é mão-de-obra, fator de produção; para a ASA, ele é cidadão. O modelo defendido pela ASA é democrático, porque se inspira nas experiências dos camponeses na base. Os modelos impostos de fora desqualificam as práticas tradicionais e podem comprometê-las.

Daí a importância dos objetivos da ASA: não só criar produção e renda, mas suscitar organização e capacidade, técnica e política, passando pela auto-estima e criando protagonismo, pondo fim à cultura da subordinação.

Hoje, a ASA é reconhecida como representante legítima da agricultura familiar no Semi-Árido. Uma agricultura que deve ser valorizada, pois responde aos grandes desafios do Brasil: fome, violências, desigualdades sociais, falta de empregos, problemas ambientais.

Se as ONGs tiveram um papel de mediação importante para lançar o movimento, as famílias camponesas saíram de seu isolamento e se integraram progressivamente. Souberam se afirmar, se organizar e participar ativamente do movimento em prol da convivência com o Semi-Árido.

Numa cartilha que conta a experiência da barragem subterrânea, vai o testemunho seguinte: “Antes sujeito ao trabalho de meia, agora [seu Ramiro] conquistou sua independência. Vive, hoje, liberto, capaz de sustentar sua família”.

Num outro folheto dedicado à experiência da família de Luiz Sousa, que conseguiu reverter o quadro de desertificação de seu sítio, ele declara:

> É uma alegria sem tamanho poder voltar a ouvir o canto dos passarinhos... Aprendi muitas coisas em visitas de intercâmbio, em cursos; agora é uma missão, um

dever cristão de nossa família partilhar esse conhecimento com outros agricultores e juntos escrever uma nova história.

E no sítio Gameleira, em Massaranduba, seu Juvenal valoriza a experiência dos Fundos Rotativos Solidários:

> O povo perdeu o acanhamento, transformou-se em pessoas mais envolvidas, mais populares. Até na educação melhorou, no entendimento, na amizade, o povo se tornou mais amigo, mais parceiro, tudo isso através do fundo rotativo. [sic]

A literatura de cordel é uma forte tradição da Paraíba. Não há uma reunião sem que um camponês se levante para apresentar a poesia que criou na hora, sob o impacto da emoção. Por exemplo, esta, de Maria Isabel, do sítio Pedra Grande (Solânea), apelando pelo compartilhamento do saber:

> Se você ficar sozinho
> Não vai sair do penar
> Estamos fazendo esforço
> Com o povo do lugar
> Procure mais as pessoas
> Comece a conversar
> O nosso conhecimento
> Nós temos que repassar

Da mesma forma, dona Mocinha, de Nova Palmeira, declara que:

> O problema não é só seca,
> Mas a pouca organização...
> Só juntos podemos achar
> Essa grande solução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DINIZ, P. C. O. *Ação coletiva e convivência com o Semi-Árido:* a experiência da articulação do Semi-Árido paraibano. Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFPB, 2002. Dissertação (Mestrado) em Sociologia Rural. 121p. e anexos.

______. *Da experimentação social ao "experimentalismo institucional" – Trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil:* experiências no Semi-Árido. Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFCG/UFPB, 2007. Tese (Doutorado) em Sociologia.

DUQUE, G.; OLIVEIRA, M. S. L. *Relatório de síntese da avaliação dos fundos rotativos de cisternas*. Patos, 2003. 25p.

______. CIRNE, M. N. R. Créer des citoyens ou des exclus? Le défi des programmes de secours aux victimes des sécheresses. In: ZANONE e LAMARCHE (Orgs.). *Agriculture et ruralité au Brésil:* un autre modèle de développement. Paris: Karthala, 2001.

DUROUSSET, E. *A qui profitent les actions de développement. La parole confisquée des petits paysans (Nordeste, Brésil)*. Paris: L'Harmattan, 2001. 177p. (Amériques Latines, série Brésil).

OLIVEIRA, M. S. L. *Cooperação entre camponeses:* um estudo a partir dos fundos rotativos solidários. Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFCG, 2006. Dissertação (Mestrado) em Sociologia. 167p. e anexos.

SABOURIN, E. et al. Interactions entre organisations de producteurs et politiques publiques au Nordeste Semi-Aride. *Atelier Les organisations professionnelles rurales et le développement durable:* Regards croisés Brésil, Indonésie, France. Montpellier, Cirad, n.7, e 8 septembre, 2005.

Documentos, boletins e cartilhas diversas publicadas pela AS-PTA, pelo Patac, pelo Pólo Sindical da Borborema e pelos STR de Solânea, Soledade etc.

14
A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64

Rudá Ricci

Introdução ou as tentativas de explicação sobre o sistema sindical de trabalhadores rurais no Brasil: marco teórico

Um canavial tem a extensão
Ante a qual todo metro é vão.
João Cabral de Melo Neto

A história do sindicalismo brasileiro de trabalhadores rurais é marcada por diversas peculiaridades. A primeira delas é o seu reconhecimento legal ter sido tardio. Se o sindicalismo urbano foi reconhecido ainda nos anos 30, o rural formalizou-se apenas no início da década de 1960. Trinta anos de diferença revelam a influência política do patronato rural sobre a estratégia de desenvolvimento e ação estatal.

A segunda peculiaridade é o gigantismo dessa estrutura sindical: com a unificação dos vários tipos de sindicatos do meio rural em uma única estrutura, Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), Federações dos Trabalhadores na Agricultura (Fetags) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o sindicalismo de trabalhadores rurais passou a ser o maior e mais organizado de toda representação sindical do país. Na Pesquisa Sindical 2001, realizada pelo IBGE, foram registrados 3.811 sindicatos de trabalhadores rurais (sendo 1.678 localizados no Nordeste), totalizando 9,1 milhões de sindicalizados, dos quais 40,6% associados a sindicatos filiados

a uma central sindical.[1] Houve um crescimento, ao longo da década de 1990, de 2,2% ao ano do número de sindicatos rurais. A taxa de sindicalização (em relação ao total da população economicamente ativa no meio rural) cresceu de 45% para 62%. A participação dos sindicatos de trabalhadores rurais no total de sindicatos brasileiros, contudo, caiu de 27% para 25%.[2] A maior concentração de sindicatos de trabalhadores rurais encontra-se no Nordeste (43% do total de sindicatos da região).

Outra peculiaridade é que o sistema sindical de trabalhadores rurais foi, desde a década de 1970, o mais articulado, enraizado e organizado de todo o país, em virtude de um projeto político de formação de lealdades sustentadas ao longo de décadas entre dirigentes sindicais (diretores de STRs, Fetags e Contag), independentemente da coloração ideológica das correntes sindicais. As oposições sindicais nunca foram bem aceitas por esse corpo de lealdades, mas, quando emergiram no cenário nacional, também foram objeto de acordos em nome do sistema. Esse sistema de lealdades surgiu nos anos 70 como expressão da leitura que grande parte dos dirigentes da Contag fazia da necessidade de fortalecer a unidade e unicidade sindicais em virtude da repressão implantada pelo regime militar. Tal leitura acabou por fortalecer um forte espírito de solidariedade e cooperação entre sindicatos, federações e Contag, transformando o sistema em um dos principais protagonistas das negociações, que acabaram por criar a Central Única dos Trabalhadores e Conclat (depois, CGT). A liderança desse sistema sempre foi a Contag. Entretanto, nos anos 80, dezenas de movimentos sociais rurais demandaram novos direitos, muitas vezes, à margem desse sistema sindical, numa aparente contradição. Mais uma peculiaridade.

Apesar dessa pujança, os estudos sobre sindicalismo rural raramente superaram um restrito círculo de especialistas. Essa seria a quarta peculiaridade desse mundo ainda visto como exótico pelos formadores de opinião, uma espécie de *vizinho desconhecido* ou *estrangeiro em seu próprio país*.

Contudo, a cultura brasileira é *rururbana* na alma: meio tradicionais e meio modernos, somos transgressores sem romper com a ordem social, somos místicos e declaradamente pragmáticos. Estudos de Moacir Palmeira (1996) revelam uma contraditória cultura política, com raízes comunitárias, ambivalentes, em que a luta social se dissocia da *adesão* política. Em minha tese de doutoramento, identifiquei as mesmas ambigüidades de ideário e imaginário social em várias lutas sociais rurais (Ricci, 2002). Boaventura Santos (2003) sugeriu que a cultura política latino-americana (incluindo a

[1] A maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais do Brasil era filiada à CUT: 1.272 STRs, totalizando 3,4 mil associados. Do total de 3.811 STRs existentes em 2001, 1.453 (38%) eram filiados a uma central sindical.

[2] Destaca-se, ainda, a significativa participação de aposentados como sindicalizados (27% do total), a maior taxa de participação de toda estrutura sindical do país.

urbana) expressa uma lógica barroca, renomeada pelo autor de *carnavalizada*, porque se mantém transgressora, mas nos limites da ordem social. Outras pesquisas recentes identificam a mesma ambigüidade de nossa cultura política, intitulada *híbrida* por Nestor Canclini (1997).

Os movimentos sociais rurais brasileiros são nitidamente comunitaristas, marcados pela sociabilidade tipicamente rural que se apóia num código moral tradicional, não escrito e muitas vezes místico, também construído pela necessária solidariedade na produção em cada gleba de terra, em especial, no nordeste e no sul do país (como é o caso da troca de dias ou dos consórcios em criadouros). Não por outro motivo, a organização social com maior poder de mobilização do país é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Mas é no meio rural que encontramos, ainda, as inovações sociais e políticas mais significativas: lutas pela sustentabilidade econômica, enfrentamentos de natureza estrutural em relação aos projetos governamentais (como é o caso da transposição do Rio São Francisco), modelos de gestão participativa mais radicais (como os processos de reassentamento rural nos casos de construção de barragens), projetos de combate à pobreza (como a construção de cisternas na região do Semi-Árido).

Estrangeiro em seu próprio país, o mundo rural continua desconhecido por grande parte dos brasileiros, incluindo parcela significativa de nossos pesquisadores sociais. Daí não compreendermos claramente as ações erráticas dos movimentos sociais rurais. Se, nos anos 80, alguns estudos sugeriam uma novidade social que vinha do campo, rompendo com os mandonismos locais, no início do século XXI já era perceptível que a novidade se transmutava, revelava ambigüidades, caminhava sob lógicas pouco coerentes. Citemos, como ilustração, algumas dessas ambigüidades:

a) Apesar de o movimento sindical de trabalhadores rurais ser o mais vigoroso de toda estrutura sindical nacional, os movimentos sociais rurais, com raras exceções, permanecem organizados ao largo da estrutura sindical. Assim, temos, muitas vezes, uma mesma liderança que se organiza em duas estruturas de representação de uma mesma base social e que são orientadas por agendas e discursos nem sempre coincidentes.
b) Apesar de o movimento social de luta pela terra se constituir no maior foco de resistência política e social do país, grande parte desses movimentos foram se cristalizando em organizações estruturadas e hierarquizadas, alterando paulatinamente seu ideário político e se tornando auto-referentes e, em muitas situações, competindo com a estrutura sindical.
c) Não obstante os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável se consolidarem como uma das experiências de gestão

> participativa mais intensas e de envolvimento de comunidades do país, não conseguiram romper com a ingerência do poder executivo local nas suas deliberações, mesmo contando com atuação ativa de STRs e Fetags na sua condução.

A ambivalência da cultura política rural parece ser uma marca nítida das ações do homem do campo. Uma característica da cultura rural é ser não hegemônica, desprezada (a despeito de sua pujança) pelo centro político e econômico do país, inferiorizada, resistente a essa condição, mas que se traduz numa forte hierarquia social no seu interior, formalizada em rituais e tradições definidas pela conduta e pelo costume. A resistência e a tradição andam ao lado da transgressão, do ressentimento e da revolta. Essa condição leva ao apartamento social e daí as ações de resistência política sempre estarem revestidas de transgressão ou inovação na gestão territorial. Daí a explicação para saques em regiões de seca, ocupações de terra, ocupações de órgãos públicos, co-gestão de projetos sociais.

O novo, no mundo rural, é revolucionário e conservador

Os estudos sobre a trajetória do sindicalismo rural de trabalhadores rurais no pós-64, com exceção dos anos 80 e parte dos 90, sofreram da dificuldade de diálogo com pesquisas e estudos sobre movimentos sociais e sindicalismo urbano em nosso país. Talvez por esse motivo, o referencial teórico adotado nos últimos vinte anos tenha assumido um percurso particular. É possível identificar, ainda que correndo riscos naturais que toda tipologia carrega, ao menos três vertentes teóricas que dialogaram entre si, a saber:

- O estrutural-funcionalismo

Essa vertente tem como principal expoente os estudos de Luzia Guedes Pinto. Em texto de 1978 (Pinto, 1978), a autora sugere que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) seria uma instituição contraditória e ambivalente: um órgão de representação e colaboração com os poderes públicos. A ambivalência estaria fatalmente demarcada pela estrutura sindical vigente, definida a partir dos interesses dos órgãos de gestão federal. Segundo sua análise *a forma pela qual está definida a estrutura sindical brasileira faz com que os sindicatos não tenham condições de assumir uma forma pura de ação: colaboracionista ou representativa*.

- O estruturalismo marxista

Essa vertente foi inaugurada por Armando Boito Júnior (1990), mas rapidamente traduzida para a análise do sindicalismo de trabalhadores rurais por

Claudinei Coletti (1998). Citando Louis Althusser e Etienne Balibar, entre outros, Boito Júnior aprofunda a tese de Luzia Guedes Pinto, desta feita, inserindo uma leitura marxista mais nítida, e não apenas o sindicato como instituição cuja função estaria compondo um sistema político-sindical. O autor sugere que a relação umbilical da estrutura sindical não apenas com o aparelho de Estado, mas com a própria concepção de representação a) induziria todas as correntes sindicais a aderirem ao sindicato oficial; b) induziria tais correntes a aceitar a tutela do Estado; e c) reproduziria a ideologia populista no interior das práticas sindicais nacionais. Daí emergiria o que denominou de *sindicalismo de Estado*, cujas lideranças não seriam passivas, mas estariam envolvidas numa visão de mundo a partir da qual a lógica sindical seria exclusivamente aquela institucionalizada. Para esses autores, o sindicalismo rural seria mais subserviente ao Estado, mais imobilista e assistencialista que o urbano.

- Novos movimentos sociais

Ainda que não filiados às mesmas referências teóricas, um conjunto de pesquisas e estudos iniciados com ensaios produzidos por Leonilde Sérvolo Medeiros (1984) a respeito do sistema de lealdades e acordos internos do sindicalismo de trabalhadores rurais liderados pela Contag, procurou superar a leitura estruturalista e compreender as disputas ideológicas no interior do sindicalismo, consolidadas no pós-64, tendo como referência a construção de uma cultura sindical alicerçada na experiência concreta da organização e das lutas sociais do campo. A experiência concreta passou a ser a senha desses novos estudos, seguindo a profunda crítica que Edward Palmer Thompson endereçou aos estudos de Althusser. Em certa medida, esses estudos estiveram vinculados ao que na Europa e na América Latina se denominou *novos movimentos sociais* ou *novo sindicalismo*, articulado ao redor de novos valores organizativos (autonomia política, processo decisório horizontalizado, democracia direta, mobilização permanente como elemento de legimidade de lideranças e pressão sobre autoridades públicas, anticapitalismo, valorização dos espaços de moradia e trabalho como espaços da prática política).

Tendo como referência o diálogo entre essas vertentes analíticas, os estudos sobre sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64 concentraram-se, em especial, em duas polêmicas e focos de pesquisas:

a) a competição, que se acentua em meados dos anos 80 e 90, entre movimentos sociais emergentes e a estrutura sindical liderada pelo sistema federativo contaguiano; e
b) a emergência de temas específicos que redefinem identidades rurais (gênero, agricultura familiar, sustentabilidade e pluriatividade, entre outros).

Vale registrar um terceiro tema ou polêmica que vem alimentando intensos debates acadêmicos, em especial, no interior de redes temáticas que se articulam ao redor da internet. Trata-se da análise do processo de partidarização de movimentos sociais e do sindicalismo rural, a partir de meados dos anos 90, que conformam uma modalidade de institucionalização da representação rural, negando a cultura do *novo sindicalismo* que orientava as ações sociais rurais nos anos 80. Essa polêmica é ainda recente e não gerou nenhuma publicação específica ou pesquisa acadêmica de maior fôlego, embora tenha destacado alguns expoentes que elegeram o tema em ensaios recentes e que possuem grande respeitabilidade entre pesquisadores sociais: Zander Navarro (UFRGS) e José de Souza Martins (USP). Neste ensaio, não aprofundarei a análise dessa temática em virtude de sua produção teórica apresentar-se ainda muito incipiente.

ORIGEM: SOB O SIGNO DO GOLPE MILITAR

As organizações sociais rurais contemporâneas, que lideraram lutas de resistência política desde meados do século XX, foram marcadas, desde seu início, pela ambigüidade. As duas mais importantes organizações rurais dos anos 50 e 60 (Ligas Camponesas e Sistema Contag) sofreram dessa sina. As Ligas Camponesas nasceram como Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), mas logo foram cunhadas pelos jornais locais com o nome das organizações rurais comunistas criadas nas décadas de 1940 e 1950 para qualificá-las ideologicamente (Ricci, 1999, p.67). Logo em seguida, o deputado estadual Francisco Julião criou um comitê de apoio envolvendo PTB, PST, UDN e PSB e se tornaria sua principal liderança. Julião protagonizaria embates acirrados com a direção do PCB sobre a condução das lutas no campo a respeito do protagonismo das lutas rurais no embate com as estruturas capitalistas.

A regulamentação do sindicalismo rural ocorreu apenas em 1962, embora a primeira tentativa de organização do trabalhador rural tenha ocorrido em 1903. Esse atraso, em relação ao sindicalismo urbano, revela a força e a ideologia conservadora e retrógrada do patronato rural, fundada na percepção que tinham do perigo da superação das relações patrimonialistas que marcavam o meio rural. A partir de 1962, centenas de sindicatos de trabalhadores rurais foram fundados; sempre filiados, nesse período, à corrente política do então Ministro do Trabalho. Assim, até junho de 1963, Franco Montoro (ministro em 1961-2, vinculado às correntes sindicais católicas) e Almino Afonso (ministro em 1961-2, aliado do PCB) reconheceram sindicatos dirigidos por lideranças de suas correntes partidárias. Desde esse período, a estrutura sindical rural foi instrumentalizada pelas correntes partidárias. Lyndolpho Silva, primeiro presidente da Contag, testemunha

o aparelhamento de todo processo de sindicalização do período, a partir de acordos estabelecidos no interior da Comissão Nacional de Sindicalização Rural (Consir).

Nascida em meio a essa disputa, a confederação foi criada em 1963, tendo como presidente um alfaiate carioca comunista, Lyndolpho Silva, que desconhecia o cotidiano rural. Ela também ficou marcada pela ambigüidade das outras organizações de trabalhadores rurais. O PCB, na época, dirigia 21 federações rurais, de um total de 42 existentes.[3]

A primeira diretoria da Contag teve seus cargos distribuídos entre dirigentes do PCB, da Ação Popular, esquerda da Igreja Católica, e dirigentes conservadores de federações estaduais. Contudo, com o golpe militar, a Contag sofreu intervenção, assim como 90% dos sindicatos rurais existentes no país. Houve, inclusive, um acordo entre militares e dirigentes da Igreja Católica para que lideranças católicas conservadoras fossem nomeadas como interventores dos sindicatos.

A Contag seria retomada pelas forças mais progressistas somente em 1968. Essa reconquista teve início numa articulação política no sul de Pernambuco, a partir de antigas lideranças rurais vinculadas ao PCB. Tendo como ponto de partida esse núcleo, uma articulação nacional foi se forjando (envolvendo lideranças do Rio Grande do Norte e a Frente Agrária Gaúcha e, posteriormente, lideranças protestantes do Rio de Janeiro, ainda que tímida), tendo como mote a crítica à corrupção que envolvia a direção da Contag naquele momento (liderada pelo seu então presidente, José Rotta) e a luta pelos direitos dos trabalhadores rurais inscritos na legislação brasileira. A partir de então, os novos dirigentes sindicais construíram a mais coesa e organizada estrutura federativa (ou confederativa) do país. Dirigentes da Contag, e principalmente assessores vinculados ao PCB e MR-8, criaram uma rede de lealdades no interior do sistema sindical, envolvendo sindicatos de trabalhadores rurais, federações e confederação, e adotaram uma linha legalista, nunca superando a margem dos direitos garantidos em lei, mesmo no período mais duro do regime militar. Esse ideário fundou uma gigantesca estrutura sindical que, entre 1971 e 1980, gerou mais 1.200 STRs. Novamente, emergia a ambigüidade cultural, já que a cúpula de esquerda do sistema sindical rural definiu como estratégia política a orientação pela defesa restrita da lei (lembremos que a legislação vigente era draconiana contra qualquer mobilização social de massa) e estabelecimento de acordos entre lideranças sindicais já estabelecidas (mesmo entre dirigentes muito conservadores), compondo *laços de lealdade* no interior do sistema sindical. Daí a emergência do que poderíamos denominar de *culto aos dirigentes*, como

[3] No congresso de fundação da Contag estavam presentes dez federações vinculadas ao PCB, oito vinculadas à AP e seis dirigidas por grupos católicos conservadores do Nordeste. Ver Ricci, 1999.

administradores e representantes capacitados para liderar e monopolizar qualquer demanda social rural.[4]

Contudo, no final dos anos 70 e início dos 80, essa limitação do sistema de representação político-social do meio rural foi duramente questionada por uma série de movimentos sociais, que eclodiram nas regiões, envolvendo categorias sociais pouco ou nada assistidas pela legislação ou por estrutura sindical vigentes. Esse é o caso da luta pela terra (defendida pelo sistema contaguiano apenas nos limites do Estatuto da Terra, o que excluía a luta de ribeirinhos, seringueiros, sem-terra e bóias-frias), lutas de assalariados rurais temporários e tantos outros segmentos sociais.

DEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS E AUMENTO DOS DISSENSOS POLÍTICOS

Na primeira metade dos anos 70, a direção da Contag teceu a reconstrução das direções sindicais por todo o país. O trabalho de reconstrução foi cauteloso, buscando garantir unidade entre diferentes, criar uma rede de apoios políticos e técnicos, e legitimar o sistema sindical rural como interlocutor na negociação de demandas de sua base associada. A cautela, além da prudência necessária para atravessar os anos de chumbo, também se alimentava de uma leitura específica dos assessores da Contag, para quem a conquista gradual da democracia e do Estado de Direito não rimava com pressões políticas constantes que fossem interpretadas como provocação. Essa leitura orientou, mais tarde, nos anos 80, a corrente *Unidade Sindical*, liderada pelos sindicalistas vinculados ao PCB. Manter a unidade sindical a partir de tantas concepções ideológicas espalhadas pelas Fetags e STRs do país também contribuía para se afirmar um *caminho do meio* nas ações sindicais da Contag, evitando atritos e desentendimentos internos. Daí todas as frentes de luta coordenadas pela Contag se fiarem pela defesa e observação da lei, o que significava respeitar a Lei de Greve,[5] atender as

---

[4] O *sistema contaguiano* pode ser resumido pelas suas características centrais: a) forte articulação sindical a partir da valorização e manutenção de acordos entre dirigentes das federações estaduais; b) negociação permanente pelos direitos estabelecidos com autoridades constituídas; c) manutenção da independência da estrutura sindical rural frente às outras estruturas sindicais do país.

[5] A greve, no período, era reconhecida pelo artigo 158 da Constituição Federal. Contudo, exigia-se um ritual que praticamente inviabilizava esse direito: a assembléia tinha que ser aprovada por dois terços dos presentes; a convocação da assembléia deveria se realizar por editais publicados na imprensa; os votos da assembléia tinham que ser apurados por delegados do Ministério do Trabalho; o patronato deveria ser notificado com um prazo de cinco dias de antecedência para elaboração da contraproposta; a Delegacia Regional do Trabalho deveria iniciar um processo de conciliação entre as partes; a paralisação seria reconhecida somente se sua demanda tivesse caráter econômico.

categorias que tivessem direitos formalizados (excluindo aquelas que, ao contrário, não eram reconhecidas pela legislação vigente) e fortalecer um corpo jurídico no interior da estrutura sindical.

Paralelamente, em 1971, o governo federal recriou[6] o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural). Em conseqüência, em 1980, 83% dos serviços odontológicos eram realizados pelos STRs. De acordo com o Pnad-IBGE, de 1988, os associados dos STRs, quando questionados sobre os principais serviços prestados pelo sindicalismo de trabalhadores rurais, priorizavam o serviço odontológico (59%) e médico (56%). Enfim, a tentativa de despolitização do papel dos STRs parecia ter sido conquistada pelo regime militar.

O fato é que, via assistencialismo ou construção da unidade e laços de lealdades entre dirigentes sindicais rurais, o sindicalismo de trabalhadores rurais prosperou nos anos 70.

Entretanto, muitas categorias sociais rurais, que emergiam a partir de investimentos públicos no processo de especialização, do aumento de produtividade e dos investimentos em novas fontes energéticas (desapropriados por construção de hidrelétricas, populações migrantes, ribeirinhos, populações indígenas, expropriados por falta de capital ou por avanço da agroindustrialização, agricultores familiares integrados à agroindústria florescente, entre outros) não se sentiam contemplados pela ação e pelos serviços oferecidos pelo sistema contaguiano. Nessa época, bispos e agentes pastorais vinculados à Teologia da Libertação iniciam um processo de organização dessas populações marginalizadas. Trabalhavam de maneira distinta da Contag e Fetags, tanto em virtude do perfil de categorias sociais que atendia, como na forma de organização e de enfrentamento político que estimulavam. De certa maneira, rompiam com os limites da legislação vigente, tanto na forma como no conteúdo.

O sistema contaguiano via emergir, pela primeira vez, uma estrutura organizativa paralela às suas orientações.

Os movimentos sociais rurais dos anos 80 são, portanto, um campo de dupla resistência política, contra a ordem social, que os exclui, e contra as organizações formais de representação social, que não os acolhe. A resistência, assim, é embalada por forte ressentimento, que busca amparo na leitura da Bíblia, em especial, nas passagens do Êxodo, que tratam da busca por uma terra prometida pelo desejo divino por um povo excluído e solitário. O misticismo retorna como energia moral de segmentos sociais que se sentem abandonados. Daí seu nítido caráter autônomo, frente aos partidos políticos e estruturas formais de representação; o discurso inundado de simbologia, a natureza teleológica (quase profética) das palavras

[6] O Funrural estava previsto no Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n.4.214, de 1963), mas foi abandonado, sendo recriado em 1971.

de ordem; a preferência por estruturas de organização horizontalizadas, o *assembleísmo* na tomada de decisões, a forte desconfiança em relação às instituições públicas. Um ideário de distanciamento do instituído e de crença num futuro utópico. Mas o que poderia acalentar uma alternativa organizativa ao *sistema contaguiano*, revelou-se, ele também, um movimento que encerrava profundas limitações e contradições em seu interior.

Com efeito, o ideário antiinstitucionalista projetado nos anos 80 consolidou uma forte articulação nacional de movimentos sociais e organizações de apoio às lutas sociais rurais. Contudo, não conseguiu elaborar uma nova institucionalidade, ou mesmo políticas públicas mais adequadas aos seus interesses. Permaneceram na resistência e na mobilização por pautas mais imediatas.

O *sistema contaguiano* se ressentiu dessa divisão interna, que afetou sobremaneira sua legitimidade e representação social.

Ao longo dos anos 80, as organizações parassindicais, que segmentos progressistas da Igreja Católica criaram ou apoiaram (oposições sindicais, organizações de sem-terra e ribeirinhos, seringueiros e outras organizações apoiadas diretamente pela Comissão Pastoral da Terra, criada por bispos e agentes pastorais que atuavam na Amazônia Legal, em meados dos anos 70) foram lentamente rompendo com a lógica contaguiana. Ao longo dos anos 80, algumas categorias sociais rurais não contempladas pela legislação vigente (como bóias-frias, posseiros e sem-terra) não tiveram suas demandas acolhidas pela estrutura sindical, em especial pelas federações e pela Contag, justamente em virtude da concepção legalista assumida pelos dirigentes sindicais à época. Havia, ainda, uma diferença essencial em relação ao ideário contaguiano: desconfiavam de toda estrutura política de caráter representativo (o que significava que deliberavam valendo-se de mecanismos de democracia direta, como plenárias e assembléias).

O CHOQUE ENTRE DUAS CONCEPÇÕES SINDICAIS[7]

O choque das duas concepções de organização de trabalhadores logo se fez sentir e se espraiou até meados dos anos 90 por todo o país. Antes, os encontros nacionais promovidos pela Contag constituíram momentos emblemáticos da evolução desse embate. A lealdade interna e o sistema contaguiano foram esboçados no II Congresso da Contag, realizado em 1973.

[7] Os congressos nacionais organizados pela Contag foram em 1963 (Congresso de Fundação), 1966 (I Congresso), 1973 (II Congresso), 1979 (III Congresso), 1985 (IV Congresso), 1990 (V Congresso), 1995 (VI Congresso, quando a Contag se filiou à CUT), 1998 (VII Congresso), 1999 (Congresso Extraordinário), 2001 (VIII Congresso) e 2005 (IX Congresso). A Contag afirma ser a maior entidade sindical camponesa da atualidade, representando 15 milhões de trabalhadores rurais organizados em 25 Federações Estaduais e 3.630 STRs.

O conflito entre a direção da Contag e as novas lideranças, muitas delas vinculadas à CPT, já se insinuou no III Congresso, em 1979, justamente no momento em que ganharam projeção pública os movimentos grevistas de metalúrgicos, bancários e professores da rede pública de ensino. As novas lideranças exigiam maior enfrentamento político, e uma estrutura sindical mais enraizada e respeitosa das comunidades e organizações de base.

Entre o III Congresso, realizado em 1979, e o IV Congresso, em 1985, movimentos sociais pujantes, como o de atingidos por barragens, seringueiros, pequenos produtores rurais, bóias-frias, sem-terra, muitas vezes passaram ao largo da estrutura sindical contaguiana, liderando reinvindicação por direitos. Com a criação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) da Central Única dos Trabalhadores, e suas estruturas estaduais (os Departamentos Estaduais, ou DETRs),[8] esboçou-se uma estrutura sindical paralela, que aceitava novas modalidades de organização sindical, como os sindicatos de agricultores familiares por produto (criadores de suíno, produtores de fumo e assim por diante), ou assalariados rurais (como foi o caso da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), cuja base eram os canavieiros). A estrutura sindical paralela cutista era, desde o início, mais agressiva e procurava mobilizar uma ofensiva de lutas sociais que atingiam o empresariado rural e governos estaduais e federais, além de procurar representar os novos movimentos sociais rurais que não se sentiam contemplados pelo sistema contaguiano. Por algum tempo, algumas correntes cutistas procuraram traçar uma estratégia distinta, tentando compor e vencer eleições para dirigir várias federações (como em Minas Gerais, Piauí, Pará, para citar alguns exemplos).

Essa situação ambígua perdurou ao longo da primeira metade dos anos 90, com debates intensos no interior da CUT e das lideranças de diversos movimentos sociais. O V Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado em 1990, inclusive, traduziu essa ambigüidade nas suas resoluções. Nos anais desse Congresso, à página 39, é definida a defesa da *unicidade sindical, com existência do sindicato único por categoria em uma determinada base, conforme é garantido na Constituição Federal*; à página 40, se admite que *a questão do desdobramento de categorias de um sindicato já existente deve ser tratada de forma criteriosa*.[9]

A contradição entre estruturas sindicais distintas foi solucionada em 1995, quando a direção nacional da CUT deliberou pela filiação da Contag a esta central sindical, tendo como contrapartida a desmontagem de toda estrutura cutista para o meio rural (DNTR e DETRs). Essa decisão não se fez sem embates no interior da CUT. No V Congresso da Contag, em 1990, a

[8] O Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais e os Departamentos Estaduais de Trabalhadores Rurais da CUT foram criados entre 1989 e 1990.

[9] Anais do V Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Brasília: Contag, 1991.

direção do DNTR chegou a aventar a possibilidade de disputar, com chapa pura, a direção da Contag, mas foi demovida da tentativa em virtude de um acordo que contou com a presença dos principais líderes dos partidos de esquerda do país.[10] A crise de representação dos trabalhadores rurais continuou, entretanto, não solucionada no mundo real das demandas sociais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) consolidou-se como a principal organização rural do país, embora não congregasse a maior parcela dos trabalhadores rurais; federações de agricultores familiares foram criadas no Sul do país e em alguns estados. Tendo Pernambuco como principal referência, MST e Fetags disputaram agressivamente a liderança dos movimentos sociais de luta pela terra.

Enfim, não houve propriamente refluxo de lutas sociais no campo – talvez, a exceção tenha sido as lutas salariais –, mas o aumento da crise de representação e, conseqüentemente, disputa entre organizações que procuram liderar as mobilizações rurais.

A MULTIPLICAÇÃO DE PAUTAS E IDENTIDADES RURAIS NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Em estudo recente, Ricardo Abramovay e outros autores sintetizam a dificuldade de compreensão deste fenômeno:

> Contag, MST e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar são pela reforma agrária, contra o latifúndio, lutam por um modelo alternativo de sociedade – ou um projeto alternativo de desenvolvimento rural – vinculam-se a organizações internacionais críticas aos rumos tomados pela globalização, apóiam-se fundamentalmente em agricultores familiares e orientaram suas bases de maneira massiva para o voto no PT nas últimas eleições. Apesar disso, a existência de três grandes organizações ligadas às lutas dos trabalhadores rurais no Brasil é perfeitamente explicável. A Contag foi fundada em 1963 e consolidou-se a partir dos anos 70 como uma grande organização de oposição à ditadura – e por esta tolerada, ainda que freqüentemente perseguida – cujas bases sociais encontravam-se fundamentalmente no Nordeste e cujo trabalho voltava-se antes de tudo à organização dos assalariados rurais. O MST é criado, em 1985, como um dos mais importantes resultados do trabalho de base levado adiante pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica e de

[10] Antes do V Congresso da Contag, o DNTR havia promovido uma plenária de sindicalistas rurais cutistas, na Praia Grande (litoral sul de São Paulo), em que foi votado e decidido pelo fortalecimento de uma estrutura sindical paralela ao sistema contaguiano. Em seguida, dirigentes sindicais cutistas que também eram diretores de Fetags (em especial, de Minas Gerais e Piauí), articularam-se para convocar nova plenária, com menor número de delegados que a anterior, e votaram por deliberação oposta: a CUT procuraria compor chapas para conquistar o maior número possível de Fetags e buscar a filiação da Contag à central sindical. Como pano de fundo, havia o interesse explícito de filiar a CUT à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciols).

> sua Pastoral da Terra, órgão oficial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. As CEBs fomentaram, por todo o país, oposições aos sindicatos "pelegos", e as "oposições sindicais" acabaram tendo influência imensa na Central Única dos Trabalhadores (CUT), formada em 1983. Organiza-se, na CUT, um Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais... cujos sindicalistas são migrantes vindos das áreas de agricultura familiar do sul do país. São estes sindicalistas que darão origem, posteriormente, já nos anos 2000, à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar. Tanto quanto o MST, eles recebem uma fortíssima influência da Igreja Católica, o que se vê em seus encontros, sempre precedidos por músicas religiosas e acompanhados por celebrações. ... Mas entre Fetraf e MST, apesar da origem comum nas organizações de base da Igreja, a distância não poderia ser maior: o MST liga a luta pela terra a uma espécie de sacralização das próprias atividades reivindicativas, recusa-se a organizar-se formalmente e pouco participa de organizações reivindicativas locais. Além disso, a visão de reforma agrária do MST, ao menos na sua origem, era fundamentalmente coletivista. A Fetraf, ao contrário, é formada basicamente por sindicatos e tem presença marcante nos conselhos locais de desenvolvimento. ... *Se a distância com relação ao MST é nítida, não é fácil entender a separação entre Contag e FETRAF.* Embora a Contag tenha entrado na CUT em 1995, a relação entre sindicalistas oriundos do trabalho da Igreja Católica (sobretudo no sul e norte do país e que já estavam na CUT) e os que vêm da própria Contag nunca foi de completa integração. Desde o início dos anos 2000, os sindicalistas formados no âmbito das CEBs dos três estados do sul dão início a uma organização sindical separada da Contag (as Fetraf-Sul) que agora tornou-se organização nacional (Fetraf-Brasil). (Abramovay, 2005)

A distinção entre categorias sociais rurais fica evidente na competição entre estruturas de representação sindical, tal como destacado na passagem acima. Com efeito, a década de 1990 foi prodigiosa na organização por categorias. Em princípio, ao longo da década de 1980, algumas categorias se articularam politicamente em mobilizações de massa, como sem-terra, seringueiros e atingidos por barragem. Em seguida, agricultores familiares e assalariados procuraram se organizar em sindicatos específicos. A mais duradoura e exitosa organização sindical específica foi a de agricultores familiares, em especial, no sul do país. Alguns pesquisadores, como Sérgio Schneider (2004), procuram analisar as origens e motivações para esse sucesso. Para o autor, a abertura comercial dos anos 90, seguida pela falta de crédito agrícola, queda dos preços agrícolas e projeção e afirmação da identidade de agricultores familiares (assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústria, entre outros), foram os principais motivos da estruturação de sindicatos específicos dessa categoria. É fato que a criação e estruturação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, consolidou a organização desse segmento social, destacando-se a exigência, para efeito de seleção de famílias e programas a serem financiados, de criação e funcionamento de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

As tensões verificadas na última década, envolvendo movimentos sociais e estrutura sindical contaguiana, motivaram uma espécie de *transformismo* dos

sindicatos tradicionais. O caso mais agudo é o de Pernambuco, berço e base política de todo sistema confederativo. Um esclarecedor estudo de Marcelo Carvalho Rosa (2005) relata como a crise do setor canavieiro, associada ao avanço das ocupações de terra lideradas pelo MST, forçaram uma radical mudança de agenda de lutas da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), transformando o estado no que apresentou maior número de ocupações de terra do país entre 1997 e 2000. Com efeito, no início dos anos 2000, a Fetape sentia a redução significativa de sua principal base sindical, os trabalhadores empregados nas lavouras: de 240 mil, nos anos 80, eles haviam se reduzido a 60 mil em 2000. Desde meados dos anos 90, tal impacto já havia gerado uma primeira alteração na estrutura organizativa da federação, com a criação da Secretaria de Política Agrária. Em seguida, um dirigente sindical filiado ao Partido dos Trabalhadores assumiu a direção da entidade, fato inédito em toda a história da federação. O que poderia aproximar a federação e o MST gerou um movimento contrário: acirrou a disputa pela direção das ocupações, chegando ao seu ápice em 1995. Rosa identifica no congresso de delegados sindicais pernambucanos de 2001 o momento de maior nitidez entre as correntes sindicais voltadas para a luta pela terra e aquelas que priorizaram historicamente a luta por salário. Enfim, as mudanças de identidades sociais afetam duramente a estrutura sindical rural tradicional, que muitas vezes se expressa em divergências entre jovens e tradicionais lideranças ou entre opções partidárias; no caso de Pernambuco, entre petistas e apoiadores de Miguel Arraes.

Ainda sobre as novas identidades sociais rurais, vale destacar as organizações sindicais femininas. Valdete Boni (2004), da Universidade Federal de Santa Catarina, percebe, na instauração de cota mínima de 30% de participação feminina nas estruturas deliberativas da CUT, o primeiro movimento significativo que motivou a organização das mulheres rurais no mundo sindical. Antes o Brasil já havia assistido a diversos exemplos de lideranças femininas rurais de destaque nacional, de Maria Bonita a Margarida Alves. Contudo, os sindicatos ainda são refratários ao papel dirigente das mulheres. O discurso sindical prioriza lutas econômicas ou, quando muito, discussões e pautas vinculadas às questões de classe social. Com o crescimento gradual da pauta feminina nas lutas sociais rurais, é possível perceber uma disputa surda de várias organizações rurais pela condução das estruturas de organização de mulheres agricultoras.

Enfim, na última década, emergiu no meio rural brasileiro uma multiplicidade de identidades sociais, que ainda esbarram no formalismo e tradicionalismo da estrutura sindical vigente. Não necessariamente como pauta de demandas dos sindicatos, mas como estrutura de poder real. São os homens e representantes das categorias tradicionalmente dominantes no interior do sindicalismo rural brasileiro que efetivamente dirigem a representação sindical. As tensões, contudo, evoluem nas lutas e no cotidiano

dos trabalhadores rurais. Exigem adaptações, como no caso de Pernambuco. Em outros casos, desgastam a legitimidade de lideranças rurais. É possível deduzir que a crise de representação social, e política, iniciada nos anos 80 ainda não conseguiu atingir uma síntese ou superação.

CONCLUSÃO OU ROL DE POSSIBILIDADES ABERTAS

O avanço do agronegócio em áreas tradicionalmente ocupadas pela agricultura familiar, o envolvimento direto de assessores e lideranças de movimentos sociais em administrações públicas progressistas, o aumento de disputa por recursos entre movimentos e organizações populares institucionalizaram gradativamente muitos movimentos sociais rurais nascidos nos anos 90. Muitos assumiram nítidos sistemas de controle e hierarquia no seu interior, transformando-se em organizações auto-referenciadas. Como organizações, passaram a locomover-se num cenário de autopromoção, deixando de realizar cursos e atividades de formação abertas, para limitá-las à formação de seus próprios quadros, passaram a definir dirigentes autorizados a falar oficialmente em nome das organizações, criaram sistemas de divulgação de suas ações e captação de recursos financeiros, e assim por diante. Enfim, em grande parte, as experiências inovadoras desencadeadas pelos movimentos sociais rurais dos anos 80 foram catapultadas à esfera das ações governamentais. Tal constatação não se confunde, é certo, com cooptação das experiências, mas com o que podemos denominar de "estatalização"[11] (Offe, 1984) dos movimentos sociais: um tipo específico de parceria que tende a institucionalizar os movimentos sociais numa dimensão extremamente formal e oficial.[12]

O impacto sobre o sistema de representação sindical dessa novidade social é múltiplo. No caso do Pronaf (Schneider, 2004), os CMDRS instituíram uma importante e inovadora lógica de tomada de decisões em relação às estratégias de desenvolvimento e políticas de fomento à agricultura familiar local. Em algumas localidades, os CMDRS se articulam aos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), em outras, competem, devido à sua capilaridade, enraizando nas comunidades rurais.[13] Uma importante investigação

[11] Este termo foi originalmente elaborado por Claus Offe, para ilustrar o grau de dependência que o cotidiano das práticas sociais passou a ter em relação aos órgãos estatais, durante o ápice da experiência do Estado de Bem-Estar Social europeu.

[12] Em outros termos, trata-se de uma lógica muito próxima do neocorporativismo, em que são constituídas arenas de negociação e políticas públicas entre atores portadores de interesses privados e agentes estatais.

[13] Do Pronaf nasceu o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), em 1994, apoiado em recursos do BNDES. Naquele ano, um estudo da FAO classifica a agricultura familiar em três tipos e sugere a prioridade para o fomento da agricultura em vias de se consolidar (articular-se ao mercado, com competitividade). Em 1995, o programa foi reformulado, e

sobre o funcionamento dos CMDRS do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraíba (Marques, 2004, p.54) indica algumas características desses organismos de gestão pública e mostra o quanto essas novas estruturas de gestão incidem sobre o papel mediador, que até então era assumido pelas estruturas de representação sindical de trabalhadores rurais:

a) a paridade na sua composição, entre representantes das comunidades rurais e agentes governamentais, parece provocar disparidades na capacidade de tomada de decisões dos CMDRS. Enquanto os primeiros participam como voluntários, os segundos possuem condições materiais, incluindo salário, que lhes confere mobilidade;
b) a composição dos CMDRS não é uniforme ao longo do país. Contudo, a presença dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) e de associações de agricultores familiares, ou suas comunidades, é uma constante. Em alguns casos, representações do empresariado são incorporadas aos conselhos, caso mais freqüente no Rio Grande do Sul, assim como igrejas, caso mais freqüente na Paraíba. Há registros de embates sociais para ingresso nos conselhos, como vários casos envolvendo assentados rurais.

Essa breve incursão sobre o impacto dos CMDRS sobre as estruturas tradicionais de representação sindical sugere um dilema a ser superado: ou o sindicalismo de trabalhadores rurais disputa programas públicos que indicam mudança na lógica de fomento ao desenvolvimento da agricultura – a favor da sua base social de representação, mantendo-se como instrumento de conquistas econômicas e sociais – ou aumenta o grau de mobilização social e pressão sobre as agências estatais – mantendo-se como instrumento de organização política e coesão social. Até o momento, a primeira opção foi a escolha, ainda que tímida, que grande parte dessas organizações trilharam. Tal escolha, contudo, parece se esgotar gradativamente.[14]

A história recente dos movimentos sociais rurais e do sindicalismo de trabalhadores rurais brasileiros, como se percebe, é tortuosa e errática. Os

ganhou oficialmente o nome atual em 1996. Inicialmente, apenas o crédito para custeio foi implementado. Em 1999, o programa foi incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e ampliou o papel político dos conselhos (tanto estaduais como municipais, de desenvolvimento rural sustentável). Os conselhos municipais passaram a formular os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural, responsáveis por sua gestão e fiscalização. Quatro anos depois, alterou-se a taxa de juros e as formas de pagamento dos empréstimos bancários.

[14] A assembléia popular "Mutirão por um Novo Brasil", organizada pela IV Semana Social Brasileira (CNBB) e Jubileu Sul/Brasil, que ocorreu entre os dias 25 e 28 de outubro de 2005, apoiada pelo MST, Fórum Social Brasileiro e inúmeras entidades do meio rural, além das pastorais sociais, constituiu-se num momento especial de retomada do confronto e pressão com o governo federal. O mesmo pode ser afirmado em relação à escalada de ocupações de terras lideradas pelo MST desde abril de 2006. É possível antever o início de reação política dessas forças sociais rurais aos contornos das políticas públicas federais. Ver documento de referência desta assembléia, disponível em: <http://www.cultiva.org.br>.

movimentos sociais rurais dos anos 80 pareciam anunciar novas práticas políticas e sociais, mas rapidamente tomaram novos rumos, se institucionalizaram, alguns se partidarizaram, outros mantiveram o ideário original (mas restrito a pequenos territórios de atuação) ou até mesmo mantiveram ações inovadoras temáticas (como no caso de reassentamentos rurais de populações atingidas pela construção de hidrelétricas). Mas não conseguiram produzir, nem prática, nem teoricamente, um esboço de nova institucionalidade pública, ou padrão de formulação e controle social sobre políticas públicas do setor, como era anunciado em diversos estudos elaborados ao longo dos anos 80 e 90.

Além do hibridismo, ou ambivalência, da cultura política rural, outros fatores competem para a contenção ou inflexão dos movimentos sociais rurais brasileiros. A mais instigante hipótese é a de crise das estruturas de representação política no meio rural, o que inclui a estrutura sindical vigente, em virtude de mudanças aceleradas das condições sociais e de trabalho no campo. A fragmentação social, a mudança constante da paisagem rural e a crise das relações sociais tradicionais contribuem para uma constante tensão entre uma identidade tradicional das populações rurais e um panorama inovador e volátil, que conspira contra as bases de seu imaginário. Num terreno social, ideológico e econômico como esse, as possibilidades e impactos sofridos pelas populações rurais geram o que podemos denominar de *tendência à dissocialização*, para utilizarmos termo sugerido recentemente por um sociólogo francês (Touraine, 1999).

É importante ressaltar que toda representação social é mutável, não raro acolhendo várias representações de natureza distinta que acabam por criar novos elementos morais, dando lugar a teorias espontâneas. Em suma, as representações incorporam diversos elementos da vida cotidiana (informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens) num mosaico de informações que constituem um tipo de *bricolage*, o que confere o deslocamento de certezas e verdades sociais, alterando o sentimento de pertença social e o julgamento das experiências cotidianas. As representações sociais, enfim, articulam conteúdos e processos. No caso em estudo, as comunidades rurais vivenciam um momento de *deslocamento de representações* em virtude da flexibilidade da ordem social contemporânea. Nada mais natural, portanto, que sugerirmos um importante momento de crise de representação social.

A cultura comunitária, enfim, não consegue impor-se como alternativa à constante ruptura social e de expectativas futuras. Na qualidade de tendência, contudo, pode gerar inovações. Mas, para tanto, as populações rurais terão de atualizar a trincheira aberta nos anos 80, de formação de uma forte identidade e valorização das populações rurais, de compreensão do seu isolamento frente às opções governamentais e de construção efetiva de uma nova institucionalidade pública, que considere seu ideário e imaginário

social e suas formas de reprodução social. A capacidade de formulação de políticas públicas e controle social rural era, e se mantém, como possibilidade afirmativa do mundo rural, tal como elaborado pelos movimentos sociais rurais dos anos 80. Para além do Estado ou para transformá-lo radicalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. et al. *A agricultura familiar entre o setor e o território*. Projeto Forças Sociais dos novos territórios (RIMISP/IDRC). São Paulo: FEA/USP, 16 dez. 2005.
ARRETCHE, M. *Estado federativo e políticas sociais:* determinantes da descentralização. Rio de Janeiro/São Paulo: Revan/Fapesp, 2000.
BOITO JÚNIOR, A. *O sindicalismo de Estado no Brasil:* uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Hucitec, 1990.
BONI, V. Poder e igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais. In: PAULILO, M. I. S.; AUED, B. W. (Orgs.). *Agricultura familiar*. Florianópolis: Insular, 2004. v.I.
CANCLINI, N. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1997.
COLETTI, C. *A estrutura sindical no campo:* a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
MARQUES, P. E. Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S. et al. (Orgs.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
MEDEIROS, L. S.; SORIANO, J. *Reflexões sobre o sindicalismo rural brasileiro:* a Contag. XXXVI Reunião Anual da SBPC. São Paulo, 1984. (Mimeogr.).
OFFE, C. *The Contradictions of the Welfare State*. Cambridge: MIT Press, 1984.
MOURA, M. M. *Os deserdados da terra.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (Orgs.). *Antropologia, voto e representação política.* Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.
PINTO, L. G. A Contag de 64 a 76. *Reflexões sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
RICCI, R. *Terra de ninguém:* representação sindical rural no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 1999.
______. *Fuga para o futuro:* novos movimentos sociais rurais e a concepção de gestão pública. Campinas, IFCH/Unicamp, 2002. Tese (Doutorado).
ROSA, M. C. *Sindicalismo rural e movimentos sociais:* notas sobre o caso pernambucano. Rio de Janeiro: IUPERJ/Museu Nacional, 2005.
SANTOS, B. *La Caída del Ângelus Novus:* ensayos para uma nueva teoria social. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2003.
SCHNEIDER, S. et al. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. In: SCHNEIDER, S. et al. (Orgs.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S. et al. (Orgs.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
TOURAINE, A. *Poderemos viver juntos?* Petrópolis: Vozes, 1999.

15
Geografia da conflitualidade no campo brasileiro

Eduardo Paulon Girardi
Bernardo Mançano Fernandes

Introdução

Neste artigo, analisamos diferentes formas de conflitos e violências, tomando como referência os conceitos de conflitualidade, território, movimentos socioterritoriais e agronegócio. Para uma leitura geográfica mais apropriada, o mapa é utilizado com destaque. A conflitualidade é concebida como um conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento. Também compreende diferentes tipos de violência, que formam um obstáculo ao desenvolvimento, desarticulando os conflitos por meio do controle social. Gerada nos processos de territorialização–desterritorialização–reterritorialização do campesinato, do agronegócio e do latifúndio, a conflitualidade desencadeia conflitos como a luta pela terra e, também, diversos tipos de violência.

Conflito e violência são conceitos distintos. O conflito é uma reação à tentativa de controle do modo capitalista de produção. Ele nasce com a criação de espaços de resistência para transformação da realidade que não está sob controle do capital. O Estado e o capital utilizam-se da violência para tentar controlar o conflito. A violência é reação ao conflito e caracteriza-se pela destruição física ou moral exercida sobre as pessoas. Além da violência privada, também existe a violência praticada pelo Estado, por exemplo, contra camponeses, por ações diretas e indiretas, passivas ou ativas.

A partir desses fundamentos, analisamos conflitos e violências que são causas e resultados do enfrentamento de distintos territórios materiais e imateriais em um processo de conflitualidade. A leitura da conflitualidade é realizada em escala nacional e em diferentes períodos, com destaque para o ano de 2005. Dois tipos de conflito mapeados são ocupações e acampa-

mentos. Os tipos de violência mapeados são despejos, expulsões, ameaças de morte, tentativas de assassinatos, assassinatos e trabalho escravo. Os mapas e gráficos possibilitam diversas leituras das territorialidades e temporalidades da conflitualidade. A utilização dos referenciais teóricos e dos procedimentos metodológicos possibilita uma leitura territorial, apresentando uma geografia da conflitualidade no campo brasileiro.

TERRITÓRIOS E CONFLITUALIDADES

Entre os elementos fundamentais da questão agrária podemos destacar o campesinato, o desenvolvimento do capitalismo, o território e a conflitualidade. Fernandes (2008) analisa o desenvolvimento do capitalismo a partir dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, tomando como referências: *Questão agrária*, de Kautsky (1986), como obra essencial do paradigma da questão agrária; e *Capitalismo agrário em questão*, de Abramovay (1992), como obra importante do paradigma do capitalismo agrário.

O paradigma da questão agrária tem como eixo de discussão o processo de diferenciação, destruição e recriação do campesinato como conseqüências do desenvolvimento desigual do capitalismo no campo. A conflitualidade é compreendida como processo inerente da desigualdade do desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento capitalista gera a conflitualidade que o promove. Por oposição, o paradigma do capitalismo agrário tem como eixo de discussão o processo de metamorfose do camponês em agricultor familiar. Esse processo aconteceria no desenvolvimento do capitalismo compreendido como uma economia completa, que teria como uma de suas partes a agricultura familiar. Para este paradigma, a conflitualidade é analisada como processo à parte do desenvolvimento e é, inclusive, compreendida como obstáculo.

Outra diferença teórica importante entre os dois paradigmas é que para o paradigma da questão agrária, a desigualdade e a diferenciação são problemas de ordem estrutural do desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, a luta contra o capital é compreendida como condição essencial para a minimização das desigualdades na perspectiva de superação do capitalismo. A luta contra o capital gera, continuamente, conflitualidades; por exemplo, os processos de territorialização e desterritorialização do campesinato e do agronegócio. Para o paradigma do capitalismo agrário, a metamorfose do campesinato em agricultura familiar seria um processo de integração ao desenvolvimento capitalista, dentro de seus parâmetros, em uma relação sem conflitos.

A partir do paradigma da questão agrária analisamos a conflitualidade no campo em sua distribuição temporal e territorial. Compreendemos a conflitualidade como uma relação inerente ao processo de desenvolvi-

mento do capitalismo no campo. Essa relação ocorre pelo enfrentamento entre os principais territórios da questão agrária brasileira: o território do campesinato e os territórios do latifúndio e do agronegócio. Compreendemos o latifúndio e o agronegócio como territórios do capital por causa de suas similaridades e diferencialidades excludentes: a grande propriedade, a especulação imobiliária, os grandes impactos ambientais, a superprodução e superexploração e a concentração do poder político e econômico. O latifúndio exclui pela improdutividade e especulação imobiliária privando os camponeses do acesso à terra. O agronegócio exclui pela produção em grande escala e intensa territorialização, impossibilitando o camponês do acesso à terra.

Desde essa compreensão, os conflitos são indissociáveis da questão agrária e por essa razão ela não pode ser compreendida separada do desenvolvimento e do território. A conflitualidade é "o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento" (Fernandes, 2008).

O conceito de conflitualidade tem como referências as seguintes questões:

1) a complexidade das relações sociais construídas de formas diversas e contraditórias, produzindo espaços e territórios heterogêneos;
2) a historicidade e a espacialidade dos processos e conflitos sociais, dinamizadoras e não determinadas;
3) a construção política de uma perspectiva relacional das classes sociais em trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução social;
4) o reconhecimento da polarização regra-conflito como contradição em oposição à ordem e ao "consenso";
5) os efeitos da globalização da sociedade, da economia e dos espaços e territórios, marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtoras de desigualdades que ameaçam a consolidação da democracia (Fernandes, 2008).

Segundo essa concepção, é impossível dissociar conflito e desenvolvimento na análise da questão agrária brasileira. O conflito é compreendido "não como um processo externo ao desenvolvimento, mas que acontece no seu interior e é produzido em diferentes escalas geográficas". Sendo assim, "conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente" (Fernandes, 2008).

O território é um dos principais elementos da questão agrária e é disputado pelos sujeitos e pelas instituições. O território é formado a partir do espaço como resultado das diferentes ações dos "atores" sintagmáticos

e paradigmáticos. Ao escrever sobre as relações de poder que originam os territórios, Raffestin (1993) define dois principais atores: o sintagmático e o paradigmático. O ator sintagmático manifesta com precisão a idéia de processo, relações e articulações. Ele cria, produz, elabora, determina ações a partir de suas intencionalidades. A Via Campesina e a Syngenta são exemplos de atores sintagmáticos que disputam territórios.[1] O Estado é um ator sintagmático por excelência ao executar políticas públicas direcionadas e/ou reivindicadas por outros atores sintagmáticos. O ator sintagmático articula a realização do seu programa pela integração de capacidades múltiplas e variadas. Diferentemente, o ator paradigmático produz ações integradas num processo programado. A população de um país é um exemplo de ator paradigmático. É uma pluralidade de homens e mulheres que têm em comum o fato de estarem fixados num território. Assim, em circunstâncias particulares, uma ou várias organizações podem nascer nessa população e constituírem-se em atores. O campesinato e o agronegócio são atores paradigmáticos, quando os analisamos de modo genérico, e são atores sintagmáticos, quando nos referimos às organizações dessas duas categorias. Os atores sintagmáticos criam seus territórios e disputam o território da nação.

Analisamos a propriedade da terra como território (Fernandes, 2009). Esse é o tipo de território que está em disputa na questão agrária. O campesinato e o agronegócio produzem seus territórios como condição de suas recriações por meio da territorialização. Esse processo gera conflitualidade por meio dos enfrentamentos entre essas diferentes relações sociais. Os sujeitos sintagmáticos elaboram seus programas e projetos de desenvolvimento que contemplam a expansão de seus territórios. Os programas e projetos compõem os territórios imateriais. O território imaterial pertence ao mundo das idéias, das intencionalidades, que coordena e organiza os modelos de desenvolvimento dos territórios materiais. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material; por exemplo, do agronegócio e do campesinato.

MOVIMENTOS CAMPONESES E AGRONEGÓCIO: A NOVA CONFLITUALIDADE DO CAMPO

Em trabalho recente, Girardi e Fernandes (2006) estudaram o território do agronegócio como um espaço que compreende as grandes propriedades, a exploração do trabalho, crimes ambientais, mecanização intensa, superprodução e concentração do poder econômico e político. Por oposição, o território do campesinato compreende a luta pela terra e envolve, sobre-

[1] Ver *The case of Syngenta:* Human Rigths Violation in Brazil. São Paulo: Via Campesina, 2008.

tudo, as pequenas propriedades, relações não capitalistas de produção, menor impacto ambiental, ocupações de terras e assentamentos rurais. Esses territórios são produzidos por seus sujeitos sintagmáticos a partir de territórios imateriais.

O território do latifúndio se territorializa predominantemente nas regiões de fronteira agropecuária ou de decadência de cadeias produtivas da agricultura capitalista. O território do agronegócio se materializa por meio da concentração de terras com base na produção em grande escala. Esses dois processos de territorialização executam a expropriação e a violência contra os camponeses. Os camponeses materializam o seu território com a produção familiar e resistência à expropriação. Sua principal territorialização acontece com a luta pela terra por meio de ocupações e conquista de assentamentos.

Do enfrentamento entre esses dois territórios no processo de territorialização–desterritorialização–reterritorialização (Fernandes, 2005) surgem os conflitos, e a violência é empregada pelos fazendeiros e pelo Estado contra os camponeses. A violência pode ser direta ou indireta. A violência direta é a violência física, empregada contra a pessoa, a posse e a propriedade camponesa por meio das ameaças de morte, assassinatos, tentativas de assassinatos e expulsão da terra por jagunços contratados por fazendeiros e empresários.

O Estado também pratica esse tipo de violência ao realizar despejos judiciais. Ele atua de forma ativa e passiva na violência direta. Exemplos de forma ativa são os despejos judiciais e os massacres promovidos pelas forças militares na tentativa de dissipar manifestações de luta, cumprir ordens de despejo e mandatos de reintegração de posse. A forma passiva ocorre com a sua omissão em relação à violência direta praticada pelos fazendeiros e empresários contra os camponeses. A impunidade dos criminosos é uma das principais formas de atuação passiva do Estado na violência direta contra o campesinato. Contudo, o Estado tem atuado fortemente na criminalização dos movimentos camponeses, por meio de medida provisória, como a MP n.2109-52, de 24 de maio de 2001, que criminaliza a luta pela terra impedindo a vistoria de imóveis onde foram realizadas ocupações e não permitindo que os trabalhadores que realizam ocupações de terra sejam beneficiados por políticas governamentais relativas à reforma agrária.

A violência indireta é uma prática simultânea do Estado e de fazendeiros e empresários. A ação política é a principal forma de execução dessa violência. Promovendo *lobbies* e fazendo parte dos poderes Executivo, Judiciário e, principalmente, Legislativo, influenciam as decisões que envolvem temas relativos à questão agrária (Vigna, 2001).

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os movimentos socioterritoriais (Fernandes, 2005). São movimentos sociais que têm o território material como trunfo, como essencial para sua existência. Os movimentos camponeses se cons-

tituem em movimentos socioterritoriais porque criam relações sociais para produzirem seus próprios territórios.

Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos constroem espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas de seu desenvolvimento. Os espaços de socialização propositiva são aqueles que concebem e materializam diferentes tipos de ações, por exemplo, políticas públicas para a transformação das realidades. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços.

GEOGRAFIA DA CONFLITUALIDADE NO CAMPO BRASILEIRO ENTRE 1988-2005

Analisaremos as violências diretas contra pessoa e posse e os conflitos a partir dos dados disponibilizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)[2] e pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta).[3] Esses dados são relativos às ocupações de terra, acampamentos, ameaças de morte, tentativas de assassinatos, assassinatos, despejos da terra, expulsões da terra e trabalho escravo. Para a análise territorial desses dados foram elaborados mapas de círculos proporcionais, sendo dois para cada tema. Um mapa contempla todos os dados de 1986 até 2005 (1988 até 2005 para ocupações), o outro apresenta a distribuição territorial em 2005. Para a análise temporal, foram elaborados gráficos com o total de cada conflito e violência por ano.

Os dados da CPT são informações sobre a situação da questão agrária brasileira que retratam parte da luta dos camponeses brasileiros e das violências por eles sofridas. Certamente, esses dados não compreendem a totalidade, mas parte da realidade, cuja totalidade é ainda mais violenta e desigual. Mais do que algarismos, os números devem ser concebidos como vidas e sonhos construídos e destruídos; mais do que pontos, linhas e áreas os mapas devem ser compreendidos como representação das ações

[2] Os dados da Comissão Pastoral da Terra são referentes ao Banco de Dados da CPT (Datacpt), 2005. A CPT divulga os resultados de sua pesquisa anual no Caderno Conflitos no Campo – Brasil.

[3] O Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta) é desenvolvido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), da UNESP de Presidente Prudente. Os dados disponibilizados pelo Dataluta são relativos a ocupações de terra e assentamentos rurais. Os dados de ocupações de terra são compilados a partir dos dados de ocupações da CPT e de levantamentos secundários referentes ao Estado de São Paulo; já os dados de assentamentos são compilados a partir do Incra e órgãos estaduais que promovem assentamentos de famílias.

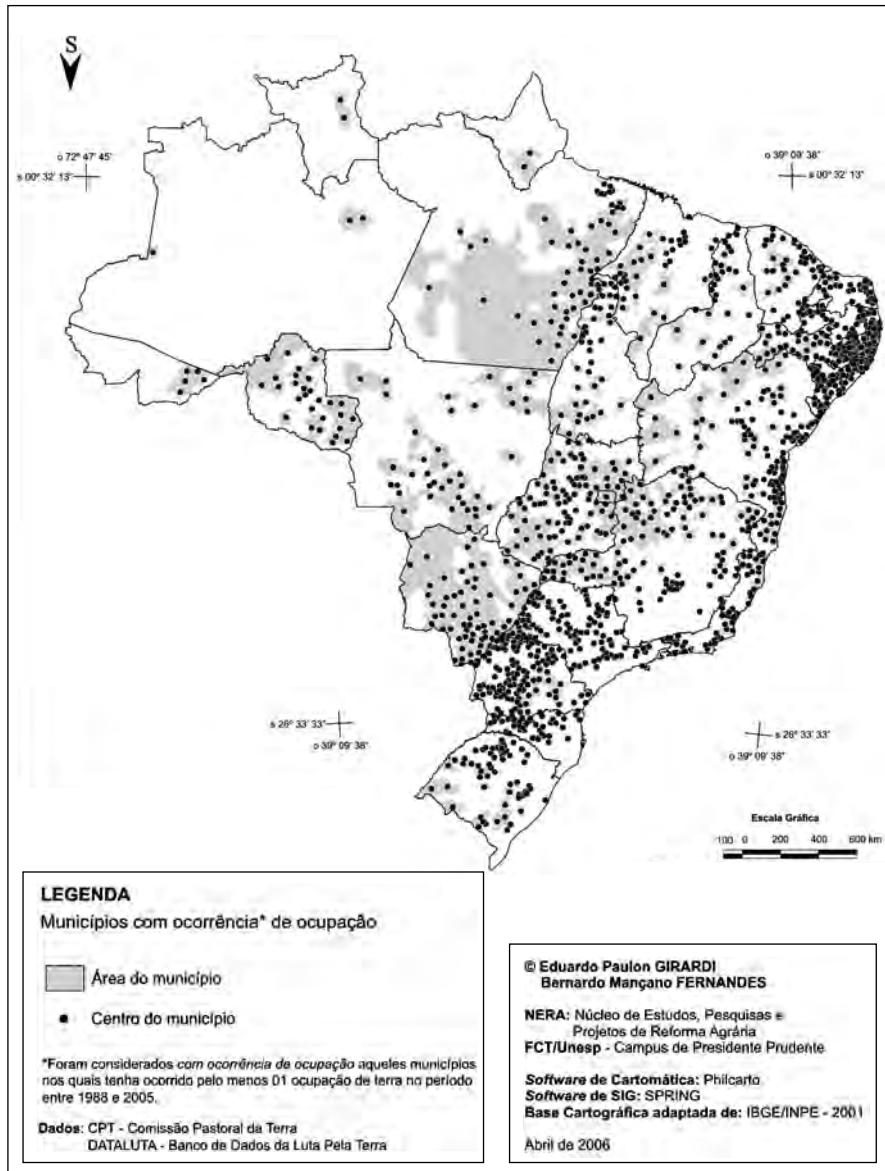
desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais. O que fazemos aqui é codificar alguns elementos da realidade do campo brasileiro para tornar possível sua apreensão de diversas maneiras; é tornar possível a mensuração e dimensionamento da violência sofrida pelos camponeses e da luta pela terra no movimento pela realização da reforma agrária.

Ao realizarem as ocupações de terra, os movimentos socioterritoriais denunciam as possíveis irregularidades em que se encontram os imóveis rurais. As principais denúncias realizadas nas ocupações são as seguintes: a) título de propriedade contestável, sendo a terra devoluta; b) improdutividade, desrespeitando o preceito constitucional de cumprimento de função social; c) existência de práticas de superexploração do trabalhador ou então de trabalho escravo; d) práticas que degradam o meio ambiente.

A ocupação de terra é espaço de resistência para o atendimento das reivindicações desses movimentos. A causa principal defendida é a realização da reforma agrária. Dessa forma, a ocupação de terra, planejada e executada pelos movimentos socioterritoriais é o momento de enfrentamento e resistência para a conquista do território camponês, ou seja, sua territorialização pela desterritorialização do território do latifúndio e do agronegócio.

OCUPAÇÕES DE TERRA

A distribuição territorial das ocupações indica regiões de conflitualidades onde acontecem a luta e a resistência entre os territórios do latifúndio, agronegócio e campesinato. Para compreender essas conflitualidades, é preciso considerar um complexo conjunto de fatores, por exemplo: concentração de terra, superprodução, superexploração e exclusão, propriedades contestáveis e crimes ambientais. O Mapa 1 apresenta os 1.313 municípios em que ocorreram ocupações de terra desde 1988 até 2005, o que corresponde a 23,6% do total de 5.564 municípios existentes no Brasil.

O crescimento do número de ocupações demonstra intensificação da conflitualidade entre campesinato, latifúndio e agronegócio. A diminuição das ocupações indica a criminalização, pelo Estado, da luta pela terra. Ao analisarmos os Gráficos 1 e 2, percebemos que, desde 1988, o número de ocupações e famílias em ocupações apresenta tendência de crescimento contínuo. O mais notável movimento de crescimento das ocupações aconteceu no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 1998. Esse crescimento foi acompanhado do aumento do número de assentamentos. Os movimentos socioterritoriais ocupavam para garantir o acesso à terra e o governo FHC assentava acreditando que com essa medida acabaria com as ocupações de terra. O governo não acreditava na "existência de um número grande de famílias sem-terra, nem na abundância de terras para assentá-las" (Fernandes, 2008).

Mapa 1 – Municípios com ocorrência de ocupações de terra entre 1988 e 2005

Como a luta pela terra por meio da ocupação tornou-se a principal forma de acesso à terra, a esperança de conquistar um “pedaço de chão” cresceu entre os camponeses sem-terra, e com isso as ocupações continuaram aumentando. Frente ao processo crescente de ocupações, o governo FHC adotou uma nova medida. No seu segundo governo foi promulgada a MP n.2109-52, que impede que os estabelecimentos rurais onde tenham ocorrido ocupações sejam vistoriados, avaliados ou desapropriados no prazo de dois anos após a sua desocupação. A mesma lei também exclui os participantes da ocupação do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

Como pode ser visto nos Gráficos 1 e 2, com a edição da MP n.2109-52, em maio de 2001, as ocupações diminuíram cerca de 50% entre 2000 e 2001, e cerca de 60% entre 2000 e 2002. Com a medida provisória, o governo FHC conseguiu reduzir fortemente o número de ocupações de terra nos últimos dois anos do segundo mandato. Em 2003, primeiro ano do governo Lula, ela não foi aplicada com o mesmo vigor do governo FHC, e os movimentos socioterritoriais voltaram a realizar ocupações, atingindo números semelhantes aos anteriores à medida. A instalação dessa medida provisória é uma forma de violência indireta e ativa do Estado contra a recriação do território camponês.

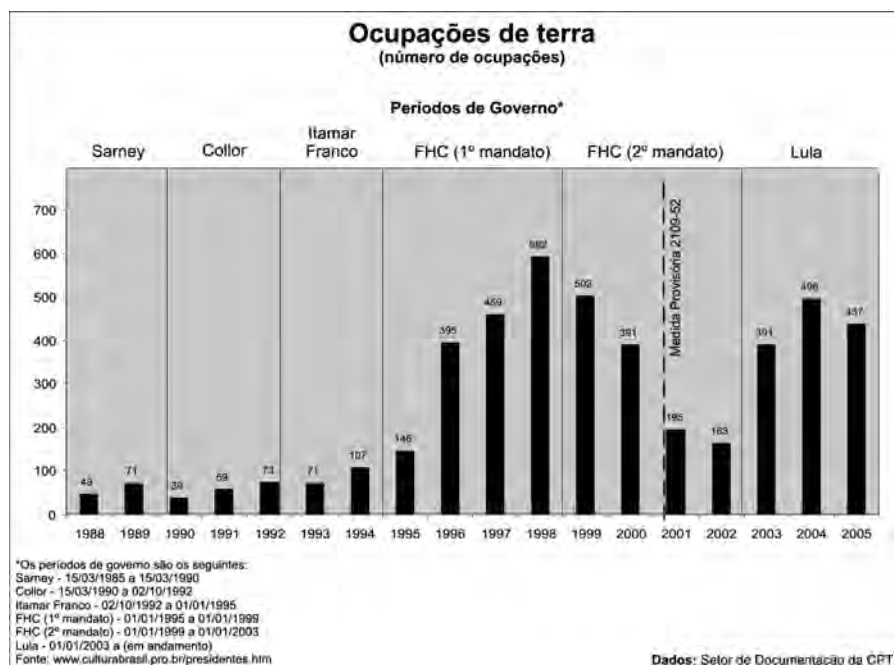



Gráfico 1

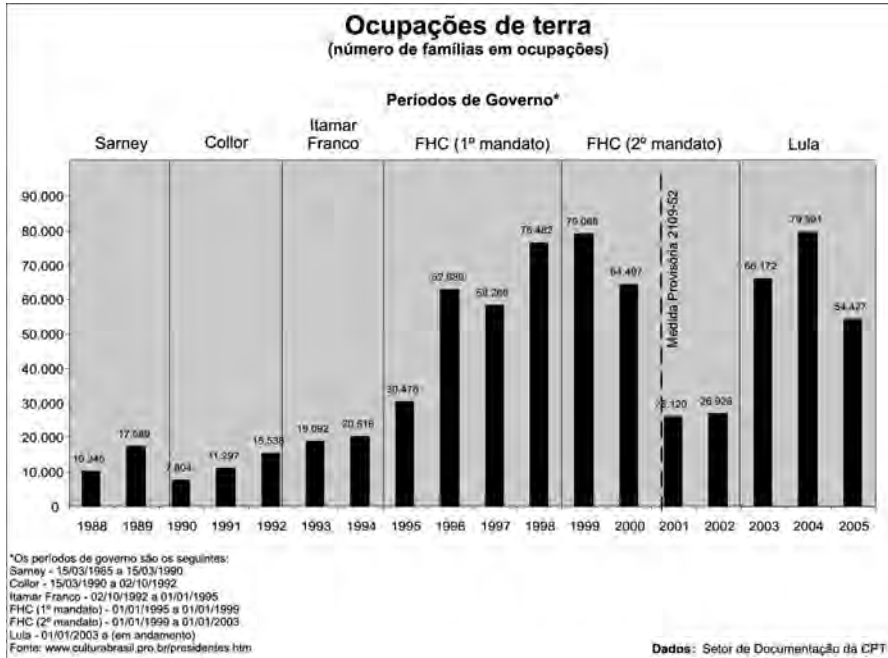



Gráfico 2

Os mapas das Figuras 15.1 e 15.2 nos permitem afirmar que a disputa territorial acontece em escala nacional. Os territórios disputados pelos movimentos socioterritoriais de 1988 a 2005 estão em todas as regiões; todavia, é importante destacar algumas regiões de conflitualidades, por exemplo: as porções oeste dos estados do Sul; lembrando que nestas áreas aconteceu intensa territorialização do agronegócio. Outros exemplos são o Sudeste do Pará e o estado de Rondônia, onde latifúndio, agronegócio e camponeses disputam seus territórios. Os acampamentos (Mapa 2) são materializações da ocupação como forma de resistência no processo de criação e recriação do campesinato. São espaços provisórios que se mantêm por anos numa luta diária em condições precárias de vida. Em 2005, a CPT registrou noventa acampamentos nos quais estavam 17.233 famílias.

DESPEJADOS E EXPULSOS DA TERRA

Frente às ocupações de terra estão os despejos (Figura 15.3) e as expulsões (Figura 15.4). Os despejos aqui representados são judiciais, ou seja, as famílias são retiradas da terra por mandado judicial. Em 2005, foram despejadas 25.618 famílias, o que corresponde a 47% do total de famílias em ocupações. As expulsões de que tratamos são relativas à retirada das famílias da terra por meio de ações particulares. Segundo a CPT, em 2005 foram expulsas da terra 4.305 famílias, o que corresponde a 8% das famílias em ocupações.

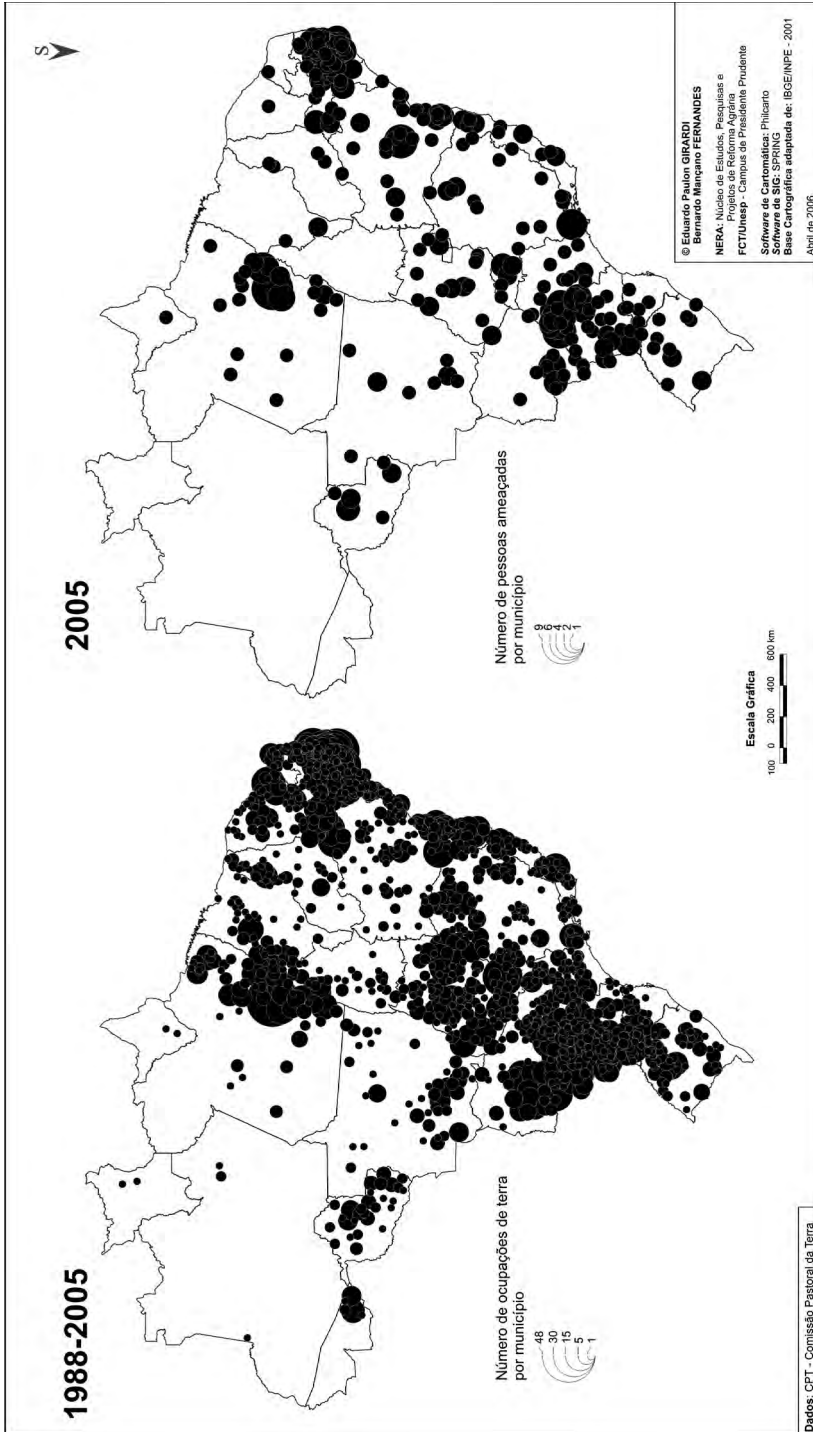



Figura 15.1 – Mapas das ocupações de terra no Brasil

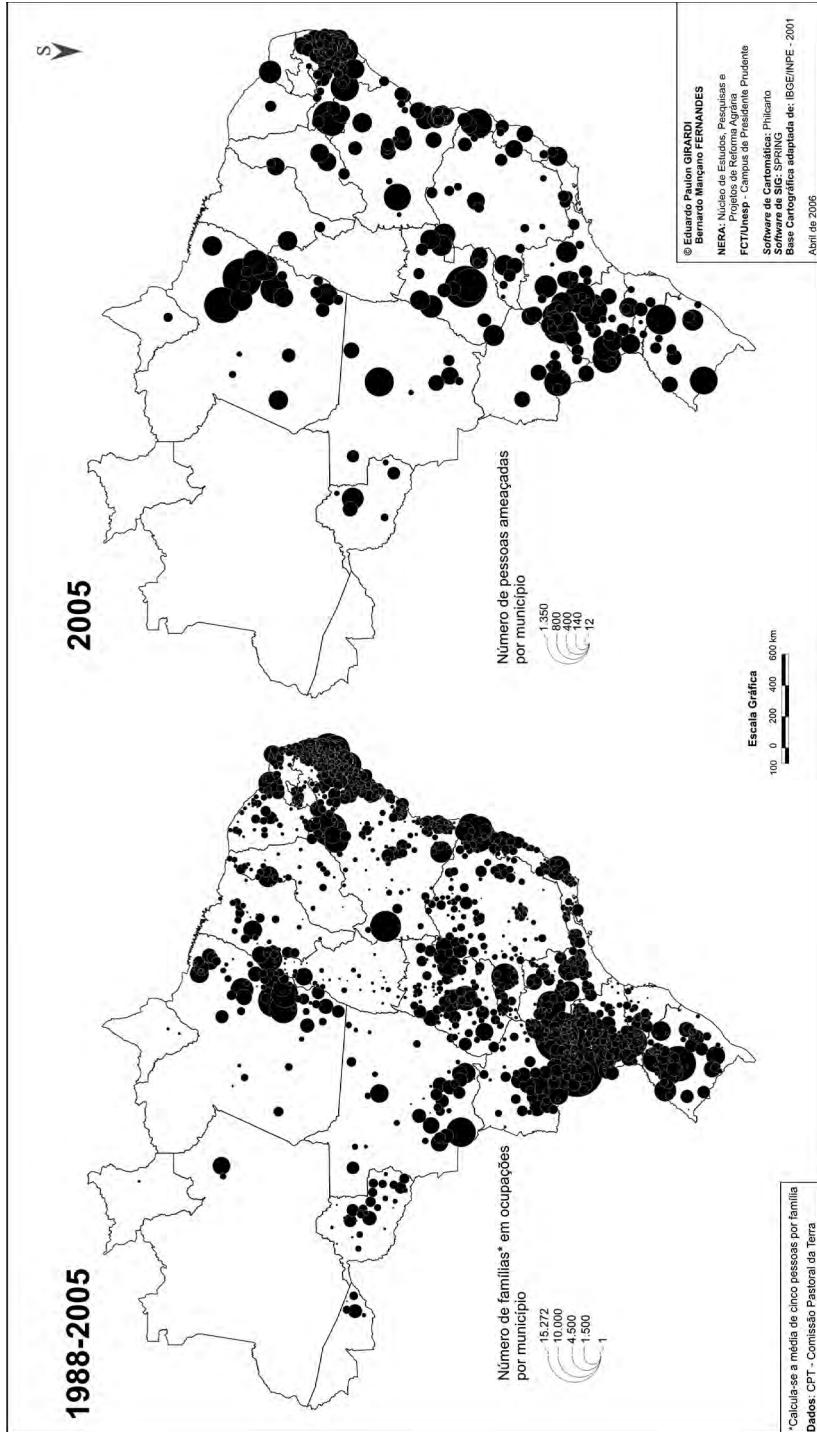
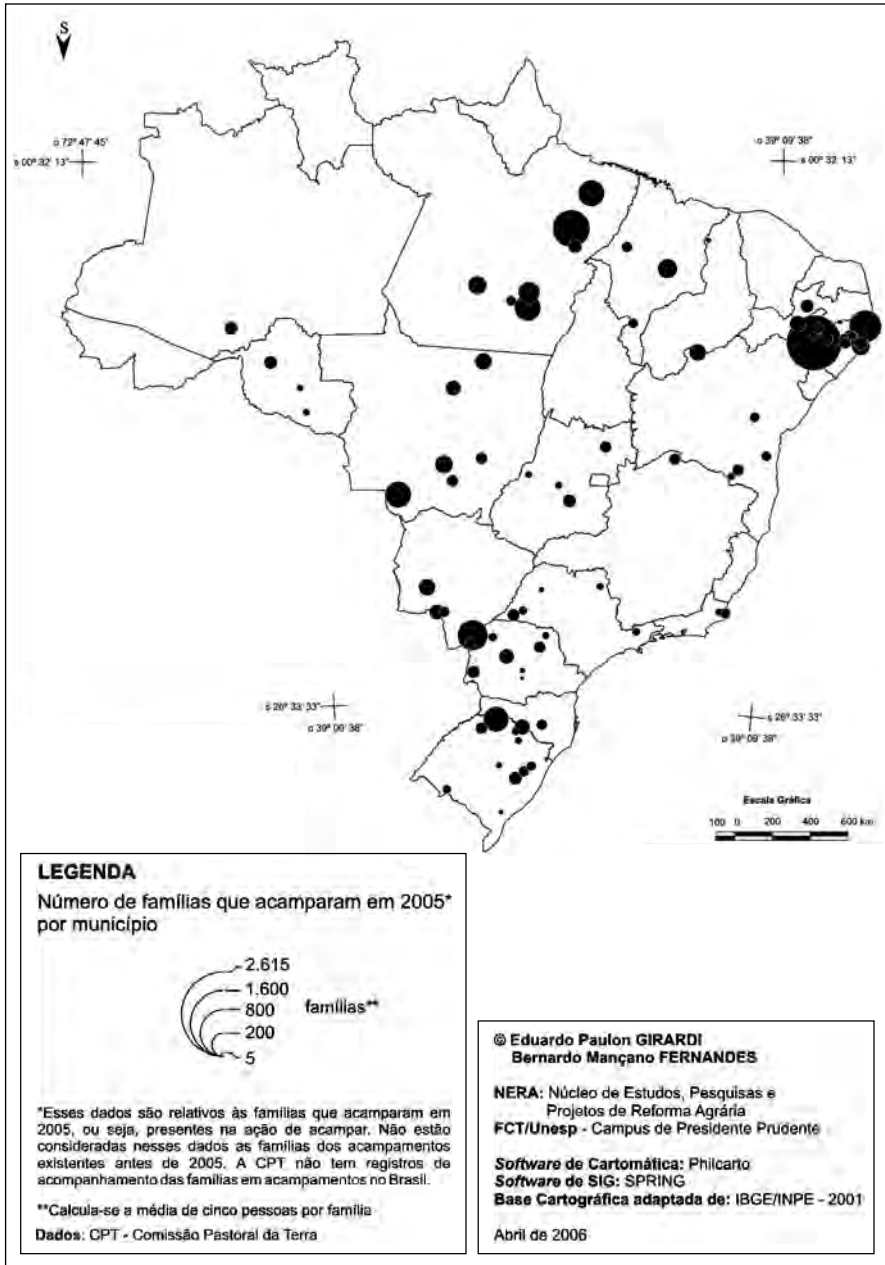



Figura 15.2 – Mapas das ocupações de terra no Brasil

Mapa 2 – Famílias que acamparam em 2005

Despejos da terra
(número de famílias despejadas)
40.000
35.000
30.000
25.000
20.000
15.000
10.000
5.000
0
1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005
Fonte de dados: CPT - Caderno de Conflitos

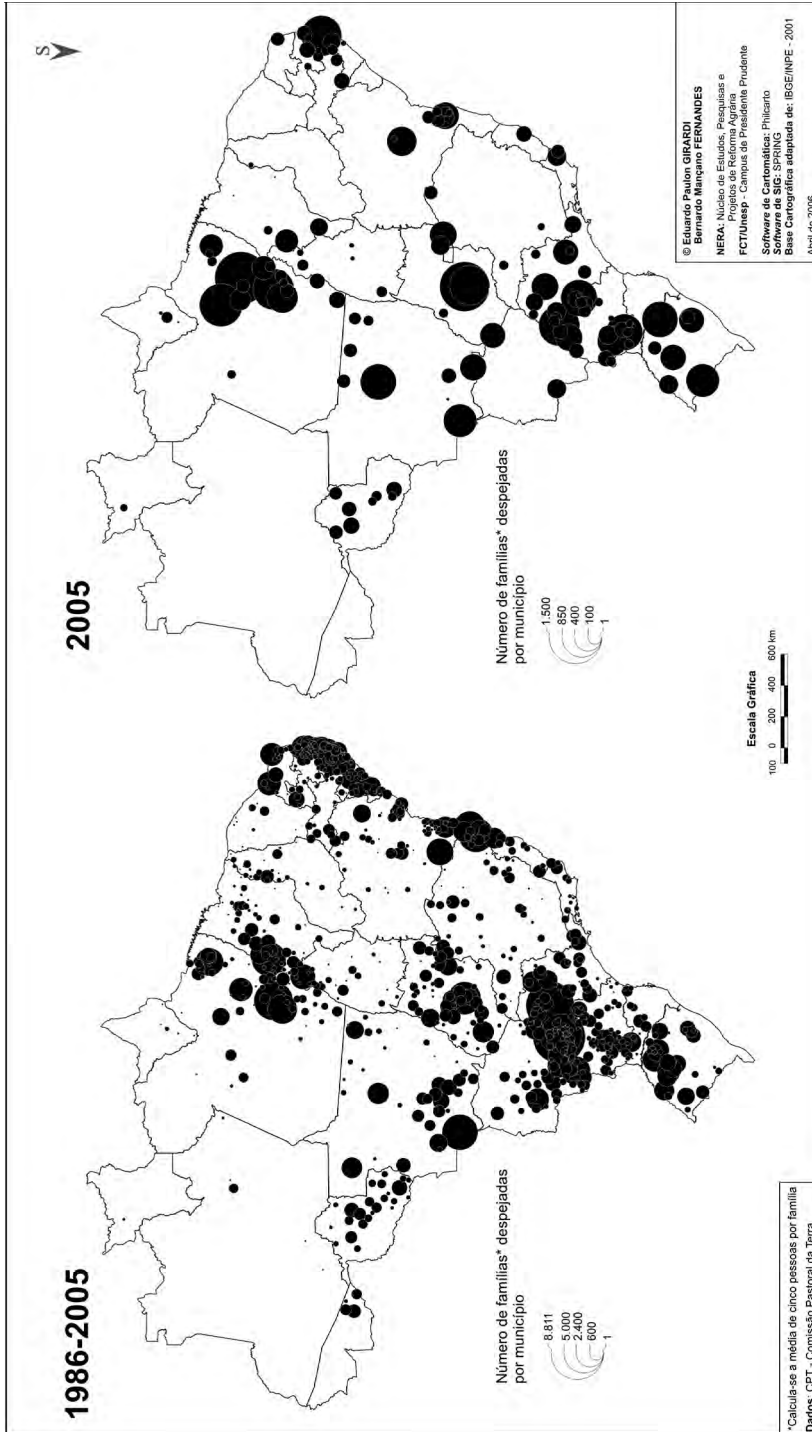



Gráfico 3

Figura 15.3 – Mapas dos despejos da terra no Brasil

Expulsões da terra
(número de famílias expulsas)
8.000
7.000
6.000
5.000
4.000
3.000
2.000
1.000
0
1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005
Fonte de dados: CPT - Caderno de Conflitos

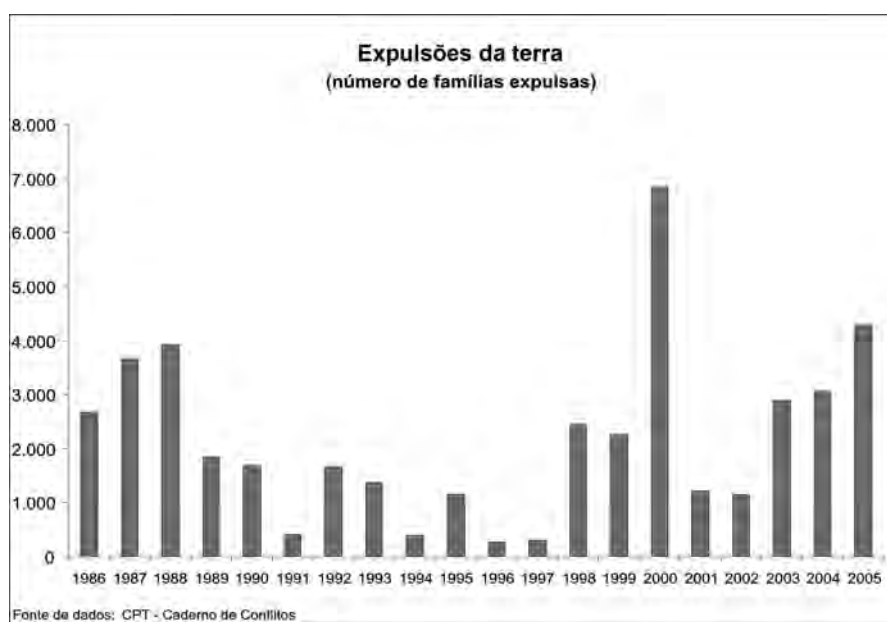



Gráfico 4

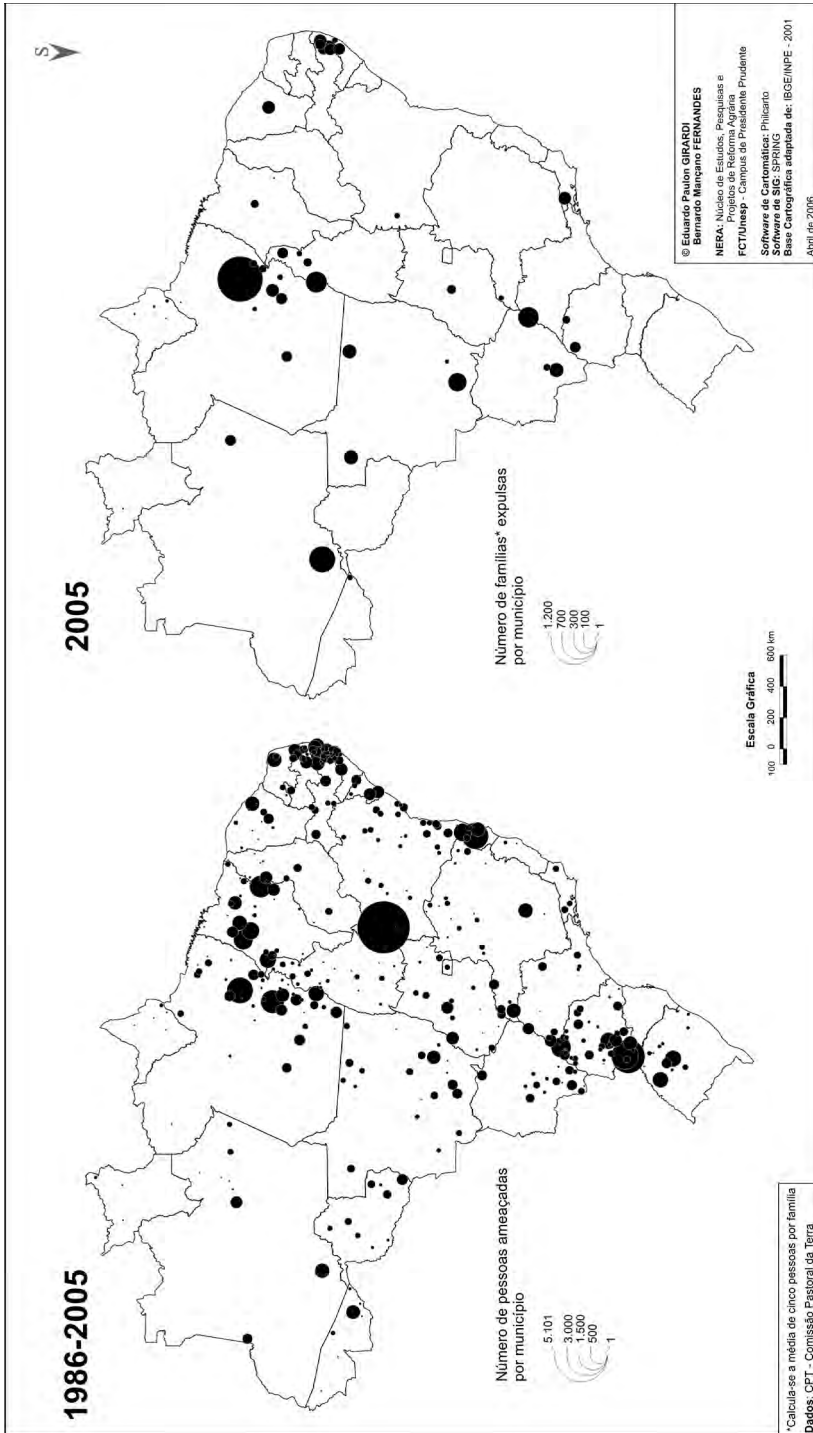



Figura 15.4 – Mapas das expulsões da terra no Brasil

O número de famílias despejadas e expulsas em 2005 corresponde a mais de 50% do número de famílias em ocupações no mesmo ano. Essa informação demonstra a organização e integração entre os grupos formados pelo latifúndio e pelo agronegócio para desarticular os movimentos socioterritoriais. Também, essas informações sugerem a importância de uma análise do Poder Judiciário e suas ações na luta pela terra. A análise conjunta dos Gráficos 1, 2, 3 e 4 nos permite afirmar que a violência na forma de despejos e expulsões da terra é diretamente proporcional à ação dos movimentos socioterritoriais na realização de ocupações, pois os dados apresentam o mesmo comportamento quando analisados esses três temas: decréscimo de 2000 até 2002 e um crescimento abrupto em 2003. É interessante notar que, no que se refere à expulsão da terra, neste tipo de violência contra os camponeses pelas forças privadas, o ano de 2000 foi quando a CPT registrou o maior número de expulsões. Isso nos fornece mais um elemento para considerar que a edição da MP n.2109-52 foi resultado da pressão realizada pelos fazendeiros sobre o governo, visto que tal medida provisória foi publicada em 2001, ano seguinte.

QUESTÃO AGRÁRIA, QUESTÃO DE TERRA, VIDA E LIBERDADE

A violência direta contra a pessoa, aqui analisada a partir dos dados de ameaças de morte, tentativas de assassinatos e assassinatos não acompanha a mesma lógica apresentada pelos dados das ocupações, despejos e expulsões. A partir de 2000, esses dados apresentam crescimento, com algumas variações. Analisando os mapas das Figuras 15.5, 15.6 e 15.7 conjuntamente com os mapas das Figuras 15.1 e 15.2, constatamos que as ameaças de morte, as tentativas de assassinatos e os assassinatos não possuem a mesma distribuição territorial das ocupações de terra. Esses três tipos de violência direta podem ser verificados em todas as regiões onde ocorrem ocupações de terra, porém concentram-se, sobretudo, na região Norte, especialmente no leste paraense e na faixa que cruza o estado do Maranhão centralmente no sentido oeste-leste.

Essa configuração territorial da violência nos leva a crer que os assassinatos e outras formas de violência direta contra pessoa estão associados, sobretudo, à grilagem da terra e à expulsão de pequenos posseiros por grandes grileiros na região de fronteira agropecuária. Contudo, os demais conflitos ocorrentes no restante do país não podem ser ignorados e estão relacionados à violência dos fazendeiros contra a luta pela terra dos movimentos socioterritoriais.

Ameaças de morte
(número de pessoas ameaçadas)
300
250
200
150
100
50
0
1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005
Fonte de dados: Banco de Dados da CPT em 2006

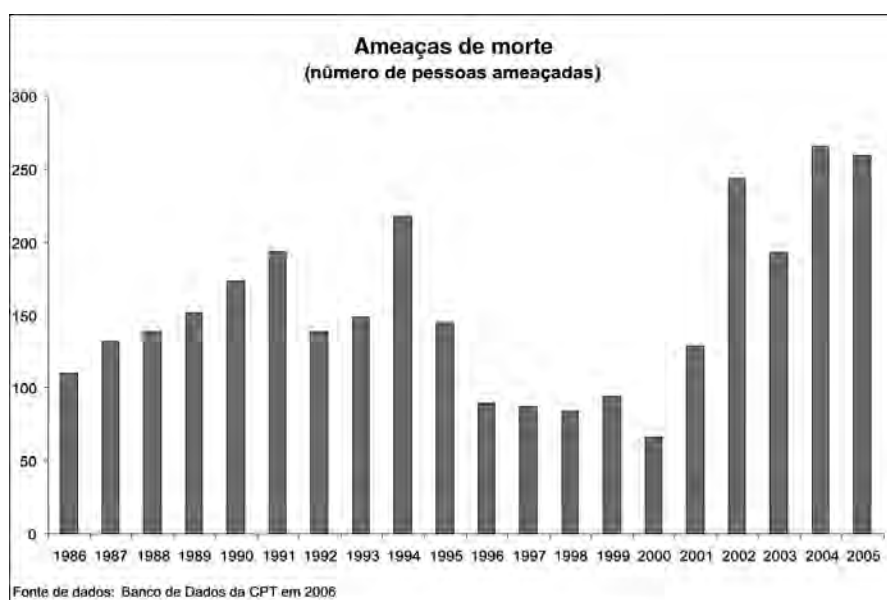
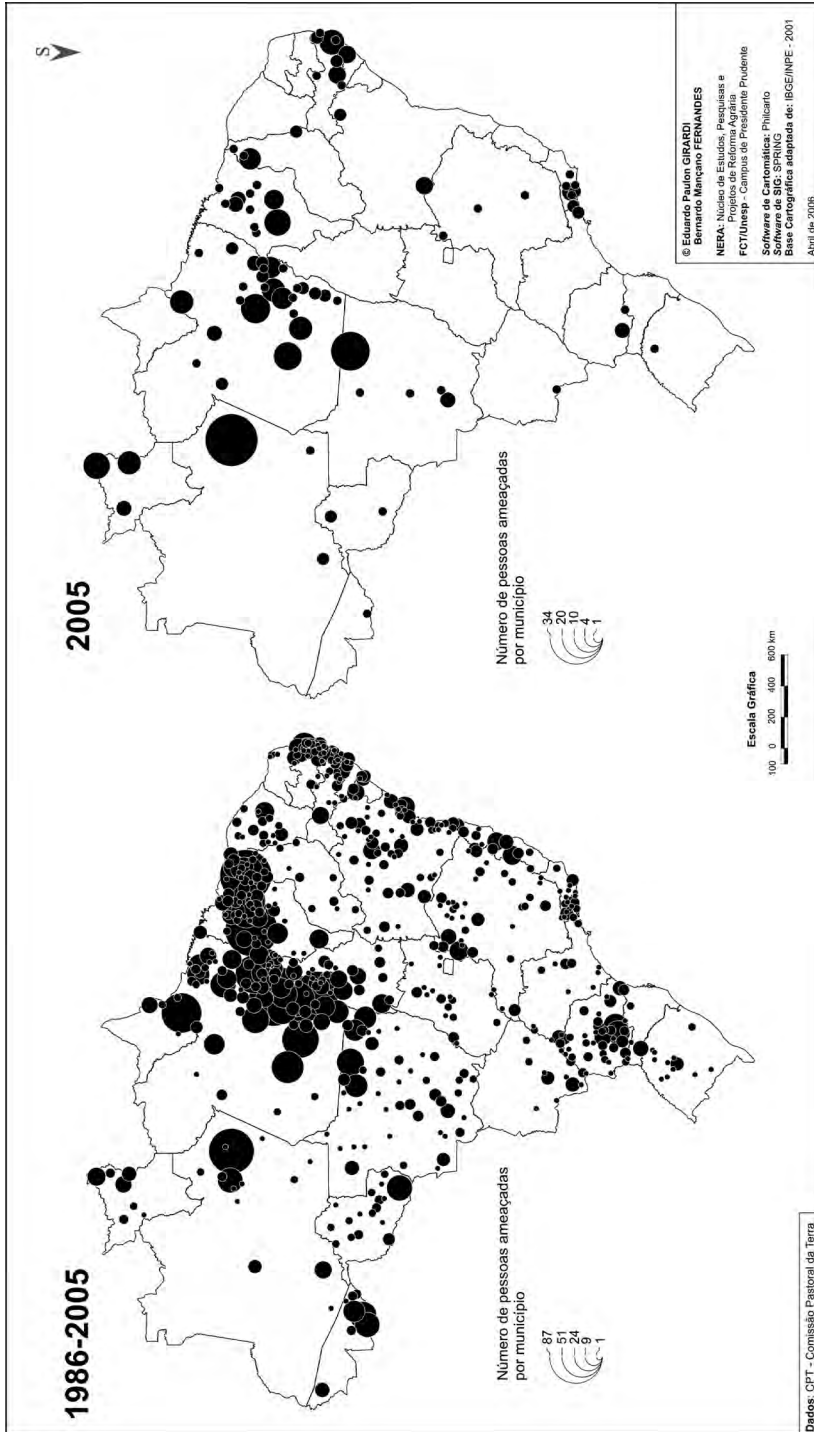



Gráfico 5

Figura 15.5 – Mapas das ameaças de morte

Tentativas de assassinato
(número de pessoas atingidas)
90
80
70
60
50
40
30
20
10
0
1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005
Fonte de dados: Banco de Dados da CPT em 2006

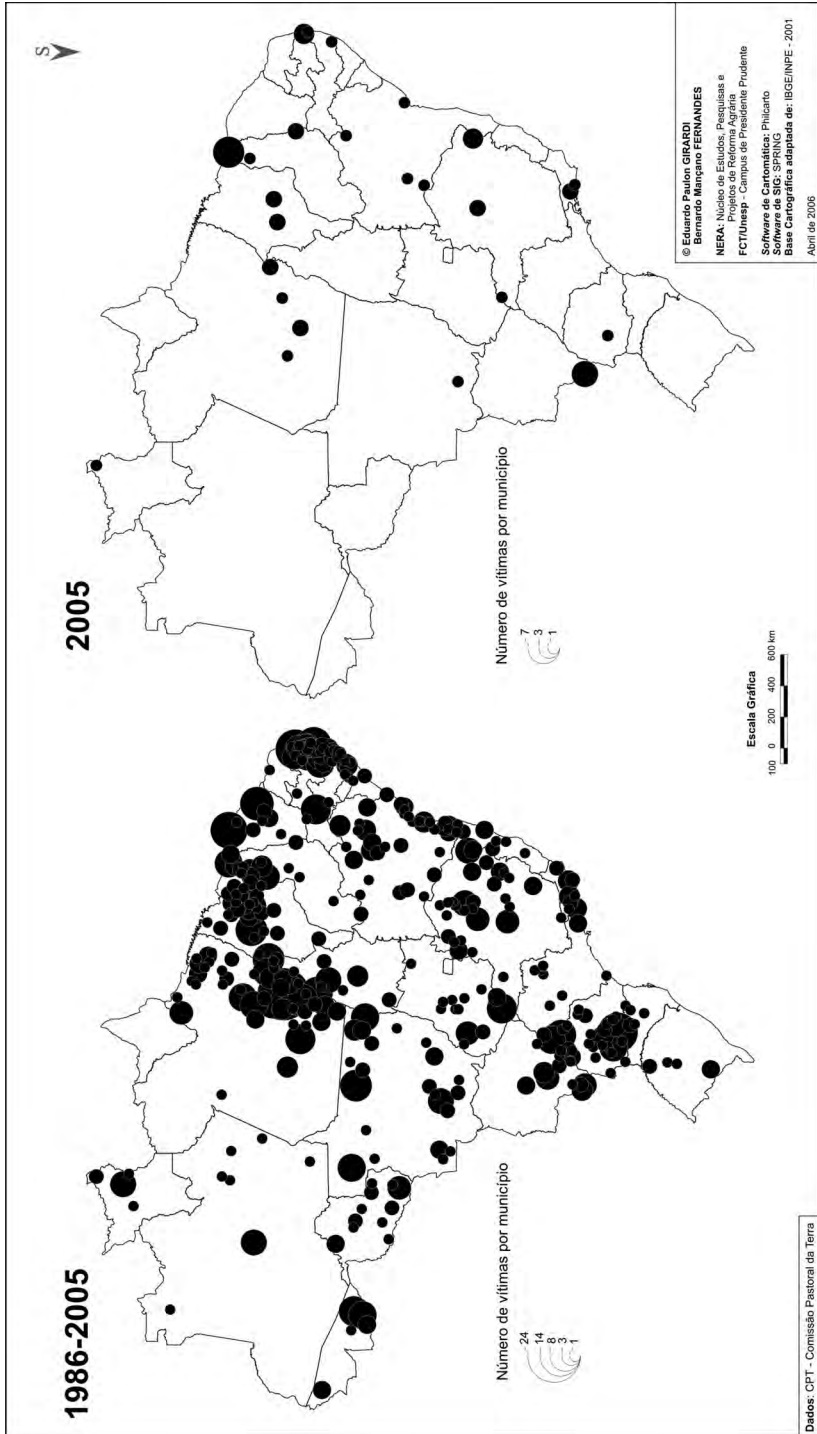



Gráfico 6

Figura 15.6 – Mapas das tentativas de assassinato

Assassinatos
(número de pessoas assassinadas)
140
120
100
80
60
40
20
0
1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005
Fonte de dados: Banco de Dados da CPT em 2006

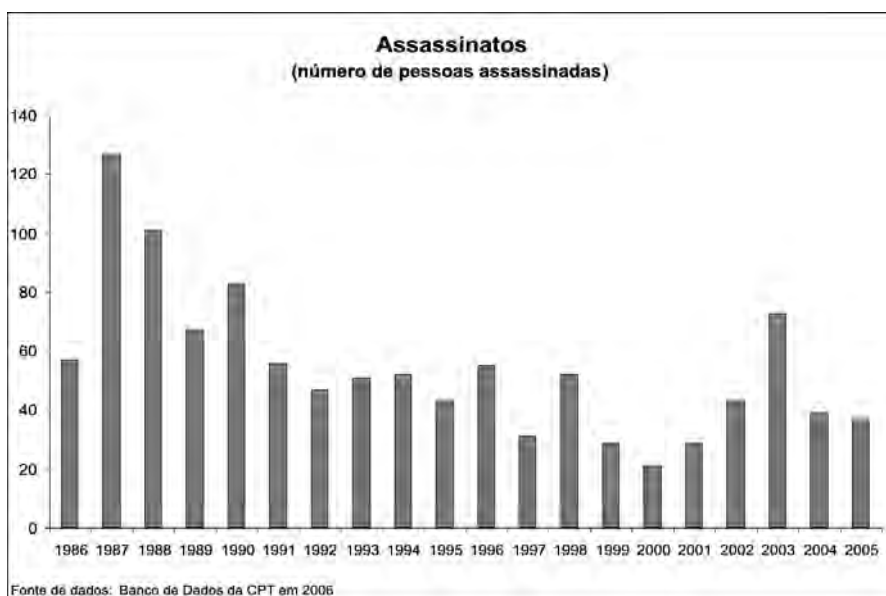



Gráfico 7

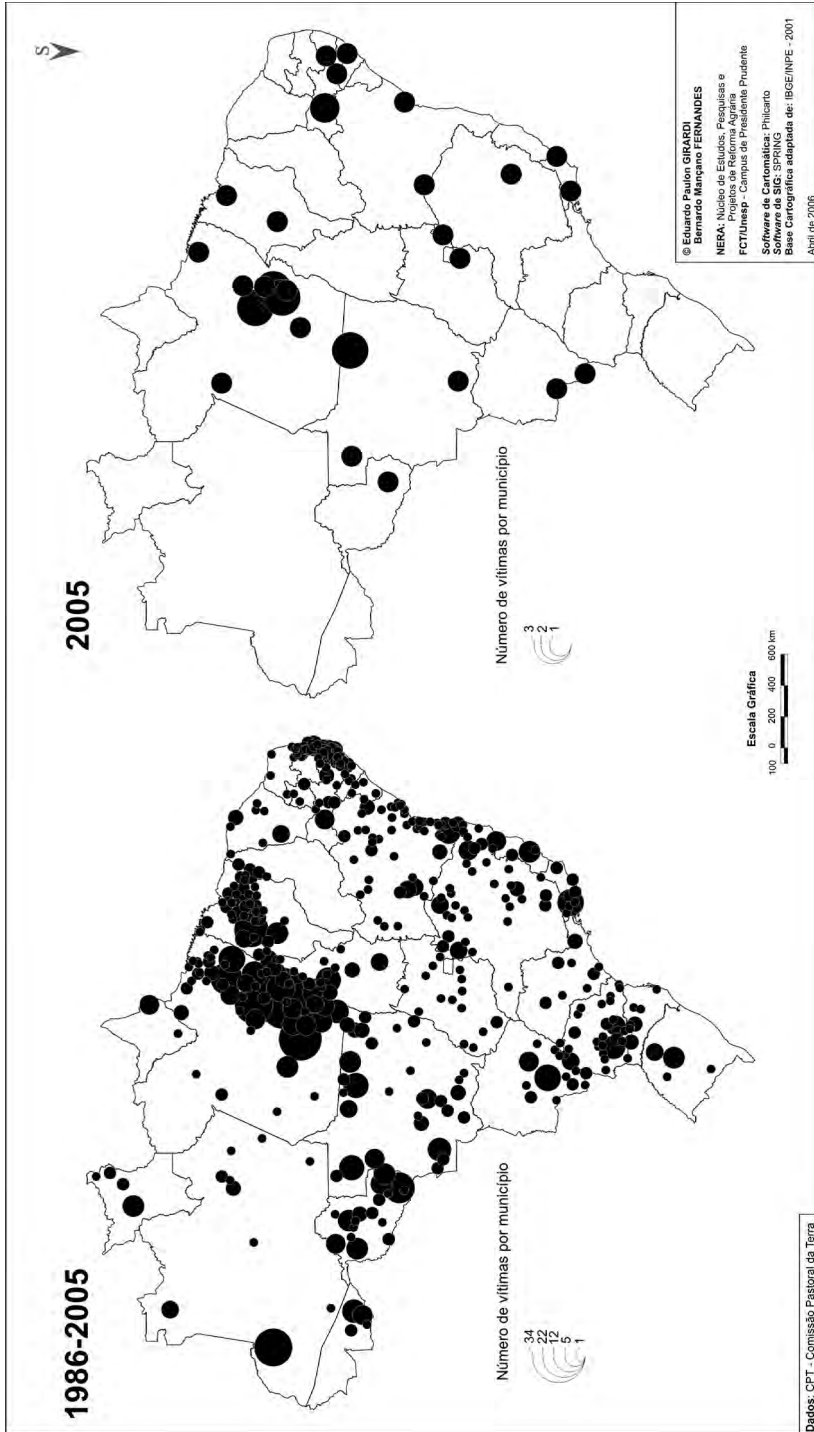



Figura 15.7 – Mapas de assassinatos

Outro tipo de violência existente no campo brasileiro é o trabalho escravo. A CPT registra denúncias de trabalhadores escravizados no campo brasileiro. A partir de 1995, o Ministério do Trabalho passou a realizar fiscalização e libertação de trabalhadores escravizados por intermédio do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. Segundo os registros da CPT, os trabalhadores são escravizados, principalmente, para trabalharem nas seguintes atividades: companhias siderúrgicas, carvoarias, mineradoras, madeireiras, usinas de álcool e açúcar, destilarias, empresas de colonização, garimpos, fazendas, empresas de reflorestamento/celulose, agropecuárias, empresas relacionadas à produção de estanho, empresas de citros, olarias, cultura de café, produtoras de sementes de capim e seringais.

O trabalho escravo existente no campo brasileiro é caracterizado pelo endividamento crescente e impagável e por formas violentas de coação. De acordo com Neiva (1994, p.24), "é uma grande violência que se utiliza de várias modalidades de violência para se manter". Os trabalhadores são aliciados por empreiteiros conhecidos como "gatos" em regiões diferentes daquelas em que são escravizados. Diversas são as formas de coação, dentre elas a coação física e psicológica; o isolamento geográfico; e a apreensão de documentos.

Em quase todos os estados brasileiros já foram registrados casos de trabalho escravo. A concentração dessa violência ocorre, sobretudo, no sudeste do Pará, Bico do Papagaio e oeste maranhense. Essa região coincide com a região de fronteira agropecuária e confirma a utilização de mão-de-obra escrava na abertura de novas áreas. Entre 1986 e 2005, a CPT registrou denúncias de 135.109 trabalhadores escravizados no campo brasileiro. De 1995 a 2003, o Ministério do Trabalho havia libertado 10.498 trabalhadores. Ao analisarmos o Gráfico 8 percebemos que, em 1996, houve uma queda abrupta no número de trabalhadores em denúncias de trabalho escravo. Provavelmente, com o início do processo de fiscalização essa prática tenha diminuído, contudo, podemos observar o seu crescimento nos últimos anos.

CONCLUSÕES

Neste artigo, apresentamos uma leitura da questão agrária a partir da conflitualidade produzida pelo enfrentamento dos territórios do latifúndio, do agronegócio e do campesinato. Essa conflitualidade é inerente ao processo de desenvolvimento. Nesse processo, são produzidos espaços e territórios de enfrentamento, exploração e produção agropecuária.

Em resposta aos conflitos, a violência tem sido utilizada pelo latifúndio e pelo agronegócio para expropriar e impedir a territorialização e a reterritorialização do campesinato. O Estado por meio dos Poderes Executivo

Trabalho escravo
(número de trabalhadores escravizados - denúncias)
35.000
30.000
25.000
20.000
15.000
10.000
5.000
0
1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005
Fonte de dados: Banco de Dados da CPT em 2005 e Caderno Conflitos no Campo

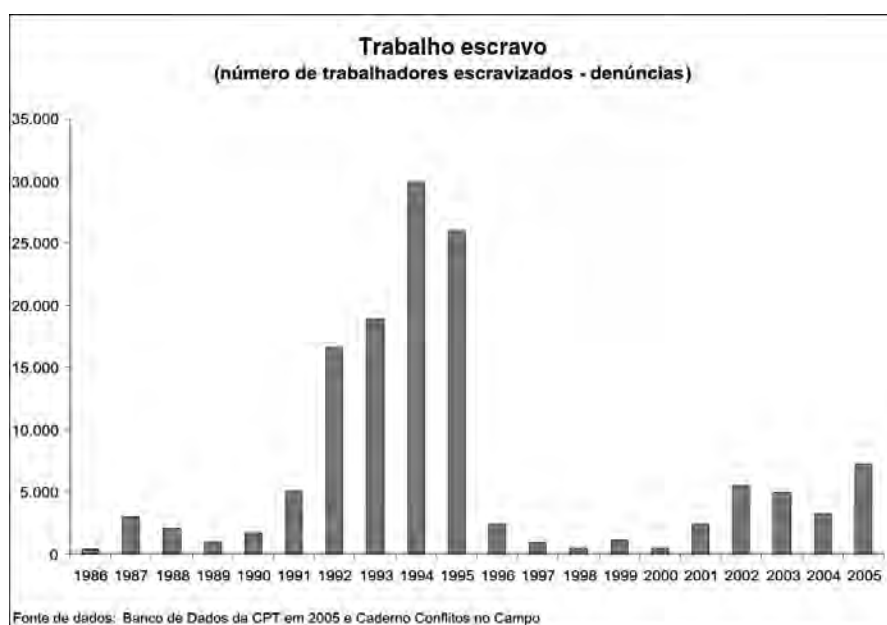



Gráfico 8

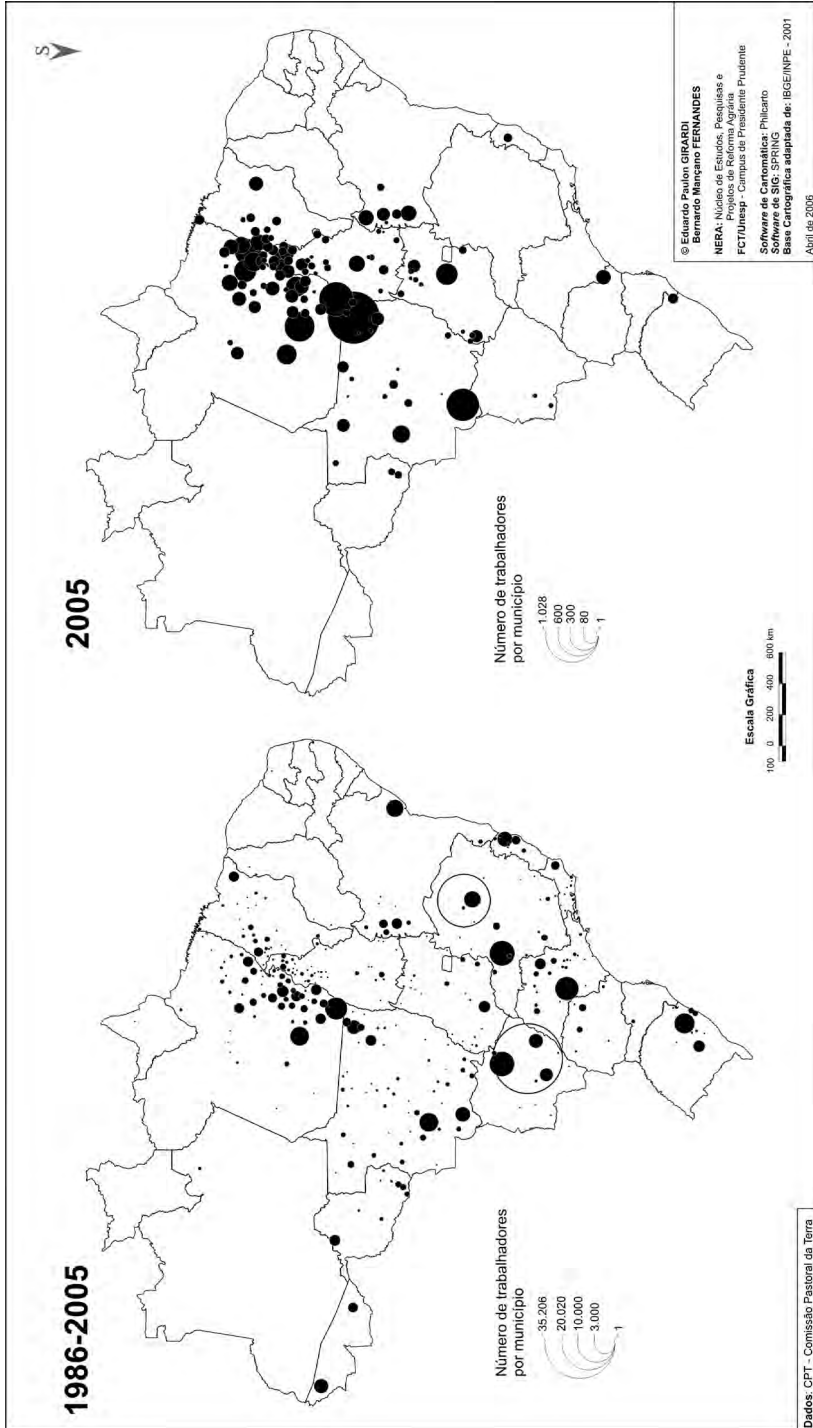



Figura 15.8 – Mapas do trabalho escravo

e Judiciário tem utilizado atos violentos contra os camponeses de forma direta e indireta, passiva e ativa.

O campesinato, na luta por território, realiza as ocupações de terra e tem como resposta a violência direta dos fazendeiros e empresários. Ameaças de morte, assassinatos, despejos judiciais e expulsões são as violências mais imediatas sofridas pelos camponeses. Também compõe o cenário de violência contra a pessoa o trabalho escravo, prática que evidencia ainda mais a ausência do Estado fiscalizador no campo, deixando a lei nas mãos dos interesses particulares de fazendeiros e empresários que utilizam trabalho escravo para ampliar seus capitais, configurando mais uma contradição do capitalismo no campo brasileiro.

A intensa conflitualidade caracterizada pelo enfrentamento dos diferentes territórios contribui para o desenvolvimento e encontra na violência direta e indireta, passiva e ativa, formas de repressão que colaboram na manutenção da desigualdade e da pobreza no campo brasileiro, ocasionadas pelo desenvolvimento do capitalismo por meio da desterritorialização da produção camponesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera (Presidente Prudente)*, n.6, p.24-34, jan./jun. 2005.

______. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

______. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). *Territórios e territorialidades:* teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Brèsil: les territoires de la Question Agraire. *Mappemonde*, n.82, 2º trimestre de 2006. Disponível em: <http://mappemonde.mgm.fr>

NEIVA, I. E. G. Os escravos no Brasil. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no campo*: Brasil 1994. Goiânia, 1994.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

VIA CAMPESINA. *The Case of Syngenta:* Human Rights Violation in Brazil, 2008. São Paulo: Via Campesina, 2008.

VIGNA, E. A bancada ruralista: um grupo de interesse. *Argumentos (Brasília),* n.8, Inesc, 2001.

Sobre os autores

Anita Brumer. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural da UFRGS.

Bernardo Mançano Fernandes. Geógrafo, professor do Departamento de Geografia da UNESP e pesquisador do CNPq.

Eduardo Paulon Girardi. Doutor em Geografia pela UNESP e pesquisador do Nera.

Eraldo da Silva Ramos Filho. Doutor em Geografia pela UNESP, professor de educação básica e superior da UFS e pesquisador do Nera.

Ghislaine Duque. Professora da UFCG e pesquisadora do CNPq.

João Márcio Mendes Pereira. Doutor em História pela UFF.

Leonilde Servolo de Medeiros. Socióloga, professora associada do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRJ e bolsista do CNPq e da Faperj.

Luciana Costa. Professora da Faculdade de Comunicação Social da UFPA.

Lygia Sigaud. Antropóloga, professora associada do Departamento de Antropologia do Museu Nacional (UFRJ) e bolsista do CNPq e da Faperj.

Marcelo Gomes Justo. Doutor em Geografia Humana pela USP e professor no Centro Universitário Senac/SP.

Marcelo Rosa. Professor do Departamento de Sociologia da UnB e pesquisador do CNPq.

Maria Ignez S. Paulilo. Professora aposentada, atualmente voluntária, da UFSC e bolsista do CNPq.

Maristela de Paula Andrade. Antropóloga, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA e coordenadora do Gerur.

Nashieli Loera. Doutoranda em Antropologia Social (PPGAS/Unicamp) e pesquisadora do Ceres da Unicamp.

Rudá Ricci. Sociólogo, doutor em Ciências Sociais e coordenador do Instituto Cultiva.

Sonia Schwendler. Professora do Setor de Educação da UFP, doutoranda em *Hispanic Studies* na Universidade de Londres.

William Santos Assis. Professor do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da UFPA.